

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

LÍNGUAS E LITERATURAS

In Honorem

Prof. Doutor Joaquim Fonseca

Prof. Doutor Jorge Osório

TOMO II



II Série • Vol. XX • 2003

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
SÉRIE DE
«LÍNGUAS E LITERATURAS»

Publicação anual

Propriedade — Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sede e Redacção — Faculdade de Letras do Porto
4150-564 Porto – Portugal

Organizadores — Maria da Graça L. Castro Pinto; John Greenfield; José Carlos Miranda;
Pedro Vilas Boas Tavares

Tiragem — 500 exemplares

Execução gráfica — Tip. Nunes, Lda — Porto

ISSN: 0871-1682

Depósito legal: 84313/94

Os trabalhos publicados são da responsabilidade
exclusiva do seus autores

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE

TOMO I

IN HONOREM — <i>Prof. Doutor Jorge Osório e Prof. Doutor Joaquim Fonseca</i>	3
A “FOTOGRAFIA” DA VIDA OU BREVES PALAVRAS DE HOMENAGEM.....	5
AS PALAVRAS-CHAVE PARA UM COLEGA	7
BIBLIOGRAFIA DO PROF. DOUTOR JORGE OSÓRIO	9
BIBLIOGRAFIA DO PROF. DOUTOR JOAQUIM FONSECA	17
AO CONTRÁRIO DE DANTE.....	25
A FORÇA DO DIZER	27

ARTIGOS

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO — <i>As ruínas na poesia portuguesa do século XVII: uma antologia breve</i>	31
JOHN GREENFIELD — <i>The figure of the night watchman in the dawn songs from Wolfram Von Eschenbach to Oswald Von Wolkenstein</i>	47
MARIA JOÃO PIRES — <i>Possibilidades e condicionantes da tradução de poesia: o caso de Baudelaire e Poe</i>	61
MARIA DA GRAÇA L. CASTRO PINTO — <i>The current status and future prospects or university programmes for seniors in Southern and mediterranean europe: the case of Portugal</i>	71
MARIA DE FÁTIMA MARINHO — <i>El-Rei Junot e Vida e Morte de Gomes Freire de Raul Brandão: nem história nem romance</i>	91

ÍNDICE

MARIA DE LURDES FERNANDES — <i>D, Maria, mulher de D. Manuel I: uma face esquecida da corte do Venturoso</i>	105
JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA — <i>Osoir 'Anes, a mulher-que-canta e as tradições familiares dos Marinheiros</i>	117
MARIA JOÃO REYNAUD — <i>Eça e o prazer do Conto. Razão, imaginação e escrita</i>	131
MARIA LUÍSA MALATO BORRALHO — <i>A retórica do silêncio na literatura setecentista</i>	145
CRISTINA A. M. DE MARINHO — <i>D. João e Julieta de Natália Correia: tradição e transgressão</i>	171
FRANCISCO TOPA — <i>A declamação lírica de Basílio da Gama: um inédito recuperado</i>	187
FRANCISCO TOPA — <i>Poesia (pouco) diamantina: doze sonetos inéditos alusivos à administração mineira de Serro do Frio</i>	223
FRANCISCO TOPA — <i>Quatro poemas inéditos do abade Lima Brandão</i>	235
ZULMIRA C. SANTOS — <i>O Terramoto de 1755 como Apologia da religião Cristã: Lisboa Destruída. Poema (1803) de Teodoro de Almeida</i>	249
PEDRO VILAS BOAS TAVARES — <i>Em busca das virtudes primordiais do «estado apostólico»: os fundadores lóios nas «memórias» de Paulo de Portalegre (+1510)</i>	261
JOSÉ DOMINGUES DE ALMEIDA — <i>Les stratégies «puérides» de l'autofiction chez Conrad Detrez et Eugène Savitzkaya: Ludo et La traversée de l'Afrique</i>	273
ISABEL MORUJÃO — <i>“A César o que é de César”: acerca da atribuição ao padre Simão Vaz de Camões, S. J. de dois textos editados em A Preciosa de Soror Maria do Céu</i>	297
LUIS FARDILHA — <i>João Rodrigues de Sá de Meneses na corte de D. Manuel</i>	305

ÍNDICE

JORGE DESERTO — <i>Não-lugar ou lugares outros? Notas sobre a utopia no teatro grego</i>	317
ANA MARTINEZ PEREIRA — <i>El simbolo de la grulla en la emblemática española</i>	331
LUDUMILA ARAGÃO — <i>O tema da velha nas cantigas d'escárnio e maldizer</i>	357
SUMMARIES	381
ÍNDICE	387

TOMO II

JORGE OSÓRIO — <i>Discurso e articulações interfrásicas nos primeiros Commentarii de Damião de Góis (1539)</i>	397
MÁRIO VILELA — <i>Os estereótipos da metáfora animal: comer gato por lebre</i>	429
MARIA DA GRAÇA L. CASTRO PINTO — <i>A dislexia: um tema a várias vozes</i> .	447
MARIA DA GRAÇA L. CASTRO PINTO — <i>As universidades da Terceira Idade em Portugal: das origens aos novos desafios do futuro</i>	467
FERNANDA IRENE FONSECA — <i>Vergílio Ferreira, Escrever: o título inevitável</i>	479
ANA MARIA BRITO — <i>Os possessivos em Português numa perspectiva de Sintaxe Comparada</i>	495
FÁTIMA OLIVEIRA — <i>O tempo dos indivíduos</i>	523
ISABEL MARGARIDA DUARTE — <i>O discurso das personagens em Os Maias: polifonia, modernidade</i>	539

ÍNDICE

OLÍVIA MARIA FIGUEIREDO — <i>Cadeias de referência do discurso. A designação no romance. Que farei quando tudo arde?</i>	551
ROGELIO PONCE DE LÉON ROMEO — <i>El Liber de octo partium orationis constructione (Medina del Campo, 1600), de Bartolomé Bravo, S.I. y sus comentadores durante los siglos xvii y xviii</i>	569
FÁTIMA BRAGA E ROSA BIZARRO — <i>Metáforas e representações de professores principiantes: do estudo de caso aos desafios de Bolonha</i>	607
JULIA CORDAS E MARGARIDA MOUTA — <i>A reinvenção da democracia ou a Universidade segundo Saramago</i>	637
FÁTIMA SILVA — <i>Contributo da hiponímia e da meronímia para a configuração de relações anafóricas</i>	657
 TRABALHOS DE ALUNOS	
<i>Fernanda Jones</i>	675
<i>Helena Lopes</i>	709
<i>Rómia Laranjeira</i>	717
RECENSÕES	725
SUMMARIES	735
ÍNDICE	741

DISCURSO E ARTICULAÇÕES INTERFRÁSICAS NOS PRIMEIROS *COMMENTARII* DE DAMIÃO DE GÓIS (1539)

1. No diálogo *Brutus*, e em resposta a uma apreciação da personagem com esse nome sobre o estilo de César, de quem louvava francamente as “orationes” (“mihi uehementer probantur”), acrescentando, ainda que sem deixar transparecer um elogio especial, que lera as memórias do conquistador da Gália (“complures autem legi, atque etiam commentarios, quos idem scripsit rerum suarum”), Cícero converge no juízo do interlocutor seu amigo (“Valde quidem, inquam, probandos”), opinando com uma não escondida contenção: “nudi enim sunt, recti et uenusti, omni ornatu orationis tamquam ueste detracta”. E concluía a apreciação deste modo: “Nihil est enim in historia pura et illustri breuitate dulcius”¹.

Naquele momento, Cícero não estava preocupado com a caracterização da história como actividade literária e cívica vizinha da prosa oratória, e muito menos em diferenciar o seu ritmo ou “numerus” do “metrus” do verso, como sucedera no *De Oratore*: “Liberior est oratio et plane, ut dicitur, sic est uere soluta, non ut fugiat tamen aut erret, sed ut sine uinculis sibi ipso moderetur” (III, XLVII, 184); em segundo lugar, os “commentarios” de que se falava naquele momento do diálogo não eram propriamente a “historia” que Cícero entende como “uitae magistra”², que recebia da oratória contributos fundamentais para a elevação do estilo, adequado à dignidade das matérias e dos actantes; deviam antes considerar-se como algo que era prévio a

¹CÍCERO - *Brutus*, texte établi et traduit par Jules Martha, Paris, Les Belles Lettres, 1973 (lxxv, 262).

²*De Oratore*, II, 9, 36: “Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis”. Sobre a familiaridade de Góis com esta problemática ciceroniana, cfr. SANTO, Arnaldo do Espírito - *A mãe da eterna memória: leitura e reminiscência dos clássicos em Damião de Góis, referências directas*, in “Damião de Góis na Europa do Renascimento”, Braga, Faculdade de Filosofia / Universidade Católica Portuguesa, 2003, p. 349.

ela: “Sed dum uoluit alios habere parata, unde sumerent qui uellent scribere historiam”. Por outras palavras, a “doçura” do discurso utilizado por César no *De Bello Gallico*, título corrente a partir do Renascimento³, provinha da sua *puritas* e da *breuitas*, que fortaleciam a *perspicuitas* desejável ao relato de acontecimentos passados, suficientemente próximos, porém, para serem creditados por um testemunho directo, sendo certo que a publicação dos *Commentarii* teve também em vista fornecer documentos sobre acontecimentos tão significativos como eram os relativos ao domínio da Gália⁴.

Talvez tenha sido com estas considerações em mente que foram formulados alguns juízos sobre os *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis anno .1538. autore Damiano a Goes Lusitano*, que Frobénio imprimiu em Lovaina no mês de Setembro do ano seguinte de 1539, mal Góis chegava da Itália, onde passara quatro anos⁵, juízos esses que o português incluiu na antologia de cartas que fez sair em 1544 na mesma cidade, mas agora na tipografia de Rogério Réscio, e que são também um testemunho da larga circulação do opúsculo ao tempo⁶. Numa carta de 28 de Setembro de 1539, ou seja pouco depois da vinda a público do volumezinho, Lázaro Bonamico refere-se à obra como “historia” (“Legi perlibenter historiam a te nuper aeditam”), acrescentando que o prazer proporcionado pelo livrinho decorria não só do seu gosto por este tipo de literatura, relacionado com sucessos recentes, mas também porque “et tui et tuae fortissime nationis fama nominis capiebar”⁷. Em Novembro do mesmo ano Cristóvão Madrúzio, além de citar o título correcto do opúsculo, confessava, ainda que rapidamente, o prazer que lhe deu a sua leitura⁸. Em carta do fim de Dezembro de 1539, o próprio Bembo escreve para dizer que lera os *Commentarii*, que designa também de “historia”, com muito agrado: “Historiam de bello apud Dium Indiae oppidum a Thracibus gesto tuam,

³ Mas que Quintiliano atesta; cfr. ZEHACKER, Hubert - *Les oeuvres antiques peuvent-elles se passer de titre? L'exemple de l'historiographie romaine*, in «Titres et articulations du texte dans les oeuvres antiques», Paris, Institut d'Études Augustiniennes, 1997, p. 218.

⁴ Era o caso do relato de César; quanto a Góis, logo no início da narração informa que traduzia para latim informações que lhe haviam chegado havia pouco do reino.

⁵ Cfr. MATOS, Luís de - *Un umanista portoghese in Italia. Damião de Góis*, “Estudos Italianos em Portugal”, 19, Lisboa, 1960, p. 41.

⁶ Cfr. FÁRIA, Francisco Leite de - *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, p. 16s.

⁷ *Damiani a Goes Equitis Lusitani aliquot opuscula*, Lovaina, Rutgerius Rescius, 1544, onde se incluem as *Epistolae Sadoleti, Bembi, et aliorum clarissimorum uirorum ad Damianum a Goes Equitem Lusitanum*; cfr. fl. civ r.

⁸ Civ v.

quam ad me amantissime scriptam misisti, legi summa uoluptate”⁹; de poucos dias depois é outra carta do Cardeal Sadoletto dando-lhe conta de que havia recebido o “*liber Carmanicus tuus*”¹⁰.

Mas foi João Rodrigues de Sá de Meneses quem, em carta datada de 13 de Janeiro de 1541 (“*ex Portu Galliae idibus Ianuarii 1541*”), se manifestou de forma mais encomiástica nos elogios, proclamando que a sorte oferecera aos portugueses um novo Salústio Crispo para escrever os seus feitos e provar que o autor não se esquecera da pátria: “*Contigit bempte ueriis illud nobis quod Romanis suis Crispus contigisse conqueritur, quippe ut res nostras praeclare gestas, et maiorum nostrorum egregia facinora, nullum satis dignum sortirentur scriptorem. Meritae siquidem illae erant, quae Liuijs, Tacitis, Salustijs scriberentur, et alterum nactae essent, qui eas caneret Maronem. Tu uero (ut inquam) cui hoc a superis concessum est, rem te dignam aggedere, et tuorum gesta a situ, et squalore uendica, et ea illustra quae hucusque Cymmerijs obscuritatibus obruta iacent, ut uideare non cum solo patriae, memoriam eius et amorem pariter uertisse*”¹¹. O culto fidalgo português¹² testemunha a flutuação do título por que o opúsculo foi conhecido¹³, ao escrever na mesma página: “*Literas tuas simul et Carmanici belli, seu mauis Aracosici commentaria libens accepi, in quibus dilucide tu quidem et eleganter, Lusitanorum res gestae, et strenue nauata facinora conscribis*”. Por trás de “*dilucide*” e de “*eleganter*” parece ressoar o passo do *Brutus* referido em cima, mas as *auctoritates* evocadas no campo da “*historia*” são Lívio, Tácito, Salústio; curiosamente não inclui César nesse conjunto¹⁴. No entanto, como se apontará, quer pela própria designação de “*commentarii*”, quer por alguns traços do discurso, Góis revela-se mais próximo do autor do *Bellum Gallicum*.

⁹ H r. Curiosamente, a carta vem colocada no fim da sequência de missivas de que constam agradecimentos e elogios pelo opúsculo impresso em Setembro de 1539.

¹⁰ Giv r.

¹¹ Gii v - Giii r.

¹² Sobre as relações de membros da família dos Meneses com Cataldo Parisio Sículo, verdadeiro dinamizador de uma cultura humanista na corte portuguesa a partir de 1485, tem-se debruçado o Prof. Américo da Costa Ramalho; cfr. *Humanismo na corte de D. Manuel: Damião de Góis e o testemunho de Cataldo*, in *Actas do Colóquio “Damião de Góis e o seu tempo” (1502-1574)*, Lisboa, 2002, p. 1. João Rodrigues conheceu de certeza Cataldo; cfr. p. 10.

¹³ Aliás a própria edição traz nas cabeças das páginas “*Diensis oppugnatio per Damianum a Gois*”; e na colectânea impressa em Lovaina em 1544 está *Bellum Cambaicum* na folha de rosto.

¹⁴ Cfr. TORRES, Amadeu - *Noese e crise na epistolografia latina goesiana II - Damião de Góis na mundividência do Renascimento. Análise ideológica, estético-linguística, apêndice diplomático*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 159-160.

Mas antes de prosseguir, evoquemos um dos mais significativos ecos do relato goisiano sobre os sucessos de Diu: a elegia *Vellet amoribus renuntiare*, 44 dísticos elegíacos de Diogo Pires inspirados no opúsculo goisiano, que enxertam a expressão de um anseio erótico numa linguagem de tom épico, com alguma nota mais sensual, contrapondo a imagem triunfal de um D. António da Silveira à do turco Solimão Baxá, que era eunuco¹⁵.

O pequeno volume impresso em Lovaina por Rogério Frobénio em Setembro de 1539 é constituído por 41 páginas de texto; a folha de rosto não contém qualquer elemento figurativo, restringindo-se exclusivamente à sucinta informação verbal, relativa ao título, autor, local de impressão, tipógrafo e data. No seu interior existem quatro unidades textuais: três da autoria de Damião de Góis e um poema laudatório final, em 68 dísticos elegíacos, da autoria de Pedro Nânio, cuja colocação se compreende tendo em conta o texto que o precede, com a contestação, endereçada a Bembo e depois designada por *Disceptatiuncula*¹⁶, de afirmações de Paulo Jóvio, uma espécie de prolongamento ou aditamento aos *Commentarii*, motivado por um passo de um *libellus* precedente de Jóvio¹⁷, que criticava o modo como os portugueses praticavam o comércio das especiarias, a coberto do argumento da defesa da fé. Na última página da *refutatio*, Góis reforça a confirmação do seu ponto de vista, convocando o seu testemunho pessoal sobre como eram aplicadas as determinações régias respeitantes à colocação no mercado das especiarias, dizendo

¹⁵ O poema de Diogo Pires pode ver-se publicado e traduzido por Carlos Ascenso André em PIRES, Diogo - *Antologia poética*, Coimbra, 1983, p. 76-79; cfr., daquele mesmo autor, *Diogo Pires e a lembrança de Erasmo*, "Humanitas", XLI-XLII, Coimbra, 1989-1990, em especial p. 84; mais recentemente, *Os Cercos de Diu no relato de três humanistas: Góis, Teive, Diogo Pires*, in "Damião de Góis na Europa do Renascimento", cit., p. 373.

¹⁶ Na edição lovaniense de 1542 da *Hispania* foi inserida, a seguir ao título, uma carta de Pedro Nânio sobre esta matéria e uma resposta de Damião de Góis; cfr. FARIA, Francisco Leite de - *Estudos bibliográficos*, cit., p. 26. Na edição lovaniense de Dezembro de 1544 com o conjunto de textos latinos de Góis já referidos sobre assuntos relacionados sobretudo com a expansão portuguesa (mas também as *Epistolae* de Sadoletto, Bembo e outros, bem como a *Farrago carminum ad ipsum Damianum*) os esclarecimentos sobre Paulo Jóvio são designados *De rebus et imperio Lusitanorum ad Paulum Iouuium disceptatiuncula* (*Ibidem*, p. 28-30). Nânio era professor em Lovaina e amigo de Góis, a cujo filho mais velho dedicou o seu *Genethliacon*, inserido na parte final desta mesma edição. No entanto, nem o texto da contestação de Jóvio nem a poesia de Nânio constam da tradução italiana do *Bellum Cambaicum* intitulada *Avisi de le cose fatte da Portugesi ne l'India di qua del Gange...*, impressa talvez em Veneza, 1539 (*Ibidem*, p. 18). Cfr. ainda ANDRÉ, Carlos Ascenso - *Mal de ausência. O canto do exílio na lírica do humanismo português*, Coimbra, 1992, p. 269.

¹⁷ Tratava-se do *Pauli Iouii Nouocomensis libellus de legatione Basilii magni Principis Moschouiae ad Clementem VII...*, impresso em Veneza em 1525, mas com boa difusão ao longo do séc. XVI; cfr. FARIA, Francisco Leite de - *Ob. cit.*, p. 233-234.

que, ainda moço da câmara de D. Manuel, presenciara a destruição das “corrupta aromata” (“id quod dum puer ab intimis cubiculis prudentissimi Regis Emanuelis essem, saepius vidi Vlyssipone fieri”, Eiv v); mas Jóvio não prestara atenção a isso...

Deste modo, os três textos goisianos constantes do opúsculo são a dedicatória inicial a Pedro Bembo¹⁸, o relato dos acontecimentos de Diu em 1538 e a referida justificação final do ponto de vista português, que inclui uma síntese explicativa da história do reino e das razões da expansão marítima. Ou seja, esses textos, mas em particular as discordâncias com Paulo Jóvio ou *Disceptatiuncula*, cuja posição, no livro, as coloca “fora” do contexto dos *Commentarii* em si mesmos, desempenham, por conseguinte, a função de referir o relato sobre o cerco de 1538 - uma função exofórica, porque no seu papel de celebração “mostradora”¹⁹ - ao domínio das circunstâncias em que se inscrevia esse discurso, relativas à difusão internacional que o monarca português buscava para a política oriental. Bastará, talvez, assinalar como o vocativo que designa directamente o dedicatário no início dos *Commentarii* (“Quid tibi pro assidua tua in me dignissime Cardinalis humanitate in literis tuis proxime ad me missis”, Aii r) é retomado 32 páginas depois na abertura da referida refutação de Jóvio: “Huiusmodi multa sunt doctissime Bembe”, Eii r), convocando nele um alocutário que, no fundo, representava o auditório visado pelo opúsculo.

O volume oferecia-se, assim, ao público leitor como uma unidade propositalmente estruturada e coerente, fechando com o elogio do próprio autor, coisa que Góis nunca perdia a oportunidade para valorizar: o corpo central da narração aparecia emoldurado por textos que lhe concediam uma carga celebrativa a que o livrinho não era de forma alguma alheio²⁰.

Recordemos a designação genérica para que o título aponta, “commentarii”, a evocar no leitor uma conhecida tradição de textos narrativos historiográficos em

¹⁸ Trata-se da Carta XXI da edição levada a cabo por Amadeu Torres. O texto da carta foi retocado pelo autor para a impressão dos *Commentarii* integrados na colectânea saída em Lovaina em 1544. Cfr. TORRES, Amadeu - *Noese e crise na epistolografia latina goesiana*, cit. I - *As Cartas latinas de Damião de Góis. Introdução, texto crítico e versão*, p. 150; II - *Damião de Góis na mundividência do Renascimento. Análise ideológica, estético-linguística, apêndice diplomático*, cit., p. 187.

¹⁹ Com toda a pertinência se poderia aplicar ao caso presente a noção de “mostração anafórica” de J. Herculano de Carvalho utilizada por FONSECA, Fernanda Irene - *Deixis et anaphore temporelle en portugais*, “Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas”, II, Porto, 1985, p. 279.

²⁰ O final da refutação a Paulo Jóvio, dirigida, como se apontou, a Bembo, encerra uma ligeira alusão ao afastamento da pátria, no quadro daquele tão ovidiano “mal de ausência” que marcou muita da obra em verso de humanistas portugueses que percorreram os caminhos da Europa; sobre isto, cfr. ANDRÉ, Carlos Ascenso - *Mal de ausência*, cit.: “O humanista português, ainda que adaptado a terra estranha, raramente deixava esbater o vínculo afectivo que o prendia àquela onde nascera” (p. 440).

que a primazia era oferecida, como sugeriam as palavras acima citadas do *Brutus*, à compilação de dados relativos a sucessos de certo modo recentes, mas deixando de fora a dimensão doutrinária, filosófico-moral da “historia” em si²¹. Um dos indícios desta “diferença” genérica reside no facto de o texto goisiano não incluir enunciados do tipo da *sententia*, que permitissem moldar intrusões opinativas e interpretativas do autor sobre o assunto, ou provocar efeitos convincentes desses momentos, breves mas fortes, do discurso²². Em Góis a verdade dos acontecimentos em si mesmos, a sua *evidentia* e a sua integração no contexto, mais vasto, da expansão do domínio português no Oriente suportavam eficazmente esse papel. Ou seja, o título do opúsculo, que funciona como um autêntico “título-argumento” na sua sugestão de enlaçamento entre o modelo clássico do *commentarius* e a actualidade dos eventos, anunciava por um lado uma obra (ainda que breve) que surgia na senda da literatura em latim que a monarquia portuguesa fizera circular na Europa sobre a Índia²³ e, por outro, dirigia-se à expectativa política e cultural dos leitores implícitos que eram círculos como o da chancelaria romana. Isto - ou seja, a competência do público visado - pode ajudar a entender a opção por uma *narratio* fortemente confinada aos sucessos de 1538 em Diu, na qual, por exemplo, a forma breve do discurso que é a *sententia*, dotada de uma força ilocutória poderosa, resultante não só do *auctor* em si como também de um *aptum* desenhado pelo próprio contexto expositivo, não seria prioritária nem talvez adequada²⁴. É certo

²¹ Não estamos diante de um discurso que procure transmitir uma visão interpretativa dos factos históricos, fazendo, por exemplo, intervir aspectos dependentes das figuras participantes; não há vocabulário da ‘causa’ como nos historiadores; cfr. KIVUILA-KIAKU, José Mambwini - *Le vocabulaire de la cause chez Tacite*, “Humanitas”, LIV, Coimbra, 2002, p. 245.

²² Cfr. PARÉ, Pascale - *L'énigme du savoir et du pouvoir: la “sententia” dans l’“Oedipe” de Sénèque*, “Bulletin Budé”, Paris, 2002-3, p. 284. Cfr. também SOARES, Nair Castro - *A literatura de sentenças no humanismo português: “res et uerba”*, in “Humanismo português na época dos Descobrimentos”, cit., p. 37.

²³ Cfr. MATOS, Luís de - *L’Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991; TORRES, Amadeu - *Os Descobrimentos portugueses nos escritos latinos goisianos*, in “Humanismo português na época dos Descobrimentos”, Coimbra, Universidade de Coimbra / Faculdade de Letras, 1993, p. 37; PEREIRA, Belmiro Fernandes - *A fama portuguesa no ocaso do império: a divulgação europeia dos feitos de D. Luís de Ataíde*, *ibidem*, p. 47.

²⁴ O texto latino de Góis é, evidentemente, uma versão latina de informações redigidas em português. Ora toda a tradução não dispensa a ponderação, por parte do seu autor, do contexto de recepção a que vai destinada. Isto implica que procedimentos diversos estejam presentes no trabalho tradutório, visíveis, por exemplo, na versão para português do *De Senectute* (cfr. OSÓRIO, Jorge A. - *Cícero traduzido para português no século XVI: Damião de Góis e o “Livro da Velhice”*, “Humanitas”, XXXVII-XXXVIII, Coimbra, 1986, p. 191; veja-se agora NASCIMENTO, Aires A. - *Damião de Góis, tradutor: perspectivas para uma integração cultural*, in “Damião de Góis na Europa do Renascimen-

que Góis, estimulado por uma situação de circunstâncias políticas da corte portuguesa desde os tempos de D. João II - bastará evocar o papel de Cataldo Sículo -, que apontava para a expectativa de uma literatura celebrativa de recorte humanista presente num público que não deixava de se rever nos interesses propagandísticos do monarca no palco europeu, remete, um pouco pomposamente, o leitor dos *Commentarii* para uma futura “historia belli Cambaici”: “Cuius litoris [refere-se à costa do Malabar] regnorumque antiquorum nominum in historia belli Cambaici (quam si deo placet, a principio aduentus nostrorum in Indiam, aliquando in lucem sumus daturi) latiore narrationem faciemus” (B v). Então, nessa “historia”, teria com certeza de passar além do registo informativo do “commentarius”...²⁵

As circunstâncias relativas à apresentação material da obra, quer no respeitante à disposição dos textos no volume, quer quanto à sua empaginação, devem ser tidas em consideração. Podem ser vistas como veiculadoras de uma intencionalidade significativa orientada para um tipo de leitor humanista, exemplificado aqui no Cardeal Pedro Bembo, cujo perfil vem assinalado por duas marcas explícitas: por um lado a sua vocação e actividade como historiógrafo - e, nessa perspectiva, a angariação de informações como as destes *commentarii* seria interessante - e a sua *curiositas* - elemento fulcral do saber desde Aristóteles - quanto a notícias sobre as

to”, cit., p. 233, que aprofunda a questão e corrige, com pertinência, algumas observações do trabalho anterior). Se bem que, precisamente por os presentes *Commentarii* não serem “historia”, o recurso ao epíteto seja muito pequeno (no fundo, actua na isotopia *hostes / nostri* e na personagem de António da Silveira), não se pode perder de vista que, numa exposição factual de intenção celebrativa, como não deixava de ser o texto de Góis, importa ter em conta o papel desempenhado pela selecção lexical, ou “dicionário”, patente no recrutamento dos epítetos, para garantia de uma adequação conveniente, o *aptum*, ao modelo clássico latino. Veja-se, por exemplo, POUÉY-MOUNOU, Anne-Pascale - *Petite poésie portative: les exercices de style des “Epithetes” de La Porte*, “Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance”, LXV-1, Genebra, 2003, p. 52.

²⁵ Góis alimentou a ideia de escrever uma história da Índia, onde exprimiria, certamente, um entusiasmo épico a que não seria alheio o coro de elogios e de incitamentos que lhe eram dirigidos nesse sentido; cfr. TORRES, Amadeu - *Noese e crise*, I, cit., p. 187, carta de 1542 a João Diogo Fugger (vid. comentário p. 354); nesse plano apologético se colocaria a sua perspectiva de uma “história” de tom épico, como se exprime na carta dedicatória ao infante D. Luís dos seus *De Bello Cambaico Secundo Commentarii Tres*, sobre o cerco de 1546 (*Ibidem*, p. 204). A respeito dos relatos de actualidade goesianos, cfr. MACEDO, Jorge Borges de - *Les récits d’actualité*, in “Damião de Góis. Humaniste européen”, Braga, Barbosa & Xavier Editores, 1982, p. 133; importa, todavia anotar que um relato, ainda que “de actualidade”, pode orientar-se “vers le sensationnel et le spectaculaire” (p. 138) no quadro de uma enunciação literária, com procedimentos de tecitura frásica que visam mais a persuasão do que a curiosidade do pormenor descritivo. Cfr. as observações recentes de ANDRÉ, Carlos Ascenso - *Os Cercos de Diu no relato de três humanistas: Góis, Teive, Diogo Pires*, in “Damião de Góis na Europa do Renascimento”, cit., em especial p. 375.

coisas orientais, faceta que caracterizava também os círculos cultos e aristocráticos²⁶. Por isso não devemos deixar sem anotação o pormenor de que a dedicatória a Bembo visa orientar o leitor para o discurso da *epistola*, quando, à primeira vista, a matéria poderia afigurar-se mais adequada ao tipo da *declamatio*: “Caeterum quoniam haec magis videntur congruere declamationibus, quam epistolis, epistolam hanc, quam ad te scribere nitimur, iamiam aggrediemur, ad eamque nos omnino conferemus”, Aii v). Contudo Góis prefere a *epistola*, claramente instituidora de uma familiaridade maior²⁷, no fundo mais consentânea com o registo informativo das notícias recebidas do reino, escritas em português. E no final do volume, ao encerrar a refutação das opiniões de Paulo Jóvio, relembra a intenção epistolar do relato (“vti per te (cuius amplitudo summa est) gratiam aliquam, et commendatio huic epistolae conciliarem...”, Eiv v). Assim se compreende que o início da narrativa surja marcado por um registo familiar, quando Góis evoca a estadia junto do Cardeal, em Pádua²⁸, na época em que havia recebido do reino algumas informações sobre Diu²⁹: “accepi de bello Cambaico nonnulla, quae (vt petisti) ex Lusitanica lingua in Latinum sermonem conuerti”.

Mas esta *conuersio* comporta um significado forte, paralelo, até pela proximidade cronológica, do que se detecta na dedicatória a D. Fernando de Sousa, Conde de Vimioso, da tradução para português do *De Senectute* de Cícero, saída impressa em Veneza em 1538³⁰, portanto um ano antes dos *Commentarii* em causa.

²⁶ Os círculos cultos, aristocráticos e religiosos, tanto no país como, por exemplo, em Itália, manifestavam um enorme interesse por informações relativas a países, regiões, povos, alimentando uma actividade editorial imensa, que ia da cartografia à narrativa de viagens. Na repetidas vezes aludida carta de João Rodrigues de Sá de Meneses de 1541, incluída por Góis na impressão das *Epistolae* de 1544, o fidalgo exprime claramente o seu desejo em dispor de informações sobre a região do Norte da Europa: “cum nimium cupiam, totius plagae ad Septentrionem porro expositae noticiam habere”, dando depois notícia de que lhe havia chegado às mãos um livro sobre as tribos da Sarmácia, a região a oriente da Germânia: “Peruenit siquidem ad nos de tribus Sarmatijs quidam liber” (Giii v); cfr. AUBIN, Jean - *Damião de Góis et l'Archevêque d'Upsal*, in “Damião de Góis. Humaniste européen”, cit., p. 270 e n. 13; também TORRES, Amadeu - *Os Descobrimentos portugueses nos escritos goisianos*, cit., p. 37.

²⁷ No final destes *Disceptatiuncula* escreve: “Haec Diensis oppugnationem, de nostrorum Lusitanorum gestis, meo aulico inculctoque stylo ex tempore ob rei familiaris curam (in qua modo usari incipio) conscripta, obiter adieci”, introduzindo uma nota de natureza pessoal, que o Cardeal devia perceber (Eiv v).

²⁸ Em Pádua Góis manteve uma actividade grande, traduzida não só nos contactos com diversas personalidades, mas também na tradução para português do *De Senectute* ciceroniano impressa em Veneza em 1538.

²⁹ “Agens Patauii (vbi tua humanitate nulla causa, nulloque merito interueniente, me totum tibi deuinxisti)” (Aii v).

³⁰ Cfr. o fac-símile recentemente editado por João José Alves Dias, *Livro de Marco Túlio Cícero chamado Catão Maior ou da Velhice dedicado a Tito Pompónio Atico*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

Em ambos os casos, observa-se, como pertinentemente um estudo recente pôs em destaque, um sinal da “identidade nacional”³¹ da parte de Góis, tanto no que se refere à consideração da língua materna, como no respeitante à valorização, em língua culta internacional, de aspectos relevantes para a política exterior portuguesa. A insistência na utilização da expressão “de nostrotum Lusitanorum gestis” no final da resposta a Jóvio, constante da impressão de 1539, é disso um claro exemplo³².

O texto impresso por Frobenio é, pois, uma tradução feita por insistência de carta de Bembo, conforme é dito nas primeiras linhas. Mas esses “nonnulla” vertidos a partir de informes em português impuseram a Góis alguma intervenção. A tal se refere, em 5 de Setembro de 1539, no encerramento da *Disceptatiuncula* contra Jóvio, que antecede, como vimos, os dísticos elogiosos de Nânio, ao aludir à necessidade que teve de organizar os dados que lhe haviam sido remetidos certamente da corte, em Lisboa: “Haec ad Diensis oppugnationem [...] conscripta, obiter adieci” (Eiv v). E desculpa-se junto de Bembo pelo facto de aquilo que passara a latim “de nostrorum Lusitanorum gestis” poder parecer próprio de alguém que se estreia num género narrativo de intenção panegírica, e ainda por cima num latim que poderia ser visto como menos “humanista” (porque menos ciceroniano?), como o título *commentarii* poderia sugerir - “meo aulico incultoque stylo ex tempore ob rei familiaris curam (in qua modo vsari incipio)” (Eiv v) -, num recurso ao tópicus da *humilitas* no momento em que Góis está no início de uma grande actividade de produção de textos em latim sobre assuntos directamente relacionados com a projecção e defesa dos interesses portugueses na Europa.

Outro sinal, no plano do texto, que denuncia algumas intervenções da voz de um Góis autor, que não a do narrador dos factos, encontra-se em alguns incisos explicativos no domínio do vocabulário técnico. Se não se detém em “bombardarius”, “arcubutarius” ou “testudines”, grandes protecções que permitiam, à maneira dos escudos das legiões romanas, a aproximação dos soldados às muralhas e que os autores portugueses designavam por “mantas”, já no caso de “galleones” e de “carauellas” tem o cuidado de assinalar a especificidade portuguesa: “duodecim magnaer onerariae [...] quas Galleones vocamus” e “viginti et quinque agiles naues, quas Carauellas dicimus, quo genere nauium soli Lusitani vtuntur” (Ciii r). Aliás o próprio Góis não deixa de aludir a essas pequenas intervenções de sua iniciativa

³¹ NASCIMENTO, Aires A. - *Damião de Góis, tradutor: perspectivas para uma integração cultural*, in Actas “Damião de Góis na Europa do Renascimento”, cit., p. 249.

³² Eiv v.

nas linhas finais da *refutatio* contra Jóvio: “Haec ad Diensem oppugnationem, de nostrorum Lusitanorum gestis [...] obiter adieci vti per te (cuius amplitudo summa est) gratiam aliquam, et commendationem huic epistolae conciliarem...” (Ev v)³³.

2. Observemos, pois, o texto impresso por Frobénio em 1539 como corpo estruturado e coerente de enunciados frásicos fixados tipograficamente, em caracteres redondos, que se haviam tornado em marca distintiva da impressão dos textos clássicos e humanistas³⁴. Na verdade, se é evidente que a produção de enunciados linguísticos no quadro das regras do sistema comunicativo a que se destinam é - em princípio - independente da forma material que a “littera” assume no suporte material do impresso que a fixa e facilita a sua transmissão e difusão, não será menos evidente que esta mesma forma não pode ser desconsiderada no terreno da circulação do texto como objecto de leitura e, portanto, da recepção literária³⁵.

Vem isto a propósito do facto de o volumezinho se oferecer ao leitor numa grande simplicidade tipográfica. Já se referiu que a folha de rosto está desprovida de qualquer figura. Mas se o percorrermos, veremos que, afora uma linha em branco que separa a dedicatória do início dos *commentarii* em si mesmos e o termo destes em cinco linhas em forma de pirâmide invertida (E v), nada mais quebra a sequência compacta do texto³⁶. Não existem parágrafos individualizadores do faseamento da própria narração; a ocorrência de quatro linhas com espaço para um máximo de seis caracteres por preencher na margem direita (Cii r; Civ r; Dii v; E r) poderia sugerir a presença de um parágrafo; mas, no plano narrativo, esses locais não representam pausas mais fortes da *narratio* do que muitos outros lugares do texto, além de que só num desses casos (Civ r) a frase seguinte comporta, na abertura, uma partícula conjuncional que poderia assinalar uma pausa: “Hostes uero qui arcem

³³ Num só momento da narrativa Góis se assinala como enunciadador, quando, entrando numa breve *descriptio* do Malabar, anuncia uma mais alargada descrição na que anuncia vir a ser a história sobre a guerra cambaica: “Cuius litoris regnorumque antiquorum nominum in historia belli Cambaici [...] latiore narrationem faciemus” (B v).

³⁴ Utiliza-se o exemplar dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

³⁵ A história do livro é também história da leitura e história literária; as estratégias de utilização - aproveitamento, organização, etc. - do espaço oferecido pela superfície sobre a qual se regista graficamente o texto são, por isso, fundamentais em termos literários; e se isto é mais facilmente perceptível no caso dos manuscritos - a atitude do escriba pessoalmente colocado perante o trabalho de preencher a área de escrita destinada ou não a conjugar linguagem gráfica e linguagem figurativa, por exemplo -, também no caso do livro impresso a questão se reveste de pertinência, como a história do livro impresso documenta. Cfr. *Mise en page et mise en texte du livre manuscrit* sous la direction de Henri-Jean Martin et Jean Vezin, Paris, Promodis, 1990.

Diensem oppugnabant” (Civ v). Por outras palavras, o texto narrativo de Góis comporta momentos sintácticos (por ex. ablativos absolutos) que bem poderiam dar azo à marcação de um parágrafo ou até de um capítulo³⁷, mas o autor ou o tipógrafo optaram por apresentar uma empaginação caracterizada por uma mancha compacta³⁸.

A apresentação do texto impresso de forma contínua era habitual e não há que sobrevalorizá-la em termos interpretativos; mas não deixemos de anotar que, quando dez anos mais tarde, em 1549, Damião de Góis editar, também em Lovaina, os seus *De Bello Cambaico Secundo Commentarii Tres*, dedicados ao infante D. Luís, procederá a uma separação nítida entre as partes do texto respeitantes a cada um deles.

Quanto à pontuação gráfica, importa anotar que o ponto final é o sinal de uso constante em fim de frase; só num caso, por lapsos, está uma vírgula e em sete outros locais a letra inicial da frase seguinte é uma minúscula. Poderão ser sintomas de um trabalho tipográfico não muito rigoroso, mas isto não chega para menosprezar a sistematicidade do ponto final como marca tipográfica de separação desses momentos especiais do texto que são as passagens entre frases contíguas, com os seus mecanismos de ligação, ou seja a *syntaxis*.

Partamos da observação liminar de que a instituição de um *continuum* discursivo impõe orientações e escolhas estratégicas por parte do autor; o desenvolvimento do texto literário escrito depende de opções básicas, elas mesmas assentes em condicionantes impositivas do género literário, configuradas em função dos “objectos” predicáveis³⁹. Na obra goisiana em causa, estes são os sucessos ocorridos em Diu durante os meses do cerco de 1538, entre Junho e Novembro,

³⁶ De facto o início da refutação às opiniões de Paulo Jóvio tem lugar na linha superior da página imediata (Eii r), o mesmo sucedendo com o do poema final de Pedro Nânio (Ev r).

³⁷ Cfr. CHAUSSERIE-LAPRÉE - *L'expression narrative chez les historiens latins. Histoire d'un style*, Paris, E. Boccard, 1969, p. 109. E, no entanto, como numa sequência “His autem, quae hactenus narrauimus, nostri a quibusdam Turcis, quos in ipsis nauibus viuos deperunt, intellexere” (B v), bem se poderia justificar alguma indicação gráfica de passagem a uma fase nova do texto: por um lado temos a prolepse do que só se soube depois da vitória lusitana, por outro a frase seguinte introduz uma pequena sequência descritiva: “Est vero Malabar prouincia...”

³⁸ A economia resultante deste procedimento era evidente e por isso a encontramos em inúmeras impressões, nomeadamente em outras de opúsculos goisianos.

³⁹ Cfr. FONSECA, Joaquim - *Linguística e texto / discurso. Teoria, descrição, aplicação*, Lisboa, ICALP, 1992, “Coerência e coesão nas unidades linguísticas”, p. 31-32. Por outras palavras, “objectualidades” cujo grau de intencionalidade variará em função do género e das circunstâncias do texto literário; cfr. SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e - *Camões: labirintos e fascínios*, Lisboa, Cotovia, p. 133.

mas especialmente os relacionados com a fase do cerco, observados - e portanto justificados - do ponto de vista lusitano e visando a propaganda que a publicidade do relato em latim lhes conferia no palco da Europa culta, no quadro de uma legitimidade que será enfatizada no segmento final da refutação contra Jóvio e no poema celebrativo de Nânio, textos cujo papel de referência exofórica é mais do que evidente, porque propositada.

Como já ficou sugerido mais em cima, Góis fundamentou-se certamente num conjunto de informes (“nonnulla”), talvez sob a forma de cópia de alguma carta-relatório sobre os factos, em si restringida ao essencial dos dados, organizados diacronicamente *more historico*, numa temporalidade diarística cujas marcas estão presentes no texto através da indicação de datas ou sequências de dias, mas reforçada pela sugestão que se deixava ao leitor no final do relato: acabado o cerco, D. António da Silveira enviou um relatório escrito a D. Garcia de Noronha; este ainda tentou, sem o conseguir, apanhar os fugitivos à entrada do porto “vt eorum classem oppugnasset, atque gloriam liberatae arcis obtinisset”, optando por encetar uma perseguição cerrada no Mar Vermelho: “vt profugos hostes, aut terra, aut mari aggredierentur”. Sobre essa continuação da guerra contra os adversários se aguardavam com ansiedade notícias em Lisboa no momento em que Góis termina o seu trabalho de tradução: “De cuius navigatione et itineris ordine Rex noster potentissimus, singulis diebus nuncium expectat” (E v).

Este final, que expressa o alívio resultante do fim do cerco a Diu, em certa medida recentra a questão no plano em que ela efectivamente ganhava sentido: a opinião pública europeia. As *Epistolae* seleccionadas por Góis para a impressão lovaniense de 1544 contêm ecos dessa recepção, mas a dedicatória do opúsculo a um influente cardeal como Pedro Bembo fazia já parte dessa estratégia.

Na empaginação adoptada para a impressão de 1539, estamos na última página do folheto, num local que usufrui de um evidente valor estratégico. Por um lado, o seu texto oferece uma sùmula anafórica de quanto havia sido relatado nas páginas anteriores, graças à recordação de duas isotopias centrais da exposição: a dos valores negativos identificadores dos Turcos (“vt turpia in ipsos perpetrata facinora... Fuga itaque hostium facta...”; Ei v⁴⁰) e a de sentido oposto, sinalizadora do valor positivo lusitano (“vt eorum classem oppugnasset, atque gloriam liberatae arcis obtinisset”). Por outro lado, para além de uma prolepse implícita que convoca,

⁴⁰ Importa anotar que o lexema *fuga* é usado por César como meio de assinalar, à cabeça de uma nova frase, o encerramento de uma fase da acção militar e o arranque da seguinte; cfr. “Hostes proelio superati, simul atque se ex fuga receperunt...”, *B.G.*, IV,XXVII,1.

mediante o lexema “classem”, a prossecução da acção portuguesa, esta última página do impresso prepara a abertura do texto subsequente, as *Disceptatiuncula* contra Jóvio, a que preside um recuperador anafórico: “Hujusmodi multa sunt doctissime Bembe quae quotidie a nostris in Africa, Asiaque pro sacrosancta fide nostra aguntur...” (Eii r). O advérbio temporal *quotidie* tem plena justificação, já que as seis páginas seguintes do impresso vão apresentar, em registo polémico, uma síntese fundamentadora da história do reino até à chegada à Índia, percorrida pelas constantes semânticas da *nauigatio*, da *classis*, da *fides*, da *pauca nostrorum copia*, numa espécie de convocação catafórica do grande texto exortativo da expansão portuguesa no Oriente que se foi criando ao longo do séc. XVI.

Apesar, porém, da parcimónia na utilização de instrumentos retóricos ornamentadores do estilo, há que anotar algum cuidado organizativo da exposição. Assim, as primeiras seis páginas do impresso funcionam como uma espécie de introdução à matéria, logo a seguir à dedicatória a Bembo, que com elas, aliás, forma uma sequência sintagmática. Há uma sugestão de tratamento epicizante, que de resto virá a ser intensificado nos textos literários posteriores de outros autores, em verso ou em prosa, se bem que o objectivo dessa primeira sequência seja, em Góis, proceder a uma explicação das razões legitimadoras do ponto de vista lusitano, aspecto que provavelmente não existiria no texto original português de que se serviu⁴¹.

Nesta perspectiva, essas páginas iniciais do opúsculo denunciam algum cuidado de organização retórica; na verdade, para transmitir ao leitor o conjunto de factos e argumentos em que assentava a razão portuguesa - situada no pólo oposto à “perfidia” e à “insolentia” turcas -, o discurso reveste-se de procedimentos que visam provocar alguma dramatização enfática dessa explicação. Trata-se sobretudo do recurso ao diálogo entre o turco Solimão Baxá ou Bassa e o rei de Adém, aliado dos portugueses. No final dessa situação dialogada o rei é enforcado no mastro do navio e a cidade posta a saque, abrindo caminho para a acção turca, “significans Solimanus ciuibus [de Adém], maxime debere ipsos deo gratias agere, quod eos liberasset a tyrannide Lusitanorum, vt benigno Turcarum Imperatori inseruirent” (B r).

⁴¹ Há que ter em conta a *Epistola [...] Ioannis III [...] ad D. N. Paulum III Pont. Max. Super victoriis rebusque in Oriente feliciter gestis*, datada de Évora, 20 de Julho de 1536, que aparece impressa nesse ano em diversos locais da Europa (cfr. FARIA, Francisco Leite de - *Estudos bibliográficos*, cit., nº 362-364) e que viria também a ser incluída na edição dos *Opuscula* feita em Coimbra em 1791, p. 382s, onde se proclamavam, diante da opinião política europeia, os acordos estabelecidos com o poderoso rei de Cambaia, em tempos de Nuno da Cunha, que envolviam já a questão da cedência de Diu, aos quais Góis alude no início dos *Commentarii* de 1539 para acentuar a *perfidia* dos Turcos.

Trata-se de um ponto importante do texto, pois aí se inicia a acção, com a narrativa a concentrar-se na apresentação objectivante dos factos ocorridos durante o cerco (Bii r), ou seja, a partir do momento em que entra em cena o governador da fortaleza, D. António da Silveira. Importa, por consequência, observar os procedimentos de sintaxe interfrásica que Góis pôs em prática ao longo do relato.

3. Aproveitando o efeito de demarcação ou de separação que o ablativo absoluto comportava em latim, o texto organiza-se nesse ponto como uma sequência que visa estabelecer o trânsito rápido entre o fim do rei de Adém (com a consequente fragilidade da situação portuguesa), o saque da cidade e o começo do cerco a Diu: “Caede regis facta [...] Indiam versus sub finem Iulij uela dare iubet [o sujeito é “Solimanus”]. In qua nauigatione octo vel decem biremes, atque actuarias naues [...] amiserunt. [...] Ita igitur nauigando, Solimanus cum classe sua, Dium pridie Nonas Septembris appulit” (B r-v). Há que chamar a atenção para o funcionamento do enlaçamento anafórico desta sequência: “... uela dare... In qua nauigatione... Ita igitur nauigando”. Mas, para além do mecanismo anafórico, notemos a inclusão de uma *descriptio* (“Est vero Malabar prouincia”) e da primeira ocorrência de indicação de uma data ao modo romano (“Pridie Nonas Septembris”)⁴². Meia página depois, já quando a armada turca estava diante de Diu, entra então em cena a figura de D. António da Silveira, única personagem claramente enaltecida no opúsculo, de cuja actuação vai depender o resultado final do cerco (“Dux arcis nomine Antonius a Sylueira, vir summo loco natus, magni animi, ingenijque (virtute vero et prudentia fratre suo felicis memoriae Ludouico a Sylueira Comite a Sortelha non inferior) omnia ad defensionem obsidionis necessaria disponit”, Bii r). E logo a seguir vem a apresentação da figura de Coge Sofar, o braço direito de Solimão neste cerco⁴³. Ora a frase “Dux arcis nomine Antonius...” é a primeira que abre com um nominativo explicitamente relacionado com um nome próprio; e praticamente todas as ocorrências de “dux” surgirão ligadas a António da Silveira na primeira posição de frase. Sem optar por uma retórica enaltecadora, Góis não deixou de, sob a aparência do estilo despojado do *commentarius*, introduzir uma valorização panegírica do governador da fortaleza.

A chamada para a zona inicial da frase do nome do governador em nominativo reveste-se de uma dimensão enfática que importa evidenciar. Na verdade, sem que

⁴² No texto, as datas são indicadas de acordo com a notação contemporânea, à maneira cristã e, sobretudo na parte inicial, em forma verbalizada, até ao momento em que se inicia a narrativa sobre o cerco, passando, neste local, a seguir-se o calendário clássico romano.

⁴³ Ainda o será no segundo cerco da mesma praça, em 1546.

Góis aborde a figura de D. António da Silveira como um “herói”, ou seja, sem orientar a direção do discurso para o domínio do género da exortação épica, o certo é que esta figura se desenha, certamente creditada pela verdade histórica, como paradigma do estratega prudente e avisado, sabendo gerir os meios de que dispõe sem entrar em pânico. Bastará anotar que Damião de Góis não lhe atribui o sentimento da *ira*, que marca muitas vezes as acções dos heróis épicos⁴⁴. As suas virtudes tornam-se tanto mais salientes quanto, no lado dos sitiantes, o narrador acentua os vícios da “perfidia”, da “insolentia”.

A colocação de nominativos em primeira posição de frases recai essencialmente sobre *Antonius* (da Silveira), *dux* (a mesma personagem), *nostri*, *Lusitani*, *hostes*. Os três últimos lexemas fazem parte do sistema opositivo que orienta todo o relato dos acontecimentos e tinha no *Bellum Gallicum* de César suficientes exemplificações. Mas temos também “Mercatores atque oppidani” (Bi v-Bii r), numa referência às categorias sociais dos portugueses no Oriente, cujos interesses eram variáveis, podendo não coincidir sempre com os das autoridades oficiais. Por isso, talvez não seja de ver na fala exortativa de António da Silveira (“elatus animi magnitudine, voce sublimi inquit”, Dii v) exclusivamente o cumprimento de um lugar-comum imposto pelo género em si, mas também a expressão de uma realidade, já que o contributo de todos os habitantes de Diu era fundamental: “Quibus rebus percussus Antonius a Sylueira, milites omnes conuocat, quibus fidem, natiuum solum, Regem, vxores, filios, parentes, amicos, patriae longinquitatem, atque Turcarum perfidiam, paulo ante omnibus perspectam, commemorat” (Civ v-D r), ou seja a evocação de todo um mundo de valores e interesses com significado tradicional para “fidalgos cavaleiros”, certamente os elementos de maior confiança naquela situação, como servidores do rei⁴⁵.

Em termos quantitativos, nominativos e formas verbais de predicado ocupando o primeiro lugar da frase correspondem a cerca de duas dezenas de casos cada, o que traduz um grande equilíbrio, embora as incidências sejam relativamente distintas, já que, na sintaxe latina, chamar para a cabeça da frase a forma de predicado equivale

⁴⁴ O vocabulário da *ira*, por exemplo, está ausente do vocabulário utilizado por Góis na caracterização de D. António da Silveira, quando não seria difícil recorrer a modelos clássicos; cfr. KIVUULA-KIAKU, José Mambwini - *Le vocabulaire de la cause chez Tacite*, “Humanitas”, LIV, Coimbra, 2002, em especial p. 251, onde se pode ver como neste historiador romano o léxico da *invidia*, da *ira*, do *metus* do *odium* tem uma frequência significativa.

⁴⁵ Cfr. SUBRAHMAYAM, Sanjay - *O Império asiático português, 1500-1700. Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, s.d., p. 311. No seu texto de 1539, Góis menciona os fidalgos Manuel de Brito, Garcia de Noronha, Manuel de Vasconcelos, Martim Vasques Pacheco e seu sobrinho Gabriel Pacheco, António Mendes de Vasconcelos, mas não, por exemplo, Lopo de Sousa Coutinho.

a uma deriva face à norma corrente. No entanto, devemos ter presente que o texto pretende ser estritamente narrativo, confinado à informação dos factos, pelo que um tal procedimento acaba por se traduzir num modo de marcar um momento mais forte e sinalizar um novo impulso narrativo. Quanto à inscrição do sujeito do enunciado em nominativo na mesma posição, é um procedimento praticado na sintaxe latina, sobretudo em estruturas complexas do tipo do *periodus*, o qual, em conjugação com a colocação do predicado no fim, enfatizava a relação entre a prótase e a apódose, muitas vezes ao serviço de um reforço da *sententia* do enunciado.

Como se observou, nestes *Commentarii* não se verifica a prática de um discurso marcadamente sentencioso, mas Góis aproveita as potencialidades evidenciadoras da abertura da frase com nominativos referidos a actantes presentes no relato para empregar com alguma insistência esse procedimento. Assim, se contabilizarmos as frases que nos primeiros lugares incluem nominativos - e não estritamente a primeira posição -, encontramos meia centena, num conjunto total de pouco mais de duas centenas. É um conjunto heterogéneo, com substantivos comuns, nomes próprios e pronomes. No entanto, se analisado, este grupo patenteia uma distribuição significativa: na primeira posição da frase só aparece duas vezes um nome próprio (“Antonius” e “Nonius” [Nuno da Cunha])⁴⁶; depois, em maior quantidade, temos alguns substantivos comuns; finalmente, ainda com mais frequência, são usados pronomes (demonstrativos e relativos), aspecto que importará frisar mais adiante.

Por outro lado, levando em linha de conta o facto de Góis encerrar um número razoável de frases (três quartos do total) com o verbo em último lugar, numa prática sintáctica de tonalidade claramente latina⁴⁷, temos que o presente modelo - nominativo [...] verbo predicado - se identifica com a organização periódica bastante corrente em César do tipo “Caesar cognito consilio eorum ad flumen Tamesim in fines Cassivellauni exercitum duxit” (*B.G.*, V,XVIII,1), a que corresponde em Góis

⁴⁶ Na parte correspondente ao relato da acção, temos uma vez “Antonius dux.” (Ci r); há também uma ocorrência de “Nonius a Cunha”, Ciii r. Pode considerar-se um processo de certa tematização consentida pelo acompanhamento do nominativo, não só dada a posição inicial, como ainda a denotação do cargo de “dux”, no sentido de condutor, como de facto António da Silveira virá a ser desenhado no opúsculo. Trata-se de um processo com alguma marca “oratória”, que aponta em duas direcções: por um lado o locutor visa o leitor (alocutário), por outro visa o que é dito. Cfr. DANGEL, Jacqueline - *La phrase oratoire chez Tite-Live*, Paris, Les Belles Lettres, 1982, p. 18-19.

⁴⁷ Trata-se da construção “frequente e banal”, só de “interesse estatístico”, na fraseologia latina; daí que outras posições, como a inicial, atribuídas ao verbo na frase manifestem o seu papel central no enunciado; cfr. MAROUZEAU, J. - *La phrase à verbe initial en latin*, “Revue des Études Latines”, XV, Paris, 1937, p. 275.

“Dux Antonius a Sylueira assiduum pertinaciam hostium considerans, super cadauer collapsae turris tabulatum, pro defensione compactum, iubet erigi” (Biv v). Um tal modo de começar o enunciado frásico põe em prática um tipo de enlaçamento que assenta na chamada para primeiro lugar da personagem ou do actante responsável pelo desenrolar da acção, comportamento natural no relato narrativo⁴⁸.

4. Uma observação geral revela-nos que no texto de Góis não existe uma caracterização estilística especial das zonas de fronteira ou de passagem entre frases seguintes. No fundo, os procedimentos usados são os que provêm da historiografia antiga latina, desde os primeiros tempos da analística e na sequência de uma tradição grega bem conhecida⁴⁹. Ora um problema de fundo que importava resolver neste tipo de narrativa residia na maneira de fazer com que o discurso instituísse e transmitisse com eficácia a sequência cronológica dos factos, o que implicava o recurso a elementos de ligação “temporais”, como advérbios e conjunções de tempo, ablativos de tempo (às vezes no molde do ablativos absolutos).

Assim, excluídas as frases que se iniciam com lexemas nominais em função de sujeito e verbais em função de predicado da proposição principal, que, no conjunto, são cerca de um quarto das situações, muitas arrancam com fórmulas que indiciam claramente a continuidade cronológica dos eventos e, por conseguinte, creditam o fio narrativo aos olhos do leitor. É o caso de marcadores temporais como *postea, interea, interim, rursus, praeterea, proinde, pridie, tunc, ante*, bem como ablativos de tempo (*postero die, illo die, eo die, hac nocte, sequenti die*), que patenteiam a função básica de “separação” própria do ablativo. Mas Góis não emprega partículas temporais como *deinde, post* ou fórmulas como *haud multo post*; e só há um início com advérbio de lugar (*ibidem*), o que se compreende, dado que toda a acção narrada se passou ininterruptamente num mesmo local.

Estes elementos morfológicos, de parceria com outros que aduziam um matiz mais consecutivo ou confirmativo e também adversativo do tipo de *itaque, etenim, tandem, attamen, verumtamen, sed*, mercê da ajuda algo mais frequente de partículas de ligação colocadas em segunda posição da frase como *autem, uero, etiam, igitur*, asseguram o fluxo contínuo do texto narrativo, sem força suficiente, no entanto, para criar pausas significativas após o final da frase precedente.

Foi essa a razão por que se chamou, mais em cima, a atenção para a apresentação do texto impresso do opúsculo de 1539 desprovido de parágrafos, o que, sem se

⁴⁸ CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob. cit.*, p. 17.

⁴⁹ CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob. cit.*, p. 107.

revestir de uma diferença individualizante a ponto de a considerarmos como marca significativa, não deixa de ir ao encontro desta forte coesão narrativa que Góis transmite na sua versão latina de um relato informativo em português. Contudo, em algumas frases que arrancam com substantivos em nominativo ou então comportam, nas duas primeiras posições, alguma partícula de valor adversativo ou um ablativo absoluto, seria aceitável a abertura de parágrafo, assinalando uma pausa mais evidente no relato⁵⁰.

Deste modo podemos considerar que as pausas assinaladas tipograficamente com ponto final sinalizam momentos de articulação interfrásica em que se podem notar dois níveis com alguma distinção: há inícios de frases que, pelas partículas inseridas logo à cabeça, asseguram de forma muito evidente a continuidade narrativa de um discurso que pretende transmitir essa mesma impressão ao leitor; mas há outros começos de frases que sugerem pausas mais nítidas, sem que o autor (ou o tipógrafo?) as haja entendido como justificativas de divisão do texto em sequências individualizadas, do tipo de parágrafos e muito menos de capítulos.

Estão neste apartado as construções do tipo *cum* e conjuntivo, por exemplo em “Cum primum in terram descendissent milites” (Bii v) e “Cum Goam appulissent” (Biv r), únicos testemunhos nesta posição, ou então de *dum* e indicativo, mais usada do que a anterior, como em “Dum haec aguntur” (Biii v e Cii v) ou com conjuntivo, em “Dum haec agerentur” (Biii v). *Cum* e *dum* são partículas que, de uma forma mais ou menos forte, instituem alguma ruptura na sequência da exposição discursiva, e como tal podem surgir para marcar momentos de alguma dramaticidade no relato, introduzindo uma novidade ou uma mudança mais repentina na informação sobre o curso dos acontecimentos⁵¹. O efeito torna-se mais evidente se o autor tirar proveito do reforço de advérbios como *repente* ou *subito*, como em César “Cum repente instructas velut in acie certo gradu legiones accedere Galli uiderunt” (BG, VIII, IX, 1).

Ora a observação do comportamento de Damião de Góis na construção do discurso nestes seus primeiros *Commentarii* mostra-nos que se absteve, de forma nítida, de introduzir mecanismos textuais de dramatização que, de algum modo, transmitissem espanto ou sobressalto repentino ao leitor. Não significa isto que no opúsculo não se desenvolva uma estratégia para fornecer ao leitor uma visão dramática e até teatral dos sucessos (mercê das anotações de pormenores descritivos relacionados com o faseamento do cerco); mas isso provém mais do tratamento da

⁵⁰ Por exemplo, em César são correntes inícios de capítulo do tipo “Caesar acceptis litteris...”.

⁵¹ CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob. cit.*, p. 562.

diegese, por exemplo mediante a intensificação das dificuldades dos sitiados, concretizada na progressiva destruição dos torreões que defendiam a cidade por efeito da artilharia e das investidas turcas. É a zona do relato onde a figura de António da Silveira emerge e onde se anotam os nomes de outros portugueses, mas tudo no quadro do cuidado em transmitir ao leitor europeu a imagem de como do lado português presidia a “prudencia”, o saber estratégico, enquanto do lado turco prevaleciam a “insolentia”, a desmesura quantitativa, o ímpeto da força⁵².

Talvez isto explique a parcimónia claramente notória com que Góis emprega construções sintácticas que, na tradição historiográfica, emprestavam à exposição algum dramatismo; os ocorrências das conjunções *cum* e *dum* no texto de 1539, em posição inicial de frase, são unicamente as atrás indicadas; quanto a *tum* nem chega a aparecer⁵³. Já agora, anotemos também a raridade de construções consecutivas, dotadas de potencialidades intensificadoras mais visíveis, que Góis emprega mais na parte final do texto, como em “Tantus fuit omnium terror ac timor, vt relictis...” (E v). Uma das consequências significativas deste modo de actuar é o esbatimento da interpretação do sujeito da enunciação sobre os acontecimentos; daí a importância dos textos que, na edição de 1539, envolvem os *Commentarii* em si mesmos.

Isto significa que a *narratio* vazada para latim se restringia ao relato dos sucessos em si mesmos, as *res gestae*, deixando de lado comentários interpretativos, como os que se podem encontrar os textos de autores como João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Lopo de Sousa Coutinho⁵⁴, Gaspar Correia. No fundo, os

⁵² Num quadro genológico mais dependente da procura dos efeitos produzidos pelas imagens dos combates guerreiros, em si mesmas dinâmicas e tão apreciadas pela estética e pela poética de base renascentista, como seria o caso de uma historiografia oratoriamente exaltadora, o autor teria neste ponto do seu relato uma oportunidade para intensificar a eficácia da retórica da “realidade”, com sugestões sobretudo visualizadoras e sonoras dos actos e dos gestos. Góis, porém, abstém-se de avolumar essa dimensão certamente menos adequada à modalidade do *commentarius*, mesmo quando o relato da destruição dos torreões poderia apelar a isso.

⁵³ De facto, não são aproveitadas as suas capacidades para dramatizar a relação com o momento presente, por exemplo por meio de *tum uero* ou *enimvero*. Usa uma vez *tunc* em abertura de frase, quando se reporta ao episódio da tentativa de aliciamento do rei de Calecute pelo emissário de Solimão Bassa: “Tunc Rex toruo, truculentoque aspectu, inquit...” (Ciii v). Sobre o emprego destas partículas, cfr. CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob cit.*, p. 519.

⁵⁴ Lopo de Sousa Coutinho participou no cerco de Diu em 1538, cujos sucessos relatou no volume que saiu publicado muito mais tarde, em 1556, com o título de *Liuro primeyro do cerco de Diu, que os Turcos poseram á fortaleza de Diu*; sobre este testemunho cfr. LOPES, Maria José Ferreira - *Damião de Góis e Lopo de Sousa Coutinho: duas perspectivas diferentes sobre o 1º cerco de Diu*, in “Damião de Góis na Europa do Renascimento”, cit., p. 543. Em Góis, a figura central, cuja linhagem é mesmo referida, é D. António da Silveira; Borges de Macedo (*Op. cit.*, p. 139, n. 17), levanta a hipótese (discutida por Aires Nascimento, *loc. cit.*) de uma animosidade na corte portuguesa contra D. Nuno da Cunha se

por menores narrados dizem respeito à actuação de António da Silveira e à perícia que soube utilizar durante o terrível cerco, como se uma das lições de propaganda a retirar fosse que não era só o valor militar do cavaleiro mas também a perícia do capitão que se tornavam necessários no Oriente, em tempos em que as batalhas já dependiam em larga medida das armas de fogo.

As pausas instituídas no *continuum* discursivo entre o termo de uma frase e a abertura de uma subsequente constituem locais ou momentos que adquirem relevo significativo em enunciados longos, formados pela articulação de outros enunciados, mais ou menos simples ou mais ou menos complexos, como tendem a ser os do discurso oratório que caracteriza a exposição da historiografia literária, onde ao relato se junta a opinião do responsável pela enunciação. Uma tendência mais oratória deste tipo de discurso, como em Tito Lívio, implica uma elaboração frásica mais complexa.

No entanto, como se deixou indiciado atrás, de acordo com o que corresponderia à percepção de um texto tendencialmente reduzido à narrativa de acontecimentos, Damião de Góis não adoptou o modelo de organização do discurso historiográfico próprio da “historia”; assim, deixou de lado comentários moralizantes ou sugestões explicativas sobre os motivos condicionadores das atitudes dos homens - por exemplo, e como se apontou, o vocabulário da *ira* está ausente do seu texto - e outro tipo de incisivos como formulações de sentido político-moral, sob a forma de *sententiae* doutrinárias, por exemplo do género das que ocupam o primeiro parágrafo da *Catilinae Coniuratio* de Salústio.

Tal não significa, porém, que não exista, no interior do texto, uma procura pela instituição de um ritmo narrativo dotado de algum dinamismo, assinalado precisamente nesses pontos de relevo que são os começos das frases, como forma de manter desperta a atenção do leitor e de garantir uma certa homogeneidade ou coesão do relato. Trata-se sobretudo de partículas que estabelecem nexos de valor adversativo, como *sed, autem*, ou então confirmativo, como *nam*⁵⁵; no entanto, as

reflecta no texto goisiano. Góis inserirá um comentário elogioso de autor, em forma de prolepse, para referir o naufrágio de Nuno da Cunha no regresso ao reino, usando da velha imagem da queda dos grandes: “Nonius a Cunha postea illinc soluit, in Lusitaniam nauigaturus, in itinere vero, iniquo fato, apud Caput bonae spei diem suum obit. Piscibus, turgidoque mari eius cadauer, qui vltra decennium, Imperium Orientis, nomine Regis sui gesserat, traditur. Quae mors non illi fuit noxia, quoniam sciebat se ad feliciorum vitam migraturum, sed nobis Lusitanis” (Ciii v). Góis também não alude a Martim Afonso de Sousa, que havia participado activamente na construção da fortaleza de Diu...

⁵⁵ Usado uma única vez, em primeiro lugar da frase, já na zona final do relato, ao apontar como um veneziano que andava ao serviço dos turcos viera informar os portugueses da intenção de Solimão de levantar o cerco e da sua exasperação contra Coge Sofar, por tê-lo aliciado com a ideia de que a fortaleza seria facilmente tomada (Div v).

duas mais utilizadas são *uero* e *igitur*. Colocada normalmente em segunda posição no início da frase, após um nome, *uero* trazia para o discurso uma sugestão de advertência não muito forte, mas que servia para marcar a oposição entre “*nostri*” e “*hostes*”, no molde “*Nostri uero repugnantes [...]. Hostes uero miris modis contra nitentes...*” (Biv v).

5. Por conseguinte, tendo em conta o relevo que a abertura de uma nova frase ganha após o encerramento da anterior para a estruturação da exposição narrativa (ou outra), parece pertinente que se conceda alguma atenção à articulação entre as frases, entendidas como enunciados construídos de forma coesa e coerente, o que no plano da fixação tipográfica se traduz na utilização de uma sinalética própria, patente no impresso de 1539, como se observou mais em cima. Para tal há que proceder à descrição das soluções que, para além das que ficaram abordadas para trás, surgem no texto de Góis como mais eficazes para esse trabalho de consolidar a unidade do relato, no quadro de uma economia narrativa sintonizada com o modelo do *commentarius*.

Como *narratio*, podemos anotar a sua relativa brevidade, em sintonia com o que preceituava a retórica antiga; por outro lado, é óbvio que têm de prevalecer nela os nexos de natureza temporal ou temporal-causal, patentes nas formas adverbiais ou sintáticas já aludidas. Há, no entanto, outros procedimentos que desempenham um papel de maior relevo e eficácia ao longo do texto e que merecem a nossa atenção.

Começemos pelo ablativo absoluto. O ablativo absoluto é um recurso sintático com alargado uso na exposição historiográfica latina, pois permitia marcar com mais força alguns momentos do andamento narrativo, na medida em que comportava uma indicação de separação, de paragem seguida de novo arranque, pelo que servia bem para assinalar mudanças de capítulos ou de parágrafos. Isto não deixava de contribuir para a criação de algum dinamismo e até de algum dramatismo narrativo, por exemplo mediante o inculcar de um *suspense* no espírito do leitor⁵⁶.

Góis serve-se do ablativo absoluto em início de frase de uma maneira comedida: em cerca de uma vintena de casos. Trata-se de construções do tipo “*Hoc proelio facto*”, “*Hoc facto proelio*”, “*Quibus rebus cognitis*”, variadas vezes empregues no texto do *Bellum Gallicum* de César. Em Góis aparecem “*Sequenti die*”, “*Qua*

⁵⁶ Cfr. CAVE, Terence - “*Suspendere animos*”: pour une histoire de la notion de suspense, in “*Les commentaires et la naissance de la critique littéraire en France (XIVe-XVIe siècles)*”, Paris, Aux Amateurs de Livres, 1990, p. 211.

legatione audita”, “Incepto autem praelio”, “Denique toto exercitu commoto”, “Habita concione”, “Praelio finito”. Anotemos a convergência entre “Quo facto [...] audacius resistere ac fortius pugnare coeperunt” em César (*BG*, II,XXVI,2) e “Quo facto, canere atque saltare incipit” em Góis (*Div r*). É visível aqui uma aproximação bastante clara ao estilo de César, muito mais do que ao de Salústio, pese a referência de João Rodrigues de Sá na carta já aludida⁵⁷.

Há, porém, um pormenor que vale a pena salientar. Em Júlio César é relativamente frequente a presença do lexema *res* no início de frase em ablativo absoluto e noutras construções do tipo “His rebus conventibusque peractis”, “His rebus cognitis exploratores centurionesque praemittit”, “Quibus rebus cognitis”, “His rebus cognitis”, “His rebus pace confirmata”, “Hac re [...] cognita”, algumas delas em início de capítulo. Nestes casos, o lexema *res* reveste-se da função de um referente nominal de valor geral, reportado a algo que está denotado anteriormente, do tipo da anáfora “por nominalização”⁵⁸. O que não pode deixar de causar alguma estranheza é o facto de, no texto de Góis, só em três locais tal lexema ser utilizado em ablativo absoluto e sempre precedido do relativo *qui*: “Qua re peracta” (*Aii v*), “Qua re ab hostibus perspecta” (*Biii r*), “Qua re perspecta, subito...” (*Cii v*), onde a presença do advérbio *subito* concede uma certa dramatização ao relato⁵⁹.

Em Góis podemos, por consequência, anotar o seguinte: em primeira posição de frase, *res* em ablativo nunca se apresenta determinado pelo demonstrativo *hic*, mas sempre pelo relativo *qui*; por outro lado, o recurso a *res* num papel de nominalização anafórica, pesem as suas capacidades de instituição de articulação entre as frases da narrativa, surge em Góis só em sete momentos: “Qua re peracta” (*Aii v*), “Qua re ab hostibus perspecta” (*Biii r*), “Qua re perspecta” (*Cii v*), “Quae res omnibus nostris” (*Civ r*), “Quibus rebus percussus” (*D r*), “Erat res incredibilis” (*Diii v*), “Quibus rebus Solimanus” (*Ei r*).

⁵⁷ Amadeu Torres situou a referida carta na “terceira fase”, “lovaniense”, da epistolografia goisiana; Cfr. *ob. cit.*, II, p. 187.

⁵⁸ APOTHÉLOZ, Denis - *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*, Paris-Genebra, Droz, 1995, p. 37. A capacidade deste tipo de anáfora está sintetizado em FIGUEIREDO, Olívia Maria - *Considerações sobre o emprego da anáfora nominal em textos de alunos*, “Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas”, XVIII, Porto, 2001, p. 403: “O destaque a dar ao fenómeno da nominalização reside na sua capacidade em operar, por um lado, uma transformação lexical e sintáctica e, por outro, imprimir à sequência textual um carácter sintético e resumativo”.

⁵⁹ A fórmula *quibus rebus confectis* comporta um valor recapitulativo e um movimento direccionado para a frase precedente, a marcar uma pausa antes de novo avanço; cfr. CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob. cit.*, p. 85.

6. Isto conduz-nos ao domínio da articulação interfrásica assente no enlaçamento anafórico, importante na gestão da exposição narrativa, como um processo de garantia da homogeneidade narrativa do texto.

A questão da anáfora, na sua relação com a natureza e construção de um enunciado minimalmente completo, preocupou já a gramática antiga, sobretudo a helenística e a sua herdeira latina; razões diversas, desde o que tinha sido dito e o que não chegara a ser dito por Aristóteles quanto ao *logos* e ao *periodos*⁶⁰ - mas não percamos de vista que se trata de reflexões e de tentativas definitórias para um tipo de discurso oral, não para o escrito -, até às implicações propriamente gramaticais e pedagógicas das reflexões dos estóicos sobre a articulação entre o “pensar” e o “dizer” e às questões do enunciado como expressão no plano do conhecer, da expressão e do convencer, haviam chamado a atenção para a anáfora, não só pelas suas implicações no que dizia respeito à unidade “lógica” da construção enunciativa (e a unidade perspectivava-se em planos diferenciados), como também, no plano gramatical, pelo papel que concedia ao pronome⁶¹.

Ao tempo em que Damião de Góis aprendeu latim, ainda antes da técnica pedagógica dos Jesuítas se impor⁶², prolongando as orientações de aprendizagem das “*humaniores litterae*” humanistas, a tradição gramatical ensinava que o pronome substituíu o nome. Ora o contacto com os textos dos autores latinos mostrava aos gramáticos antigos, medievais e mesmo renascentistas a capacidade que os pronomes relativos e demonstrativos detinham para, sobretudo em início de frase, instituir um mecanismo relacionador de natureza anafórica, indubitavelmente útil numa

⁶⁰ Cfr. CHIRON, Pierre - *La période chez Aristote*, in “Théories de la phrase et de la proposition de Platon à Averroès”, Paris, Éditions Rue d’Ulm, 1999, p. 103.

⁶¹ Cfr. BARATIN, Marc - *La conception de l’énoncé dans les textes grammaticaux latins*, in “Théories de la phrase et de la proposition de Platon à Averroès”, cit., p. 171s.

⁶² No entanto, do ponto de vista das concepções teóricas tal gramática continuava tradições anteriores; cfr. PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio - *Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el “De constructione octo partium orationis” (Coimbra 1555)*, “Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos”, 22, 2002, p. 211. Aliás, antes de partir para Itália, já Damião de Góis tinha usufruído da convivência com Erasmo em 1533, certamente no conjunto de outros muitos visitantes do “príncipe” dos humanistas, e não foi de certeza alheio à impressão contra a vontade deste de uns rudimentos de retórica a si dedicados: *Eras. Roterod. Compendium, ad Damianum a Goes, Equitem Lusitanum*, Lovaina, 1544; cfr. MATOS, Luís de - *Das relações entre Erasmo e os portugueses*, “Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira”, IV, Lisboa, 1963, p. 241, em especial p. 247s. Tenhamos em conta a chamada de atenção que Aires Nascimento faz para o papel que o texto latino do *Cato Maior* detinha na formação escolar, tomando como apoio o testemunho de François Dubois, editor e comentador de Cícero, além de editor da obra em causa, que Góis traduziu (Cfr. NASCIMENTO, Aires A. - *Art. cit.*, p. 239s.).

narrativa que visasse a exposição coesa de acontecimentos⁶³. Essa capacidade provinha, como há um século a gramática comparativa sublinhou, do valor anafórico de dois temas indo-europeus, *yo- e *to-, que serviam, sobretudo o segundo, que evoluiria para o relativo, para accionar o reenvio, no contexto da sequência frasal, para uma palavra dita pouco antes⁶⁴.

Ora se observarmos o comportamento de Góis no que diz respeito à maneira de gerir a sucessão frasal no seu texto de 1539, podemos verificar que, no conjunto das duas centenas de fecho de uma frase e abertura de uma seguinte, tipograficamente assinaladas pelo ponto final em regra, existem quase oito dezenas que apresentam, à cabeça da nova frase, um pronome relativo ou um pronome demonstrativo⁶⁵. Ou seja, quase metade desse conjunto. Nos relativos o pronome é *qui*, na diversidade que as situações da sintaxe impunham; nos demonstrativos predomina claramente *hic*, vindo depois, em muito menor quantidade, *ille* e *is*. De *ille* há só duas ocorrências iniciais, e de *is* contam-se cinco. Significa isto que os pronomes colocados no arranque de frase, após ponto final, pertencem exactamente à categoria daqueles

⁶³ É preciso ter em consideração que, em termos retóricos, a anáfora se relaciona com a univocidade e, portanto, a “perspicuitas”, o que implica já a relação com a questão do texto do ponto de vista linguístico; cfr. GARAVELLI, Bice Mortara - *Manuale di retorica*, 5ª ed., Milão, Bompiani, 1991, p. 137. No plano linguístico, cfr. SILVA, Fátima - *Do possível e impossível em red denominação demonstrativa anafórica*, in “Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto”, Porto, CLUP, 2002, p. 141. Mas em meados do séc. XX, no período da grande investigação (e ensino...) no campo da filologia das línguas antigas, J. Marouzeau analisava, em termos “estilísticos”, a estrutura da frase latina e como nela actuavam diversos mecanismos e movimentos de coesão e relacionamento, por exemplo “atrações e oposições”, “dissociação e inserção”, “interferências”, que epifanizam as potencialidades anaforizantes de vários elementos frasais; cfr. *L'ordre des mots dans la phrase latine. III - Les articulations de l'énoncé*, Paris, 1949, p. 137s.

⁶⁴ Cfr. MEILLET, A.; VENDRYES, J. - *Traité de grammaire comparée des langues classiques*, 4ª ed., Paris, Honoré Champion, 1968, p. 635. Cfr. FONSECA, Fernanda Irene - *Art. cit.*, p. 277.

⁶⁵ Amadeu Torres, no fundamental trabalho sobre a epistolografia latina de Góis já indicado, anota a elevada percentagem de pronomes nos inícios de frase, caracterizando tal situação como “uma superabundância de parataxe muito pouco conforme aos cânones do idioma lacial” (*Ob. cit.*, II, p. 296). É preciso ter em conta que a estratégia do discurso epistolar goisiano não correspondia necessariamente à dos *commentarii*; naquele, até pela *dignitas* dos correspondentes, impunha-se uma atenção à estrutura periodal da frase, de acordo com o sentido do *certus et circumscrip tus uerborum ambitus* (*Ibidem*, p. 237), enquanto, ao que se nos afigura, no relato sucinto de factos em registo claramente informativo a ausência de complexidade frásica podia abrir caminho ao reforço do enlaçamento de referência endofórica em que eram de enorme utilidade esses pronomes demonstrativos e relativos. Sem pôr em causa que, na Carta VIII endereçada por Góis a Bonifácio Amermáquio em 21 de Julho de 1534, a “repetição de *quod* relativo” significa “certa limitação elocucional”, como observa Amadeu Torres (*Ibidem*, p. 180), nos *Commentarii* esse procedimento pode ser visto como procedimento enquadrado na utilização frequente do relativo em início de frase.

que maior capacidade dispõem para estabelecer a ligação ou nexo de continuidade enlaçante com a frase anterior, graças às suas capacidades “fóricas”, garantindo, desse modo, a sequencialidade dos dados, mas não abrindo espaço para a intervenção sentenciosa do autor; é que o texto é apresentado como *commentarii*, no plural, e não como *historia*⁶⁶.

Como se frisou, na carta de 1541 de João Rodrigues de Sá, o culto fidalgo português sugere, a par de Virgílio e de Lívio, o modelo de Salústio para os *Commentarii* de 1539. O fidalgo português deve ter evocado Salústio com fundamento na similitude entre os títulos *Bellum Iugurthinum* e *Bellum Cambaicum*, como também foi conhecido e referenciado o opúsculo goisiano. No entanto, o paralelismo não tem razão de ser nem no plano da concepção e da intenção das obras, nem no plano enunciativo. O livro de Salústio foca uma guerra na amplitude das suas causas e efeitos, enquanto o relato latino assinado por Góis se confina à apresentação do que sucedeu, durante uns meses e numa mesma cidade sitiada. É certo que a edição de 1539 evidencia a intenção de enquadrar esses sucessos, concretamente focados e fixados, num contexto de razões e objectivos mais amplo, através dos outros textos que a compõem; mas não assim quanto ao opúsculo em si mesmo.

Ora a observação da actuação de Salústio na zona de passagem de uma frase a outra revela-se distinto daquele que Góis executou nos *Commentarii*. Na verdade, embora no texto de Salústio muitos dos períodos abram com fórmulas correntes na prosa narrativa, como sejam ablativos do tipo “His difficultatibus circumuentus” (VII,1) ou “Ea fuga Iugurtha impensius modo rebus suis diffidens” (LXXV,1, onde está presente uma anáfora de tipo “infíel”, já que atrás aparecera “fugati” referido aos Númidas), o certo é que são sobretudo as partículas de valor adversativo, restritivo (*sed, contra, tamen*), confirmativo (*nam*) ou consecutivo-conclusivo (*igitur, ergo*)⁶⁷, bem como nexos temporais (*post, postquam, postea*) que surgem a instituir o enlaçamento interfrásico, mais do que as formas de pronomes relativo ou demonstrativos: a articulação através de um demonstrativo faz-se com *is* algumas vezes, com *hic* muito menos vezes e ainda mais raramente com *ille* e *ipse*.

⁶⁶ Na terminologia designativa quinhentista isso correspondia ao sentido de *relação*; assim se compreende o recurso a este termo para traduzir *commentarius* por parte de Carlos Ascenso André, tradutor moderno do *Commentarius de rebus in Índia apud Diu gestis anno salutis nostrae M.D.XLVI*, de Diogo de Teive, saído em Coimbra em 1548: *Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, Lisboa, Cotovia, 1995.

⁶⁷ MAROUZEAU, J. - *L'ordre des mots*, cit., p. 85s.

Não é de Salústio que o discurso de Góis se aproxima mais, mas de César, autor que, como já se disse mais de uma vez, João Rodrigues não incluiu nos “modelos” dos *Commentarii*. Ao lado, porém, de pontos similares (por exemplo a oposição entre os “nostri” e os “hostes”) verifica-se uma diferença notória: enquanto César se apresenta não só como o sujeito da enunciação discursiva, mas também como sujeito de enunciados (do tipo “Caesar nuntiis ad ciuitatem Haeduorum missis”, *BG*, VII,XLI,1), Góis só pode aparecer na primeira função e mesmo aí de forma matizada, já que se dirige a Bembo como simples tradutor para latim de algumas informações que recebera de Lisboa. Incisos parentéticos do tipo “vt vocant”, “deo adiutore” veiculam comentários ocasionais que indiciam o tradutor do texto, mas não a do autor da *narratio*.

Em ambos os casos, porém, é manifesto o cuidado em manter o leitor constantemente preso ao fio condutor dos acontecimentos, tal como são estes configurados no relato⁶⁸; a ligação entre as frases procura, por isso, instaurar uma sequência sem quebras nem desvios, projectando sempre a atenção do leitor para o progresso dos eventos, num avançar cujo desenlace é conhecido⁶⁹; ou seja, trata-se mais de explicar o que aconteceu, mesmo no pormenor, do que satisfazer um *suspense* que não é aqui finalidade visada pelo narrador.

Na verdade, como já se anotou mais em cima, o mecanismo anafórico de enlaçamento das frases por meio de pronomes relativos predomina do texto goisiano dos *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis*. A eficácia de tal procedimento parece evidente, já que, tal como se aprendia a gramática latina ao tempo de Góis, uma das regras mais importantes a fixar e a praticar era a concordância entre o relativo e o seu “antecedente”⁷⁰ (isto é, acautelar a coerência sintáctico-semântica do discurso). Daí que seja nesses casos que o texto de 1539 mais vezes pratica quer a anáfora “fiel”, como em “Quam classem”, que recupera “classis” na frase anterior (Aii v), quer a referência contextual, como em “Cui classis praefecit”, onde “classi” retoma “naues” anterior (Aiii r), em forma de anáfora “infiel”⁷¹.

Pressente-se, por conseguinte, um discurso linear, preocupado com a *perspicuitas*, sem sobressaltos dramatizadores, no quadro do que se podia entender por *commentarii*. É nessa direcção que vai a maioria dos inícios de frases, não só em função de enlaçamento anafórico, mas também evidenciando a função tempo-

⁶⁸ Cfr. APOTHÉLOZ, Denis - *Ob. cit.*, p. 10.

⁶⁹ Poderia para aqui transferir-se, com as devidas acomodações, a noção de “cadeia anafórica” usada pelos linguistas; cfr. OLIVEIRA, Fátima - *Cadeias anafóricas. Que referência?*, “Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas”, IV, Porto, 1987, em especial p. 127.

⁷⁰ LEÓN ROMEO - *Art. cit.*, p. 220.

⁷¹ APOTHÉLOZ, Denis - *Ob. cit.*, p. 36-37.

ral sequencial, importante num relato que tem muito de diarístico, como “A tergo ilico ignem ex picea materia, aridisque lignis struit, qui magno incendio noctu, mane, vesperique ardebat” (Biv v - C r)⁷². Daí que o emprego de construções temporais (adverbiais ou conjuncionais) apareça com algum relevo (cerca de uma trintena), reforçado ainda por fórmulas de complemento como “Illo die” (Ci v) ou então por construções de ablativo absoluto como “Illucente die circiter” (Di v), “Nocte praeter lapsa” (Ei r)⁷³, “Sequenti die” (Bii v por ex.), que Góis utiliza mais do que uma vez, não se interessando, no entanto, por “Postero vero die” (Aiv v), que ocorre uma só vez em início de frase, apesar de César a empregar com alguma frequência no *Bellum Gallicum*.

Neste ponto podemos considerar que a máquina anafórica desempenha um papel fortemente estruturante no texto narrativo de Damião de Góis editado em 1539. Realizando-se prioritamente por meio de partículas que, tanto pela capacidade deíctica que as caracteriza, como o demonstrativo *hic*, como pela capacidade relacionadora no caso do relativo *qui* - em ambos os casos tirando proveito das potencialidades englobantes que as formas de nominativo neutro de plural ofereciam, adjuvadas ainda pelo termo *res* no plural como nominalizador anafórico -, ela permite instituir e garantir essa “continuidade referencial” necessária à coesão do texto⁷⁴.

Isto não impede que, no seu interior, apesar da sua pequena extensão, se encontrem momentos que correspondem a pausas, obviamente não dotadas de uma força suficiente para imporem a abertura de um parágrafo, por exemplo, e muito menos de um capítulo. Esses momentos vêm caracterizados fundamentalmente pelas seguintes situações de abertura já referidas: substantivo em nominativo, forma verbal como predicado, presença de partículas que transportam consigo algum sinal de dramatização do relato, como é o caso de *ecce* (“Ecce adhuc alius dux terrestrium copiarum comitatus viginti milibus militum” (Bii r), única ocorrência inicial desta exclamativa que busca contribuir para o espanto do leitor diante da enorme quantidade de tropas colocadas frente à cidade, sob o comando de Coge Sofar⁷⁵) ou de *subito* (Góis não emprega *repente*, que César utilizou) (“Subito aliquot nostrorum ex arce ad ostium”, Cii r), advérbio que vem empregado várias vezes na zona do

⁷² Se é certo que o andamento do relato impõe a indicação de algumas datas, também é verdade que não se chega ao pormenor da indicação das horas do dia, como sucede em alguns, é certo que raros, passos do *Bellum Gallicum* de César (ex. “ipsa hora diei circiter quarta”, IV,XXIII,2; “Hora circiter tertia ab antecursoribus”, V,XLVII,1).

⁷³ Mas não aparece “Prima luce” utilizada por César.

⁷⁴ APOTHÉLOZ, Denis - *Ob. cit.*, p. 10.

⁷⁵ ... qui vocabatur Rogetus Gosarus, natus matre Turca, et patre Christiano orto in Xio insula, cuius opificium fuerat rimas nauium obturare. Fuerat hic Rogetus Regi Cambaiae, dum viueret, dilectis-

relato que corresponde à fase de maior intensidade dos combates e do perigo que corriam os portugueses.

Quanto à chamada do verbo para primeiro lugar absoluto da frase, trata-se, como se apontou mais atrás, de um procedimento cuja força retórica era muito maior, já que, na frase latina, o lugar do verbo tendia a ser o último. Isto em nada limitava a “centralidade do verbo” na frase⁷⁶, até porque era repetidas vezes referida a opinião de Quintiliano: “in uerbis enim sermonis uis est” (*Inst. Or.*, IX,3,26)⁷⁷. Colocar o verbo no princípio do período revestia-se, deste modo, de algum estranhamento⁷⁸, que, no caso dos *Commentarii* de 1539, se evidencia em momentos que sugerem, por sua vez, uma certa pausa: “Habebant nostri citra arcem in ipsa ciuitate turres duas” (Biii r)⁷⁹. Isto ainda é mais evidente nos três inícios com *est*, no presente do indicativo, com um valor mais assertivo: “Est uero Malabar prouincia” (Bi v), “Est autem iste potens Calecutij Rex” e “Est uero Cochinum oppidum” (Civ r).

7. O texto dos *Commentarii* que Damião de Góis fez sair em Lovaina no ano de 1539, mal havia chegado de Itália, oferece-se, pois, como um *continuum* concretamente centrado num conjunto de acontecimentos bem datados e localizados, sem que o autor se disponha a elaborar desvios ou excursos. No plano diegético, isso funciona como um mecanismo de coesão da narrativa; no plano da construção enunciativa, esta assenta particularmente nos mecanismos de retoma e de referência intratextual e endofórica⁸⁰ que os pronomes demonstrativos e relativos permitem realizar. Apesar de diferenças observáveis, é visível o modelo expositivo utilizado por César no *Bellum Gallicum*.

simus” (Bii r); virá a desempenhar papel determinante no segundo cerco de Diu, em 1546, sendo aí morto por um tiro enquanto observava descuidado o arraial português, como Góis recordará no seus segundos *Commentarii tres* saídos em Lovaina em 1549.

⁷⁶ Para a abordagem linguística desta questão, cfr. FONSECA, Joaquim - *A centralidade do verbo no enunciado*, “Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas”, III, Porto, 1986, p. 53.

⁷⁷ No plano da organização enunciativa, Quintiliano coloca a ordem da importância acima da ordem meramente cronológica (“uerbum sensum cludere.. optimum est; in uerbis enim sermonis uis est”, IX,3,26), considerando que o enunciado vai do menos para o mais importante, em gradação ascendente, pelo que o verbo ocupa o final da frase precisamente porque encerra o essencial do pensamento; cfr. MAROUZEAU, J. - *L'ordre des mots*, cit., p. 138.

⁷⁸ MAROUZEAU, J. - *L'ordre des mots*, cit., p. 192.

⁷⁹ *Habere* no pretérito imperfeito é o verbo activo mais vezes utilizado nesta situação. Quanto a *esse*, surge, em idêntica posição, na forma *est*.

⁸⁰ APOTHÉLOZ, Denis - *Ob cit.*, p. 29. Em Salústio serão exemplos casos como “His atque talibus aliis ad deditionem regis animum impellit” (*B.I.*, LXII, 2), “His atque aliis talibus dictis” (*B.I.*, LXXXI, 2), “His ego praeceptis milites hortabor” (*B.I.*, LXXXV, 34).

É neste quadro que deve anotar-se a quase ausência de cenas de efeito mais forte ou patético, facilmente imagináveis em situações terríveis como as de um cerco com as características do de Diu. Poucos momentos de intensidade mais forte podemos encontrar, sob a forma de situações cuja teatralidade nada de inovador oferecia ao leitor humanista. Tais momentos reportam-se, como é compreensível, à fase mais intensa dos combates, onde o narrador tem de aplicar uma estratégia informativa capaz de dar conta da situação dos sitiados, num tipo de guerra de desgaste como aquela, sem, contudo, enveredar por uma ornamentação demasiado retórica, por exemplo mediante a convocação de símiles ou imagens de recorte clássico, fosse pelo seu vocabulário, fosse pela referência histórica ou mitológica, já que, se assim procedesse, estaria a extravasar o quadro do *commentarius*.

Por isso, em bom rigor encontramos só três sequências onde o Góis investe de forma mais evidente na captação da imaginação do leitor para o esforço que era exigido aos portugueses. Numa página marcada pela regularidade do ritmo e da extensão dos períodos, vincada ainda por começos de frase anafóricos - “Milites vero quinquaginta, qui in turre praesidio erant [...]. Illo die cum nihil promouissent Turcae [...]. Milites qui designati erant ad muros turris conscendendos [...]. Incepto autem praelio [...]. Rursus ij, qui ex quinquaginta pro propugnaculo integri adhuc seruabantur [...]. Praeterea nostri, ex arce opportunitate perfecta...” (C v) - vamos encontrar, no final, a sequência: “Hostes videntes ob oculos praesentem cladem, mareque sanguina suorum tinctum, atque multos laesos, et igne combustos, exanimati plane a certamine destitute, et de loco pedem retulere. Subito aliquot nostrorum ex arce ostium, per quod ad mare itur, erumpunt...” (C v-Cii r). Anotemos a ênfase posta na força da desgraça patenteada, portanto claramente creditada (“videntes ob oculos”), potencializada pela imagem do mar tinto de sangue, tudo seguido de imediato por um *subito* que inicia uma frase portadora de uma imagem também sinalizadora da violência do combate: “Subito aliquot nostrorum [...] erumpunt, paruasque scaphas conscendunt, vt hostium spolia per aquas flutuantia, exciperent, inter quae tres milites Turcas [...] viuos capiunt” (Cii r).

Um outro momento corresponde àquele em que os portugueses, após o dia de mais intensos combates, puderam observar nos fossos circundantes da fortaleza a quantidade de adversários mortos: “Erat res incredibilis dictu videre capita, cerebra, brachia, tibias, intestina, caeteraque corporis membra, quae in arcis fossa prostrata iacebant” (Diii v). A *enargeia* da cena provém retoricamente da enumeração ordenada de cabeças, miolos, braços, pernas, intestinos patentes aos olhos de todos.

O efeito do espectáculo, e será o terceiro momento, traduzir-se-á no final, quando o narrador proceder, num período complexo, mas de evidente recorte latino, à sugestão apologética da vitória: “Tantus fuit omnium terror ac timor, vt [...] trucidati sunt” (E v). Só que a forma passiva não tem como agente os Lusitanos, mas os

nativos: “ab incolis, vt nobis gratificarentur, et vt turpia facinora, vindicarent, trucidati sunt”.

Duas lições pretenderia o narrador transmitir ao leitor culto europeu, aquele a quem o monarca português buscava influenciar por seu intermédio: por um lado, a arte militar no Oriente implicava um saber apropriado às circunstâncias caracterizadas por uma enorme desproporção de forças entre os contendentes, mas que não podia dispensar a violência inerente a ela; por outro lado, a crueldade dos Turcos jogava, uma vez vencidos, a favor dos portugueses, já que os próprios nativos aproveitavam a situação para se vingarem do que haviam sofrido, ao mesmo tempo que buscavam a protecção dos cristãos. A mensagem era clara⁸¹.

Talvez, e em obediência ao género do *commentarius*, também por isso - ou seja, com o intuito de deixar mais nítidos os sucessos em si mesmos - Damião de Góis se tenha absterido de elaborar sequências de tom mais oratório, evitando, portanto, derivas para terrenos que dificilmente podemos imaginar que estariam presentes nas informações que recebera do reino e a partir das quais constrói a “epistola” em latim dedicada a Pietro Bembo. O único ponto onde o estilo roça o tom épico surge numa situação canónica do relato exortativo, mediante o emprego de um símile que nada tem de inovador. Trata-se do momento em que D. António da Silveira acaba de arengar aos portugueses, antecedendo a fase final dos combates: “His dictis, veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium cateruae se protrudit, huc, illucque iter aperiens, suosque veluti oues ex faucibus luporum eripiens, hostes, tanquam pilam, eo, vnde venerant, breui temporis spacio retundit” (Dii v). Não é provável que o texto português contivesse uma imagem tão fortemente marcada...; mas ela não deixava de convocar evocações de valentias cavaleirescas a que mesmo os textos historiográficos não escapavam⁸².

8. Poderia, por consequência, concluir-se que a narrativa destes *Commentarii* se caracteriza por uma busca da objectividade evidente que deveria actuar sobre o leitor graças precisamente à força de que os factos em si mesmos eram portadores.

⁸¹ Anotar-se-á, porém, que Góis, certamente em virtude do cuidado que tem em manter-se nos limites do que entenderia serem uns *commentarii*, não multiplica as particulas ou fórmulas provocadoras de movimentos bruscos no andamento narrativo e, por conseguinte, inculcadoras de uma certa excitação do leitor; sirvam de exemplo a parcimónia no uso de *iam* (“Quod iam magis cogebatur facere”, Div v) e a ausência de exclamações por conta do narrador.

⁸² O outro local do texto onde o leitor é convocado para uma maior dramaticidade expressiva diz respeito à morte de D. Nuno da Cunha na viagem de regresso ao reino, após mais de dez anos como vice-rei: “Nonius a Cunha postea illinc soluit, in Lusitaniam nauigaturus, in itinere vero, iniquo fato, apud Caput bonae spei diem suum obit. Piscibus, turgodique mari eius cadauer, qui vltra decennium, Imperium Orientis, nomine Regis sui gesserat, traditur” (Ciii r).

Isto não significa um relato neutro, de onde a voz do autor (não esqueçamos que se trata de uma tradução latina de Góis, sob a forma de uma “epistola” a um conhecido e influente cardeal humanista) esteja totalmente ausente; diversas vezes comentários parentéticos do tipo “(Deo gratia)” assinalam a sua presença e o seu interesse, aliás sintonizado na presença da dicotomia “nostri”/“Lusitani” vs. “hostes”/“Turci”⁸³.

No plano intratextual, do discurso tal como ele está construído, os instrumentos de articulação anafórica, talvez dizendo melhor, endofórica, contribuem fortemente para “reproduzir” a sequência (e a intensidade) dos eventos durante o primeiro cerco de Diu; as quantificações, as anotações cronológicas, os pormenores técnicos notados mediante um léxico adequado, as caracterizações minuciosas da actuação estratégica de cada um dos lados, enlaçam-se de forma credível através de frases que comportam, na zona inicial da sua unidade, fórmulas que assinalam a continuidade dos factos e o relacionamento sequencial entre eles. E a verdade destes é tão forte em si mesma que dispensa a introdução de procedimentos mais literários, resultante, por exemplo, da prática presentificadora e teatralizante que as vozes dos intervenientes na acção podiam provocar em discurso directo⁸⁴.

No entanto, não esqueçamos a circunstância concreta do texto: no opúsculo que Frobenio imprimiu em Setembro de 1539 em Lovaina o relato surge envolvido por outros textos para os quais, em perspectiva intertextual ou exofórica, o leitor era orientado. Significado especial têm, neste plano, os dois últimos textos do volumezinho. É neles que se encontra a referencialidade explicativa (ou valorizadora) do relato: a política lusitana no Oriente e mais concretamente na Índia. Por isso, se os dísticos de Pedro Nânio são sinal de um procedimento laudatório corrente, já as seis páginas em prosa dirigidas a Pedro Bembo que os antecedem, logo a seguir aos *Commentarii*, adquirem um relevo muito maior, porque oferecem um enquadramento ideológico-político ao texto assinado por Góis, constituindo uma espécie de explicação ou suma referencial das linhas de força da expansão marítima portuguesa, indiciando que os eventos datados de 1538 deviam ser interpretados como uma prova mais - objectiva, creditada, irrefutável... - da “história” da expansão portuguesa.

Jorge A. Osório *

⁸³ Também corrente em César.

⁸⁴ Há situações de discurso directo no texto, uma dialogada na explicação introdutória dos precedentes políticos do cerco, outras nas falas monologadas do António da Silveira aos seus companheiros, típicas da situação retórica do discurso do chefe militar às suas tropas.

* Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

OS ESTEREÓTIPOS DA METÁFORA ANIMAL: COMER GATO POR LEBRE

0. Introdução: «no tempo em que os animais fal[av]am»

Saber uma língua é ter consciência dos seus estereótipos presentes em cada um dos seus segmentos, trate-se de simples palavras e suas derivações figurativas, de locuções ou expressões idiomáticas, de processos discursivos, estratégias de nomeação, denominação ou textualização. Entendo estereótipo como o conjunto dos sentidos — melhor diríamos, “portais” para sentidos — que uma palavra, expressão ou construção de uma dada língua admite na sua multiplicidade de usos no interior de uma dada comunidade linguística. Parece ser claro que tanto uma palavra como uma expressão mais ampla permitem que um falante seleccione de entre os seus traços (ou predicados) constitutivos um, especificamente apto, para exprimir e linearizar um determinado conteúdo num dado contexto. Não estou a afirmar que as expressões linguísticas apenas contenham significado denotacional, que apenas sejam “referente”, coisa designada ou que não haja distinção entre dicionário e enciclopédia, entre palavras e coisas, entre expressões e mundo extralinguístico. Somente defendo que uma palavra ou expressão apresenta um amplo leque de predicados ou traços, uns mais típicos (ou prototípicos) do que outros, mas todos eles disponíveis no magma conceptualizado e lexicalizado na língua.

Partimos do princípio de que há campos conceptuais muito produtivos na produção de unidades fraseológicas, em que se pressupõem mecanismos icónicos geradores de expressões e, naturalmente, de expressões idiomáticas. Nesses modelos icónicos há domínios fonte que desaguam em domínios meta: os primeiros servem para motivação metafórica¹. São numerosos os modelos, os mais sistematizados

¹ Apoio-me na teoria cognitivo-experencialista de Lakoff / Johnson 1987 e Wierzbicka 1986.

têm como ponto de partida o corpo humano, desde o material bem “concreto” do corpo até ao seu interior. Os exemplos encontram-se constantemente na língua do dia-a-dia quotidiano e no dia-a-dia da escrita literária:

«Rezas agora por mim? “Anjo da guarda, minha companhia, guarda o meu ser de noite e de dia.” Pode ser? Mesmo que saibas que eu torceria de bom grado o pescoço ao gordo do teu Deus, se isso pudesse trazer-te à vida. Pode ser? *Quem com ferros mata com ferros morre*. Quem não se sente não é filho de boa gente. Pode ser? Entendes-me, assim, na língua da selva da *vox populi* de que tanto gostavas?» (Pedrosa 2002: 41)²

Mas os limites dos modelos vão muito para além de tratar o modelo icónico HUMANO. Pretendo aqui e agora analisar o modelo icónico ANIMAL (ou a metáfora animal). Neste modelo, os mecanismos mais usuais são a comparação em que intervém uma propriedade considerada prototípica ou uma referência directa ao animal. No mecanismo COMPARAÇÃO, a referência a uma propriedade prototípica serve de domínio origem projectando-se no domínio meta. Os animais mais próximos e estimados ou temidos pelo homem — cães, gatos, galinhas, serpentes, lobos, feras — servem de trampolim para categorizar, conceptualizar e lexicalizar situações concretas, que depois metafórica ou metonimicamente se tornam configuradoras de situações gerais. Se tomarmos apenas o conteúdo ‘ficar fora de si’, ‘zangar-se’, há expressões zoomórficas, em simples palavras, como:

- encabritar-se, engalinhlar-se,

ou expressões mais longas:

- ficar pior do que uma fera
 - diventare una fiera (it.)
 - andar in bestia (it.)
 - ponerse como una fiera (esp.)
 - ponerse hecho una fiera /esp.)
 - ficar como uma barata
- etc.

² O recurso aos textos tradicionais como fonte matricial de modelização conceptual e categorial da experiência quotidiana é constante, quer como insinuação ou alusão, quer como citação: «Procuras os dias antes de mim. Esqueces-me. As pessoas diziam que falávamos da mesma maneira, como um casal velho. Eu fizera-me mais bruta, caserna. Tu descambavas para o género lírico e usavas provérbios para tudo, os meus provérbios populares que ao princípio te irritavam. Olhava para ti e sabia exactamente a cor e a forma do teu pensamento. Ou assim o julgava, o que era a mesma coisa.» (Pedrosa 2002: 76)

E a referência aos animais, neste domínio, pode ser indirecta:
perder as estribeiras
ir aos arames

É evidente que os modelos culturais têm muito de subjectivo: crenças, religião, superstições, tradições, etc., representam um modelo partilhado, mas com menos sistematicidade do que aquele que mergulha na biologia, na observação do próprio corpo.

Estou a servir-me dos animais apenas como fonte da categorização, conceptualização e lexicalização de conteúdos. Os animais como referente são ponto de partida para categorizações: isto é, uma propriedade real (ou imaginária) do referente dá origem a expressões que passaram a fazer parte da língua. Quase nunca (ou mesmo nunca) os animais são considerados na língua como bens em si e por si: a sua conceptualização e categorização obedecem a critérios exclusivamente baseados na satisfação das necessidades do homem, na conceptualização dos seus medos ou na antropomorfização das suas crenças. Se passarmos distraidamente os olhos pela língua, damo-nos conta da presença constante dos animais como um dos pontos de partida preferenciais para a metaforização, percorrendo os mais variados domínios da psicologia humana (individual ou colectivamente considerada), seja em expressões mais ou menos longas em que a metáfora está patente, como em:

fome de cão, teimoso como um burro, manhoso como uma raposa, simples como as pombas, manso como um cordeiro, prudente como as serpentes, burro que nem uma porta, bater-se como um leão, olhos de lince, (ter) pele de galinha, ser a ovelha negra (num grupo), fazer render o peixe, não ser nem carne nem peixe, arrostar postas de pescada, passo de lesma, morrer de morte macaca, etc.

ou em simples palavras como:

abelhudo (alguém é um...), bezerrudo, engatatão (alguém é um...), (ser um) camaleão, (ser uma) lesma e lesmice, etc.

Trata-se portanto da selecção de um traço específico que a comunidade linguística fez de entre os traços / predicados presentes numa dada expressão - por força ou não do seu referente -, que depois se congela ou lexicaliza. Estas lexicalizações são inicialmente transparentes, mas depois lexicalizam-se, tornam-se opacas. O falante ao dizer que

O Pedro é abelhudo

a primeira (e única) interpretação nada tem a ver com “abelha”, como se disser que *ele é telhudo* nada me garante que me lembre de *telha*. Mas foi um dado traço que

se especializou na categorização desse novo “referente” e assim ficou congelado na língua.

Não quero avançar para o tema central da minha comunicação sem fazer referência ao modo normal como funcionam as expressões idiomáticas ou fraseologias no discurso quotidiano. Isto é, na nossa categorização normal e respectiva lexicalização e discursivização ou textualização, as fraseologias intervêm como travejamento da nossa argumentação e o animal, neste caso, serve como pano de fundo no nosso raciocínio:

«Raras são as tiradas de comício que obtenham tanto êxito quanto as antimilitares. Dinheiro para a saúde? Tira-se à defesa. Habitação? Segurança social? Creches? Reduz-se o orçamento militar. Apoios à juventude? Acaba-se com o serviço militar obrigatório. Subsídio de desemprego? Aumento das pensões mínimas? Basta não comprar submarinos nem helicópteros. Combate aos privilégios de certas camadas de portugueses? Comece-se pelos generais. ... Se o êxito fosse apenas retórico e momentâneo, daí não viria mal ao mundo. A verdade é que, *grão a grão*, voto a voto, a vitória do antimilitarismo tem sido total.» (António Barreto — «Civis e militares», Público, 6.10.2002) (it. meu)

Ligam-se dois domínios bem distantes, *grão a grão* e *voto a voto*, isto é, há a interacção entre duas categorias longínquas, para criar uma nova categoria, uma categoria desviante, que o ouvinte tem de inferir. Denomina-se um provérbio, reactiva-se todo o seu conteúdo em ordem a se ter um suporte argumentativo. Cria-se uma nova categoria: no “grão a grão” do discurso político - o “voto a voto” - para esvaziar de peso social uma dada instituição. E para me situar já no domínio da metáfora animal, eis a força argumentativa dos fraseologismos no seguinte texto a propósito do debate laboral proposto por Bagão Félix:

«Na sua generalidade, o grande tópico [do texto de João César das Neves: “Os enganados do debate laboral”] é: tudo o que aumenta a produtividade é bom, porque só isso permite a felicidade dos trabalhadores. Ou, numa *metáfora económica cheia de colesterol*, “*sem ovos económicos não se fazem omeletes legais*”... João César da Neves, ao mostrar que a produtividade está acima do direito dos trabalhadores, poderia fazer gloriosamente parte do comité central do Partido Comunista Chinês, que defende que não há melhor quadro para o desenvolvimento capitalista do que a concepção comunista dos direitos dos trabalhadores (os trabalhadores não têm que lutar pelos seus direitos porque quem está no poder são os seus representantes, e portanto estariam a lutar contra si mesmos e os seus interesses,,). *Gato chinês com o rabo de fora*, ou há

sempre um estalinista em cada esquina que espera por nós.» (EPC, O amigo chinês, Público 2002-12-04) (o it. é meu)

Concluo esta pequena introdução, dizendo que o «no tempo em que os animais falavam» continua a ser o nosso tempo, o nosso tique e faz parte essencial dos nossos estereótipos deixar que os animais falem por nós. Ainda, agora, num tema candente deste tempo — o problema do Iraque — , ao lado de uma fotografia de Saddam todo sorrisos e os inspectores entalados dentro de um carro com a respectiva legenda «Saddam e os inspectores: quem vai ser o último a rir»³, resume o texto em que descreve os trabalhos dos inspectores perante o imenso espaço de manobra de ocultação das armas no Iraque, do seguinte modo: «Os peritos que têm a missão de detectar o armamento proibido estão bem equipados, mas no terreno *pode jogar-se ao gato e ao rato*» (Os trunfos das inspecções, Público, 2002-12-08) [it. meu].

Mas vamos ao gato e à tradução. É evidente que «*um gato é sempre um gato*» em qualquer parte do mundo, mas os estereótipos que as comunidades linguísticas retiram desse referente são diversos. Os valores emblemáticos podem variar. Os traços típicos culturais, como projecção antropomórfica e incorporação de crenças, serviram de base aos empregos metafóricos lexicalizados dos lexemas e expressões. Uma leitura sincrónica da língua tentará decompor, desmotivar e remotivar essas expressões, bebendo na fonte figurada ou não. O antropomorfismo insinua-se, instaura-se na língua, através das chamadas expressões idiomáticas, dos derivados e compostos, como, por exemplo,

(fazer de alguém) *gato-sapato*

Como já dei a entender, tomei como ponto de partida GATO e pretendo fazer uma confrontação (contraste) dos nossos estereótipos com os de outras línguas, o que equivale a dizer que a tradução é (ou pode ser) a mediadora dos estereótipos.

Vou analisar a definição lexicográfica de *gato* num dicionário recente, verificar os traços típicos (classemáticos ou nome de classes, os traços específicos, prototípicos ou não) e verificar como as fraseologias (em sentido amplo) lexicalizam alguns desses traços, confrontando então as lexicalizações do português com as de outras línguas.

³ Pedindo ao leitor que complete a fraseologia: o último a rir é quem ri melhor

1. **Gato** como ponto de partida para categorizações / conceptualizações na língua portuguesa

O DICIONÁRIO DA ACADEMIA desdobra **gato** em **gato1** e **gato2**, centrando na entrada 1 (**gato1**) e dá em primeiro lugar o traço de classe «mamífero carnívoro, da família dos felídeos, de garras retrácteis, representado em quase todo o mundo por numerosas espécies e raças domesticadas, mas existentes também em estado selvagem», e apresenta depois alguns dos traços específicos, a que se seguem algumas das fraseologias; depois, na entrada 2 (**gato2**), enumera alguns dos traços mais ou menos específicos e acrescentando mais algumas das fraseologias. Acrescente-se apenas que não dá nas definições nenhuma indicação dos traços que as fraseologias lexicalizam, aparecendo estas, portanto, desligadas de qualquer definição de que se infira a categorização, conceptualização e lexicalização feitas nessas fraseologias. Além disso, as palavras compostas em que intervém “gato” aparecem sem qualquer conexão com a palavra base.

Mas observemos um texto do género de:

«Pois desta vez havia uma inovação no “parking” da universidade: um gato. Um gato bem tratado, a quem tinham posto uma confortável almofada para ele se deitar, e vários pratos e latinhas com água e alimento para uma família inteira. Ali estava tranquilo - e aquela serenidade, aquele sono sem nuvens, aquele espreguiçar-se voluptuoso, aquele enroscar-se várias vezes sobre si próprio até encontrar o lugar perfeito pareceu-me uma lição nestes tempos conturbados que vive a universidade. É óbvio que este gato não pensa nos efeitos do acordo de Bolonha, nem teme que só lhe paguem metade do ordenado no final do mês. É óbvio que este gato nem paga propinas nem receia que as propinas sejam aplicadas em despesas correntes.» (Os gatos e as universidades, Público, 2002-12-06)

texto que corresponde a muitos tópicos que todos os falantes atribuem a “gato” e que até poderia servir de ponto de partida para um levantamento dos traços / propriedades que este referente, enciclopedicamente, para nós, envolve. Vamos proceder à análise de **gato** com o pormenor possível. O traço genérico «mamífero carnívoro da família dos felídeos» onde se inserem as categorizações genéricas e respectivas lexicalizações, em que já surgem algumas discrepâncias entre línguas próximas:

com base classemática [felino]:

gato-bravo, gato-montês, gato bichaneiro (ptg.)

chat sauvage (fr.)

gato cervical, gato montés (esp.)

Nos traços descritivos, mais ou menos típicos, em que o modelo icónico (ou fenomenológico) acentua o tamanho, a cor, as formas, os hábitos e as atitudes:

bigode:

- peixe-gato (ptg.),
- poisson-chat (fr.)

língua grande:

- língua de gato [biscoito],
- langue de chat (fr.)
- lengua de gato (esp.)

olhos brilhantes:

- olhos de gato (ptg.),
- oeil de chat (fr.),
- ojos de gato(esp.)

determinado movimento:

- gatinhar,
- andar de gatas
- marcher à quatre pattes (fr.)
- auf allen vieren gehen (al.)
- andar de gatas [estar sem força...]

voracidade:

- (pôr) manteiga em focinho de gato
- tirer sa poudre aux moineaux/ jeter des perles aux pourceaux (fr.)
- atirar-se como gato a bofes
- se jeter dessus comme un loup sur sa proie (fr.)
- sich wie ein Löwe etw. stürzen (al.)

medo à água:

- gato escaldado de água fria tem medo
- chat échaudé craint l'eau froide (fr.)
- gato escaldado del agua fría huye (esp.)
- gato scottato dall'acqua calda ha paura della freda (it.)
- gebranntes Kind fürchtet das Feuer (al.)⁴
- le chat aime le poisson mais n'aime pas se mouiller (fr.)
- cattus amat piscem, sed non vult tangere flumen (lt.)
- la gatta vorrebbe mangiare pesci, ma non pescare (it.)
- não se apanham trutas a bragas enxutas (ptg.)
- no se pescan/cogen truchas a bragas enjutas (esp.)

⁴ Ovídio explica este provérbio in: *Epistulae ex Ponto*, 2, 71, 5ss.

- the cat would eat the fish and would not wet her feet (ingl.)

rapidez:

- passar por algo como gato por brasas
 - courir comme un chat sur la braise (fr.)
- correr como gato por ascuas (esp.)

ameaça:

- azedo como rabo de gato
 - amer comme chicotin / fiel (fr.)
- estar com um olho no gato outro no prato
 - un oeil à la poêle et l'autre au chat (fr.)
- gatuno,
- gatunagem
- deitar o gatázio (a alguém)
 - mettre le grapin sur quelque chose (fr.)

dissimulação:

- aqui há gato / aqui é que está o gato
 - hay gato encerrado (esp.)
 - Il y a un loup [fr.: 'erro', 'esquecimento']
 - Il y a anguille sur roche
 - da liegt der Haken / das ist der Pferdefuss (al.)
- gato escondido com o rabo de fora
 - gatta ci cova [anda moiro na costa] (it.)
 - être cousu de fil blanc (fr.)
- (não é por aí que) o gato vai às filhós
 - Il n' y a pas de lézard (fr.)
 - da liegt der Haken nicht / das Übel liegt woanders (al.)
- com a mão do gato
 - à la sauvette (fr.)
- tirar a castanha / a sardinha com a mão do gato
- gatar [enganar-se]

cor:

- de noite todos os gatos são pardos
 - la nuit tous les chat sont gris (fr.)
 - la noche todos los gatos son pardos (esp.)

pouco importante:

- carapau de gato
 - c'est de la bouille pour les chats
 - c'est du pipi de chat, crotte de bique (fr.)
 - sich übers Ohr hauen lassen (al.)

- vender / comprar, comer/ impingir gato por lebre
 - vendre la chat en poche / faire prendre les vessies pour des lanternes (fr.)
- dar / vender gato por liebre (esp.)
- não poder com um gato pelo rabo
 - être à ramasser à la petite cuillère (fr.)
 - hundemüde sein / erschossen sein (al.)
- sabido de cães e gatos:
 - esto lo sabe hasta el gato (esp.)
 - être sur toutes les bouches (fr.)
- em caminho francês vende-se o gato pela rês
 - on ne s'en va pas de foires comme du marché (fr.)
- quem não tem cão caça com gato
 - faute de boeuf, on laboure avec son âne (fr.)

presunção [miar]:

- avoir un chat dans la voix
- até a pulga tem catarro
 - hasta los gatos quieren zapatos (esp.)

resistência:

- ter fôlego de gato
- avoir l'âme chevillée au corps (fr.)
- ter sete fôlegos / vidas / foles como o gato

sedução:

- bem sabe o gato cujas barbas lambe
- bem sabe a burra diante de quem zurra
 - the cat knows whose lips she licks (ingl.)
 - It: ad cuius veniat scit cattus lingere barbum (It.)
- engatidão e engatidão das dúzias
 - dénicheur de fauvelles, don Juan de sous-préfecture (fr.)
 - engatar
 - faire de l'oeil, jouer de la prunelle (fr.)
- engatusar (esp.)

anti-social:

- ser como cão e o gato
 - être comme chien et chat (fr.)
 - wie Hund und Katze sein (al.)

garras [escrever como um gato]:

- gatafunhar, gatafunho (ptg.),
 - griffonner, griffonnage, gribouillage (fr.)
- engatar, gato [instrumento metálico]:

- racolage, raccrochage (fr.)
- chumbar, reprovar

amigo de brincar divertindo-se /mofando:

- fazer de alguém gato-sapato
- tenir quelqu'un dans sa manche (fr.)
- jdm aud dem Kopf herumtanzen / jdn zur Schnecke machen (al.)

profissão:

- gato-pingado,
- croque-mort (fr.)
- gata borralheira
- cendrillon (fr.)

toilette:

- lavar-se como o gato
- lavarse como el gato
- faire unte toilette de chat (fr.)

agressividade:

- lançar o gato às pernas de alguém
- jeter le chat aux jambes de quelqu'un (fr.)
- echarle a uno el gato a las barbas (esp.)

prudência:

- dar ao gato o que o rato há-de levar
- il vaut mieux nourrir le chat que le rat (fr.)
- a bom gato, bom rato
- à bon chat bon rat (fr.)
- a vilão, vilão e meio
- a Rolland for an Oliver (a Roldão um Olivérios) (ingl.)
- a melhor defesa é o ataque

distracção:

- gato no telhado, rato no sobrado
- quand le rat est hors la maison souris et rats ont leur saison (fr.)

caçar ratos:

- filho de gato mata rato
- chat et chatton chassent le raton (fr.)

Há outros mecanismos icónicos nas diversas línguas, ausentes em português, como, por exemplo,

- tanto va la gatta al lardo hinché ci lascia lo zampino (it.)
- tantas vezes vai o cântaro à fonte que deixa lá a asa

- la gatta frettolosa pone gattini ciechi (it.)
- depressa e bem há pouco quem
- il n'y a pas de quoi fouetter un chat (fr.)
- avoir d'autres chats à fouetter (fr.)

e há expressões com base em *gato* em português que não existem noutras línguas:

lugar: gateira, gatilho (?)

2. A tradução como mediadora dos estereótipos

Já dissemos que os gatos são sempre gatos em qualquer parte do mundo, mas os traços específicos, neste referente, valorizados categorial, conceptual, lexical e discursivamente, são diferentes, de acordo com as culturas e crenças, temores e esperanças. Defende-se actualmente que o estereótipo de uma palavra ou expressão compreende todos os traços que uma comunidade lhe atribui em qualquer circunstância. Mas, no ensino / aprendizagem de uma língua, há que começar por fazer o levantamento dos traços típicos (ou prototípicos), os mais acessíveis, os que definem um dado item, tendo em atenção o saber enciclopédico dos falantes. Ora, em que medida é que as expressões congeladas não lexicalizam esses traços típicos?

Vamos analisar os traços comuns e os diferentes: comuns no conteúdo e expressão, comuns apenas no conteúdo e diferentes na expressão e conteúdo. Depois veremos dois exemplos: o da *gata borralheira* e *comer gato por lebre*.

2. 1. Semelhanças e diferenças

Tomando como ponto de partida apenas os domínios abrangidos pelo mecanismo de categorização e conceptualização GATO, vemos que há equivalências de conteúdo e expressão, apenas equivalências de conteúdo e ausência total de equivalência, quer no conteúdo, quer na expressão. No traço classemático ou caracterização genérica, em que a espécie “felídeo” serve de suporte, há mais ou menos equivalência: *gato bravo* (ptg.) e *gato montés* (esp.) e *chat sauvage* (fr.). Nos semas descritivos há efectivamente equivalências e não-equivalências.

Há esquemas totalmente equivalentes, em que por vezes o ponto de partida já estava presente no latim: o que se verifica no referente a certos hábitos, como, por exemplo, os traços salientes expressos por:

o “medo da água” (a que se contrapõe, na dieta alimentar, a preferência pelo peixe)

a “rapidez”, a que se liga outro traço a “ameaça”
a “dissimulação” (como processo geral, mas em que há também divergências)
a utilização da “cor” como caracterização (de noite todos os gatos são pardos)
o “pouco valor” que lhe é atribuído (em que há convergências e divergências)
a “sedução” (com divergências e convergências)
o “ódio” entre cães e gatos
a “agressividade” e a “prudência”.

As divergências são também importantes, em que se procura por vezes apenas a palavra mais à mão ou mais adequada para preencher um determinado espaço na sequência fraseológica⁵. O que se pode concluir é que a categoria “gato” serve como modelo de categorização de outros animais (*peixe-gato*), de outros objectos (*língua de gato*), e sobretudo de valores sociais os mais variados, sejam eles a “toilete”, a importância da hereditariedade e educação (*filho de gato mata ratos*), o valor do esforço, a sedução e presunção e o pouco valor atribuído a “gato”.

2. 2. O caso de «a gata borralheira» ou a selecção do traço saliente nas línguas

Tratando-se de um conto existente nas mais variadas línguas, o tema da “gata borralheira”, como modelo de criação e configuração de uma dada categoria mental parece constituir um modelo de comparação óptimo para confrontar as categorias presentes em várias línguas. Uma boa definição para *gata borralheira* em português é a que é dada num dicionário de Fraseologia⁶ (português-alemão)

«eine Frau / ein Mädchen, die / das nicht gern ausgeht; ein Hausmütterchen»
(= mulher ou moça que não gosta de sair de casa, uma dona de casa à antiga).

Se procurarmos verificar a tradução da expressão *Cinderela* em várias línguas, verificamos como são diferentes os traços salientes e salientados. Como sabemos, o tema da *Gata Borralheira* vem de muito longe, conhecendo-se mais de 300 variantes do velho conto de fadas. De uma forma ou de outra, elas seguem as linhas de dois arquétipos. O primeiro corresponde ao conto de Charles Perrault — *Cendrillon* 1657 — e resume-se a uma versão feminista com muitos elementos românticos: uma madrasta cruel, uma fada madrinha, uma carruagem mágica, um sapatinho de cristal, etc. O segundo arquétipo dá-nos uma versão machista do conto:

⁵ Veja-se o caso paradigmático de: (qualquer coisa é) *velha e velha*.

⁶ Hans / Luiza Schemann - Dicionário Idiomático Português-Alemão, Braga: Livr. Cruz, s/d

trata-se de um pai com filhas preferidas e problemas emocionais (Rei Lear, por exemplo), ou de um padrasto autoritário com preferências e repúdios. Esta versão (já contemplada na acção secundária da tragédia shakespeariana), despida embora dos elementos fantásticos do conto de Perrault, servirá de base, por exemplo, ao conhecido libreto de Rossini (*Cenerentola*).

Ora bem, em alemão, em cuja língua se encontra outro dos arquétipos do conto construída a partir dos contos dos irmãos Grimm, a designação é *Aschenputtel* ou ‘menina das cinzas’, justificando-se a designação, pelo facto de a menina viver no meio das cinzas, símbolo do rebaixamento, da humildade, e cuja função era cuidar das cinzas da lareira, sendo desprezada pelas irmãs. Por outro lado, a *Aschenputtel* deixa ver na lareira o símbolo do centro da casa, lugar onde a mãe viveu, a lareira sagrada próprio para as virgens vestais.

Em inglês, temos duas palavras para “cinza”: *ashes*, a cinza limpa, por ter sido o resultado de uma combustão completa e *cinder*, a cinza suja, por ser o resultado de uma combustão incompleta⁷: pois é precisamente, a ‘cinza suja’ que serve de título e motivo ao conto: *Cinderella*. Em francês, a palavra usada é igualmente apenas *cendrillon*⁸. Em italiano, é *cenerentola*: o tema da ópera de Rossini é «*La cenerentola, ossia La bontà in trionfo*»⁹. Isto é, todas as línguas tomam como traço saliente a ‘cinza’. A língua portuguesa parece ter sido uma das poucas - senão a única - que inclui “gata” na designação. Porquê? O facto de aparecer “borralheira”, creio bem que se trata de interpretar a “cinder” (ingl.) por “borralho”, afinal, a cinza suja, por ainda não se ter concluído a combustão. Por outro lado, a presença de “gata” leva-nos para um estereótipo muito “sui generis”: a presença de gatos nas nossas lareiras.

2. 3. Modo de funcionamento das fraseologias no discurso

As fraseologias congeladas funcionam no discurso jogando com a interacção entre dois sentidos: o convencional e o não convencional. No sentido convencional, temos ainda de distinguir o sentido convencional composicional: o que resulta do significado de cada um dos elementos que compõem a expressão, e o convencional

⁷ Nós traduzimos as duas palavras por *cinza*.

⁸ cfr. Bruno Bettelheim – *Psicanálise dos contos de fadas*, 9ª ed., trad. de Carlos Humberto da Silva, Lisboa: Bertrand, 2002 [ed. Original: *The uses of enchantment*, 1975].

⁹ A ópera bufa a que Rossini chama “dramma giocoso”, com libreto de Jacopo Ferretti, foi estreada em Janeiro de 1817. Cfr. Programa de *La Cenerentola* (de Gioachino Rossini), elaborado por Joaquim Vacondeus, Teatro Nacional de São Carlos, Abril de 1993.

figurado (a chamada implicatura convencional), já não uma interpretação composicional mas sim uma leitura opaca, intransparente. Por exemplo, *vender gato por lebre* pode significar o que as palavras querem dizer: ‘vender gato por lebre’ ou ‘vender algo como se fosse coisa de muito valor e tratando-se apenas de coisa insignificante’. Ora é essa interacção entre os dois valores, a aproximação entre os dois domínios — o domínio fonte e o domínio meta —, domínios distantes e heterogéneos, que cria uma nova categorização: a de ‘ludibriar’, ‘enganar’. Isto é, os valores “enganar”, “ludibriar” categorizados como actos concretos de compra e venda, ou comer, passa ontologicamente a poder ser manipulado como tal. Mas vejamos um texto concreto:

«Dizem: naquele tempo não devia ser Bledine, devia ser Cerelac. Mas que uma papa, tão íntima para mim, que dava pelo nome de Bledine fosse Cerelac não aceito, Eu não sou uma trapalhona, não sou uma badalhoça. *Não confundo alhos com bugalhos, não vendo gato por lebre.....* Saber distinguir entre tática e estratégia fazia os encantos marxistas-leninistas dos rapazinhos em flor do meu tempo. Eu dedicava-me a observar que os tios reaccionários dos rapazinhos revolucionários podiam dizer “marchismo”, fenómeno que nunca ocorria com os sobrinhos revolucionários. Estes pronunciavam invariavelmente “markssismo”. Distinguir *alhos de bugalhos, gatos de lebres* e um ch de um Kss fazia as minhas delicias portuguesas e proustianas» (Adília Lopes, Souvenirs pieux, Publico (Revista), 2002-10-20) (it. meu)

No discurso, surge em primeiro lugar a fraseologia *vender gato por lebre* - sempre reforçada por uma outra fraseologia ainda mais clara (*confundir alhos com bugalhos*) - e depois há uma desconstrução da fraseologia: surge apenas uma alusão, alusão ao valor abstracto e genérico linearizado sequencialmente na expressão: *distinguir gatos de lebres*. É aqui que intervém a inferência: o leitor é chamado, por meio do saber partilhado, presente na mente do locutor e supostamente presente na mente do leitor, a inferir uma interpretação figurada da referida expressão. Esta desconstrução e reconstrução leva-nos para o caminho da implicatura conversacional. Surge neste ponto a importância da metáfora.

Os exemplos poder-se-iam multiplicar e a desconstrução e reconstrução são também claras, como em:

«A IGAT, *leia-se aqui há gato*, tem por incumbência fiscalizar os actos administrativos dos nossos municípios, 4000 freguesias, 18 governos civis e vários serviços oficiais. O mandato não é só imenso. Num país que começa a perceber ao que chega a corrupção e os entendimentos entre autarcas,

políticos e empresários, o papel da Inspeção-Geral da Administração do Território é nevrálgico. A sua missão é ciclópica, delicadíssima e incomoda muitos “*gatos-pardos*”. Todavia, para o cidadão comum, ela é das raras instituições que sobram para fazer vingar a lei a tempo a infracção de muitos direitos. O pior é que, pelas suas competências específicas, a actuação desta inspecção vai directa ao vulcão de todas as nossas maleitas de ordenamento. Não admira que a indispensável IGAT seja mantida em crónico estado de sufoco e inoperância técnica. A desproporção entre a missão de que legalmente está incumbida e os meios ínfimos que sucessivos governos lhe põem ao alcance só pode ser interpretada como uma ordem sub-reptícia para estar quieta e calada.» (Ambiente, Expresso 2002-11-30) (it. meu)

3. A metáfora e a tradução das metáforas

A metáfora é um sentido indirecto, um efeito de sentido¹⁰, e necessita de uma interpretação, de um desdobramento. O pensamento¹¹ já é representação no sentido etimológico— RE + PRAESSENTATIO (ou Vorstellung) — mas quando se dá a metáfora há a aproximação de duas coisas incomparáveis, heterogéneas e ao compararem-se duas coisas não comparáveis mas que se tomam como comparáveis, cria-se uma nova categoria:

«il n’y a métaphorisation que s’il y a rapprochement entre réalités *heterogènes*. La percée à l’oeuvre dans l’énoncé métaphorique est une percée de la *ressemblance*, mais d’une ressemblance qui unit non des entités reconnues homogènes, appartenant à un même genre ontologique, mais bien des entités à deux genres hétérogènes: Achille et un lion, une femme et un rossignol, une cité et un navire, Dieu et un berger...» (Charbonnel 1999: 33)

Num acto de fala, a metáfora vale como argumento condensado. A metáfora não é adquirida pelas regras do código mas pelas regras da inferência, não representa um dado pré-construído, mas algo calculado, construído (cfr. Sperber / Wilson 1986).

Parece efectivamente que a metáfora se distingue dos enunciados ordinários ou literais. Trata-se de um contributo cognitivo novo, inovador, inventivo. As metáforas, sobretudo as não convencionais, vêm perturbar os nossos conhecimentos

¹⁰ Cfr. Kleiber 1999: 7

¹¹ «La métaphore n’est pas un phénomène de langue mais de discours, et donc de *pensée*» (Charbonnel 1999: 33)

de longo prazo: é este o papel da analogia¹², o de trazer incongruências conceptuais¹³. Isto é, o desvio é constitutivo da metáfora, em que há negociação das distâncias entre diferentes enciclopédias disponíveis neste contexto¹⁴. Temos de distinguir, num enunciado, entre o grau entendido (“degré perçu”) e o grau intencional (“degré conçu”). No grau entendido há um conjunto fluido de interpretações intencionalizadas¹⁵. O princípio de cooperação obriga o receptor a procurar o grau intencional. Escolher na enciclopédia entendida (ouvida) a enciclopédia intencionalizada: a confusão entre “gato” e “lebre”, como se fosse entre “mentira” e “verdade”, entre coisa de pouca importância e coisa importante. Ou seja, a inutilidade dum utilidade (= as forças armadas) e a utilidade de outras utilidades. A metáfora representa uma incongruência lógica, uma ruptura entre mensagem e código¹⁶: trata-se da violação de uma norma (no sentido coseriano, como filtro feito no sistema por parte da comunidade) ou no sentido do próprio sistema. É a enciclopédia que se modifica: muda-se o saber mesmo, a sua classificação e categorização. A metáfora atribui novas propriedades a uma entidade catalogando-a numa outra espécie. Estabelece novas conexões nas nossas estruturas enciclopédicas. A metáfora é a principal figura no papel de reorganizador da nossa experiência fundando nova estrutura do real. Vai ao magma original e, refazendo-o, cria um novo “Cosmos”¹⁷. Na metáfora, o travejamento sintáctico liga conceitos incompatíveis. Uma das teorias de ponta — a teoria cognitiva —, ao atribuir à metáfora o estatuto de estruturação conceptual de pleno direito, como força conceptualizadora e organizadora da nossa experiência, tem o mérito de libertar a metáfora do domínio da simbolização¹⁸. A metáfora cria analogias e não dá expressão a uma analogia preexistente¹⁹ e é um dos catalizadores da nossa representação e lexicalização²⁰

¹² «Analogies exist to unmask, capture or invent new connections absent form or upstaged by one’s category structures.» (Turner 1988: 3).

¹³ «For us to recognize a statement as analogy, we must recognize that it is in some way putting pressure on our category structure» (Turner 1988: 3).

¹⁴ Afinal, toda a retórica é um espaço de negociação entre enciclopédias diferentes («la rhétorique comme espace de négociation des distances. ... négociation des distances entre les différentes encyclopédies disponibles») (Klinkenberg 1999: 148).

¹⁵ «L’effet rhétorique provient en effet de l’interaction dialectique entre le degré perçu et l’ensemble flou dit degré conçu» (Klinkenberg 1999: 148).

¹⁶ Cfr. Klinkenberg 1999: 152

¹⁷ Klinkenberg 1999: 157

¹⁸ Cfr. Lakoff/ Johnson 1981

¹⁹ As metáforas não reproduzem analogias reais como se supunha na tradição metafórica: mas criam analogias como se fossem obra de um demiurgo (cfr. Weinrich 1963 e Black 1962)

²⁰ A ela recorremos constantemente: «Por onde andava a independência da investigação criminal? Quem silenciou gente e meteu processos na gaveta? Já vínhamos um pouco desmoralizados de trás, com as Modernas ou com a corrupção nas forças policiais. Faltava agora “Bibi” - na metáfora de nome infantil, a crua verdade do mundo dos adultos» (Luís Fernandes, Público, 2002-12-04)

Conclusão

Nas unidades fraseológicas, como aliás na língua, o caminho normal no mecanismo semântico da configuração é o de se partir do concreto para o abstracto. Por outro lado, quando se diz que as expressões idiomáticas são intraduzíveis, pois representam a cultura nacional, não tem muito de verdade: há zonas comuns, pontos de partida comuns, modelos icónicos comuns, em que o princípio geral é partir-se do mais próximo, básico e experiencial para o mais longínquo, complexo e artificial. As diferenças estão também presentes, mostrando os percursos próprios de cada língua. A metáfora tem um papel fundamental na instauração das fraseologias.

Bibliografia:

- BETTELHEM, Bruno – *Psicanálise dos contos de fadas*, 9ª ed., trad. de Carlos Humberto da Silva, Lisboa: Bertrand, 2002 [ed. Original: *The uses of enchantment*, 1975].
- BLACK, Max (1962) — «Metaphor», ID. - *Models and Metaphors*, Ithaca, N. Y.: Cornell Univ. Press
- CHARBONNEL, Nanine (1999) — «Métaphore et philosophie moderne», in: Charbonnel / Kleiber 199: 32-61
- CHARBONNEL, Nanine e KLEIBER, Georges (orgs) (1999) — *La métaphore entre philosophie et rhétorique*, Paris: puf
- CORTES DE LACERDA, Roberto e Helena da Rosa / SANTOS ABREU, Estela dos (2000) — *Dicionário de Provérbios. Francês, Português, Inglês*, Lisboa: Contexto Editora
- DESPORTE, Ariane e MARTIN-BERTHET, Françoise (1995) — «Stéréotypes comparés: noms d'animaux en français et en espagnol», *Cahiers de Lexicologie* 66, pp. 115-135
- DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA, Academia das Ciências de Lisboa: Verbo
- KLEIBER, Georges (1999) — «Une métaphore qui ronronne n'est pas toujours un chat heureux», in: Charbonnel / Kleiber 1999: 83-134
- KLEIBER, Georges (1999) — «De la sémantique de la métaphore à la pragmatique de la métaphore», in: Charbonnel / Kleiber 1999: 3-13
- KLINKENBERG, Jean-Marie (1999) — «Métaphore et cognition», in: Charbonnel / Kleiber 1999: 135- 170
- PEDROSA, Inês (2002) — *Fazes-me falta*, 7ª ed., Lisboa: Public. Dom Quixote
- Programa de *La Cenerentola* (de Gioachino Rossini), elaborado por Joaquim Vacondeus, Teatro Nacional de São Carlos, Abril de 1993
- REY, Alain e CHANTREAU, Sophie (1979) — *Dictionnaire des expressions et locutions figurées*, Le Robert
- SCHEMANN; Hans / Luiza — *Dicionário Idiomático Português-Alemão*, Braga: Livr. Cruz, s/d
- SPERBER, Dan / WILSON, Deirdre (1995) — *Relevância: comunicação e cognição*, Trad. de H. Santos Alves, Lisboa: Gulbenkian Turner 1988

MÁRIO VILELA

- VILELA; Mário (2002) — *Metáforas do nosso tempo*, Coimbra: Almedina (sbd. «A tradução como mediadora dos estereótipos» (pp. 349-369) e «A tradução da multiculturalidade» (pp. 371-382)
- WEINRICH, Harald (1963) — «Semantik der kühnen Metapher», *Deutsche Vierteljahrsschrift für Literaturwiss. Und Geschichte*, 37
- WIERZBICKA, Anna (1992) — *Semantics. Culture and Cognition: Universal Human Concepts in Culture-specific Configuration*, Oxford: Oxford Univ. Press.

Mário Vilela

A DISLEXIA: UM TEMA A VÁRIAS VOZES

“Em última instância, o estranhamento do outro (professor/terapeuta/reeducador) diante do erro não pode nem deve ter como efeito a patologização da criança. Desse ponto de vista a dislexia é uma cruel metáfora do processo de aquisição da escrita que pode impedir o acesso da criança ao processo de escolarização e, conseqüentemente, a sua constituição enquanto sujeito e cidadão.”

Regina Freire, in *A metáfora da dislexia*¹

I

Podemos olhar para a etiqueta “dislexia” – para não lhe chamar um *estigma* quando utilizada menos criteriosamente em determinadas circunstâncias – sob diferentes pontos de vista. O título deste texto denuncia desde logo essa pluralidade e remete para o interesse que a dislexia tem vindo a suscitar junto de especialistas de variadas áreas, da medicina à pedagogia, passando, por exemplo, pela pedopsicologia, pela psicologia clínica, pela sociologia, pela terapêutica da fala, pela linguística, pela psicolinguística e pela neuropsicologia cognitiva (da linguagem), com vista a encontrar não só uma explicação para o quadro mas também os meios de intervenção mais adequados e eficazes.

II

A dislexia decorre naturalmente do facto de ser necessário rotular problemas relacionados com a aprendizagem da leitura e da escrita numa sociedade que deixou de poder prescindir dessas habilidades.

¹ FREIRE, R. M. – *A metáfora da dislexia*, in LOPES FILHO, O. de C. (org.) – *Tratado de Fonoaudiologia*, São Paulo, Editora Roca, 1997, pp. 925-937 (p. 936).

Torna-se, por isso, indispensável considerar a dislexia tendo em vista a sociedade grafocêntrica em que vivemos e em que nos movemos, um tipo de sociedade que se revela inconcebível sem o recurso à criação das condições que assentam no pressuposto de que todos os cidadãos devem ter acesso ao mundo da escrita e revelar-se agentes activos no que toca às “práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escrita [...]”².

A dislexia, na qualidade de síndrome – ou mesmo de sintoma se a leitura que dela se fizer for nesse sentido –, ganha sobretudo peso no século XX: um século que se empenhou mais acentuadamente em generalizar a alfabetização e que não escapou, por isso mesmo, ao que se verifica em todas as curvas de Gauss. Decorre desta situação que a atenção passa naturalmente a centrar-se naqueles que não atingem o limite-mínimo aceitável das médias desejáveis. A abordagem nomotética passa a não poder ser tomada cegamente em virtude de aqueles que não chegam aos valores mínimos esperados pela escola e pela sociedade também estarem presentes no sistema educativo e exigirem uma atenção particular. É que com aqueles que ultrapassam o limite-máximo das médias desejadas, isto é com aqueles que “plafonnent”, ninguém se preocupa tanto, se bem que também possam apresentar problemas a outros níveis e contribuir de outra forma para a instabilidade de um sistema que se pretende normalizado e que não se encontra preparado para responder à diferença.

O acesso ao mundo da escrita relaciona-se obviamente com a necessidade de tornar a escolaridade obrigatória. E essa obrigatoriedade vai conhecer histórias distintas consoante os diferentes países. Assim, por exemplo, em França a generalização da escolaridade obrigatória passou a ser um facto na III República³. A Suécia, por sua vez, como refere Marcuschi⁴, “alfabetizou 100% de sua população já no final do século XVIII”. Independentemente dos interesses que possam estar subjacentes a estas medidas educacionais, que não serão trazidos para discussão neste local, convém realçar a diferença entre alfabetização e escolarização. Enquanto a escolarização remete para “uma prática formal e institucional de ensino”, a alfabetização é antes “uma habilidade [mais] restrita”, é unicamente, ainda seguindo

² KLEIMAN, A. B. – *Ação e mudança na sala de aula: Uma pesquisa sobre letramento e interação*, in ROJO, R. (org.) – *Alfabetização e letramento. Perspectivas lingüísticas*, Campinas, Mercado de Letras, 1998, pp. 173-203 (p. 181).

³ Ver HARROIS-MONIN, F.; ROUZÉ, M. – *Dyslexie: De petites anomalies cérébrales*, in “Science & Vie”, n° 767, août 1981, pp. 43-48 (p. 43).

⁴ MARCUSCHI, L. A. – *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*, São Paulo, Cortez Editora, 2ª edição, 2001, p. 22.

Marcuschi⁵, “uma das atribuições/atividades da escola”, podendo ser impropriamente compreendida como um mero processo que implica uma mudança de estado, de analfabeto para alfabetizado⁶, se não se tiver presente que afinal existem graus ou níveis de alfabetização⁷.

Apesar de o termo “analfabetismo” poder ser objecto de leituras distintas em resultado do efeito da literacia⁸ e não considerando a especificidade do analfabetismo (*linguístico, instrumental, secundário ou recorrente e semianalfabetismo*, entre outros porventura possíveis)⁹, importa realçar que, em Portugal, em 1979, existiam 23% de adultos incapazes de ler e de escrever e 8% de semi-iletrados¹⁰. Nesta linha, pode acrescentar-se que, relativamente à população residente em Portugal em 1981 (9833014), uma percentagem de 26,35% dessa população não sabia nem ler nem escrever. Em 2001, a taxa de analfabetização relativa à então população residente em Portugal (10356117) ainda correspondia a 11,0%¹¹. Sem se questionar o rigor de que se revestem os diagnósticos feitos, estes dados poderão contribuir para que se entenda a razão pela qual só recentemente se tenha passado a falar com mais veemência entre nós do fenómeno dislexia. Por outro lado, estes dados poderão ajudar a mostrar como as diferentes inserções sociais em termos de escrita podem criar (e advir de) níveis distintos de literacia e jogar dessa forma com a necessidade de se operar uma leitura cuidadosa dos níveis de alfabetização e de iliteracia das populações¹².

III

De um ponto de vista histórico, conforme nos relata Freire, o termo “dislexia” tem origem na medicina podendo ser localizada a identificação da perda da habilidade para ler a que se reporta o termo em questão no século XVII (Johan Schmidt, 1624-1690). A sua designação terá sido sugerida em 1887 por Berlin de

⁵ *Id.*, *ibid.*

⁶ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 932.

⁷ TFOUNI, L. V. – *Letramento e alfabetização*, São Paulo, Cortez Editora, Coleção Questões da Nossa Época, 47, 1995, p. 16.

⁸ Cf. KLEIMAN – *op. cit.*, p. 182.

⁹ Cf. HARROIS-MONIN, F. – *Un demi-million d'illettrés en France*, in “Science & Vie”, nº 783, décembre 1982, pp. 34-41 (p. 34).

¹⁰ *Id.*, p. 35. O que se entende por “iletrado” vai merecer também algum espaço ao longo desta exposição.

¹¹ Dados amavelmente cedidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), D. R. Norte, Núcleo de Difusão Electrónica de Informação (NDEI) relativamente ao nível de instrução da população residente em Portugal obtido através dos Censos de 1981, 1991 e 2001.

¹² Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 932.

Stuttgart. Kussmaul (1877) surge, contudo, de acordo com a mesma fonte, como referência quando está em causa o isolamento dessa inabilidade para ler – a que se chamaria “cegueira verbal” – na qualidade de entidade nosológica com carácter autónomo¹³.

É interessante realçar aqui – para o bem ou para o mal – a necessidade que os médicos têm de, ou sentem em, prender-se a classificações quando estão perante um determinado quadro sintomatológico. A rotulação torna-se um necessário apesar de todos ouvirmos que cada caso é um caso e de sabermos que a diferença está também do lado da medicina muito à semelhança do que se passa no mundo da arte.

Talvez se possa também acrescentar que a *síndrome* em questão terá despertado, num primeiro momento, um interesse particular a nível da oftalmologia, sendo depois adoptada por uma comunidade científica mais vasta que, em conformidade com o que acrescenta Regina Freire¹⁴, “[passa] a crer num tipo específico de afasia inata, para explicar o que se chamou primeiramente de cegueira verbal congênita.”

Pode, então, dizer-se que o termo *dislexia*, entendida comumente nos nossos dias como “*défaut dans l’acte de lire*”¹⁵, foi introduzido nos fins do século XIX no foro neurológico para designar perturbações de leitura que ocorriam num indivíduo que até então apresentara um desempenho normal relativamente a esta habilidade. Distinguiu-se assim, de uma forma muito pertinente, a *dislexia*, através desta designação, da perda total da capacidade de ler (ou *alexia*) descrita, por exemplo, em Paris por Charcot¹⁶. Estávamos contudo no domínio da *alexia/dislexia* adquirida e não da *dislexia* de desenvolvimento. De resto, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, os anglo-saxónicos que estudam, numa perspectiva porventura mais psicolinguística, os problemas de leitura de origem central após lesão optam por usar o termo *dislexia*, lembrando desta forma que, de facto, nem tudo estava afectado em termos de leitura nos pacientes estudados¹⁷.

¹³ *Id.*, p. 925.

¹⁴ Cf. *id.*, *ibid.* Para uma revisão sobre a *dislexia*, consultar NOËL, J.-M. – *La dyslexie en pratique éducative*, Paris, Doin Éditeurs, 1976, bem como PINTO, M. da G. L. C. – *Para uma melhor identificação da dislexia e da disortografia*, in PINTO, M. da G. L. C. – *Desenvolvimento e distúrbios da linguagem*, Porto, Porto Editora, Coleção Linguística Porto Editora, 3, 1994, pp. 181-209.

¹⁵ HARROIS-MONIN; ROUZÉ – *op. cit.*, p. 43.

¹⁶ *Id.*, *ibid.*

¹⁷ “O termo *dislexia*, na qualidade de adquirida, é usado por estes autores em vez de *alexia*. Estes termos são então considerados sinónimos e distinguem-se da *dislexia de desenvolvimento*, visto que se aplicam a casos em que o indivíduo já aprendeu a ler [e exerceu essa actividade] de um modo tido

Acontece que a designação dislexia iria ser retomada para catalogar as dificuldades existentes em crianças que se encontravam em processo de aprendizagem da leitura. Num artigo publicado em França em 1984¹⁸, à pergunta “Que é a dislexia?” lê-se a definição dada por Debray-Ritzen: “Difficulté durable d’apprentissage de la lecture – et d’acquisition de son automatisme – chez des enfants par ailleurs intelligents, normalement scolarisés et indemnes de troubles sensoriels.” Pode ler-se ainda, na mesma fonte, que esta dificuldade afectava cerca de 8% de crianças em idade escolar, sendo que os rapazes eram três vezes mais sujeitos do que as raparigas a esta perturbação. Num artigo francês datado de Agosto de 1981¹⁹, já se podia ler que a dislexia atingiria em França cerca de 5 a 10% da população, sendo os rapazes mais vulneráveis do que as raparigas (3 a 4 rapazes vs. 1 rapariga).

Em 1968, a Federação Mundial de Neurologia apresentava uma definição de dislexia que foi naturalmente objecto de críticas. A dislexia era então definida pela referida federação como sendo “[...] a disorder manifested by difficulty in learning to read despite conventional instruction, adequate intelligence and sociocultural opportunity. It is dependent upon fundamental cognitive disabilities which are frequently of constitutional origin.”²⁰. Quanto às incapacidades invocadas, mencionam-se as seguintes: “speech and language difficulties, motor difficulties and visual perceptual deficits as well as sequencing problems, difficulties with the processing of time, left/right awareness and directional confusion.”²¹.

Ressalta como evidente que não estamos face a algo que se perdeu depois de um domínio perfeito de uma dada habilidade, neste caso a leitura. Afasta-se pois a

como normal [até ter sido afectado por uma lesão cerebral de qualquer tipo de etiologia] [...] Tomando a *modularidade* [usando assim a metáfora do computador para dar corpo a um modelo de arquitectura funcional da leitura em termos de sistema de processamento] como condição básica do processamento da informação, *i.e.*, admitindo que se pode representar uma função cognitiva complexa sob a forma de componentes de processamento mais básicas [módulos e suas conexões] [...], o uso de *dislexia* por *alexia* poderá levar a pensar num défice bem localizado [nos módulos ou nas conexões entre módulos] a nível de processamento da informação relativamente à leitura, que, de resto, permaneceria normal.” (PINTO – *op. cit.*, p. 219, nota 35). (Cf. também PINTO – *op. cit.*, pp. 220, 221 e 225.)

¹⁸ ALTER, A.; ROSSION, P. – *Pourquoi les petits français ne savent plus lire*, in “Science & Vie”, n° 802, juillet 1984, pp. 10-20 (p. 18).

¹⁹ HARROIS-MONIN; ROUZÉ – *op. cit.*, p. 43.

²⁰ SNOWLING, M. – *Dyslexia. A cognitive developmental perspective*, Oxford, Basil Blackwell Ltd, 1987, p. 2. Ver também PINTO – *op. cit.*, p. 184.

²¹ SNOWLING, M. J. – *Developmental dyslexia: A cognitive developmental perspective*, in AARON, P. G.; MALATESHA JOSHI, R. (eds.) – *Reading and writing disorders in different orthographic systems*, Dordrecht/Boston/London, Kluwer Academic Publishers, NATO ASI Series, 1989, pp. 1-23 (p. 2). Ver também PINTO – *op. cit.*, p. 184.

ideia de que tenha surgido na sequência de uma lesão. Rejeitam mesmo alguns que por detrás dela esteja uma deficiência de ordem estrutural. Segundo Freire²², os pesquisadores preferem ver na dislexia um problema de natureza funcional que acarretaria a ideia de um atraso maturacional como explicação para as dificuldades em torno da habilidade leitura.

O problema reside sempre em encontrar as raízes do mal. Cada especialista implicado no estudo da dislexia procura, à sua maneira, adaptar com o maior sucesso a forma de intervenção reeducativa que se lhe afigura mais adequada. Onde residirão então as raízes do mal? São de ordem sócio-psicológica, provenientes de perturbações visuais ou auditivas, têm a ver com particularidades anatómicas ou fisiológicas do cérebro?²³ E as perguntas podiam suceder-se invocando outros tantos aspectos também passíveis de estar presentes, embora de modo desigual seguindo a mesma fonte, nos diversos quadros de dislexia.

No que respeita à referência às particularidades anatómicas ou fisiológicas do cérebro, em Agosto de 1981²⁴ já era possível ler-se num artigo sobre o assunto que “[r]éçemment pourtant, l’autopsie du cerveau d’un jeune dyslexique et surtout l’analyse comparée, par ordinateur, de l’activité électrique du cerveau chez des enfants dyslexiques et des enfants normaux ont mis en évidence, chez les premiers, des anomalies significatives.” Interessa salientar que o mesmo artigo adianta que “[c]es découvertes ouvrent la voie à un diagnostic précoce des enfants à «haut risque» et donc, peut-être, à la mise en oeuvre de méthodes préventives avant ou dès le début de l’apprentissage de la lecture.”²⁵

IV

Quem contacta mais de perto com o fenómeno dislexia, apercebe-se de que em variados meios o sentido do termo dislexia se aproxima mais de sintoma do que de síndrome. Dito de outra forma, esta perturbação passa a ser vista num quadro mais abrangente e o interesse pelo tema deixa de se centrar unicamente no mundo da medicina para atingir também o mundo da educação, da psicologia, da pedopsicologia, da sociologia, da terapêutica da fala, da linguística, da psicolinguística, da psicanálise, etc.²⁶ O tema assume assim várias vozes, conforme já foi dito antes, e passa a ser olhado sob diferentes perspectivas.

²² Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 925.

²³ Cf. HARROIS-MONIN; ROUZÉ – *op. cit.*, p. 43.

²⁴ *Id.*, *ibid.*

²⁵ *Id.*, *ibid.*

²⁶ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 926.

O acto de ler exige por isso uma abordagem mais ampla do que aquela que contempla unicamente as faculdades classicamente consideradas imprescindíveis a esse acto, *i.e.*, “percepção e discriminação de formas e sons, associação de sons com a aparência visual das letras, ligação de nomes com grupos de letras e significados com grupos de palavras, fatores auditivos, motores, visuais e de memória.”²⁷. Na verdade, o acto de ler terá de ser igualmente visto, se seguirmos o pensamento de De Lemos, “*como um outro modo de falar*”²⁸. Trata-se assim de uma prática mais abrangente do que a acima mencionada porque toma como mediador o objecto-portador de texto que ganha significados distintos de acordo com as práticas discursivas orais próprias de cada leitor e de cada grupo social²⁹. Esta abordagem ao acto de ler abrange inevitavelmente perspectivas diversas e não só as actividades que só consideram o aspecto mecânico inerente à habilidade leitura, *i.e.*, a *descodificação*³⁰.

Conviria, desde já, perguntar que concepção de escrita se encontra subjacente às variadas especialidades que se têm interessado ultimamente pela dislexia e que, conforme refere Freire³¹, retomam o termo da medicina para “designar toda e qualquer dificuldade em aprender a ler e a escrever apesar da integridade das capacidades intelectuais.” O facto de o termo dislexia passar a englobar a aprendizagem tanto da leitura como da escrita, coloca-nos de imediato face à oposição fala vs. escrita³² e instrução formal vs. aprendizagem “natural”³³, contribuindo, de acordo com De Lemos, para a não consideração do que a criança já sabe sobre a escrita antes de ter acesso à escola³⁴ e para o menosprezo de “uma visão processual da aquisição da escrita” que se contrapõe à “concepção tradicional da escrita como transcrição da fala”³⁵, como representação da linguagem oral, da fala³⁶. Para Freire³⁷, a concepção de escrita não pode ser vista apenas “como objeto

²⁷ *Id.*, *ibid.*

²⁸ DE LEMOS, C. T. G. – *Prefácio*, in KATO, M. A. (org.) – *A concepção da escrita pela criança*, Campinas, Pontes Editores, 1988, pp. 9-14 (p. 11).

²⁹ *Cf. id.*, *ibid.*

³⁰ *Cf. TERZI, S. B. – A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados*, in KLEIMAN, A. B. (org.) – *Os significados do letramento. Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*, Campinas, Mercado de Letras, 2001, pp. 91-117 (p. 103).

³¹ *Cf. FREIRE – op. cit.*, p. 926.

³² *Cf. DE LEMOS – Prefácio ...*, p. 9.

³³ *Id.*, *ibid.*

³⁴ *Cf. id.*, *ibid.*

³⁵ *Id.*, p. 14.

³⁶ *Cf. FREIRE – op. cit.*, pp. 931 e 934, bem como MOTA, S. B. V. da – *Escrita e oralidade: na banda de Möebius*, in “*Letras de Hoje*”, 33 (2), 1998, pp. 29-43 (pp. 29 e 31).

³⁷ *FREIRE – op. cit.*, p. 932.

a ser conhecido”, ela deve contemplar também “uma inserção significada da criança no mundo letrado”.

Se nos reportarmos agora à aprendizagem da leitura e da escrita, podemos compreender como o nível de alfabetização ou de analfabetismo é passível de depender da qualidade do meio social em que se move o aprendente e de influenciar esse processo. Vista sob este prisma, a leitura não pode circunscrever-se a uma questão do foro médico. A perspectiva sociológica, entre outras, conquista também espaço³⁸. Regina Freire lembra ainda que “[a]s dificuldades em aprender a ler e escrever passam a ser vistas não como uma entidade claramente definida e sim como uma resultante de uma diversidade de fatores entre os quais pode-se citar a presença de problemas emocionais.”³⁹. O termo dislexia, que foi tomado de empréstimo à medicina ainda segundo esta autora, pode mesmo ser apressadamente invocado para justificar o insucesso da escola no seu papel de alfabetizadora⁴⁰.

A medicina considera a dislexia enquanto entidade nosológica. Cabe-lhe a tarefa de discutir a sua origem e de analisar os sintomas que a caracterizam. Mas a medicina, como continua Regina Freire, não trata obviamente do objecto afectado, *i.e.*, da escrita. E é a escrita que passa a interessar aqueles que com ela lidam no dia-a-dia fora do meio médico. Segundo esta autora, a natureza desse objecto passou a usufruir de um espaço particular no final dos anos 70 do século passado⁴¹.

Neste momento, será conveniente distinguir a alfabetização da literacia enquanto processos de aquisição da escrita. No dizer de Tfouni⁴², a primeira como sendo a aquisição da escrita num âmbito individual e a segunda num âmbito social⁴³. Esta distinção permite mostrar como a literacia não significa hoje a mera capacidade de saber ler e escrever (e contar)⁴⁴. Ela é antes hoje o “estado ou condição de quem [...] cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”⁴⁵. Ou, no entendimento de Kleiman, “as práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escrita [...]”⁴⁶.

³⁸ Cf. *id.*, p. 926.

³⁹ *Id.*, *ibid.*

⁴⁰ Cf. *id.*, pp. 927 e 936.

⁴¹ Cf. *id.*, p. 927.

⁴² Cf. TFOUNI – *op. cit.*, p. 9.

⁴³ Cf. *id.*, pp. 9 e 10, bem como FREIRE – *op. cit.*, p. 930.

⁴⁴ Cf. OECD/PISA – *Measuring student knowledge and skills. The PISA 2000 assessment of reading, mathematical and scientific literacy, 2000*, p. 18. Disponível na web em <http://www.pisa.oecd.org/docs/assess.htm>. Visitado em 19/03/2002.

⁴⁵ SOARES, M. – *Letramento. Um tema em três géneros*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 1998, 2.ª edição, 4.ª reimpressão, 2001, p. 47.

⁴⁶ KLEIMAN – *op. cit.*, p. 181.

Tal distinção ajuda a que não se confunda, seguindo Tfouni⁴⁷, o “não-alfabetizado” com o “iletrado”. Isto porque, no dizer da autora, não existe, nas sociedades modernas, “iletramento” (iliteracia), existem sim “graus de letramento”⁴⁸. E Tfouni acrescenta que “[o] que se nota, portanto, é o fato de o letramento poder atuar indiretamente, e influenciar até mesmo culturas e indivíduos que não dominam a escrita. Esse movimento mostra que o letramento é um processo mais amplo do que a alfabetização, porém intimamente relacionado com a existência e influência de um código escrito.”⁴⁹ Kleiman⁵⁰, por exemplo, refere como a oralidade de sujeitos não-alfabetizados em resultado do efeito de certas agências de literacia pode evidenciar características da oralidade letrada. Por outras palavras, o não-alfabetizado pode manifestar na sua oralidade marcas da escrita⁵¹, sendo por isso aconselhável que não se considere a existência de “iletrados no sentido da ausência de saber sobre a escrita”⁵². Assim, é possível depararmo-nos com não-alfabetizados que já apresentem concepções sobre a literacia⁵³. Todas estas observações conduzem-nos a considerar de uma forma particular o que significa iletrado numa sociedade letrada. Para Freire⁵⁴, apoiada em Tfouni⁵⁵, uma vez que, entre os não-alfabetizados, também há pessoas com características normalmente atribuídas aos alfabetizados, não se poderá dizer que existem pessoas iletradas. É que essas pessoas vivem numa sociedade letrada e estão, em consequência disso, expostas a discursos que, embora revistam a modalidade oral, comportam em si marcas da escrita. Assim, a interpenetração das duas modalidades (fónica e gráfica) do uso da língua⁵⁶ nas diferentes práticas sociais da mesma instância simbólica⁵⁷ é algo que joga com o que se poderá designar, com Regina Freire, o fenómeno do assujeitamento produzido pela escrita⁵⁸. O oral e a escrita – enquanto modalidades de uma mesma instância

⁴⁷ TFOUNI – *op. cit.*, p. 24.

⁴⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 23. Neste texto, recorre-se ao termo “letramento” sempre que estão em causa textos de autores brasileiros. Nos outros casos, é usado o termo “literacia”, aquele que foi adoptado em Portugal para cobrir a mesma noção. (Cf. SOARES – *op. cit.*, p. 18.)

⁴⁹ TFOUNI – *op. cit.*, p. 38.

⁵⁰ Cf. KLEIMAN – *op. cit.*, p. 182.

⁵¹ Cf. *id.*, *ibid.*

⁵² FREIRE – *op. cit.*, p. 932.

⁵³ Cf. TERZI – *op. cit.*, p. 91.

⁵⁴ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 930.

⁵⁵ TFOUNI, L. V. – *Adultos não alfabetizados: O avesso do avesso*, Campinas, Pontes Editores, 1988. Referido por FREIRE – *op. cit.*, p. 930.

⁵⁶ Cf. MARCUSCHI – *op. cit.*, p. 25.

⁵⁷ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 929.

⁵⁸ Cf. *id.*, p. 931.

simbólica, no dizer de Freire – co-existem nas práticas discursivas orais onde se manifestam enquanto modalidades do uso da língua e nelas ganham sentido.

O simbólico atrás focado deve contemplar o simbólico inerente a uma oralidade feita de práticas discursivas, que é impregnada de outro simbólico que é a escrita também enquanto prática social, num jogo de significação responsável pela proliferação de sentidos daí adveniente⁵⁹.

O sentido adveniente do jogo de significantes entre os dois simbólicos (oralidade e escrita)⁶⁰ deverá por isso ser entendida no âmbito da literacia enquanto espaço simbólico atravessado por significantes com origens em modalidades distintas do uso da língua e ressignificados “*a cada instância de [...] uso [da linguagem enquanto objecto]*”⁶¹.

No processo de assujeitamento do sujeito pela escrita enquanto outra forma de simbólico, o sujeito faz o seu percurso deixando muitas vezes marcas n/desse simbólico que denotam a sua maneira de ir sendo possuído por ele. Na constituição, no assujeitamento, do aprendente pela escrita, enquanto nova modalidade simbólica, é requerida uma gestão de meios que conduzirão à transformação que se identificará mais tarde com a transparência que passa a revestir a escrita no alfabetizado⁶².

A convivência com práticas discursivas enquanto jogo de simbolismos, de remissão de significantes e de criação de sentido⁶³, no âmbito do processo de literacia, pode contribuir para impedir que surjam casos de aprendentes com percursos “dolorosos” quando se encontram imersos numa escrita com a qual travam diálogos desiguais e nem sempre pacíficos. Conforme refere Regina Freire, no processo de assujeitamento da criança pela escrita e até que a criança abandone a sua marca pessoal passando a partilhar a marca do grupo, podem ocorrer “erros” que não são muitas vezes mais do que vestígios de um “esgarçamento/fechamento da trama simbólica”⁶⁴. Esses vestígios poderão mostrar como a criança ainda não foi totalmente assujeitada pela escrita. O erro, para a autora, será então um indicador da forma como o funcionamento do texto escrito exerce os seus efeitos sobre a criança. O facto de se entender a escrita como funcionamento leva-nos, na linha de pensamento de Freire, a considerar de outra forma a escolarização mais do que a

⁵⁹ Cf. *id.*, *ibid.* e p. 932, assim como DE LEMOS, C. T. G. – *Sobre a aquisição da escrita: Algumas questões*, in ROJO (org.) – *op. cit.*, pp. 13-31 (pp. 18 e 19).

⁶⁰ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 931.

⁶¹ Cf. DE LEMOS – *Sobre a aquisição da escrita...*, p. 21, nota 4.

⁶² Cf. *id.*, *ibid.*, pp. 16 e 17.

⁶³ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 931.

⁶⁴ Cf. *id.*, *ibid.*

alfabetização. Isto porque, de acordo com esta autora, convém ter presente que a alfabetização implica uma mudança de estado – de analfabeto a alfabetizado – e que a existência de níveis de literacia faz com que não se possa considerar que haja iletrados portadores de uma completa ausência de saber no tocante à escrita⁶⁵. Desta forma, ressalta que o processo de aquisição da escrita por parte da criança tem início muito antes de ela ir para a escola⁶⁶. Desde sempre a criança de uma sociedade grafocêntrica se encontra imersa em discurso oral portador de textualidade. E esse percurso continua quando ela participa de práticas discursivas orais acompanhadas por objectos portadores de texto onde a escrita manifesta, nas palavras de Kleiman, um uso, uma função e um impacto social⁶⁷.

As actividades da leitura e escrita que acompanham o dia-a-dia da criança são lugares privilegiados para começar a assujeitar a criança ao simbolismo da escrita. Será através desse assujeitamento intimamente relacionado com a literacia enquanto processo social que a criança se vai preparando para a alfabetização, para a referida transformação “que se opera [...] [nela] pelo simbólico.”⁶⁸.

Mas, como lembra com muita pertinência Regina Freire, a escrita pode fazer mais ou menos parte da vida da criança dependendo da qualidade de inserção social que lhe é própria. Os desfavorecidos de uma grande metrópole saberão, por certo, mais sobre o objecto-escrita do que os desfavorecidos de uma zona rural⁶⁹.

A tarefa de alfabetizar uma criança deve por conseguinte começar antes da sua iniciação oficial à escrita, isto é, antes de ir para a escola. Ela traduz-se em conferir à criança a possibilidade de viver actividades trespassadas pela escrita “enquanto atividade simbólica e constitutiva do sujeito.”⁷⁰.

O progressivo assujeitamento da criança pela escrita que a conduzirá ao estado de alfabetizada leva-a à apropriação dessa modalidade de uso da língua de forma a passar a ver a relação entre as modalidades fónica e gráfica desse uso como sendo já não opaca mas sim transparente⁷¹. Por outros termos, ao ser possuída pelo

⁶⁵ Cf. *id.*, p. 932.

⁶⁶ Cf. *id.*, *ibid.*, e KLEIMAN – *op. cit.*, pp. 181 e ss.

⁶⁷ Cf. *id.*, p. 181, bem como FREIRE – *op. cit.*, p. 932. Usando como fonte FREIRE – *op. cit.*, p. 932, são exemplos das referidas práticas discursivas orais actividades de leitura e escrita onde estejam incluídos, entre outros, histórias, receitas do médico, jornais, bilhetes, cartas e listas de compras.

⁶⁸ Cf. DE LEMOS – *Sobre a aquisição da escrita...*, p. 16.

⁶⁹ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 932.

⁷⁰ *Id.*, *ibid.*

⁷¹ Cf. DE LEMOS – *Sobre a aquisição da escrita...*, pp. 16 e ss. Lembra-se aqui CAGLIARI, L. C. – *A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita pelas crianças na alfabetização*, in ROJO (org.) – *op. cit.*, pp. 61-86 (p. 75), quando escreve que “A simples escrita alfabética não passa de uma transcrição fonética. O nosso sistema de escrita, mais do que alfabético, é ortográfico.”

simbólico da escrita, a criança passa a olhar de outra maneira o simbólico do oral instalando-se como um sujeito da escrita que passa a “dialogar” diferentemente com o sujeito do oral vendo no produto de ambos uma “isomorfia” que não vira até lá e que finalmente só existe mesmo para quem ficou possuído. É que a linguagem escrita não é uma mera representação da linguagem oral, da fala⁷², não só por força das diferentes práticas discursivas serem feitas da conjugação das duas modalidades de uso da língua mas também por a escrita enquanto linguagem ser, na opinião de De Lemos, um “*objeto que se refaz a cada instância de seu uso.*”⁷³. Nas palavras de Mota⁷⁴, “a escrita não é mais uma forma cômoda de manifestação – ou materialização – da fala, mas estabelece com ela uma relação de constituição mútua.” Tal facto faz com que esta autora coloque em causa “o pressuposto de que a escrita seja representação da fala.”⁷⁵. Nesta mesma óptica, Faria⁷⁶ retoma a ideia de que a escrita não representa a oralidade porque considera que entre as duas se estabelece “uma rede de significantes”, socorrendo-se da definição de texto de Sônia Mota, ou seja, do “texto enquanto instância de funcionamento linguístico-discursivo.”

Tomando a literacia como um processo que deve ser tido em conta antes da alfabetização para que esta encontre terreno adequado e possa efectivar-se com sucesso nos seus diferentes níveis, então o assujeitamento da criança pela escrita que a literacia propicia também lhe vai permitir operar de modo menos sofrido e portanto mais natural a transição da modalidade oral para a modalidade escrita do uso da língua, que se terá de admitir que, por vezes, é vivida de forma difícil e problemática. Por conseguinte, se o mencionado assujeitamento for operado progressivamente, recorrendo a diferentes eventos de literacia, essa passagem tenderá a ser operada sem dor, sem luto⁷⁷, porque o sujeito não chegou a sentir a descontinuidade qualitativa, a separação, existente entre o oral e a escrita ao participar de práticas linguístico-discursivas assentes em objectos portadores de texto e nas quais o envolvimento de ambos os simbólicos é uma constante.

⁷² Ver, entre outros, FREIRE – *op. cit.*, p. 931.

⁷³ DE LEMOS – *Sobre a aquisição da escrita...*, p. 21, nota 4.

⁷⁴ MOTA – *op. cit.*, p. 30.

⁷⁵ *Id.*, p. 31.

⁷⁶ FARIA, N. R. B. – *O que escapa à relação fonema-grafema na aquisição da escrita*, in “Letras de Hoje”, 33 (2), 1998, pp. 23-28 (p. 23).

⁷⁷ Cf. COUTOU-COUMES, F. – *Rencontre. 2. Réponses*, in “Rééducation Orthophonique”, (L’orthographe), n° 200, déc. 1999, pp. 13-24 (p. 17).

O assujeitamento “pleno” do sujeito pela escrita⁷⁸ coincide, para Freire⁷⁹, com a escrita permitida pela gramática da língua, ou seja, aquela que é considerada a única forma possível (e permitida) de escrita. Por outros termos, e seguindo a mesma fonte, a criança, ao aproximar-se, assujeitando-se, do simbólico da escrita própria do adulto, rende-se ao grupo e abandona as marcas de um processo pessoal que, embora construção, não é “própria porque perpassada pelo letramento, pela escrita já-lá.”⁸⁰

Interessa realçar, nesta perspectiva, o papel do erro. Segundo Freire, ele terá de ser visto como vestígios na produção da criança dos efeitos que sobre ela exerce o funcionamento do texto escrito⁸¹. Através do texto produzido pela criança podemos aperceber-nos do modo como ela lida com o objecto escrita que, afinal, a domina mais do que ela o domina⁸². Ora, nós somos levados porventura a pensar que é antes a criança que exerce controlo sobre a escrita.

Existe então o ponto de vista do adulto, que transporta consigo a força da norma, da gramática, e o ponto de vista da criança que opera o percurso da escrita; um percurso que deve ser considerado como o lugar do funcionamento da língua e da criança.

Só quando não existe sensibilização para com o que representa o processo de assujeitamento da criança por parte da escrita é que o professor/terapeuta/reeducador pode atribuir imediatamente o rótulo de patológico ao desempenho de uma criança que comete determinados erros. Se assim for, retomando a ideia de Regina Freire, a dislexia transforma-se numa metáfora cruel do processo de aquisição da escrita. E pode mesmo “impedir o acesso da criança ao processo de escolarização” com todas as consequências daí advenientes e muito em especial no que diz respeito à “sua constituição enquanto sujeito e cidadão.”⁸³

⁷⁸ Trata-se de uma posição relativamente à aquisição da escrita em que esta habilidade não é simplesmente considerada um “objeto a ser conhecido” mas antes um processo que tem a ver com a “inserção significada da criança no mundo letrado” (FREIRE – *op. cit.*, p. 932). Está em jogo, portanto, uma concepção de escrita que vai ao encontro da posição segundo a qual “a criança sabe sobre a escrita antes de saber ler e escrever [...] [e] que esse saber primeiro é parte de um processo que passa pelo segundo e nele não se detém.” (DE LEMOS – *Prefácio...*, p. 9). E De Lemos lembra, no mesmo texto e na mesma página, que muitas vezes o ensino que se pratica na escola não dá a importância devida a esse saber prévio.

⁷⁹ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 935.

⁸⁰ *Id.*, p. 931.

⁸¹ Cf. *id.*, p. 935.

⁸² Cf. *id.*, *ibid.*

⁸³ *Id.*, p. 936.

V

A posição até aqui lançada da concepção de escrita joga com a inserção do aprendente num processo social designado por literacia, processo esse que o prepara para a alfabetização. Esta leitura faz questionar, entre outros aspectos, o próprio papel da escola enquanto *agência de alfabetização* em virtude de não se poder ignorar, recorrendo a De Lemos, o que a criança já sabe sobre a escrita antes de saber ler e escrever. Por outro lado, a escrita também não deve ser entendida como mera representação gráfica da fala, *i.e.*, não se deve esgotar na mera conversão de unidades sonoras em unidades gráficas. Ao remeter para um segundo plano a compreensão e a expressão/construção de sentidos⁸⁴, tal visão da escrita só pode levar a uma leitura reducionista da linguagem. É que, de um modo geral, podemos dizer com Terzi que “ao mesmo tempo que a criança aprende a falar ela começa a aprender as funções e os usos da escrita, podendo se tornar uma leitora e produtora de textos não-alfabetizada [...], já com concepções sobre o letramento.”⁸⁵. Se a preocupação se centrar no aspecto mecânico da escrita e não, como adianta a mesma autora, na “apresentação desta como uma maneira diversa de significar, uma nova experiência lingüística para cuja compreensão a criança poderá se valer de sua experiência com a oralidade.”⁸⁶, correremos o risco de optar por concepções de escrita mais restritivas que podem levar certos especialistas a deixar-se dominar por algumas marcas presentes nos actos de ler ou de escrever afastando a hipótese de outras formas de olhar as habilidades em causa.

O que foi exposto no tocante à aprendizagem dita normal é igualmente válido quando estão em discussão produções de aprendentes com problemas de leitura e de escrita. Na verdade, os casos desviantes propiciam de uma maneira ainda mais evidente a centração da atenção dos especialistas em visões circunscritas da concepção de escrita, reduzida muitas vezes ao seu aspecto mecânico.

Lyon, por exemplo, num artigo de 1995, apresenta a definição de trabalho de dislexia lançada pelo Orton Dyslexia Society Research Committee. A definição era a seguinte: “«Dyslexia is one of several distinct learning disabilities. It is a specific language-based disorder of constitutional origin characterized by difficulties in single word decoding, usually reflecting insufficient phonological processing» (p. 9)”⁸⁷.

⁸⁴ TERZI – *op. cit.*, pp. 103 e 104.

⁸⁵ *Id.*, p. 91.

⁸⁶ *Id.*, pp. 103-104.

⁸⁷ LYON, G. R. – *Toward a definition of dyslexia*, in “Annals of Dyslexia”, 45, 1995, pp. 3-27 (p. 9). Referido por ELBRO, C. E.; BORSTRØM, I.; PETERSEN, D. K. – *Predicting dyslexia from kindergarten: The importance of distinctness of phonological representations of lexical items*, in “Reading Research Quarterly”, 33 (1), 1998, pp. 36-60 (p. 39).

Outros autores, por sua vez, relacionarão a dislexia com a recodificação fonológica. Isto porque, com base na literatura, “it is now apparent that many, if not most children with surprisingly severe difficulties in learning to read and write have specific difficulties in the phonological recoding of letters and letter strings [...]”⁸⁸. Destaca-se, neste contexto, a dificuldade que as crianças podem apresentar em nomear/ler cadeias novas de letras (*i.e.* não-palavras) ou quando se lhes pede que palavra, de entre um conjunto de não-palavras, soa de forma idêntica a uma palavra real quando lida em voz alta⁸⁹. Uma das definições recentes de dislexia aponta precisamente para o défice acabado de mencionar como sendo uma característica primária da perturbação em causa⁹⁰.

Outros aspectos que parecem constituir preditores do desenvolvimento da leitura são a consciência fonológica, a sensibilidade fonológica (p. ex., detecção de rimas), as primeiras análises fonémicas (contagem de fonemas, identificação ou apagamento de fonemas), a memória a curto prazo fonológica, a nomeação e a nomeação rápida, que pode estar intimamente relacionada com a articulação e também com a memória de trabalho⁹¹. Ora, resultados de estudos efectuados levam mesmo a sugerir que “dyslexia is indeed (at least in part) a language problem, and that the roots may be traced back to a very early age.”⁹².

Ainda relacionado com o exposto, pode ler-se na parte final do resumo do artigo de C. Elbro, I. Borstrøm e D. K. Petersen: “The results suggest that the quality of phonological representations in the mental lexicon is a determinant of

⁸⁸ Cf. RACK, J. P.; SNOWLING, M. J.; OLSON, R. K. – *The nonword reading deficit in developmental dyslexia: A review*, in “Reading Research Quarterly”, 27, 1992, pp. 28-53, bem como SIEGEL, L. S. – *The development of reading*, in REESE, H. W. (ed.) – *Advances in child behaviour and development*, vol. 24, 1993, pp. 63-97, San Diego, CA, Academic Press, referidos por ELBRO; BORSTRØM; PETERSEN – *op. cit.*, p. 36. Por *recodificação fonológica*, entende-se, de acordo com VANDERVELDEN, M. C.; SIEGEL, L. S. – *Phonological recoding and phoneme awareness in early literacy: A developmental approach*, in “Reading Research Quarterly”, 30, 1995, pp. 854-875, referido por ELBRO; BORSTRØM; PETERSEN – *op. cit.*, p. 36, “just one [term] out of many referring to the use of systematic relationships between letters (or letter strings) and phonemes (or strings of phonemes) [...]”

⁸⁹ Os exemplos propostos são *kan, lom, spe, gock*. E a resposta esperada é *kan*, uma vez que *kan*, quando lida em voz alta, soa de forma idêntica a “can” (cf. ELBRO; BORSTRØM; PETERSEN – *op. cit.*, p. 36).

⁹⁰ Cf. ELBRO; BORSTRØM; PETERSEN – *op. cit.*, p. 36, referindo-se a LYON – *op. cit.*

⁹¹ Cf. ELBRO; BORSTRØM; PETERSEN – *op. cit.*, pp. 39 e ss. Ver também a este propósito NUNES, M. V. R. da S. – *A aprendizagem da leitura e o «loop» fonológico*, in “RFML”, Série III, 6 (1), 2001, pp. 21-28, assim como PINTO, M. da G. C. – *Só me faltava a psicolinguística... Da(s) memória(s) no processamento da linguagem: Algumas notas sensíveis à aprendizagem*, in FONSECA, F. I.; DUARTE, I. M.; FIGUEIREDO, O. (orgs.) – *A linguística na formação do professor de português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2001, pp. 135-152.

⁹² Cf. ELBRO; BORSTRØM; PETERSEN – *op. cit.*, p. 41.

the development of both segmental (e.g., phoneme) awareness and of the acquisition of phonological recoding skills in reading.”⁹³.

Se nos circunscrevermos a este aspecto da leitura, que poderíamos rotular de mecânico e que restringe naturalmente o que se possa entender por linguagem, uma vez que se ocupa “tout court” do mecanismo *descodificação* desta habilidade sem chamar também a si uma concepção de escrita que contemple “uma maneira diversa de significar, uma nova experiência lingüística para cuja compreensão a criança poderá se valer de sua experiência com a oralidade.”⁹⁴, a possibilidade de localizar o défice em causa torna-se bastante evidente. Os conhecimentos de ordem linguística e psicolinguística terão trazido assim achegas importantes no tocante ao que se passa em termos de processamento da leitura (cf. a descodificação), e em termos da delimitação da perturbação. Por sua vez, estudos a partir da dislexia (adquirida e até de desenvolvimento) procuraram situar o défice em termos da via de leitura que se encontraria afectada tomando como base modelos de leitura de via dupla ou tripla (cf., por exemplo, a via de leitura directa, a via fonológica ou mediada fonologicamente e a via semântica)⁹⁵.

Como o processamento da leitura pode contar com mais do que uma via e porque a leitura não é só decifração/percepção mas também ou, em grande parte, compreensão⁹⁶, revestir-se-á do maior interesse tentar abordar a leitura e os problemas com ela relacionados por várias vias e tirar partido daquela que se encontrar disponível e apta a suprir a(s) deficitária(s).

VI

No entanto, convirá tudo fazer para detectar, o mais cedo possível, qualquer défice que impeça o desempenho esperado começando, porventura, por observar as práticas discursivas orais. É que nessas práticas, como refere Regina Freire

⁹³ *Id.*, p. 37.

⁹⁴ TERZI – *op. cit.*, pp. 103 e 104.

⁹⁵ Cf. PINTO, M. da G. L. C. – *Da afasia à disortografia: um percurso terminológico*, in Pinto – *Desenvolvimento e distúrbios...*, pp. 221-232 (p. 221, notas 45 e 47, e p. 223). Ver ainda sobre este assunto COLTHEART, M.; PATTERSON, K.; MARSHALL, J. C. (eds.) - *Deep dyslexia*, London/Boston/Henley, Routledge & Kegan Paul, 1980; PATTERSON, K. E.; MARSHALL, J. C.; COLTHEART, M. (eds.) – *Surface dyslexia. Neuropsychological and cognitive studies of phonological reading*, London/Hillsdale/New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1985; TEMPLE, C. M. – *Reading with partial phonology: Developmental phonological dyslexia*, in “Journal of Psycholinguistic Research”, 14 (6), 1985, pp. 523-541; CAPLAN, D. – *Neurolinguistics and linguistic aphasiology. An introduction*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, caps. 14 e 17.

⁹⁶ Cf., entre outros, GIROLAMI-BOULINIER, A. – *L'apprentissage de l'oral et de l'écrit*, Paris, P.U.F., Coll. Que sais-je?, 2717, 1993, p. 42; TERZI – *op. cit.*, pp. 103 e ss.

retomando De Lemos, ganha sentido o que é lido ou escrito⁹⁷. Ressalta então, no dizer de Terzi, que “[o] desenvolvimento da língua oral e o desenvolvimento da escrita se suportam e se influenciam mutuamente.”⁹⁸. A forma como a criança se exprime oralmente não pode, por isso, ser menosprezada, não só na qualidade de prática discursiva onde se conjugam as duas modalidades de uso da língua mas também como espelho de um nível de literacia que anuncia a sua preparação para a alfabetização.

Indo ao encontro de C. Elbro, I. Borstrøm e D. K. Petersen, quando referem que a dislexia poder ser um problema de linguagem – muito embora neste contexto a abrangência do termo linguagem tenha de ser tido em atenção –, revela-se de toda a pertinência mencionar, seguindo A. Girolami-Boulinier⁹⁹, as condições que esta autora acha imprescindíveis para uma aprendizagem com sucesso da leitura, da escrita e do cálculo e que se começariam a prefigurar também, sob diferentes formas, na língua oral da criança antes de saber ler e escrever:

- “**Percevoir, retenir et émettre exact et dans l’ordre un minimum de trois signes, sons, syllabes ou mots,**
- **reconnaître ou construire** une phrase à 3 éléments (sujet, verbe, complément),
- **reconnaître** l’existence d’un maintenant/avant/après dans les actes simples de la vie courante [...]”.

Para a autora, são estes os três pontos que constituem “le programme indispensable pour prévenir l’échec [...] et permettre l’installation d’une vie scolaire et sociale équilibrée et heureuse.”¹⁰⁰.

Não será por acaso que a autora refere várias vezes a quantidade 3. A percepção, a retenção e a reprodução (em suma o domínio) da quantidade 3 são de facto indispensáveis para qualquer tipo de abordagem à linguagem, uma vez que esta se processa no tempo. A quantidade 3, ao implicar a noção de número, requer também o domínio de uma relação ordinal e da transitividade¹⁰¹. Ora, não podemos partir

⁹⁷ Cf. FREIRE – *op. cit.*, p. 929.

⁹⁸ TERZI – *op. cit.*, p. 91. Ainda a propósito da interpenetração da oralidade e da literacia nas narrativas ditas e escritas, ver TANNEN, D. – *Oral and literate strategies in spoken and written narratives*, in “Language”, 58 (1), 1982, pp. 1-21.

⁹⁹ Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. – *Les premiers pas scolaires. Acquisitions indispensables pour prévenir l’échec scolaire*, Issy-les-Moulineaux, EAP, 1988, contracapa.

¹⁰⁰ *Id.*, *ibid.*

¹⁰¹ Cf. GIROLAMI, A. – *Contrôle des aptitudes à la lecture et à l’écriture*, CALE, Montreuil, Éditions du Papyrus, 2001, pp. 9 e 27, e GIROLAMI-BOULINIER – *L’apprentissage de l’oral et de l’écrit...*, p. 29.

para o domínio fonológico exigido pela leitura/escrita, sem ter em conta, pelo menos, a capacidade de operar identificações após discriminações de elementos que ocorrem segundo uma linearidade que implica temporalidade e a capacidade de jogar com sequências que obedecem a relações ordinais, capacidades que não poderão existir sem os pressupostos acima focados.

VII

Em guisa de conclusão, diria que é preciso não recorrer ao rótulo “dislético/a”

- sem um conhecimento bem fundado das produções verbais do aprendente e da sua história em termos de domínio de tarefas sensoriais (visuais, auditivas), motoras e verbais com implicações cronológicas e lógicas que se revelam indispensáveis para quem vai começar a sua escolarização¹⁰²;
- sem ter sido verificado o nível de linguagem da criança, *i.e.*, sem se ter verificado se a criança já apresenta uma relação com a linguagem que lhe permita o desenvolvimento da consciência fonológica e a aquisição de habilidades relacionadas, por exemplo, com a recodificação fonológica fundamentais ao exercício da leitura;
- sem saber se a criança foi colocada face à situação de aprender a ler e a escrever antes de se encontrar no bom momento para o fazer;
- sem se considerarem o modo como a criança articula, o vocabulário que possui, a forma como organiza o seu discurso e o tipo de cronologia (correcta ou invertida e estática ou dinâmica¹⁰³) que apresenta quando lhe é solicitada uma produção oral e/ou escrita por meio de uma série de imagens;
- sem colocar o aprendente diante de tarefas (leitura e escrita) em que facilmente se possa detectar que tipo de erros são efectivamente cometidos.

As diferenças individuais são evidentes e o processamento da informação, seja ela de que ordem for, não escapa a essas diferenças¹⁰⁴. A massificação da

¹⁰² Cf. o conteúdo de GIROLAMI – *Contrôle des aptitudes...* Nesta obra, a autora procura realçar e apresentar propostas de avaliação de todos os “ingredientes” indispensáveis à prática da linguagem oral e escrita, começando mesmo por aspectos tão fundamentais e básicos como os movimentos finos e, relativamente às qualidades do som, a duração, a timbre, a altura e o ritmo.

¹⁰³ Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. – *Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*, Paris, Masson, 1984, p. 38.

¹⁰⁴ Ver, no que diz respeito aos métodos de ensino da leitura e aos diferentes padrões cognitivos, DAY, R. S. – *Systematic individual differences in information processing*, in Research Frontiers section of ZIMBARDO, P. G.; RUCH, F. L. (eds.) – *Psychology and life*, Glenview (Ill.), Scott, Foresman, 1977, pp. 5 A-5 D (p. 5D).

escolarização veio naturalmente alertar para o facto de nem todos serem capazes de responder de igual forma a determinadas tarefas. A diferença em causa penaliza tanto mais quanto se dá o caso de vivermos numa sociedade grafocêntrica que fez da literacia, ou melhor, das diferentes literacias eleitas por essa mesma sociedade uma arma sem a qual é difícil entrar em determinados meios¹⁰⁵. A dislexia é resultado por conseguinte da função social que a escrita passou a ter nas sociedades modernas. Tratando-se a escrita e a leitura de habilidades que são requeridas por essa mesma sociedade e sabendo nós que essas habilidades, como quaisquer outras, só se desenvolverão se encontrarem as condições de que necessitam, é perfeitamente admissível que existam sujeitos que não apresentem, pelas razões mais variadas, essas condições.

E se a nossa sociedade tivesse eleito a (linguagem da) música em vez da (língua) escrita como centro? Será que não existiriam igualmente sujeitos com problemas de aprendizagem e de domínio dessa outra habilidade? Será que não haveria verdadeiros *amúsicos* à semelhança dos verdadeiros disléxicos existentes na nossa sociedade?

É, por isso, perfeitamente plausível pensar que as diferentes linguagens exigem, cada uma em função da sua constituição, um terreno propício para se instalarem e se desenvolverem. Quanto mais conhecermos da linguagem em causa e dos sujeitos que a praticam, tanto mais preparados estaremos para dar resposta às diferentes situações.

Resta-nos pois a todos nós que nos interessamos por este tema congregarmos esforços no sentido de encontrarmos nos verdadeiros disléxicos – e não nos que o não são mas que até interessa/va que sejam/fossem – a forma que lhes seja mais adequada para superarem as suas dificuldades e realizarem o que os ditos normais conseguem fazer recorrendo, se as circunstâncias o exigirem, a vias alternativas.

Acrescentaria ainda que facultar desde cedo a todas as crianças a possibilidade de terem acesso e manipularem o material verbal de maneira a que o seu assujeitamento pela escrita se torne gradual poderá impedir que ocorram mais tarde crianças rotuladas “apressadamente” de disléxicas e conferir aos que poderão vir a ser verdadeiros casos de dislexia, que serão sempre uma percentagem muito reduzida da população à semelhança do que se passa com outras patologias, a possibilidade de entrarem no mundo da escrita de uma forma muito particular e condizente com o entendimento da sua diferença. O entendimento dessa diferença também por parte da criança afectada contribuirá por certo para que ela adquira a capacidade de contornar a situação, de forma a não deixar de sentir prazer na leitura e na escrita,

¹⁰⁵ Cf. OECD/PISA – *op. cit.*

a não deixar de gostar da sua língua e a não deixar que a sua auto-estima seja violentada.

Julgo que já se conhece o suficiente dos níveis de processamento da leitura enquanto descodificação, da concepção da escrita enquanto criadora de sentido, do que representa a escrita enquanto “lugar de funcionamento da língua e da criança”¹⁰⁶ e do processo social que é a literacia tomando a alfabetização como uma “das faces [fases] do letramento”¹⁰⁷ para se poder actuar com vista a obter o melhor desempenho possível junto da população que apresenta problemas de aprendizagem da leitura e da escrita.

Agradecimentos

Ao meu colega João Veloso, agradeço a revisão bibliográfica feita e os comentários que este texto lhe suscitou.

Maria da Graça L. Castro Pinto

¹⁰⁶ FREIRE – *op. cit.*, p. 936.

¹⁰⁷ *Id.*, p. 935.

AS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE EM PORTUGAL: DAS ORIGENS AOS NOVOS DESAFIOS DO FUTURO

I

Neste texto¹, usarei deliberadamente a designação “Universidade da Terceira Idade” (UTI) para me referir de um modo genérico às instituições que se dedicam a dar resposta à procura de ensino informal em variados domínios e à procura de actividades recreativas ou outras por parte da nossa população sénior, apesar de não ignorar a polémica que o termo “universidade” tem suscitado nalguns meios e de ter em mente a necessidade de pensar a sua adequação à realidade actual também em termos linguísticos.

O facto de não ser consensual o termo “universidade”, que ocorre no sintagma “universidade da terceira idade” – sintagma a que já ousou chamar fixo por força do uso que lhe é conferido pelos falantes –, pode explicar a razão pela qual alguns já tenham optado pela designação “academia”, outros pela designação “instituto” e outros ainda pela designação “associação”, normalmente seguidas do epíteto “cultural”, evitando-se assim o recurso à palavra “universidade”. É bem provável que estas outras designações já traduzam sensibilidades particulares no tocante à missão das instituições em questão, missão que é efectivamente distinta da das universidades tradicionais e que conviria deixar também clara em termos linguísticos. Acrescentaria contudo que a utilização do termo “universidade” no caso das UTI, um pouco metafóricamente em meu entender, foi já objecto de uma leitura/atenção particular, se não de uma preocupação, no início dos anos 80 do século passado quando, por legislação datada de 1982, “O Ministério da Educação

¹ Este texto foi apresentado, na sequência de um convite, na Conferência “Envelhecer em Saúde”, organizada pelo Centro de Investigação em Educação Contínua de Adultos (CIECA) e pela Universidade Sénior de Almeirim (USAL), no âmbito do Projecto *Learning in Senior Age* (LISA), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 8 de Agosto de 2003.

[refere que] permite o uso da denominação «Universidade» desde que as UTI se comprometam a não atribuir nenhum tipo de certificados ou grau académico dos cursos ministrados (DL n.º 252/82 de 28 de Junho).”². Salvaguardavam-se assim usos distintos de um lexema que normalmente era atribuído a uma realidade completamente diversa e com uma missão totalmente diferente. Por outro lado, a 20 de Março de 2003, no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores* (Almeirim e Santarém), foi-me dado observar que ainda hoje se discute a dificuldade de legalizar instituições/associações que se intitulem “Universidades da Terceira Idade”. Consequentemente, a polémica continua a revestir-se de actualidade.

Por outras razões, começa também a ser presentemente objecto de crítica a expressão “terceira idade”. Não supreenderá, por isso, que se verifique nalguns casos a sua substituição por “sénior” ou por “para todos”. Esta substituição revela-se, de facto, da maior oportunidade atendendo a que já não são só as pessoas com 65 anos e mais que recorrem ou procuram estas instituições mas também pessoas que apresentam idades que rondam os 50 anos.

Se bem que “[a]s UTI funcion[e]m todas fora do sistema escolar, mantendo-se fiéis aos princípios básicos da aprendizagem informal.”³, é bem provável que a sua procura por parte de um público adulto mais jovem do que o público responsável pela sua designação motive alterações nos seus modos de actuar de forma a ir ao encontro de interesses que podem diferir daqueles normalmente manifestados pela terceira idade. A idade é uma variável, entre outras, que nos leva a considerar que as ofertas das UTI não podem ser uniformes; os seus modelos/projectos não só acabam por diferir de país para país mas também, dentro de cada país, de região para região em função de diferentes variáveis. E este ajustamento de projectos às condições particulares das populações revela-se, na minha opinião, a chave de sucesso destas instituições.

No estudo intitulado “Caracterização das UTI’s”⁴, pode ler-se na página 3: **“As Universidades da Terceira Idade (UTI) surgiram na década de 70 em França.**

² Cf. informação disponível na web em <http://planeta.clix.pt/usal/uti.htm>, secção *Universidades da Terceira Idade*, p. 1 de 5, visitada em 21 de Fevereiro de 2003

³ *Id.*, *ibid.*

⁴ Estudo realizado pela Universidade Sénior de Almeirim, na pessoa do Dr. Luís Jacob, distribuído no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores* (Almeirim e Santarém, 20 de Março de 2003).

[...] Este movimento rapidamente alastrou ao resto da Europa, chegando a Portugal em 1976. Ultrapassou oceanos e chegou à América nos anos 80.”⁵

As causas para a criação deste tipo de instituições são naturalmente de várias ordens. Salientaria porém como causa principal o envelhecimento da população e suas repercussões na adaptação a novos estilos de vida depois da cessação das actividades exercidas até à aposentação.

Uma primeira leitura da passagem acima transcrita levar-nos-ia porventura a inferir que Portugal vivia nos anos 70 do século XX uma realidade sócio-cultural tão semelhante à França que só teriam sido necessários três anos para concretizar um projecto que se pretendia “próximo” do francês⁶. Efectivamente, em 1973 é criada em Toulouse a primeira UTI e, de acordo com a literatura, não foram precisos mais de sete anos para que se estabelecessem 52 UTI em França⁷. Aprofundando um pouco mais os dados avançados, posso acrescentar que foi o Prof. Pierre Vellas (da Universidade) de Toulouse que, em 1973, conforme refere Lemieux⁸, “eut l’idée courageuse de mettre les services de l’université à la disposition des retraités.” Segundo a mesma fonte, esta UTI correspondia no seu início a um departamento da unidade de ensino e de pesquisas da faculdade de ciências sociais e tinha como objectivo o estudo dos problemas médicos, sociais e psicológicos dos idosos⁹. Por outros termos, num primeiro momento, estava em causa uma colaboração entre os estudantes da terceira idade e os pesquisadores jovens da universidade. Como prossegue Lemieux¹⁰: “Il s’agit donc [...] d’une sorte de *jumelage* qui, en dépit du fameux conflit de générations, s’est avérée très féconde.” Este primeiro projecto deu origem, no entanto, talvez mais rapidamente do que se esperava, a um modelo

⁵ Em *Universidades da Terceira Idade*, disponível na web em <http://planeta.clix.pt/usal/uti.htm>, p. 1 de 5, secção visitada em 21 de Fevereiro de 2003, lê-se ainda a este propósito na continuidade do transcrito “[...] chegando a Portugal em 1976 com a criação da Universidade Internacional da Terceira Idade de Lisboa pelo Dr. Herberto Miranda.”

⁶ Ora, este projecto português datado de 1976, de acordo com LEMIEUX, A. – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité*, Montréal, Éditions Nouvelles, 2001, p. 43, terá sido desenvolvido graças à influência da *Association Internationale des Universités du Troisième Âge* (AIUTA) e, ainda seguindo a mesma fonte, “n’était qu’un super-club géré par une famille très cultivée, mais n’ayant pas de contacts avec la structure universitaire du pays.” (p. 43). Dito de outra forma, tratava-se de um projecto que não mantinha quaisquer contactos com a estrutura universitária do país, diferentemente do que se teria passado noutros casos.

⁷ Cf. LEMIEUX, A.; BOUTIN, G.; SÁNCHEZ, M.; RIENDEAU, J. – *The faculties of education in the traditional universities and the third age universities: A model of partnership*. Versão policopiada, 2003, 9 pp. (p. 2).

⁸ LEMIEUX – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 27.

⁹ Cf. *id.*, *ibid.*

¹⁰ Cf. *id.*, *ibid.*

que passou também a integrar cursos, conferências e outras actividades de toda a ordem tendentes a ir ao encontro da procura entusiasta que se verificava por parte das pessoas de idade¹¹.

Apesar de me ter sido solicitado que falasse das UTI portuguesas, afigurou-se-me oportuno lançar um olhar rápido sobre o país-berço das UTI, isto é, a França, antes de abordar o nosso caso para podermos operar algumas comparações. Sem ir muito a fundo no domínio para o qual pretendo chamar a atenção, gostaria de lembrar que, no que toca à França, a generalização da escolaridade obrigatória passou a ser um facto na III República¹². Não será, por isso, difícil imaginar o nível de literacia ou, se assim o entenderem, de escolaridade da população francesa nos princípios da década de 70 do século passado e também não será difícil entender/explicar a existência de uma sensibilidade particular para dar resposta às necessidades culturais e sociais dos franceses que apresentavam então 65 anos de idade ou mais e que seriam por certo proporcionalmente mais numerosos do que os portugueses da mesma idade existentes à época.

Relativamente a Portugal, pode avançar-se que em 1972 existiam 34 idosos para cada 100 jovens com menos de 14 anos de idade¹³. Em termos de natalidade, o nosso país apresentava em 1960 a mais alta natalidade da Europa. Mas, em 1999, já se encontrava abaixo da média¹⁴. Estes dados ajudam a compreender que existam, em 1998, 90,3 idosos para cada 100 jovens com menos de 14 anos e que, em 2001, tendo sempre em consideração a população total em Portugal, a percentagem de idosos a partir dos 65 anos tenha ultrapassado a percentagem da população até aos 14 anos de idade (16,4% vs. 16%)¹⁵. Dito de outra forma, distintamente do que se passava nos anos 70 do século findo, estamos hoje perante um claro envelhecimento da população com todas as suas consequências.

No tocante à escolaridade, que poderemos dizer do nosso nível de escolaridade em 1976, ano da criação da primeira UTI em Portugal?

A este respeito, lembraria unicamente que nos Censos de 1981, e por isso cinco anos após a criação da primeira UTI entre nós, de acordo com os dados que me foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, 26,35% da população residente em Portugal (9833014) não sabiam nem ler nem escrever e que 47,62%

¹¹ Cf. *id.*, *ibid.*

¹² HARROIS-MONIN, F.; ROUZÉ, M. – *Dyslexie: De petites anomalies cérébrales*, in “Science & Vie”, n.º 767, août 1981, pp. 43-48 (p. 43).

¹³ Cf. dados disponíveis na web em <http://luisjacob.planetaclix.pt/maisdados.htm>, na secção *Números*, subsecção *Demografia*, p. 2, visitada em 24 de Fevereiro de 2003.

¹⁴ Cf. semanário *Expresso*, p. 24, de 13 de Maio de 2000.

¹⁵ Ver pp. 2 e 1 da fonte mencionada na nota 13.

dessa mesma população possuíam unicamente 4 anos de escolaridade. Somente 2,64% da população residente então no nosso país detinham cursos superiores. Se estes dados não contribuírem para mais nada, podem no mínimo ajudar-nos a ter uma ideia do perfil do “aluno” que teria procurado a primeira UTI portuguesa e a compreender que não se podem esperar ofertas totalmente idênticas por parte das mais variadas UTI criadas nos diferentes países. A política de cada país, as suas realidades sociais e culturais e ainda as suas infra-estruturas moldarão inevitavelmente a estrutura, a forma organizacional, os objectivos e as ofertas destas instituições¹⁶.

Se não foram precisos sete anos para que passassem a existir 52 UTI em França a partir da criação da primeira em Toulouse, temos de admitir que Portugal teria de esperar mais de 25 anos após a criação da primeira UTI para poder perfazer a cerca de meia centena de UTI que possui neste momento.

II

Portugal conta hoje efectivamente com um número de UTI próximo das cinco dezenas. Quatro ainda estão em vias de formação, situando-se uma delas em território insular¹⁷. Encontram-se localizadas um pouco por todo o país mas mais especialmente no Norte e no Algarve, se considerarmos à parte as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O número de alunos inscritos é da ordem dos oito mil.

A primeira UTI surge nos anos 70 do século XX e, desde então, o seu número tem conhecido um aumento progressivo, registando-se, por coincidência ou não, um aumento especialmente significativo durante os anos 90 desse século¹⁸, década em que, como sabemos, foi dedicada uma maior atenção ao idoso e à educação ao longo da vida.

As UTI portuguesas foram criadas pela sociedade civil e não pertencem ao ensino escolar regular. Também não pertencem às universidades tradicionais, se bem que existam UTI que celebraram, por razões que deixarei em aberto, protocolos com algumas universidades tradicionais. Seguem, portanto, os princípios básicos do ensino informal. Por lei, não podem nem avaliar nem certificar. Contudo, convém

¹⁶ STADELHOFER, C. – *Europäische Bildungs-Netzwerke und ihre Bedeutung für die Seniorenbildung am Beispiel des Europäischen Netzwerkes “Learning in Later Life” (LILL)*. Conferência apresentada no I Seminário Internacional sobre Programas Universitários para Maiores, Granada, 17 y 18 de Diciembre de 1999. Versão policopiada, 8 pp. (p. 2).

¹⁷ Informação obtida no II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores, organizado pela Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim - Santarém, 20 de Março de 2003.

¹⁸ Ver JACOB, L. – *Caracterização das UTI's*. Estudo distribuído no II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores, Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim e Santarém, 20 de Março de 2003. Versão policopiada, 9 pp. (p. 6).

talvez adiantar que me foi dito que os alunos das UTI não desejam ser avaliados porque já o foram ao longo das suas vidas e não pretendem continuar a sê-lo.

No tocante à oferta na generalidade das UTI, pode dizer-se que, entre as variadíssimas possibilidades existentes, os seniores podem escolher cursos livres sobretudo na área das humanidades, da sociologia, das línguas estrangeiras, da leitura e escrita criativas, da saúde e das artes (plásticas). Algumas contam ainda, nos seus programas, com iniciativas na área das novas tecnologias da informação e da comunicação e com conferências sobre temáticas actuais. De um modo geral, dispõem também de actividades como a ginástica, a natação, o teatro, o canto coral, a música e os trabalhos manuais ou labores. As viagens de estudo no país ou no estrangeiro constituem igualmente objecto de possível oferta. A publicação regular de revistas ou de outros tipos de periódicos pode também ser referida como uma forma de marcarem a sua presença. A diversidade de níveis de escolaridade dos alunos que frequentam estas instituições, desde licenciados ou detentores de outros graus académicos a indivíduos que possuem unicamente a antiga 4.^a classe, condicionará naturalmente os respectivos projectos. Depreende-se, porém, do elenco de ofertas exposto que os alunos das UTI estão tão interessados em aprender como em conviver.

Relativamente às pessoas que ensinam nas UTI, algumas são profissionais e recebem por consequência honorários simbólicos ou não e outras, a maioria, trabalham em regime de voluntariado. A combinação das duas modalidades é também uma realidade e pode mesmo dar-se o caso de alguns alunos serem simultaneamente professores em áreas da sua especialidade. Os professores das UTI não precisam de possuir qualquer formação pedagógica destinada à população sénior para exercerem essas funções. Será importante referir, nesta oportunidade, que de momento também não existe no nosso país quem dê formação a quem deseje ensinar os seniores.

Algumas das UTI têm existência autónoma e outras estão ligadas quer à Santa Casa da Misericórdia, quer a associações, a centro paroquiais ou a centros sociais. Estas últimas podem receber apoios da Segurança Social, dos poderes locais, da Igreja ou de entidades privadas.

A vitalidade das UTI portuguesas é bem evidente se considerarmos, para além do que já foi referido, a criação, em 1998, da Federação Portuguesa das Universidades, Academias e Associações para a Terceira Idade (FEDUATI) que já incluía 10 UTI em Março de 2003¹⁹.

¹⁹ Para mais pormenores em torno da caracterização das UTI, consultar JACOB – *Caracterização das UTI's...*

III

Enquanto professora universitária consciente de que as universidades tradicionais já deveriam ter oferecido programas universitários para seniores, algo que ainda não fizeram, tenho de reconhecer que, num país como Portugal, as UTI desempenham um papel relevantíssimo. E, nesta ocasião, gostaria de me referir, de uma maneira muito especial, às UTI que contam entre o seu corpo discente pessoas com níveis de escolaridade que podemos considerar baixos. Ora, o facto de estas pessoas encontrarem locais que lhes permitam manter em exercício (ou incentivar) a sua actividade intelectual de acordo com a sua preparação constitui um investimento inestimável para um país que pretenda propiciar a melhor qualidade de vida intelectual aos seus idosos daí tirando os benefícios correspondentes.

Quanto às UTI frequentadas por pessoas portadoras de graus académicos superiores, terei de admitir que, se estas pessoas se sentirem satisfeitas com a oferta que lhes é disponibilizada e se não questionarem a falta de preparação pedagógica específica dos seus professores, o papel destas instituições está com certeza a ser integralmente cumprido.

Penso que o exposto mostra com clareza que a realidade portuguesa pode ser distinta de outras realidades e que só podemos estar gratos à sociedade civil – independentemente da opinião que possamos ter no tocante às ofertas existentes – por tudo o que tem feito para que a nossa situação actual seja o que é em termos de instituições que se preocupam com a ocupação dos tempos livres dos seniores. Quer isto dizer que, no nosso país, não foi o Estado, ao contrário do que se terá passado noutros países, que tomou a iniciativa de chamar a si a “educação” dos seniores instigando, por exemplo, à criação de programas universitários para essa população nas universidades públicas tradicionais. Por sua vez, as universidades privadas também não ofereceram nem oferecem quaisquer tipos de programas universitários para o público em causa. Esta atitude da universidade tradicional portuguesa pode encontrar justificação no facto de a partir de 1974, em virtude da situação educacional herdada, se eleger como prioritária a educação das populações mais jovens. Lembro, a este propósito, que à data da Revolução o ensino superior apresentava uma taxa de participação de cerca de 6 a 7% da população portuguesa em idade compreendida entre os 18 e os 24 anos e que só em meados da década de 90 do século passado se chegou a uma percentagem próxima dos 40% na faixa etária entre os 20 e os 24 anos²⁰. Por outro lado, como já foi referido, o número de

²⁰ CIPES – *Previsão da evolução do número de alunos e das necessidades de financiamento. Ensino Superior – 1995 a 2005*. Trabalho de investigação realizado pelo Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES) da Fundação das Universidades Portuguesas. Fevereiro de 1999. Versão policopiada, 60 pp. (p. 2).

idosos em Portugal não era então – nos anos 70 do século XX – significativo ao ponto de levar a accionar com alguma prioridade políticas educativas que tivessem os seniores como público-alvo.

Nos nossos dias, e mais particularmente a partir deste ano, a situação tornou-se totalmente distinta. O número de aposentados não só aumentou mas também se verificou que a aposentação foi requerida por uma população menos idosa. Além disso, tudo leva a crer que não estamos perante aposentados que apresentem, na generalidade, uma escolaridade baixa. Entre eles, contam-se seguramente muitos licenciados, ou mesmo pessoas com habilitações académicas superiores, e muitos funcionários que pertenciam a quadros técnicos. Trata-se pois de uma população que apresenta uma instrução que obrigará indubitavelmente a uma oferta de programas para seniores muito mais exigente no caso de ela pretender frequentar esses programas. Vemo-nos, por conseguinte, confrontados com um tipo de população aposentada mais jovem e mais instruída.

Paralelamente, verifica-se que as universidades tradicionais começam a ter necessidade de abrir as suas portas a públicos novos, em resultado das tendências demográficas que se têm verificado na nossa sociedade. Ora, esta recente vaga de aposentados – mais jovens e mais escolarizados – poderá constituir um novo tipo de público universitário que passa a representar um interessante desafio do ponto de vista *pedagógico* para as universidades tradicionais. Por outros termos, este novo público pode fazer alterar a oferta de programas para seniores existente entre nós até hoje obrigando quem os orienta e ministra a uma preparação (científica) que se adegue à resposta *pedagógica* desejada. Não obstante o ensino destinado aos seniores em geral, independentemente da sua escolaridade, exigir, em meu entender, uma preparação científica especial, esta nova vaga de aposentados portadores, em média, de uma instrução seguramente superior à até aqui registada faz olhar noutra óptica a oferta que possa vir a ser destinada à população em questão, implicando naturalmente alterações de ordem qualitativa a vários níveis. Mais uma vez, estamos perante a necessidade de considerar projectos em função do tipo de procura das populações tendo em atenção as suas características.

Aqueles que questionam a pertinência do uso do termo “universidade” quando estão em jogo as UTI fazem-no porque entendem que “la qualité «universitaire», elle doit [...] dans son essence véhiculer les trois attributs caractéristiques de toute université.”²¹, *i.e.*, o ensino, a pesquisa e o serviço à comunidade.

²¹ LEMIEUX, A. – *La gérontagogie ou l'éducation des personnes âgées à l'université de l'an 2000*, in GUIRAO, M.; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, M. (eds.) – *La oferta de la gerontagogía. Actas del Primer Encuentro Nacional sobre Programas Universitarios para Mayores*, Granada, Grupo Editorial Universitario, Publicaciones del Aula Permanente de Formación Abierta, 1998, pp. 199-234 (p. 226).

Ora, os que se têm dedicado ao estudo da génese histórica das instituições destinadas ao “ensino” dos seniores dão-se conta de que os objectivos dessas instituições não são da mesma ordem, levando-os a considerar a existência, no século findo, de três gerações de modelos de programas oferecidos até hoje por essas instituições.

A primeira geração, que os estudiosos datam dos anos 60, corresponde a um modelo de serviços educativos (cf. os “Elderhostels”) mais da ordem do convívio cultural com o objectivo de ocupar as pessoas da terceira idade e de lhes facilitar as relações sociais²². Este modelo, de acordo com Lemieux²³, embora tivesse lugar num ambiente universitário, não oferecia um tipo de ensino necessariamente universitário. Por outras palavras, a formação que era dada não era sempre de nível universitário e poderia mesmo ser assegurada por outros agentes educativos²⁴.

A segunda geração, que data dos anos 70, tinha sobretudo como objectivo melhorar o bem-estar mental do idoso por meio de actividades culturais consideradas de interesse e desenvolver a sua capacidade de intervir socialmente. Nestas circunstâncias, a pessoa de idade assiste a conferências e debates animados por professores ou pelos seus próprios pares²⁵. Está em causa um tipo de actividade educativa que não se reveste de características especificamente universitárias. Segundo Lemieux²⁶, “[c]ette préoccupation n’est pas tellement disparue et certains sociologues prétendent encore, aujourd’hui, que l’éducateur des personnes âgées n’a d’autre but que d’en faire des agents de changement social (...)”. No fundo, como este autor sugere, um programa com a configuração indicada poderia perfeitamente estar a cargo de uma associação literária ou de um clube social²⁷.

Finalmente, a terceira geração, que data dos anos 80, desenvolveu-se no sentido de se aproximar das três características de qualquer universidade tradicional: o ensino, a pesquisa e o serviço à comunidade em que se encontra inserida. Esta geração procura dar resposta a uma população da “terceira idade” cada vez mais jovem e mais escolarizada que começa a exigir cursos que possam ser reconhecidos. Surge assim a ideia de organizar programas conducentes a um diploma, muito

²² Cf. *id.*, p. 227.

²³ LEMIEUX – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 36.

²⁴ Cf. *id.*, *ibid.*

²⁵ Cf. LEMIEUX – *La gérontagogie ou l’éducation des personnes âgées...*, p. 227, assim como LEMIEUX, A. – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 36.

²⁶ LEMIEUX – *La gérontagogie ou l’éducation des personnes âgées...*, p. 227.

²⁷ Cf. LEMIEUX – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 36.

embora esses cursos possam também ser frequentados, a título livre, por aqueles que não pretendem ser avaliados²⁸.

Perante estes três modelos de instituições destinadas ao ensino/(convívio) dos seniores, é meu entendimento que, tendo em mente a nossa realidade em termos de idades, níveis de escolaridade e interesses pessoais e regionais, teremos de admitir que a sua coexistência é perfeitamente possível e até mesmo desejável bem como a colaboração que se possa estabelecer entre esses diferentes modelos, contribuindo cada um com as suas potencialidades.

As UTI existentes actualmente no nosso país, apesar de não corresponderem a programas universitários para seniores e de não se encontrarem sediadas nas universidades tradicionais, dão perfeitamente resposta, em minha opinião, aos objectivos traçados pelas duas primeiras gerações atrás descritas. Resta-nos portanto preparar a terceira geração, aquela que pretende ir ao encontro dos três atributos das verdadeiras universidades, contando com o empenhamento das universidades tradicionais públicas ou privadas, tomando como base a formação científico-pedagógica que os programas universitários desta terceira geração requerem, mas não fazendo evidentemente *tábua rasa* do que já se fez, entre nós, neste domínio. Não será, mesmo, de pôr de parte a existência de parcerias entre instituições correspondentes às três “gerações” apontadas.

Com efeito, todos aqueles que já têm ou desejam vir a ter a seu cargo iniciativas destinadas à população sénior não poderão ignorar que, nos dias de hoje, cada vez se exige mais profissionalismo em todas as áreas de intervenção. O estudo da população em causa, nas mais variadas vertentes, torna-se um necessário para quem a elege como destinatário das suas iniciativas.

No que às UTI portuguesas existentes diz respeito, embora seja necessário estar consciente dos seus principais objectivos, devem também ter-se presentes a pertinência e a semântica do termo “aprender” relativamente à população que as frequenta e não se devem ignorar os métodos que mais se lhe adequam.

Será que as expectativas de todos os alunos das UTI coincidem com as do aluno típico do nosso sistema de ensino regular?

Será que do professor destinado ao ensino do sénior não se terá de exigir outro tipo de formação e de modo de actuar?

²⁸ No tocante a tudo o que foi referido sobre a génese histórica das UTI, ver LEMIEUX – *La gérontagogie ou l'éducation des personnes âgées...*, pp. 226-227, e LEMIEUX – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 36.

Será que as matérias não terão de ser apresentadas de uma forma mais condizente com o potencial cognitivo, emocional e vivencial/experiencial da população em questão?

Será que é a ciência – a resolução de problemas/o “problem-solving” – que interessa aos seniores?

Não terá antes de se eleger uma orientação que privilegie a sabedoria²⁹ (o questionamento/o “problem-finding”)?

Nesta área, como noutras, é preciso conhecer bem o “objecto” de estudo para poder trabalhar com ele da forma mais apropriada. A investigação torna-se assim fundamental quando se pretende investir no “ensino/aprendizagem” do sénior.

Os projectos internacionais serão naturalmente da maior utilidade também nesta área. A troca de conhecimentos com outros países que já trabalham há mais tempo com outros meios, com outros ritmos e com outras condições e/ou infra-estruturas no ensino da terceira idade evitará, por exemplo, que se repitam experiências a todos os títulos reprováveis e permite que se arranque ou se prossiga a partir de níveis de actuação menos básicos.

A vivência em rede – mesmo no interior do país – tem de passar a fazer parte dos nossos hábitos. Habitue-mo-nos pois a partilhar experiências e a aceitar com naturalidade não só elogios mas também críticas ou recomendações.

A qualidade do empenhamento de que se revestir hoje a actuação nesta área terá seguramente amanhã repercussões inestimáveis em variadíssimas frentes. Não tenho dúvidas, no entanto, de que os modelos das UTI existentes em Portugal contribuem já de uma maneira muito particular e digna para assegurar a qualidade de vida intelectual, emocional e social que tanto os longevos como o país ambicionam.

O futuro, porém, não cessará de nos suscitar respostas cada vez mais ajustadas aos desafios que nos vão ser incessantemente colocados também neste domínio.

Teremos, por conseguinte, de nos ir preparando desde já.

²⁹ A sabedoria [“wisdom”], segundo STERNBERG, R. J. – *Understanding wisdom*, in: STERNBERG, R. J. (ed.), *Wisdom. Its nature, origins, and development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 3-9 (p. 6), “lies not in what a person knows, but rather in how the person uses the knowledge he or she has.”

Agradecimentos

As informações obtidas acerca das UTI portuguesas que tomei como base para escrever este texto têm origem não só no estudo intitulado “Caracterização das UTI’s”, distribuído no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores*, organizado pela Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim - Santarém, 20 de Março de 2003, mas também nos contactos pessoais tidos com a Senhora D. Teresa Mota, representante da Direcção da Universidade Autodidacta e da Terceira Idade do Porto, e com o Dr. Luís Jacob, Director da Universidade Sénior de Almeirim, responsável pelo estudo supramencionado. A ambos, deixo a expressão da minha gratidão.

Agradeço ainda ao meu colega João Veloso os comentários feitos a este texto.

Maria da Graça L. Castro Pinto

VERGÍLIO FERREIRA, *ESCREVER*: O TÍTULO INEVITÁVEL

« *C'est lorsque l'auteur est mort que le rapport au livre devient complet et en quelque sorte intact; l'auteur ne peut plus répondre, il reste à seulement lire son œuvre.* »

Paul Ricoeur, Du Texte à l'Action

“O autor já não pode responder”

Escrever – título do último livro de Vergílio Ferreira, publicado postumamente¹ – surge como um título inevitável, perfeito como título final, consagração simbólica da importância que assume na totalidade da obra vergiliana a vivência e a exegese do acto de escrever. Uma só palavra, isolada, nua: *Escrever*. Virtualmente capaz de preencher o desejo, expresso pelo escritor nessa mesma obra final, de que a sua última palavra pudesse ser o remate, o resumo de toda uma vida:

“Poupa as tuas palavras /.../ a última que disseres ou pensares deve resumir-te a vida toda. Vê se a escolhes bem para remate do que construíres.” (*Escrever*, p.33)

Escolheu bem. *Escrever* pode figurar como resumo de uma vida, como remate da construção de uma obra. Mas não pela razão banal de se tratar de uma vida consagrada a escrever. No universo vergiliano, “escrever” é muito mais do que a presença implícita da actividade subjacente à produção de uma extensa obra. É

¹ Vergílio Ferreira, *Escrever*, Lisboa, Bertrand Editora, 2001 (Edição de Helder Godinho).

uma presença explícita e obsessiva: como tema, como vivência ficcionalmente encenada, como exercício heurístico, gesto indutor do pensamento e da criação pela palavra.

Analisei mais que uma vez, em estudos anteriores², essa presença intensa e recorrente, na obra de Vergílio Ferreira, de uma exegese da escrita e do acto de escrever nas suas dimensões filosófica e vivencial/ficcional. E foi nesse contexto que, num artigo publicado em 1993, sugeri que o título *Escrever* seria uma alternativa possível ao título do livro *Pensar*, na altura recentemente publicado: “Em *Pensar* – que poderia também chamar-se *Escrever* – Vergílio Ferreira explicita e analisa essa concepção da escrita como acto de perseguir obsessivamente o *indizível*, a palavra inatingível que foge sempre à frente daquela que se conseguiu dizer”³. O facto de, dez anos passados, uma obra homóloga de *Pensar* ter como título *Escrever* reveste-se, para mim, de grande significado. Não pela satisfação epidérmica de ‘ter tido razão antes do tempo’, mas pela satisfação profunda de ver consagrado no destaque de um título – e título da última obra – o carácter absoluto do acto de escrever que Vergílio Ferreira tão intensamente realizou, isto é, tornou ficcionalmente real⁴.

No entanto, a fixação deste título – por escolha entre várias hipóteses presentes no manuscrito – constituiu o mais complexo dos problemas com que se deparou o editor da obra, Hélder Godinho: “O livro que agora se publica é um livro de pensamentos do tipo do *Pensar*, tal como o autor mostrou ao intitulá-lo, na primeira página do manuscrito, *Pensar II*. Mas o exame do manuscrito neste ponto dá logo ideia do tipo de problemas que o editor encontrará /.../. *Pensar II* foi escrito e sublinhado a tinta preta no alto e ao centro da página, logo seguido do texto /.../. Mas, em momento posterior, Vergílio Ferreira colocou um ponto de interrogação

² Cf. FONSECA, F. I., *Vergílio Ferreira: a celebração da Palavra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1992 e também: “Vergílio Ferreira, uma escrita que (se) pensa” in *Boletim da 63ª Feira do Livro*, Porto, 1993; “Subjectividade e intersubjectividade: a invocação/evocação do TU na escrita ficcional de Vergílio Ferreira” in *Actas do Colóquio Interdisciplinar “Vergílio Ferreira. Cinquenta anos de Vida Literária* (1993), Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1995.

³ FONSECA, F. I., “Vergílio Ferreira: uma escrita que (se) pensa”, cit., p.20.

⁴ Tratei este tema na comunicação “Espaço do indizível. Da escrita como vivência-limite na obra de Vergílio Ferreira”, apresentada na *Jornada de Homenagem a Vergílio Ferreira* que teve lugar na Universidade Católica de Viseu em 8 de Janeiro de 1996, para comemorar os 80 anos do escritor. A sua presença constante e interessada durante essa *Jornada* veio a ter profundo significado para todos os participantes, dado que faleceu um mês depois. A comunicação que aí apresentei foi, pois, o último texto que escrevi sobre a obra de Vergílio Ferreira que ele ainda ouviu, mas que não chegou a ler; a seu pedido, prometi enviar-lho, depois de pronto. Não houve tempo. E, por causa disso, nunca mais o publiquei, nem acabei.

entre parêntesis à frente desse título /.../; mais tarde, e com uma esferográfica vermelha, viria a riscar o título e a interrogação, substituindo-os por *Escrever*”⁵. Para além dos títulos *Pensar II* e *Escrever* aparecem também na pasta em que o escritor reuniu os manuscritos relativos a esta obra, mais três hipóteses de título: “/.../ a pasta contém também uma folha destinada a servir de maquete ao rosto. Tem o nome do autor em cima - Vergílio Ferreira – e, sensivelmente a meio, três hipóteses de título: *Poliedro*, em maiúsculas, e, abaixo, em linhas diferentes, *(Re)pensar* e *Miscelânea*, este a lápis e seguido de um ponto de interrogação igualmente a lápis.”⁶

A descrição, feita por H. Godinho com rigor e minúcia crítica, do processo subjacente à fixação do título *Escrever* faculta ao leitor a possibilidade de seguir a par e passo os indícios materiais que testemunham, nos manuscritos, as hesitações de Vergílio Ferreira entre essas cinco hipóteses de título: *Pensar II*, *Poliedro*, *(Re)pensar*, *Miscelânea*, *Escrever*. Uma experiência que não é nova para o leitor íntimo de Vergílio Ferreira, mormente para o frequentador da sua *Conta-Corrente*, que conhece bem a intensidade com que vivia a escolha dos títulos das suas obras. Uma escolha preparada desde cedo e com afínco, feita de várias tentativas e objecto de uma longa hesitação só resolvida, o mais das vezes, no último momento⁷.

No caso do seu último livro, esse momento da decisão final foi-lhe vedado pela morte. Mas o que nos deixou foi suficiente. Por ter deixado o indício forte de um risco a tinta vermelha sobre um dos títulos em hipótese e ao lado o título *Escrever* traçado com essa mesma tinta vermelha? Sem dúvida. Mas também porque nos deixou a sua obra e ela indicia de forma eloquente que a escolha final seria *Escrever*.

« L’auteur ne peut plus répondre, il reste à seulement lire son œuvre. »⁸. A reflexão de P. Ricoeur que escolhi como epígrafe deste artigo é programática em relação ao objectivo que me move: fazer ouvir o que a obra de Vergílio Ferreira nos diz em apoio da escolha do título *Escrever* para o seu último livro. O último. Definitivamente.

⁵ GODINHO, H. “Nota Editorial” in V.Ferreira, *Escrever*, cit., pp. 8-9

⁶ GODINHO, H., “Nota Editorial, cit., p. 9.

⁷ O único título que o autor sentiu, desde o primeiro momento, que seria definitivo, foi *Para Sempre*: “Vou agora ao novo romance. Como as encíclicas dos papas, terá por título as suas primeiras palavras. São elas *Para Sempre*.” (*Conta-Corrente II*, p. 242); “Quando retomarei o romance? Pela primeira vez sonho um título que deve ficar. *Para Sempre*.” (*ibidem*, p. 261).

⁸ RICOEUR, P. *Du Texte à l’Action, Essais d’Herméneutique II*, Paris, Seuil, 1986, p. 139.

A razão da Obra

Ao justificar a sua opção pelo título *Escrever*, H. Godinho apoia-a em duas ordens de motivos que sintetiza em “duas razões”. A primeira, do foro manuscriptológico, é a razão dos documentos, a razão do crítico textual, que faz a seguinte filtragem interpretativa final dos dados documentais descritos ao longo da “Nota Editorial”: “Na folha 1 do manuscrito, vimos que *Pensar II* foi riscado a tinta vermelha e substituído por *Escrever*, com a mesma tinta vermelha. Ora, essa tinta difere da tinta vermelha da folha das quadras onde *Pensar II* aparece substituído posteriormente a preto por *Poliedro*, sendo verosímil que a intervenção a vermelho na folha 1 do ms., de traço diferente da das quadras, como vimos, lhe seja posterior. Com efeito, *Poliedro*, que aparece em todos os outros lugares não aparece aqui, o que deveria acontecer se a inserção de *Escrever* tivesse sido anterior à hipótese de *Poliedro*. É, por isso, possível que seja a hipótese mais recente.”⁹

Sem ser conclusiva – e o carácter conjectural está escrupulosamente marcado pelo editor na utilização dos termos “verosímil” e “possível” – a análise dos manuscritos aponta para a hipótese *Escrever* como sendo a mais recente.

Esta alta probabilidade é reforçada pela “segunda razão”, de ordem hermenêutica, que H. Godinho refere, algo timidamente, em três breves linhas: “Além disso, e esta é a segunda razão, é o título que melhor se enquadra no tipo de títulos vergilianos, tanto mais que a problemática de “escrever” é amplamente tratada nesta obra, complementando naturalmente o “pensar” – e o *Pensar*.”¹⁰

Apesar de enunciada tão sucintamente, estou em crer que a “razão da obra” foi determinante na escolha do título *Escrever*, por ter permitido ao editor a decisão, o salto sobre as dúvidas que a análise dos manuscritos não conseguira cabalmente resolver. Esta segunda razão sintetiza uma argumentação ligada à macroanálise da obra – não só desta obra a editar, mas sobretudo do conjunto de toda a obra édita do autor – que é importante considerar mais detalhadamente nos três vectores que convoca:

— a especificidade da titulação vergiliana implícita na afirmação: “é o título que melhor se enquadra no tipo de títulos vergilianos”;

— a complementaridade, marcada na obra de Vergílio Ferreira, entre “escrever” e “pensar” como processos heurísticos interdependentes e inseparáveis, a legitimar a complementaridade dos títulos *Pensar* e *Escrever* em dois livros temática e formalmente homólogos;

⁹ GODINHO, H. “Nota...”, cit., p. 13

¹⁰ GODINHO, H. “Nota...”, cit., p. 13

— a “problemática de escrever” insistentemente presente não apenas neste último livro de Vergílio Ferreira, mas na totalidade da sua obra ficcional, ensaística e diarística.

Proponho-me desenvolver os três aspectos focados, no intuito de dar a esta “segunda razão” o relevo que lhe é devido. Estou em melhor posição que H. Godinho para expandir uma argumentação que poderia parecer, num editor, atentatória da cientificidade e rigor da crítica textual. E daí, certamente, a sua contenção ao expô-la. Mas se o objectivo da edição crítica é “fixar o texto mais autorizado, isto é, mais próximo da vontade reconstituível do autor”¹¹, a capacidade de reconstituição dessa vontade pode ser coadjuvada pelo conhecimento do autor e da sua obra. O processo seguido por H. Godinho na fixação do título *Escrever* é um excelente exemplo dessa conjugação fecunda entre a competência técnica do crítico textual e a sua competência hermenêutica. O crítico textual tem que tomar decisões, tem que fazer opções, no limiar em que a reconstituição textual deixa dúvidas; e é nesses momentos que se revela decisivo, para quem trabalha sobre a obra inédita de um escritor, o conhecimento da sua obra editada. Desde que isso não afecte, evidentemente, o rigor empírico do percurso anterior de reconstituição textual, como alerta Ivo Castro, ao afirmar que prefere “uma lupa a um palpite” com o intuito de “acentuar o carácter separado (pelo menos separado durante um certo período) que deve ter a prática do crítico textual em relação às opiniões anteriores sobre o texto e em relação à sua própria expectativa.”¹². De qualquer modo, e mesmo com toda a precaução e voluntarismo metodológicos, essa separação de águas não é fácil, como aliás reconhece o mesmo crítico, ao perguntar: “Como é possível o crítico textual esquecer tudo o que sabia antecipadamente sobre o autor do texto que vai publicar?”¹³.

Não é possível. Nem talvez (ousou dizer) fosse desejável.

“O título. É a primeira coisa que se escreve e a última que se adopta.”¹⁴

Vergílio Ferreira tinha o culto dos títulos. E a arte, também. A maior parte dos títulos vergilianos valem por si mesmos, adquirem uma existência própria, independente das obras que encabeçam e identificam. Esta relativa autonomia em relação ao seu co-texto justifica que possam ser objecto de um estudo específico, na linha do curto mas muito denso artigo de M. Alzira Seixo sobre a poética do

¹¹ CASTRO, IVO, *Editar Pessoa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p.31

¹² CASTRO, IVO, *ob.cit.*, p.28.

¹³ CASTRO, IVO, *ob.cit.*, p.18

¹⁴ Vergílio Ferreira, *Rápida, a sombra*, Lisboa, Arcádia, 1974, p.272

título em Vergílio Ferreira¹⁵. Tomando como *corpus* apenas os títulos de romances, a autora aponta com argúcia algumas características desses títulos que, a meu ver, podem e devem ser tomadas como ponto de partida para um estudo da totalidade da titulação vergiliana. Creio que deverá alargar-se ao conjunto total dos títulos de Vergílio Ferreira a pertinente sugestão de M. Alzira Seixo de tomar o seu elenco “como uma série e, logo, como uma textualização susceptível de ser lida autonomamente.”¹⁶

Essa textualização, esse texto virtual, tem a sua concretização gráfica na página dos livros de Vergílio Ferreira em que são enumerados os títulos das obras publicadas: a secção “Obras do Autor”, paratexto integrado no conjunto que G. Genette designa como peritexto editorial¹⁷. O cuidado posto quer na organização quer na apresentação gráfica dessa página nos livros de Vergílio Ferreira é um índice da importância que o escritor atribuía aos títulos (aos seus títulos)¹⁸. Com efeito, a análise a que procedi¹⁹ desse elemento do peritexto editorial (quando existe) nas primeiras edições de todas as obras de Vergílio Ferreira, confirma que o autor teve, desde o início²⁰, uma intervenção activa na sua organização e que, portanto, não pode ser considerado um paratexto da responsabilidade das editoras, como sugere a designação de

¹⁵ SEIXO, Maria Alzira, “Poética do título em Vergílio Ferreira” in FONSECA, F. I., org^a, *Actas do Colóquio Interdisciplinar “Vergílio Ferreira...”, cit.*, pp.479-483.

¹⁶ SEIXO, M. A., “Poética”... art.cit., p.480

¹⁷ Cf. GENETTE, G., *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987, p.20: “J’appelle *péritexte* éditorial toute cette zone du *péritexte* qui se trouve sous la responsabilité directe et principale (mais non exclusive) de l’éditeur /.../. Le mot *zone* indique que le trait caractéristique de cet aspect du paratexte est essentiellement spatial et matériel ; il s’agit du peritexte le plus extérieur : la couverture, la page de titre et ses annexes.»

¹⁸ Vasco, o autor que idealizou o *Monumento a Vergílio Ferreira* erigido em Fontanelas (por iniciativa da Câmara Municipal de Sintra, em 2001), foi sensível quer à importância simbólica da sequência formada pelo elenco dos títulos, quer à qualidade estética do arranjo gráfico da página de “Obras do Autor” dos livros de Vergílio Ferreira, já que escolheu como um dos elementos principais do referido monumento a reprodução dessa página, gravada em pedra branca, na forma que tem no último livro do escritor (apenas foram omitidas as datas de publicação apostas a cada título).

¹⁹ No quadro de um estudo mais amplo (em preparação) sobre a titulação vergiliana em que incluirei também o inventário e a análise crítico-genética das variantes de títulos registadas em manuscritos do Espólio de Vergílio Ferreira (uma investigação feita no âmbito das actividades da Equipa Vergílio Ferreira, da Biblioteca Nacional, de que faço parte).

²⁰ A primeira vez que surge no peritexto editorial de um livro de Vergílio Ferreira a indicação das obras do autor é na 1ª edição de *Mudança* (Lisboa, Portugal, 1949); tem uma apresentação muito diferente da actual: com a designação “Do Autor” são indicados, sob um título global VÉSPERA e com numeração romana, cinco títulos de romances: (I),(II) e (III), já publicados (*O Caminho Fica Longe, Onde Tudo foi Morrendo e Vagão J*), um (IV) em branco, um (V), inédito, com o título *Sequência* e o (VI), *Mudança*. Como se pode avaliar, e isso vai manter-se em livros posteriores, este paratexto contém informações, que só o próprio escritor poderia dar.

Genette²¹. A evolução que vai sofrendo a apresentação do elenco de títulos não se resume ao acrescento das obras que vão sendo publicadas: inclui também a referência a obras inéditas, a obras “em preparação” e “no prelo” (por vezes com títulos que não virão a ser os definitivos²²), denotando claramente a responsabilidade do autor.

Na forma que a apresentação das “Obras do Autor” tem actualmente²³, os títulos estão agrupados em três subconjuntos, segundo um critério genológico – Ficção, Ensaio e Diário – e, dentro de cada um, por ordem cronológica. Este agrupamento dos títulos tem uma inequívoca marca da intervenção de Vergílio Ferreira que está patente, para além de outros aspectos²⁴, na ordem de apresentação dos três géneros, determinada pela hierarquia de importância que o escritor lhes atribuía no conjunto da sua produção literária: primeiro a ficção, a mais nobre, depois o ensaio e, por fim, o diário, cá no fundo, o que condiz (até literalmente) com a sua avaliação da escrita do diário como

“/.../ o rés do chão de mim como ‘escritor’, a minha rasa banalidade com uma caneta e uma folha.” (*Conta-Corrente I*, p. 204)²⁵

Deixando o desenvolvimento da análise da macroestrutura formada pela totalidade dos títulos para um outro estudo, em preparação²⁶, vou cingir-me aqui apenas ao subconjunto constituído pelos títulos da secção *Diário*, no sentido de avaliar a inserção nele do título *Escrever*:

²¹ Na descrição e caracterização do peritexto editorial (ao longo de cerca de vinte páginas) Genette refere apenas, em meia linha, que faz parte dele “la liste des oeuvres du même auteur” (*ob. cit.*, p. 34), sem se deter na sua análise, ao contrário do que faz em relação a outros elementos do peritexto editorial.

²² Um exemplo: na 1ª edição de *Do mundo Original* (Coimbra, Vértice, 1957), a secção “Do Autor” inclui um romance (no prelo) com o título *Corpo da Alegria* (virá a ser *Cântico Final*).

²³ A disposição gráfica desta página só se estabiliza no formato actual – com a designação “Obras do Autor”, a mancha gráfica ao centro da página e a separação genológica dos títulos – a partir de 1979 (na 1ª edição de *Signo Sinal*).

²⁴ Por exemplo, e quanto ao critério genológico: se a organização do paratexto “Obras do Autor” fosse da responsabilidade da casa editora, a obra *Pensar* seria provavelmente incluída na secção de *Ensaio*; só figura na secção do *Diário* por decisão de Vergílio Ferreira, decisão implicitamente justificada na p. 17 de *Pensar*: “estes textos são uma espécie de diário do acaso de ir pensando”. Se passarmos à aplicação do critério de arrumação cronológica dos títulos pela data de publicação, só pode também ser atribuído a uma decisão do escritor o aparente “erro” na localização dos romances *Cântico Final* (1960) e *Apelo da Noite* (1963) antes de *Aparição* (1959), a denotar que a ordem cronológica seguida não é a da publicação mas a da escrita.

²⁵ *Conta-Corrente I*, Lisboa, Bertrand, 1980; o itálico é da minha responsabilidade.

²⁶ Já referido atrás, na nota 19.

DIÁRIO

CONTA- CORRENTE I (1980)

CONTA- CORRENTE II (1981)

CONTA- CORRENTE III(1983)

CONTA- CORRENTE IV (1986)

CONTA- CORRENTE V (1987)

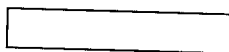
PENSAR (1992)

CONTA- CORRENTE – nova série I (1993)

CONTA- CORRENTE – nova série II (1993)

CONTA- CORRENTE – nova série IIII (1994)

CONTA- CORRENTE– nova série IV (1994)



O último livro, quase concluído (e com publicação prevista) à data da morte do autor, destinava-se a ocupar a “casa vazia” aqui indicada. Note-se, nesta disposição gráfica (que reproduz aqui exactamente a do paratexto “Obras do Autor”), a existência de dois blocos, separados por um pequeno espaço, em que a posição final é ocupada no primeiro bloco pelo título *Pensar* e no segundo pelo título do último livro. Está, pois, graficamente anunciada uma relação de intertitularidade que consagre a tripla afinidade – genética, temática e formal – que liga as duas obras.

Se tentarmos preencher a “casa vazia” com as hipóteses de título presentes nos manuscritos - *Pensar II*, *Escrever*, *(Re)pensar*, *Poliedro*, *Miscelânea* – só *Pensar II*, *(Re)pensar* e *Escrever* surgem como possibilidades capazes de preservar essa correlação de intertitularidade com o título *Pensar*. Nesta perspectiva, *Pensar II* teria a vantagem de uma maior simetria e estaria de acordo com a lógica da numeração em série já utilizada para outros conjuntos de obras (*Conta-Corrente e Espaço do Invisível*). Podem, além disso, ser aduzidos a favor desta hipótese argumentos atinentes ao conteúdo da obra e ao facto de constituir uma continuação de *Pensar*²⁷.

²⁷Cf. a argumentação de Rosa Maria GOULART a favor da hipótese *Pensar II*: “Apesar de, após algumas hesitações (de que Helder Godinho nos informa), ter optado por dar o título *Escrever* ao livro recentemente dado a público /.../, não teria sido descabido que o escritor tivesse dado seguimento a uma das propostas iniciais, intitulado-o *Pensar II*. Com efeito, não trata o mesmo especificamente do problema da escrita (Vergílio Ferreira havia-o feito mais intensamente noutros livros seus), mas afirma-se exactamente como uma continuação de *Pensar*, tanto na sua estrutura fragmentária como no carácter reflexivo e frequentemente aforístico das suas asserções.” (GOULART, R., “A escrita *imperfecta* de Vergílio Ferreira” in *Vária Escrita*, nº 9, Sintra, 2002, p. 31).

Mas o título *Pensar II* (como também o seu quase equivalente semântico, formalmente muito menos feliz, *(Re)pensar*) teriam, a meu ver, o grave inconveniente de destruir, neutralizando-o, o efeito mais conseguido do título *Pensar*: o de apresentar o processo reflexivo como um absoluto, sem limites temporais, acentuando a dinâmica do seu acontecer independentemente do seu início, do seu fim, do seu resultado, do seu produto²⁸. A numeração (*Pensar II*), pressupondo uma sequencialidade iterativa, uma interrupção e um recomeço, anula completamente esse efeito poderoso e ousado²⁹ do título *Pensar*, que consegue representar o pensamento na sua continuidade ininterrupta, no seu fluir e, ao mesmo tempo, como um todo, um absoluto.

Escrever não só preserva a manutenção desse efeito, como o intensifica. De novo nele se verifica o efeito de absolutização resultante da conjugação da totalidade substantiva que emana de um título – por ser nome (nome próprio de um livro) – com a incompletude, a abertura, a ausência de limites inerente à imperfetividade do infinito verbal.

A intertitularidade entre *Pensar* e *Escrever* pode parecer, à superfície, menos marcada do que a que existiria entre *Pensar* e *Pensar II*. Mas só à superfície, já que esta última é apenas uma relação extrínseca de repetição, de sequencialidade, enquanto que entre *Pensar* e *Escrever* a intertitularidade é diferencial e por isso mais forte, mais rica, a apontar para uma isotopia intrínseca à obra de Vergílio Ferreira. Um eco interno a materializar-se na correspondência entre os dois únicos títulos constituídos por verbos no infinito e a afixar, por esse meio, a fecunda dinâmica convergente dos processos “pensar” e “escrever” na obra vergiliana.

Voltemos ao subconjunto dos títulos de Diário, agora completo:

DIÁRIO

CONTA- CORRENTE I (1980)

CONTA- CORRENTE II (1981)

CONTA- CORRENTE III(1983)

CONTA- CORRENTE IV (1986)

CONTA- CORRENTE V (1987)

PENSAR (1992)

²⁸ O habitual em títulos de obras deste tipo é sublinhar não o processo mas o produto – Pensamentos, Escritos, na esteira do célebre *Pensées*, de Pascal. Só conheço um título (embora de uma obra de tipo diferente) em que é destacado o processo: *Écrire*, de Marguerite Duras (Paris, Gallimard, 1993).

²⁹ Eduardo LOURENÇO considera que “mesmo aos desatentos não pode escapar a audácia de um tal título.” (LOURENÇO, Eduardo, “Pensar Vergílio Ferreira” in FONSECA, F.I., *Actas do Colóquio Interdisciplinar “Vergílio Ferreira...”*, cit., p.353)

CONTA- CORRENTE – nova série I (1993)
CONTA- CORRENTE – nova série II (1993)
CONTA- CORRENTE – nova série III (1994)
CONTA- CORRENTE – nova série IV (1994)
ESCREVER (2001)

A distribuição idêntica de *Pensar e Escrever* na sintagmática do elenco de títulos desta secção constitui uma excelente metáfora gráfica (e até icónica) da afinidade entre as duas obras, desde a sua génese. Acolheram ambas o que “escorreu” da escrita excessiva de *Conta-Corrente*, interrompida duas vezes³⁰, de modo voluntarista, por Vergílio Ferreira. Sucedem ao diário, mas permanecem diário, apesar de serem eliminadas as datas, o circunstancialismo, o *fait divers*, numa tentativa de disciplinar a escrita compulsiva.

A seguir à primeira interrupção – isto é, no início de *Pensar* –, está patente o resultado dessa intenção, explicitada várias vezes por Vergílio Ferreira, de ficar só com o “pensar”, a vertente de reflexão, eliminando a tirania da escrita. Procura, paralelamente, garantir alguma impessoalidade, recusando o uso da primeira pessoa. Mas só o consegue até ao fragmento 23, em que surge, de repente, a primeira pessoa. E do verbo “escrever”:

“Escrever. Porque escrevo?” (*Pensar*, p.35)³¹

A interrogação, com o verbo na primeira pessoa, abre para uma resposta veemente em que repete sete vezes “escrevo para...”; antecedendo esta explosão incontida do protagonismo da escrita, está o verbo escrever, enunciado substantivamente, no infinito verbal, isolado, com um ponto final: “Escrever.” — um virtual título, a insinuar-se como alternativa a *Pensar*. A meu ver, o título *Escrever* nasce neste ponto do texto de *Pensar*³².

³⁰ Depois da publicação de cinco volumes, de 1980 a 1987 (correspondentes, em datas do diário, ao período compreendido entre Fevereiro de 1969 e Dezembro de 1985), Vergílio Ferreira suspendeu a escrita do diário durante três anos (de Dezembro de 1985 a Janeiro de 1989). *Pensar* foi escrito durante esse período e publicado em 1992 quando tinha já recommçado o diário de que foram publicados mais quatro volumes em 1993 e 1994 (correspondentes a quatro anos de diário, entre Janeiro de 1989 e Dezembro de 1992). No primeiro fragmento do livro *Escrever* é perceptível uma alusão a um evento recente - o Colóquio de Homenagem que teve lugar no Porto, no fim de Janeiro de 93 – o que permite datar o início da sua escrita cerca de um mês depois da suspensão definitiva da escrita de *Conta-Corrente*.

³¹ V. Ferreira, *Pensar*, Lisboa, Bertrand, 1992.

³² Uma outra aproximação: « Escrever » figurava já, em *Espaço do Invisível III* (1977) como título de um curto ensaio em que são tratados alguns aspectos do tema desenvolvido no texto introdutório de *Pensar*, “Do impensável”.

Se o título, segundo Hoek, “renvoie indirectement à un monde possible”³³, o mundo possível para que remetem os títulos *Pensar e Escrever* é o mesmo. O mundo da vivência compulsiva do exercício reflexivo que se origina e soluciona no exercício da escrita. Um mundo bem vergiliano em que, como anotei num artigo sobre *Invocação ao Meu Corpo*, “Escrever prevalece em relação a pensar, reflectir, sentir e, ao mesmo tempo, engloba-os num fazer, num agir que simultaneamente os origina, prolonga e soluciona.”³⁴.

Encontrei, recentemente, no Espólio de Vergílio Ferreira, no manuscrito de um diário - inédito – que escreveu, com várias interrupções, entre 1944 e 1949, uma formulação precoce deste papel da escrita como gesto indutor e clarificador do pensamento:

“Melo, 8 – Setembro –1945

Pela centésima vez começo um diário. Diabo! Não serei capaz de me obrigar a reflectir cinco minutos por dia? /.../ o diário escrito com fins de publicação é idiota e pedante. Mas eu não vou escrever para publicar. Quero apenas tornar claras as duas ideias que por dia me couberem, ou forçá-las a nascer se me não couberem. Só isto!”³⁵

Escrever para “tornar claras” as ideias ou “forçá-las a nascer”: escrever para pensar. É possivelmente esta a primeira das inúmeras vezes que, ao longo da sua obra, Vergílio explicita esta concepção da escrita como geradora do pensamento, como modo de vencer a indicibilidade, erigida em fronteira do pensável.

³³ HOEK, Leo H., *La Marque du Titre. Dispositifs sémiotiques d'une pratique textuelle*, Mouton, La Haye, Paris, New York, 1981, p.292.

³⁴ FONSECA, F.I., “Da subjectividade do corpo à subjectividade da linguagem. Uma leitura de *Invocação ao Meu Corpo*, de Vergílio Ferreira” in *Revista da Faculdade de Letras -Série de Filosofia*, nº 7, Porto, 1990, p. 279.

³⁵ Manuscrito E 31/ 218 do Espólio de Vergílio Ferreira, depositado na Biblioteca Nacional. No quadro do trabalho da equipa encarregada de dinamizar o estudo do Espólio, tenho a meu cargo preparar a edição crítica deste diário inédito de que aqui, pela primeira vez, é divulgado um excerto. Ou antes, é a segunda vez, porque o próprio Vergílio Ferreira transcreveu um trecho desse manuscrito em *Conta Corrente III*, na altura em que conta ter “descoberto” a sua existência: “Tem piada. Afinal a tineta de escrever um diário deu-me há muito mais tempo do que eu supunha. Ontem fomos a Fontanelas e tive que remexer em papéis velhos. E não é que vou dar com várias tentativas do diário desde 44? São trinta e tal folhas da minha letra já então somítica. Com comentários, reflexões puxadas à filosofia, versos e tudo.”. (*Conta-Corrente III*, p. 170). E, logo a seguir, transcreve, desse manuscrito, alguns versos (datados de 3/7/45) e um trecho de cerca de dez linhas (datado de 19/7/48).

Escrever, “verbo intransitivo”³⁶

Ficou patente, creio, a adequação de *Escrever* como título que fecha o conjunto dos diários com um denominador comum que os liga: a escrita sem outra intenção que não seja a de escrever pensando ou pensar escrevendo. Resta encarar a adequação da sua posição como fecho da totalidade dos títulos de Vergílio Ferreira. Retomo, pois, o que antecipei no início do artigo: a posição de destaque assumida por *Escrever* como título da última obra de Vergílio Ferreira constitui uma consagração simbólica da importância que nela assume a vivência e a exegese do acto de escrever nas suas dimensões filosófica e vivencial/ficcional.

São muitíssimos – e seria inoportuno referi-los (mesmo sem transcrever) – os passos da obra de Vergílio Ferreira em que é questionado, analisado e ficcionalmente encenado o acto de escrever³⁷, sob a forma de pergunta explícita: “O que é escrever?”; ou de resposta: “Escrever é..”; ou de auto-análise: “Escrevo para...”, “Porque escrevo?; ou simplesmente “Escrevo”, como abertura de um enquadramento ficcional.

A relação dialéctica entre “pensar” e “escrever” insere-se predominantemente, como vimos, no quadro da reflexão filosófica sobre as relações entre a linguagem e o pensamento. A análise do acto de escrever como um absoluto vivencial insere-se no quadro da criação ficcional e projecta uma vivência da escrita como actividade compulsiva, torrencial, excessiva, marcada por um carácter agónico.

Vivência real? Provavelmente. Mas a verdade biográfica é secundária, para não dizer indiferente: o que importa é a sua ficcionalização. A realidade só conta na medida em que adquire um estatuto ficcional que lhe confere existência (existência discursiva, existência literária). O que interessa, pois, é a consistência da criação ficcional, na obra vergiliana, de uma personagem que escreve de modo obsessivo e vive o acto de escrever como uma luta interna consigo mesmo – luta para escrever, luta para não escrever. Chama-se Vergílio, e é escritor. Escreve sobre muita coisa e também sobre a escrita, sobre a sua escrita; sobre o que é escrever e sobre o que é ao escrever³⁸.

³⁶ LOURENÇO, Eduardo, “Verbo intransitivo” in *Jornal das Letras* de 27 de Junho de 2001, p. 19; texto lido no lançamento do livro *Escrever*.

³⁷ Procedi a esse levantamento – feito manualmente e portanto com carácter não exaustivo – no âmbito da análise das concepções e representações da escrita na obra vergiliana de que há anos me venho ocupando (ver, atrás, nota 2).

³⁸ Ver FONSECA, F.I., “Conta-Corrente: a história de uma aventura romanesca” in *Anthropos, Revista de documentación científica de la cultura*, 101, Barcelona, 1989, pp. III-VII.

É a força da criação desta personagem que confere carácter ficcional ao diário, *Conta-Corrente*³⁹. Mas já estava presente na obra de Vergílio Ferreira antes de *Conta-Corrente*. Em *Carta ao Futuro*, por exemplo, em que o verbo escrever, na primeira pessoa, constitui o *incipit* do texto:

“Escrevo-te para daqui a um século, cinco séculos/.../ Escrevo pelo prazer de comunicar” (*Carta ao Futuro*, p. 9),⁴⁰

e sobretudo em *Invocação ao meu Corpo*, em que “escrevo” abre e fecha o longo texto desse ensaio contaminado pela ficção que põe em cena um “herói” pensador que escreve torrencialmente, sem repouso⁴¹:

“Pela noite fechada de silêncio, escrevo.” (*Invocação ao meu Corpo*, p.11);⁴²

“Eu o reconheço no silêncio desta noite em que escrevo.” (*Invocação...*, p. 375)

E mesmo nos romances: em *Aparição*, essa personagem surge subrepticamente, produzindo um subtil efeito de “mise en abyme”⁴³, ao sobrepor-se ao narrador; o acto e o momento da escrita do romance emergem repetidamente (formando uma sucessão ordenada a desenhar o percurso de uma longa escrita nocturna) na superfície do texto do romance. E já aí é Vergílio (e não Alberto) quem afirma o que virá a repetir até à exaustão⁴⁴:

“Escrevo para ser...” (*Aparição*, p. 193).⁴⁵

Para ser. Para respirar. Para viver. Para sobreviver. A sua relação com a escrita é intensa, total. É uma relação de dependência - “necessidade vital” - que surge abundante e repetidamente caracterizada nas suas vertentes exaltante e

³⁹ *Conta-Corrente* recebeu um prémio como obra de ficção: o prémio D.Diniz, da Casa de Mateus, em 1982 (quando ainda só estavam publicados os dois primeiros volumes).

⁴⁰ V. FERREIRA, *Carta ao Futuro*, 4ª-ed., Lisboa, Bertrand (1ª-ed. 1958).

⁴¹ Ver FONSECA, F. I. “Da subjectividade do corpo à subjectividade da linguagem. Uma leitura de *Invocação ao Meu Corpo*”, cit., pp. 259-285.

⁴² V. FERREIRA, *Invocação ao Meu Corpo*, Lisboa, Portugalíia, 1969.

⁴³ Que analisei no sub-capítulo “*Aparição*: uma longa escrita nocturna” in FONSECA, F.I. *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1992, pp. 276-281.

⁴⁴ Algumas dezenas de anos (e muitas vezes) depois, repete textualmente em *Pensar* (p.36) “Escrevo para ser.”, como se o dissesse pela primeira vez.

⁴⁵ V. FERREIRA, *Aparição*, 3ª-ed., Lisboa, Portugalíia, 1960 (1ª-ed. 1959).

degradante: no pólo positivo, escrever é “fascínio”, “plenitude”, “deslumbramento”, “ascensão”, “oração”, “redenção”, “milagre”...; no pólo negativo, é “loucura”, “saturação”, “excesso”, “desvairamento”, “condenação”, “suplício”, “doença”, “hemorragia”, “febre”, “vício”, “bulimia”⁴⁶ ...

Esta forma total e violenta de viver a escrita continua presente no último livro, *Escrever*. Mas adquire uma tonalidade nova, mais intensa e simultaneamente mais pacificada, ao ser envolvida pela consciência da proximidade da morte.

Logo na primeira página (fragmento 2), surge explicitamente reconhecida a existência desse *alter ego* “que escreve”:

“Escrever é ter a companhia do outro de nós que escreve. Portanto não te comovas muito, mesmo que ele se queixe. Porque abaixo dessa lamentação está o vazio infinito da infinita desistência ou desinteresse onde a palavra já não chega. Quando o que escreve aí desce, a morte tem a sua possibilidade. Porque deixa de ter significação.” (*Escrever*, p. 17)

De notar que esse duplo de si próprio é referido, na terceira pessoa – “ele”, “o que escreve” –, por um “eu” que se dirige a um “tu” (“não te comovas muito, mesmo que ele se queixe”). Estamos aqui perante algo mais complexo do que o desdobramento do ‘eu’ em ‘tu’, característico do monólogo dialogado que encontramos ao longo de todo o livro. Este “ele”, “o que escreve” adquire, como terceira pessoa, um estatuto de existência separada da situação de interlocução: existe, existia já antes, como uma projecção criada na e pela escrita e torna-se agora palpável como última companhia, no último patamar da possibilidade de iludir (ou adiar) o vazio infinito (da morte real ou da desistência).

O acto de escrever é, nesta obra, assumido como um solilóquio, sem destinatário externo⁴⁷; escrever é “falar para dentro”, uma forma de “falar só” sem as conotações que tem o fazê-lo oralmente:

“Fala para dentro. E poderás circular entre os homens sem que te metam num manicómio” (*Escrever*, p. 18)

A vivência da escrita é agora sobrevivência. O tema da velhice (do fim) absorve todos os outros temas, que adquirem uma aura de distância, afastamento,

⁴⁶ Todos estes termos são usados por Vergílio Ferreira, com repetições, em vários passos das suas obras, nomeadamente nos Diários: *Conta-Corrente*, *Pensar e Escrever*.

⁴⁷ Trata-se, claro, de uma encenação ficcional, porque o autor tem intenção de publicar o livro.

pacificação. A motivação é apenas escrever: manter o gesto, o gosto, a necessidade vital de escrever, como condição de sobrevivência. A preocupação com o conteúdo, com o pensar, passa claramente para segundo plano:

“Escrever o quê? Pensar o quê? (*Escrever* p.48)

“Escrever sobre quê?” (*Escrever* p.163)

O leitor que tenha a expectativa de encontrar um teor ensaístico neste livro, como em *Pensar*, fica algo decepcionado. Porque não encontra o mesmo vigor reflexivo, o propósito expresso de escrever para pensar. Só escrever, autotelicamente. Escrever para escrever. E a escrita como modo de *ser* vai-se tornando um modo de *estar*, de (*ainda*) *estar*⁴⁸.

“/.../ uma meditação sobre nada, o prazer do abandono a uma oculta pacificação. O estar-se bem só por estar.” (*Escrever*, p. 217)

Sobreviver: manter acesa a chama da escrita que o receio de a ver extinguir-se antes do fim faz parecer mais ténue (“pequena luz”):

“Não deixes que te abandone o milagre de escrever. Não deixes que a miséria do teu corpo escureça com a sua sombra a pequena luz da tua escrita.” (*Escrever*, p.195)

A luz brilhou até ao fim: por isso o livro foi póstumo. E, também por isso, a escolha final do título ficou por fazer:

Pensar II, Escrever, (Re)pensar, Poliedro, Miscelânea? O autor já não podia responder. Restava interrogar a obra. A obra respondeu com veemência:

“Escrever, escrever, **ESCREVER!**”

(*Conta-Corrente, nova série, I*, p. 96)

ESCREVER. Essa palavra, escrita a tinta vermelha no manuscrito e criteriosamente escolhida por Helder Godinho para figurar, também a vermelho, na capa deste livro póstumo, foi (é) a última palavra que nos disse (diz) Vergílio Ferreira.

⁴⁸ Já em *Para Sempre* é referida a condição da velhice como passagem de *ser* a *estar*: “Sê homem até onde for necessário estares”, (*Para Sempre*, Lisboa, Bertrand, 1983, p. 246).

Palavra-gesto, palavra-acto que, como soube/imaginou há mais de trinta anos, ficará a ecoar no silêncio de uma noite perene:

“Escrevo sempre, obstinado e recolhido, remetido à febre da interrogação-limite. Escrevo ao longo destas noites reais, ao longo de uma noite perene, sobre os dias fortuitos e intervalares antes do grande dia que imagino e não sei ou que sei e não imagino.” (*Invocação ao meu Corpo*, p. 39)

“A palavra final./.../ A última, a primeira.” (*Para Sempre*, p.16)
A última. Definitivamente.

Fernanda Irene Fonseca

OS POSSESSIVOS EM PORTUGUÊS NUMA PERSPECTIVA DE SINTAXE COMPARADA¹

O objectivo deste texto é reconsiderar alguns aspectos da sintaxe dos possessivos pré e pós-nominais em Português: a relação com os pronomes pessoais, a natureza forte ou fraca, a posição, a sensibilidade a contextos definidos e indefinidos.

O tratamento será realizado numa perspectiva de Sintaxe Comparada, o que significa que se enquadrarão dados de várias línguas, em particular das línguas românicas, em princípios gramaticais comuns e nos mecanismos que estão na base da diferenciação do SN e dos possessivos.

1. Considerações introdutórias

1.1 *Os possessivos entre as expressões referenciais e os determinantes*

Os possessivos exprimem uma dupla relação: uma relação entre as formas linguísticas e as pessoas do discurso - a 1ª, a 2ª e a 3ª pessoas do singular e do plural; e uma relação entre as pessoas do discurso e uma entidade que designa o objecto possuído, sendo esta segunda relação materializada, em certas línguas, entre elas o Português, através da concordância, em número e género, entre o possessivo e o Nome que designa o objecto.²

Sendo os pronomes pessoais expressões nominais referenciais, a relação com os pronomes pessoais faz dos possessivos expressões nominais no genitivo, pois *meu* equivale a *de eu / de mim*; *teu* equivale a *de tu / de ti*, etc..

¹ Este texto é uma versão ligeiramente alterada da aula apresentada em Provas de Agregação, em 18 de Junho de 2003, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Agradeço a Gabriela Matos os comentários a uma primeira versão deste texto e a Eduardo Paiva Raposo as observações críticas e as sugestões que transmitiu durante a arguição. Todos os erros são da minha responsabilidade.

² As línguas variam muito quanto a estas propriedades morfológicas: nos possessivos pré-nominais em Espanhol não é marcado nem o género do possuidor nem do objecto possuído (*su, mis*); o Inglês marca na 3ª pessoa do singular o género do possuidor (*his, her*); o Francês marca o género no singular mas não no plural (*mon, ma, mes*).

Mas quando inseridos em expressões nominais, os possessivos co-ocorrem com os nomes, determinando-os e especificando-os.

Esta dupla condição faz-se sentir no modo como os gramáticos os pensam. A proximidade com os pronomes pessoais justifica que muitos gramáticos da tradição luso-brasileira os tratem como “pronomes”;³ outros autores analisam-nos no cap. dos determinantes, pois privilegiam a relação entre os possessivos e os Nomes.⁴

Neste texto mostrar-se-á que este duplo comportamento não impede uma análise uniforme, do ponto de vista categorial, dos possessivos.

No ponto seguinte serão expostos alguns pressupostos teóricos em que se baseia este estudo.

1.2. Alguns pressupostos teóricos do Programa Minimalista

De acordo com o Programa Minimalista,⁵ cada língua é concebida como o resultado da interação entre o Léxico e a Sintaxe, o sistema computacional, capaz de produzir expressões que são interpretadas por dois sistemas de interface: o sistema articulatório-perceptual (FF) e o sistema conceptual-intencional (FL).

Considera-se que a Gramática Universal tem acessível um conjunto de traços de vária ordem e um conjunto limitado de operações, como Compor e Mover / Atrair.

No que diz respeito às expressões nominais, concebe-se que são geradas com marcas de flexão de número ou de caso e que tais traços têm de ser verificados em

³ Veja-se, por exemplo, CUNHA, C. e CINTRA, L. F. - *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1984, p. 320. Estes, como outros autores, distinguem a “substantivização” dos possessivos quando estes surgem isolados, em elipse nominal, dos “adjectivos possessivos”, quando precedem o nome.

⁴ Entre outros, CASTELEIRO, J. M. - *A sintaxe na didáctica do Português como língua estrangeira*, in *1º Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português*, CLUL, CLUP, CLUC, Núcleos de Linguística de Aveiro e Braga, 1976; RAPOSO, E. P. - *Introdução à Gramática Generativa – Sintaxe do Português*, Lisboa, Moraes Editores, 1979; MATEUS, M. H. *et alii* - *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ªed., Lisboa, Caminho, 1989; MATEUS, M. H. *et alii* - *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ªed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho, 2003. Em CASTELEIRO - *op. cit.*, pp. 413-461, propunham-se as seguintes regras sintagmáticas: (i) SN → (Pré-Artigo) Artigo (Pós-Artigo) + N, sendo os possessivos considerados um dos pós-artigos do Português. Para dar conta da posição pós-nominal foi proposto o movimento do possessivo da posição pré-nominal para pós-nominal por BRITO, A. M. - *Sobre as noções de sujeito e argumento externo: semelhanças entre a estrutura de F e a estrutura de SN em Português*, in *Boletim de Filologia*, Tomo XXIX, 1984, pp. 421-478.

⁵ Veja-se, em particular, CHOMSKY, N. - *The Minimalist Program*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1995 e CHOMSKY, N. - *Minimalist Inquiries*, in MARTIN, R., MICHAELS e URIAGEREKA, J. (orgs.) - *Step by Step. Essays on Minimalist Syntax in Honour of Howard Lasnik*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 2000, pp. 89-155.

posições adequadas. Mas enquanto nos primeiros textos minimalistas tal era visto como um mecanismo de verificação que as expressões nominais tinham que realizar para proveito próprio, nos textos mais recentes isso é considerado como o resultado de um mecanismo de atracção que as próprias categorias funcionais desempenham, de acordo com a natureza de certos traços que as caracterizam. Isto não impede que certas verificações se possam fazer *in situ*; de facto, o Princípio de Economia aplicado ao movimento implica que um constituinte só se desloca se houver uma motivação forte; por sua vez, uma vez movido para uma posição em que possa verificar os seus traços, o constituinte não deve ser deslocado.

Os níveis de Estrutura-P e de Estrutura-S perdem peso neste programa, interessando, sim, que a gramática gere representações que possam ser articuladas com os dois níveis de interface referidos.

Neste quadro teórico, a variação entre gramáticas particulares pode, em grande parte, ser vista como o resultado do leque e da natureza dos traços linguísticos que actuam em cada gramática e do modo como tais traços interactuam com o sistema computacional. E aquilo que em fases da teoria tem sido designado estabelecimento de parâmetros (“parameter setting”) consistirá, no fundo, na selecção dos valores para uma dada categoria e na aquisição dos mecanismos adequados.⁶

Como se verá no ponto seguinte, grande parte da variação na forma dos Sintagmas Nominais (SN) através das línguas pode ser explicada à luz destes desenvolvimentos. Mas tal perspectiva só tem sido possível porque se deslocou a discussão da parte lexical para as categorias funcionais no interior do SN.

1.3. A “hipótese Sintagma Determinante”: razões semânticas e razões sintácticas

As expressões nominais não são uniformes, sendo crucial distinguir entre expressões nominais referenciais e expressões nominais predicativas; nas primeiras (ilustradas através do exemplo (1a)), os determinantes (ou os quantificadores) são, semanticamente, operadores que ligam uma variável correspondente ao nome; nas segundas, muitas vezes sem qualquer tipo de determinação, como se evidencia no exemplo (1b), existe uma parte lexical dominada pela presença do N e seus argumentos, quando existem:⁷

⁶ CHOMSKY, N. - *Minimalist Inquiries...*, p. 100.

⁷ Sobre este assunto, ver, entre outros, STOWELL, T. - *Determiners in NP and DP* in LEFFEL, K. e BOUCHARD, D. (orgs.) - *Views on Phrase Structure*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 1991, pp. 39-56. O autor distingue entre expressões nominais referenciais e não referenciais e propõe que, ao nível da FL, a natureza da expressão resulta do seu núcleo: um sintagma predicativo tem um

(1)(a) *O professor* entrou.

(b) O João é *professor*.

Também do ponto de vista sintáctico, os determinantes e os quantificadores são, nas expressões referenciais, o “centro” de tais construções. Recorde-se alguns comportamentos em várias línguas que mostram esse estatuto:

1) Em primeiro lugar, a existência de marcas de número, género e caso nos determinantes, quando muitas vezes tais marcas não existem no próprio N; é o que acontece em Alemão e em Grego Moderno:⁸

(2)(a) der (nom) Vater; den (acus) Vater

(b) o (nom) Yanis, to (acus) Yani

Embora o caso seja uma informação do SN inteiro, D comporta-se como núcleo da construção em (2a) e (2b).

2) A nível sincrónico, a coincidência parcial, na grande maioria das línguas românicas (Português, Espanhol, Francês), entre artigos e pronomes fracos Objecto de 3ª pessoa:⁹

(3)(a) os livros / li-os

(b) les livres / je les ai lus

(c) los libros / yo los lei

3) O paralelismo entre SN e Frase a vários níveis; veja-se, entre outros fenómenos, a semelhança entre a passiva verbal e as nominalizações, ilustrada em Inglês nos exemplos (4a e b) e em Português nos exemplos (5a e b):

(4)(a) the city's destruction by the army

(b) the city was destroyed by the army

(5)(a) a cidade foi destruída pelo exército

(b) a sua destruição pelo exército (*sua* Tema ou Objecto)

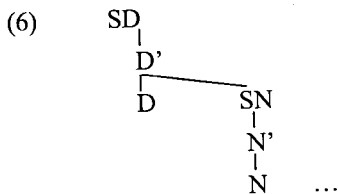
Na seqüência de reflexões deste tipo, Abney desenvolveu a chamada “hipótese Sintagma Determinante”, segundo a qual aquilo que se designa tradicionalmente um

núcleo predicativo; um sintagma argumental tem um núcleo argumental (p. 45). Em contextos predicativos, como em *John is a doctor, I consider John the smartest student, John is my friend, etc.*, as expressões nominais não são referenciais mas são de igual modo SDs, podendo um SD ter como núcleo diversos tipos de determinantes em contexto predicativo: indefinido, definido, determinante nulo, numeral ou possessivo. Relativamente aos possessivos, esta proposta não parece necessária, mesmo para línguas como o Inglês, se *my* em *John is my friend* estiver em Esp de SN, por Compor, e não em D. De facto, sendo uma expressão predicativa, estar-se-ia perante um SN e não um SD (ver parte 2. adiante).

⁸ Cf. OUHALLA, J. - *Functional categories and parametric variation*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1991, pp. 159-160.

⁹ Cf. VINCENT, N. - *The emergence of the D-system in Romance* in van KEMENADE, A. e VINCENT, N. (orgs.) - *Parameters of Morphosyntactic Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 151.

SN é a projecção da categoria funcional D / Q.¹⁰ Quanto à parte lexical da categoria, o SN, isto é, a parte onde é gerado o núcleo nominal e os seus argumentos, quando existem, é encarada nesta análise como um “complemento” funcionalmente seleccionado por D ou outros núcleos funcionais; a estrutura em (6), que se apresenta, por comodidade, nos moldes habituais da Teoria X-Barra, descreve esta concepção:



parte funcional parte lexical

Mas esta análise não é suficiente, não só por não contemplar posições para os possessivos, entre outros elementos, mas também porque ela não explica o que se passa nalgumas línguas, em particular a existência de marcas do possuidor no núcleo que designa o objecto possuído.

1.4. Evidências sintácticas para a existência de categorias funcionais para além de D

Com efeito, línguas como o Húngaro e o Turco, entre outras, mostram que há algo mais na estrutura do SD do que aquilo que é descrito em (6).

Observe-se o exemplo (7) do Húngaro.¹¹

(7) az en vendeg-e-m
 eu-nom hóspede-possuído-1ªsing
 o meu hóspede

Ou o exemplo (8) do Turco:¹²

(8) ben-im stakoz-um
 eu-gen lagosta-1ªsing
 a minha lagosta

Vemos que em exemplos como (7) e (8) o núcleo nominal, que designa o objecto possuído, concorda com o possuidor e que essa concordância é parecida com a concordância sujeito-verbo ao nível frásico.

¹⁰ ABNEY, S. - *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*, Ph. D. Diss., MIT, 1987.

¹¹ SZABOLCSI, A. - *The possessor that ran away from home in The Linguistic Review*, 3, 1, 1983, pp. 89-102.

¹² OUHALLA, J. - *op. cit.*, p. 160.

Por isso, vários autores propuseram que há um nó do tipo Flexão / Concordância no SD, a que é costume designar CONC.¹³ Tal categoria deve conter traços de Nome e de Pessoa, ficando em aberto se tem também um traço de Número.¹⁴

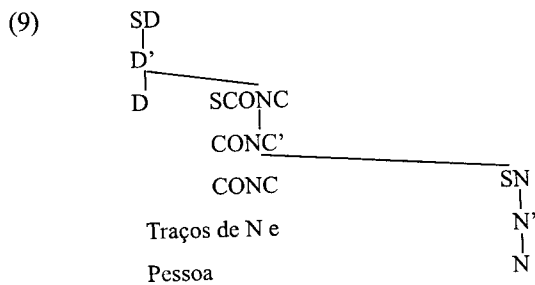
No pronomes pessoais e nos possessivos, os traços de Pessoa e de Número são claramente interpretáveis: no caso das 1ª e 2ª pessoas, exprimem-se valores dêicticos; no caso da 3ª, há valor dêictico ou anafórico. Por sua vez, o Número é relevante pois está relacionado com a cardinalidade: *eu* é diferente de *nós*, *teu* é diferente de *vosso*.¹⁵ No caso das expressões nominais que não contêm marcação de Pessoa, assumir-se-á, como situação não marcada, que comportam o traço de 3ª pessoa.¹⁶ A estrutura (9) é assim uma hipótese para descrever o SD em geral:

¹³ A existência de categorias funcionais no interior de SD tem sido motivo de discussão e de hesitação. Em BRITO, A. M. - *Nominal specifiers in European Portuguese* in *Actas do Workshop sobre Gramática Generativa*, Associação Portuguesa de Linguística, 1989, pp. 1-26 e em BRITO, A. M. - *Presença / ausência de artigo antes de possessivo no Português do Brasil* in *Actas do XVI Encontro da APL*, Lisboa, 2001, pp. 551-575, propõe-se SCONC; em BRITO, A. M. - *Noun movement, agreement and word order in Portuguese "Nominal Phrase"*, in *Actas do Workshop sobre o Português*, Associação Portuguesa de Linguística, 1992, pp. 25-60, propõe-se SNUM e SGEN; em BRITO, A. M. - *Português Europeu / Português Brasileiro: algumas diferenças sintáticas* in *(Pré) Publications*, Romansk Institut, Aarhus Universitet, 168, 1999, pp. 12-34 fala-se em SPOSS. Com base em dados do Hebreu, RITTER, E. - *Two functional categories in Noun Phrases: Evidence from Modern Hebrew*, in ROTHSTEIN, S. (org.) - *Syntax and Semantics 26, Perspectives on Phrase Structure: Heads and Licensing*, Academic Press, New York, 1992 propõe SNUM. Para o Catalão, PICALLO, M. C. - *Nominals and nominalizations in Catalan* in *Probus*, 3, 3, 1991, pp. 279-316 e PICALLO, M. C. - *Catalan possessive pronouns: the Avoid Pronoun Principle revisited*, in *Natural Language and Linguistic Theory* 12, 1994, pp. 259-299 propõe SNUM e SGEN. Brito afastou-se da categoria Género por esta ser uma informação de natureza lexical, que deve estar prevista no Léxico e não na Sintaxe. Picallo faz uso das duas categorias funcionais para descrever e explicar o comportamento dos possessivos no Catalão, pois considera que a Hierarquia Temática que caracteriza os possessivos tem um correlato sintático. Assim, os possessivos com valor de Possuidor estariam associados à posição de Esp de SNUM e o Agente ou o Experienciador estaria associado à posição de Esp de SGEN.

¹⁴ A categoria Número parece não ter o mesmo grau de universalidade do que Pessoa. E no caso de certas variedades do Português, o Número pode não ser realizado no Nome: *os menino* (Português Brasileiro, Português de Moçambique).

¹⁵ T. Say considera que o traço de Pessoa, sendo relacional, é mais complexo do que o de Número, o que explicaria o facto de ser mais tardio na aquisição (SAY, T. - *Feature Acquisition in Bilingual Child Language Development*, in *Arbeiten zur Mehrsprachigkeit / Working Papers in Multilingualism*, Universität Hamburg, 18, 2001).

¹⁶ Os traços de Pessoa e de Número, traços ϕ , poderão não ser interpretáveis no domínio da Frase, como propõe Chomsky (CHOMSKY, N. - *The Minimalist Program...*, cap. 5 e *Minimalist Inquiries...*, p. 124) e apenas T(empo) ser relevante, porque os traços de Pessoa e de Número do sujeito são interpretados no V para o nível de FL, o que capta a ideia tradicional de que é o V que concorda com o sujeito e não o contrário.



Ora, no interior desta categoria, podem vir a dar-se dois tipos de movimentos: movimentos de expressões nominais, projecções máximas SD, e movimentos de núcleos.

O movimento de expressões nominais SD está relacionado com a verificação de caso genitivo nas línguas que comportam genitivos pré-nominais e também com a posição de certos possessivos, como se verá adiante.¹⁷

1.5. Evidências para o movimento de N

Quanto ao movimento de núcleos, em particular do N, pode ser de vários tipos.

No Romeno, ilustrado em (10), nota-se a existência de artigo enclítico ao N, o que motivou a proposta de que o N se move para D:¹⁸

- (10)(a) lupul
 lobo-o
 (b) lupul frumoaș
 lobo-o formoso

¹⁷ De acordo com ABNEY, S. – *op. cit.*..., p. 59: “D... is a hypothetical syntactic category which is [+F], but distinguished from Infl and Comp in that it belongs to the nominal system, not the verbal system: i.e. D is the site of Agr in the noun phrase”; no Inglês, D seria também a posição dos possessivos (*my book*) mas é a posição de *'s* em *John's book*, estando *John* em Esp de SD. Desenvolvendo esta ideia, considera-se em geral que as línguas germânicas têm um traço forte de Caso Genitivo em D que motiva o movimento de uma expressão nominal para Esp de SD.

¹⁸ Cf. DOBROVIE-SORIN, C. - *À propos de la structure du groupe nominal en roumain*, in *Rivista di Grammatica Generativa*, 12, Univ. Press, Padova, 1987, pp. 123-152. Mais recentemente, GIUSTI, G. - *The Birth of a Functional Category: from Latin ILLE to the Romance Article and Personal Pronoun*, in CINQUE, G. e SALVI, G. (orgs.) - *Current Studies in Italian Syntax. Essays offered to Lorenzo Renzi*, Elsevier, Amsterdão, 2001, pp. 157-171, mostra que, em Romeno, o artigo também pode aparecer ligado ao adjetivo (*frumosul baiat* – bonito-o rapaz) e assume formas diferentes: *fratele bun / poetul mare*; daí que Giusti (p. 162), na sequência de outros autores, considere que a forma básica do artigo é –IV em que V é uma vogal não especificada que depende da sílaba precedente e portanto não se trata verdadeiramente de um clítico mas de um morfema que faz parte do quadro flexional da raiz junto da qual aparece.

No caso do Italiano, Longobardi propõe que os nomes próprios, na ausência de artigo, sobem para D (veja-se em particular (11c)):¹⁹

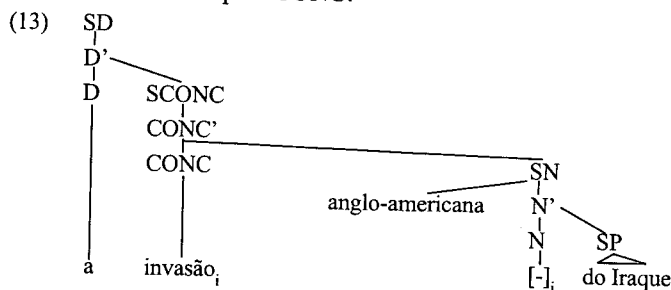
- (11)(a) Il mio Gianni ha finalmente telefonato.
 (b) * Mio Gianni ha finalmente telefonato.
 (c) Gianni mio ha finalmente telefonato.
 (d) Il Gianni mio ha finalmente telefonato.

Vemos já que a motivação do movimento de N para D não é uniforme; de facto, enquanto no Romeno o movimento se relaciona com o carácter clítico do artigo, já no caso dos nomes próprios do Italiano, a explicação é outra: as expressões nominais argumentais têm de ter preenchida lexicalmente a posição de D, ao nível sintáctico.²⁰ Voltaremos a esta proposta mais tarde quando observarmos o que se passa em Latim, uma língua sem artigos, como se sabe.

Em Português e noutras línguas românicas, há justificação para movimento parcial do N, como forma de explicar a ordem dos adjectivos temáticos, que ocupam necessariamente a posição pós-nominal:²¹

- (12)(a) a invasão anglo-americana do Iraque
 (Agente) (Tema ou Objecto)
 (b) * a anglo-americana invasão do Iraque

A estrutura de (12a) parece ser como se descreve em (13), no pressuposto de que *anglo-americana*, sendo o argumento externo do N, é gerado por Comp_r em Esp de SN e o N movido para CONC:



¹⁹ LONGOBARDI, G. - *Reference and proper names: a theory of N-movement in Syntax and in Logical Form*, in *Linguistic Inquiry*, 25, 4, 1994, pp. 609-665, especialmente p. 623.

²⁰ Neste texto não será tratada a distinção entre a leitura genérica e a leitura existencial dos chamados „nomes simples“, um dos temas centrais do já referido artigo de Longobardi.

²¹ Cf. CINQUE, G. - *On the evidence for partial N-movement in the Romance DP* in CINQUE, G. et alii (orgs.) - *Paths towards Universal Grammar, Studies in honour of Richard Kayne*, Georgetown University Press, 1994, pp. 85-110; para o Português, BRITO, A. M. - *A ordem de palavras no Sintagma Nominal em Português numa perspectiva de sintaxe comparada - um caso particular: os Ns deverbais eventivos*, in *Actas do Congresso Internacional do Português*, Lisboa, Ed. Colibri, 1996, pp. 81-106. Nestes textos defende-se que nas línguas românicas os traços nominal e morfológicos de CONC são fortes e que atraem (nos termos actuais) o N em Sintaxe; pelo contrário, tais traços em Inglês seriam fracos, o que explicaria a inexistência de movimento.

Pelo contrário, em Inglês, tal movimento não existe, explicando a ordem exibida em (14):

(14) the anglo-american invasion of Irak

Admitir-se-á, portanto, a partir deste momento, que a estrutura da categoria SD é qualquer coisa como (9) e que, em Português, há evidência para movimento parcial de N para a CONC.

2. Para uma análise dos possessivos em PE

2.1. Pronomes pessoais e possessivos

Dadas as considerações apresentadas e dada a estrutura (9), como analisar pronomes pessoais e possessivos?

Os pronomes pessoais são expressões nominais referenciais e, por isso, dada a “hipótese SD” acima apresentada, eles deveriam ser tratados como SDs, codificando um traço lexical de N, traços morfológicos de pessoa, número, caso, género na terceira pessoa, e traços semânticos, [+ definido] e, por defeito, [+ específico].

Nos últimos anos, desenvolvendo sugestões surgidas nos anos sessenta e setenta,²² iniciou-se uma investigação orientada para a estrutura interna dos pronomes,²³ tendo sido possível perceber que eles se distinguem entre formas deficientes e formas fortes; e nas formas deficientes entre fracos (não clíticos) e os clíticos, quase afixos.²⁴

²² Veja-se em particular: POSTAL, P. - *On the so-called “Pronouns” in English* in REIDEL, D. e SCHANE, S. (orgs.) - *Modern Studies in English*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs NJ, 1969, pp. 201-224; KAYNE, R. - *French Syntax. The Transformational Cycle*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1975; RAPOSO, E. P. - *Sobre a forma o em Português*, in *Boletim de Filologia*, 22, 1973, pp. 361-415. Nestes textos, Postal e Raposo notaram que certos pronomes de 1ª e 2ª pessoas podem ser seguidos de nomes, tal como os artigos: (i) *Nós estudantes temos os nossos direitos a defender; vocês prisioneiros que tentaram escapar dêem um passo em frente* (exs. de Raposo). Outro argumento invocado por Raposo para sustentar o estatuto de D de certos pronomes é a possibilidade de emprego de *próprio, mesmo* depois de artigo ou pronome mas não de nome: *ele / o próprio veio cá; nós mesmos comemos o bolo; * João / rapaz próprio veio cá*.

²³ Leia-se CARDINALETTI, A. e STARKE, M. - *The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes* in van RIEMSDIJK, H. (org.) - *Clitics in the Languages of Europe*, Mouton de Gruyter, Berlim, 1999, pp. 145-233; CARDINALETTI, A. - *Pronouns in Germanic and Romance Languages: an overview* in van RIEMSDIJK, H. - *op. cit.*, pp. 33-82; ver também RAPOSO, E. P. - *Definite/zero alternations in Portuguese (towards a unification of topic constructions)*, UCSB, Ms., 1996.

²⁴ De acordo com CARDINALETTI, A. e STARKE, M. - *The typology ...* e CARDINALETTI, A. - *Pronouns ...* os pronomes fracos (na verdade, nos exemplos apresentados, trata-se de clíticos) não podem ser focalizados, coordenados, modificados por certos advérbios, ao contrário dos pronomes fortes: *Gianni la conosce / Gianni * LA conosce; Gianni * la e sua madre conosce; Gianni * solo la conosce; Gianni conosce LEI, / lei e sua madre / solo lei*. E por isso sugere-se: os pronomes fortes são SDs plenos; os fracos não são SDs.

Em relação ao Português e simplificando muito, poderíamos propor a existência de três séries de pronomes pessoais, apresentadas em (15):

(15) *Três tipos de pronomes pessoais:*

Pronomes fracos, núcleos mas não clíticos (formas de sujeito): *eu, tu*

Pronomes fracos clíticos, quase afixos: *me, te, se, o, a, os, as*

Pronomes fortes: (co)migo, (con)tigo, *eles, elas*.

Ora, no que diz respeito aos possessivos, já vimos que, por serem próximos de pronomes pessoais ou de expressões nominais no genitivo (*meu=de mim*), se justifica a aproximação a SDs, codificando os traços indicados em (16):

(16) *Traços em comum a pronomes pessoais e possessivos:*

+ N, + pessoa, + caso, + número (relacionado com a pessoa gramatical), geralmente + género (relativo à 3ª pessoa gramatical); por defeito + específico (excepto quando uma forma de 3ª pessoa é ligada por um antecedente quantificacional).²⁵

Mas, por outro lado, quando co-ocorrem com nomes, os possessivos podem ser caracterizados ou não, conforme as línguas, por traços de número e género em relação ao objecto possuído, como acontece com outros determinantes e quantificadores; nalgumas línguas, exprimem valores de definitude, noutras são não especificados relativamente a este traço, como se indica em (17) e como se tornará mais claro pela continuação da exposição:

(17) *Alguns traços específicos dos possessivos:*

+/- número e +/- género (em relação ao objecto possuído); +/- definido.

Quer dizer, os possessivos exprimem simultaneamente valores de pronomes pessoais e de Ds, parecendo ser elementos mistos, de natureza lexical e funcional.

Importa investigar, num primeiro momento, se há contextos em Português que favoreçam um estatuto de SD ou um estatuto de D dos possessivos e, num segundo momento, se o estatuto categorial dos possessivos é variável de língua para língua.

²⁵ Conforme assinalou Eduardo Paiva Raposo na arguição a este texto, *na sua relação com as pessoas do discurso*, os possessivos, tal como os pronomes pessoais, e exceptuando o caso de não especificidade - que só acontece com a 3ª pessoa (*cada criança / toda a criança gosta da sua mãe*) - são sempre [+ definidos]. Assim, em *eu leio, o meu livro, eu e meu* remetem necessariamente para o locutor. Nesse sentido, nas línguas em que o possessivo fraco é definido e ocupa a posição de D, como é proposto na bibliografia relevante e como adiante se adoptará, haveria dois traços de [+ definido] no mesmo D, o que cria um problema de „divisão de trabalho“. Eduardo Paiva Raposo sugere uma solução que não levanta este problema, como se apresenta na nota 52 adiante.

2.2. *Possessivos fracos em posição pré-nominal e possessivos fortes em posição pós-nominal em Português?*

O problema central a analisar nesta parte da exposição é o seguinte: em Português as mesmas formas, do ponto de vista morfo-fonológico, dos possessivos são usadas nas posições pré e pós-nominal (18 a, b), contrastando com o que se passa em muitas outras línguas, que exibem, nesses mesmos contextos, formas distintas: em posição pré-nominal formas fracas, como *mis, mes, my*, em Espanhol, Francês e Inglês, respectivamente; em posição pós-nominal formas fortes (ou formas adjetivais fortes como *tuyos, mine, yours* ou mesmo pronomes fortes, como *moi, em à moi*, em Francês); vejam-se os exemplos em (19), (20) e (21):

- (18)(a) Os meus livros desapareceram
(b) Uns livros meus desapareceram.

- (19)(a) *mis libros*
(b) *los libros míos*

- (20)(a) *mes livres*
(b) *les livres à moi*

- (21)(a) *my house*
(b) *a house of mine*

A questão que se coloca é saber se a homofonia característica dos possessivos em Português corresponde a uma mesma natureza categorial ou, se, pelo contrário, a morfologia é opaca, escondendo diferentes tipos de possessivos conforme a posição que ocupam.

Com base em testes propostos na literatura quer para os pronomes pessoais quer para os possessivos,²⁶ estudar-se-ão alguns comportamentos dos possessivos pré e pós-nominais em Português, no sentido de verificar se se justifica a distinção entre possessivos fracos e possessivos fortes.

Um dos testes que tem sido proposto é 1):

1) - Comportamento dos possessivos face aos advérbios de exclusão, como *só* e *apenas*:

- (22)(a) * *o só meu livro*
(b) *o / um livro só meu*

Vemos que (22a) é agramatical, enquanto (22b) é gramatical.

²⁶ Para os pronomes pessoais ver KAYNE, R. *French Syntax ...*; para os possessivos ver CARDINALETTI, A. - *On the deficient / strong opposition in possessive systems* in ALEXIADOU, A. e WILDER, C. - *Possessors, Predicates and Movement within Determiner Phrase*, Amsterdão, John Benjamins Publ. Company, 1998, pp. 17-53; para o Português: CASTRO, A. e COSTA, J. - *Possessivos e advérbios: formas fracas como X^o* in *Actas do XVII Encontro da APL*, Lisboa, 2002, pp. 101-111; MIGUEL, M. - *Para uma tipologia dos possessivos*, in *Actas do XVII Encontro da APL*, Lisboa, 2002, pp. 287-299.

2) – Comportamento dos possessivos face à redução:

- (23)(a) o meu livro
- (b) o me livro
- (c) * o / um livro me

O contraste mostra que o possessivo é reduzível, em certas variantes orais do Português, em posição pré-nominal (como em (23b)) mas não em posição pós-nominal (veja-se (23c)).

Refira-se desde já que a redução opera sobretudo nos possessivos monossilábicos.²⁷

3) - Sensibilidade dos possessivos em relação à interpretação [+/- humana]:

(24)(a) A sua tampa é muito prática (em que *sua* remete para um humano ou para uma caixa)

(b) Uma tampa sua é muito prática (em que *sua* só pode designar um humano, sendo a referência a caixa motivo de agramaticalidade).

Alarguemos agora a análise ao comportamento dos possessivos face à coordenação, à focalização, à acentuação prosódica e ao contraste.

Quanto à coordenação quer não-correlativa quer correlativa ela parece possível se o segundo constituinte for acentuado prosodicamente²⁸ embora os exemplos que coordenam possessivos pré-nominais sejam sempre menos aceitáveis do que os que coordenam pós-nominais; vejam-se os exemplos em (25) e (26):

(25)(a) ?? O meu e TEU artigo está aqui.

(b) Um artigo meu e teu está aqui.

(26)(a) ?? O não só meu mas também TEU artigo foi publicado na revista.

(b) Um artigo não só meu mas também teu foi publicado na revista.²⁹

A focalização, a acentuação prosódica e o contraste mostram que os possessivos pré-nominais e os pós-nominais se comportam de modo semelhante: ambos podem ser focalizados (27a, b), acentuados (28a, b) e contrastados (29a, b):³⁰

(27)(a) A minha filha é que entrou à meia noite.

(b) Uma filha minha é que entrou à meia noite.

²⁷ Embora MIGUEL, M. – *Para uma tipologia ...*, p. 296, dê também exemplos de redução em possessivos dissilábicos.

²⁸ Cf. CASTRO, A. e COSTA, J. – *Possessivos e advérbios ...*, p. 104.

²⁹ Embora os exemplos apresentem alguma diferença, a coordenação não parece ser um bom teste para a distinção entre formas fracas e fortes dos possessivos, como também foi notado por MIGUEL, M. – *Para uma tipologia...*, p. 294.

³⁰ Castro e Costa (ver CASTRO, A. e COSTA, J. – *Possessivos e advérbios ...*, pp. 103-4), usando artigos definidos em ambas as posições, obtêm diferentes resultados (de facto, inversos aos que Cardinaletti propõe para o Italiano) e consideram que os possessivos pré-nominais mas não os pós-

(28)(a) A MINHA filha entrou à meia noite.

(b) Uma filha MINHA entrou à meia noite.³¹

(29)(a) A minha filha entrou à meia noite, mas não a tua.

(b) Uma filha minha entrou à meia noite, não a tua.

Note-se que nos exemplos relevantes é o possessivo que é acentuado e não o Nome, porque frases como (30) são marginais:

(30) * ?? A minha FILHA entrou à meia noite.

Vemos desde já que há três argumentos – a modificação por advérbios de exclusão, a redução e a interpretação [+/-humana] do possessivo de 3ª Pessoa – que favorecem a hipótese de que os possessivos pré-nominais em Português são fracos e de que os possessivos pós-nominais são fortes.

A coordenação parece também apontar nesta direcção, mas a focalização, a acentuação prosódica e o contraste mostram que os possessivos se comportam de maneira igual.

Em relação às restrições de interpretação de *seu*, notadas igualmente por Kato para o Português Brasileiro (PB), elas são, de facto, relevantes.³² No entanto, embora o Português Europeu (PE) e o PB não coincidam totalmente quanto aos valores do possessivo de 3ª pessoa, vou aceitar a sugestão de Kato segundo a qual, na posição pós-nominal, o Português prefere, de um modo geral, a forma *dele* e não um *seu* forte (com um antecedente não quantificado).

Igualmente o teste da redução é importante, embora devesse ser investigado em que circunstâncias operam reduções deste tipo e nomeadamente em que contextos se dá a supressão da semi-vogal [w] no dialecto em causa.

Limitar-me-ei, pois, a discutir brevemente o argumento dos advérbios de exclusão.

nominais podem ser focalizados e acentuados. Como os possessivos pré-nominais podem ser acentuados por processos prosódicos e os pós-nominais por processos sintácticos e prosódicos, considero que este teste não é muito adequado para verificar a existência de formas fracas e fortes de possessivos. O que esperamos é que foco informacional e indefinidade estejam relacionados, e que foco e acento sejam esperados no constituinte mais encaixado (cf. CINQUE, G. - *A Null Theory of Phrase and Compound Stress*, in *Linguistic Theory*, 24, 3., 1993).

³¹ Estes factos parecem revelar que em posição pré-nominal o possessivo acentuado é um foco contrastivo e em posição pós-nominal é um foco informacional.

³² Em KATO, M. - *Pronomes Fortes e Fracos na Sintaxe do Português Brasileiro*, in *Livro de Homenagem a Herculano de Carvalho* (no prelo), a autora mostra que *seu* admite reduplicação no PB, embora em menor extensão do que no Português Medieval. Também no Português Medieval, *seu* tinha um uso não-restrito, no sentido de que podia facilmente referir a humanos e a não-humanos. Kato conclui então que em PB *seu*, como outros possessivos pré-nominais, é uma forma fraca e o *seu* correspondente possessivo pós-nominal forte é *dele*.

Retomem-se os exemplos (22), aqui renumerados como (31):

(31)(a) * o só meu livro

(b) o livro só meu

Esta mesma desigualdade de comportamento verifica-se com adjectivos qualificativos, como evidenciado em (32 a, b, c), onde o adjectivo é um núcleo.³³

(32)(a) * As apenas bonitas raparigas são uma maçada.

(b) As raparigas apenas bonitas são uma maçada.

(c) As raparigas apenas muito bonitas são uma maçada.

Portanto, não deve ser por causa da natureza categorial de *bonitas* ou de *meu* que existe agramaticalidade nos exemplos em que os advérbios de exclusão os afectam em posição pré-nominal.

A explicação tem de ser outra e pode envolver problemas de escopo do advérbio: assim, gostaria de sugerir que uma das razões da diferença entre (31a) e (31b) se deverá ao facto de o advérbio ter em (31a) dois núcleos como escopo - *meu e livro* - e em (31b) apenas um.

Poderia contrapor-se com exemplos do tipo de (33):

(33) Ele come só fruta madura

em que aparentemente *só* modifica dois núcleos, *madura e fruta*; mas, na verdade, *só* afecta unicamente *madura*, sendo a desambiguação do escopo dada por meios fonológicos quando não há adjacência, como é o caso.³⁴

Vemos, pois, que um argumento que permitia chegar à conclusão de que os possessivos pré-nominais são fracos e que os pós-nominais são fortes é problemático; além disso, a focalização, a acentuação prosódica e o contraste favorecem que são de igual natureza categorial.

A exposição anterior permite esboçar uma hipótese: em Português (incluindo aqui o PE e o PB), tanto em posição pré-nominal como em posição pós-nominal os possessivos têm a mesma natureza categorial: são Ds na posição de núcleo funcional do SD mais elevado ou são núcleos de SD ocupando posições diferentes no todo da categoria de que fazem parte.

De forma a verificar a validade desta hipótese importa analisar com mais algum detalhe as principais propriedades dos possessivos em posição pré e pós-nominal.

³³ Agradeço a Marina Vigário esta comparação com os adjectivos.

³⁴ Como propõe VIGÁRIO, M. - *Processos de desambiguação prosódica em estruturas com advérbios de exclusão*, in BRITO, A., OLIVEIRA, F., PIRES DE LIMA, I. e MARTELO, R. (orgs.) - *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Ed. Campo das Letras, 1997, pp. 855-868.

2.3. Os possessivos pré-nominais no PE

2.3.1. Relação entre possessivos, artigos definidos e indefinidos

De um modo geral, a posição dos possessivos é sensível à definitude / indefinitude: os possessivos antepõem-se com artigos definidos e demonstrativos e pospõem-se com indefinidos, numerais, interrogativos, exclamativos.³⁵

(34) o / este meu amigo

(35)(a) uns amigos nossos

(b) três amigos meus

(c) Quantos amigos meus encontraste?

(d) Que amigos nossos!

Mas alguns falantes do PE admitem possessivos pré-postos com indefinidos e numerais:

(36)(a) Uma minha amiga saiu.

(b) Um nosso amigo teve problemas.

(c) Três meus amigos telefonaram-me.

O que indicia alguma variação na gramática dos possessivos pré-nominais.

2.3.2. Interpolação de advérbios temporo-aspectuais e de grau

Essa variação é confirmada pela possibilidade ou não de interpolação de advérbios entre artigo e possessivo. Geralmente, os possessivos seguem imediatamente o artigo definido ou o demonstrativo, como em (34); porém, alguns falantes admitem a presença de advérbios temporo-aspectuais, como em (37):³⁶

(37)(a) A ainda minha mulher

(b) O ainda meu andar

(c) A já sua noiva

e admitem a modificação por advérbios de grau, como em (38):³⁷

(38)(a) Quero apresentar-lhes a muito minha amiga Maria.

(b) Acabou de entrar a pouco minha apreciada candidata.

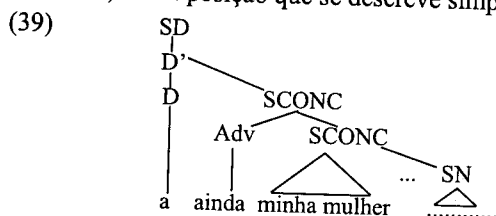
Repare-se que há uma diferença entre os dois tipos de advérbios que podem

³⁵ Cf. BRITO, A. M. - *Sobre as noções de sujeito...*; CASTRO, A. - *Os possessivos em português europeu e português brasileiro. Unidade e diversidade*, in *Actas do XVI Encontro da APL*, Lisboa, pp. 599-613.

³⁶ Cf. BRITO, A. M. - *Presença / ausência ...*, p. 569.

³⁷ Cf. MIGUEL, M. - *Para uma tipologia...*, p. 294; MIGUEL, M. - *O estatuto categorial dos possessivos: possessivos e adjectivos*, in *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, CLUP, Porto, pp. 191-202; MIGUEL, M. - *Possessive pronouns in European Portuguese and Old French*, in *Journal of Portuguese Linguistics*, 2.

interpor-se entre artigos e possessivos: *ainda* e *já* parecem ser adjuntos, gerados entre D e SCONC, numa posição que se descreve simplificadamente em (39):



Por sua vez, *muito* é um advérbio de grau, modificando o possessivo propriamente dito, porque nesta gramática o possessivo tem o traço [+ grau], indicando que o SD tem uma estrutura interna.

Face aos juízos de gramaticalidade distintos nos falantes do PE em relação a estes dados, M. Miguel formula a hipótese da existência de duas gramáticas diferentes no que respeita aos possessivos: uma gramática que chama “conservadora”, que admite a posição pré-nominal do possessivo com indefinido e a interpolação de advérbios; e a gramática “padrão”, que é caracterizada por adjacência entre artigo e possessivo e que não admite a anteposição de possessivos com indefinidos. Ainda de acordo com a autora, nesta segunda gramática, estar-se-ia a dar um processo de reanálise, com a natureza de núcleo (D) dos possessivos pré-nominais a dominar a natureza de SD.

Como já se percebe pela hipótese acima apresentada e se tornará mais claro pela continuação da exposição, o comportamento dos possessivos pré-nominais no PE não justifica necessariamente esta última conclusão.

2.3.3. Algumas considerações de natureza lexical e a posição dos possessivos pré-nominais

Mas antes de analisar com mais precisão a ou as posições possíveis dos possessivos pré-nominais, justificam-se agora algumas considerações de natureza lexical.

Sabemos que os possessivos estabelecem com o núcleo nominal diferentes tipos de relações semânticas, “Relações-R” (referenciais),³⁸ grandemente dependentes do nosso conhecimento do mundo, isto é, uma relação de Possuidor, de Tema, de Agente / Autor ou de Experienciador ou outra, conforme a natureza

³⁸ Ver, em particular, HIGGINBOTHAM, J. - *Logical form, binding and nominals*, in *Linguistic Inquiry*, 14, 1983, pp. 395-420 e GRIMSHAW, J. - *Argument Structure*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1990.

semântica do N. É a interpretação de Possuidor que caracteriza, aliás, a grande maioria dos exemplos até aqui apresentados.³⁹

Proporei que os possessivos, pelo seu carácter quasi-argumental, ocupam a posição de Esp de SN, gerados pela operação Compor. Como em Português o N se move em Sintaxe por movimento parcial para a categoria funcional CONC, a posição pré-nominal dos possessivos nos contextos considerados tem de ser explicada.

Dado que os possessivos têm um traço inerente de caso genitivo e pelo facto de existirem situações de redobro, como ilustrado em exemplos do tipo de (40):

(40) o seu livro dele,
mais frequentes no Português Medieval e no PB e raros no PE Moderno, a motivação para o movimento do possessivo não pode ser a verificação do caso.⁴⁰

Assim, proporei que o traço categorial [+N] e o traço morfológico de Pessoa de CONC atraem um constituinte de natureza D / SD,⁴¹ também

³⁹ É pelo facto de os possessivos poderem ser Possuidores ou Agentes / Experienciadores que em PICALLO, C. – *op. cit.* se propõe duas e não apenas uma posição à esquerda para os possessivos. Como não vou analisar exemplos com dois possessivos simultaneamente, coloco apenas a hipótese de uma posição. No entanto, tal não deverá impedir a possibilidade de duas posições à esquerda do N. Se exemplos como *a nossa revolta estudantil*, com um possessivo (Poss) e um adjectivo relacional (Agente) ou *a nossa fotografia tua do Porto* (Poss, Agente e Tema, respectivamente) são gramaticais, então justifica-se duas e não apenas uma posição pré-nominal.

⁴⁰ Nos seus textos sobre possessivos, M. Miguel não responde explicitamente à questão da motivação do movimento do possessivo, mas a autora apresenta um contraste relacionado com a leitura específica / não específica dos possessivos que constitui uma pista interessante. Assim, considera que, na gramática padrão do Português, são excluídas frases com possessivos pré-nominais com indefinido em contextos negativos / opacos e que só a posição pós-nominal é possível, como nos exemplos (ii)-(iv):

(i) Um meu amigo trouxe-me uma prenda de Paris / Um amigo meu trouxe-me uma prenda de Paris.

(ii) * Um meu amigo não diria isso / Um amigo meu não diria isso.

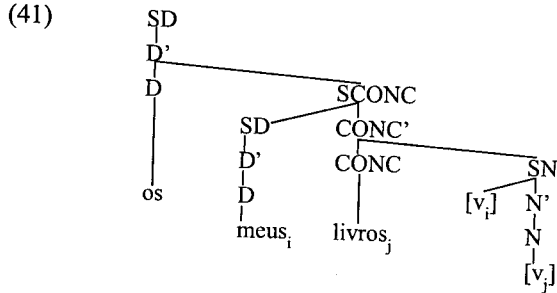
(iii) * Nenhum meu amigo disse isso / Nenhum amigo meu diria isso.

(iv) * Procuo um meu amigo que queira ir comigo a Paris / Procuo um amigo meu que queira ir comigo a Paris.

A autora sugere que em (i) há pressuposição de existência de uma entidade e o juízo é categórico (a autora não usa, na verdade, esta expressão); pelo contrário, nos exemplos (ii), (iii) e (iv) estamos perante juízos téticos, com uma interpretação de foco informacional neutro (MIGUEL, M. – *Possessive...*, p. 22).

⁴¹ Dado o carácter „intransitivo“ dos possessivos, tal como dos pronomes pessoais fracos, estatuto que Postal, Raposo, Stowell e outros têm reclamado, não há, de facto, evidência para o nível D' nos possessivos, como aqui vou assumir. Neste texto, pretendo sobretudo realçar o estatuto duplo SD / D dos possessivos, independentemente de uma análise interna mais fina que possa vir a propor-se. KOOPMAN, H. – *The internal and external distribution of pronominal DP_s* in JOHNSON, K. e ROBERTS, I. (orgs.) – *Beyond principles and Parameters*, Kluwer Academic Publishers, 1999, pp. 91-132, apresenta, pela primeira vez que eu saiba, a hipótese de um pronome ter uma estrutura interna similar à de um SD, com uma categoria funcional SCONC e a categoria lexical SN no seu interior.

com o traço de Pessoa, o Possessivo,⁴² gerando-se a estrutura que se apresenta em (41):⁴³



Ocupando a posição de Esp de uma categoria funcional alta, o possessivo deixa disponível não só a posição de D para o artigo definido, o demonstrativo ou mesmo o indefinido na chamada gramática “conservadora” como deixa livre posições baixas para adjectivos e outros tipos de quantificadores; veja-se (42):

(42) a minha linda carteira / * a linda carteira minha / * a linda minha carteira.⁴⁴

Recorde-se que para os falantes da gramática dita “padrão” há uma estreita relação entre artigo definido e possessivo anteposto,⁴⁵ o que pode significar, como

⁴² No mesmo sentido, ver ZRIBI-HERTZ, A. - *Le système des possessifs en français standard moderne*, in *Langue Française*, 122, 1999, pp. 7-29; BRITO, A. M. - *Presença / ausência ...*, p. 566; e CASTRO, A. - *O sistema dos possessivos em Francês e em Português*, in MATEUS, M. H. e CORREIA, C. N. (orgs.) *Saberes no Tempo, Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, Colibri, 2002, pp. 199-210, especialmente p. 209.

⁴³ Picallo mostra convincentemente que a posição final ocupada pelo possessivo na posição de Esp da categoria funcional (no seu sistema SNUM) é uma posição A e não A barra. De facto, a extracção de genitivos sobre possessivos exhibe, embora de forma ténue em Português, efeitos de Opacidade / Minimalidade Relativizada (como proposto em geral na Teoria da Regência e da Ligação (PICALLO, C. - *Catalan ...* p. 294); sobre os efeitos de “opacidade” no SN ver BRITO, A. M. - *Extraction out of NP revisited*, in Caron, B. (org.) - *Proceedings of the XVIth International Congress of Linguists (20-25 July 1997)*, CDROM, Pergamon, Elsevier, Amsterdam, 1997 e bibliografia aí indicada:

- (i) ?De quem (Tema) é que viste a tua (Poss / Agente) fotografia?
- (ii) De quem (Poss / Agente) é que viste a tua (Tema) fotografia?

Picallo realça igualmente que os possessivos evidenciam a existência de uma Hierarquia Temática, como no domínio frásico, o que mais uma vez mostra o seu carácter argumental.

⁴⁴ Na verdade, a situação é mais complexa pois, em relação a numerais e à palavra *outros*, há uma certa “opcionalidade” nas posições dos possessivos: *os outros três meus livros*; *os outros meus três livros*; *os meus outros três livros* (ver BRITO, A. M. - *Presença / ausência ...*, p. 558 e principalmente MIGUEL, M. - *Possessive...*, que sugere a possibilidade de os possessivos ocuparem não duas mas três posições pré-nominais, Esp de SN, Esp de SNUM e Esp de SCONC.

⁴⁵ Em CASTRO, A. e COSTA - *Possessivos e advérbios ...* p. 110, sugere-se que o artigo definido e o possessivo estão em adjunção e, caso haja interpolação de advérbios como *já* e *ainda*, essa possibilidade é explicável porque estes advérbios são fracos e poderiam também estar em adjunção a D.

propõe M. Miguel, que o possessivo “só é legitimado numa posição de adjacência a D^o, sob o escopo do artigo definido, de onde recebe a sua interpretação [+ definida] – i.e., o traço definido do artigo “propagou-se” ao possessivo.”⁴⁶

Independentemente deste requisito, o Português pertence ainda, predominantemente, ao grupo das línguas em que os possessivos pré-nominais surgem numa estrutura como a descrita em (41), sendo „adjectivos pronominais” ou „adjectivos possessivos” e ocupando, portanto, uma posição adnominal que não é a do D mais elevado. Por outro lado, os possessivos, pelo facto de remeterem para pronomes pessoais (*meu = de eu / de mim*), são expressões referenciais (SD), sendo o núcleo do SD ocupado pelo possessivo propriamente dito. Quer dizer, de acordo com esta proposta, os „adjectivos pronominais” ou „adjectivos possessivos” mais não são do que um tipo de D, com um traço categorial de Nome, traços morfológicos de número, género, caso genitivo, pessoa (1^a, 2^a, 3^a), traços de [+/-número], [+/-género] em relação ao objecto possuído e um traço semântico de [+específico] (por defeito).⁴⁷

2.3.4. Os possessivos pré-nominais noutras línguas românicas e germânicas e no PB

Contrastando já de seguida o PE com outras línguas românicas e germânicas, nomeadamente o Francês, o Castelhana, o Inglês e o Alemão, vemos que os possessivos não co-ocorrem com artigos ou outros determinantes, como ilustrado nos exemplos (43)-(46):⁴⁸

(43) mes livres

(44) mis libros

(45) my books

(46) meine Bücher (nom.)

Não parece ser esta uma boa solução porque isso levaria a três constituintes em adjunção a D. Por outro lado, Castro defende que em *este livro teu* há um traço [- def] e que Pessoa não é atraído, o que igualmente não parece adequado, dado que *este*, sendo um demonstrativo, é definido (CASTRO, A. – *Possessivos* ..., p. 209),

⁴⁶ MIGUEL, M. - *Para uma tipologia* ... , p. 296.

⁴⁷ Recorde-se que na gramática dita „conservadora” do PE, os possessivos são não especificados quanto ao traço de definitude e podem ser [+ grau]; na gramática dita „padrão” são [+ def] por „propagação” e [- grau].

⁴⁸ Picallo mostra que a presença / ausência de artigo é motivo de variação em línguas muito próximas: *el teu germà* - o teu irmão (Catalão); *tu hermano* (Castelhana); *frade duo* (Sardenha); *fratuta* (Salentino) e que é com nomes de parentesco que a presença de artigo é menos importante (PICALLO, C. – *Catalan* ... p. 292).

Para dar conta desta variação, Giorgi e Longobardi formularam o chamado "Parâmetro dos Possessivos":⁴⁹

(47) "Os elementos possessivos são sintacticamente especificados para serem realizados à superfície quer como Adjectivos (como em Italiano) quer como Determinantes (como em Inglês e Francês)."

Recorde-se exemplos relevantes do Italiano e do Português:

(48) la sua casa

(49) a sua casa

De acordo com a formulação do parâmetro de Giorgi e Longobardi, haveria a dividir universalmente os possessivos um problema de categorização gramatical.

Em termos minimalistas, o parâmetro poderia ser reformulado do seguinte modo:

(50) *Parâmetro dos Possessivos*: o traço de Pessoa está associado ao traço de [+ definido]: *sim* em Castelhana, Francês, Inglês, Alemão; *não* em Italiano e Português.

Note-se que relativamente a este fenómeno se observa variação dialectal em várias línguas, como se mostra em (51) e (52):

(51)(a) il suo padre (Italiano padrão)

(b) el me libro (dialecto de Pádua)

(c) so pare de Toni (dialecto de Pádua) (o seu pai de Toni, com redobro)⁵⁰

(52)(a) mi casa (Castelhana)

(b) la mi casa (Astúrias)

Por seu lado, também o PB exhibe diferenças relativamente ao PE, sendo a mais relevante a forte tendência de supressão do artigo antes de possessivo, como em (53) e (54):

(53) Teu amigo é inteligente.

(54) Minha carteira sumiu.

A co-existência de formas com artigo e a aceitação, por parte de falantes que não produzem artigo em presença de possessivo na oralidade, de fenómenos de interpolação como os de (37) mostra que, no PB, coexistem também, pelo menos, duas gramáticas dos possessivos.

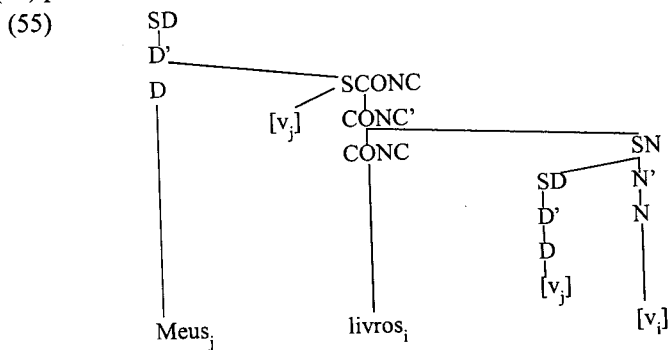
Ora, a existência de formas como (53) e (54) aproxima o PB do Francês, do Castelhana Moderno e de certos usos do Português Medieval.⁵¹

⁴⁹ GIORGI, A. e LONGOBARDI, G. - *The Syntax of Noun Phrases*, Cambridge, CUP, 1991, na linha de LYONS, J. - *The syntax of English Genitive Constructions in Journal of Linguistics*, 22, 1986, pp. 123-143 e ABNEY, S. P. - *op. cit.*, II, ponto 3..

⁵⁰ CARDINALETTI, A. - *Pronouns ...*, pp. 21 e 22.

⁵¹ BRITO, A. M. - *Presença / ausência ...* pp. 551-575.

Formalmente, o que se passa nestas línguas é que os possessivos são gerados na posição de Esp de SN, mas eles são atraídos, por movimento cíclico, para Esp de CONC marcada [+N], [+ Pessoa] e para D marcado [+ def], como se descreve em (55) para um exemplo do PB (oral):⁵²



Em qualquer dos casos, estamos perante situações de variação dialectal, de gramáticas concorrentes das mesmas línguas.⁵³

Coloca-se então um problema teórico: ou estamos perante um parâmetro de variação menor ou secundário ou é a própria noção de parâmetro que aqui está em causa.

Segundo Holmberg e Sandstrom,⁵⁴ um parâmetro menor é vulnerável à mudança, mostra variação dialectal e está relacionado com valores de traços de

⁵² Na arguição a este texto, Eduardo Paiva Raposo sugeriu que seria possível uma análise uniforme dos dois grupos de línguas aqui estudados, admitindo que o possessivo estivesse sempre em Esp de SCONC, e que os valores [+/-def] ou quantificacionais fossem dados pelas categorias funcionais SD e SQ à esquerda. A proposta feita neste artigo resulta do facto de o possessivo não precedido de artigo ter sempre interpretação de definido, quer nas línguas como o Castelhana e o Francês quer mesmo em línguas como o PE quando a natureza lexical do nome potencia essa leitura, como acontece com nomes de parentesco, por exemplo: *meu pai chegou*. Por outro lado, sigo a sugestão de Picallo, segundo a qual o movimento do possessivo nas línguas do tipo do Castelhana e do Francês é em dois ciclos, o primeiro para Esp da categoria funcional e o segundo para D. Se fosse de núcleo a núcleo, como é o caso do movimento dos clíticos, não se explicaria a impossibilidade de dois possessivos, ao contrário do que se passa com os clíticos: *A Maria não mo comprou / Marie ne me l'a pas acheté / *Uma sua tua fotografia*. (PICALLO, C. – *Catalan ...*, 1994, p. 296).

⁵³ Em CASTRO, A. - *Os possessivos em português europeu e português brasileiro. Unidade e diversidade*, in *Actas do XVI Encontro da APL*, Lisboa, 2001, pp. 599-613, a autora defende que a tendência de desaparecimento do artigo em PB se relaciona com o seu carácter expletivo, porque considera que outro determinante, o possessivo, codifica o traço definido.

⁵⁴ HOLMBERG, A. e SANDSTROM, G. - *Scandinavian Possessive Constructions from a Northern Swedish Viewpoint* in BLACK, J. R. & MOTAPANYANE (orgs.) - *Microparametric Syntax and Dialect Variation*, John Benjamins, 1996, pp. 95-120.

categorias funcionais com uma distribuição restrita, enquanto um parâmetro principal se relaciona com valores de traços de categorias funcionais com uma distribuição geral, é resistente à mudança e à variação dialectal.

Ora, se olharmos bem alguns dados do Português Medieval, vemos que, para além de oscilações relativamente à posição pré e pós-nominal dos possessivos, havia possessivos fracos em D, intrinsecamente definidos (*mha / ma, ta, sa*) e possessivos fortes *mia / minha, tua, sua*, a co-ocorrer com os artigos. Veja-se em (56) alguns dados ilustrativos do Português Medieval:⁵⁵

(56)(a) o seu homem (possessivo pré-nominal com definido)

(b) a calça sua (possessivo pós-nominal com definido)

(c) huu nosso meniho / quatro seus discipulos (possessivos pré-nominais com indefinidos e numerais)

(d) toda sa sobérvia (possessivo fraco sem artigo, em D)

(e) huu seu rei deles / e foi seu abade delas / e hua sa ama delas (redobro)

O que parece estar em causa, quer ao longo da história da língua portuguesa, quer nas línguas românicas que exibem, como o Português, variação na posição precisa dos possessivos, não parece ser um parâmetro relacionado com a categorização dos possessivos, nem mesmo um parâmetro menor, mas algo que pode ser explicado pela natureza da categoria D, isto é, se tal categoria tem um suporte foneticamente realizado ou não, quais os traços que codifica e a natureza desses traços.

Vale a pena, pois, reflectir um pouco sobre a emergência dos artigos nas línguas românicas e a expressão dos possessivos.

O Latim Clássico era uma língua sem artigos e de sujeito nulo, com um leque de pronomes pessoais fortes e fracos marcados casualmente. As formas do genitivo dos pronomes pessoais (*mei, tui, sui, nostri, vestri*) quase não eram usadas; o que era mais frequente era o sistema dos possessivos adnominais (que os gramáticos tradicionais consideram ter características adjectivais), *meus, tuus, suus, nostrus, vestrus*.⁵⁶ Assim, mesmo em posição argumental, usava-se mais (57a) do que (57b):

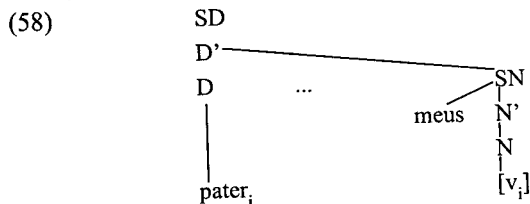
(57)(a) pater meus

(b) pater mei

⁵⁵ Apresentados em MATTOS e SILVA, R. V. - *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 174-185.

⁵⁶ A 3ª pessoa tinha valor reflexo: *pater suus* (o seu próprio pai). Ver ERNOUT, A. e THOMAS, F. - *Syntaxe Latine*, Paris, Ed. Klincksieck, 1989, p. 179-181 sobre os dados sobre possessivos do Latim.

Como se mostra em (57), os possessivos eram pospostos ao N, o que se justifica pelo facto de o Latim ser uma língua sem artigos. De facto, a categoria funcional abstracta D tem um traço nominal e atrai o N, que ganha com isso referencialidade⁵⁷, explicando-se assim a posição pós-nominal do possessivo, que, de acordo com a nossa hipótese, é gerado na posição de Esp de SN e não se move. Veja-se a representação simplificada em (58):



Com a evolução do Latim Clássico para o Latim Vulgar e a formação das línguas românicas, houve vários fenómenos entrecruzados, como mostra N. Vincent: a perda da flexão casual; o surgimento de um sistema de pronomes fracos e clíticos, o aparecimento de artigos coincidentes ou quase coincidentes com as formas dos pronomes clíticos objecto (originários de *ille e ipse*), alterações de ordem de palavras na frase.⁵⁸

Igualmente de acordo com Vincent, com o surgimento de pronomes fracos e de artigos em primeira posição no SD para codificar noções semânticas, informacionais e temáticas (definitude / indefinitude, tópico, dado, etc.) o que vai acontecer são alguns fenómenos importantes: no interior da categoria SD a ordem dos possessivos torna-se um pouco mais livre, continuando a surgir possessivos pospostos mas começando a ocorrer possessivos pré-postos. Como vimos acima, o Português Medieval é caracterizado pela coexistência de várias gramáticas, mas crucialmente já não é marcado pela atracção de N pelo D e tem já artigos.

Mas as línguas românicas vão evoluir diferentemente quanto ao modo como os possessivos codificam os traços universalmente disponíveis: uns passaram a exprimir a própria noção de definitude e temos então possessivos fracos, nucleares, em D, como no Castelhana e no Francês Moderno (embora o Francês Medieval ainda tivesse possessivos “adjectivais”, como *mien*).

Outras vão evoluir no sentido de desenvolver possessivos não especificados quanto ao traço de definido, co-ocorrendo então com artigos e dando origem aos chamados “adjectivos pronominais”.

⁵⁷ Longobardi diria que o N se move em Sintaxe explícita para verificar o seu traço [+Ref] (cf. LONGOBARDI – *Reference...*, p. 659).

⁵⁸ Cf. VINCENT, N. - *The emergence...* p. 150, p. 166.

Mas se é verdade que, de um modo geral, as gramáticas das línguas românicas se vão diferenciando nestas duas vias, é um facto que, nas mesmas línguas, há gramáticas concorrentes, há variação dialectal na sintaxe dos possessivos pré-nominais. Ora, como foi sugerido, o que está em causa não parece ser um parâmetro, nem mesmo um parâmetro menor, com a formulação de (50), mas sim algo relacionado com a natureza e os traços da categoria D.

É necessário, no entanto, olharmos ainda para os possessivos pós-nominais. É este o objectivo da parte seguinte da exposição.

2.4. *Possessivos pós-nominais em PE*

Vimos no início que, na gramática dita “padrão” do PE Moderno, a posição pós-nominal dos possessivos é a habitual com indefinidos, mas também com numerais, exclamativos, interrogativos, como ilustrado em (59):

- (59)(a) uns amigos nossos
- (b) três amigos meus
- (c) Quantos amigos meus encontraste?
- (d) Que amigos nossos!

Vamos tentar perceber que posição ocupam os possessivos pós-nominais e ver se ela se articula com a tese de que os possessivos são determinantes.

Como foi referido, os possessivos não são tematicamente homogêneos, estabelecendo com o núcleo lexical vários tipos de relações (Tema, Possuidor, Agente, Experienciador ou outra), dependentes da natureza lexical do Nome. Com um nome icónico, o possessivo pode tomar a posição pós-nominal, como em (60):

- (60) uma fotografia tua (tua = de ti)

Quando o possessivo pós-nominal tem as interpretações de Possuidor, Agente / Autor ou Experienciador, pode ocupar uma posição o mais à direita possível, seguindo complementos genitivos ou mesmo adjectivos, como em (61a, b):

- (61)(a) um livro de histórias teu
- (b) um livro de histórias antigo teu

O possessivo tem aqui um valor claramente predicativo, pode ser parafraseado por uma oração relativa, como em (62a), modificado por advérbios de grau (como em (62b)), contrastado (como em 62c)); tal posição parece ser a de adjunto a SN (por “pair-merge”) ou ser mesmo pertença de uma “oração pequena”.⁵⁹

- (62)(a) um livro de histórias teu / que é teu
- (b) um livro de histórias muito teu

⁵⁹ Como propõe MIGUEL, M. - *O possessivo e a estrutura predicativa do Sintagma Nominal*, Diss. de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva, FLUL, Lisboa (não publ.), 1992.

(c) um livro de histórias teu (e não meu)

Com nomes icónicos, os possessivos podem mesmo co-ocorrer com outro possessivo pré-nominal (63a, c) ou com possessivos preposicionais (63b):⁶⁰

(63)(a) uma tua fotografia minha está estragada

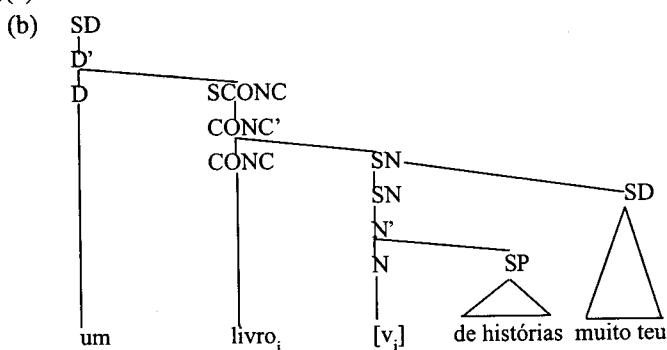
(b) uma fotografia tua dele

(c) ? uma fotografia tua nossa

em que a interpretação decorre da chamada “Hierarquia Temática” (Poss > Agente > Tema).⁶¹

Em (61), (62) e (63) temos *possessivos pós-nominais marcados*. A possibilidade de o possessivo ser modificado por *muito*, como em (62b), aqui renumerado como (64a), mostra que estamos de novo na presença de SDs, com uma estrutura sintáctica interna.⁶² O exemplo (64a) é descrito em (64b):

(64)(a) um livro de histórias muito teu



Noutras línguas este tipo de possessivo é equivalente a um genitivo adnominal, a um possessivo forte ou a um pronominal forte, como em (65):

(65)(a) a picture of John's / of hers

(b) la foto suya / mía

(c) une photo à moi

A terceira situação e a que mais interessa para a tese aqui apresentada é constituída pelo que se poderá chamar os *possessivos pós-nominais não marcados*,

⁶⁰ BRITO, A. M. - *Sobre as noções de sujeito...*, p. 466.

⁶¹ Sobre a Hierarquia Temática no SN ver CINQUE, G. - *On extraction from NP*, in *Journal of Italian Linguistics*, 1, 2, 1980, pp. 47-99; MILNER, J. C. - *Ordres et raisons de langue*, Paris, Ed. du Seuil, 1982; RIZZI, L. - *Relativized Minimality*, The MIT Press, Cambridge, Mass., 1991; BRITO, A. M. - *Sobre as noções...*; GIORGI, A. e LONGOBARDI, G. - *The syntax ...*; BRITO, A. M. - *Extraction...*

⁶² Explorando a análise de ABNEY, S. - *op. cit.*, cap. IV. 2. e outros sobre as construções graduadas, *muito* preencheria o núcleo do SGRAU e o SD com o possessivo seria seleccionado por GRAU.

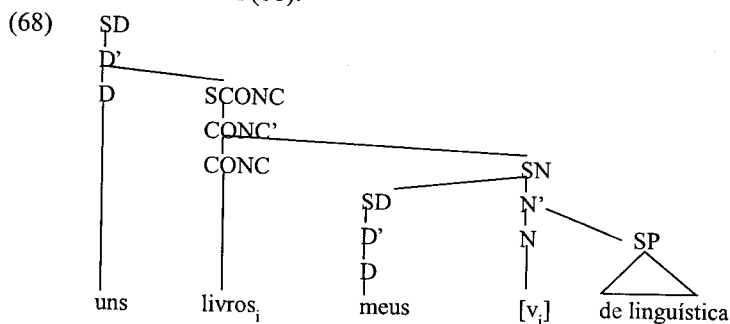
no sentido de que não seguem nem outros argumentos ou complementos do nome nem outros possessivos, normalmente precedem os argumentos Tema ou mesmo os adjuntos, como nos exemplos (66):

- (66)(a) uns livros meus de linguística
 (b) uma casa minha de madeira / de praia
 (c) uma camisa tua de riscas

De novo, a modificação por *muito* é possível:

- (67) uns livros muito meus de linguística

Formalmente, este tipo de possessivos é gerado na mesma posição dos pronominais, a posição de Esp de SN, à esquerda de N e só aparece à direita do N por movimento parcial deste para a categoria CONC. Assim, um exemplo como (66a) terá a estrutura descrita em (68):



Por razões de economia, o possessivo não se move, sendo os seus traços categoriais e morfológicos legitimados *in situ*, desencadeando-se uma operação de “acordo de longa distância”, que é responsável pela concordância em traços de número e género.

3. Conclusões

Tendo analisado o comportamento dos possessivos em posição pré e pós-nominal estamos agora em condições de apresentar algumas conclusões:

1) A sintaxe das expressões nominais em posição argumental contendo possessivos é adequadamente descrita adoptando a hipótese SD e a proposta de que no seu interior há uma categoria funcional do tipo CONC.

2) Os possessivos exprimem uma dupla relação: uma relação com as pessoas do discurso e uma relação entre as pessoas do discurso e uma entidade que designa o objecto possuído; daí que se justifique aproximar os possessivos quer de SDs quer de determinantes.

3) É possível uma análise categorial unificada dos possessivos na gramática do Português. Os possessivos são Ds ocupando o núcleo da categoria funcional SD mais alta (como na gramática dominante do PB) ou são o núcleo de um SD em

posição pré-nominal e em posição pós-nominal, comportando-se como aquilo que tem sido designado “adjectivos pronominais” / “possessivos” (é o que acontece em PE e no PB, numa gramática próxima da da norma europeia).

4) A noção de “adjectivo pronominal” / “possessivo” foi definida como um tipo de D, com uma combinação de traços categoriais, morfológicos e semânticos que aproximam e simultaneamente distinguem os possessivos dos pronomes pessoais e de outros determinantes.

5) No Latim Clássico os possessivos já não eram verdadeiramente “pronomes pessoais no genitivo” mas algo de adnominal, que deu origem aos possessivos das línguas românicas. Como resultado do processo que conduziu à emergência dos artigos, duas vias fundamentais se abriram: a) a categoria D passou a poder albergar artigos definidos ou indefinidos, co-ocorrendo com possessivos (Português, Italiano); b) D e o seu traço [+def] atraem o traço de Pessoa, dando origem a possessivos fracos (Castelhano, Francês).

6) De um modo geral, o segundo grupo caminhou no sentido de criar sistemas bipartidos e até tripartidos de possessivos, com formas fracas à esquerda do N e formas fortes à direita do N; o primeiro evoluiu no sentido de uma unificação, embora na época medieval o Português ainda exibisse formas fracas e fortes. Isto parece ter acontecido pelo facto de o Português permitir possessivos não especificados quanto ao traço [+def] e por ter criado, à direita e à esquerda dos nomes, um sistema de determinação complexo, no qual os possessivos intervêm de forma crucial, deixando assim de fazer sentido a distinção entre formas fracas e fortes.

7) A análise mostra a profunda afinidade entre Ds, SDs, pronomes pessoais e possessivos, na linha do espírito minimalista preconizado por Chomsky e confirma a sugestão deste autor de que não há uma diferença substancial entre entidades do tipo de SX e X.⁶³

8) A variação na sintaxe dos possessivos em línguas como o Português relaciona-se, portanto, não directamente com a natureza categorial (o seu carácter nuclear (D) ou de projecção máxima (SD)), como têm preconizado vários tratamentos recentes, mas sobretudo com os traços que codificam e com a interacção destes traços com os mecanismos computacionais que desencadeiam: Compor e Mover / Atrair.

⁶³ Cf. CHOMSKY, N. - *Bare Phrase Structure* in WEBELBUTH, G. - (org.) *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*, Cambridge, Blackwell, 1995, pp. 383-439, especialmente, p. 369: neste texto o autor afirma que quer as projecções máximas quer as projecções mínimas devem ser determinadas a partir da estrutura em que surgem, sem qualquer marcação específica, e que entidades do tipo de SX, X' e X não existem enquanto tal, devendo ser usadas como notações informais.

9) A pesquisa comparativa realizada ganhou em desenvolver-se em dois tipos de orientação: a comparação entre gramáticas de línguas diferentes e a comparação entre variantes de uma mesma língua. As línguas românicas oferecem a este nível um campo privilegiado, pois há variações, por vezes mínimas, numa mesma língua a nível sintáctico. A variação na sintaxe dos possessivos no interior deste grupo de línguas parece pôr problemas à noção de parâmetro e confirma, em grande parte, a concepção de variação gramatical sugerida em *Minimal Inquiries* de Chomsky.

10) A sintaxe e a semântica do SD e em particular dos possessivos mostram bem o cruzamento do particular e do universal nas gramáticas das línguas naturais: o carácter particular é constituído pela especificidade dos itens lexicais e pelo modo como cada língua (ou grupo de línguas) faz interagir o Léxico com o sistema computacional; para exprimir o seu significado dêictico ou anafórico, os possessivos põem em uso um traço universal de Pessoa e a sua sintaxe é grandemente regulada por princípios comuns às gramáticas.

Ana Maria Brito

O TEMPO DOS INDIVÍDUOS

“ Devo ... assinalar que os tempos verbais se apresentam em discurso - e se projectam em competência - como signos (ou indicadores) privilegiados para desenharem no desenvolvimento textual planos heterogéneos.”

Fonseca, J., “Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português”, Porto, 1993, Porto Editora, pp.125.

É com tempo que contamos uma história mas é também com indivíduos que a construímos. Esta é uma história de língua no discurso, de indivíduos e dos seus predicados permanentes ou temporários.

Um dos efeitos mais interessantes que os tempos podem ter nos indivíduos pode ser ilustrado pelo seguinte exemplo:

- (1) Há uns tempos assisti a uma conferência de um cientista famoso. Esse cientista era muito inteligente. Era não, é.

Um exemplo como este revela um efeito semântico-pragmático muito comum em várias construções com o Imperfeito, quer se trate de situações, quer de indivíduos, pois a correcção observada na última frase mostra que se pretende alterar a possível inferência de o referido cientista já não existir.¹

Assim, a questão central que se vai colocar neste trabalho diz respeito à forma como o tempo da frase pode afectar a localização temporal dos indivíduos tendo

¹ Um efeito semelhante pode também ocorrer com situações como no seguinte diálogo:

(1) (1) (i) O que estás aqui a fazer? - Estava à espera do jornal.

A diferença reside em, neste caso, a inferência ser sobre a situação de ‘esperar o jornal’. Veja-se a este respeito OLIVEIRA, F. - *Algumas Considerações acerca do Pretérito Imperfeito*, in “Actas do 2º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística”, Lisboa, 1986, pp. 78-96.

em conta o tipo de predicados. Consideraremos neste artigo fundamentalmente os nominais em posição de sujeito e o contraste relevante é o de alguns tempos do passado, em particular o Imperfeito e o Pretérito Perfeito, com o Presente.

Numa primeira parte discute-se a diferença entre predicados de indivíduo e predicados de fase, através de alguns testes identificadores; em seguida analisa-se a articulação entre predicados de indivíduo e a selecção de tempos de passado, discutindo-se numa terceira parte a relação entre indivíduos, tempo e contexto. Por fim, apresenta-se uma proposta em que se pretende contribuir para uma explicação dos efeitos de não existência despoletados pelo Imperfeito em associação com predicados de indivíduo.

1. Predicados de Indivíduo e Predicados de Fase

Desde Carlson (1977)² que uma distinção entre predicados está associada a diferentes tipos de entidades, permitindo distinguir indivíduos (incluindo termos de espécie e objectos) de fases de indivíduo. Deste modo, é considerado que certos predicados favorecem preferencialmente um dos tipos de entidades. Assim, enquanto *estar contente* é uma propriedade transitória, *ter olhos castanhos* não o é e, de acordo com aquele autor, uma propriedade do tipo da primeira é uma propriedade de fase, expressa por predicados de fase, e uma propriedade como a segunda é uma propriedade de indivíduo, expressa através de predicados de indivíduo.

Em línguas como o inglês, para a qual este influente estudo foi em primeiro lugar proposto, existem alguns testes que permitem identificar e distinguir predicados de indivíduo e predicados de fase.³ Porém, numa língua como o português, que apresenta o contraste *ser/estar*, a construção destes predicados com adjectivos (e também participípios e adjectivos derivados de participípios) está de certa forma gramaticalizada na medida em que predicados de indivíduo se constroem tipicamente com *ser* e predicados de fase com *estar*.

Enquanto Carlson considera diferentes tipos de predicados associados a diferentes tipos de entidades, Kratzer⁴ defende uma outra proposta, segundo a qual

² CARLSON, G., 1977 - *Reference to Kinds in English*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Massachusetts, Amherst. Publicado em 1980 por Garland Press, Nova Iorque.

³ Alguns dos testes para esta língua são os seguintes, sendo os dois últimos interpretativos: a. inserção de *there*, que só admite leitura existencial (There are firemen available/*there are firemen altruistic); b. meros plurais; c. construções absolutas. Veja-se a este respeito KRATZER, A. - *Stage-Level and Individual-Level Predicates* in Carlson, G. N. e Pelletier, F. J. (organizadores) "The Generic Book", Chicago, The University of Chicago Press, 1995, pp. 125-175.

⁴ KRATZER, A. - *op.cit.*

os predicados em questão têm uma estrutura argumental diferente, isto é, os eventos ou localizações espaço-temporais, enquanto predicados de fase, têm uma posição argumental extra à maneira de Davidson e os predicados de indivíduo não têm tal argumento. De entre os diferentes argumentos aduzidos por Kratzer, mencionaremos em seguida um que tem directa implicação na questão que nos ocupa. Com efeito, a possibilidade de expressões temporais e espaciais poderem modificar predicados de fase, mas não predicados de indivíduo, está relacionada, segundo esta autora, com uma variável de tipo eventivo (ou de mera localização espaço-temporal) introduzida por aqueles predicados. Vejam-se os próprios exemplos de Kratzer cujas versões portuguesas apresentam exactamente as mesmas características:

- (2) Manon is dancing on the lawn.
[dancing (Manon, I) & on-the-lawn (I)]
- (3) Manon is dancing this morning.
[dancing (Manon, I) & this morning (I)]
- (4) Manon is a dancer.
[Manon (dancer)]

Dado que *is dancing* é um predicado de fase, apresenta um argumento sob a forma de uma variável, “I”, e os locativos espacial e temporal de (2) e (3) relacionam-se com o verbo seleccionando outra ocorrência da mesma variável como seu argumento. Por seu turno, *is a dancer* é um predicado de indivíduo típico, não apresentando tal variável e consequentemente não pode ser modificado por locativos. Se, porém, se puder construir com um locativo, passa a ser um predicado de fase, como seria o caso de uma frase como *Manon é (uma) dançarina esta manhã*. Esta variável pode ser ligada por quantificadores quando estas frases surgem em construções complexas ou pode ser fornecida pelo contexto de uso.

Embora as observações feitas aos exemplos em inglês sejam também válidas para português, a distinção entre predicados de fase e de indivíduo está em grande parte associada à oposição *estar/ser* quando estes predicados se constroem com adjectivos (ou participios). Com efeito, *ser alto*, *ser inteligente* veiculam propriedades de indivíduos na medida que se podem considerar a nível interpretativo como propriedades estáveis, enquanto *estar contente*, *estar cansado* descrevem propriedades temporárias.

Vejamos então algumas das características dos dois tipos de predicados que, para além da já enunciada, podem ser testadas linguisticamente. Os predicados de indivíduo, na medida em que caracterizam directamente uma entidade, manifestam, como já se observou brevemente, algumas incompatibilidades com determinados adverbiais temporais de duração e de localização, para além de não admitirem

quantificação por meio de expressões como *sempre que*. Os predicados de fase, pelo contrário, não apresentam quaisquer restrições combinatorias com adverbiais de duração e de localização temporal, podem ser quantificados e admitem, sem grandes dificuldades, adverbiais de localização temporal estrita (pontuais), induzindo uma interpretação da inclusão destes no intervalo de tempo em que decorrem. Acresce que um outro argumento pode ainda ser considerado: os predicados manifestamente de fase parecem não poder ocorrer sob o escopo do operador aspectual *passar a*, ao contrário do que sucede com os predicados de indivíduo.⁵ Observe-se o contraste entre os exemplos seguintes, tendo em conta que *ser alto* é um predicado de indivíduo e *estar contente* um predicado de fase:

- (5) * O João foi alto ontem.
- (6) * Sempre que o João é alto, pratica atletismo.
- (7) * O João foi/era alto às duas da tarde.
- (8) O João passou a ser alto depois de tomar vitaminas.
- (9) O Rui esteve contente ontem.
- (10) Sempre que o Rui está contente, telefona aos amigos.
- (11) O Rui esteve/estava contente às duas da manhã.
- (12) * O Rui passou a estar contente. (leitura não habitual)

Por último, consideremos ainda dois contextos que, não podendo confundir-se com os tipos de predicados em análise, são também esclarecedores destas diferenças. Um deles está relacionado com as construções habituais e as frases genéricas e o outro relaciona-se com a distinção entre estados ‘faseáveis’ e ‘não faseáveis’.⁶

Os estados habituais são eventualidades derivadas obtidas a partir de eventos que, ao terem lugar um número suficiente de ocasiões, permitem a consideração de variáveis de situação que podem ser ligadas por um operador quantificacional e obter-se assim a generalização. Deste modo, uma frase como (13) caracteriza a Maria atribuindo-lhe a propriedade de *fumar cigarros* que não é meramente transitória como seria se se considerasse *está a fumar um cigarro*. Como se pode ver em (14), opera-se uma generalização sobre situações que são na base temporárias mas que, por força do operador GN, acaba por adquirir características semelhantes às dos predicados de indivíduo.

⁵ Veja-se a este respeito OLIVEIRA, F.; CUNHA, L.F. - *Termos de Espécie e Tipos de Predicados* in “Volume Comemorativo dos 25 anos do CLUP”, Porto, CLUP, 2003. (no prelo)

⁶ Veja-se a este respeito CUNHA, L.F. - *Os Operadores Aspectuais do Português: Contribuição para uma Nova Abordagem* in “Cadernos de Linguística” n° 1, Porto, CLUP, 1998, 38p.

(13) A Maria fuma cigarros.

(14) GN [s;] (Maria em s; \exists (cigarros) & Maria fuma x em s)

De facto, as frases habituais apresentam um comportamento semelhante aos predicados de indivíduo, o que se pode observar nos exemplos seguintes nos mesmos contextos dos exemplos (5)-(8), isto é, combinação com adverbiais de mera localização temporal (15), quantificação por expressões como *sempre que* (16) e escopo do operador *passar a* (17).⁷

(15) * Ontem, o João ia ao cinema habitualmente.

(16) *Sempre que o João ia ao cinema habitualmente, atrasava os seus trabalhos.

(17) O João passou a ir ao cinema habitualmente.

Embora não se possa confundir a distinção entre estados faseáveis/ não faseáveis com a de predicados de fase/predicados de indivíduo, os estados faseáveis, quando revelam o seu cariz estativo, parecem comportar-se como predicados de indivíduo, admitindo uma leitura de espécie para os nominais em posição de Sujeito; porém, quando a sua configuração temporal interna se altera para a que caracteriza os processos, apenas uma leitura existencial se encontra disponível. Veja-se o contraste entre os exemplos (18)-(19) em que no primeiro temos uma leitura de espécie e no segundo, em virtude da aplicação do operador de Progressivo, se evidencia a impossibilidade de uma tal leitura.⁸

(18) Os leões são agressivos.

(19) Os leões estão a ser agressivos.

2. Predicados de Indivíduo e Tempos do Passado

Como se disse, os predicados de indivíduo dizem respeito a propriedades estáveis e nessa medida caracterizam o indivíduo por um período suficientemente alargado de tempo, se não mesmo por toda a sua existência. É claro que o nosso conhecimento do mundo pode também influir na consideração de um predicado como sendo de indivíduo ou de fase como é o caso de *ser loura* que, sendo um

⁷ Veja-se a este respeito OLIVEIRA, F.; CUNHA, L.F. - *op. cit.*

⁸ A construção progressiva ou o recurso a orações temporais constituem alguns dos critérios que permitem distinguir estados faseáveis de não faseáveis. Estes últimos não ocorrem em tais contextos.

predicado de indivíduo, pode também em certas circunstâncias sofrer uma mudança para predicado de fase. O português, tal como o castelhano,⁹ tem ao seu dispor, nestes casos, o contraste *ser/estar* e, assim, *ser loura* corresponde a um predicado de indivíduo enquanto *estar loura* a um predicado de fase.

Para além da distinção acima referida, o português apresenta uma outra nos tempos do passado que é muito relevante para a questão que nos ocupa, a saber, o contraste Pretérito Perfeito / Imperfeito. Consideremos em primeiro lugar um predicado de indivíduo não susceptível de alterações como *ser do norte de Portugal* e observem-se os seguintes exemplos:

- (20) Ele é do norte de Portugal.
- (21) Ele era do norte de Portugal.
- (22) *Ele foi do norte de Portugal.

Comparando (21) com (20) infere-se, em virtude do Imperfeito, que o indivíduo em questão já não existe, enquanto em (22) tal inferência não só não é possível como a frase não é aceitável. Mas vejamos também os seguintes exemplos em que, apesar de se tratar de um predicado idêntico ao anterior, é possível aceitar (24) numa outra aceção:

- (23) Ele era do Porto.
- (24) #Ele foi do Porto.

(23) tem uma leitura semelhante aos exemplos anteriores, isto é, ser natural do Porto e a inferência de não existência mantém-se tal como em (21). No entanto, (24) pode ser aceitável se considerarmos que *ser do Porto* significa ser do clube de futebol. Neste caso o que se diz é que ele foi mas já não é desse clube, embora não haja inferência de não existência. (23) também pode ter este outro sentido de ser do Porto, mas o efeito de não existência mantém-se. Este contraste entre os dois significados indicia que *ser (natural) do Porto* é um predicado de indivíduo atribuível a toda a existência de um indivíduo enquanto *ser (do futebol clube) do Porto* é um predicado que pode atribuir-se de forma estável, mas não permanente a um indivíduo.

⁹ Veja-se a este respeito, entre outros, DEMONTE, V. - *El Adjetivo: Clases y Usos* in Bosque, I.; Demonte, V. (organizadores) "Gramática Descriptiva de la Lengua Española", Madrid, Editora Espasa, 1999, pp.129-215.

Vejamos agora alguns exemplos construídos com *ser* e *com estar*:

- (25) O Rui era alto.
- (26) */? O Rui foi alto.
- (27) O Rui era inteligente.
- (28) O Rui foi inteligente.
- (29) O Rui estava contente.
- (30) O Rui esteve contente.
- (31) O Rui estava alegre.
- (32) O Rui esteve alegre.

Os predicados dos exemplos (25)-(28) são predicados de indivíduo enquanto os dos exemplos (29)-(32) são predicados de fase. Enquanto em (25) e (27) se observa a inferência de não existência, em (29) e (31) isso não é possível pois nestes dois últimos casos o predicado de fase associado ao Imperfeito diz respeito a um estado que, por ser temporário, não pode dizer respeito à vida de um indivíduo. Por isso estas frases ocorrem facilmente com adverbiais de localização temporal (*estava contente / alegre ontem*) enquanto as primeiras não são aceitáveis (**era alto / inteligente ontem*). Mas contraste-se também (26) com (28) pois, apesar de estarmos perante predicados de indivíduo, observa-se uma aceitabilidade diferente. Com efeito, *ser alto* é um estado não faseável contrariamente a *ser inteligente* que, sendo faseável, admite que um exemplo como (28) tenha a interpretação de *teve um comportamento inteligente* (numa situação concreta).¹⁰ Mas (28) pode ainda ter uma outra leitura: a propriedade de ser inteligente já não se aplica ao Rui sem que isso signifique que já não existe, mas tão só que já não possui tal propriedade. Esta leitura torna-se mais evidente se observarmos os seguintes exemplos com o predicado *ser alegre* (um predicado de indivíduo não faseável) permitindo em (33) fazer a inferência de não existência e em (34) afirmar que tal propriedade já não é atribuível ao Rui.

- (33) O Rui era alegre.
- (34) O Rui foi alegre.

¹⁰ Note-se que é possível uma frase como (i) mas o intervalo de tempo considerado não diz respeito ao indivíduo mas simplesmente a um período delimitado da sua vida, que é explicitado por *em pequeno*.

(1) (i) Em pequeno, ele foi alto mas depois parou de crescer.

Parece, pois, que o tempo verbal influencia de forma relevante o modo como se atribui uma propriedade a um indivíduo: embora os dois tempos verbais indiquem que essa propriedade já não se aplica, só o Imperfeito tem associada uma inferência de não existência do indivíduo.¹¹

Quanto aos predicados de fase dos exemplos (29)-(32), o Pretérito Perfeito indica que o estado temporário terminou e o Imperfeito tem associada a possibilidade de continuidade desse estado, como se pode ver nos seguintes exemplos:

(35) O Rui esteve alegre ontem *e ainda está.

(36) O Rui estava alegre ontem e ainda está.

Assim, o Imperfeito parece ter associados efeitos semânticos diversos consoante o tipo de predicado com o qual se combina, admitindo uma inferência de não existência com predicados de indivíduo e a de um estado que do passado pode continuar até ao presente com predicados de fase.

Como se disse anteriormente, os estados habituais comportam-se de forma muito semelhante a predicados de indivíduo. Nesta medida parece interessante observar alguns exemplos com eventos uma vez que são tipicamente predicados de fase:

(37) Ele bebia grandes quantidades de café.

(38) Ele bebeu grandes quantidades de café.

(39) Ele fumava muito.

(40) Ele fumou muito.

Enquanto (38) e (40) dizem respeito a uma situação particular do passado contextualmente determinada, (37) e (39) apresentam a possibilidade de uma inferência do mesmo tipo da apresentada para os predicados de indivíduo. Com efeito, é admissível, com estes exemplos, que se considere que o indivíduo em questão já não exista.

Assim, estes tempos do passado quando combinados com predicados de indivíduo parecem despoletar implicaturas sobre a terminação de uma situação (ou de atribuição de uma propriedade), enquanto com predicados de fase essa implicatura

¹¹ Note-se que este efeito também se aplica a termos de espécie como se pode ver em exemplos como (i) em contraste com (ii) em que não se infere a não existência da espécie:

(i) Os dinossauros eram pacíficos.

(ii) Os dinossauros foram pacíficos.

só ocorre com o Pretérito Perfeito. No entanto, há uma diferença muito interessante: enquanto o Imperfeito ao combinar-se com predicados de indivíduo induz a inferência de não existência, o Pretérito Perfeito com os mesmos predicados só dá a informação de que aquele predicado já não se aplica, o que, de certa forma, parece contrário ao que seria de esperar pois é o Pretérito Perfeito que tem tipicamente associado a si a terminação de uma situação.

3. Indivíduos, Tempo e Contexto

As inferências despoletadas nas construções acima observadas podem desaparecer no contexto de frases complexas. Vejamos alguns exemplos.

- (41) A Maria disse-me que o marido era muito inteligente.
- (41') A Maria disse-me que o marido é muito inteligente.
- (42) Assisti ontem a uma conferência muito interessante. O cientista era muito inteligente.
- (42') Assisti ontem a uma conferência muito interessante. O cientista é muito inteligente.
- (43) Finalmente conheci a Laura e verifiquei que era muito alta.
- (43') Finalmente conheci a Laura e verifiquei que é muito alta.

Os predicados destas frases são, como se pode verificar, predicados de indivíduo e as frases de cada par distinguem-se entre si apenas pelo contraste dos tempos. O primeiro par de exemplos, no contexto de uma completiva, é o único que revela na primeira das frases a possibilidade de uma inferência de não existência, isto é, (41) admite duas leituras: uma em que há uma relação de subordinação temporal da frase no Imperfeito relativamente à frase matriz e, dado que o predicado *ser inteligente* é um estado, ainda pode manter-se no tempo da enunciação de toda a frase; na outra leitura a inferência de não existência é possível por o tempo anterior ao da frase matriz ser o mais relevante. Em (41') tal efeito não existe e a ocorrência do Presente na completiva está relacionada com o facto de os estados permitirem nestes contextos uma interpretação de duplo acesso pois *ser muito inteligente* é um predicado que se aplica em relação ao tempo de *disse* e também ao tempo da enunciação de toda a frase.¹² Em (41), o Imperfeito surge quer porque se subordina

¹² Para uma discussão sobre o conceito de duplo acesso, veja-se, para o inglês, ABUSH, D. - *Sequence of Tense and Temporal De Re* in "Linguistics and Philosophy", vol 20, n°1, 1997, pp.1-50 e, para o português, OLIVEIRA, F. - *Algumas Questões Semânticas acerca da Sequência de Tempos em*

ao Pretérito Perfeito, mas admitindo que o estado se mantém no presente, quer porque aceita uma leitura em que *ser inteligente* é uma propriedade tida como anterior ao ponto de perspectiva temporal marcado pelo Pretérito Perfeito. Com efeito, trata-se de relações temporais e aspectuais de tipo diferente pois, no primeiro caso, o evento de *dizer* está incluído no estado de *ser inteligente* e no segundo caso o Imperfeito estabelece como discursivamente relevante um estado anterior ao predicado da frase matriz e é nessa medida que pode admitir a inferência de não existência tal como acontece com as frases simples com Imperfeito. Note-se, no entanto, que este efeito só pode ocorrer com predicados de indivíduo e não com predicados de fase como se pode ver em exemplos como a *Maria disse-me que a Rita estava grávida*.

Nos outros pares de exemplos observa-se que o contraste Imperfeito /Presente não acarreta para o primeiro tempo uma inferência de não existência, tratando-se de subordinação temporal no caso do Imperfeito e de efeito de duplo acesso para os exemplos com Presente. A questão que se coloca é a de saber por que razão aquela inferência pode ainda ocorrer no contexto de frases completivas e não no das outras frases. Em (42) e (43) os estados descritos pelo Imperfeito, embora assumidos como não delimitados, surgem como sendo só relevantes discursivamente a partir do tempo das frases anteriores enquanto em (41), na leitura de não existência, pelo contrário, é exigida a consideração de um tempo anterior ao da frase matriz em que o estado de *ser inteligente* já é aplicado ao indivíduo. Repare-se que entre as características gerais dos estados se encontram exactamente as de não serem delimitados e não apresentarem estrutura interna. Nesta medida as diferentes leituras das frases, aproveitando tais traços, tendem a dar instruções sobre como interpretar a atribuição das propriedades aos indivíduos. Mas veja-se ainda a diferença entre (41) e (44) e também (45):

(44) A Maria disse-me ontem que o marido era muito inteligente.

(45) A Maria disse-me que o marido tinha sido muito inteligente.

Em (44), com um adverbial de localização temporal, a leitura preferencial já não parece ser a de não existência do indivíduo. Por outro lado, em (45), o Mais-que-Perfeito induz uma leitura de propriedade não atribuída, mas sem efeito de não

Português in "Revista da Faculdade de Letras" série Línguas e Literaturas, vol. XV, 1998, pp. 421-436. Esta questão e a da subordinação temporal são também amplamente discutidas em SILVANO, M. P. - *Sobre a Semântica da Sequência de Tempos em Português Europeu. Análise das Relações Temporais em Frases Complexas com Completivas*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2002.

existência tal como acontece com o Pretérito Perfeito, embora com a diferença de este último tempo ter o tempo da enunciação como ponto de perspectiva temporal e aquele ter, como é sua característica, um tempo passado, em particular o Pretérito Perfeito.

Em contrapartida, os exemplos (42) e (43) ocorrem dificilmente com o Mais-que-Perfeito, como se pode ver nas versões seguintes:

(46) Assisti ontem a uma conferência muito interessante. ?/* O cientista tinha sido muito inteligente.

(47) Finalmente conheci a Laura e verifiquei ?/* que tinha sido muito alta.

Assim, o contexto pode influir de maneira determinante no que diz respeito à possibilidade de inferência de existência ou não de um indivíduo. No entanto, esta inferência, embora possível pela conjugação de predicados de indivíduo com os tempos Imperfeito e Pretérito Perfeito, parece envolver também efeitos pragmáticos.

4. Para uma proposta explicativa

Uma questão que convém ter presente é a de que a inferência de não existência é possível em certos contextos pela simples razão de que, quando se atribuem predicados a indivíduos, tipicamente se pressupõe a sua existência. Por outro lado, a selecção de um tempo do passado em detrimento do tempo presente está relacionado com diferentes tipos de instruções para o interlocutor interpretar o enunciado. Partindo de um dos princípios de Grice¹³ de que devemos ser tão informativos quanto possível, a escolha do tempo Presente associado a um estado só pode dar a informação de presente e nessa medida estão criadas condições para se considerar que existe o indivíduo ao qual se aplica o predicado.¹⁴ Quando se

¹³ Cf. GRICE, H. P. - *Logic and Conversation* in Cole, P. ; J.L. Morgan (organizadores) "Syntax and Semantics", vol. 3, Nova Iorque, Academic Press, pp. 41-58.

¹⁴ Numa língua como o português o tempo verbal Presente opera de forma diferente consoante a base é um estado ou um evento. Com estes últimos dá-se uma mudança aspectual para estado habitual enquanto com estados a informação é temporal presente relativamente ao tempo da enunciação, podendo alargar-se para além deste pelo facto de ser um estado. Vejam-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(i) O João fuma cachimbo.

(ii) O João está doente.

(iii) O João é rico.

Para um maior desenvolvimento sobre este assunto, veja-se, entre outros, OLIVEIRA, F. - *Tempo e Aspecto* in Mateus et al. "Gramática da Língua Portuguesa", cap. 6, Lisboa, Editorial Caminho, 2003, pp. 127-178.

selecciona um tempo passado, a instrução é obviamente a de passado, mas com uma diferença muito interessante em português: escolhe-se o Pretérito Perfeito para dizer que essa propriedade já não se aplica e o Imperfeito para dar a informação de que o portador dessa propriedade já não existe.

A escolha do tempo por parte do locutor não acarreta tais consequências quando se trata de predicados de fase na medida em que estes, por serem temporários, não podem pôr em causa a existência de um indivíduo mas tão só a duração de tal propriedade. A escolha do Pretérito Perfeito apresenta características semelhantes às mencionadas para este tempo com predicados de indivíduo, a saber, a propriedade deixou de se aplicar, enquanto a selecção do Imperfeito indica que o estado teve início no passado, podendo eventualmente continuar no presente. Vejam-se os seguintes exemplos como respostas à pergunta “Como é que ele está?”:

(48) Esteve contente na festa.

(49) Estava contente na festa.

Em (48) a duração do predicado de fase limita-se à da festa enquanto em (49) é admissível que continue para além da delimitação temporal da festa, embora o locutor não o assuma, pois se o quisesse fazer teria que acrescentar “e ainda está”. Note-se ainda que, no enquadramento daquela pergunta, a selecção de um tempo do passado em detrimento de um presente revela que o locutor não está em condições de saber se aquele estado se aplica também no tempo da enunciação.

Dado que o Pretérito Perfeito se comporta de modo idêntico com os dois tipos de predicados, só o Imperfeito revela características especiais quando combinado com predicados de indivíduo. A questão é afinal o que há na semântica do Imperfeito que propicie isso. Com efeito, trata-se de um tempo verbal com valores não só temporais como também aspectuais e modais e essa versatilidade advém de não estabelecer limites temporais senão os que são fornecidos pelo contexto explícito (ou em certos casos, implícito).

Uma frase no Imperfeito com um predicado de fase (evento ou estado) sem qualquer restrição temporal fornecida pelo contexto é sempre pouco aceitável:

(50) ? Ele bebia um café com natas.

(51) ? Ele estava doente.

(50') Quando o conheci, ele bebia um café com natas.

(51') Quando a Maria chegou, ele estava doente.

Só as frases com predicados de indivíduo em combinação com o Imperfeito não são problemáticas sem o apoio do contexto, mas associam a si o efeito de não existência:

(53) Ele era inteligente /afável / alto ...

Estas observações levam-nos a considerar que o referido efeito se joga na forma como se entrelaça a pressuposição de existência do indivíduo com o Imperfeito. Uma hipótese que parece interessante é a sugerida por Musan¹⁵ segundo a qual o tempo de existência do indivíduo que o sintagma em posição de sujeito denota atribui o contexto implícito de que necessitamos.

Como o Pretérito Perfeito só diz respeito à não atribuição de um predicado - note-se que uma frase neste tempo em combinação com predicados de fase não precisa de qualquer outra informação contextual - o Imperfeito com predicados de indivíduo e na ausência de outro contexto, serve-se da duração atribuível à existência do indivíduo. Por isso o efeito de não existência ocorre naturalmente em frases simples e em frases como (41) em que o contexto é muito vago quanto à localização temporal. Quando este se torna explícito, como em (44), então a leitura que prevalece deixa de ser a de não existência. Nas frases (42) e (43) por seu turno, o contexto linguístico é suficientemente explícito para restringir a interpretação das frases.

O falante tem assim a opção de um Presente, se pretende informar que o indivíduo em causa existe no tempo em que a frase é enunciada ou do Imperfeito no caso contrário. A escolha do Pretérito Perfeito envolve só a não atribuição do predicado ao indivíduo denotado pelo sintagma em posição de sujeito. Essa é a razão pela qual uma frase como (22), aqui repetida, não é aceitável em virtude de *ser do norte de Portugal* ser um predicado com a mesma duração da existência de um indivíduo.

(54) *Ele foi do norte de Portugal.

Estas leituras despoletadas pelo Imperfeito parecem aplicar-se fundamentalmente ao sintagma em posição de sujeito, como se observou em todos os exemplos até agora. Vejamos então se é possível que tais efeitos sejam atribuídos a outras posições argumentais. Um caso interessante a considerar é o verbo *parecer*(-

¹⁵ Veja-se a este respeito MUSAN, R. - *Tense, Predicates, and Lifetime Effects* in "Natural Language Semantics", vol.5, n°3,1997, pp. 271-301.

se). Este verbo apresenta características semânticas e sintáticas de um verbo simétrico¹⁶ mas quanto à questão que aqui nos ocupa parece não se comportar como tal. Veja-se o seguinte exemplo, versão portuguesa de um exemplo de Kratzer:¹⁷

(55) A tia Teresa parecia-se com a minha avó.

Esta frase só é adequada num contexto em que a tia Teresa já não existe e em que a pressuposição de existência de minha avó se mantém. Esta mesma frase não seria aceitável numa situação em que a tia Teresa está viva e a minha avó não está, pois para este caso só uma frase como a seguinte seria adequada:

(56) A minha avó parecia-se com a tia Teresa.

Deste modo, verifica-se que não há simetria deste predicado no que diz respeito à localização temporal dos seus argumentos. Estas observações confirmam a hipótese de Kratzer segundo a qual o tempo localiza temporalmente o argumento externo (sintático). Quando se trata de um predicado de indivíduo, esse argumento é realizado por um sintagma nominal e se o predicado for de fase, o tempo pode localizar o argumento extra (de tipo eventivo ou de localização) proposto por Kratzer para distinguir estes predicados dos de indivíduo. Nesta medida, o tempo está fora do sintagma verbal e surgiria no restrictor na forma lógica, de acordo com a proposta de *mapping hypothesis* de Diesing.¹⁸

No entanto, esta questão parece ser mais complexa do que estas propostas sugerem em virtude de não se poder considerar, em português, qualquer tempo nem sequer, no que diz respeito ao passado, qualquer dos seus tempos. Parece assim mais adequada a proposta feita anteriormente segundo a qual há uma interacção entre tipo de predicado, Imperfeito e pressuposição de existência do indivíduo.

5. Em forma de conclusão

Neste artigo pretendeu-se discutir o que distingue o tempo Presente dos tempos

¹⁶ Veja-se a este respeito FONSECA, J. - *Verbos Simétricos* in Fonseca, J. "Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português", Porto, Porto Editora, 1993, pp.127-147.

¹⁷ KRATZER, A. - *op. cit.*, pp. 156.

¹⁸ DIESING, M. - "Indefinites", Cambridge, Mass., MIT Press.

do passado, Imperfeito e Pretérito Perfeito, no que diz respeito à possibilidade de inferência da existência ou não de um indivíduo. Esse efeito ocorre com predicados de indivíduo (ou que se comportem como tal) e não com predicados de fase. Os tempos do passado, com aqueles predicados têm o efeito de não atribuir a propriedade relevante ao indivíduo, mas o Imperfeito associa, em frases simples (sem contexto explícito) e em certos contextos, um efeito suplementar: o predicado não se aplica porque o indivíduo já não existe. No entanto, quando o contexto fornece elementos que permitem restringir a localização temporal, o Imperfeito deixa de produzir esse efeito, havendo em grande medida relações temporais de subordinação. Estas duas opções interpretativas são em parte veiculadas pela semântica dos tempos como o exemplo (1) atesta: a correção só faz sentido porque o falante se apercebe de que, estando a estabelecer uma relação de subordinação com o tempo da frase anterior, tem também acessível o efeito de não existência proporcionado pelo Imperfeito. Assim, o falante selecciona o Presente ou o Imperfeito conforme quer transmitir a instrução de existência ou não do indivíduo ao qual está a atribuir um predicado de indivíduo. Estes efeitos não surgem com predicados de fase na medida que não podem pôr em causa a existência de um indivíduo: como são temporários a existência do indivíduo é assumida como verdadeira.

Assim, a pressuposição da existência do indivíduo associada à duração temporal é também relevante: os predicados de indivíduo são relativamente estáveis ou até permanentes, mas podem não se aplicar a toda a vida de um indivíduo. Por isso se pode usar também o Pretérito Perfeito quando, não pondo em causa a existência do indivíduo, se está a dizer que tal predicado já não é aplicável.

Mas a fama, quando baseada no valor dos indivíduos ou da sua obra, mantém-se em qualquer circunstância e talvez por isso *ser famoso* seja um predicado independente dos efeitos de não existência.

Fátima Oliveira

O DISCURSO DAS PERSONAGENS EM OS MAIAS: POLIFONIA, MODERNIDADE¹

O romance queirosiano, sobretudo a obra-prima *Os Maias*, utiliza, de um modo inovador, relato do discurso das personagens para com esse relato tecer a intriga narrativa e traçar o retrato (muitas vezes, a caricatura) da personagem, através das suas palavras, dos seus tiques verbais².

Costuma dizer-se, escolarmente, que o relato de discurso se faz de três modos: o discurso directo e o indirecto (modos canónicos de um discurso dar conta de outro) e o discurso indirecto livre, cuja introdução nas literaturas ibero-americanas Guerra da Cal atribui a Eça. Ora em *Os Maias*, como em outros romances do autor, há muitas outras formas de o narrador «citar» as personagens, usando uma gama complexa de formas mais ou menos indirectas de reprodução de discurso a que Óscar Lopes chamou «discurso indirecto livre generalizado», que implicam grande maleabilidade discursiva, originalidade e sentido plástico da língua. Assim, a narrativa queirosiana constrói-se através de um entrelaçar, de geometria variável, das sequências (sobretudo descritivas e narrativas) que atribuímos ao narrador – tão fictícias, obviamente, como as que são da responsabilidade das personagens – e das palavras destas relatadas de modos múltiplos. Este entrelaçar de vários discursos inclui, além do do próprio narrador, o discurso indirecto livre que transmite pensamentos interiores, sentimentos e sensações da personagem, tocando, portanto, problemas tão sensíveis para a narratologia como o do ponto de vista narrativo ou o da focalização.

¹ Comunicação apresentada ao colóquio «Eça de Queirós Entre Milénios Pontos de Olhar», realizado, no Brasil, em Setembro de 2000, pelo Instituto Camões.

² Tal como nos romances de Proust, temos alguma dificuldade em «ver» as personagens de Eça, muito brevemente descritas em termos físicos, mas elas são fáceis de identificar quando falam.

Tentarei apresentar, ainda que brevemente, os diferentes modos de relato de discurso de que se tecem os diálogos em *Os Maias*, porque é fundamental para a compreensão da construção romanesca própria de um autor conhecer como ele resolve o problema dos diálogos de narrativa³.

O discurso directo procura imitar o discurso oral, os idiolectos e sociolectos que é verosímil atribuir às personagens, obviamente de forma estilizada e, em consequência, talvez um pouco caricatural, acentuando apenas os traços mais característicos das respectivas falas.

São de tal modo expressivas as falas de personagens relatadas em discurso directo, em *Os Maias*, que me dispense de seleccionar exemplos de oralização do discurso. Todas parecem felizes por incluírem aquelas construções oralizantes que Banfield⁴ considera traços típicos de discurso directo: clivagens, topicalizações, partículas modais, frases elípticas, exclamativas, interjeições, construções sintácticas próprias da oralidade, registos de língua pouco vigiados, entre outros.

Mas nos diálogos, em *Os Maias*, o discurso directo não aparece sozinho. Só faz sentido estudá-lo no encadeado de várias formas de relato que, em conjunto, constituem sequências de conversa onde diferentes tipos de relatar palavras se entrecruzam.

Se o discurso directo é uma das formas mais seguras de tornar as falas de personagens verosímeis, por utilizar inúmeras instruções de oralização, não é a única, em *Os Maias*, com este efeito. Quer o discurso indirecto livre (sobretudo) quer mesmo algumas variantes de discurso indirecto concorrem para tornar mais vivas e «orais» as intervenções das personagens.

As ocorrências de discurso indirecto livre, tal como acontecia com as de discurso directo, permitem-nos «ouvir falar» as personagens de *Os Maias*⁵, criando um efeito de presentificação auditiva.

³ Ver MAINGUENEAU, D. e PHILIPPE, G. – *Exercices de Linguistique pour le Texte Littéraire*, Paris, Dunod, 1997, onde os autores analisam o discurso relatado em textos de Balzac, Zola, Barbey d'Aurevilly, Bernanos e Sartre e retiram, desse estudo, conclusões interessantes sobre os movimentos literários a que os autores pertencem.

⁴ BANFIELD, Ann – *Narrative Style and the grammar of direct and indirect speech*, in “Foundations of Language” n.º 10, 1973, pp.1-39.

⁵ Foi por ter chegado a esta conclusão aquando da elaboração da minha dissertação de Mestrado (DUARTE, Isabel Margarida – *Alguns Operadores de Agulhagem Comunicativa*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1989), que procurei as partículas que queria estudar, quer no DD quer no DIL de *O Crime do Padre Amaro*. Se, no início dessa pesquisa, pensava ir encontrá-las só em ocorrências de DD, rapidamente verifiquei que elas também existiam nas de DIL. De igual modo, na tese de Mestrado de LOUREIRO, Ana Paula – *Os «Tempos Simples do Indicativo» nos Discursos Directo e Indirecto Livre n.º O Primo Bazilio de Eça de Queirós*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1997, a autora estuda os tempos verbais próprios do discurso (na acepção benvenistiana) quer em ocorrências de DD quer de DIL, no caso em *O Primo Basílio*.

Guerra da Cal adianta várias razões para o discurso indirecto livre ter exercido tanta atracção sobre Eça. Por um lado, relembro, «permitia libertar a frase dos detestados verbos *declarandi* e da correspondente conjunção que os completa («disse» ou «disse que...», etc)»; por outro, «aproximava a sua expressão literária dos processos da língua falada»; e permitia também que o relato se tornasse mais impessoal dando às personagens «uma aparente independência»; a fusão entre autor, personagem e leitor seria um efeito do discurso indirecto livre bem do agrado de Eça; por último, com a inclusão do discurso indirecto livre, o autor conseguia «aliviar e afastar a monotonia do paralelismo do diálogo.»⁶

O discurso indirecto livre que relata palavras alternando, nos diálogos, com réplicas em discurso directo, discurso indirecto e outras em discurso indirecto livre também, espalha-se por todo o romance, sobretudo nas zonas de conversas: jantares, serões, encontros fortuitos. As ocorrências deste modo de relato são valorativamente neutras quando se relatam palavras de personagens centrais da intriga, mas muito irónicas em relação às personagens secundárias, que Eça pretende caricaturizar, acentuando-lhes certos tiques de linguagem ridículos. Muitas citações são portanto irónicas e muitos traços dos discursos das personagens são caricaturais. A voz do narrador deixa passar uma visão do mundo bastante cáustica em relação a certas personagens do romance, ao dar-lhes a palavra.

A «apreensão de marcas vocais audíveis» em que Eça é mestre estende-se a todo o relato de discurso, com particular eficácia no discurso directo e no indirecto livre. Óscar Lopes considera *Os Maias* um romance «muito dialogal»⁷. Se tal acontece é também porque, no discurso indirecto livre, se incluem instruções de oralização em tudo semelhantes às existentes em ocorrências de discurso directo que contribuem para a naturalidade dos diálogos.

Tal como vimos em relação ao discurso directo, também nas passagens em discurso indirecto livre e dado que incorporam traços do discurso das personagens, podemos reconhecer *elementos que contribuem para a caracterização delas*, sobretudo das secundárias⁸. Em *Os Maias*, aliás, é nítida uma demarcação entre o discurso indirecto livre utilizado para relatar palavras de personagens secundárias da intriga e o que Eça usa para relatar palavras de personagens principais. Ao fazer uma listagem das ocorrências de discurso indirecto livre identificadas no romance como irónicas e das que me pareciam valorativamente neutras, verifiquei que todas

⁶ GUERRA DA CAL, Ernesto – *Língua e Estilo de Eça de Queirós*, 4ª ed., Coimbra, Almedina, (1954), 1981, pp. 237-238.

⁷ LOPES, Óscar – *5 Motivos de Meditação*, Porto, Campo das Letras, 1999, p. 105.

⁸ Também os verbos *dicendi* contribuem para essa caracterização.

as do primeiro conjunto relatavam palavras de personagens secundárias e todas as do segundo relatavam palavras das personagens centrais.

O discurso indirecto a que, na senda de Bakhtine⁹, me proponho chamar «impressionista» ou «pictórico» é aquele que predomina em *Os Maias* e retém marcas, sobretudo lexicais, da enunciação primeira. Esta preferência poderá ter a ver com as preocupações realistas de Eça, com o seu desejo de tornar verosímeis as palavras atribuídas às personagens, diminuindo o peso do narrador e aumentando o espaço delas. Tal como a pintura impressionista esbatia os contornos, que deixaram de ser nítidos e bem delimitados, não perdendo, mas até ganhando, em sugestão de movimento e fugacidade da luz e da cor, também na narrativa queirosiana não há uma demarcação clara, muitas vezes, entre discurso do narrador e da personagem, mas a prosa ganha em expressividade e colorido, prenunciando, aliás, práticas discursivas que, no romance do século XX, se tornaram banais. Este tipo de discurso indirecto «impressionista» é um dos vários recursos citacionais de que Eça se serve para esbater a rigidez de certas fronteiras e maleabilizar o discurso narrativo; atenua o desnível, a discordância enunciativa, mais marcada no discurso indirecto canónico¹⁰.

Uma ocorrência do discurso indirecto mais mimético será, p.e.:

«Esteves foi berrar ao seu centro político que isto era um país perdido.»
(cap.I)

Noutros casos, há até palavras do locutor citado entre aspas. Não são palavras citadas nem em discurso directo (note-se que o verbo do discurso relatado está no *imperfeito*), nem em discurso indirecto livre e existe a chamada subordinação que caracteriza, sintacticamente, o discurso indirecto:

«O excelente homem dobrou a sua fronte calva, *murmurando* que “estava às ordens”.» (cap.III)

Um pouco menos de metade das ocorrências de discurso indirecto, em *Os Maias*, exemplificam bem a descrição tradicional, isto é, nelas há uma tradução, reformulação, reacomodação da primeira enunciação à do relator:

⁹ BAKHTINE, Mikhail – *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*, Paris, Les Éditions de Minuit, (1929) 1977.

¹⁰ A constatação de um certo sincretismo no uso da citação remete-nos para a existência desse mesmo sincretismo usado, estilisticamente, a nível de recursos como a hipálage e a sinestesia, ambos sugerindo várias ideias ou sensações simultâneas e não facilmente destrincháveis.

«[...] *pedi* ao Alencar, que é um excelente rapaz, que me escrevesse numa carta tudo o que me contou [...].» (cap.III)

Mas mesmo este discurso indirecto canónico tem, em *Os Maias*, mais capacidade mimética do que habitualmente. Por isso é possível que *rosnar*¹¹ introduza relato em discurso indirecto, encerrando uma força ilocutória que sugere, desde logo, maus modos e má disposição¹²:

«Craft ainda rosrou que, numa linda noite de luar, todos os sons do campo eram bonitos, mesmo o chiar dos sapos.» (cap.XVII)

A concentração do discurso indirecto mais canónico no final do capítulo III, de que venho retirando vários exemplos, adequa-se perfeitamente ao carácter de resumo de acontecimentos, por contraste com o tipo de discurso indirecto mais mimético encontrado na primeira parte desse capítulo, aquela em que o ambiente social de Santa Olávia nos era retratado, sobretudo através das trocas verbais dos convivas de Afonso e em que as preocupações realistas são maiores e há uma polémica sobre a educação, com expressão de opiniões diversas.

O discurso indirecto não é, no romance de Eça, uma forma de relato predominantemente utilizada no caso das falas de personagens secundárias, como costuma dizer-se. É, sem dúvida, uma forma de relato pouco usada, se a confrontarmos com os discursos directo e indirecto livre (a meu ver, por ter menos potencialidades miméticas do que estes modos de reprodução de discurso) e que relata, talvez, intervenções em relação às quais não há muita preocupação de mimetismo.

O contacto mais íntimo com o relato de discurso no romance de Eça, levou-me a sentir necessidade de alargar o quadro teórico tradicional que dá conta do relato de discurso (circunscrevendo-o aos discursos directo e indirecto e, mais raramente, ao indirecto livre). Referirei outras formas menos marcadas e menos canónicas de «citar» em *Os Maias*. É que a riqueza e a novidade de Eça, no que

¹¹ *Rosnar*, a julgar pelos critérios de Banfield para os verbos *dicendi*, só poderia introduzir discurso directo (cf. BANFIELD, Ann – *Unspeakable Sentences. Narration and representation in the language of fiction*, Boston, London, Melbourne and Henley, Routledge and Kegan Paul, 1982, trad. francesa: *Phrases sans Paroles – Théorie du Récit et du Style Indirect Libre*, Paris, Seuil, 1995).

¹² A adequação lexical do verbo ao contexto é perfeita. Não era previsível que Craft, um *gentleman*, ainda por cima distante e contido, “rosnasse”. Mas ele “rosna” num episódio de grande tensão e tristeza, quando se abate, sobre os convivas do Ramalhete, uma sensação de catástrofe eminente.

toca à exploração dos recursos enunciativos, está também no modo inovador e maleável como deu conta, de variadas maneiras, das falas de personagens e da forma como se entrosam umas nas outras e ainda no discurso do narrador. A alternância de relato em discurso directo e indirecto e mesmo em directo, indirecto e indirecto livre está longe de conseguir recobrir a pluralidade de modos de relato existentes em *Os Maias*¹³.

No discurso narrativizado (na acepção de Genette) mais resumido, aquele a que Mc Hale¹⁴ chamou *sumário diegético*, não é referido o tema da conversa. Neste caso, nem há, a meu ver, propriamente relato de discurso:

«Ao fundo entreviam-se os grandes bigodes louros do Melo que conversava de pé com o papá Monforte – escondido como sempre no canto negro da frisa.» (cap.I)

Mc Hale refere também um outro tipo de *sumário diegético* “*menos puro*”, em que nos é dito, resumidamente, qual era o assunto da conversa. Eis um exemplo em que o tema sobre que se fala é resumido, embora em poucas palavras:

«A senhora de escarlate, no entanto, recomeçara a falar da Rússia.» (cap.XI)

Muito mais frequentes são as ocorrências de *citações atributivas* em que a responsabilidade de uma afirmação, de uma expressão ou de uma palavra é atribuída a um locutor que não é o narrador, como no exemplo seguinte:

«Estas reuniões alegres foram ao princípio, como dizia o Ega, *dominicais*: mas o Outono arrefecia, bem depressa se despiriam as árvores da Toca, [...]» (cap.XV)

Esta forma de citação que alguns autores consideram uma variedade de discurso indirecto¹⁵ é frequentíssima em *Os Maias*. Há, neste romance, ocorrências de relato de discurso que é incluído no discurso indirecto por alguns linguistas que se ocupam

¹³ E, obviamente, em obras posteriores, sobretudo nas que são nossas contemporâneas e conscientemente experimentam ultrapassar vários limites, p.e. os da citação e do relato de discurso em geral.

¹⁴ MC HALE, Brian – *Free Indirect Discourse: a Survey of Recent Accounts*, in “PTL: A Journal of Descriptive Poetics and Theory of Literature”, 3, 1978, pp. 249-287.

¹⁵ Ou de *oratio quasi obliqua*, na designação de REYES, Graciela – *Polifonia Textual, La Citación en el Relato Literario*, Madrid, Gredos, 1984.

destas questões, mas que fogem totalmente à descrição sintáctica tradicional do discurso indirecto, cuja marca sintáctica distintiva é, como disse, a chamada subordinação.

Ocorrências de «estilo indirecto encoberto» e de citações atributivas seguidas de «segundo fulano», ou «como dizia fulano» são muito mais frequentes em *Os Maias* do que o discurso indirecto canónico. As citações «repetitivas» ou atributivas, sobretudo, sucedem-se a cada página:

«Este inútil pardieiro (*como lhe chamava o Vilaça Júnior [...]*)» (cap.I, sublinhado meu)

«[...] lembrava, *como dizia Carlos*, um varão esforçado das idades heróicas, [...]

Nestas sequências, muito abundantes, repito, há, frequentemente, uma transcrição quase directa das palavras do locutor, às vezes mesmo delimitadas por aspas, como no exemplo que se segue:

«Começara então uma existência festiva e luxosa, que, *segundo dizia o Alencar*, o íntimo da casa, o cortesão de Madame, «tinham um saborzinho de orgia *distinguée* como os poemas de Byron.»» (cap.II, o primeiro sublinhado é meu)

São construções obviamente mais miméticas do que o relato em discurso indirecto hipotático – o discurso indirecto resumo/tradução canónico –, porque permitem incluir no relato elementos expressivos vindos do enunciado que se cita (alguns até entre aspas, ou em itálico, para mostrar que foram retirados tal e qual do discurso primeiro), que o discurso indirecto «normal» não prevê.

Basta lembrar o exemplo da opinião do Vilaça sobre o conde Gouvarinho: «Rapaz de talento». Eis uma frase sem verbo, impossível no discurso indirecto canónico, que deveria ser algo como: «O Vilaça disse que o Gouvarinho era um rapaz de talento». Nem vale a pena confrontar, a nível de expressividade e sugestão de coloquialidade, a ocorrência de Eça e a que o discurso indirecto «canónico» nos transmitiria. A versão de Eça é muito mais verosímil, mais próxima daquilo que poderia ser uma ocorrência real de um juízo avaliativo deste género, revelando o «virtuosismo mimético» de que fala Óscar Lopes. É como se o narrador precisasse das palavras das personagens para tecer a narrativa.

Encontramos ocorrências em que as formas vagas de citação a que nos vimos referindo se misturam e maleabilizam, como a seguinte, em que existe discurso

indirecto encoberto ou ‘modalização do discurso em discurso segundo’ (para usar, agora, a designação de Authier-Revuz¹⁶). Há um deslizar, sem rupturas, sugerindo, no interior da enunciação do narrador, a existência de diferentes modulações, ecos:

«Mas a grande “topada sentimental de Carlos”, como disse o Ega, foi quando ele, ao fim de umas férias, trouxe de Lisboa uma soberba rapariga espanhola e a instalou numa casa ao pé de Celas.» (cap.IV, sublinhado meu)

Exemplos do tipo de citação a que Authier chama *modalização autonímica*¹⁷ são abundantíssimos em *Os Maias*. São exemplos de citação com preocupações miméticas que exigem que se alargue a descrição tradicional de relato de discurso se queremos dar conta da riqueza de citações de que os textos, todos os textos, mas mormente os literários e sobretudo os modernos, são feitos. Tal forma de citação repete, geralmente entre aspas, expressões do locutor citado¹⁸, mas sem que se use nem discurso directo, nem indirecto, nem indirecto livre.

«Mas a esse tempo ninguém sabia onde Maria se refugiara com o seu príncipe: nem pela influência das legações, nem pagando regamente a polícia secreta de Paris, de Londres, de Madrid, se pôde descobrir a “toca da fera”, como dizia então o Vilaça.» (cap.II)

Margarida Vieira Mendes¹⁹, deu-se conta da grande quantidade de citações atributivas do tipo das referidas existentes em *Os Maias*, conferindo-lhes um sentido que vale a pena reter: «[...] a inclusão dum «como dizia fulano» nos discursos do Narrador, seguido ou não da citação do Personagem, é um processo frequente que desempenha a mesma função dos agentes-narradores, do relato de opiniões de certos Personagens, dos «parecia» e «decerto», etc.: o Autor-Narrador procura furtar-se a assumir *pessoalmente* e integralmente a verdade única do que nos conta e mostra, muitas vezes carregada de humor (assim, as citações mais frequentes são as do humorista Ega – «como dizia o Ega»).».

¹⁶ AUTHIER-REVUZ, Jacqueline – *Repères dans le Champ du Discours Rapporté*, in “L’Information Grammaticale”, n°55, 1992, pp.38-42.

¹⁷ Reyes chama a este fenómeno “citação repetitiva” e atribui-lhe a característica de identificar a fonte das palavras citadas, mas Authier-Revuz dá-lhe outro nome.

¹⁸ Várias designações se usam para este fenómeno: “ilhota textual”, *slipping* ou contágio.

¹⁹ MENDES, Margarida Vieira – ‘Pontos de vista internos’ num romance de Eça de Queirós: “*Os Maias*” in “Colóquio/Letras” n° 21, 1974, p. 41.

O discurso indirecto encoberto²⁰, em que não há subordinação e o relator não assume o sistema dístico do primeiro enunciador, existe também em *Os Maias*:

«Arrojou a pena, descoroado. Acabou-se! Não estava em *verve*. E além disso era tarde, tinha a rapariga à espera...» (cap. XV)

Só a primeira frase pertence inteiramente ao narrador. Nas três seguintes, a responsabilidade do que é dito é da personagem. O discurso indirecto encoberto tem, obviamente, traços expressivos próprios do locutor citado como na ocorrência que se segue e pese embora a opinião de Reyes²¹ que defende o contrário:

«Mas Carlos cavalgava ainda o avô, querendo acabar outra história. Era o Manuel, trazia uma pedra na mão... Ele primeiro pensara ir às boas; mas os dois rapazes começaram a rir... De maneira que os correu a todos...
– E maiores que tu?» (cap. III)

Temos a menção de um facto linguístico («querendo acabar outra história»), como forma de demarcar e identificar esta forma de relato. Mas, (contrariando a opinião de Reyes) pressentem-se os traços expressivos de Carlos no discurso citado em discurso indirecto encoberto: «ir às boas», «correu a todos» são fraseologias próprias do oral familiar. A prova de que há relato de palavras é a réplica de Afonso em discurso directo, que se encadeia perfeitamente no parágrafo anterior.

Outros lugares-comuns e estereótipos estão presentes em ocorrências de discurso indirecto encoberto, em *Os Maias*, talvez devido às preocupações realistas de Eça no que concerne a captação dos discursos típicos da personagem e dos modos normais de falarmos. Quer nestas ocorrências quer também nas de discurso indirecto livre, há uma espécie de discurso colectivo, de voz da *doxa*, de «juízos valorativos consagrados» que temos de atribuir não ao narrador, mas a personagens. No caso do excerto a seguir citado, a «alguns amigos de Pedro, o Alencar, D. João da Cunha.»:

«De resto, mesmo alguns amigos de Pedro, o Alencar, D. João da Cunha, que começavam agora a frequentar Arroios, riam daquela obstinação de pai gótico, amuado na província, porque sua nora não tivera avós mortos em Aljubarrota! E onde havia outra em Lisboa com aquelas *toilettes*, aquela graça, recebendo

²⁰ A que, na obra de 1984, Reyes chamava *oratio quasi obliqua*.

²¹ *Op. Cit.*

tão bem? Que diabo, o mundo marchara, saíra-se já das atitudes empertigadas do século XVI!» (cap.II)

Mais subtil é a *ironia* (presente no discurso indirecto livre) que vários autores (Reyes, Fludernik²² e Banfield, p.e.) consideram uma forma de citação:

«Agora, num rumor animado, discutia-se a invasão. Ah, podia-se fazer uma bela resistência! Cohen afiançava o dinheiro. Armas, artilharia, iam comprar-se à América – e Craft ofereceu logo a sua colecção de espadas do século XVI. Mas generais? Alugavam-se, Mac-Mahon, por exemplo, devia estar barato...» (cap.VI)

Já não corresponde a uma citação mas, no entanto, aproxima-se do discurso indirecto livre e dos textos referidos pelas teorias de Banfield aquilo a que certos autores (Dorrit Cohn²³, p.e.) chamaram «percepção narrada»²⁴.

Também não é citação aquele tipo de sequências que aparecem em *Os Maias* e até em romances anteriores como os de Júlio Dinis e incluem dísticos que remetem para o presente (como «agora») e verbos no *imperfeito do indicativo*. Vejamos uma curta passagem de *Os Maias*, das sequências que considero não já relato, mas de apresentação ou presentificação, com um enunciador subentendido:

«Os Maias *eram* uma antiga família da Beira, sempre pouco numerosa, sem linhas colaterais, sem parentelas – e *agora* reduzida a dois varões, o senhor da casa, Afonso da Maia, um velho já, quase um antepassado, mais idoso que o século, e seu neto Carlos, que *estudava* Medicina em Coimbra.» (cap.I, sublinhados meus)

Embora não sendo citação, a co-presença de dísticos no presente e de verbos no *imperfeito* aproxima esta sequência do discurso indirecto livre como forma de

²² FLUDERNIK, Monika – *The Fictions of Language and the Language of Fiction, The linguistic representation of speech and consciousness*, London and New York, Routledge, 1993.

²³ COHN, Dorrit – *Transparent Minds. Narrative Modes for Presenting Consciousness in Fiction*, Princeton, Princeton U.P., 1978.

²⁴ Temos um exemplo no início do jantar do Hotel Central. A descrição de alguns convivas é feita através da percepção da personagem Carlos da Maia, a única que não sabia, ao vê-los pela primeira vez, quem eram tais figurantes: «E apareceu um indivíduo muito alto, todo abotoado numa sobrecasaca preta, com uma face escaveirada, olhos encovados, e sob o nariz aquilino, longos, espessos, românticos bigodes grisalhos: já todo calvo na frente, os anéis fofos de uma grenha muito seca caíam-lhe inspiradamente sobre a gola: e em toda a sua pessoa havia alguma coisa de antiquado, de artificial e de lúgubre.» (cap.VI)

jogar com a «origo» enunciativa. O «agora» refere-se à época em que Carlos estudava medicina em Coimbra. A personagem é o ponto de referência enunciativo, quanto ao tempo. Mas a presença do narrador é preponderante e não existem marcas de oralização do discurso.

A abundância de recursos citacionais como os referidos tem a ver com a tendência crescente no romance, a partir do século XIX, para diminuir a margem de manobra do narrador, aumentando o espaço que disponibiliza para as palavras e pensamentos das personagens. Relaciona-se com as preocupações realistas de Eça, com a sua atenção à fala, aos registos orais, à vivacidade da língua nos seus usos normais.

Os Maias desafiam a rigidez das descrições que têm sido feitas sobre relato de discurso, mesmo algumas das mais recentes e especializadas. Porque são uma obra literária e, portanto, levam ao extremo o jogo com todas as possibilidades enunciativas e expressivas da língua. E porque são uma obra-prima, em que essas virtualidades expressivas são exploradas com um máximo de criatividade e liberdade. Se cada autor usa o relato de discurso a seu modo, Eça utiliza-o da forma mais eficaz possível, diluindo, por todo o romance, palavras de personagens que «quase» ouvimos falar. A imbricação original e feita de forma por vezes imprevisível e muito variada, de diferentes modos de relatar discurso, cria um efeito que diríamos cinematográfico, de *zoom*, aproximando a focagem ora de uma ora de outra personagem que fala, num jogo de campo e contra-campo muito sugestivo e gerador de verosimilhança.

Comparando os romances de Eça com outros de escritores que o precederam, apercebemo-nos de como o autor de *Os Maias* é um ponto de chegada de esforços anteriores para aproximar o leitor da fala viva das personagens, mas, simultaneamente, quão longe essas tentativas estão da mestria queirosiana. Por outro lado, Eça é ponto de partida: nunca mais, depois dele, foi possível escrever ignorando o modo como maleabilizou a prosa narrativa portuguesa, interligando várias vozes, umas mais murmuradas outras mais audíveis (a de Eça, p.e., «o grande fraseador»), numa combinação que cria um efeito polifónico de grande verosimilhança porque, nas nossas conversas quotidianas e reais, não falamos segundo a representação escolar do diálogo, em que cada interlocutor espera, respeitosamente, o fim da intervenção do outro para passar a ser, depois do parágrafo e do travessão que usamos na escrita, falante por sua vez. Na nossa fala real e concreta, as nossas palavras atropelam as dos outros, interrompem-nas, retomam-nas. Falamos *com* as palavras dos outros. É uma das formas de dizermos o mundo. E Eça deu conta disso como ninguém.

Isabel Margarida Duarte

CADEIAS DE REFERÊNCIA DO DISCURSO A DESIGNAÇÃO NO ROMANCE QUE FAREI QUANDO TUDO ARDE?*

“Tout est dans le texte: il suffit de le lire”
J. F. Catalan - 1987: 213¹

“(…) on pourrait considérer que, par les divers
procédures qu’ils mettent en
oeuvre (…) les récits de métamorphoses
servent à repenser les lois de l’identité (…).
Guy Achard-Bayle - 2001: 270²

Definir a leitura como um espaço de encontro com o texto e definir o texto como um sistema dotado de uma memória interna, sustentado por elementos verbais que se retomam e se projectam para lá do material linguístico utilizado, é conceber e postular a existência, no texto, de um dispositivo semiótico capaz de alicerçar um mundo referencial estável e um discurso consistente e coerente. É ainda admitir no texto a existência de todo um sistema de reenvios e de projecções disseminadas em níveis diferentes da sua organização, de forma a permitir ao leitor, na linearização contínua das palavras, dispor e actualizar os dados já indexados.

Uma forma de leitura em suspenso, em que os elementos já não são só percebidos na sua sucessividade e horizontalidade, mas numa verticalidade e quase simultaneidade, tem por função manter uma força coesiva de modo a que os

* LOBO ANTUNES, A., *Que farei quando tudo arde?*, Lisboa: Dom Quixote, 2001, 1.ª edição.

¹ CATALAN, J. F., “Vers l’inconscient du texte”, in BOUSQUET, F. et al. *Le texte comme objet philosophique*, Paris: Beauchesne, 1987, pp. 205-227.

² ACHARD-BAYLE, *Grammaire des métamorphoses: Référence, identité, changement, fiction*, Bruxelles: Duculot, 2001.

rapariga que queria casar com um doutor); dona Amélia (a mulher que vendia chocolates); Gabriela (a empregada do refeitório).

Do facto do seu carácter identificatório, alguns destes nomes próprios tomam os valores positivos ou negativos que acompanham os seres que os trazem. Aqui há como que uma fusão entre o *ser* e o seu *nome* que faz com que este se nutra da evocação simbólica, a ponto de tomar um valor de significação e qualificação. Cabem ainda nesta galeria de retratos distorcidos Soraia, Bárbara, Alexandra, Nini, Carole, Marlene, Cristiana, Matilde, Júlia. Aqui o facto mais evidente é que estes nomes são sobrenomes que se sobrepõem ao nome próprio de baptismo. Por isso, só identificados na comunidade onde vivem ou trabalham. Esta “falsa identidade civil” passa por ser a verdadeira identidade dentro do grupo e, por vezes, ela torna-se tão intensamente vivida que passa a ser verdadeira mesmo fora dele. Um caso evidente detectámo-lo quando Carlos se dirige ao hospital para uma consulta e primeiramente diz chamar-se Carlos, mas Rui replica:

“- Chama-se Soraia sou o marido dela”, p. 313;

“chama-se Soraia, chamo-me Carlos, chama-se Soraia sou o marido dela”, p. 314;

“Não mintas ao doutor Rui para quê mentir ao doutor chamo-me Carlos não me chamo Soraia”; “- Chama-se Soraia doutor não lhe ligue”, p. 322.

As características discursivas dos sobrenomes (nomes de guerra) é que eles atestam a obliteração de parte da identidade civil de uma pessoa, identificada em todas as instâncias oficiais da sociedade à qual ela pertence, em favor de uma outra parte, identificada esta apenas numa franja dessa mesma sociedade. O facto a destacar nesta obra é que o sobrenome age sobre a personagem como porta-voz de um destino, sendo este sempre marcado por uma conflitualidade existencial.

A personagem Marlene (e também Fulano “- Apetece-te uma uva Fulano?”, p. 271) afirma na p. 272:

“nunca entendi o meu nome, não se parece comigo, nenhum nome se parece comigo (...) Lurdes Lurdes Lurdes durante um minuto não existe mais como não existe, a Soraia, a Vânia existe mas não é Vânia, é Raul, e todavia eu”.

E adiante continua:

“sou Joaquim, quer dizer fui Joaquim por engano, que tolice Joaquim, essa história dos nomes, Joaquim, Joaquim, Joaquim e não existe Joaquim, nunca existiu Joaquim, imaginei Joaquim e enganei-me, não me julgue Joaquim, sou Marlene”, p. 275.

O problema que aqui é posto é que o sujeito deste enunciado (Fulano, Joaquim, Marlene?) não foi capaz ainda de assumir a sua representação (Marlene) como sendo a verdadeira, num universo de crença e de valores onde estes sobrenomes jogam um papel identitário, isto é, onde estes nomes constituem a mediação social

que permite aos membros do grupo construir uma consciência de si e partilhando uma identidade colectiva.

Os laços referenciais que os nomes próprios activam advêm da sua propriedade de restringir o seu uso a um domínio distintivo. Mas a propriedade de distinção não chegaria para o estabelecimento de cadeias referenciais coesivas. Por exemplo, as personagens que surgem no início da história poderiam não ser as mesmas que surgem no final se outros índices linguísticos e discursivos não fossem accionados. Por isso, a este designador rígido⁶, que designa o mesmo objecto em todos os mundos possíveis, há que acrescentar uma outra propriedade essencial para que as redes de unicidade referencial se desencadeiem: a propriedade de contingência. Esta propriedade enuncia que duas expressões-descrições se referem ao mesmo particular e que este particular é apreendido na comunicação, isto é, é determinado por critérios externos. Este fenómeno de correferência realiza-se sempre que dois termos, interpretáveis de maneira independente, designam num texto o mesmo indivíduo.

Assim as ocorrências “Soraia” e “*um palhaço de plumas e lantejoulas e cabeleira postica*”, p. 16, designam a mesma personagem, mas a interpretação da segunda ocorrência não depende intratextualmente da primeira porque não são anafóricas. A primeira ocorrência denomina enquanto a segunda descreve. A descrição é também um meio de fixar a referência.

Outros designadores descritivos para a personagem “Soraia” poderiam ser citados como:

“*um velhote de boca pintada com um caniche ao colo*”, p. 15;

“*o palhaço que o Rui cuidava ser meu pai*”, p. 25;

“*ele felizmente de calças e sem verniz nas unhas, quase homem salvo vestígios de palhaço*”, p. 35;

“*o palhaço esquecido de tapar a calvície*”, p. 62.

Neste sentido, há fortes razões para pensar que personagem e cadeia efectiva dos seus designadores são indissociáveis porque correferenciais. Não há romance sem cadeias de correferências e há poucos signos que manifestam uma ocorrência mais obstinada que a dos designadores.

Recategorizados, os designadores, sejam eles não metamórficos ou metamórficos (como é o caso de Carlos que se torna Soraia e de tantos outros dentro do romance), relevam duma tripla perspectiva: focal, certamente, mas também

⁶ No sentido que lhe dá Kripke (KRIPKE, S., *La logique des noms propres*, Paris: Les Éditions de Minuit, 1982).

intencional e histórica. No sentido de manutenção da continuidade referencial e temática, no sentido de sinalização das variações de ponto de vista, no sentido de marcação das mudanças ontológicas que afectam o referente.

Além dos designadores descritivos contingentes, há outros designadores fortemente pertinentes na construção das personagens. É o caso dos designadores das relações familiares, marcas biográficas que reforçam a informação de se saber quem é quem.

Em *Que farei quando tudo arde?* são, pois, designadores contributivos para o estabelecimento das cadeias de referência, os possessivos como marcadores de auto e de hetero-designação que, acompanhados de nomes de parentesco, solidificam a permanência dos enunciadores-enunciatórios como sujeitos de consciência a quem os pensamentos representados e as falas relatadas são indexados. Eles aparecem estrategicamente disseminados ao longo do romance, como se verifica por alguns exemplos:

“a minha mãe (...) o meu pai”;

“o filho do maricas”;

“a minha avó, o seu neto mãezinha”

“-Qual neto, filhoca?”

“o meu finado avô”

“o marido da dona Helena”;

“o marido do meu pai, o marido do palhaço”;

“a mulher do Rui”;

“o tio dela”;

“sou sobrinho do sargento”;

“não sou seu filho”;

“se me chama filho desfaço logo a terrina”;

“não é meu avô é meu pai”;

“- Não tenho netos senhores”;

“tu e o teu velho”;

“o meu sobrinho”;

“a esposa do artista”;

“sou o seu filho mãe”;

“vamos embora paizinho”;

“não sei quem é o meu filho”;

“É o sobrinho da Soraia”;

“finalmente filho, não sobrinho, não afilhado, filho”;

“dizem que o teu velho está doente”;

“onde representa a tua tia Paulo?”;

“Sou o marido dela chama-se Soraia”;

“o teu pai não te estragou a vida Paulo?”;
 “sai à família do pai”;
 “o meu pai faleceu”;
 “estou no fim da minha história pai”;
 “estavas certa mãezinha”.

Se, por um lado, a presença deste tipo de designadores, dentro do universo de crença da instância focal designada, permite uma leitura transparente dado que os pontos de vista em presença não se contradizem, outros empregos dos mesmos designadores só serão destrinchados pelo viés de uma leitura opaca, como se exemplifica seguidamente:

“não o marido do meu pai, o marido do palhaço (...) houve mais antes dele, o Alcides, o Fausto”, p. 26.

A expressão referencial “o marido do pai” contradiz as leis da lógica binária, segundo a qual se é ou não se é tal e tal. No caso exemplificado, trata-se de *ser ao mesmo tempo tal e tal* de acordo com as circunstâncias (quando Carlos, é marido de Judite, quando Soraia, é mulher de Rui). A narrativa abre, assim, espaços de referência onde se suspende a lógica do *tertium non datur*, ao mesmo tempo que justapõe pontos de vista contraditórios.

Textualmente, esta forma de disjunção-conjunção é também evidente através da imagem projectada no espelho:

“palavras no espelho antes da sua boca”, p. 35;

“o guarda-fato (...) um espelho grande, benigno com o quarto inteiro lá dentro”, p. 36;

“no Bico da Areia o guarda-fato de espelho onde o reflexo se aleijava antes de nós”, p. 51;

“Porquê? E a pergunta a incomodar-me entre mim e o espelho”, p. 67;

“a minha mãe (...) surgia no espelho e escapava-se do espelho”, p. 83;

“a minha mãe aproximava-se do espelho afastando-se de mim”, p. 84;

“tire uma garrafa do fogão, sente-se ao espelho do guarda-fato para não beber sozinha”, p. 219.

A imagem obsessiva do espelho como representação de si-mesmo como um outro⁷ é evidente no percurso identitário das personagens que habitam (habitaram) o Bica da Areia, sobretudo Paulo e sua mãe Judite, mas também Carlos, apesar da sua presença-ausência. Designar as personagens do modo como neste romance se faz é instituir entre o “ser” e o “signo” uma associação referencial

⁷ No sentido que lhe dá RICOEUR, P., *Soi-même comme un autre*, Paris: Seuil, 1990).

durável. Daí a sua importância para o estabelecimento de cadeias referencias do discurso.

Não menos importante que a função designativa do nome próprio, na sua dimensão de designador rígido (Carlos, Paulo Judite, Rui, etc.) ou de designadores contingentes (dados por meio de predicados ou por meio de termos ligados às relações familiares), é a função semiológica do nome próprio.

A especificidade semiológica do nome próprio manifesta-se na interpelação. Para interpretar pragmaticamente estes nomes, neste romance, necessário seria ainda referenciá-los de acordo com os parâmetros enunciativos, cuja condição de utilidade exige que o referente e o termo estejam co-presentes no mesmo espaço enunciativo. Neste contexto, não importa já identificar o indivíduo de acordo com os seus predicados físicos ou psíquicos, mas sobretudo como produto de uma actividade de consciência que se manifesta discursiva e autonomamente em relação ao outro.

Cada nome próprio, ao mesmo tempo que designa o indivíduo na sua identidade e na sua continuidade espaço-temporal, manifesta um campo de representação que significa a sua própria marca de singularidade. Como atesta Jakobson (1963: 177)⁸ não se pode definir o conteúdo semântico do nome próprio fora do seu uso numa enunciação. O nome próprio, como lembra G. Keiber⁹ “*n’est pas sémantiquement vide, mais il est bien, comparé notamment aux SN descriptifs, pauvre, sa fonction se réduisant, dans la plupart des cas, à la désignation d’un et d’un seul individu*”.

Mas, uma vez as circunstâncias de enunciação suficientemente fixadas, cria-se a possibilidade sempre aberta de, no mundo da ficção, conotar situações, E é o jogo destas conotações que confere ao nome próprio um poder poético excepcional.

O laço entre as personagens e os mundos em que elas existem é tão estreito que não se podia imaginar que se pudesse indiferentemente co-construir o sentido num outro mundo. Ao longo da obra em estudo, as personagens vão sendo reconhecidas pelo modo de “doação” (vide nota 19) referencial em curso e pela relação que elas estabelecem com as próprias circunstâncias da sua enunciação.

Vejam os casos de Judite. O teor das suas perguntas desesperadas, multiplicadas em eco, mostram que esta personagem só pode ser o sujeito das suas propriedades para um determinado estado do mundo. O da sua relação que a liga a Carlos: “*Carlos,*

⁸ YAKOBSON, R., *Essais de linguistique générale*, 1963, cap. IX.

⁹ KLEIBER, G., “*Sur la définition des noms propres: une dizaine d’années après*”, in NOAILLY, M. (ed.), *Nom propre et nomination*, Actes du Colloque de Brest, 21-24 avril, 1994, Paris: Klincksieck, 1995, 11-36.

o maricas, o palhaço a dançar numa cave, a atender os clientes nas pensões do Beato, o que mora com o rapaz da idade do filho", p. 482:

- "-tu usas isto Carlos?", p. 35;
- "- Quem é ela não mintas", p. 35;
- "- Não sonhes que te perdoo Carlos", p. 47;
- "Desaparece-me de casa Carlos", p. 82;
- "- Quem são estas pequenas Carlos?", p. 83;
- "- Vai-te embora Carlos", p. 91;
- "- Fica comigo Carlos", p. 91;
- "- O que tenho de mal Carlos", p. ;
- "- Porquê comigo Carlos?", p. 93;
- "- O que tens aí escondido Carlos", p. 101;
- "- O que fiz Carlos?", p. 105;
- "o que me falta Carlos", p. 105;
- "Fica comigo Carlos, tenho quarenta e quatro anos", p. 107;
- "- Porquê Carlos", p. 133;
- "- Que é da aliança Carlos?", p. 134;
- "- Que mulher te ofereceu este anel Carlos?", p. 137;
- "- Deita-te comigo Carlos", p. 186;
- "- Agradado-te Carlos?", p. 195;
- "- Tingiste o cabelo Carlos?", p. 254;
- "- Envernizaste as unhas Carlos?", p. 254;
- "- Não vens a casa Carlos?", p. 438;
- "- Sei que estás a ouvir Carlos", p. 439;
- "- E eu Carlos?; E eu Carlos?", p. 621.

Ou o caso de Carlos quase mudo ("*o meu pai mudo*", p. 33) na casa do Bico da Areia, casa onde "*o Carlos no avesso das coisas excepto no guarda-fato em que autêntico, presente*", (p. 500) e casa onde a sua voz só se ouve para dizer:

- "- Não consigo Judite", pp. 34, 490;
- "Não tenho culpa Judite", p. 502.

Esta ausência é ainda manifesta no modo como Carlos interage com Judite nunca lhe pronunciando o nome. Isto mesmo é constatado por Paulo: "*Judite experimente Judite, nunca lhe pronuncia o nome, nunca conversa com ela*", p. 196.

Aliás, Carlos só existe no contexto do Bico da Areia como instrumento de referência e a sua descrição reduz-se unilateralmente a uma função semântica: "*Não pertenço ao bico da Areia*", p. 139.

Ou o caso de Carlos-Soraia no andar do Príncipe Real “o meu pai não se chama Carlos conforme o palhaço não se chama Carlos, chama-se Soraia”, (p. 56) onde a sua voz já se ouve para se dirigir ao companheiro Rui:

“- O envelope do dinheiro Rui?”, p. 25;

ou à sua vizinha:

“É servida dona Aurorinha?”, p. 28.

Se é verdade que com os nomes próprios, em geral, se instaura um cálculo das funções de verdade, neste romance tal cálculo só é possível se o considerarmos dentro da cadeia histórica das transformações. De facto, o nome próprio não figura só nas expressões dum tal cálculo; é preciso ter em conta não só do que ele faz referência, mas do modo como o nome próprio faz referência. E este modo de “doação” (ver nota 19), que se faz acompanhar de um cortejo de representações, verificámo-lo no nome próprio “Soraia”. Este nome funciona não só como traço identificador de individuação num determinado mundo, mas também como classificador de um determinado estatuto profissional, social. Em definitivo, ao funcionar como um código¹⁰ o nome próprio “Soraia” indica a pertença a uma “classe pré-ordenada”, no sentido que lhe dá Lévi-Strauss (1962: 240), ao mesmo tempo, que exprime relações entre os elementos dessa classe. Ouvimos Soraia, no Príncipe Real, a apresentar o Rui ao embaixador:

“- Um amigo”, p. 60;

a apresentar o Paulo:

“- o meu sobrinho”, p. 60, ou “O meu primo”, p. 115.

Vemos Soraia a saudar as pessoas que com ela (ele) trabalham na discoteca e que com ela convivem:

“Ora viva”, p. 62;

“- Estão bons”, p. 62;

“- Olá Paulo”, p. 115;

“- Olá sobrinho”, p. 117.

Vemos Soraia a exprimir-se, a questionar-se, a lamentar-se, a preocupar-se:

“graças a Deus sou feliz Paulo, não sentes como sou feliz”, p. 63;

“- Não deixes que me humilhem Paulo”, p. 65;

“- Sou um palhaço Paulo”, p. 85

“- Não me achas engraçado Paulo?”, p. 86;

“- não me estragues a vida Rui”, p. 112;

“- Os meus óculos Paulo; Os meus óculos filho”, p. 128;

“- Nunca me viste Paulo”, p. 130;

¹⁰ De acordo com Lévi-Strauss. LÉVI-STRAUSS, *La Pensée Sauvage*, Paris: Plon, 1962.

- “dá-me outro lenço Paulo”, p. 132;
 “- Onde estiveste Rui”, p. 140;
 “- Sinto-me estafado”, p. 145;
 “- A tua bronquite Rui”, p. 146;
 “- Tirem-me estas plumas depressa”, p. 146;
 “- Não me trates por pai”, p. 147;
 “- Dizem que estou doente dizem que vou morrer Paulo”, p. 150;
 “- São as brancas palerma”, p. 151;
 “- Sentes os cavalos Rui?”, p. 151;
 “- Alcança-me a cabeleira antes que o Rui venha”, p. 206;
 “- O que se passa Rui?”, p. 246;
 “trata-me por Soraia Paulo não me estragues a vida”, p. 295;
 “nunca tive mulher, uma mulher para quê se sou mulher não sou”, p. 300;
 “- Sou uma artista doutor”, p. 316;
 “- Porque não me deixam ser uma mulher como as outras Paulo?”, p. 381;
 “- Trata-me por padrinho Paulo”, p. 381;
 “- por amor de Deus trata-me por padrinho Paulo”, p. 383;
 “- Pinte-me as unhas de azul dona Amélia sinto-me bem de azul”, p. 440;
 “- As mimosas acabaram Judite”, p. 447;
 “- Tem pena de mim Paulo”, p. 525;
 “Há vinte anos que danço e estou cansado senhores”, p. 544;
 “- Não tenho vagar vai-te embora (...) não quero que o meu filho me veja entre o refugio da noite”, p. 561;
 “- Não posso ir para o Bico da Areia Paulo”, p. 616.

Esta vertente de apreciação do sujeito falante (e pensante) através das suas falas permite ao leitor dar conta das mudanças sofridas pela personagem. Mudanças não só de ordem ontológica no mundo, mas também de ordem linguística na evolução temática do discurso.

Neste contexto semiológico, os nomes próprios “Carlos” e “Soraia” designarão eles a mesma constelação singular?

Diremos que sim se considerarmos que no mundo ficcional o discurso afecta a capacidade referencial do nome próprio, no sentido de encontrar o tecido linguístico para o fixar a este mundo. Quer a personagem enquanto Carlos, quer a personagem enquanto Soraia são constituídas de um feixe de propriedades que se manifestam numa conjunção que só a elas convém. As propriedades atribuídas a Carlos num determinado mundo, a casa do Bico da Areia, não foram postas em questão, apesar da evolução ulterior do indivíduo considerado, agora no andar do Príncipe Real.

No entanto, o efeito de surpresa está em que a mudança do nome “Carlos” para “Soraia” faz desencadear no leitor feixes de antecipação vários, associados ao uso do nome em questão. É que o nome “Soraia” faz desencadear, a par do seu carácter que o liga a um referente único (extensão), um conjunto de traços semânticos distintivos (intensão). Nesta ordem de ideias, as identidades destes nomes próprios podem-se definir como designadores rígidos, no sentido que lhe dá Kripke¹¹. Porque no mundo onde existe Soraia, o seu nome designa-o como sendo aquele que tem uma determinada função que é diferente da do outro mundo onde existe Carlos, com outra função. Neste sentido, Carlos e Soraia são, então, designadores rígidos porque, embora não sejam dois seres fisicamente muito díspares, eles representam dois seres denominados em dois mundos diferentes. Mas, e aqui reside o inesperado, ao mesmo tempo que os dois nomes se posicionam como designadores rígidos, eles são constitutivos de um só indivíduo cujo traço de mobilidade faz solidarizar toda a descrição definida que é a verdade dele, no sentido de admitir que ele a satisfaz num e noutro mundo.

Nomear alguém pelo nome próprio é designá-lo, por um lado, pelas circunstâncias da sua enunciação (Carlos anula-se enunciativamente no Bico da Areia, mas Soraia sobrevive através disso no Príncipe Real) e, por outro lado, é atribuir-lhe predicados por meio das descrições que lhe convém de acordo com propriedades que vão fazer com que seja reconhecido como seu portador único.

Assim, ou Carlos nos é apresentado no Bico da Areia a constantemente: “*a amarrotar e a alisar a colcha*”, “*alisar a colcha amarrotar a colcha, alisar a colcha amarrotar a colcha*”, p. 101;

ou é insistentemente chamado por “Soraia” e descrito por Paulo, no contexto do Príncipe Real, como:

“*um palhaço com plumas e lantejoulas e cabeleira postiça*”, p. 15;

“*não um palhaço, uma mulher*”, p. 16;

“*o palhaço de salto alto e vestido de baile*”, p. 39;

“*um artista, um cantor*”, p. 108;

“*uma peruca no bengaleiro, a Soraia de roupão a endireitar os chumaços do peito*”, p. 161;

“*o efeminado, veste-se de mulher, deixou a esposa e o filho por um garoto drogado*”, p. 194.

As propriedades retidas de um (Carlos) e de outro(a) (Soraia) poderia levar-nos a assumir, por um lado, que os dois nomes próprios não são correferenciais entre si, no sentido de que os dois não têm o mesmo valor de verdade ao mesmo

¹¹ O designador rígido é um termo que designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis.

tempo nos dois mundos (o do Bico da Areia e o do Príncipe Real). Mas, por outro lado, a correferencialidade existirá se considerarmos que Carlos-Soraia é a fonte (origem) de tudo o que se sabe e diz a respeito desta personagem, no sentido de as predicções que eram atribuídas a Carlos no Bico da Areia não terem sido bloqueadas pelas características atribuídas a Soraia no Príncipe Real, nem estas terem sido anuladas pelas outras. O cálculo das funções de verdade passa, neste caso concreto, por ter em conta não só a referência dos nomes, mas o modo como os dois nomes próprios fazem referência¹². É este modo de “doação” que faz com que um nome próprio não seja apenas designado na forma de descrições ou predicções, mas que se faça acompanhar de um conjunto de representações identificantes necessariamente ligado ao seu objecto. De modo nenhum se pode dissociar Soraia do Carlos-adulto no Bico da Areia do Carlos-criança na casa da esposa do tio quando ela:
 “- *Horas do banho Carlos*”, p. 451.

Os nomes próprios “Carlos” e “Soraia” asseguram a continuidade de referência de um mundo a outro mundo. Estes nomes carregados de afectividade, mais do que a identificação e a classificação, indicam a significação. E a correferência assenta nesta matriz significativa dos dois nomes próprios: Carlos, nome masculino quando o fazem assumir a condição de marido de Judite na casa do Bico da Areia; Soraia, nome feminino quando assume a função de “mulher” no andar do Príncipe Real. Interpretados estatutariamente de maneira diferente, estes nomes determinam categorialmente as personagens de acordo com os contextos de ocorrência.

Desaparecidas estas personagens dos lugares “identificatórios” que nome ou não nome lhes atribuir? Fica a dúvida de Paulo:

“- *O que vão escrever no seu túmulo pai como é que vão chamar-lhe?*”, p. 196;
 “*Carlos ou Soraia na lápide ou nem Carlos ou nem Soraia, só as datas com um tracinho*

a

uni-las

a separá-las

os tracinhos separam ou unem?

devem unir, faz de conta que unem. A uni-las, um tracinho

sem qualquer nome a uni-las, não existiu pai, existiu outro por si

a ir buscar a minha mãe à escola”, p. 188.

¹² O cálculo deriva da identidade dos índices. Por exemplo, a coesão referencial obtém-se por meio de dois cálculos distintos: um cálculo linguístico, que produz laços anafóricos e um cálculo comunicativo, que produz laços referenciais.

Apesar da metamorfose de homem (Carlos) para mulher (Soraia), ou apesar da transformação da personagem em indivíduo de um outro sexo, a ideia de si permanece mesmo que tenha havido mudança. A constituição da identidade narrativa estipula que se não distinga a dimensão correferencial da identidade material. A “mêmeté”¹³ da personagem está salvaguardada, quer na gestão da continuidade ontológica, quer na gestão da continuidade temática.

Feita a identificação das personagens principais, pela via da designação e pela via semiológica, que lugar é dado, neste romance aos nomes patronímicos?

Em geral, todo o indivíduo é portador de um patronímico que se transmite, como o seu nome indica, em linha agnática. Este patronímico funciona como um classificador da linha, indicando o parentesco de todos aqueles que trazem o mesmo nome de família e confirmando a dominante patrilínea do tipo de filiação.

Neste romance poucas são as personagens identificadas pelo seu patronímico. São-no o senhor Couceiro, marido de dona Helena, pais adotivos de Paulo e a viver nos Anjos: (Jaime Couceiro dos Santos, p. 38); Judite, mãe de Paulo (Judite Claudino Baptista, p. 55); Noémia, a filha defunta do senhor Couceiro e de dona Helena (Noémia Couceiro Marques, p. 73); o notário, avô de Rui (Orlando Borges Cardoso, p. 238); Gabriela, a empregada do refeitório (Gabriela Matos Henriques, p. 414). Também a dona Helena diz a certa altura:

“a minha mãe chamava-se Isabel Lopes Martins, o pai da minha mãe Abel Lopes Martins, a mãe da minha mãe Maria da Soledade”, p. 589.

Os nomes patronímicos funcionam como um código de que cada elemento indica a pertença do sujeito designado a uma classe ordenada com existência social. Mesmo quando o nome patronímico de Judite é enunciado *“o nome da minha mãe nascia da cabeça torcida, dos lábios apertados”* (p. 55) é-o por razões administrativas quando a assistente social o solicitava para preencher o formulário de adopção de Paulo, pelo casal dos Anjos, o senhor Couceiro e a dona Helena.

Em *Que farei quando tudo arde?* o rito de agregação é “assignado” sobretudo pelas relações que as personagens mantêm entre si. Mesmo quando Paulo tenta pensar num nome patronímico para se identificar perante um padrinho que nunca teve:

¹³ “Mêmeté” no sentido que lhe é dado por P. Ricoeur (1990). Este conceito foi retomado de Locke para quem a pessoa é “un être pensant et intelligent, doté de raison et de réflexion, qui peut se considérer lui-même comme lui-même, la même chose pensante en différents temps et lieux” (Essai..., II, XXVII, 9).

“Entrega esta paisagem ao melhor padrinho do mundo o afilhado muito amigo Paulo Antunes Lima”, p. 74;

ele se desmorona como um baralho de cartas:

“mas o Lima cobria o Antunes, uma nuvem apagou o melhor padrinho do mundo”.

Quando ao nome próprio se agrega o nome de família estão, por princípio, criadas as condições para que ao nome se associe um conjunto de atributos que constituem o protótipo desse nome. Esta prototipicidade ajuda a desambiguar a identidade das personagens. Mas neste romance, mais que a prototipicidade interessa a singularidade. Mais que a identidade colectiva, dada pelos patronímicos, interessa a dimensão pessoal dada pelos nomes¹⁴. Por isso, as personagens são mais vezes designadas por nomes do que por apelidos de família.

Mas que sentido teria um nome de família para quem não sabe quem é a sua, como é o caso de Paulo:

“não tenho mãe, tenho duas mães”, p. 22;

“não tenho duas mães, a minha mãe chama-se Helena”, p. 24;

“não sou seu filho, nunca fui seu filho”, p. 40;

“não tenho família”, p. 61;

“A minha família são cachorros, eu um cachorro adulto”, p. 62;

“o meu pai, não um homem, uma espécie de mulher”, p. 113.

Ou como é o caso de Carlos que, da sua infância, só se recorda da voz da esposa do tio a chamá-lo e a incitá-lo na hora do banho:

“- Horas do banho Carlos”, p. 451;

“- Horas de me mexeres Carlos”, p. 484.

Mais do que a identificação colectiva por meio dos destaques patronímicos é a apelação social por meio de outras designações entre elas as profissionais. Algumas personagens importantes no romance não têm nome. Elas são referenciadas por meio de menções várias: é o dono da esplanada; é o palhaço; são os cabo-verdianos de Chelas; é o electricista; são os cachorros *“se a minha mulher desistisse do dono da esplanada, do electricista, dos cachorros, das garrafas de vinho”* (p. 144). O nome social de profissão é, por vezes, tão importante que a personagens com nome se acrescenta a profissão: Judite, professora *“fui professora e não sou professora”* (p. 101); Carlos, relojoeiro *“o meu primeiro patrão na relojoaria era assim”* (p.

¹⁴ Para uma ideia mais precisa sobre os nomes e patronímicos ver G Kleiber (KLEIBER, G., *Anaphores et pronoms*, Louvain-la-Neuve: Duculot, 1994, p. 177 e sg.) e G. Achard-Bayle 1996: 337-339 (ACHARD-BAYLE, G., “La désignation des personnages de fiction”, *Poétique*, 1996, 107: 333-353.a).

133); Gabriela, empregada do refeitório do hospital “*a desenhar uma a uma as letras do meu nome - Paulo*” (p. 163); a assistente social, o artista, etc.

Deste modo, as descrições por meio de profissões ou por meio de predicções, não sendo nelas mesmos nomes próprios, reenviam a uma série de interpretantes carregados de afectividade e complexidade. Aplicando, também aqui, o princípio que diz que a intensão de um conceito varia em sentido inverso da sua extensão, dir-se-á que o conceito que tem a extensão mais restrita tem a intensão mais rica. Assim, quando o único critério de reconhecimento para fixar a referência são nomes próprios sem apelido como Paulo, Carlos, Judite ou descrições gerais como “os pretos de Chelas”, “a empregada do refeitório do hospital”, isto significa que o seu papel é constituir-se em pontos fixos da organização simbólica do romance de modo a adaptar-se à organização mental e à estrutura do mundo ficcional em que estas personagens se movimentam.

Na ausência de nomes patronímicos, o reconhecimento dos referentes actanciais fazem-se, neste romance, por meio de dois critérios: por meio do primeiro nome próprio ou por meio de descrições atributivas e definidas (atributos, comportamentos, nomes de família, nomes de profissões). Esta é uma interpretação possível da distinção fregueana de que um nome próprio tem um sentido e uma referência (Sinn e Bedeutung)¹⁵: o nome reenvia a um objecto que é a sua referência (designação referencial), mas ele é reenviado de uma certa maneira (designação atributiva). Efectivamente, sendo o nome próprio um designador pobre¹⁶ decorre da sua natureza a possibilidade sempre aberta de conotar significações. Significações que, não tendo originariamente alcance semântico, dependem do uso particular que é feito de si num certo discurso. E em *Que farei quando tudo arde?* as conotações meta e para-simbólicas que se fixam aos referentes actanciais, através de nomes próprios ou por meio de descrições, conferem-lhes um poder poético excepcionalmente significativo. Porque, como afirma Humpty Dumpty, os nomes significam a forma que cada um tem¹⁷.

Interessante nesta obra, é, também, a evolução representacional das personagens, especialmente da personagem Carlos-Soraia. Não no sentido da perda ou

¹⁵ FREGE, G., *Écrits logiques et philosophiques*, Paris: Seuil, 1971.

¹⁶ ACHARD-BAYLE, G., “Coréférence et diversité - Des désignations en contexte évolutif: point de vue, empathie, focalisation”, *Travaux de linguistiques du CerLiCO*, 1998, 11, 147-167.

¹⁷ “*Mon nom est Alice, mais...*”

Que violà donc un nom idiot! Intervint avec impatience Humpty Dumpty. Qu’est-ce qu’il signifie? Est-il nécessaire qu’un nom signifie quelque chose? S’enquit dubitatif, Alice.

Évidemment, que c’est nécessaire, répondit, avec un bref rire, Humpty Dumpty: mon nom, à moi, signifie cette forme qui est la mienne... Avec un nom comme le vôtre, vous pourriez avoir à peu près n’importe quelle forme” (Lewis Carroll).

da aquisição de determinadas propriedades, porque a experiência nos ensina que o mesmo objecto pode adquirir qualidades-propriedades que não tinha ou perder-transformar algumas das que possuía, sem que isso levasse a modificar a referência do seu nome, mas só no modo como no romance é determinada essa referência. A escolha do designador e o seu relevo não é sem pertinência na construção da personagem. Carlos é metamorfoseado ficcionalmente em Soraia por efeito da perspectiva actorial. Soraia que é artista:

“um palhaço que ao mesmo tempo era homem e mulher ou uma vez homem e outras mulher”, p. 109;

que é “ele” para Paulo:

“um maricas, um travesti, um palhaço moribundo”, p. 346;

ou que é “ela” para Rui:

“Chama-se Soraia sou o marido dela”, p. 313.

O processo de recategorização de um nome próprio em outro nome próprio é atestado pela instância dita focal (idem G. Achard-Bayle, 1998: 153), mas também intencional. A designação pronominal correferencial ao segundo nome (“ele” ou “ela”) assigna ao referente evolutivo uma identidade compatível com o contexto actancial e intencional da narrativa. Não se trata como em *Orlando*¹⁸ de manter o nome, apesar da mudança de sexo, trata-se de mudar de nome ao mesmo tempo que se assume mudar de sexo:

“Chama-se Soraia, chamo-me Carlos, chama-se Soraia sou o marido dela”, p. 314.

Mas a partilha de dois designadores para a construção de uma mesma personagem não está isenta de efeitos dramáticos com é evidente na citação seguinte:

“- Como se chama minha senhora?

- Soraia?

demasiado rápido para ser sincero

- Soraia

demasiado tenso, nem sequer por desafio, por medo, não sou maricas, não imagine nem por um momento que sou maricas doutor, chama-se Soraia, sou o marido dela”, p. 321.

O que nos leva a concluir que a atribuição do designador “Soraia” é uma propriedade contingente embora não efêmera. Contingente porque a sua “assignação” só é destacada através da sua pertença no meio envolvente do Príncipe

¹⁸ [...] *Orlando tornara-se mulher (...). A mudança de sexo, embora modificasse o seu futuro, em nada modificava a sua identidade. (...). A memória dela - mas teremos doravante que dizer, por respeito pelas convenções. “dela” e não “dele”, “ela” e não “ele” - a memória dela portanto, remontava sem obstáculo a todos os eventos da sua vida passada (...).* [V. Wolf, *Orlando*, trad. port. A. M. Faria, Lisboa: Relógio de Água, 1994].

Real; não efêmera porque o nome próprio “Soraia” sinaliza o objecto de duas “doações”¹⁹ sucessivas: de criança (Carlos a ser violado pela esposa do tio quando criança) que se torna adulto (“maricas” no Príncipe Real); de marido (na casa do Bico da Areaia com Judite) que se torna mulher (no andar do Príncipe Real com Rui).

No conjunto da obra, a ocorrência dos designadores (sejam eles rígidos ou contingentes, efêmeros ou permanentes) e das designações descritivas (seja sob o ponto de vista do narrador ou na perspectiva das personagens) contribuem para o entendimento da estrutura “quadrangular” do drama. Já não no sentido “triangular” e linear do drama clássico da mulher, do marido e da amante, mas da mulher Judite que é rejeitada “*Com que mulher andas Carlos?*” (p. 439), do seu marido Carlos “*Agora não Judite; Não consigo Judite*” (p. 490), que se torna Soraia “*o maricas, o palhaço a dançar numa cave, a atender clientes nas pensões do Beato, o que mora com um rapaz da idade do filho*” (p. 489), amante de Rui “*o meu pai ainda vive com o Rui e finge que canta apesar da idade*” (p. 553).

Estabelecidas as cadeias de referência pelo viés dos designadores, importante, para uma leitura coerente, é situar cada personagem nos seus cenários, na ocorrência os que constituem a trama que dá sentidos possíveis aos factos da(s) história(s). Ciceroneado por Paulo, “*Paulo mas o que significa Paulo, um nexo a quebrar dentro dele, as gengivas sozinhas*” (p. 555), percorre o leitor os lugares e os tempos constitutivos da regulação das ocorrências no romance.

A emoção estética a experimentar com a leitura desta obra é que cada história, cada cenário se multiplica de maneira especular em outras histórias (as dos protagonistas e as dos leitores), em outros cenários, com outras personagens, com novas designações. Aliás, as palavras de Paulo manifestam, no fim do romance, este mundo fugidio: “*nomes ou a recordação de nomes, as pessoas dissolvidas numa dobra do tempo*”; “*o nome de um palhaço, o de uma mulher à cata de garrafas na cozinha o cão vadio do meu amor por eles que me segue de longe, se me aproximo escapa-se num pulinho, se o esqueço regressa a insistir*”, p. 567.

É o discurso literário a propor-nos variantes, bifurcações, enigmas, incertezas quanto às relações a estabelecer entre os factos que ele enuncia. Em definitivo, a esperança da acomodação a um cenário único não é compatível com o “palácio de espelhos”²⁰ desta “festa” que é a obra *Que farei quando tudo arde?*

Olívia Maria Figueiredo

¹⁹No sentido de “donation” que lhe dá G. Kleiber (KLEIBER, G., *Nominales: Essais de sémantique référentielle*, Paris: Armand Colin, 1994.

²⁰Noção recolhida em F. Corblin (CORBLIN, F., *Les formes de reprise dans le discours: Anaphores et chaînes de référence*, Rennes: PUR, 1995, p. 224.

EL LIBER DE OCTO PARTIUM ORATIONIS CONSTRUCTIONE (MEDINA DEL CAMPO, 1600) DE BARTOLOMÉ BRAVO, S. I., Y SUS COMENTADORES DURANTE LOS SIGLOS XVII Y XVIII

En su *Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, Antonio Astrain, en el capítulo dedicado a trazar las líneas principales de la enseñanza en los centros hispánicos de la Compañía en los generalatos de Everardo Mercuriano y Claudio Aquaviva, se centra ante todo – y no con demasiado entusiasmo – en dos de los preceptistas jesuitas más destacados de la época: Cipriano Suárez y Juan Luis de la Cerda; de otros, gramáticos o retóricos, apenas si dedica unos escuetos renglones. Del segoviano Bartolomé Bravo (Martín Muñoz, cc. 1554 – Medina del Campo, 1606) tan sólo se limita a referir que sus *De arte oratoria ac de eiusdem exercendae ratione tullianaque imitatione libri quinque* (Medina del Campo, 1596) no excedieron en calidad al correspondiente manual de retórica redactado por Suárez¹. No es de extrañar, por consiguiente, que Antonio Astrain silencie otras obras de Bravo, entre las que sobresalen el *Liber de conscribendis epistolis* (Pamplona, 1589)², el *Thesaurus verborum ac phrasium* (Pamplona, 1590)³ y el

¹ *Historia de la Compañía de Jesús en la asistencia de España*, Madrid, Razón y Fe, 1913, t. IV, p. 113. La apreciación de Astrain sobre la retórica de Bravo es altamente despectiva, pues unas líneas antes les brinda a los *De arte rhetorica libri tres* de Cipriano Suárez los calificativos de “lánguido y desmayado” (*ibid.*, *ibidem*).

² La *editio princeps* aparece registrada en Antonio PÉREZ GOYENA – *Ensayo de bibliografía navarra. Desde la creación de la imprenta en Pamplona hasta el año 1910*, Pamplona, Diputación Foral de Navarra/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1947, t. I, pp. 208-209; y en Antonio PALAU Y DULCET – *Manual del librero hispanoamericano*, Barcelona, Librería Palau, 1948, t. II, n.º 34617.

³ *Ibid.*, n.º 34670. PÉREZ GOYENA describe también la obra, si bien advierte de que “ni los bibliógrafos jesuitas ni los navarros tienen noticia de semejante impresión” (*Ensayo de... op. cit.*, t. I, p. 213). Sobre dicho tratado lexicográfico, cf. ESPARZA TORRES, Miguel Ángel – “Notas sobre el «Thesaurus verborum

Liber de octo partium orationis constructione (Medina del Campo, 1600)⁴, tratados que disfrutaron, sin embargo, de una extraordinaria difusión editorial⁵ y sirvieron de obligada referencia, hasta bien entrado el siglo XIX, a numerosas generaciones de alumnos españoles que se instruían en las letras latinas. En las líneas que siguen,

ac phrasium» de Bartolomé Bravo”, in *La lingüística española en la época de los descubrimientos: Actas del Coloquio en Honor del Profesor Hans-Josef Niederehe*, Beatrice BAGOLA (ed.) – Romanistik in Geschichte und Gegenwart: Beiheft; 5 –, Hamburgo, Helmut Buske, 2000, pp. 43-57; MEDINA GUERRA, Antonia M^a – “El latín y el español en los diccionarios del los siglos XVI y XVII, in *Revista de Lexicografía*, Universidade da Coruña, II, 1995-1996, pp. 61-72, estudio éste que no nos ha sido posible consultar. Del *Thesaurus* hemos consultado un ejemplar de la edición salmantina de 1599 – *excudebat Andreas Renaut* –, guardado en la Biblioteca Histórica Marqués de Valdecilla de la Universidad Complutense de Madrid (BHMV), sig.^a 23728.

⁴ Cf. PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del... op. cit.*, t. II, n.º 34674; y URIARTE, José Eugenio de, y Mariano LECINA – *Biblioteca de escritores de la Compañía de Jesús pertenecientes a la antigua asistencia de España desde sus orígenes hasta el año 1773*, Madrid, Imprenta de la Viuda de López del Horno, 1925, t. I, pp. 551-553. Hemos consultado de esta edición un ejemplar guardado en la Biblioteca de la Universidad de Santiago de Compostela, sig.^a 11083 (cf. CÁTEDRA, Pedro María – “Prefacio” a *La imprenta en Medina del Campo* de Cristóbal Pérez Pastor, Pedro María CÁTEDRA [ed.], s. l., Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 1992 [ed. fac. Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1895], n.º 249). Tanto la *editio princeps* (*excudebat Christophorus Lassus Vaca*) como la edición vallisoletana de 1608 (*excudebat Ioannes Godínez de Millis*) presentan la aprobación y la suma del privilegio datadas en 1590, hecho que nos ha llevado a suponer que el *libellus* sintáctico podría haberse editado en la última década del siglo XVI; sin embargo, ninguno de los repertorios bibliográficos consultados da noticia de impresiones del tratado en cuestión durante aquellos años. Es probable que se editase conjuntamente con otras obras del mismo autor. Con el objetivo de confirmar dicha hipótesis, hemos consultado ejemplares de diversas obras de Bravo, todas ellas editadas en la última década del XVI; en ninguna de ellas, sin embargo, hemos hallado rastro de la publicación de la sintaxis. Sea como fuere, no cabe duda de que la redacción de la sintaxis es anterior a 1590.

Hans-Josef NIEDEREHE localiza en la Biblioteca Nacional de Madrid (BNM) un ejemplar – sig.^a 3/71286 – de una edición burgalesa, que fecha en 1600 (cf. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES II). Desde el año 1601 hasta el año 1700*, Amsterdam/Filadelfia, John Benjamins, 1999, n.º 39). Tras consultar dicho ejemplar – bastante estragado – y no obstante estar la licencia fechada en 1619, creemos que puede tratarse – pese al parecer de Justo GARCÍA MORALES, que data la edición en 1619 (cf. “La imprenta en Burgos”, in *Historia de Burgos III. Edad moderna* (3), Burgos, Caja de Burgos, 1999, p. 663) – de la edición burgalesa de 1640 – *ex officina typographica Petri Gomezii de Valdivieso* – (cf. PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del... op. cit.*, t. II, n.º 34678; URIARTE, José Eugenio de, y Mariano LECINA – *Biblioteca de... op. cit.*, t. I, p. 551e; NIEDEREHE, Hans-Josef – *Bibliografía cronológica... op. cit.*, n.º 582). Fundamentamos nuestra hipótesis en el comienzo de la actividad de Pedro Gómez de Valdivieso como impresor, que ciertos estudiosos retrasan a 1620 ó 1621 (cf. DELGADO CASADO, Juan – *Diccionario de impresores españoles (siglos XV-XVII)*, Madrid, Arco/Libros, 1996, t. I, p. 288).

⁵ Cf. SOMMERVOGEL, Carlos – *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruselas, Schepens/París, Picard, 1891, t. II, cc. 96-99; URIARTE, José Eugenio de, y Mariano LECINA – *Biblioteca de... op. cit.*, t. I, pp. 545-554; y PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del... op. cit.*, t. II, pp. 385-387. Obra de menor difusión fue el *Liber de arte poetica in quo primum de syllabarum dimensione ac versificandi ratione agitur, deinde de optimo genere poematis*, Salamanca, 1593, de la que hemos consultado un ejemplar de la segunda edición, que salió a la luz en Medina del Campo (*excudebat Iacobus a Canto*), 1596 –

nos proponemos arrojar luz sobre el tratado sintáctico de Bravo y sobre las explicaciones a las que dio lugar durante los siglos XVII y XVIII hispánicos.

Conviene advertir, antes de nada, que el P.^e Bravo⁶ da a la estampa su *Liber de octo partium orationis constructione* en un contexto educativo complejo, en el que estaba culminando, en tierras españolas, el proceso de elaboración de un texto único para la enseñanza del latín; a saber, la reforma, a cargo del jesuita Juan Luis de la Cerda, de las *Introductiones latinae* nebrisenses, intitulada *De institutione grammatica libri quinque* (1601), y de la cual se había editado, desde 1598, en tres ocasiones una primera “versión”, que salió a la luz con el título *Institutio grammatica*. Las diferencias textuales entre tales estados de la *recognitio* del P.^e La Cerda a tal punto divergen que E. Sánchez Salor considera que pueden ser obra de diferentes autores:

“¿Es el autor de este Arte reformada [la *Institutio grammatica*] el padre Juan Luis de la Cerda? Creemos que no, porque la que va a pasar por ser la auténtica Arte de Juan Luis de la Cerda [...] es considerablemente diferente de la de 1598; las diferencias son tantas que no parece que estemos ante el mismo reformador; pensar que pudo cambiar de opinión es difícil, porque [...] las diferencias son sustanciales.”⁷

BHMV, sig.^a 13536 –. Por otro lado. los repertorios bibliográficos dan noticia de otra obra gramatical del jesuita segoviano, intitulada *Commentarii linguae latinae*, Granada, 1606 – quizás una edición de la sintaxis con tal nombre – (cf. ANTONIO, Nicolás – *Bibliotheca Hispana Nova*, Madrid, Visor, 1996 [ed. fac. Madrid, Joaquín de Ybarra, 1783], t. I, p. 169; URIARTE, José Eugenio de, y Mariano LECINA – *Biblioteca de... op. cit.*, t. I, p. 551; PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del... op. cit.*, t. II, n.º 34704; NIEDEREHE, Hans-Josef – *Bibliografía cronológica... op. cit.*, n.º 105), que no hemos conseguido localizar; tampoco la registra M^a José LÓPEZ-HUERTAS PÉREZ (cf. *Bibliografía de impresos granadinos de los siglos XVII y XVIII*, Granada, Universidad de Granada/Diputación provincial, 1997, 3 vols.).

⁶ De la vida de Bartolomé Bravo conservamos en la actualidad noticias escasas e imprecisas; cf. BAEZA Y GONZÁLEZ, Tomás – *Apuntes biográficos de escritores segovianos*, Pamplona, Analecta Ediciones y Libros, 2001 (ed. fac. Segovia, Imprenta de la Viuda de Alba y Santiuste, 1877), p. 136; y VERGARA Y MARTÍN, Gabriel María, *Ensayo de una colección bibliográfico-biográfica de noticias referentes a la provincia de Segovia*, Guadalajara, Taller tipográfico del Colegio de Huérfanos de la Guerra, 1903, n.º 1411. Todo indica que dichos autores recogen las inexactitudes – sobre todo de orden bibliográfico – que sobre el jesuita castellano vierte la *Biografía eclesiástica completa. Vidas de los personajes del antiguo y nuevo testamento; de todos los santos que venera la Iglesia, papas y eclesiásticos célebres por sus virtudes y talentos, en orden alfabético*, Madrid, Librería de D. Eusebio Aguado/Barcelona, Librería de D. J. M. de Grau y Compañía, 1849, t. II, pp. 1136-1137; obra que, a su vez, toma como referencia la breve noticia bio-bibliográfica que ofrece Nicolás ANTONIO (cf. *Bibliotheca... op. cit.*, t. I, p. 169).

⁷ “Un Nebrija reformado en Zaragoza”, in *Calamus renascens. Revista de humanismo y tradición clásica*, 1, 2000, p. 350.

En efecto, los *De institutione grammatica libri quinque* reorientan la teoría hacia la gramática filosófica impulsada por Francisco Sánchez de las Brozas; ello se siente especialmente en el libro IV, dedicado a la sintaxis, al que se agregan unos escolios en forma de notas finales que precisan – y a veces corrigen – la información gramatical contenida en los preceptos. Tales comentarios, embebidos de *grammatica sanctiana*, no aparecen en la *Institutio grammatica*⁸. Sea como fuere, la *recognitio* que prevaleció como manual para la enseñanza del latín, con numerosas ediciones hasta mediados del siglo XIX, fue la *sanctiana*⁹. Que había, con todo, preceptores jesuitas de latinidad aferrados a propuestas – gramaticales y didácticas – radicalmente diferentes a las del Brocense, lo prueba, entre otros testimonios, la extensa diatriba, lanzada a inicios del siglo XVIII por el maestro de retórica y latinidad del Colegio Imperial de Madrid Juan García de Vargas contra la *Minerva seu de causis linguae latinae*, con el título *Antibroccensis crisis sive iudicium de Francisci Sanchez Broccensis Minerva*¹⁰. No sería de extrañar, pues, que se permitiese la publicación de otros tratados más próximos a la teoría gramatical tradicional. Cabe preguntarse si la sintaxis de Bartolomé Bravo cumplió este cometido.

Por otro lado, la *editio princeps* del *Liber de octo partium orationis constructione* coincide con el cese de la publicación de uno de los tratados sintácticos de mayor difusión en España durante el último tercio del siglo XVI; nos referimos al *De constructione octo partium orationis liber* del jesuita portugués Manuel Álvares¹¹. Según todos los indicios, la última edición de la sintaxis de Álvares, al menos en lo que se refiere al reino de Castilla¹², ve la luz en Alcalá de Henares el año de 1597. En otra parte hemos puesto de manifiesto la relación, a nuestro juicio,

⁸ De la *Institutio grammatica* hemos consultado sendos ejemplares de la edición madrileña de 1598 (*ex Typographia regia*) – Biblioteca Pública de Castilla-La Mancha, sig.^a Res. 945 – y de la antequerana de 1599 (*apud Claudium Bolan*) – BNM, sig.^a R/21989 –; por lo que a los *De institutione grammatica libri quinque* se refiere, hemos consultado un ejemplar de la edición madrileña de 1629 – BNM, sig.^a 3/41279 –.

⁹ Sobre dicho tratado, cf. RAMAJO CAÑO, Antonio – “La huella del Brocense en el “Arte” del P. La Cerda (1560-1643)”, in *Revista Española de Lingüística*, 21, 1991, pp. 301-321.

¹⁰ Se publicó como el capítulo primero de una *Appendix miscellanea* que completa los preceptos de la *Elucidata grammatica ad strictam artem redacta* (Madrid, 1711), también del jesuita madrileño.

¹¹ Cf. PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio – “La difusión de las artes gramaticales latino-portuguesas en España (siglos XVI-XVII)”, in *Actas do Colóquio Internacional Entre Portugal e Espanha. In honorem José Adriano de Freitas Carvalho (Península. Revista de Estudos Ibéricos, 0)*, Oporto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 131-132.

¹² En Cataluña, se da a la estampa una edición de la sintaxis de Manuel Álvares en Gerona, 1642 (*ex typographia Hieronymi Palol*), de la que un ejemplar se guarda en la Biblioteca de la Universidad de Barcelona (BUB), sig.^a XVII-L-140.

más que evidente entre la suspensión de la divulgación del libro segundo alvaresiano y la implantación del *Antonio reformado*¹³; muy probablemente tal circunstancia deba relacionarse también con la aparición editorial de la sintaxis de Bravo. No sería desatinada, por lo tanto, la hipótesis de que el jesuita segoviano se erigiese en el continuador de los planteamientos gramaticales de Álvares. De hecho, ciertos estudiosos han patentizado el nítido influjo del gramático madeirense sobre Bartolomé Bravo; tal es el caso de Manuel Mañas Núñez, según el cual:

“cuando Bravo publica su *Liber de octo partium orationis constructione* [...], con el mismo título que la sintaxis del portugués, lo único que hace es introducir en España la sintaxis de Álvares. En efecto la obra de Bravo no se trata más que de un compendio de la de Álvares, con los mismos preceptos tomados al pie de la letra. Lo único que hizo el jesuita español fue eliminar la *ratio*, es decir, las explicaciones gramaticales y recoger solamente, de forma simple, didáctica y descriptiva, la doctrina.”¹⁴

De la misma opinión parece mostrarse Eustaquio Sánchez Salor, quien establece, en cuanto a la estructura, un paralelismo entre ambos tratados¹⁵. Así pues, uno de nuestros objetivos en el presente estudio será profundizar sobre las fuentes en las que se basa el *Liber de octo partium orationis constructione* y, en concreto, determinar en qué medida el libro segundo de Álvares influye en el jesuita español y, del mismo modo, si se aleja o no del manual comúnmente utilizado, durante el siglo XVI, en escuelas y Universidades hispánicas; a saber, las *Introductiones latinae* de Antonio de Nebrija. Así mismo, siempre que creamos

¹³ Cf. PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio – “La difusión...”, *art. cit.*, pp. 131-132.

¹⁴ “Aproximación a la sintaxis latina de Manuel Álvares”, in *Actas do I Congresso Internacional – Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações maiores e Teatro*, António Manuel MARTINS MELO (coord.), Braga, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Filosofia – UCP, 1999, p. 240. Líneas antes, a propósito de los alvaresianos *De institutione grammatica libri tres*, asegura este autor que dicha gramática “no llegó a publicarse completa en nuestro país” (*ibidem*, p. 239). Lo cierto es que, hasta inicios del siglo XVII, salió a la luz en cuatro ocasiones, si bien no en Castilla: Zaragoza, 1579 – *excudebat Ioannis Alteraque* – (ejemplares en la Biblioteca Pública de Huesca [BPH], sig.^a B-15-2365, y en la Biblioteca Pública Episcopal de Barcelona [BPEB], sig.^a 471 Alv); Barcelona, 1596 – *ex typographia Iacobi Cendrat* – (BPEB, sig.^a R. 12.657 y R. 37568; BUB, sig.^a B-58/9/32); Barcelona, 1599 – *ex typographia Gabrielis Graells & Geraldí Dotil* – (Archivo Histórico Comarcal de Cervera, sig.^a R. 1446); Palma de Mallorca, 1604 – *typis Gabrielis Guasp* – (Biblioteca de la Universidad Autónoma de Barcelona, sig.^a R. 54.676).

¹⁵ Cf. SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio – “La gramática de Nebrija reformada”, in *Actas do I Congresso Internacional – Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações maiores e Teatro*, António Manuel MARTINS MELO (coord.), Braga, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Filosofia – UCP, 1999, p. 119.

oportuno, ampliaremos el cotejo a la reformas del *Antonio*, esto es, los ya citados *Institutio grammatica / De institutione grammatica libri quinque*.

* * *

Sobre las ideas lingüísticas del *Liber de octo partium orationis constructione*, aparte de los comentarios reproducidos arriba, pocos han sido los autores que las han abordado con algún detenimiento. Tal es el caso de M. A. Esparza Torres¹⁶, si bien se centra en la segunda parte de la obra¹⁷, compuesta por un repertorio de frases latinas con su correspondiente traducción al español, cuya finalidad no es otra sino ejemplificar los preceptos gramaticales expuestos páginas atrás. Y es que, en efecto, en la sintaxis del P.^o Bravo hay dos partes bien diferenciadas; a tal punto que, al menos en la *editio princeps* y en la edición vallisoletana de 1608, cada una de éstas acaban con un *laus Deo*: en la primera se presenta la preceptiva gramatical, al tiempo que en la segunda se introducen los ejemplos latinos que ilustran aquélla vertidos al castellano. Nuestro propósito será, por lo tanto, ahondar en el primer “tratado”.

Es menester, en primer lugar, ocuparnos de la definición de la sintaxis que presenta el jesuita segoviano: “Sintaxis graece, latine constructio, est recta partium orationis inter se compositio. Partes vero orationis sunt: nomen, pronomen, verbum, participium, praepositio, adverbium, interiectio, coniunctio [...]”¹⁸. Por lo que a otros tratados de la época se refiere, se reproduce a continuación la caracterización de la sintaxis en la gramática de Antonio de nebrija, la sintaxis de Álvares y las versiones de Juan Luis de la Cerda:

¹⁶ Cf. “Notas sobre...”, *art. cit.*, pp. 44-46. Hemos de señalar, no obstante, que el objetivo de dicho trabajo no es el estudio de la sintaxis sino, como se ha puesto de manifiesto antes (cf. n. 3), de la obra lexicográfica de Bravo. Un encuadramiento de la sintaxis del jesuita español en el contexto de las gramáticas que se sirven del castellano como recurso metodológico para la adquisición de la lengua latina aparece en ESPARZA TORRES, Miguel Ángel – “Ecos del método *proverbiandi* en la tradición gramaticográfica española del Siglo de Oro”, in *Romeral. Estudios filológicos en homenaje a José Antonio Fernández Romero*, Inmaculada BAEZ y M^a Rosa PÉREZ (eds.), Vigo, Servicio de Publicacions da Universidade de Vigo, 2002, pp. 98-100.

¹⁷ Cf. BRAVO, Bartolomé – *Liber de octo partium orationis constructione*, Valladolid, 1608, ff. 23r.^o-52v.^o. En lo sucesivo, cuando citemos pasajes de dicha obra, lo haremos por esta edición, de la que hemos consultado un ejemplar guardado en la BNM, sig.^a 3/5545.

¹⁸ *Ibid.*, f. 2v.^o.

EL LIBER DE OCTO PARTIUM ORATIONIS CONSTRUCTIONE

Antonio de Nebrija	Manuel Álvares	Juan Luis de la Cerda (I)	Juan Luis de la Cerda (II) ¹⁹
“Quid est syntaxis? Scientia qua bona constructio a mala dignoscitur [...]. Quid est constructio? Congrua dictionum ordinatio, congruam perfectamque sententiam demonstrans. Quid est oratio? [...] Ore missa et per dictiones ordinata pronuntiatio.” ²⁰	“Syntaxis graece, latine constructio, est recta partium orationis inter se compositio. Porro recta compositio ea censenda est qua usi sunt auctores qui pure et emendate scripserunt.” ²¹	“Syntaxis graece, latine constructio, est recta partium orationis inter se compositio.” ²³	“Syntaxis (quae latine constructio dicitur) est debita partium orationis inter se compositio.” ²²

Del contraste de los pasajes presentados se puede fácilmente colegir que Bartolomé Bravo sigue en lo esencial – como, por lo demás, también Juan Luis de la Cerda – a Manuel Álvares. Ello podría confirmar la hipótesis de que el maestro de Medina del Campo compendia o simplemente copia la sintaxis alvaresiana; tal apreciación, sin embargo, nos parece que debe ser cuidadosamente matizada, por cuanto, pese a la similitud, aparecen, como se tendrá ocasión de comprobar a continuación, evidentes desemejanzas entre el *Liber de octo partium orationis constructione* y el alvaresiano *De constructione octo partium orationis liber*. Las principales se refieren a la estructuración de la obra y a los criterios de clasificación sintáctica.

¹⁹ Hemos diferenciado la doble versión que dio a la estampa el jesuita toledano. En el primer caso, se trata de la versión cuya sintaxis no aparece anotada – citamos por la edición de Antequera, 1599 –; en el segundo, de la reforma con las adiciones “sanctianas” – hemos consultado la edición madrileña de 1629 –.

²⁰ *Introductiones in latinam grammaticen*, Granada, 1558-1560, f. Lxiiii.º (BHMV, sig.ª Res. 255). En adelante, cuando citemos pasajes de este tratado, lo haremos por esta edición. Hemos consultado también un ejemplar de la edición granadina de 1540, guardado en la Biblioteca Municipal de Oporto (sig.ª I/14/12).

²¹ *De constructione octo partium orationis liber*, Sevilla, 1573, f. 1r.º (BHMV, sig.ª 25344). En lo sucesivo, cuando citemos pasajes de esta obra, será por esta edición. La caracterización de la sintaxis, tanto en las ediciones integras de la gramática como en las del libro II, el jesuita madeirense la incluye en la glosa inicial; por dicha razón, tal definición está ausente en las ediciones castellanas del libro II sin comentarios (hemos consultado ejemplares de las siguientes: Alcalá de Henares, *apud haeredes Ioannis Gratiani*, 1589 [BHMV, sig.ª 25343]; *ex officina Ioannis Gratiani. Apud Viduam*, 1597 [BHMV, sig.ª 11032]; Madrid, *ex officina Petri Madrigalis*, 1593 [BHMV, sig.ª 25345]).

²² *Institutio grammatica*, Antequera, 1599, p. 164.

²³ *De institutione grammatica libri quinque*, Madrid, 1629, p. 113.

Por lo que a la disposición atañe, Bartolomé Bravo, tras la explicación inicial de la sintaxis, desarrolla la materia conforme a las clases de palabras, según el siguiente orden: construcción del verbo (ff. 2v.º-12v.º); nombre (ff. 12v.º-16r.º); pronombre (ff. 16v.º-17r.º); adverbio (ff. 17r.º-20r.º); preposición (f. 20r.º-v.º); interjección (ff. 20v.º-21r.º); conjunción (ff. 21r.º-22v.º). Finaliza la primera parte de la obra un apartado dedicado a las figuras de construcción (*De figurata constructione*, ff. 22r.º-23r.º). Pese a que la agregación de un capítulo final dedicado a la sintaxis figurada – ausente en el libro cuarto de la gramática del nebrisense – lo aproxima de forma evidente al libro segundo alvaresiano²⁴, trazando implícitamente una división inicial de la sintaxis en *iusta* y *figurata*, es precisamente el desarrollo de la *constructio iusta* el que diverge nítidamente de los planteamientos alvaresianos, por cuanto, en este punto, el jesuita segoviano opta por mantener el esquema sintáctico de la *recognitio* de Antonio de Nebrija, alejándose así de la concepción sintáctica de Álvares, en la que la transitividad e intransitividad de las partes de la oración son ejes fundamentales en la descripción de la *constructio iusta*²⁵.

²⁴ Adviértase, en cualquier caso, que la inclusión de la construcción figurada en los tratados sintácticos aparecidos en el último cuarto del siglo XVI y en el XVII puede no deberse a las propuestas gramaticales del jesuita madeirense, deudor – en éste y en otros aspectos – de los *De emendata structura latini sermonis libri sex* (Londres, 1524) del británico Tomás Linacro (cf. SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio – “La gramática...”, *art. cit.*, p. 116; MAÑAS NÚÑEZ, Manuel – “Aproximación a...”, *art. cit.*, pp. 241-243, 248-249; PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio – “Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI”, in *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 19, 2000, pp. 240-241).

²⁵ La estructuración sintáctica de Manuel Álvares se puede esquematizar como sigue:

Syntaxis		
Constructio iusta	Constructio figurata	
Constructio intransitiva Verbi Nominis	Barbara oratio	Figurata constructio
Constructio transitiva NominisVerbi Pronominis Praepositionis Adverbii Interiectionis Constructio coniunctionis	Barbarismus Soloecismus	Enallage Eclipsis Zeugma Syllepsis Prolepsis Archaismos Hellenismus

Más próxima, en cuanto a la estructura, al libro segundo del jesuita de Ribeira Brava que el *Liber de octo partium orationis constructione* de Bravo se encuentra la reforma del P.º La Cerda – en sus dos versiones –, pues, en los apartados dedicados a la construcción del nombre y del verbo – presentados, a

Así mismo, se detectan claras divergencias entre el tratado que estamos analizando y el libro segundo de Manuel Álvares en lo relativo a los criterios de clasificación sintáctica. Por lo que respecta al verbo, Bravo establece una dicotomía inicial. Por un lado, puede ser personal o impersonal: “Verbum est duplex, personale quod numeros certos et personas habet, ut ‘amo’, ‘lego’; impersonale, quod tertias tantum personas habet, ut ‘pudet’, ‘taedet’”²⁶; por otro, los *verba personalia* se distribuyen en cinco tipos: “Verbi personalis quinque sunt genera: activum, passivum, neutrum, deponens et commune”²⁷. Si el manual de Bravo coincide con la sintaxis de Álvares en tal clasificación²⁸, cabe señalar ciertas diferencias, de nuevo, en cuanto al desarrollo y a la ordenación de la materia, ya que Bravo adopta la disposición de la *recognitio* nebrisense, según se puede deducir del siguiente cuadro, en el que se ofrece la estructuración del apartado sobre la sintaxis del verbo en ésta, en contraste con la correspondiente a los tratados de Álvares y de Bravo:

Antonio de Nebrija	Manuel Álvares	Bartolomé Bravo
i) De constructione verborum activorum (6 species): 1) accusativus tantum; 2) accusativus cum genitivo vel ablativo; 3) accusativus cum dativo; 4) accusativus cum altero accusativo; 5) accusativus cum ablativo sine praepositione; 6) accusativus cum ablativo et praepositione ‘a’ vel ‘ab’. ii) De verbis passivis.	De constructione transitiva verbi i) De verbis neutris: genitivus post verbum; dativus post verbum; dativus vel accusativus post verbum; ablativus post verbum. ii) De constructione verbi activi: genitivus praeter accusativum; dativus cum accusativo; gemini dativi praeter accusativum; geminus accusativus post verbum; ablativus praeter accusativum; ablativus cum praepositione ‘a’ vel ‘ab’ praeter accusativum. iii) Verbum passivum. iv) Verba communia.	i) De constructione verbi activi (6 species): 1) accusativus tantum; 2) genitivus post accusativum; 3) dativus post accusativum; 4) duplex accusativus; 5) ablativus praeter accusativum; 6) ablativus cum praepositione ‘a’ vel ‘ab’ vel ‘ex’. ii) De verbo passivo. iii) De constructione verbi neutri (5 species): 1) genitivus post verbum; 2) dativus post verbum; 3) ablativus post verbum; 4) ablativus et praepositione ‘a’

diferencia de las *Introductiones latinae*, por este orden – expone en primer lugar la materia que integraría la *constructio intransitiva*, si bien el jesuita toledano no establece de forma expresa tal distinción.

²⁶ BRAVO, Bartolomé – *Liber de... ed. cit.*, f. 2v.º.

²⁷ *Ibid.*, *ibidem*.

²⁸ La postura de Manuel Álvares respecto de la tipología verbal no es tan tradicional como parece, pues, si es verdad que en los preceptos presenta la distribución de los verbos habitual en las gramáticas latinas del *usus* – y no podría ser de otra manera, dado que la finalidad de los *De institutione grammatica libri tres* es netamente pedagógica –, en las glosas, por el contrario, proporciona interesantes precisiones

iv) De verbis deponentibus (5 species):

1) genitivus post verbum; 2) dativus post verbum; 3) accusativus post verbum; 4) ablativus post verbum; 5) nullus casus post verbum nisi mediante praepositione.

v) De verbis communibus.

vi) De verbis diversorum generum atque sub eodem genere diversarum formarum.

vii) De verbis impersonalibus: A) verbum impersonale activae vocis (5 species): A1) ante se genitivus et post se infinitivus; A2) ante se dativus et post se infinitivus; A3) ante se accusativus et post se infinitivus; A4) infinitivus verbi impersonalis post verbum personale³⁰; A5) ante se accusativus et post se genitivus; B) verbum impersonale passivae vocis.

vel²⁹; 5) nullus casus post verbum nisi mediante praepositione. Verba neutra cum accusativo

iv) De constructione verbi deponentis (5 species): 1) genitivus post verbum; 2) dativus post verbum; 3) accusativus post verbum; 4) ablativus post verbum; 5) casus cum praepositione post verbum. v) De constructione verbi communis.

v) Neutropassiva.

vi) Communes verborum omnium constructiones.

vi) De constructione verbi impersonalis activae vocis (5 species): 1) genitivus post verbum; 2) dativus post verbum et nominativus aut aliqua pars orationis ante se; 3) accusativus post verbum et nominativus aut aliqua pars orationis ante se; 4) infinitivus verbi impersonalis post verbum personale; 5) accusativus et genitivus vel infinitivus post verbum. vii) De constructione verbi impersonalis passivae vocis.

viii) De communi omnium verborum constructione.

sobre este aspecto. En una de ellas, introduce una doble clasificación verbal según el nivel de descripción lingüística, invalidando así la tradicional: en el plano semántico (*significatio*), considera que hay cuatro tipos de verbos: “Ego (dicam enim quod sentio) quadripartitam existimo esse hanc distributionem: quaedam namque actionem significant, ut ‘aedifico’, ‘curro’, ‘sequor’; alia passionem, ut ‘vapulo’, ‘verberor’; alia tum actionem tum passionem, ut ‘dignor’, ‘amplector’ [...]; alia denique nec actionem neque passionem significant, ut ‘sedeo’, ‘iaceo’” (*De constructione... ed. cit.*, f. 35v.^o); en el plano sintáctico (*constructio*), hay dos clases: “Quod vero ad constructionem attinet, duplex est verbum: intransitivum, quod post se aut nullum casum habet, ut ‘venio’, ‘redeo’, aut similem praecedenti [...]; alterum transitivum, quod in casum diversum a praecedenti transit. Hoc in activum, passivum et neutrum partitur” (*ibidem*, ff. 35v.^o-36r.^o). Para la descripción sintáctica, claro está, la clasificación relevante es la segunda, y sobre ella basa el libro segundo. En lo que toca a los verbos activos, rechaza, en un extenso esolío, tal denominación, para, a renglón seguido, sugerir un vocablo que denote de forma rigurosa la construcción de este tipo de verbos: “Activum verbum est quod post se accusativum postulat, cuiuscunque sit positionis, ut ‘laudo’, ‘facio’, ‘sequor’, ‘amplector’, ‘odi’ [...]. Libenter hoc genus verborum, si per grammaticos liceret, accusativum appellarim, quemadmodum quidam veterum accusativas praepositiones vocant quae accusandi casu gaudent” (*ibid.*, f. 36r.^o); y más adelante: “Nobis, quod ad constructionem attinet, illud erit verbum activum vel potius accusativum (sic enim velim appellare omne id quod in accusativo transit) quod post se accusativum postulat cuiuscunque positionis” (*ibid.*, f. 52v.^o). De tales afirmaciones se infiere que la clasificación tradicional de los verbos resulta innecesaria, pues, por ejemplo, los verbos deponentes – o incluso en ciertos contextos los neutros – que subcategorizasen un acusativo pasarían a ser *accusativa*.

²⁹ En este apartado, Bravo analiza aquellos verbos que Álvares agrupa entre los *neutropassiva*; a saber, verbos neutros de significación pasiva cuya sintaxis es idéntica a la de los verbos pasivos: “Quinque verba numerantur: ‘vapulo’, ‘vencio’, ‘fio’, ‘exulo’, ‘liceo’, quorum tria, ut passionem significant, ita passivorum more construuntur” (*Liber de... ed. cit.*, f. 6r.^o/v.^o).

³⁰ Así describe Nebrija, de forma un tanto enigmática, este tipo de impersonales: “Quarta verborum

En efecto, del cotejo puede concluirse que el jesuita segoviano no sólo adopta fielmente la ordenación de los apartados sobre el verbo, sino también los criterios de clasificación de los verbos activos, neutros, deponentes e impersonales en tipos o *species* expuesta por Antonio de Nebrija. Por el contrario, Manuel Álvares, aunque en la descripción que propone para los verbos neutros y activos/acusativos se detectan ecos de las *species* – tal vez por influjo de Antonio –, condiciona la exposición del verbo al criterio de la transitividad e intransitividad de las clases de palabras, de tal modo que, si bien presenta la distinción tradicional de los *genera verbi*, tal planteamiento conlleva la reducción de la tipología verbal: por lo que se refiere a los verbos deponentes, el jesuita portugués sólo los define³¹, renunciando a establecer una clasificación de éstos, pues, en el plano sintáctico, se incluirían en los *accusativa*; lo mismo puede afirmarse de los impersonales, puesto que no difieren del resto de activos, pasivos y neutros³². Pues bien, tal planteamiento está ausente, según puede observarse, en el *Liber de octo partium orationis constructione* del P.^e Bravo. Otro rasgo diferencial llamativo del libro sintáctico de Álvares respecto de los tratados de Nebrija y Bartolomé Bravo lo constituye la materia con la que principia el apartado dedicado a la construcción de los verbos; a saber, la exposición de los verbos neutros. En este caso, la razón de tal alteración no se cimenta en cuestiones estrictamente lingüísticas, sino pedagógicas; así lo manifiesta en el escolio previo al desarrollo de esta clase de verbos: “De neutris primo dicamus, tum quia casuum ordo id exigit, tum, quod magis me movet, ut cognita neutrorum turba facilius cognoscant adolescentes activa sive accusativa verba”³³.

Queda claro, pues, que las divergencias estructurales, en el apartado sobre los

impersonalium species est quae cum iunguntur infinitivis verborum impersonalium proprie sic dictorum impersonalia sunt, alias vero personalia” (*Introductiones in... ed. cit.*, f. LXXVII.^o).

³¹ “Deponentia [sunt] quae itidem litera ‘r’ terminata actionem tantum significant” (*De constructione... ed. cit.*, f. 35v.^o).

³² “Per haec tria genera [activum, passivum, neutrum] fusa atque dispersa sunt quae impersonalia vocant” (*ibidem*, f. 36r.^o).

³³ *Ibidem*, f. 36r.^o. El recelo del madeirense en relación con la enseñanza de los verbos activos se centra en la inadecuada denominación de esta clase. Ya hemos visto que para éstos propone una designación diferente – *accusativa* –, acorde con la descripción sintáctica; un término, por el contrario, con ecos semánticos como *activa* podría, en el aprendizaje de tales verbos, ocasionar, a juicio de Álvares, confusión entre los discentes: “Nihil fere in tota constructionis ratione difficilius est quam verbi activi naturam cognoscere. Ego, ut verum aperte et ingenue confítear, nondum rationem inire potui qua hanc praeceptionem ita tyronibus proponerem, facile ut intelligi posset. Nam illud tritum et pervulgatum praeceptum: “Omne verbum significans actionem post se accusativum postulat”, ne ii quidem qui philosophiae praeceptis sunt imbuti facile intelligent, neque mirum” (*ibidem*, f. 35r.^o).

verbos, entre el manual sintáctico de Álvares y el de Bravo son considerables. Ahora bien, el jesuita segoviano agrega información gramatical que no aparece en el Antonio y sí en los alvaresianos *De institutione grammatica libri tres*; tal es el caso de la introducción de un capítulo dedicado a los casos no regidos por el verbo, esto es, la *constructio omnium verborum communis*. Es bastante probable que Bartolomé Bravo haya tenido como referencia el libro sintáctico de Álvares, si bien este apartado también se registra en otras gramáticas renacentistas como los *Commentarii grammatici* (cc. 1514) de Juan Despauterio³⁴, o los ya citados *De emendata structura latini sermonis libri sex*³⁵.

Tras el análisis estructural llevado a cabo, ¿hemos de concluir que el *Liber de octo partium orationis constructione* tiene como fuente principal el libro IV de la gramática de Antonio de Nebrija? No nos parece que sea así, por cuanto, pese a que, como hemos visto, Bravo no se aparta en lo esencial de la ordenación del nebrisenense, encontramos fuertes indicios de que, en lo que toca a los criterios de caracterización sintáctica de las partes de la oración, el jesuita segoviano se basa en la gramática de Manuel Álvares. De ello hemos dado arriba una primera prueba al contrastar la definición inicial de sintaxis en Bravo y en los tratados más influyentes en los reinos hispánicos en el umbral del siglo XVII. Por lo que al apartado sobre la construcción del verbo atañe, se aprecia en el *Liber* de Bravo una “depuración” de las definiciones de cada clase de verbos, en las que se observa, en términos generales, la eliminación de rasgos semánticos, optando por ofrecer una caracterización predominantemente formal de cada construcción, según se advierte en los siguientes cuadros:

³⁴ De escasa difusión editorial en España, la gramática de Despauterio gozó de una extraordinaria divulgación en otros países, especialmente en Francia (cf. COLOMBAT, Bernard – *La grammaire latine en France à la Renaissance et à l'Âge classique. Théories et pédagogie*, Grenoble, ELLUG, 1999, p. 38) y en Portugal – si bien en forma de adaptación – durante el tercer cuarto del siglo XVI (cf. VERDELHO, Telmo – *As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesa*, Aveiro, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995, p. 102; PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio – “Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555), in *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 22, 1, 2002, pp. 213-214).

³⁵ Es conocida la preferencia de ciertos pedagogos y gramáticos jesuitas de renombre por la gramática del humanista británico (*ibid.*, p. 218 n.º 28). Manuel Álvares, ya nos hemos referido a ello (cf. *supra*, n.º 24), pese a citarlo en contadas ocasiones, fundamenta su sintaxis en los planteamientos de Linacro; que éstos fueron, entre otros, fuente de inspiración para Juan Luis de la Cerda – al menos en la *Institutio grammatica* – se muestra claramente si consideramos el tratado sobre los numerales que el jesuita toledano presenta tras la sintaxis, intitolado *De numerandi ratione ex Linacro* (*ed. cit.*, p. 253).

I. Verbos personales e impersonales:

Nebrija	Álvares	Bravo
<p>“Verba partim sunt personalia, partim impersonalia. Personalia sunt quae habent numeros et personas. Impersonalia quae carent numeris et personis [...]”³⁶</p>	<p>“Verbum duplex est: personale et impersonale. Personale est quod omnes personas utriusque numeri habet [...]. Impersonale est quod prima et secunda persona utriusque numeri, et tertia multitudinis fere privatur, unde et nomen trahit.”³⁷</p>	<p>“Verbum est duplex: personale, quod numeros certos et personas habet [...]; impersonale, quod tertias tantum personas habet [...]”³⁸</p>

II. Clases de verbos:

Nebrija	Álvares	Bravo
<p>“Activum verbum est illud quod desinit in ‘o’ et habet passivum in ‘or’, et exigit ante se nominativum in persona agentis vel facientis et accusativum in persona patientis.”³⁹</p> <p>“Passivum verbum est illud quod desinit in ‘or’ et habet activum in ‘o’, et exigit ante se nominativum pro persona patientis et ablativum cum praepositione ‘a’ vel ‘ab’ vel dativum pro persona agentis vel facientis.”⁴²</p> <p>“Neutrum verbum est illud quod desinit in ‘o’ et non habet passivum in ‘or’.”⁴⁵</p> <p>“Commune verbum est quod desinit in ‘or’ et non habet activum in ‘o’, et retinet activi et passivi significationem.”⁴⁸</p>	<p>“Verbum personale dividitur in quinque genera: activum, passivum, neutrum, commune, deponens. Activum est quod litera ‘o’ finitum passivum fit addita litera ‘r’.”⁴⁰</p> <p>“Passivum est quod syllaba ‘or’ finitum activum fit ‘r’ litera abiecta.”⁴³</p> <p>“Neutrum est quod ‘m’ vel ‘o’ literis finitum ex se passivum personale non gignit.”⁴⁶</p> <p>“Commune est quod ‘or’ syllaba tantum finitum activi simul et passivi significationem habet,</p>	<p>“Verbi personalis quinque sunt genera: activum, passivum, neutrum, deponens et commune. Verbum activum est quod in ‘o’ finitur et habet passivum in ‘or’.”⁴¹</p> <p>“Verbum passivum est quod in ‘or’ finitur et habet activum in ‘o’; postulat post se ablativum cum praepositione ‘a’ vel ‘ab’, qui ex nominativo verbi activi fit.”⁴⁴</p> <p>“Verbum neutrum est quod in ‘o’ finitur et non habet passivum in ‘or’.”⁴⁷</p> <p>“Verba communia, quae in ‘or’ finita activum in ‘o’ non habet, apud priscos tam actionem quam passionem significabant, iam vero activa significatione contenta sunt. Quod vero</p>

³⁶ *Introductiones in... ed. cit.*, f. LXVV.^o

³⁷ Citamos por la edición de los *De institutione grammatica libri tres* incluida en nuestra tesis de doctorado *Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*, Madrid, UCM, 2000 (polic.), t. 2, p. 169. Siempre que reproduzcamos pasajes de la gramática de Álvares que no se integren en el libro sintáctico, lo haremos por dicha edición. En este caso, la presente cita y las siguientes forman parte del tratado intitulado *Rudimenta sive de octo partibus orationis*, integrado en el libro primero.

³⁸ *Liber de... ed. cit.*, f. 2v.^o

³⁹ *Introductiones in... ed. cit.*, f. LXVV.^o

⁴⁰ *De institutione... ed. cit.*, p. 169.

⁴¹ *Liber de... ed. cit.*, ff. 2v.^o-3r.^o

⁴² *Introductiones in... ed. cit.*, f. LXIXr.^o

⁴³ *De institutione... ed. cit.*, p. 169.

⁴⁴ *Liber de... ed. cit.*, f. 5r.^o/v.^o

⁴⁵ *Introductiones in... ed. cit.*, f. LXIXr.^o

⁴⁶ *De institutione... ed. cit.*, p. 169.

⁴⁷ *Liber de... ed. cit.*, f. 5v.^o

⁴⁸ *Introductiones in... ed. cit.*, f. LXXIIIv.^o

“Deponens verbum est illud quod in ‘or’ desinit et non habet activum in ‘o’ retinetque tamen activi significationem.”⁵¹

praeicipue participium praeteriti temporis et quae eius adminiculo supplentur.”⁴⁹
 “Deponens est quod ‘or’ syllaba tantum finitum activi vel neutri significationem habet.”⁵²

ad constructionem attinet, accusativum amant referunturque ad tertiam speciem verborum deponentium.”⁵⁰
 “Verbum deponens est quod in ‘or’ finitur et non habet activam in ‘o’ significatque actionem.”⁵³

Por lo que se refiere a la distinción inicial del verbo en personal e impersonal, se observa en la descripción de Bravo una clara aproximación a los planteamientos de Manuel Álvares, para el cual los verbos denominados impersonales se caracterizan en lo esencial por ser una suerte de formas defectivas que disponen de sujeto sintáctico – si bien no siempre –, sea éste un nominativo, una secuencia de infinitivo o una oración completiva. Así lo expresa en numerosos pasajes de los libros primero y segundo; por ejemplo, al analizar las formas pasivas “impersonales” de los verbos que, en la voz activa, subcategorizan un acusativo de tercera persona:

“Merito haec defectiva sive mutila existimanda esse censet Donatus, utpote quibus praecipuae personae deficiant. Ex hoc Varronis loco multa efficiuntur: primo activa illa quae transeunt in accusativum tertiae duntaxat personae, ut ‘sero’, ‘meto’, ‘pastino’, ‘aro’, ‘rigo’ et caetera eiusdem generis, cum passiva fiunt, esse huius ordinis [...]. Plaut. Epid.: ‘Mihi istic neque scriitur neque metitur’. Plin. lib. 18 cap. 3: ‘Actus vocabatur, in quo boves agerent, cum aratur uno impetu iusto’. Cic. Philip. 2: ‘Ab hora tertia bibebatur, ludebatur, vomebatur’. Horum nominativus facile intelligi potest ‘frumentum’, ‘ager’, ‘vinum’, ‘ludus’.”⁵⁴

Asimismo, tal planteamiento está presente – si bien con restricciones provocadas por el *usus* – al abordar las formas pasivas de los verbos que subcategorizan también acusativos de primera y segunda persona:

“Deinde ab ‘amo’ et similibus verbis quae in omnes personas transeunt [fiunt] impersonalia, quod veterum auctoritate probari potest [...]. Ceterum ab his verbis tum demum fiunt impersonalia, cum voce activa absolute ponuntur, quod verbis ‘amo’, ‘turbo’ potissimum accidit.”⁵⁵

⁴⁹ *De institutione...* ed. cit., p. 169.

⁵⁰ *Liber de...* ed. cit., f. 8r.º.

⁵¹ *Introductiones in...* ed. cit., f. LXXIII.º.

⁵² *De institutione...* ed. cit., p. 169.

⁵³ *Liber de...* ed. cit., f. 7r.º.

⁵⁴ *De constructione...* ed. cit., f. 75r.º/v.º.

⁵⁵ *Ibidem*, f. 75v.º. Del mismo modo, ciertas formas impersonales pasivas de verbos considerados neutros podrían, en opinión del jesuita madeirense, disponer de tercera persona de plural: “Non video cur verba haec interim non habeant, si opus erit, tertiam personam multitudinis. Cur enim non dicant glires ‘totae nobis dormiuntur hyemes’? Nec desunt veterum testimonia quibus id confirmemus.” (*ibidem*, f. 76v.º); hecho que demostraría que aquéllos, en la voz activa, pueden regir un acusativo.

En fin, una frase de infinitivo o una completiva pueden ser el sujeto sintáctico de verbos que las gramáticas normativas renacentistas comúnmente agrupan entre los impersonales activos, como *miseret, miserescit, piget, paenitet, pudet, taedet*:

“Habent quemadmodum et caetera impersonalia nonnunquam infinitum aut membrum orationis loco nominativi. Cic. Ad Q. Frat. lib. 2: “Non me hoc dicere pudebit”. Idem 4 Academ.: “Paenitet eum illa sensisse”. Idem Ad Att. 2: “Quod te offenderim me paenitet.””⁵⁶

Pues bien, tal postura en torno a los impersonales – ausente en la gramática de Antonio de Nebrija – parece asumirla Bartolomé Bravo cuando los define como formas que carecen de las primeras y segundas personas; la mención del plural al referirse a la tercera persona lo aproxima, en nuestra opinión, a la postura de Álvares sobre el uso, confirmado por los autores, del plural de ciertos verbos pasivos, analizados tradicionalmente como impersonales, como *dormitur*.

En cuanto a la caracterización de las clases de verbos, se observa, como se ha puesto antes de manifiesto, un rechazo por parte de Bravo del doble criterio – formal y semántico – para la descripción de los diversos *genera*, empleado en las *Introductiones latinae* nebrisenses, adoptando una orientación formalista muy cercana a Manuel Álvares; criterio que ni el jesuita segoviano ni el madeirense aplican de forma sistemática, pues en la caracterización de los verbos neutros y comunes siguen utilizando rasgos formales y semánticos. Por otro lado, en el análisis de los verbos comunes, Bartolomé Bravo establece un doble plano lingüístico – *significatio / constructio* – que recuerda a la clasificación propuesta por Álvares⁵⁷.

La aproximación teórica entre los gramáticos jesuitas se muestra, de nuevo, patente en la descripción sintáctica del resto de las partes de la oración. Por lo que

⁵⁶ *Ibidem*, f. 62r.º.

⁵⁷ Cf. *supra*, n.º 28. Por lo que respecta al tratamiento de los verbos en las versiones de la *recognitio* de Juan Luis de la Cerda, cabe subrayar que la primera conserva en las definiciones ciertos rasgos semánticos que la asocian a la gramática de Nebrija, al tiempo que la segunda, tal vez por influjo de Manuel Álvares, opta por eliminar la vertiente semántica. Valga como ilustración la caracterización de los verbos pasivos: “Passivum verbum habet ante se nominativum patientem et post se ablativum agentem cum praepositione ‘a’ vel ‘ab’ vel dativum, interdum etiam accusativum mediis praepositionibus ‘per’, ‘apud’, ‘inter’” (*Institutio... ed. cit.*, p. 194); “Verbum passivum habet eum nominativum, qui in activo accusativus fuerat [...]. Cui sapientissime eleganter adiungitur ablativus cum praepositione ‘a’ vel ‘ab’ [...]”. (*De institutione... ed. cit.*, p. 126). De la clara influencia, al menos en lo que a la preceptiva atañe, de los *De institutione grammatica libri tres* sobre la reforma definitiva del P.º La Cerda da cuenta la definición de los verbos activos: “Verbum activum, vel potius accusativum, cuiuscumque id demum positionis sit, post se accusandi casum postulat” (*ibidem*, p. 123); la *Institutio grammatica*, por su parte, no ofrece caracterización alguna de esta clase de verbos.

toca al nombre, se puede afirmar que Bravo sigue a Álvares, no obstante haber divergencias en la ordenación o selección de la materia. Así, el preceptor de Medina del Campo omite la denominada por Álvares *constructio intransitiva*, en la que se trata principalmente de los diversos tipos de concordancia (nominativo y verbo, sustantivo y adjetivo, relativo y antecedente), de la aposición (*substantiva continuata*), de los constituyentes en función atributiva o predicativa (*utrinque nominandi casus*) y, finalmente, en la concordancia establecida entre la pregunta y la respuesta (*interrogationis atque responsionis consensus*). Esta primera parte falta en el tratado de Bartolomé Bravo, que, con tal elección, sigue muy posiblemente el apartado correspondiente del *Antonio*, intitulado *De nominis constructione cum alio casuali*⁵⁸. Pero, por lo demás, la finalidad principal de Bravo se resume en reproducir de forma compendiada los planteamientos de Manuel Álvares. Así, la estructuración de la sintaxis del nombre en el *Liber de octo partium orationis constructione* se inspira claramente en la que propone el jesuita de Ribeira Brava, según se puede apreciar en el siguiente cuadro:

Manuel Álvares	Bartolomé Bravo
De constructione nominis	
Constructio intransitiva	
Constructio transitiva	
Genitivus post nomen substantivum	De substantivis [Genitivus post nomen substantivum]
Genitivus vel ablativus post nomen substantivum	[Genitivus vel ablativus post nomen substantivum]
Genitivus post nomen adiectivum	De adiectivis [Genitivus post nomen adiectivum]
Partitiva	[Genitivus vel dativus post nomen adiectivum]
Superlativa	Dativus post nomen adiectivum
Genitivus vel dativus post nomen	Accusativus vel ablativus post nomen
Dativus post nomen	Ablativus post nomen
Dativus vel accusativus cum praepositione 'ad'	Ablativus cum praepositione post nomen
post nomen Accusativus vel ablativus post nomen	De nominibus comparativis et superlativis
Ablativus post nomen	De constructione comparativi
Comparativa	De constructione superlativi
	De relativis
	De patronymicis nominibus

En efecto, se observa que hay un paralelismo evidente entre ambos tratados; así y todo, en la presentación de los tres últimos apartados sobre comparativos y superlativos, relativos y patronímicos, el jesuita segoviano se aleja de Álvares para,

⁵⁸ Cf. *Introductiones in... ed. cit.*, ff. LXXXII^o-LXXXIII^o.

de nuevo en lo que se refiere a la distribución de la materia gramatical, seguir a Antonio de Nebrija. Sin embargo, como tuvimos ocasión de comprobar a propósito de la sintaxis verbal, Bartolomé Bravo elige los *De institutione grammatica libri tres* no sólo a la hora de desarrollar la teoría, sino también en la elección de los ejemplos para consolidar el aprendizaje. Valga como ilustración la materia presentada en el apartado *De substantivis*:

Manuel Álvares

“Quotiescunque duo nomina substantiva rerum diversarum in oratione continuantur, alterum erit genitivi casus. Cic. In Pisonem: “Supplicium est poena peccati” [...]. Adiectiva cum substantive ponuntur more substantivorum construuntur. Cic. De Senectute: “Tantum cibi et potionis adhibendum, ut reficiantur vires, non opprimantur” [...]. Substantiva cum ad laudem vel vituperationem referuntur interrogandi vel auferendi casu gaudent. Cic. Ad Marcellum lib. 4: “Neque te monere audeo praestanti prudentia virum, neque confirmare maximi animi hominem virumque fortissimum.”⁵⁹

Bartolomé Bravo

“Quotiescunque duo nomina substantiva rerum diversarum in oratione continuantur, alterum erit genitivi casus. Cic. In Pis.: “Supplicium est poena peccati”. Adiectiva cum substantive ponuntur more substantivorum construuntur, ut “tantum cibi”. Substantiva cum ad laudem vel vituperationem referuntur genitivo vel ablativo gaudent. Cic. Ad Marc. lib. 4: “Neque te monere audeo praestanti prudentia utrum, neque confirmare maximi animi hominem”.”⁶⁰

La ilustración presentada confirma aquello que se había adelantado anteriormente: Bartolomé Bravo lleva a cabo una refundición y una selección no sólo de la preceptiva – reglas, apéndices y excepciones – que integra el libro segundo alvaresiano, como también de las citas de autoridades con que el gramático portugués fundamenta su teoría. Y aun cuando el segoviano introduce, en la exposición de la sintaxis nominal, apartados no correlativos con la ordenación que propone Álvares – aproximándose, en consecuencia, a las *Introductiones Latinae* –, aun en tales casos Bravo toma como fuente los *De institutione grammatica libri tres*. Ello puede verse con claridad en el capítulo dedicado al relativo, en el que de nuevo el jesuita español compendia los preceptos de la gramática de Álvares:

Nebrija

“Relativum est quod rem antecedentem refert. Et est duplex, substantiae et antecedentis [sic]. Relativum substantiae est quod refert antecedens substantivum [...].

Álvares

“Relativum est quod nomen antecedens in memoriam reducit. Id duplex est, substantiae et accidentis. Relativum substantiae est quod nomen substantivum in

Bravo

“Relativum nomen est quod refert antecedens. Id est duplex, substantiae et accidentis. Relativum substantiae est quod reducit in memoriam nomen substantivum [...]. Relativum

⁵⁹ *De constructione... ed. cit.*, ff. 17r.^o-18v.^o.

⁶⁰ *Liber de... ed. cit.*, f. 12v.^o.

Relativum accidentis est quod refert antecedens adiectivum [...].

Relativum accidentis cum substantivo sequenti debet concordare [...].

Relativum vero substantiae cum antecedenti plerumque debet convenire [...]. Si tamen 'quis' vel 'qui' ponitur inter duo substantiva, utriusque potest referri [...]. Si tamen alterum ex duobus substantivis est proprium, semper ad illum referendum est."⁶¹

memoriam reducit [...].

Relativum accidentis est quod in memoriam reducit nomen adiectivum."⁶²

"Relativum 'qui', 'quae', 'quod' concordat cum antecedente in genere et numero [...]. Relativum 'qui', 'quae', 'quod', cum antecedenti praepositur, cum eodem genere, numero et casu perquam venuste cohaeret [...].

Quod si inter duo substantiva ponatur, cum alterutro consentire poterit, etiam si alterum proprium sit."⁶³

'qui', 'quae', 'quod' si inter duo substantiva ponatur, cum alterutro consentire poterit, etiam si alterum proprium sit [...].

Si vero antecedenti praepositur, cum eo genere, numero et casu perquam venuste cohaeret [...]. Relativum accidentis est quod refert antecedens adiectivum et convenit cum consequenti genere, numero et casu [...]."⁶⁴

De tal contraste nos parece que, pese a que Bravo puede haberse basado en Nebrija a la hora de presentar la caracterización de los relativos cuyo antecedente es un adjetivo, la fuente principal es la gramática de Álvares; a tal punto que el maestro castellano llega a presentar un precepto alvaresiano que apunta directamente contra el nebrisense, al advertir que el relativo, si se sitúa entre dos sustantivos, puede concordar con cualquiera de los dos, aun cuando uno de ellos sea nombre propio ("etiam si alterum proprium sit"). Tal afirmación, según se observa en el cuadro, está tomada literalmente de un precepto de Álvares, el cual, en la glosa respectiva, avisa de que "proprium substantium non rapit ad se relativum, ut quidam arbitrantur". Con el empleo del indefinido *quidam*, Álvares tiene en mente al maestro salmantino. Por otro lado, cabe señalar que el *Liber de octo partium orationis constructione*, no toma, en este apartado, como referencia exclusiva el libro segundo alvaresiano, sino también el apartado sobre morfología, intitulado *Rudimenta sive de octo partibus orationis* e incluido en el libro primero⁶⁵. Ello nos ofrece un indicio de que Bartolomé Bravo consultó la obra gramatical íntegra de Álvares, incluido el libro tercero dedicado a la prosodia, en el que se integra un apartado sobre los patronímicos⁶⁶ que, ya lo hemos visto, el jesuita castellano introduce, guiado por la ordenación de Antonio, en su sintaxis. Tal aspecto de nuevo se muestra a las claras

⁶¹ *Introductiones in... ed. cit.*, ff. LXXXIIIIV.^o

⁶² *De institutione... ed. cit.*, p. 161.

⁶³ *De constructione... ed. cit.*, ff. 8r.^o-10r.^o.

⁶⁴ *Liber de... ed. cit.*, f. 15r.^o/v.^o.

⁶⁵ Cf. ÁLVARES, Manuel – *De institutione... ed. cit.*, pp. 154-190.

⁶⁶ *Ibidem*, pp. 590-598.

en los capítulos dedicados al adverbio⁶⁷, a la interjección⁶⁸ y a la conjunción⁶⁹, en cuya exposición subyace una estructuración común: i) clasificación semántica e inventario de cada una de estas clases de palabras; ii) sintaxis⁷⁰. Mientras la segunda parte mantiene como referencia el libro segundo del humanista portugués, la información gramatical contenida en la primera sigue fielmente los *Rudimenta*.

Una vez que se ha comprobado que Bartolomé Bravo, en el plano de la preceptiva gramatical, compendia y refunde explicaciones, apéndices y excepciones alvarísticos – sintácticos, morfológicos o incluso del libro tercero –, al tiempo que, en lo que toca a la disposición de la materia, se basa predominantemente en las *Introductiones latinae* nebrisesenses, queda por aclarar una cuestión que nos parece pertinente, sobre todo si consideramos la época en que se redacta el *Liber de octo partium orationis constructione*: ¿Hay rastros de los postulados teóricos de Francisco Sánchez de las Brozas en la obra sintáctica del jesuita segoviano? Cabe advertir que la *grammatica sanctiana* no sólo inaugura en España, tal como apunta Luis Gil Fernández⁷¹, los estudios de Lingüística, en tanto que se describe de una forma sistemática y general el funcionamiento de la lengua – materializada en la latina –, como también intenta dotar de nueva savia los fundamentos metodológicos para la enseñanza del latín. Son bien conocidas la propuestas didácticas que presenta el humanista extremeño en obras como las *Verae brevesque grammatices latinae institutiones* (Lyon, 1562) o el *Arte para en breve saber latin* (Salamanca, 1595)⁷², y de qué forma influye en las siguientes generaciones de gramáticos europeos. En la Península Ibérica, por lo que atañe a la pedagogía del latín, el modelo sanctiano sirve de inspiración para la segunda versión – ya lo hemos visto – del *Antonio reformado* a cargo de Juan Luis de la Cerda⁷³ y, una decena de años más tarde, de forma mucho más acentuada en el *Commento en defensa del libro quarto del Arte de Grammatica del Maestro Antonio de Nebrissa* (Salamanca, 1610) de Diego

⁶⁷ BRAVO, Bartolomé – *Liber de... ed. cit.*, ff. 17r.º-20r.º.

⁶⁸ *Ibidem*, ff. 20v.º-21r.º.

⁶⁹ *Ibidem*, ff. 21r.º-22r.º.

⁷⁰ Nótese que tal secuencia – presentación / definición y sintaxis de la clase o subclase de palabras – también se refleja en el capítulo dedicado al relativo.

⁷¹ *Panorama social del humanismo español (1500-1800)*, Madrid, Tecnos, 1997², p. 248. En el mismo sentido se manifiesta Eustaquio SÁNCHEZ SALOR (cf. “La gramática racional del XVI ¿Continuidad o ruptura?”, in *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*, Eustaquio SÁNCHEZ SALOR, Luis MERINO JEREZ, Santiago LÓPEZ MOREDA [eds.], Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 1996, pp. 34-35).

⁷² Sobre esta obrita, cf. PROTOMÁRTIR VAQUERO, Santos – “Notas sobre el “Arte para en breve saber Latín” del Brocense”, in *Revista de Estudios Extremeños*, 1989, 45 (3), pp. 601-610.

⁷³ Cf. *supra*, n.º 9.

López, discípulo del Brocense en los estudios salmantinos⁷⁴; en Portugal, el primer gramático que se encargó de introducir – aunque no de forma sistemática – las ideas del Brocense fue Pedro Sanches de Paredes en su *Arte de grammatica pera em breve saber latin*⁷⁵ (Lisboa, 1610); no habrá, sin embargo, una adopción general de la *grammatica sanctiana* en tierras lusas hasta la aparición del *Methodo grammatical para todas as linguas* (Lisboa, 1619) de Amaro de Roboredo⁷⁶. Pues bien, no obstante la manifiesta difusión de la teoría sanctiana en tierras ibéricas, no hemos hallado prácticamente indicios de una lectura de la *Minerva* en el tratado sintáctico de Bartolomé Bravo. Es cierto, con todo, que, en el capítulo dedicado a la construcción de los verbos neutros, el maestro castellano incluye un apartado sobre la propiedad de ciertos verbos intransitivos para regir un acusativo interno (*verba neutra cum accusativo*), en el que presenta la siguiente explicación:

“Verba quaedam neutra accusativum admittunt rem verbi significantem, ut “vivo vitam”, “ambulo viam”, “eo iter”, “pugno pugnam”, “pecco peccatum”. Item alia quae pro activis sumuntur, ut “calleo”, ‘doleo’, ‘horreo’, ‘sono’, ‘oleo’, ‘redoleo’ etc., ut “doleo vicem tuam”.”⁷⁷

Lo que puede suponer una aproximación a las posiciones de Sánchez de las Brozas⁷⁸, pese a que el empleo del indefinido *quaedam* refleja con claridad que no pretende aplicar de manera sistemática tal precepto a todos los verbos neutros. Por

⁷⁴ Del tratado sintáctico del maestro López ha salido recientemente una edición crítica con una extensa introducción a cargo de Guadalupe MORCILLO EXPÓSITO (*La gramática de Diego López: Estudio y Edición*, Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 2002); en dicho estudio se analiza con pormenor la obra de López en contraste con la versión sanctiana del P.^e La Cerda y – no podía ser de otra manera – con la *Minerva seu de causis linguae latinae* de Sánchez de las Brozas.

⁷⁵ Sobre esta obra, cf. FERNANDES, Gonçalo – “A primeira gramática latina escrita em Português”, in *Revista Portuguesa de Humanidades*, 6, 2002, pp. 481-495; sobre la impronta del Brocense en el arte de Sanches de Paredes, cf. PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio – “O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII”, in *Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas»*, 19, 2002, pp. 499-507.

⁷⁶ De dicha obra ha salido recientemente una edición facsimilar (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002) con estudio preliminar de Marina A. KOSSARIK. Sobre las obras y la doctrina Amaro de Roboredo, cf. FERNANDES, Gonçalo – *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das línguas*, Vila Real, Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro, 2002, tesis doctoral inédita.

⁷⁷ BRAVO, Bartolomé – *Liber de... ed. cit.*, f. 6v.^o.

⁷⁸ “Quum igitur, secluso verbo substantivo, omnia verba sint aut activa aut passiva, intelligendum est activa omnia vel in varios transire accusativos, ut “facere verba, fidem, finem”, vel in unicum tantum, id est, in suum, ut “vivere vitam”, “mori mortem”, “egere egestatem”, “furere furorem” (*Minerva o de causis linguae latinae*, Introducción y edición de los libros I, III y IV por Eustaquio SÁNCHEZ SALOR; edición del libro II por César CHAPARRO GÓMEZ, Cáceres, Institución Cultural “El Brocense”/Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 1995, p. 240).

otro lado, ciertos gramáticos normativistas contemplan la posibilidad de que este tipo de verbos rija acusativo; es el caso de Manuel Álvares, en uno de cuyos escolios sintácticos presenta tal fenómeno como un tipo más de *verba accusativa*:

“Horum [verborum activorum seu accusativorum] quinque sunt genera sive ordines [...]. Tertium in accusativum significantem rem verbi, ut “vivo vitam”, “curro cursum”, aut in accusativum mensurae qua rem ipsam metimur, ut “vixi duas aetates”, “curro stadium”.⁷⁹

Y lo cierto es que, pese a que el uso de los autores clásicos contraviene, a juicio de los gramáticos tradicionales, tal construcción, el madeirense reflexiona sobre la posible latencia del acusativo con ciertos verbos neutros, pues, en un momento pretérito de la lengua latina, éstos pudieron subcategorizar un complemento directo:

“Urges ‘egendi’ verbum non eiusdem esse generis, nec enim dicimus “egeo egestatem”, ut “noceo noxam”, “servio servitatem”, qui enim divitiarum flagrant cupidine, non egent egestate, sed pecunia [...]. Multa quae hodie sunt absoluta aut neutra apud priscos fuere activa [...]. Verisimile est ‘egeo’, ut ‘careo’, ut ‘indulgeo’, ut ‘noceo’, prisca illa aetate etiam accusativum admisisse, “egetur pecunia” vel quid simile, quod hodie neque apponitur, neque opus est.”⁸⁰

Así pues, nos parece más que probable que, de nuevo, el jesuita castellano se haya inspirado en el libro segundo de los *De institutione grammatica libri tres*. Pero, sean cuales fueren las fuentes de que se vale Bartolomé Bravo, con la aparición editorial del *Liber de octo partium orationis constructione* se inicia, a nuestro juicio, en el campo de la enseñanza de la lengua latina en España un fenómeno que merece ponerse de relieve: de la extraordinaria difusión – especialmente en tierras castellanas, aragonesas⁸¹ y navarras⁸² – del tratado sintáctico que estamos estudiando se trasluce

⁷⁹ *De constructione...*, f. 53r.º.

⁸⁰ *Ibidem*, f. 76r.º.

⁸¹ Uno de los manuales gramaticales cuya impresión otorga en exclusiva las Cortes de Aragón, a partir de 1626, al Hospital de Gracia es precisamente la sintaxis de Bravo (cf. LOS REYES GÓMEZ, Fermín de – *El libro en España y América (siglos XV-XVIII)*, Madrid, Arco/Libros, 2000, t. I, p. 65). Así lo confirma la suma del privilegio que aparece en la edición zaragozana de 1670: “Por el Fuero de Calatayud del año 1626, tiene Privilegio el Hospital Real y General de N. Señora de GRACIA de la ciudad de Zaragoza, para imprimir y vender todos los libros con que se ha de leer y enseñar gramatica en este Reyno de Aragon, con prohibicion que ningun otro fuera del dicho Hospital, ò quien su poder tuviere los pueda imprimir, tener ni vender, ni los Maestros enseñar ni leer por otros que los dichos libros impresos en el mismo Hospital, so graves penas, impuestas por dicho Fuero”. Hemos consultado un ejemplar guardado en la Biblioteca del Seminario Conciliar de Madrid (BSCM), sig.^a 3/5-7-17.

⁸² En la suma del privilegio que aparece en la edición vallisoletana de 1608 – y también, según hemos comprobado, en la *editio princeps* –, es el Consejo de Navarra quien otorga la licencia de impresión. De hecho, la segunda edición de la sintaxis sale a la luz en Pamplona, el año de 1606 (*apud Mathiam*

la consolidación de una alternativa al libro cuarto de los *De institutione grammatica libri quinque* – en el que, como colofón, se agrega, ya lo hemos advertido antes, un conjunto de notas que, éstas sí, tienen como referencia directa la teoría lingüística de Sánchez de las Brozas –. Por consiguiente, los preceptores más apegados a la gramática tradicional tenían la posibilidad de enseñar por un manual afín.

Otra consecuencia importante de la divulgación del manual sintáctico de Bravo fueron las numerosas adiciones y alteraciones – tanto formales como de contenido – a las que se le sometió. Ello se muestra a las claras en la edición burgalesa de 1640, en la que, en el plano de la organización del texto, se dispone la materia, amén de los preceptos, en *observationes* o *admonitiones* – información que matiza o amplía la regla gramatical –, y *explicationes* o *copiae verborum* – inventario de ejemplos de construcción en latín provenientes de autores clásicos con su traducción al castellano –; en las ediciones de 1600 y 1608 la materia correspondiente a tales apartados ocupa la segunda parte del tratado, y aun así las frases no coinciden en éstas y aquélla. Por lo que se refiere al contenido, la edición burgalesa agrega al inicio una *admonitio* que corresponde a parte de la materia que en la sintaxis de Manuel Álvarez se integra en la *constructio intransitiva*, ausente en las ediciones de 1600 y 1608, y, en general, amplía considerablemente la información gramatical⁸³. Así mismo, se añade al final una serie de tratados redactados en castellano sobre diversas cuestiones, como la ortografía y puntuación, los numerales, un *modo breve de contar kalendas*... Estamos, en suma, ante una *recognitio* del manual sintáctico del Bravo, redactada, no obstante la profusión de ejemplos latinos con su traslación al castellano, en la lengua del Lacio. Precisamente tal circunstancia fue pretexto para que numerosos autores procediesen a componer explicaciones en vernáculo del texto de Bravo, fenómeno éste frecuente y bien conocido a propósito del libro cuarto del *Antonio reformado*⁸⁴ y que no sólo se da, a lo largo de los siglos XVII y XVIII, en

Mares, regni Navarrae typographum) – cf. PÉREZ GOYENA, Antonio – *Ensayo de... op. cit.*, t. II, pp. 21-22 –. A partir de 1680, los preliminares de las ediciones pamplonesas registran el privilegio otorgado a perpetuidad al Hospital General de Pamplona (*ibidem*, pp. 495-496).

⁸³ No obstante, la revisión del tratado sintáctico de Bravo parece que varió según el reino en el que se editaba, pues la edición zaragozana de 1670 que hemos consultado mantiene la organización de las primeras ediciones del *Liber de octo partium orationis constructione*; a saber, la disposición de la información gramatical en dos tratados: el primero relativo a la preceptiva gramatical con presentación de ejemplos no vertidos al castellano; el segundo dedicado a la presentación de un conjunto de frases latinas con su traducción al español que ejemplifican las reglas sintácticas. Con todo, en un plano teórico, se amplía la materia gramatical mediante la introducción de un apartado, al inicio de la obra, sobre la concordancia y mediante el desarrollo teórico de la *constructio figurata*.

⁸⁴ En la primera mitad del XVII, sobresale por su importancia teórica el ya citado *Commento en defensa del libro quarto del Arte de Grammatica del Maestro Antonio de Nebrissa* de Diego López.

España, sino también en Portugal y en Francia con las gramáticas de Manuel Álvares⁸⁵ o de Juan Despauterio⁸⁶ respectivamente.

* * *

Uno de los primeros comentarios sobre el *Liber de octo partium orationis constructione* de que se tiene noticia es la *Explicacion castellana de la syntaxis de Bravo latina* (Zaragoza, 1665)⁸⁷ de Ignacio Claver y San Clemente, seudónimo, según parece, del P.^e Valentín Claver (1637-1699), profesor de humanidades y teología en el Colegio de Zaragoza y, posteriormente, rector del de Huesca⁸⁸. El propósito de la obra el jesuita oscense lo manifiesta en la breve introducción: aproximar la syntaxis de Bravo a los discentes a través de la versión castellana y ampliarla en el plano teórico:

“El aplauso con que generalmente es recebida de los que cursan el aula de medianos la syntaxis del P. Bravo de la Compañía de Iesus es argumento irrefregable del fruto que cogen de sus bien cultivados preceptos. Desnatò en ellos su religioso autor quanto bueno observò esparcido en otras syntaxis, y sin pecar en prolixo, ni declinar en obscuro puso en paz con gracioso lazo dos reñidos imposibles à voto del juizioso horacio: claridad y brevedad [...]. Es sin embargo, por lo que tiene de accidente, capaz de intensión y aumentos la claridad. Pienso aver crecido la desta syntaxis con mi explicacion en materno idioma, para que se te haga mas domestica y familiar su inteligencia. Oro aun en su mina eran para muchos las

Años más tarde se editó la *Breve explicación del libro quarto de Antonio Nebrisense* (Sevilla, 1633), del preceptor andaluz Diego López – seudónimo del P.^e Agustín de Herrera –, con una orientación teórica bastante diferente a la anterior. Sobre otros comentarios del libro IV del *Antonio reformado*, cf. URIARTE, José Eugenio de – *Catálogo razonado de obras anónimas y seudónimas de autores de la Compañía de Jesús pertenecientes a la antigua asistencia española*, Madrid, Establecimiento tipográfico “Sucesores de Rivadeneira”, 1904, t. I, n.º 902-903; *ibidem*, 1905, t. II, n.º 2582; *ibidem*, 1906, t. III, n.º 3750-3751; *ibidem*, 1914, t. IV, n.º 6217; y RAMAJO CAÑO, Antonio – “La huella...”, *art. cit.*, pp. 306-307.

⁸⁵ Para el siglo XVII, cf. PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio – “El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De institutione grammatica libri tres* en Portugal durante el siglo XVII”, in *Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas»*, 18, 2001, pp. 317-338.

⁸⁶ Cf. GASCARD, Carole – “Les commentateurs de Despautère: Présentation d’une bibliographie des manuels de grammaire latine au XVII^e siècle”, in *Histoire de l’éducation*, 1997, 74, pp. 215-234.

⁸⁷ Cf. PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del... op. cit.*, t. III, n.º 55415, el cual da noticia de tres ediciones más, todas ellas en Zaragoza: 1683, 1689 y 1745. Hemos consultado ejemplares de la de 1689 (BHMV, sig.^a 11216; BNM, sig.^a 2/51203).

⁸⁸ Una noticia bio-bibliográfica aparece en Carlos SOMMERVOGEL – *Bibliothèque de... op. cit.*, t. II, c.º 1206; URIARTE, José Eugenio de, y Mariano LECINA – *Biblioteca de... op. cit.*, Madrid, Imprenta “Gráfica Universal”, 1929-1930, t. II, p. 242. Una descripción de la obra con comentario sobre el autor aparece en José Eugenio de URIARTE – *Catálogo razonado... op. cit.*, t. III, n.º 4030.

reglas de Bravo por estar vestidas de voces latinas; aora que van à uso de España, todos les averiguarán sus quilates. Añádoles algunos esmaltes de mi oficina, con que espero se han de hazer mejor lugar en tu agrado.”⁸⁹

En efecto, Claver, amén de explicar en castellano la sintaxis de Bravo⁹⁰, introduce información gramatical que está ausente en ésta – al menos en la *editio princeps*, en la edición vallisoletana de 1608 y en la burgalesa de 1640⁹¹ –; tal aumento del caudal sintáctico se manifiesta al inicio de la obra, en el que el jesuita oscense agrega una serie de apartados dedicados al nominativo en función atributiva o predicativa, a la concordancia entre el adjetivo y sustantivo, entre el relativo y el antecedente y entre la pregunta y la respuesta⁹², apartados que se encuentran dentro de la *constructio intransitiva* en el libro segundo alvaresiano. ¿Ello quiere decir que el P.^o Claver consultó la sintaxis de Álvares? Lo cierto es que, a lo largo del comentario del jesuita aragonés, encontramos indicios de una lectura de los *De institutione grammatica libri tres*⁹³; así, en el capítulo sobre los impersonales activos – o, como los denomina Claver, “defectivos” – insiste en el hecho de que tales formas, sean de la clase que fueren, concuerdan con un segmento en función de sujeto o, según la terminología lingüística de la época, “supuesto”:

“*Est, interest, refert* [...] por supuesto tienen nominativo, infinitivo ò alguna otra parte de la oracion. [...]. A los verbos de acaccimiento, como *accidit, evenit*, etc., no se les dé por supuesto infinitivo, sino nominativo ò subjuntivo con ‘ut’ [...]. *Decet, dedecet, oportet* [...]

⁸⁹ CLAVER Y SAN CLEMENTE, Ignacio – *Explicacion castellana de la syntaxis de Bravo latina*, Zaragoza, 1689, f. A3r.^o/v.^o.

⁹⁰ El jesuita aragonés se ocupa exclusivamente de la *constructio iusta*, por cuanto el comentario de la sintaxis figurada le parece innecesario: “Iuzguè no ser necessaria explicacion castellana de la syntaxis figurada, porque los pocos que raras vezes la usan, son, ò deven serlo, consumados en la gramatica, y como tales, si quieren valerse de sus figuras, pueden con poco trabajo estudiarlas en la syntaxis de Bravo latina” (*ibidem*, p. 149).

⁹¹ Es probable que Claver consultara alguna edición aragonesa de la sintaxis de Bravo que presentara tales adiciones. Antonio PALAU Y DULCET (cf. *Manual del... op. cit.*, t. II, n.º 34677) y José Eugenio de URIARTE y Mariano LECINA (*Biblioteca de... op. cit.*, t. I, p. 551d) dan noticia de una edición zaragozana de 1627; en 1670, se imprime el manual de Bravo en la misma ciudad (*typ. Didaci Dormer, typographi civitatis et regii Xenodochii Deiparae Gratiae*) – cf. *supra*, n.º 81 –. Ninguna de las dos ediciones aparece descrita por Manuel JIMÉNEZ CATALÁN (cf. *Ensayo de una tipografía zaragozana del siglo XVII*, Zaragoza, Tipografía “La Académica”, 1925).

⁹² *Explicacion castellana... op. cit.*, pp. 5-20.

⁹³ De que la gramática de Álvares tuvo cierta aceptación a finales del siglo XVI hemos dado noticia en otra parte (cf. “La difusión...”, *art. cit.*, p. 123; y también BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé – “Educación y humanidades clásicas en el Colegio Imperial de Madrid durante el siglo XVII”, in *Bulletin Hispanique*, 1995, 97 [1], p. 147). Debido muy probablemente a este interés se dio a la estampa el *Álvarez* en Zaragoza, el año de 1579 (cf. *supra*, n.º 14).

por supuesto [tienen] nominativo ò infinitivo ò otra parte de la oracion [...]. *Solet, incipit* [...] no piden caso, sino que se juntan con los infinitivos de los verbos impersonales, que hazen las vezes de supuestos.”⁹⁴

En las ediciones consultadas de la sintaxis de Bravo, se pone de relieve esta circunstancia sólo en la segunda y tercera clase de impersonales. Así pues, Claver lo que hace es extender este fenómeno a todos los impersonales activos, tal como manifestaba un siglo antes Manuel Álvares. Otro pasaje que no aparece en el tratado de Bravo se refiere a los verbos considerados impersonales como *piget, pudet, poenitet* que, según el rector del Colegio de Huesca, en un momento pretérito de la lengua latina pudieron ser deponentes:

“Estos verbos [...] sin duda que antiguamente fueron deponentes, como se pueden ver por estos ejemplos: *pigitum est, puditum est, pertaesum est, Quando te nostrum miserebitur?*. Pero estos y otros ejemplos yá no están en uso.”⁹⁵

En efecto, tal afirmación evoca las palabras de Álvares registradas en el escolio correspondiente a los “impersonales” *miseret, miserescit, piget, paenitet, pudet y taedet*⁹⁶. Parece claro, así pues, que el P.^e Claver utilizó como fuente directa ejemplares de la gramática o de la sintaxis de Álvares, o bien consultó algún manual que se inspirase, a su vez, en los *De institutione grammatica libri tres*; tal fue el caso, como acertadamente ha demostrado Eustaquio Sánchez Salor, de la revisión de la gramática de Nebrija a cargo del jesuita Juan de Ávila⁹⁷, cuyos libros IV y V vieron la luz en Zaragoza, el año de 1610 (*apud Ioannem a Lanaja & Quartenet*), al tiempo que los libros I y II se daban, tres años más tarde, a la estampa en la misma ciudad (*apud Lucam Sanchez*). Sea como fuere, Valentín Claver no menciona las fuentes que utiliza; en ocasiones, remite a las notas de los libros tercero y cuarto del *Arte*; a saber, los *De institutione grammatica libri quinque* del P.^e La Cerda,

⁹⁴ *Explicacion castellana... op. cit.*, pp. 54-57.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 58.

⁹⁶ “Haec [‘miseret’, ‘miserescit’, etc.] priscis illis temporibus integra fuisse omnibusque personis numerisque absoluta docent non obscura vestigia [...]. Unde adhuc illa extant, ‘misertum est’, ‘pigitum est’, ‘puditum est’, ‘pertaesum est’ [...]. Quinque haec verba videntur quondam fuisse deponentia [...]. Quare si quae huius generis reperiantur, deponentia videntur potius appellanda” (*De constructione... ed. cit.*, ff. 60r.^o-62r.^o).

⁹⁷ “Un Nebrija...”, *art. cit.*, pp. 355, 360-362. Prueba irrefutable de que este jesuita aragonés se basó en los *De institutione grammatica libri tres* nos parece que es la presentación, en los *Rudimenta*, de una serie de preceptos de iniciación a la sintaxis (*Aelii Antonii Nebrissensis grammatica*, Zaragoza, 1613, ff. 29v.^o-30v.^o [BNM, sig.^a 3/35007(1)]), en los que Juan de Ávila tiene como referencia directa el correspondiente capítulo de la gramática de Álvares (cf. *De institutione... ed. cit.*, pp. 190-193).

pero, insistimos, una fuente directa pudo ser la gramática nebrisense remozada por Juan de Ávila⁹⁸ o los libros alvaresianos.

Caso muy distinto, sin el menor género de dudas, fue el del catedrático de letras humanas del Seminario vitoriano de San Prudencio Juan José Sáenz de Tejada, quien, en su magna obra de 900 páginas – en tres volúmenes – *Seminario victoriense*⁹⁹, incluye la *Segunda parte para la classe de medianos. Contiene copiosa explicacion de la syntaxi segun Nebrija y el padre Bravo* (Vitoria, 1730). Sáenz de Tejada es, en efecto, un autor que nombra con asiduidad las fuentes que emplea y, en este sentido, difiere de forma clara del jesuita oscense, no sólo por lo que se refiere a este punto, sino también en lo que atañe a las preferencias gramaticales, como más tarde se verá. Como su título indica, en el tratado del preceptor del Seminario de San Prudencio se desarrolla un comentario sobre los libros sintácticos del P.^e La Cerda y de Bravo, con la finalidad de facilitar el aprendizaje a los discentes que habían estudiado por la sintaxis del jesuita segoviano; así lo asegura al aclarar el procedimiento de explicación:

“El methodo será explicar en brevedad las reglas, y en donde fuere necessario, se pondrán algunas advertencias, para mayor extension para los muchachos. Explicaranse las reglas en que el docto P. Bravo tiene distinto methodo que Nebrija, como es en la construccion de los verbos, que por esso los he reducido à la explicacion; en lo demas aunque se sigue el texto de Nebrija, buscaraslo en Bravo, y hallaràs puntual explicacion. El motivo que tengo es no hacer mala obra à algunos estudiantes que, despues de aver estudiado el libro quarto de el

⁹⁸ Ciertos rasgos teóricos lo acercan, sin duda, a la explicación de Claver, como la regla sobre la construcción de los verbos impersonales: “Verba impersonalia postulant ante se nominativum vel eius loco aliquam orationis partem, praesertim verbum verbum infinitum” (*Aelii Antonii Nebrissensis grammatica*, Zaragoza, 1610, p. 183 [BNM, sig.^a 3/35007(2)]), o la caracterización, en los paradigmas verbales, de la forma *pugnatur* como defectivo (*Aelii Antonii... op. cit.*, 1613, f. 23r.^o). Otro dato que apoya nuestra hipótesis es la anotación manuscrita que lleva la página de rostro del ejemplar de la edición de 1610 localizado en la BPH (sig.^a B-33-5242): “Del Collegio de la Comp^a de Jhs de Huesca”, centro del que fue rector, ya lo hemos indicado, Valentín Claver.

⁹⁹ Cf. PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del... op. cit.*, 1966, t. XVIII, n.º 284421; AGUILAR PIÑAL, Francisco – *Bibliografía de autores españoles del siglo XVIII*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1993, t. VII, n.º 2543; y, de forma mucho más pormenorizada, SANTOYO, Julio-César – *La imprenta en Álava. Historia, obras y documentos. I. El siglo XVIII*, Vitoria, Fundación Sancho el Sabio, 1995, pp. 49-52. Sobre el *Tratado de adagios*, integrado en la tercera parte del *Seminario victoriense*, cf. VIÑAZA, Cipriano Muñoz y Manzano, Conde de la – *Biblioteca histórica de la filología castellana*, Madrid, Atlas, 1978 [ed. fac. Madrid, Imprenta y Fundación de Manuel Tello, 1893], t. III, n.º 1473. De la *Segunda parte para la classe de medianos* hemos consultado un ejemplar de la edición de 1730 guardado en la Biblioteca del Seminario Diocesano de Vitoria (BSDV), sig.^a LC-21089. Este tratado disfrutó de otra edición en la misma ciudad, el año de 1791 (cf. AGUILAR PIÑAL, Francisco – *Bibliografía de... op. cit.*, t. VII, n.º 2544), al tiempo que la primera se volvió a editar también en Vitoria en 1787.

dicho Padre, suelen venir à estas Aulas; y por esta razon explico los dos, el de Nebrija y Bravo, para provecho de todos los discipulos, pues à todos soy deudor.”¹⁰⁰

En efecto, todo indica que su explicación se aproxima más al contenido del libro cuarto de los *De institutione grammatica libri quinque* que al tratado de Bartolomé Bravo, por cuanto, en la estructuración inicial de la sintaxis, manifiesta con claridad que va a desarrollar la materia en torno al doble eje de la concordancia y el régimen, presente en la *recognitio* de Juan Luis de la Cerda¹⁰¹. Otro rasgo que lo acerca al jesuita toledano es la clara defensa que realiza de la teoría del Brocense, hecho que se refleja en numerosos pasajes de la *Segunda parte para la classe de medianos*. En lo que atañe a la concordancia, Sáenz de Tejada se basa en la teoría de la elipsis para negar que los adjetivos puedan regir genitivo, a no ser que se subentienda un sustantivo:

“Notese que todos los genitivos de estos nombres adjetivos y los de los verbos que se hallan con genitivo se rigen de la preposicion griega EK, que rige genitivo [...]. Y será doctrina general para todos los adjetivos y verbos que se hallan con genitivo. Es doctrina del Brocense, lib. 4 de *figuris*. Ni respondas que tales genitivos se rigen de adjetivo o verbo porque no ay adjetivo ni verbo en la lengua griega o latina que tal rija [...]. Será, pues, regla general que el genitivo, si fuere latino se rejirá de nombre sustantivo tacito ò expresso, que es lo que dixo Nebrija: *Genitivus semper est possessionis, pendetque a nomine substantivo tacito vel expresso*.”¹⁰²

La gramática sanctiana aflora de nuevo en la extensa explicación sobre el comparativo, cuyo ablativo se rige de la preposición *prae*: “El nombre comparativo que trahe el romance ‘mas que’ haciendo comparación quiere ablativo [...]. El ablativo se rige de la preposicion *prae*, que algunas veces expresan los autores”¹⁰³, o, según los contextos, de *pro*:

“Otros ablativos se juntan al comparativo, que no se rigen de *prae* sino de preposicion *pro*, porque no son comparaciones propias sino obliquas ò improprias [...]: “El vestido es mayor que el cuerpo”, *Vestis maior est corpore* [...]. Estos dichos ablativos no se pueden resolver con *quam*, antes bien en el mismo caso se les debe suplir por eclipsis *quam* y la preposicion

¹⁰⁰ SAENZ DE TEJADA, Juan José – *Seminario victoriense. Segunda parte para la classe de medianos*, Vitoria, 1730, pp. 2-3.

¹⁰¹ Cf. *De institutione... ed. cit.*, pp. 113-114: “Lo segundo se advierta que el nominativo, dativo y vocativo nunca se rige de nadie, porque la de nominativo con el verbo no se llama reccion, sino concordancia”. Tal circunstancia no impide que Sáenz de Tejada refunda el capítulo de la sintaxis de Bravo dedicado al verbo (*Seminario... op. cit.*, pp. 93-99).

¹⁰² *Ibidem*, p. 17.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 28.

pro, de quien se rigen: *Vestis maior est, quam pro corpore* [...]. Es doctrina del docto Brocense en su *Minerva*, lib. 4 *de eclipsi* [...].¹⁰⁴

Por otro lado, el ablativo analizado como régimen de ciertos adjetivos, se regirá de la preposición *in* o *ab*: “Muchos adjetivos quieren ablativo que signifique alabanza, vituperio ò parte del cuerpo ò animo, el qual ablativo se rige de la preposicion *in* ò *a vel ab*, tacita las mas veces”¹⁰⁵.

Por lo que al régimen se refiere, en la construcción del verbo presenta una distinción inicial de éste en activo y pasivo, lo que de nuevo lo aproxima al Brocense y al P.^o La Cerda:

“Antes de explicar esta regla, supongo que el verbo es el que se conjuga por modos y tiempos y no tiene casos. Conforme a la *Syntaxi* de el *Arte*, es de dos maneras: activo y pasivo. Activo es el que significa accion acabese como acabare. Passivo el que significa passion acabese como acabare [...]. Esta division me parece la mas conforme à la *Syntaxi* de el *Arte* y à la doctrina del Brocense, lib. 3 *de const. verb.*, cap. 2, en donde sienta que no ay mas generos de verbos que activos y passivos.”¹⁰⁶

Sin embargo, a fin de no apartarse, por cuestiones metodológicas, del tratado de Bravo, el catedrático de letras humanas prefiere no aplicar a la *syntaxis* verbal la *grammatica philosophica*¹⁰⁷:

“En el cap. 10 de dicho libro [la *Minerva*] excluye todo verbo impersonal; en el 2 excluye los verbos comunes y especialmente los que llaman neutros. Allí remito al lector que se quisiere divertir [...]. No es mi intento embarazarme en una question que, aunque sea de verbo y cueste tantos verbos entre *grammaticos*, es *magis de nomine quam de re*. Lo otro porque deseo succintamente dár preceptos à mis aulas; lo otro porque, aviendo de explicar las especies de verbos del P. Bravo segun ofreci, debo estar problematico en esta parte.”¹⁰⁸

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 30.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 40.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 46-47.

¹⁰⁷ Que Sáenz de Tejada sea partidario de las ideas de Sánchez de las Brozas no impide que disienta de éste en aspectos tan importantes como la definición de la gramática: “Algunos con Quintiliano la dividen en *methodica* y *historica*. Ni en esta division pecò tanto Quintiliano, bien entendido, que pueda decir el Brocense (*alias undequaque venerandus*) que Quintiliano *sequutus est errorem vulgi*. Si el vulgo de los *grammaticos* siguiera à Quintiliano con imitacion perfecta, yo no lo llamàra vulgo” (*ibidem*, p. 2); siempre hay, con todo, una aceptación de la postura del Brocense, como advierte a renglón seguido: “La *grammatica*, pues, *methodica* tiene quatro partes: *ortographia*, *prosodia*, *etimologia* y *syntaxis* [...]. Porque siendo el fin de la *grammatica* una oracion bien concertada, es necessario que concurran estas quatro cosas” (*id. ibidem*). En efecto, para el Brocense “*grammatica est ars recte loquendi, cuius finis est congrua oratio*” (*Minerva o... ed. cit.*, p. 42).

¹⁰⁸ *Seminario... op. cit.*, p. 47.

Así y todo, hay fuertes indicios de que, en este capítulo, Sáenz de Tejada se vale para la descripción gramatical de ciertos procedimientos afines a la *Minerva*: por ejemplo, no utiliza el término “neutro” para referirse al tipo de verbos que no rigen caso o rigen uno diferente al acusativo, sino verbos *cognatae significationis*, esto es, asume que siempre pueden subcategorizar un acusativo interno¹⁰⁹. Por otro lado, los posesivos *mea*, *tua*, *nostra*, *vestra* y *sua*, en oraciones como *interest mea*, los analiza como acusativos concordando con un sustantivo subentendido, como *officia* o *munera*:

“Los acusativos *officia aut munera* se rigen del mismo *refert* y, quando están con *interest*, se rigen de la preposicion *inter*, de suerte que sea el sentido *Interest mea*, id est, *Inter officia mea est* [...]. Y es el modo mas natural de explicar la grammatica de esta regla, porque, aunque Valla con otros grammaticos llevan que *mea*, *tua*, *sua*, etc. son ablativos, no me conformo, por hacerme fuerza la citada nota del Arte, tomada del docto Francisco Sanchez en su *Minerva*, lib.3 *de verbo substant.*, cap. 5.”¹¹⁰

En suma, Juan José Sáenz de Tejada no sólo se ocupa de explicar en castellano el libro cuarto de Juan Luis de la Cerda, sino que toma como fuente directa la *Minerva* del Brocense, así como otros comentarios de preceptores sanchistas, como el del extremeño Diego López. Se puede decir que es un sanchista moderado, en la medida en que trata de conciliar la *sanctiana grammatica* con los preceptos encaminados a enseñar el *latine loqui*, como los del P.^e Bravo. Es el catedrático del Seminario de San Prudencio, además, un varón doctísimo que acostumbra, lo hemos indicado antes, a citar las fuentes que utiliza: amén de los gramáticos mencionados, cita a Lorenzo Valla – por lo general, para atacarlo, como no podría ser de otra manera –, Julio César Escalígero, Ambrosio Calepino, Luis Vives, a quien dedica una extensa alabanza¹¹¹, Baltasar Enríquez¹¹², Fray Jerónimo de San Agustín¹¹³,

¹⁰⁹ *Ibidem*, pp. 47, 69.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 53.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 167-169.

¹¹² Autor de unas *Advertencias de modos y tiempos*, Madrid, 1683. Sobre el método pedagógico de este gramático, cf. ESPINO MARTÍN, JAVIER – “El empleo del castellano en la enseñanza gramatical del latín: La influencia de las *grammaticae proverbiandi* en las gramáticas jesuíticas barrocas del siglo XVII”, comunicación presentada al *IV Congreso de la Sociedad de Estudios Latinos*, Medina del Campo, 22-24 de mayo de 2003. Agradecemos al autor que nos haya proporcionado una copia del escrito.

¹¹³ Compuso las *Disputas grammaticales miscelaneas* (Salamanca, 1714) y *Grammatica disputata o curso de latinidad* (Salamanca, 1715).

Jerónimo Martín Caro y Cejudo¹¹⁴, Pedro de Salas¹¹⁵, Francisco Pomey, Bartolomé Alcazar¹¹⁶ y Juan Despauterio, autor a quien únicamente alude¹¹⁷ en el tratado relativo a la construcción figurada, para informar al lector de que va a presentar una serie de versos provenientes de la gramática del humanista flamenco... ¿Hasta aquí llega el influjo de Despauterio sobre el catedrático de letras humanas? Creemos que no: ciertos aspectos de los *Commentarii grammatici* parecen estar presentes en la obra sintáctica del *Seminario victoriense*. Fundamentamos nuestra hipótesis en la clasificación que se presenta de los verbos activos:

“El activo es de dos maneras: *debilis transitionis*, que pide despues de sí genitivo, dativo, ó ablativo, como son en Nebrija todos los verbos desde *interest*, *refert*, hasta *sexum vult 'egeo'* inclusive; y *vehementis transitionis*, que es el que rige acusativo de persona que padece, como *amo*.”¹¹⁸

En efecto, tal explicación, si bien más resumida, se aproxima llamativamente a la que aparece en la sintaxis de Despauterio:

“Quod est transitivum? Quod post se aliquem casum ut proprium pctit, ut ‘amo’, ‘studeo’, ‘misereor’, ‘utor’, sed proprie transitivum est, quod duos accusativos diversos petit, ut ‘doceo’. Quotuplex est transitivum? Triplex: debilis transitionis, vehementis et vehementissimae. Quod est verbum debilis transitionis? Quod ut proprium casum post se solum capit genitivum vel dativum vel ablativum sine praepositione, ut ‘misereor’, ‘dominor’, ‘fruor’. Quod est verbum vehementis transitionis? Quod ut proprium casum post se capit unicum accusativum rei patienti, ut ‘amo’, ‘lego’. Quod est verbum vehementissimae transitionis? Quod ut proprios casus post se duos accusativos sine praepositione capit diversos, ut ‘doceo’, ‘rogo’.”¹¹⁹

No obstante, es probable que Sáenz de Tejada consultase un tratado hispánico que presentase tal división, pues no faltan autores españoles que la adoptan¹²⁰.

¹¹⁴ Redactó una *Explicacion del libro IV y V del Arte nuevo de grammatica*, Madrid, 1667 (cf. ESPARZA TORRES, Miguel Ángel, y Hans-Josef NIEDEREHE – *Bibliografía nebrisense. Las obras completas del humanista Antonio de Nebrija desde 1481 hasta nuestros días*, Amsterdam/Filadelfia, John Benjamins, 1999, n.º 486).

¹¹⁵ Se trata del jesuita que, a partir de 1645, editó precisamente el *Thesaurus verborum ac phrasium* de Bartolomé Bravo (cf. ESPARZA TORRES, Miguel Ángel – “Notas sobre...”, *art. cit.*, pp. 47-48), conocido desde entonces como *Calepino de Salas* (cf. VÍÑAZA, Cipriano Muñoz y Manzano, Conde de la – *Biblioteca Histórica... op. cit.*, t. III, c. 1869).

¹¹⁶ Autor del *El Perfecto latino en prosa y verso*, Madrid, 1683, obra de la que hemos consultado un ejemplar guardado en la BNM, sig.^a R/18324.

¹¹⁷ Cf. SÁENZ DE TEJADA, Juan José – *Seminario... op. cit.*, p. 181.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 46.

¹¹⁹ DESPAUTERIO, Juan – *Syntaxis*, París, 1555, p. 166.

¹²⁰ Cf. GARCÍA DE VARGAS, Juan – *Elucidata grammatica ad strictam artem redacta*, Madrid, 1711, p. 108: “Transitiva [effectio], si velis, vel potest esse debilis, cum transitus fit in nominativum,

Que el tratado de Despauterio está presente en la producción gramaticográfica del siglo XVIII lo muestra también otra de las explicaciones sobre la sintaxis de Bartolomé Bravo, el *Breve commentario de la syntaxis, methodo suave y facil de la construccion y oracion grammatical segun la mente del padre maestro Bartholomé Bravo* (Madrid, 1750)¹²¹, de Pablo Antonio González y Fabro, maestro de gramática y retórica y uno de los fundadores de la Real Academia Latina Matritense. El profesor madrileño, en efecto, presenta una clasificación del verbo activo idéntica a la de gramáticos coetáneos, seguidores en parte del humanista flamenco, como Sáenz de Tejada y García de Várgas:

“La acción en los verbos es de tres maneras: debil, la qual se halla en los que no pueden regir accusativo, como *servio Deo*. Otra es vehemente, que es la de los que rigen acusativo, como *do tibi librum, sequor hostem*. Otra es vehementissima, la qual solo se halla en los verbos que rigen dos acusativos, como *doceo te grammaticam*.”¹²²

Otro aspecto donde se detecta la impronta de los *Commentarii grammatici* es la clasificación del infinitivo:

“El verbo infinito es de dos modos: proprio è improprio. El improprio es el que no se pone en lugar de infinitivo, sino tal vez en lugar de substantivo [...]. Otras veces por preterito perfecto de indicativo, y entonces quiere antes de sí nominativo por supuesto, y despues de sí el caso de su verbo [...]. Otras veces se toma por un gerundio de genitivo y por el de acusativo [...]. Otras veces se pone por participio de presente ò de futuro en *dus* [...]. Últimamente se pone en lugar de supino en *um* [...], y este es el modo menos usado.”¹²³

Así mismo, es muy probable que el análisis que lleva a cabo el madrileño sobre los verbos personales e impersonales se deba también a Despauterio, pues se aparta con claridad de los preceptos de Bravo y de los comentadores, al no asignar sujeto a este tipo de verbos: “El verbo es de dos maneras, personal è impersonal: el personal es el que tiene supuesto tacito ò expresso, con quien concierta [...]. El impersonal es el que no le tiene, como *pudet, taedet*”¹²⁴; y más adelante:

“*Verbum impersonale est quod recti suppositi convenientia caret*. El verbo impersonal es el

genitivum, dativum aut ablativum; vel vehemens, cum transitus fit in accusativum unum; vel vehementissima, cum transitus fit in accusativum duplicem, ut “docet me literas””.

¹²¹ Cf. PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del...* op. cit., 1953, t. VI, n.º 105312. De esta obra salió una segunda edición en 1759 (*ibidem*, n.º 105313; y URIARTE, José Eugenio de, y Mariano LECINA – *Biblioteca de...* op. cit., t. I, p. 553). Un inventario de la obra de González y Fabro aparece en AGUILAR PIÑAL, Francisco – *Bibliografía de...* op. cit., 1993, t. IV, n.º 2156-2164.

¹²² GONZÁLEZ Y FABRO, Pablo Antonio – *Breve commentario de la syntaxis*, Madrid, 1750, p. 12.

¹²³ *Ibidem*, pp. 45-46. Sobre la correspondiente descripción en la gramática de Despauterio, cf. *Syntaxis...* op. cit., pp. 187-189.

¹²⁴ GONZÁLEZ Y FABRO, Pablo Antonio – *Breve commentario...* op. cit., pp. 1-2.

que no tiene supuesto, ni expreso, ni tacito, v. g. *pudet, tedet*, y de dos generos: activo, v. g. *poenitet*; passivo, v. g. *pugnatur, certatur*. De suerte que quando el verbo tuviere supuesto es personal [...], y quando no le tiene es impersonal.”¹²⁵

Con todo, no obstante mencionar el maestro madrileño las fuentes al final de la obra¹²⁶, en ningún momento cita al gramático flamenco.

Por lo demás, el comentario de González y Fabro trata de conciliar en ciertos aspectos el libro IV de Juan Luis de la Cerda con la sintaxis de Bartolomé Bravo; tal es el caso de la descripción de los verbos neutros, en la que conjuga preceptos de ambos manuales:

“Los verbos neutros de cinco maneras pueden regir acusativo: lo primero, quando es *cognatae significationis*, v. g. *pecco peccatum, ambulo viam*. Otras veces su proprio infinitivo está en lugar de acusativo, v. g. *pergo pergere* [...]. Lo segundo, *per transumptionem*, id est, quando el verbo neutro se pone por un activo, v. g. *oles circum, redoles vinum* [...]. Lo tercero, *per synedochem*, id est, quando el acusativo está en lugar de un adverbio, v. g. *sonat dulce, sedet aeternum, furit indomitum* [...]. Lo último, quando el verbo neutro está compuesto con preposicion de acusativo, v. g. *inire bellum, subire periculum* [...]”¹²⁷

Pero quizás lo más novedoso de la explicación de González y Fabro, que lo distingue de los gramáticos a los que nos hemos referido hasta este momento, sea los metatérminos que emplea para el análisis de la transitividad de los verbos:

“Por la primera van los verbos que llaman transitivos de transicion recta, y son los que rigen acusativo [...]. Los verbos que, aunque significan accion, no pueden regir acusativo, se llaman de transicion obliqua, como son los neutros de la primera, segunda y quinta especie, y los deponentes de la primera, segunda, quarta y quinta. Los que además del acusativo rigen juntamente otro caso, se llaman verbos retransitivos como son los activos de las demás especies fuera de estas [...]”¹²⁸

Tal clasificación de la sintaxis del verbo en transitivos de transición recta, transitivos de transición oblicua y retransitivos – según el caso o los casos que

¹²⁵ *Ibidem*, p. 33.

¹²⁶ “Autores que se han visto para esta obrita: P. M. Bartholomé Bravo. P. M. Bartholomé Alcazar. P. M. Manuel Alvarez. P. M. Pedro de Salas. P. M. Valcristo Requejo. P. M. Domingo de Colonia y el P. M. Francisco Pomey, todos jesuitas. Virgilio, Ovidio, Luis Vives, Antonio de Nebrixa, Cicerón y el Señor San Isidoro” (GONZÁLEZ Y FABRO, Pablo Antonio – *Breve comentario... op. cit.*, p. 158).

¹²⁷ *Ibidem*, pp. 24-25. A nuestro juicio, refunde la glosa correspondiente del P.º La Cerda (cf. *De institutione... ed. cit.*, p. 119) y el precepto de Bravo relativo los *verba neutra cum accusativo* (cf. *Liber de... ed. cit.*, f. 6v.º). En otros casos, reproduce casi literalmente pasajes de la *recognitio* de Juan Luis de la Cerda, como el comentario intitulado *Observaciones muy necesarias para el grammatico perfecto* (GONZÁLEZ Y FABRO, Pablo Antonio – *Breve comentario... op. cit.*, pp. 110-111), que copia del primer escolio del libro IV del P.º La Cerda (cf. *De institutione... ed. cit.*, pp. 113-114).

¹²⁸ GONZÁLEZ Y FABRO, Pablo Antonio – *Breve comentario... op. cit.*, p. 4.

subcategorice o según la ausencia de caso –, podría evocar, *mutatis mutandis*, la propuesta de Manuel Álvares¹²⁹, si bien el gramático madeirense nunca emplea tales términos¹³⁰. Pese a dicha innovación, no se hallan en González y Fabro indicios de una lectura de gramáticos afectos a la teoría de Sánchez de las Brozas, tal como acontecía en el tratado de Sáenz de Tejada.

Mucho más próximo a la *Segunda parte para la classe de medianos* de Sáenz de Tejada se encuentra el *Comento de la syntaxis del P. Bravo* (Burgos, 1781)¹³¹ del catedrático de latinidad de Belorado Tomás de Mardones Salazar, por cuanto el objetivo de este autor no se orienta exclusivamente a la explicación en castellano de los preceptos de la sintaxis del P.^o Bravo, sino que amplía y contrasta la información gramatical por medio de la lectura de numerosos tratados gramaticales, cuyos autores suele citar, como a continuación se verá. Convenimos, pues, con Antonio Ramajo Caño en que Mardones Salazar es un autor muy erudito¹³².

De las palabras del prólogo se deduce que el maestro de latín de Belorado da a la stampa su comentario con el objetivo de reparar el desajuste entre la “plausible y utilísima Syntaxis de Bravo” y la falta de un manual que la explique debidamente; aquélla:

“ha logrado verse introducida en los principales Estudios de Castilla la Vieja, Leon, Navarra y, fuera de estos Reynos en no pocas aldeas y villas, siendo muchisimos los progresos que su doctrina ha logrado en tan aventajados y lucidos discipulos. Mas sin embargo de tanto sequito è introduccion, no se halla de ella una explicacion formal, sólida y particular que

¹²⁹ Cf. *supra*, n.º 28.

¹³⁰ Algunas de las expresiones referidas, en absoluto frecuentes en la producción gramaticográfica de los siglos XVI, XVII y XVIII, se encuentran ya en la gramática medieval, especialmente en el *Doctrinale puerorum* de Alejandro de Villadei, en uno de cuyos capítulos se distingue, dentro de la construcción transitiva, la transitiva simple y la retransitiva, que se ajusta, *grosso modo*, a la definición de González y Fabro (cf. VILLADEI, Alejandro de – *El Doctrinal*, Marco A. GUTIÉRREZ GALINDO [ed.], Madrid, Akal, 1993, p. 141); aparece, así mismo, en Tomás de ERFURT (cf. *Grammatica speculativa of Thomas of Erfurt*, Geoffrey L. BURSILL-HALL [ed.], pp. 278, 282-283; y BURSILL-HALL, Geoffrey L. – *Speculative grammars of the Middle Ages. The doctrine of partes orationis of the modistae*, La Haye/París, Mouton, 1971, p. 385).

¹³¹ Cf. URIARTE, José Eugenio de, y Mariano LECINA – *Biblioteca de... op. cit.*, t. I, pp. 553-554; y AGUILAR PIÑAL, Francisco – *Bibliografía de... op. cit.*, 1989, t. V, n.º 2839. El título completo es el siguiente: *Comento de la syntaxis del P. Bravo, en que se explican sus reglas con toda claridad y brevedad, con una explicacion copiosa de las frases de nombres y verbos, y se declaran las figuras principales de la construccion, todo confirmado con varias autoridades de autores classicos; con un indice al fin de los folios a los que se halla el sentido de cada regla de la syntaxis de Nebrija, para que los que la estudian y explican puedan aprovecharse y usar de èl con mas facilidad*. De la obra hemos consultado un ejemplar guardado en la BSDV (sig.^a LC-21065).

¹³² Cf. “La huella...”, *art. cit.*, p. 303, n.º 6.

desentrañe la copiosa y utilísima doctrina que la dicha Syntaxis encierra en sí. Solo ha llegado à mi noticia [de] una, pero por lo reducido priva à los Gramaticos de no poca necesaria doctrina en que debieran està instruidos. En las mas Escuelas donde esta Syntaxis sirve de norma solamente se usan unos Cartapacios, en cuyas traslaciones no se halla regularmente otra cosa que mentiras, por no saber otra cosa los que las trasladan, con que vienen à ser Cartapacios de mentiras, incapaces de enseñar doctrina sólida.”¹³³

En efecto, el *Comento de la syntaxis* constituye la superación de los tratados dedicados a la traducción y comentario del *Liber de octo partium orationis constructione*, así como la culminación de éstos en lo que respecta a la exposición de la información gramatical y a la profundidad de los comentarios que, según su naturaleza, tienen doble destinatario – alumno y profesor –, tal como indica al referirse a los autores con cuyas citas consolida los preceptos:

“La abundancia de autoridades que contiene para el verdaderamente estudioso no son del mas mínimo embarazo, pues con la qualidad expresada acreditan poderosamente la solidèz de la doctrina que en ella se explica, y por consiguiente el que en esta quiere aprovechar hallará en tal abundancia quanto pueda apeteer. Ni tampoco lo es para los niños, porque estos, en leyendo lo que les toca ò se les señala, pasan adelante con facilidad [...], y en todo caso sirven al maestro de que pueda enseñar à los discipulos con inteligencia y esmero. Y por esto mismo las observaciones ò disputas sobre el verdadero règimen de las partes de la oracion, que se hallan interpoladas en esta obra al pie de sus respectivas reglas, no las hè puesto para los niños, que à estos solo les importa el uso para hacer y deshacer, sino para los que han de enseñar, para que puedan y sepan advertir la diferencia que hay del uso à la razon, y al mismo tiempo, viendo los argumentos y razones de una parte y de la opuesta, puedan informarse mejor del sentimiento en que procede esta obra.”¹³⁴

Sentados tales supuestos, Mardones Salazar se afana no sólo en explicar en castellano los preceptos sintácticos del P.^o Bravo, sino también en justificarlos e ilustrarlos con numerosísimos ejemplos de autores latinos. Pero la labor del catedrático de Belorado no se detiene en este punto: en lo que atañe a la teoría gramatical, se sirve de un gran número de fuentes para ampliar o matizar las reglas sintácticas, recurriendo para ello ya a tratados que los comentaristas anteriores apenas emplean, como los *Institutionum grammaticarum libri XVIII* de Prisciano o las *Introductiones in latinam grammaticen* de Nebrija, ya a diversas obras gramaticales que atestigüen, como advierte el autor en el fragmento reproducido arriba, “la diferencia que hay del uso à la razon”; de este modo, contrasta la doctrina sanctiana – sustentada en el texto por referencias al Brocense y a sus comentaristas y seguidores, como Gaspar Schopp, Gerardo Juan Vossio, Jacobo Perizonio y “el

¹³³ MARDONES SALAZAR, Tomás de – *Comento de la syntaxis del P. Bravo*, Burgos, 1781, f. [4v.^o].

¹³⁴ *Ibidem*, ff. [5v.^o-6r.^o].

autor frances del nuevo Methodo”¹³⁵ – con la de los normativistas: amén de Bravo, Nebrija y Despauterio, se sirve sobre todo de gramáticos coetáneos, como Juan García de Vargas, Raimundo José Rebollida¹³⁶, Marcos Márquez de Medina¹³⁷, Ignacio del Campo¹³⁸, José Pablo Ballot y Torres¹³⁹, Juan Francisco Pastor¹⁴⁰ o Ildefonso López de Rubiños¹⁴¹.

Ahora bien, ante la frecuente y detallada exposición, en el *Comento de la syntaxis del P. Bravo*, de las tendencias sanchista y antisanchista, ¿en cuál de ellas hemos de encuadrar a Mardones Salazar? Pensamos que entre los afectos a las propuestas del Brocense, aunque, tal vez como fruto de la tensión entre el gramático – o lingüista – que reflexiona sobre el funcionamiento de la lengua y el maestro que debe enseñar latín a sus discípulos según la norma de los *probatii auctores*, el catedrático de Belorado trata de ser objetivo en la exposición de los argumentos de unos y otros. Así y todo, en numerosos aspectos, se muestra de acuerdo con el humanista extremeño y sus seguidores, como en el caso de la elipsis de ablativos como *crimine, re, actione, causa, culpa* u otros, de los que dependería el genitivo que los normativistas consideran régimen de ciertos verbos¹⁴², o al subentender el nominativo de ciertos verbos impersonales que, en las gramáticas tradicionales, rigen acusativo y genitivo simultáneamente¹⁴³; o en la defensa de la elisión

¹³⁵ Con esta expresión, alude a Claude Lancelot, autor del *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement, et en peu de temps la langue latine* (Paris, 1644). Sobre éste y los gramáticos afectos a las ideas sanctianas, cf. BREVA-CLARAMONTE, Manuel – “La teoría gramatical del Brocense en los siglos XVII y XVIII, in *Revista Española de Lingüística*, 10, 1980, pp. 351-371.

¹³⁶ Publicó un *Compendio de la rhetorica* (Valencia, 1748) y una *Prosodia latina una cum libro de arte metrica* (Valencia, 1771).

¹³⁷ Autor del *Arte explicado y gramatico perfecto* (Madrid, 1764).

¹³⁸ Redactó la *Gramatica laconica latina* (Madrid, 1737) y la *Gramatica de Ciceron y demas autores* (Madrid, 1742).

¹³⁹ Autor de unas *Reflexiones oportunas para el uso y manejo de la lengua latina y algunas noticias para la inteligencia del estilo y elegancia de la Sagrada escritura* (Madrid, 1782).

¹⁴⁰ Entre sus obras, destacan el *Nuevo methodo de la construccion de los authores latinos de prosa i verso, de todas las edades de la lengua latina* (Madrid, 1739) y el *Nuevo breve i facil methodo de enseñar los mas dificiles tratados de la Gramatica latina* (Madrid, 1754).

¹⁴¹ Editor del diccionario de Antonio de Nebrija, que salió a la luz con el siguiente título: *Antoni Nebrissensis ... Dictionarium redivivum sive novissime emendatum, auctum, locupletatum & in meliorem formam restitutum* (Madrid, 1754).

¹⁴² MARDONES SALAZAR, Tomás de – *Comento de... op. cit.*, pp. 25-27. Resulta esclarecedora la afirmación de este autor respecto de los diferentes tipos de verbos: “[...] las especies de los verbos y otras muchas reglas de los gramaticos están fundadas en el uso y, según este, se deben entender, pero la razón ò analogía enseña otra cosa, lo que no ignoraron estos maestros [Nebrija, Torres y Bravo], aunque se acomodaron al uso, y Sciopio lo dà à entender muy bien en la distincion que hace repetidas veces entre el regimen verdadero y falso, llamando verdadero al que se funda en la razón ò analogía, y falso al que se funda en el uso” (*ibidem*, p. 27).

¹⁴³ “Estos verbos rigen acusativo *ex vi transitionis* y genitivo por razón de algun substantivo sobrentendido por ellipsis, que [...] es el nominativo cognato de cada verbo, y exponen asi: [...] *Pudet*

de la preposición que rige uno de los dos acusativos de verbos tipo *doceo*¹⁴⁴. En otros pasajes, empero, Mardones Salazar muestra su rechazo no tanto a las propuestas del humanista extremeño como a la actitud arrogante de que hace gala en la *Minerva*. Así ocurre cuando explica el ablativo absoluto:

*“In ablativo quem falso absolutum vocant (dice el maestro Sanchez lib. 2. cap. 7. de rect. et usu ablat., fol. 192) valde sunt allucinati grammatici, sed illis danda est venia, hoc enim altioris est considerationis, quam quo possit ingenium grammaticorum ascendere. Tambien le pueden perdonar a èl los gramaticos por el poco favor que los hace. Enseñan estos que, para usar de este ablativo que llaman absoluto, ha de haver dos oraciones de aquellas que vienen unidas con las conjunciones que llaman particulas; y que la persona con que se ha de hacer este ablativo no debe hallarse en la segunda. Esto no es alucinarse sino enseñar el uso mas comun y frecuente de los autores latinos.”*¹⁴⁵

Profundo conocedor, según se ha tenido ocasión de comprobar, de las ideas lingüísticas de Sánchez de las Brozas y de sus defensores, no aplica la *grammatica sanctiana* en los últimos tratados del *Comento*, dedicados al adverbio y a la interjección, sin duda con la finalidad de no desviar la atención del discente en el estudio de las reglas según la sintaxis del P.^e Bravo, dando, por consiguiente, prioridad a la gramática normativa.

* * *

De todo lo expuesto hasta aquí se concluye que la aparición editorial y posterior difusión del *Liber de octo partium orationis constructione* de Bartolomé Bravo obedecen a la necesidad de crear, entre los docentes jesuitas, una alternativa a la sintaxis de cariz filosófico – al menos en lo que se refiere a las notas – de la segunda *recognitio* de Juan Luis de la Cerda. En este sentido, la sintaxis del jesuita castellano se erige en continuadora de la corriente gramatical pedagógica, cuyo objetivo último

me peccati: Pudor peccati pudet me [...]; y esta interpretacion es cabal en quanto a la significacion y en quanto a la integracion. Estos nominativos no se expresan en el uso de los latinos porque, como dice el maestro Sanchez, facilmente se entienden” (ibidem, pp. 161-162).

¹⁴⁴ “Sobre el verdadero regimen de los dos acusativos de los verbos de esta quarta especie están divididos los gramaticos. El maestro Francisco Sanchez Brocense, estableciendo su sistema, dice [...] que solo el acusativo de persona se rige de el verbo *ex vi transitionis*, y el de cosa de alguna preposicion entendida por ellipsis [...]. Pero Vargas [...], con otros modernos que le siguen, dice que el acusativo de cosa de estos verbos se rige de alguna de estas preposiciones quando està expresada, pero que, quando no se expresa, se rige del verbo [...]; y si, como el mismo dice, se rige este segundo acusativo de la preposicion quando se expresa, tampoco debe haver dificultad ni inconveniente en que se rija de ella quando està tacita” (*ibidem*, pp. 53-54).

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 225.

es hablar latín conforme al uso de los autores clásicos; para ello, se sirve de obras señeras peninsulares, como las *Introductiones latinae* nebrisenses, de las que mantiene, por regla general, la estructura, y los *De institutione grammatica libri tres* de Manuel Álvares, gramática que los jesuitas españoles trataron introducir en sus correspondientes provincias con suerte variable¹⁴⁶ y de la que Bravo toma la descripción teórica. Así mismo, el uso que de este manual hicieron los docentes de la Compañía en la clase de medianos trajo como inevitable consecuencia que se revisara tanto la estructura como los preceptos gramaticales de la sintaxis de Bravo; la profundidad de la *recognitio* varía según las ediciones: probablemente la que diverge más de la concepción inicial del jesuita segoviano sea la burgalesa de 1640, al tiempo que las ediciones zaragozanas que aparecen durante el siglo XVII reflejan una revisión bastante más respetuosa con las impresiones en vida del autor castellano.

Otra consecuencia no menos destacable del empleo del tratado sintáctico del P.^o Bravo por los alumnos medianistas se resume en la necesidad de dotarlos de materiales auxiliares, con vistas a comprender mejor el manual que deben estudiar; éste es uno de los objetivos de los comentarios a la sintaxis de Bartolomé Bravo que hemos analizado, por cuanto son obras en las que el castellano no sólo es la lengua en que se redactan, sino el instrumento didáctico fundamental en contraste con el cual se describe y se explica el funcionamiento de la lengua latina¹⁴⁷. Otra razón igualmente importante para la aparición de estos manuales radica en la ampliación de los horizontes teóricos del tratado del jesuita castellano; según el criterio de los comentadores, las explicaciones se orientan hacia la gramática normativa – entre los que sobresalen Manuel Álvares, Juan Despauterio o el mismo Nebrija – o hacia las ideas racionalistas del Brocense, si bien los comentarios en los que se proyectan estas últimas se dirigen al docente o a los alumnos más avanzados. Sea como fuere, tales manuales contribuyeron a mantener la sintaxis de

¹⁴⁶ Cf. *supra*, n.º 14, y PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio – “La difusión...”, *art. cit.*, pp. 119-145.

¹⁴⁷ Así, el precepto sobre el genitivo régimen del nombre en Bravo, “Quotiescunque duo nomina substantiva rerum diversarum in oratione continuantur, alterum erit genitivi casus” (*Liber de... ed. cit.*, f. 12v.^o), pasa a ser explicado en el *Comento* de Mardones Salazar, a partir de la estructura castellana correspondiente, pero distinguiendo segmentos tipo “la ciudad de Oporto” y “el libro de Juan”, con el fin de que las correspondientes secuencias sean construidas debidamente en latín: “Cuando concurre con un proprio su apelativo, v. g. “la ciudad de Roma”, “el río Tajo”, etc., suelen los autores poner no muchas veces al proprio en genitivo, v. g. “Deseos tengo de ver à la villa de Madrid”, *Cupio visam villam Matritum*, raro *Matriti* [...]. Si el substantivo que viene despues de otro con la nota ‘de’ no se refiere, pertenece ò recae sobre el antecedente, se pondrà en genitivo” (*Comento... op. cit.*, pp. 276-278).

Bravo, pese al extrañamiento de la Compañía de Jesús en España¹⁴⁸, como libro de texto en numerosas escuelas. Así pues, aquello que Antonio Pérez Goyena refiere a propósito de la repercusión pedagógica de los tratados de Bravo en Navarra, bien podría extenderse a otras tierras españolas:

“Indudablemente estos libros de Bravo contribuyeron a que se enseñara en Pamplona bien el latín y se formaran buenos latinos. Resplandecían por sus cualidades didácticas de brevedad, claridad y ser prácticos, puesto que el precepto acompañaba el ejemplo sacado de las entrañas de los clásicos latinos.”¹⁴⁹

Tal opinión hace justicia, al contrario de la afirmación de Antonio Astrain que se presentó al inicio de este estudio, a una obra que sirvió de referencia básica a generaciones de alumnos medianistas.

Rogelio Ponce de León Romeo

¹⁴⁸ Cf. URIARTE, José Eugenio de – *Catálogo razonado... op. cit.*, 1906, t. III, pp. 307-308: “No parece sino que, extinguida la Compañía de Jesús el año de 1773, se dio pregón o bando a los impresores españoles para que cuidaran de borrar su nombre de las portadas de los libros, que era el término adonde alcanzaba su jurisdicción”. Por las ediciones – madrileñas – que describe, el autor parece referirse al hecho de la eliminación, en las portadas, de la condición de miembro de la Orden ignaciana.

¹⁴⁹ *Ensayo de... op. cit.*, t. IV, pp. 218-219.

METÁFORAS E REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES PRINCIPIANTES: DO ESTUDO DE CASO AOS DESAFIOS DE BOLONHA

- CONTRIBUTOS PARA O REPENSAR DA FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES DE LÍNGUAS NA FLUP -

“Partimos, naturalmente, do pressuposto de que a escola é (ou deve ser) o espaço comunitário onde o sujeito da aprendizagem vai à procura de um aumento gradual e intencional das suas competências, por forma a tornar-se um sujeito interpretativo e não apenas um sujeito informativo”.

Odete Santos¹

“The new education policy space can be treated as more than a regulatory arena – as a space in which new European meanings in education are constructed.”

António Nova e Martin Lawn²

0. Esclarecimento teórico e metodológico

O texto que aqui se apresenta é uma reflexão e uma proposta que têm por base uma investigação realizada no âmbito da formação de professores de Línguas Estrangeiras, cujo primeiro objectivo consistiu em analisar a forma como dois

¹ SANTOS, O. - *O português na escola hoje*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988, p. 19.

² NÓVOA, A. e LAWN, M. (org.) – *Fabricating Europe – The Formation of an Education Space*, Dordrecht / Boston / London, Kluwer Academic Publishers, 2002, p. 5.

professores principiantes (que receberam a sua formação inicial sob a responsabilidade da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP) constroem a sua identidade profissional. Para a sua consecução foi necessário:

- i) descrever e analisar o processo de *aprender a ensinar*³ durante o primeiro e o terceiro anos de docência. Para o efeito, quisemos conhecer os problemas com que se defrontaram os professores estudados, quer directa, quer indirectamente, conhecer os pensamentos e as crenças curriculares desses professores e identificar o tipo de interações que se verificam nas suas aulas;
- ii) confrontar os dados obtidos no primeiro e no terceiro anos;
- iii) verificar quais as representações que os professores têm sobre a forma como se desenrolou a sua formação e o seu processo de socialização;
- iv) avaliar a coerência existente entre os pensamentos e as realizações desses professores.

Pretendemos, ainda, reflectir sobre os desafios da Declaração de Bolonha, face à necessidade de as Universidades portuguesas, em geral, e da FLUP, neste caso concreto, se adaptarem a novas exigências de ensino-aprendizagem, que se perspectivam implementadas, a curto prazo, na Europa do início do séc. XXI.

Neste sentido, trabalhámos com dois professores - um do sexo feminino, outro do sexo masculino – que realizaram a sua prática pedagógica no ano lectivo de 1994-95, integrada no Estágio Pedagógico do Ramo Educacional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (LLM). Leccionaram na mesma escola, acompanhados pela mesma orientadora e supervisionados por uma de nós, por inerência de funções, e obtiveram a mesma classificação final de estágio, de nível Bom. A investigação realizou-se em dois momentos da sua vida profissional: durante o estágio e no terceiro ano de docência⁴.

As páginas que compõem a primeira parte deste texto debruçam-se sobre a questão das representações: é delas que partem; é a elas que pretendem regressar; é nelas que estão mergulhadas. É a linguagem, nomeadamente as metáforas usadas pelos professores no seu discurso didáctico, o suporte da nossa reflexão:

³ MARCELO, C. (org.) - *Aprender a Enseñar: Un estudio sobre el proceso de socialización de profesores principiantes*, Madrid, Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia (CIDE), 1991.

⁴ Para uma análise mais aprofundada, vd. BRAGA, F. - *Formação Inicial e Práticas Curriculares de Professores Principiantes – Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado em Educação, Braga, Universidade do Minho, 1998, e BRAGA, F. - *Formação de Professores e Identidade Profissional*, Coimbra, Quarteto, 2001.

evidenciaremos a forte relação existente entre a expressão verbal e o pensamento dos professores, por um lado, e entre o uso de metáforas e a capacidade reflexiva dos mesmos, por outro.

Para a consecução do objectivo inicial que nos moveu, recorremos a alguns conceitos-chave que importa explicitar: *professor principiante*, *iniciação profissional*, *choque de realidade*, *representação*. Referiremos, ainda, o quadro conceptual de que nos socorremos para analisar as *metáforas* presentes no discurso dos professores principiantes e os *níveis de reflexão* para que remetem.

O termo *professor principiante* foi por nós usado neste estudo de acordo com a definição apresentada por Vila⁵: “*es una persona, generalmente joven, que se encuentra al final de su período de formación inicial, y al comienzo de la que se espera, una larga y fructífera vida profesional, en las instituciones escolares. Está, por lo tanto, en un momento de transición*”. Alves⁶ usa a mesma expressão para designar aquele docente que, por ainda não ter completado três anos de ensino à data em que com ele se trabalhou, se encontra no período de iniciação profissional. Nesta, que é também a nossa concepção do conceito, considerámos como período de *iniciação profissional* os três primeiros anos de ensino, como Veenman⁷. Assumimos, ainda, que “*la iniciación profesional de los profesores principiantes constituye una de las fases del «aprender a enseñar» que sistemáticamente ha sido olvidada tanto por instituciones universitarias, como por otras instituciones dedicadas a la formación en-servicio de los profesores*”⁸.

Conscientes de que este é um período de tempo em que se faz a transição de estudantes a professores⁹, durante o qual os professores principiantes adquirem conhecimento profissional e buscam o equilíbrio¹⁰, procurámos detectar evidências das intensas aprendizagens, realizadas em contextos desconhecidos.

Constatámos, na bibliografia consultada, que a iniciação profissional

⁵ VILA, J.V. - *El profesor principiante*, Valencia, Promolibro, 1988, p. 25.

⁶ ALVES, F.A.C. - *O Encontro com a realidade Docente - Estudo Exploratório (auto)biográfico, Tese de Doutoramento*, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1997, p.196.

⁷ VEENMAN, S. - *Perceived Problems of Beginning Teachers*, in “Review of Educational Research”, n° 54 (2), 1984, pp. 143-178.

⁸ MARCELO, C. - *Introducción a la Práctica Reflexiva de Profesores Principiantes*, in MARCELO, C. (org.) - “El primer año de enseñanza: propuestas para una enseñanza reflexiva”, Sevilla, GID, 1990, p. 3.

⁹ BURKE, P. - *Teacher Development*, London, Falmer Press, 1988.

¹⁰ BORKO, H. - *Clinical Teacher Education: The Induction Years*, in HOFFMAN, J. & EDWARDS, S. (org.) - “Reality and Reform in Clinical Teacher Education”, New York, Random House, 1986.

corresponde a um período de intensa socialização na cultura docente¹¹, muitas vezes marcada pelo *choque de realidade*. Este conceito foi popularizado por Veenman¹² para evidenciar “*todo o impacto por eles [professores principiantes] sofrido quando iniciam a profissão*”¹³.

Face à constatação, em diferentes países e em diferentes sistemas de formação inicial, de uma transição traumática entre o período de formação inicial e o início do trabalho, marcado pelo princípio da sobrevivência, Esteve¹⁴ acusa os esquemas de formação inicial de serem ideais e normativos, não preparando o professor principiante para a sua integração na cultura docente. São sistemas que não jogam com as ideias prévias que os professores principiantes trazem das suas histórias de vida - este saber do senso comum, *naïf* ou natural, contra o qual qualquer tentativa de aprendizagem fracassa, pois é sobre ele que se constroem as representações de cada indivíduo.

Por representação, entendemos “*une forme de connaissance, socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d’une réalité commune à un ensemble social*”¹⁵. Se, enquanto sistemas de interpretação, as representações sociais regem o nosso relacionamento com o mundo - no sentido em que orientam e organizam as nossas condutas e a comunicação -, enquanto fenómenos cognitivos vinculam o sentimento de pertença social do indivíduo - com as consequentes implicações afectivas e normativas -, através da interiorização de experiências, de práticas e de modelos (de conduta e de pensamento) próprios de cada grupo social.

Por tudo o que acaba de ser dito, Jodelet¹⁶ conclui que o estudo das representações “*constitue une contribution décisive à l’approche de la vie mentale individuelle et collective*”, porque “*représenter ou se représenter correspond à un acte de pensée par lequel un sujet se rapporte à un objet*”¹⁷.

Imersos no campo da linguagem, demos especial importância às metáforas, pois considerámos que elas são “*utiles para revelar y comunicar conocimientos*”

¹¹ LUCAS MARTIN, A. - *El proceso de socialización: un enfoque sociológico*, in “Revista Española de Pedagogia”, nº 173, 1986, pp. 357-370.

¹² VEENMAN, S. - *ob. cit.*, 1984, pp. 143-178.

¹³ SILVA, C. - *De aluno a professor: Um «salto» no desconhecido (Estudo de caso)*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 1994, p. 32.

¹⁴ ESTEVE, J.M. - *El malestar docente*, Barcelona, Ed. Paidós, 1989.

¹⁵ JODELET, D. - *Représentations sociales: un domaine en expansion*, in JODELET, D. (org.) - “Les représentations sociales”, Paris, Presses Universitaires de France, 1989, p. 36.

¹⁶ JODELET, D. - *ob. cit.*, 1989, p. 37.

¹⁷ *Idem, ibidem.*

sobre la enseñanza; para expresar emociones fuertes; para aproximarnos a la realidad de la vida del aula, y para representarla. Para describir la actividad mental que requiere la enseñanza y para reflejar concepciones sobre la misma; para ilustrar problemas, etc.”¹⁸.

As categorias de análise foram retiradas de Mingorance¹⁹, que utiliza a classificação de Lakoff e Johnson (1980):

- i) metáforas orientacionais - jogam com as coordenadas espaço-temporais da aula;
- ii) metáforas ontológicas - remetem para experiências com os objectos físicos, especialmente com o nosso corpo;
- iii) metáforas estruturais - exprimem um conceito em termos de outro, mais claramente delineado.

Esta questão aparece, como veremos, intimamente relacionada com a reflexividade evidenciada por cada um dos inquiridos.

Encontrámos em Ross²⁰ o quadro teórico em que nos baseámos:

Quadro 1 - REFLEXÕES DOS PROFESSORES

Nível 1	Nível 2	Nível 3
<p>i) dá-se um exemplo, mas são fornecidos poucos detalhes e não se justifica as razões da conduta;</p> <p>ii) o informante centra-se só num aspecto da conduta a analisar;</p> <p>iii) mostra-se o acordo repetindo o enunciado, mas não se acrescenta uma interpretação própria.</p>	<p>i) realiza-se a crítica coerente de uma actuação, a partir de uma perspectiva, mas sem ter em conta que podem existir outros factores;</p> <p>ii) apresentam-se detalhes, mas as diferenças entre as opções não são justificadas;</p> <p>iii) não se dão argumentos que fundamentam as decisões .</p>	<p>i) as situações de ensino são vistas segundo múltiplas perspectivas;</p> <p>ii) a influência das acções do professor é analisada no alcance que terá para além do momento de ensino.</p>

Zeichner e Liston²¹ forneceram-nos a categorização do discurso em quatro itens:

- i) factual - preocupação com o que ocorreu ou pode ocorrer;

¹⁸ MARCELO, C. (org.) - *ob. cit.*, 1991, pp. 177- 178.

¹⁹ MINGORANCE, P. - *Un estudio de caso a traves de la metáfora*, in MARCELO, C. (org.) - “El estudio de caso en la formación del profesorado y la investigación didáctica”. Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1991.

²⁰ ROSS, D. - *First Steps in Developing a Reflective Approach*, in “Journal of Teacher Education”, v. 40, nº2, 1990, pp. 22-30.

²¹ ZEICHNER, K.M. & LISTON, D. - *Varieties of Discourse in Supervisory Conferences*, in “Teaching and Teacher Education”, nº 1 (2), 1985, pp. 155-174.

- ii) propositivo - sugestões sobre o que fazer e avaliação do que se fez;
- iii) justificativo - apresentação de razões para as acções;
- iv) crítico - avaliação dos valores implícitos no currículo e nas práticas.

Serão estes os parâmetros que seguiremos na leitura do discurso dos professores principiantes que aqui nos propomos realizar.

Quanto ao segundo objectivo deste trabalho, o qual, como já referimos, se prende com a necessidade de se reflectir, segundo os princípios da Declaração de Bolonha²², subscrita, em 1999, por vinte e nove países europeus (entre os quais Portugal), traçaremos, depois de realizada uma breve apresentação das ideias-chave dessa Declaração, o perfil de um modelo de formação inicial para professores de Línguas Estrangeiras, que contemple, simultaneamente, as conclusões da análise dos casos estudados e os desideratos do texto de Bolonha.

Para tal, servir-nos-emos de uma definição de currículo que abrangerá as questões do saber, do poder e da identidade²³, chamaremos a atenção para a necessidade da reformulação da relação pedagógica a implementar nesta formação, necessariamente multicultural, tendo como texto de apoio de referência o parecer dado pelo CNE, em 31 de Janeiro de 2002²⁴. Tentaremos, em suma, sugerir algumas das medidas práticas que urge implementar, se quisermos continuar a formar professores de Línguas Estrangeiras para o séc. XXI, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, segundo os padrões europeus de qualidade.

1. Metáforas e Representações de Professores Principiantes: estudo de caso

Neste ponto é nosso intuito apresentar a relação existente entre o estágio pedagógico e o universo de pensamento - crenças e práticas curriculares - em que dois professores principiantes se encontram submersos. O texto foi redigido com base no seu discurso, em entrevista realizada um ano após terem terminado o seu processo de formação inicial no Ramo Educacional de Francês da FLUP.

Na tentativa de aceder ao seu universo de representações acerca da iniciação profissional, analisámos as metáforas de que se servem para verbalizar as

²² Vide texto da Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999 in (Em linha) Disponível em <<http://www.sup.adc.education.fr/europectu/french/index.html>>.

²³ SILVA, T. T. - *Teorias do currículo - Uma introdução crítica*, Porto, Porto Editora, 2000.

²⁴ CACHAPUZ, A. - *Declaração de Bolonha: novas perspectivas para a Universidade Portuguesa, Sessão de Trabalho*, Porto, Faculdade de Letras, 2003.

experiências relatadas e confrontámos as conclusões com as que são apresentadas por investigadores que estudaram o mesmo fenómeno noutros contextos.

1.1 As aprendizagens e as relações interpessoais

Quando convidados a relacionar o papel que o estágio assumiu nas suas curtas vidas profissionais com aquele que a experiência desempenhou, a professora usou a seguinte metáfora: quando se inicia a vida profissional sem ter passado pela formação inicial dão-se *“cabeçadas durante anos e anos [...]”*; pelo contrário, na formação inicial *“podemos num ano dar o maior número de cabeçadas possível, mas aprender logo...”*. Parece, pois, que a aprendizagem é vista como um processo doloroso e sujeito ao efeito tentativa-erro. Usando uma metáfora ontológica, esta professora principiante deu mais alguns elementos para a compreensão do seu conceito de aprendizagem profissional: ela é caracterizada pela diversidade *“a professora [...] bebeu água de muitos sítios, de muitas fontes”*, mas a sua assimilação é tanto maior, quanto mais se tiver feito sentir a necessidade da sua aquisição. Por isso, a mesma professora afirmou: *“o facto de ter dado aulas antes do estágio foi decisivo para eu querer agarrar tudo”*, devido às *“muitas dificuldades [sentidas] no ano anterior”*.

Balanço diferente fez o professor entrevistado, para quem *“no ano de estágio, aquilo parece tudo cor-de-rosa [...] o estágio cria uma situação cor-de-rosa”*, logo, desadequada à realidade das escolas.

No mesmo sentido, as aprendizagens realizadas durante o estágio pedagógico apareceram, nas palavras da docente, sob a forma de *“bombardeamentos de informação”*. A esta ideia associou a segunda metáfora orientacional do peso: *“estágio é um trabalho um bocado pesado [...] cheguei à escola estava mesmo de rastos”* e a seguinte metáfora ontológica: *“apresentar todo o tipo de estratégias [...] adquiri-las [...], espalhar as estratégias todas num ano”*.

Os excertos transcritos sugerem, simultaneamente:

- i) a excessiva quantidade de informação;
- ii) o seu carácter técnico, porque palpável, observável e mensurável;
- iii) a concentração num curto período de tempo das aprendizagens consideradas necessárias à passagem institucional de aluno a professor.

Os orientadores apareceram, nas metáforas destes professores principiantes, como alguém de quem a entrevistada tentou *“beber ao máximo os conhecimentos”*, *“dois pilares enormes”* da sua vida. Se as metáforas ontológicas materializaram o trabalho do orientador, na ideia de fonte e de dádiva, a metáfora estrutural, ao remeter para o domínio da arquitectura, apelou à solidez do trabalho realizado.

Outra das categorias usadas no tratamento do discurso sobre a formação inicial recebida diz respeito à avaliação. A metáfora orientacional usada a esse propósito pelo entrevistado admite que o trabalho do estagiário se realiza muitas vezes “*deixando de lado o aluno*”. Justificou o facto afirmando, numa metáfora ontológica, que tal acontece porque é preciso “*mostrar aquilo que o professor vale*”.

No que respeita ao relacionamento entre estagiários, só a docente usou uma metáfora, a propósito, orientacional: “*no ano de estágio toda a gente se acotovela*”, embora tivesse afirmado também que, no seu núcleo, “*nunca ninguém tentou passar a perna ao outro*”.

Em íntima relação com a formação inicial surgiu, neste estudo, a mais forte característica da iniciação profissional - o choque de realidade. Ainda que referido por ambos os professores principiantes, as causas identificadas para a sua ocorrência foram bastante diferentes nos dois casos: a ex-estagiária assinalou, através de uma metáfora orientacional, o excesso de trabalho; afirmou “*estar entalada entre muito trabalho e muitos trabalhos para corrigir*”. Mas lembrou o seu início, ocorrido antes da preparação específica dada pelo estágio pedagógico, “*com cabeçadas, com encontros*”; são esclarecedoras metáforas ontológicas que mostram que “*foi tudo descoberto na pele*”, pois a pessoa é “*atirada completamente às feras*”.

Para o ex-estagiário - cujo início profissional se processou em simultâneo com a realização do estágio pedagógico - o choque da realidade prendeu-se com questões mais domésticas, como a distância de casa. Todas as metáforas usadas revelaram uma pessoa deprimida e insatisfeita: quer as metáforas orientacionais (“*estava justamente em baixo [...] naquela coisa do... da desmotivação*”), quer as metáforas ontológicas (“*não saía criatividade nem nada*”, porque “*parece que há ali um... um muro*”), quer ainda as metáforas estruturais (“*a escola do ano passado foi exílio; é o exílio*”). Novas metáforas, ontológicas e estruturais, mostraram a diferença: “*Este ano, já estou a começar a... a renascer. Podemos dizer isso. E então já estou a... respirar*”, isto porque “*aqui... eu acho que aqui é uma... tipo... uma fronteira... que tenho que atravessar... todos os dias*”, diz-nos o professor, “*já começo a ficar outra vez solto*”.

Ao inserirmos as representações que estes professores principiantes revelaram acerca da formação inicial no universo mais amplo das representações que possuíam relativamente ao mundo da educação, surgiram as metáforas da arquitectura, da mecânica e da economia, entre outras. Este facto aproximou a investigação por nós realizada da que tinha sido desenvolvida por Marcelo²⁵ em Espanha. Por esse motivo, apresentaremos de seguida este paralelo.

²⁵ MARCELO, C. (org.) – *ob.cit.*, 1991, pp. 177- 178.

Para os professores com que Marcelo tinha trabalhado, as metáforas estruturais eram muito marcantes. A arquitectura era a grande fonte de inspiração, sendo o sistema educativo um grande edifício, cuja pré-escola era o cimento. O processo formativo consistia em construir, tendo o cuidado de não começar a casa pelo telhado. A mecânica também o era, quando os professores referiam que os alunos funcionam, uns bem outros mal. Do mesmo modo, era-o a economia, sendo as organizações escolares empresas, nas quais se redigem contratos relativos ao funcionamento da sala de aula.

O professor por nós entrevistado revelou, também, no seu discurso, a presença da metáfora da mecânica: a aula “*desenrola-se*”, há um “*clic*” que permite a interacção, os alunos “*explodem*” e “*ligam*”... ou não. Também a metáfora da economia aparece, com as mesmas referências ao “*contrato*” e à “*negociação*”, com a “*pressão*” e a necessidade de “*apresentar*” e “*adquirir*” estratégias; especialmente, quando o manual é “*pobre*”.

Para além destas metáforas, revelou-se, no discurso deste docente, a metáfora da família e da igreja: o professor foi por duas vezes identificado como “*pai*” e como um “*padre*”, que faz um “*sermão*” e “*dá uma moral*”.

No discurso da professora, foi visível a metáfora da arquitectura, quando a professora identificou as orientadoras como “*dois pilares*” da sua vida profissional. Também a metáfora da economia apareceu, quando referiu “*escolas pobres*” e “*peças ricas por dentro*”, ou quando identificou a escola a uma fábrica e os professores a operários, mas onde o carácter de gratuidade também apareceu nas orientadoras que “*dão o estágio*”. Utilizou a metáfora da família, quando comparou a escola a um “*lar educativo*”, um “*segundo lar*”, assim como a metáfora guerreira: as “*guerras de giz*” dos alunos nos corredores, as “*batalhas que trava*” contra as coisas com que não concorda e o “*bombardamento de informação*” em que o estágio tinha consistido, as aprendizagens com “*cabeçadas e encontros*”, assim como as colegas que, durante esse período, “*se acotovelam*” e “*passam a perna*” umas às outras. Apareceu, finalmente, a metáfora da natureza, ao referir os “*terrenos*”, as “*raízes*” e as “*feras*”, e também as “*fontes*” onde se “*bebem conhecimentos*”, a “*água*” do saber que se “*agarra*”.

Porém, se a escola é um “*segundo lar*”, um “*lar educativo*”, ela é também “*a fábrica mais importante que o país tem*”, sendo os professores os “*operários*”; e “*encontrar escolas pobres sai mesmo do esforço*”. É interessante notar nestas definições que se, por um lado, as metáforas usadas apelam à formação do ser, ao envolvimento e à comunhão, conotadas com a ideia de “*lar*”, por outro, a mercantilização do ensino evidenciou-se com a metáfora economicista da “*fábrica*” e dos “*operários*”, que “*formam pessoas*”, como se de uma linha de montagem se tratasse, em que a obra, uniformizada e sem defeito, é construída segundo as necessidades de mercado.

1.2. A relação professor-aluno

A ideia explicitada no parágrafo anterior foi corroborada pela metáfora que o professor principiante usou, com a mesma finalidade; afirmou que *“a turma também funciona como uma sociedade, mas mais pequenina”*, isto é, com as mesmas regras e solicitações. Referindo-se às relações que se estabelecem no seio da escola, este docente afirmou, através de uma série de metáforas orientacionais, que *“na escola do centro da cidade [...] é aquela distância”*, enquanto na província o professor se sente *“mais perto do aluno”*. E rematou: *“Eu gosto de estar junto com os alunos. [...] E quero estar perto do aluno”*, especialmente em certos momentos, *“em que tem que ser mais chegado a eles”*. Tal como a professora, este professor usou uma metáfora estrutural para reivindicar um papel protector, familiar, face ao aluno, *“como se [eu] fosse o pai dele, ao fim e ao cabo”*, e, logo de seguida, uma metáfora ontológica: porque *“há momentos em que tem que se dar uma moral”*, que nos conduziu a outra, do mesmo tipo, através da qual o professor afirmou simultaneamente a sua convicção da vantagem desta postura, animizando a *“comunicação”* que, segundo conta, se estabeleceu, mas também evidenciando a irritação que os comportamentos desviantes dos alunos nele provocam, ao usar um adjectivo normalmente utilizado para caracterizar a domesticação de animais: *“houve uma altura durante o ano em que ele tornou-se manso [...] até parece que houve ali uma comunicação, alguma coisa que passou e fez com que ele... reagisse”*.

Nas escolas, a meritocracia reina, segundo os professores de Marcelo (1991). Com recurso a metáforas orientacionais, o nosso entrevistado esclareceu que, quando não se pertence ao círculo, *“é preciso pedir de joelhos”*, acto que a entrevistada verbalizou com a metáfora *“baixar a cabeça”*, o que afirmou recusar fazer; ela considerou que há pessoas que estão *“logo em cima”*, mas há coisas de que *“não abre mão”*.

Os pais, segundo os professores do estudo de Marcelo, deixam os filhos guardados nas escolas-parques de recolha. A docente referiu que *“os pais andam em cima”*, sempre; assinala-se, porém, que o elemento masculino com que trabalhámos os criticou com a metáfora estrutural que dá materialidade a uma atitude próxima da que é relatada pelos professores espanhóis: os pais *“não ligam”*. Quanto aos castigos, as críticas dela apareceram sob a forma de metáforas orientacionais: *“a mãe dá-lhe um apertão em casa e tal e as coisas ficam assim [...] os meninos são apertados, portanto, dá-se um apertão, dá-se um bate barbas [...]; os meninos acolhem, enfiam-se pelo chão dentro, e pronto”*, para, logo a seguir, numa metáfora estrutural, afirmar: *“Eu acho que tenho travado uma enorme batalha contra isso”*.

Contrariamente aos professores com quem Marcelo Garcia tinha trabalhado, os quais tinham considerado o aspecto disciplinar mais relacionado com as

características intrínsecas da turma do que com a atuação do professor, os professores principiantes que entrevistámos têm a preocupação de questionarem as suas acções, nomeadamente quando constatarem comportamentos desviantes nos alunos.

Referiram este aspecto através de metáforas dos diferentes tipos. O professor afirmou que, por vezes, “*os alunos vão por ali fora*”, “*explodem*”, “*passam-se da cabeça*”, criando “*turbulência*”, especialmente quando o “*professor tem uma visão curta*”. Por esta razão, este docente manifestou receios relativamente ao futuro, devido às “*vagas de indisciplina, vandalismo, agressões*”. A docente, embora tendo manifestado uma perspectiva menos pessimista da questão, referiu que os alunos, nos corredores, “*vão para cima do professor*”. Cabe a este, no entanto, “*estar em cima dos alunos*”, mostrando o controle que exerce sobre eles.

Neste domínio das relações que se estabelecem na sala de aula, as metáforas usadas pelos professores entrevistados por Marcelo tinham-se dividido em dois grupos:

- i) um constituído pelos profissionais a quem desagradam as relações frias - preconizam a necessidade de se centrarem no aluno, e a importância do professor se fazer entender e agradar;
- ii) o outro grupo composto por professores que pretendem guardar distâncias.

No estudo por nós realizado, pudemos, como vimos, constatar que o dilema relativo ao tipo de relações a estabelecer na sala de aula existiu dentro de cada um dos entrevistados e revelou-se através de metáforas. Muitas eram orientacionais: por um lado, o docente referiu a “*distância*” entre o professor e o aluno, usando a expressão “*em cima*” para evidenciar o primeiro, afirmando que, no estágio, os professores (e ele próprio também) “*deixam de lado o aluno*”; por outro lado, referiu a proximidade dos seus alunos, usando por duas vezes o vocábulo “*perto*” e também os substantivos “*amigo*”, “*jogo*” e “*brincadeira*”, mas assumiu gostar de evidenciar um “*vocabulário rico*”, isto é, gostar de mostrar “*o que vale*”.

A descrição da forma como decorrem as interações também corroborou o que acabámos de evidenciar, se atendermos às metáforas ontológicas presentes. Assim, o discurso de ambos os professores pareceu evidenciar a existência de uma comunicação bilateral, centrada no papel aglutinador do professor e, especificamente no caso do elemento masculino, também na visibilidade das aprendizagens e da sua utilidade. Este professor falou-nos, assim, em “*comunicar o conhecimento*” e em “*passar uma comunicação*”. A representante feminina, por sua vez, tendeu mais para a valorização da comunicação não verbal; falou em “*apanhar as participações*”, referiu “*o seu sorriso onde cabe toda a gente*” e afirmou: “*toda eu falo*”.

Confrontando os dados relativos às relações que se estabelecem na sala de aula com os que referem a disciplina, concluímos da sua importância para os professores com quem Marcelo tinha trabalhado, sendo visível a valorização que dela fazem nas metáforas ontológicas que utilizaram. Referiram a necessidade de se transformarem em “*polvos*”, para tudo abarcarem e tudo controlarem com os seus “*tentáculos*”. A propósito, convém referir que um dos docentes que entrevistámos, a professora, também utilizou esta metáfora, mas “*o polvinho*” representou, para esta professora principiante, a procura ávida de ensinamentos que a tornassem numa profissional competente.

De tudo o que foi dito, ressaltam representações acerca dos alunos. O trabalho de Marcelo tinha evidenciado a imagem da passividade, expressa através de metáforas estruturais que comparam os alunos a máquinas. No trabalho por nós realizado, as metáforas relativas às representações dos professores acerca dos alunos só ocorreram no discurso do professor. É, tal como aqui acontece, a metáfora da máquina, que “*desliga*” ou “*não liga*”, sendo, por vezes, necessário “*puxar*” por ela. E é a metáfora do recipiente, a “*cabecinha*” onde é pressuposto “*introduzir*” coisas, pois o bom aluno deve “*ficar com as coisas na cabeça*”.

Interessante nos parece referir que esta metáfora apareceu também quando o professor falou dele próprio; a “*cabeça*” é o local onde se concentra o saber e o professor vangloriou-se do que tinha “*dentro*” de si. Mas também o trabalho aparece no discurso dele como um recipiente fechado em que se “*entra*” ou não. O ideal é “*ficar dentro do assunto*”, e o peso é diferente em função do grau e dificuldade; há, por exemplo, “*textos mais pesados*” e outros menos.

O discurso do professor foi ainda pródigo em metáforas, quando se referiu às características dos alunos. Do mesmo modo que as metáforas orientacionais referiram o “*desenrolar da aula*”, sugerindo a linearidade de que parecia revestir-se a concepção de aprendizagem deste professor, elas ocorreram quando comparou os alunos: “*uns estão muito avançados*”, outros “*ficam [...] atrás [...] não aguentam*”, isto é, “*aqueles que não sabem [...] estão mais atrasados*”, pelo que se torna difícil “*acompanharem*”. Relativamente aos comportamentos, não houve nenhum que fosse “*muito... por ali fora*”, pois a maior parte dos alunos “*entra nessa de trabalho*”; porém, há alguns que “*estão ali mais para... para deixar passar*”. As metáforas ontológicas também ocorreram com alguma frequência na caracterização que o docente fez dos seus alunos: as aprendizagens “*vêm-se*”, o barulho é “*turbulência*” que ocorre quando os alunos “*explodem*”. E, embora sabendo que estes alunos “*ainda não passaram pelos vícios que há no Porto*”, contou que um aluno “*de vez em quando passava-se assim da cabeça*”. Depois, falou de outros que “*não ligam*” e de outros que “*desligaram completamente*”.

1.3. Primeiras conclusões

Face ao que aqui apresentámos, não é de estranhar que a professora tenha exprimido o domínio do espaço com metáforas orientacionais e ontológicas: “*Eu sou um polvinho*” que pretende “*começar a apalpar o terreno [...] criar as minhas raízes*” e que ele tenha transmitido esse mesmo domínio com metáforas orientacionais e estruturais, em termos eufóricos: a capacidade de “*dar a volta a tudo*”, a “*posse*” de uma “*cultura de revolta*”. É que este professor atribui ao saber (à língua, neste caso) características empresariais, sujeitas às mais-valias económicas, ao considerar-se: “*um professor, que [...] tem um vocabulário muito rico*”.

Em coerência com todo o perfil aqui traçado, os entrevistados manifestaram expectativas, medos e desejos, através de metáforas orientacionais. Claro que a sua profissão era algo que tencionavam “*levar para a frente*”, na qual pretendiam ter êxito, mas ninguém sabe o que está “*pela frente*” e os aspectos menos vantajosos são os que aparecem “*por cima*”. A materialização da sua visão profissional evidenciou-se na metáfora estrutural usada pela ex-estagiária: “*É a mesma coisa que ter um filho!*”.

Pudemos concluir que, no discurso dos professores principiantes estudados, as metáforas orientacionais fizeram referência a formas de entender a relação educativa com base na interdependência entre professor e aluno dentro das coordenadas espaço-temporais da aula; deram conta das distâncias e dos êxitos, das relações e dos laços existentes entre os protagonistas, dos sentimentos de protecção e distância, mas também de êxito e felicidade ou, pela inversa, de perda e de falta de escapatórias. As metáforas ontológicas remeteram para experiências com os objectos físicos, especialmente com o nosso corpo, pois os acontecimentos e as acções conceptualizaram-se metaforicamente como objectos, as actividades como substâncias, os estados como recipientes; utilizou-se a parte para exprimir o todo, identificou-se o continente com o conteúdo, deu-se vida própria às ideias, personificaram-se os problemas, sob a forma de animismo e de personificação. As metáforas estruturais, exprimindo um conceito em termos de outro, geralmente mais claramente delineado do que o primeiro, permitiram dar alguma ordem ao universo ainda confuso onde estes professores principiantes estão submersos.

A frequência com que ocorreram metáforas orientacionais e estruturais em ambos os entrevistados evidenciou a preocupação em organizarem o seu universo de referências, encontrando ideias-força e vectores tensionais para as suas acções. Relativamente às metáforas ontológicas, elas foram menos frequentes nos dois professores principiantes. Este facto parece-nos sintomático, no que respeita ao nível da flexibilidade revelado no seu discurso, pois ambos os professores

principiantes desdobraram os seus enunciados verbais em descrições de acontecimentos do quotidiano, sem interpretações nem fundamentações, segundo o que Zeichner e Liston²⁶ consideram ser o discurso factual e Ross²⁷ considera o nível um de reflexividade. No entanto, ela recorreu algumas vezes a um discurso propositivo, fazendo juízos de valor; desenvolveu conceitos, deu a sua visão pessoal do assunto, e apresentou propostas alternativas, enunciando princípios pedagógicos e humanos - nível dois de Ross²⁸. Esta atitude foi coerente com o tipo de metáforas usado.

Se as interpretações que fazemos do processo de formação adquiriram melhor inteligibilidade, ao cruzarmos a caracterização do pensamento dos professores principiantes com a análise da linguagem que lhes deu forma, essa análise só fica completa quando a cruzamos com os desafios da educação e da formação no século XXI.

A diferença de níveis de flexibilidade e o facto de estes dois professores principiantes terem tido avaliações próximas e valorizadas durante o estágio pedagógico (Francês) remeteram-nos para a constatação de que a formação em análise valorizou a acção rotineira, a eficácia das escolhas e não tanto a procura dos fundamentos das acções. Parece ter sido privilegiada a aquisição de destrezas fragmentárias e não a dimensão intelectual da profissão, o que significa que não foram incluídas, de forma sistemática, nos programas de formação, as competências reflexivas. Na verdade, as diferenças existentes entre os dois professores principiantes - algumas das quais foram evidenciadas neste texto - estão relacionadas com as experiências de vida de cada um e com o seu desenvolvimento pessoal, exterior à formação.

As considerações aqui apresentadas fizeram-nos rever a questão colocada por Perrenoud²⁹: “*Supondo que concebíamos e organizávamos uma formação inovadora, inspirada pelas ideias mais avançadas [...] Será que podemos mudar as práticas ao mudar a formação?*”. Este trabalho mostrou que a formação só influencia as práticas em determinadas condições e dentro de certos limites.

Com efeito, os dois professores com que trabalhamos estiveram sujeitos às mesmas condições de formação e responderam de formas próximas às exigências que lhes tinham sido feitas, no ano de estágio. No entanto, volvidos dois anos, as

²⁶ ZEICHNER, K.M. & LISTON, D. *ob.cit.*, 1985.

²⁷ ROSS, D. *ob. cit.*, 1990.

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ PERRENOUD, Ph. - *Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação - Perspectivas Sociológicas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote (Instituto de Inovação Educacional), 1993, p. 99.

suas práticas, crenças e representações evidenciaram-se em tudo diferentes. O Ser de cada um revelou-se, como eles próprios afirmam, mais forte do que toda a formação e, parece mesmo, mais forte do que toda a socialização posterior. É a força do “*sistema de crenças*”³⁰ que cada um traz que, mais do que qualquer outro dado, este trabalho nos permitiu comprovar. É esta a resposta que obtivemos para o objectivo que nos moveu, em relação a este ponto do nosso estudo: analisar a forma como dois professores principiantes constroem a sua identidade profissional.

Comprovámos, assim, que a construíram, aproveitando todas as experiências que se revelaram coerentes com as representações que possuíam, previamente; recusaram todas aquelas que entraram em choque com o seu sistema de crenças anterior.

Quatro conclusões merecem, por conseguinte, referência:

- i) O estágio é um *processo de intensa aprendizagem*, marcado pelo *princípio de sobrevivência*, e reduz o choque com a realidade;
- ii) A formação aí fornecida é “teórica” e “ideal”, contrariamente à realidade vivida posteriormente, marcada pelo predomínio da *ética do prático*³¹;
- iii) Se o estágio, realizado ao longo de todo um ano e sob o acompanhamento de um orientador, favorece o desenvolvimento profissional do docente, a pertinência do que aí se faz depende do perfil do orientador (no caso da FLUP, depende do acaso, uma vez que não há escolha feita segundo critérios pré-determinados pela Instituição, nem formação específica desses parceiros de formação para o desempenho dessas funções) e da forma como ele orienta o desenvolvimento pessoal e profissional, no sentido do desenvolvimento social do indivíduo;
- iv) A utilidade da formação durante o estágio pedagógico depende das condições que os estagiários têm para captar a sua essência, as quais parecem emergir do desenvolvimento pessoal de cada um, isto é, das ideias prévias que possuem, por um lado, da necessidade que sentem, por outro, e, ainda, das condições externas que os marcam.

Haverá, por conseguinte, razões suficientes que nos levam à necessidade de repensar a formação de professores de Línguas, na FLUP, aproveitando, para o efeito, inclusivamente, os desafios trazidos pela nova política europeia sobre educação / formação.

³⁰ ESTRELA, M. T. - *Deontologia e formação moral dos professores*, in SPCE (org.) – “Ciências da Educação em Portugal - situação actual e perspectivas”, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1991, p. 589.

³¹ Veenman, *ob. cit.*, 1984.

2. A Declaração de Bolonha e o seu impacto na formação inicial dos professores

Como é sabido, a Declaração de Bolonha³² não se limita a ser um texto meramente político, no sentido corrente do termo, mas perfila-se como um programa de acção, destinado a criar, no espaço europeu, um ensino superior coerente, compatível e competitivo.

É um cenário novo, bem diferente do que existe, nos nossos dias, em cada um dos países pertencentes à União Europeia, nomeadamente no que se refere à necessidade de se adoptar políticas comuns de ensino superior de qualidade que correspondam às exigências de formação do cidadão europeu do século XXI.

Como sublinha Machado dos Santos³³, *“A dimensão europeia constitui, necessariamente, o pano de fundo para a análise do caso português, na medida em que as eventuais reformas a introduzir, devendo salvaguardar as especificidades e a diversidade do sistema nacional, não poderão deixar de ter em atenção os problemas inerentes à construção da União Europeia. O processo de Bolonha afecta inexoravelmente todos os sistemas e instituições de ensino superior na Europa, sujeitando a um sério risco de isolamento aqueles que o procurem ignorar.”*

2.1 Algumas ideias-chave

Neste sentido, destacaremos da Declaração de Bolonha as seguintes ideias fulcrais:

- i) mobilidade (de estudantes, de professores, mas também de pessoal administrativo), com intuitos de um enriquecimento da respectiva formação e de perspectivação / compreensão de diferentes contextos de vida e de aprendizagens, bem como de tornar mais acessível a questão da empregabilidade;
- ii) competitividade internacional (ao nível da atractividade das formações oferecidas e dos *designs* que lhes correspondem), com plena garantia da defesa da qualidade;
- iii) generalização de sistemas de créditos compatíveis com o ECTS, cuja filosofia de base não se compadecerá com a simples “transposição” do sistema, actualmente em vigor em Portugal, definido por “aulas teóricas”, “aulas práticas” e “aulas teórico-práticas”, para cargas horárias lectivas

³² Declaração de Bolonha: <http://www.sup.adc.education.fr/europedu/french/index.html>.

³³ SANTOS, S. M. - *Declaração de Bolonha – o caso português*. in “Boletim da Universidade do Porto”, nº 35, 2002:51.

fixas e impostas unilateralmente pela Instituição de Ensino Superior, forçando o aluno a fazer “opções” obrigatórias, no tecido da sua formação, mas que exigirá a compreensão dos professores, dos estudantes e da sociedade em geral que a formação de nível universitário não se faz somente em sala de aula, mas passa por outros espaços e outros agentes de ensino-aprendizagem, bem como pelo desenvolvimento da autonomia do aluno, a quem deve ser dado tempo (não lectivo) para que possa aprender;

- iv) defesa da cooperação inter-universidades, na co-formação dos respectivos estudantes, tendo em vista a adopção de critérios e metodologias comparáveis;
- v) uniformidade de critérios de referência de qualidade comum, mas não de uniformização dos currícula, dos diplomas ou dos perfis das Instituições, que viabilizem e facilitem a comparação dos diplomas e até do “Suplemento do diploma”³⁴;
- vi) valorização profunda das “qualificações” adquiridas ao longo da vida (com acreditação europeia), independentemente do local, da instituição ou do modo como foram apreendidas, mas privilegiando os *skills* e as competências que proporcionam;
- vii) respeito pleno pela diversidade de culturas, de línguas, de sistemas educativos nacionais e da autonomia das universidades;
- viii) necessidade de as Instituições de Ensino Superior se adaptarem a estes princípios, até 2010.

2.2. Implicações directas da adopção pela FLUP dos princípios de Bolonha:

2.2.1. Uma redefinição de currículo

Face aos princípios consignados na Declaração de Bolonha, percebe-se que as formações de nível universitário terão que ser repensadas em Portugal.

A definição flexível de currículo que elas introduzem não se compadece com o esquema rígido e parcelado do ensino-aprendizagem de saberes unicamente

³⁴ Neste “Suplemento de diploma” serão registadas todas as formações não curriculares realizadas pelo cidadão, por sua iniciativa, ao longo da vida, e que constituirão uma mais-valia na sua evolução e no avanço dos seus conhecimentos científicos, técnicos ou outros.

declarativos,³⁵ desenvolvido em compartimentos disciplinares e temporais estanques, no qual, por exemplo, alguém que pretende ser professor de Línguas Estrangeiras “aprende” das “8h30 às 10h30” saberes culturais, das “10h30 às 12h30”, saberes linguísticos e das “16h30 às 18h30”, saberes metodológico-profissionais, durante dois, três, quatro anos, após o Ensino Secundário. E não é tão pouco a semestralização deste esquema de formação que, no nosso entender, dará resposta aos desafios de Bolonha.

Assim sendo, terá a Universidade portuguesa, em geral, e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto³⁶, em particular, que repensar os cursos de formação inicial de professores de Línguas que pretende oferecer aos estudantes (nacionais e estrangeiros) deste início do século XXI, ao nível dos objectivos, dos conteúdos, das metodologias de ensino e de aprendizagem a adoptar, em função, justamente, do perfil de professor que se pretende pôr no terreno, capaz de dar resposta satisfatória aos problemas que a sociedade actual lhe coloca, como vimos na primeira parte deste trabalho.

A reflexão que aqui se apresenta é um contributo direccionado para esse fim. Nesse sentido, apoiar-nos-emos no Parecer do Conselho Nacional de Educação, dado em 2002, intitulado “A Declaração de Bolonha e o Sistema de Graus no Ensino Superior”, com o qual concordamos em absoluto, para, na defesa intransigente de uma formação de qualidade, chamarmos a atenção para uma questão fulcral em toda esta renovação que se impõe: a relação pedagógica.

2.2.2. *Uma nova relação pedagógica*

Com efeito, os princípios consignados na Declaração de Bolonha rompem, definitivamente, com as aulas expositivas e a relação “ex cathedra” do professor, na transmissão do saber.

Defendendo um processo construtivista de aprendizagem³⁷, em que o professor

³⁵ TARDIF, J. – *Pour un enseignement stratégique: l'apport de la psychologie cognitive*, Montréal, Les Éditions Logiques, 1992, distingue conhecimentos declarativos (os saberes ditos científicos, propriamente ditos), dos saberes processuais (o *saber como*) e dos saberes condicionais (o *saber quando e porquê*).

³⁶ Dela falamos, porque é nela que desenvolvemos, actualmente, a nossa actividade profissional no âmbito da formação de professores de Francês.

³⁷ ABRAMI, P. C. *et al.* – *L'apprentissage coopératif. Théories, méthodes, activités*, Montréal, Les Éditions de la Chenelière, 1996, e VYGOTSKY, L. – *Pensamento e linguagem*, Lisboa, Edições Antídoto, 1979.

assume, fundamentalmente, o papel de tutor e de facilitador das aprendizagens³⁸, promove-se metodologias de aprendizagem activas, cooperativas e participativas, “envolvendo uma outra maneira de pensar o ensino e a aprendizagem”³⁹, em que o “currículo já não é uma colecção ordenada de matérias”⁴⁰, exigindo novas atitudes, novos saberes, novas competências, quer aos professores universitários, quer aos alunos.

Flexibilidade e diversidade dos percursos de formação de qualidade, geridos pelo próprio estudante e não impostos pela Universidade – são as palavras de ordem.

Valorização das aprendizagens e do trabalho global do aluno (incluindo o que ele desenvolve em ambientes não formais de trabalho / estudo) – passa a ser uma obrigação.

Diversidade de culturas, línguas e valores – serão objecto de defesa intransigente.

Reforço da qualidade da função e das condições da investigação – uma necessidade incontornável.

Valorização da prática da auto-avaliação do estudante, feita regular e periodicamente, tendo em conta não só os conhecimentos, mas também as competências e as atitudes adquiridos, em todo o percurso da sua formação, tendo em vista a preparação de professores reflexivos⁴¹, logo, críticos e actantes – uma premência incontestável.

2.2.3. Algumas sugestões práticas para a construção de uma nova formação, ao nível da Licenciatura em Comunicação Educacional e da especialização em Ensino de Línguas

Assim sendo, parece-nos lícito propor, em jeito de sugestão, uma formação de professores de línguas destinados aos ensinos Básico e Secundário, desenvolvida na base de uma duração de 4+1 anos.

³⁸ LEE, V. – *An experiment with group learning in diversity*, Conferência apresentada no “2nd International Symposium of Students and Professors. University and its Students 2001. The contribution of the university to the unification of Europe in the new millennium”, Prague, Charles University (texto policopiado), 12-15 September, 2001.

³⁹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – *A Declaração de Bolonha e o Sistema de Graus no Ensino Superior* – Parecer do Conselho Nacional de Educação, p.4. (Em linha), Disponível em <http://www.cnedu.pt/prcnems.html>.

⁴⁰ idem, ibidem.

⁴¹ SCHÖN, D. – *The reflective practitioner – How professionals think in action*, New York, Basic Books, 1983 e SCHÖN, D. – *Educating the reflective practitioner. Towards a new design for teaching and learning in the profession*, San Francisco, Jossey-Bass Inc., Publishers, 1987 e ALARCÃO, I. (org.) - *Formação Reflexiva de Professores – Estratégias de Supervisão*, Porto, Porto Editora, 1996.

A necessidade de propormos esta estrutura decorre, não só dos princípios defendidos pela Declaração de Bolonha, mas também da decisão governamental portuguesa recentemente anunciada⁴², mediante a qual as licenciaturas a realizar nas nossas Universidades deverão ter a duração de quatro anos.

Parece-nos, contudo, que, face às actuais exigências profissionais de um docente dos ensinos Básico e Secundário, a formação específica de um professor de línguas necessita de mais um ano de formação inicial, que lhe possibilite o início de uma especialização que sabemos ser complexa, exigente e a desenvolver de modo continuado.

Assim sendo, concluídos os quatro primeiros anos, os destinatários desta formação obtêm o grau de Licenciatura em Comunicação Educacional. As respectivas saídas profissionais poderão levá-los a cargos do seguinte tipo: Consultores Pedagógicos, Conceptores de Projectos Educativos, Agentes Culturais, Adidos Linguísticos.

No caso de pretenderem optar pela saída do Ensino de Línguas, esses licenciados devem realizar, obrigatoriamente, uma especialização com a duração de 1 ano, cujas componentes também aqui se esboçam.

Debruçando-nos sobre o perfil destas formações, defenderemos a necessidade de serem contemplados os seguintes itens:

- i) Análise prévia das motivações e qualificações dos candidatos ao primeiro ano, feita pelo viés de uma entrevista realizada por docentes da FLUP;
- ii) Cada um dos quatro anos da Licenciatura, tal como o ano de especialização, contemplará 50 u.c. (1 u.c. = 25 horas de trabalho);
- iii) Tanto a licenciatura como a especialização serão compostos por uma **componente curricular disciplinar** e uma **componente curricular não disciplinar**;
- iv) Relativamente à **componente disciplinar**, os dois primeiros anos contemplarão uma forte formação na Área Científica Específica - Línguas, Culturas, Linguísticas e Literaturas - (40 u.c. / ano), bem como uma disciplina designada “Metodologia e Técnicas de Comunicação e Investigação” (5 u.c.).

No terceiro ano, são introduzidas disciplinas da Área das Ciências da Educação (20 u.c.), mantendo-se a formação na Área Disciplinar Específica (20 u.c.).

⁴² Vide Proposta da Lei de Bases da Educação de 28 de Maio de 2003 in [Em linha] Disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/Conselho+de+Ministros/Documents/20030528_Proposta_LeiBases_Educacao.htm.

No quarto ano, a componente curricular disciplinar de formação dará um enfoque particular ao ensino-aprendizagem de L1 e L2 (10 u.c.) e de Metodologias Específicas para ambas as línguas (25 u.c. no seu conjunto), assim como de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) aplicadas à aprendizagem das LEs (5 u.c.).

Ao longo dos quatro anos da Licenciatura, o estudante deverá realizar um **complemento** curricular de formação (5 u.c. / ano), que viabilizará a possibilidade de se formar noutras áreas científicas na FLUP ou noutra instituição de Ensino Superior (nacional ou estrangeira), com protocolo estabelecido com a Universidade do Porto.

- v) Quanto à **componente não disciplinar de formação**, defendemos a sua presença a partir do segundo ano da licenciatura. Ela consiste na elaboração de um portfólio de formação (15 u.c.), acompanhada tutorialmente por um docente da FLUP, portfólio esse que dará conta da participação do aluno em conferências e eventos afins, bem como da realização de pesquisas feitas e dos contactos estabelecidos, durante o quarto ano, com o mundo do trabalho (num total de 15 u.c.). Este trabalho deverá reflectir não só o percurso de aprendizagem do estudante, como também os respectivos conteúdos, no sentido que lhes é dado por Tardif⁴³.

Após a licenciatura, o estudante que pretenda obter uma especialização em Ensino da LE, deverá realizar um estágio pedagógico, conforme à concepção, implementação e avaliação do seu projecto individual de formação (implementado em escola do Ensino Básico e/ou Secundário, com a qual a FLUP estabelecerá protocolo), equivalente a 35 u.c.. O estágio deverá ser efectuado com a colaboração de um acompanhante local⁴⁴ e de um supervisor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O estudante-estagiário deverá, igualmente, realizar, na FLUP, nesse mesmo ano, um Seminário de Investigação e Projecto na área de ensino da LE, que corresponderá a 10 u.c., na componente curricular disciplinar em Metodologias Específicas. A sua formação contemplará, ainda, uma componente não disciplinar de formação, que corresponderá à elaboração do seu portfólio de estagiário (5 u.c.).

Em jeito de síntese, apresenta-se no quadro seguinte as principais linhas desta proposta:

⁴³ TARDIF, J. – *ob. cit.*, 1992, *idem*.

⁴⁴ Com formação especializada para o efeito, que a própria Faculdade de Letras poderia realizar, ao nível da pós-graduação.

QUADRO 2 - CONTRIBUTOS PARA UM NOVO MODELO DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE LÍNGUAS NA FLUP

	Componente curricular disciplinar de formação			Componente curricular não disciplinar de formação			
	Área Científica Específica	Ciências da Educação	Metodologias Específicas	Elaboração de portfólio de formação	Complemento de formação	Projecto de Formação	
1º Ano	-Lingua 1 ¹ -Lingua 2 -Cultura da L1 -Cultura da L2 -Linguística L1 -Linguística L2 -Literatura L1 -Literatura L2 40 u.c.		-Metodologia e técnicas de comunicação e de investigação 5 u.c.		Desenvolvimento de actividades de formação noutras áreas científicas na FLUP ou noutra instituição com protocolo 5 u.c.		50 u.c.
2º Ano	-Lingua 1 -Lingua 2 -Cultura da L1 -Cultura da L2 -Linguística L1 -Linguística L2 -Literatura L1 -Literatura L2 40 u.c.			Participação em conferências e realização de pesquisas 5 u.c.	Desenvolvimento de actividades de formação noutras áreas científicas na FLUP ou noutra instituição com protocolo 5 u.c.		50 u.c.
3º Ano	-Lingua 1 -Lingua 2 -Cultura da L1 -Cultura da L2 -Linguística L1 -Linguística L2 -Literatura L1 -Literatura L2 20 u.c.	-Desenvolvimento Curricular -Psicologia da Aprendizagem -Filosofia e Sociologia da Educação 20 u.c.		Participação em conferências e realização de pesquisas 5 u.c.	Desenvolvimento de actividades de formação noutras áreas científicas na FLUP ou noutra instituição com protocolo 5 u.c.		50 u.c.
4º Ano	-Lingua 1 -Lingua 2 10 u.c.		-Metodologia da L1 e da L2 25 u.c. -TIC aplicadas à aprendizagem da LE 5 u.c. 30 u.c.	Contactos com o mundo do trabalho 5 u.c.	Desenvolvimento de actividades de formação noutras áreas científicas na FLUP ou noutra instituição com protocolo 5 u.c.		50 u.c.
5º Ano			Seminário de Investigação e Projecto, para elaboração do portfólio do estagiário 10 u.c.	Participação em conferências e realização de pesquisas 5 u.c.		Estágio pedagógico: concepção, implementação e avaliação de um projecto de formação 35 u.c.	50 u.c.
	115 u.c.	20 u.c.	45 u.c.	15 u.c.	20 u.c.	35 u.c.	250 u.c.

¹ L1 = LM ou LE1

L2 = Formação numa segunda língua estrangeira

3. Conclusões

Utopia? Não. Somente uma tentativa de dar uma resposta às novas necessidades de ensino-aprendizagem dos professores que queremos ajudar a iniciar a formar, neste início de século.

Educar e Formar são desenvolver no indivíduo duas capacidades fundamentais: a de consciencializar o papel que desempenha na sociedade e no contexto educativo e a de responder às exigências, acompanhando *“as transformações sociais, económicas, científicas e tecnológicas que caracterizam a sociedade deste final de século”*⁴⁵. É educar e formar para a cidadania, para a liberdade e autonomia, para os valores e a solidariedade, para a tecnologia e para a cultura, para a criatividade e para a inovação, para o desenvolvimento harmonioso e para a coesão social⁴⁶.

Em momento decisivo de tomada de decisões no binómio qualidade/tempo em que o esforço de europeização nos coloca, a análise aqui feita ganha contornos mais precisos, delineados pelas características da sociedade da informação, que se quer do conhecimento e que poderemos definir pela:

- i) competitividade ou procura de *“formas inteligentes de criação da riqueza, de fortalecimento da coesão social e de preservação dos valores tradicionais”*⁴⁷;
- ii) civilidade ou *“democracia processualista ou contratualizante”*, que garanta que *“o ‘capital social’, a inteligência, será a fonte geradora do sucesso da sociedade da informação”*⁴⁸;
- iii) interdisciplinaridade, *“dando assim um impulso decisivo à reflexão sobre especializações prematuras traduzidas em cursos dicotómicos de banda estreita, incompatíveis com a mobilidade profissional e com uma cultura científica e técnica sólida, com efeitos negativos no emprego”*⁴⁹;
- iv) excelência, isto é, *“tempo de criatividade e de inovação (...) de clima empreendedor, (...) desde que mantenha como último destinatário a pessoa”*⁵⁰;

⁴⁵ SILVA, M. C. M. - *O primeiro ano de docência: o choque com a realidade*, in ESTRELA, M. T. (org.) – *“Viver e Construir a Profissão Docente”*, Porto, Porto Editora, 1997.

⁴⁶ SIMÃO, J. V. et al. - *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Lisboa, Gradiva, 2002.

⁴⁷ SIMÃO, J. V. et al. – *ob. cit.*, 2002, p. 382.

⁴⁸ *idem, ibidem.*

⁴⁹ *Idem.*, p. 383.

⁵⁰ *Idem, ibidem.*

- v) cooperação, traduzida numa “nova consciência e responsabilização em relação à comunicação social”⁵¹;
- vi) oportunidade, que “exige o ‘fazer’ em tempo oportuno” (*idem, ibidem*).

Diríamos, pois, que o desafio que este pressuposto coloca aos formadores de professores é o de assumirem a formação do Saber tornar-se, saber evoluir, isto é, do QUERER - consciencialização que transforma a acção em acto de vontade - e do PODER - resposta possível, segundo o saber, saber fazer e o ser que o indivíduo detém.

Foi a consciência deste facto, aliás, que fez partir a supervisão do estágio pedagógico de Francês da FLUP para a reorientação⁵², em 2001, do quadro organizativo da avaliação do estágio pedagógico – Francês – da FLUP.

Tendo, até aí, esta Instituição centrado o eixo da sua formação em três vertentes (o saber, o saber-fazer e o ser), pareceu-nos necessário reorganizar este esquema conceptual, reconvertendo as suas componentes e inserindo-as no binómio QUERER/PODER, pois é nele que se joga toda a força do acto educativo, enquanto acto de comunicação por excelência - a VONTADE e a POSSIBILIDADE para o exercício da docência⁵³.

Deste modo, pudemos aproximar-nos, já um pouco, dos desafios de Bolonha, que nos mostram que, no século XXI, “educar não é preparar as novas gerações para a estabilidade, mas para acompanharem o fluir do tempo (...); neste quadro de pensamento, a educação e a formação devem, em permanência, ser concebidas e realizadas em resposta a «indicadores de qualidade» inerentes à natureza do acto de criação, seja ela científica, literária, artística ou educativa, as quais exigem: o domínio de materiais evanescentes expresso no ‘software’ da sociedade da informação; a rapidez de associação e agilidade de pensamento; a economia da narração, quando necessário; a exactidão da linguagem e a precisão dos conceitos; a individualização na observação científica e cultural libertadora da homogeneização; a gestão da multiplicidade como resultado do esforço de encarar conjuntamente os diferentes saberes e códigos; uma visão plural e multifacetada do conhecimento e a negação do texto único; a capacidade de articulação inteligente

⁵¹ *Idem, ibidem*.

⁵² Entendemos a “reorientação” como uma reorganização de largo espectro, que incluía perspectivas de alteração do trabalho pedagógico desenvolvido (vd. Cachapuz, 2003).

⁵³ Consultar, a propósito, os documentos em anexo, que constituem os Critérios de Avaliação dos Estagiários que se encontram a realizar o Estágio Pedagógico de Francês da FLUP e que foram aprovados pela Coordenadora do Ramo Educacional de Francês, Prof. Doutora Ana Paula Coutinho Mendes, em Outubro de 2001, e aqui reproduzidos com a sua autorização.

entre métodos e conteúdos, com rejeição de aproximações ou compartimentação”⁵⁴.

Assim sendo, e como, decididamente, acreditamos que “Querer é Poder”, subscrevemos por inteiro a opinião de Ronald Sultana, quando afirma: “*It is not unreasonable to expect educational institutions to provide contexts which help individuals and societies to cope with and manage the transformations that have been unleashed. Indeed, educators must be proactive rather than merely reactive, if education is to produce, and not simply reproduce, society. And that is where deliberations about quality education in tomorrow’s Europe should lead us, namely, in a search for educational method that engages Europe and the world as they are, in order to imagine a Europe and a world as they could and should be. To do anything less would be to rescind on our responsibilities towards the present generation and those that are yet to come.*”⁵⁵

É tempo, pois, de agir, já que muito resta ainda por fazer!

Fátima Braga e Rosa Bizarro

⁵⁴ *Idem*, p. 384.

⁵⁵ SULTANA, R. G. - *Quality Education And Training for Tomorrow’s Europe*, in NÓVOA, A. e LAWN, M. (org.) – “Fabricating Europe – The Formation of an Education Space”, Dordrecht / Boston / London, Kluwer Academic Publishers, 2002, pp. 127-128.

Anexo 1

CrITÉrios de avaliaÇão final dos estagiÁrios de FrancÊs da FLUP

1. Pressupostos teÓricos

A avaliaÇão dos estagiÁrios do Ramo Educacional FrancÊs da FLUP equaciona a vontade e a possibilidade do candidato a professor para o exercÍcio da funÇão docente. Neste sentido, alicerÇa-se em dois pilares:

1. O QUERER – a capacidade que o estagiÁrio revela em consciencializar o papel que desempenha na sociedade e no contexto educativo (ao nÍvel do ser e do saber);

1. O PODER – a capacidade que mostra de acompanhar as exigÊncias e as transformaÇões sociais, econÓmicas, cientÍficas e tecnolÓgicas que caracterizam a sociedade do sÉc. XXI (ao nÍvel do ser, do saber e do fazer).

Assim sendo, a formaÇão/avaliaÇão dos estagiÁrios faz-se em cinco dimensÓes:

- i) desenvolvimento pedagÓgico,
- ii) desenvolvimento do conhecimento e da compreensÓ de si,
- iii) desenvolvimento cognitivo,
- iv) desenvolvimento teÓrico,
- v) desenvolvimento profissional.

Esta mesma formaÇão pressupÕe o desenvolvimento de diferentes competÊncias:

- i) competÊncias empÍricas – capacidade de diagnosticar e descrever situaÇões, processos, causas e efeitos,
- ii) competÊncias analÍticas – capacidade de interpretar dados segundo teorias aprendidas,
- iii) competÊncias de avaliaÇão – formular juÍzos de valor a propÓsito de resultados:
 - reflexÓ tÉcnica, sensÍvel à eficÁcia dos meios e das aÇões observÁveis,
 - reflexÓ prÁtica, procurando as razÓes que justificam a prÁtica, com vista ao auto-conhecimento,
 - reflexÓ crÍtica, que questiona a prÁtica segundo princÍpios morais,
- iv) competÊncias estratÉgicas – planificar a aÇão e antecipar problemas de operacionalizaÇão e respectivo tratamento,
- v) competÊncias prÁticas – pÕr as teorias ao serviÇo da prÁtica,
- vi) competÊncias de comunicaÇão pedagÓgica:

METÁFORAS E REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES PRINCÍPIANTES

- estratégias de credibilidade (segurança linguística, socio-cultural e pedagógica)
- estratégias de sedução (espaço afectivo)

A formação dos estagiários do Ramo Educacional Francês trabalha e avalia ainda as seguintes atitudes:

- mentalidade aberta – aceitação de diferentes perspectivas face às quais se fazem opções,
- responsabilidade – coerência e harmonia das crenças, de forma a prever as consequências dos seus actos,
- entusiasmo – curiosidade intelectual, energia, luta contra a rotina.

2. Componentes da avaliação

A avaliação dos estagiários far-se-á a três níveis de desenvolvimento – social, profissional e pessoal – e estruturar-se-á em três patamares:

Desenvolvimento social	Desenvolvimento Profissional	Desenvolvimento Pessoal
------------------------	------------------------------	-------------------------

DESEJO DE MUDANÇA

1. Aceitar que o isolamento é um problema	1. Experimentar novas actividades, previamente discutidas em grupo (“teacher as researcher” e “teacher as a learner”)	1. Aceitar um aspecto da minha prática como problemático
---	---	--

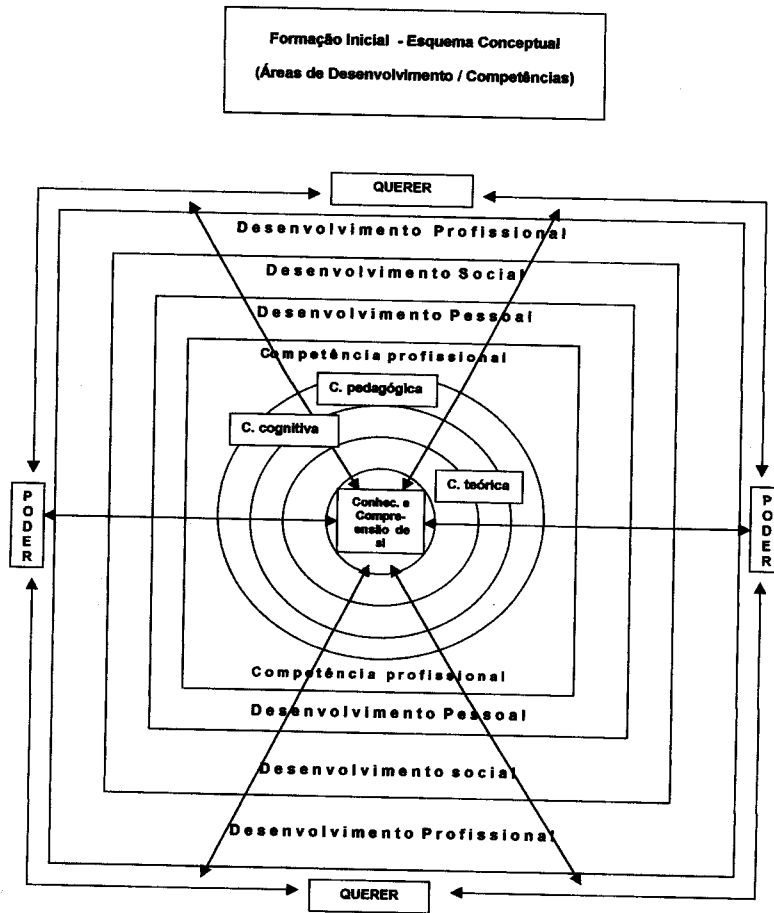
RECONSTRUÇÃO

2. Valorizar o trabalho cooperativo e reconstruir o significado de ser professor	2. Desenvolver e praticar as ideias: investigar e agir - clarificar conceitos e crenças, obter informação nova, planificar acções adequadas às características dos alunos	2. Aceitar as limitações e lidar com elas
--	---	---

EMPOWERMENT

(= auto-realização transformadora)

3. Iniciar o trabalho cooperativo, com base nos aspectos afectivos	3. Fazer experiências inovadoras	3. Sentir-se realizado / consciente / “empowered”
--	----------------------------------	---



COMPONENTES DA AVALIAÇÃO

COMPETÊNCIAS	Conhecimento e compreensão de si	Conceitos	Como Contribuir	Sócio. Pedagógica	Como Profissional
ÁREAS DE Desenvolvimento Desenvolvimento Pessoal	O que sou ? Auto-estima (construção / desenvolvimento / ajustamento) Sentido crítico Receptividade à crítica. Segurança pessoal de reação ao imprevisto Ética profissional	O que sei ? Conhecimentos de base específicos da sua área: Língua / Cultura Linguística / Literatura Metodologia Enquadramento legal e institucional Desenvolvimento curricular	Como interpreto o processo comunitário ? Competências empíricas.	Como planeio ? Como avalio ? Capacidade de seleção Criatividade Comunicação pedagógica Estratégias de seleção Avaliação.	Como interpreto as várias competências? Saberes Atitudes: Responsabilidade Empenho Envolvimento Capacidade de decisão
Desenvolvimento Social	Valorização do relacionamento com os outros Relação crítica sobre: pares / alunos comunidade educativa meio envolvente	Psicologia do desenvolvimento; Psicologia da aprendizagem Filosofia da educação Sociologia da educação Tecnologias da informação e comunicação (T. I. C.)	Competências analíticas Competências de avaliação: Reflexão ítemica Reflexão prática Reflexão crítica	Trabalho interdisciplinarizado / Mentalidade aberta Disponibilidade Criatividade.	Cooperativo; Transdisciplinarizada aberta
Desenvolvimento Profissional	Relação esforço / progresso	↓ Consciência da necessidade de constante atualização ao longo da vida	Reflexão crítica	Competências Estratégicas Competências Práticas Competências de Comunicação e relação Pedagógica Competências de Avaliação Reflexão na e sobre a ação	P O D E R

A REINVENÇÃO DA DEMOCRACIA OU A UNIVERSIDADE SEGUNDO SARAMAGO

Interrogar é ensinar.
Xenofonte, *A Retirada dos Dez Mil*

“Enquanto não alcançares a verdade não poderás corrigi-la. Porém,
se a não corrigires, não a alcançarás. Entretanto, não te resignes.”

Do Livro dos Conselhos
in José Saramago, *História do Cerco de Lisboa*

A nossa homenagem ao Professor Joaquim Fonseca consistirá numa viagem através de um texto do prémio Nobel da Literatura, José Saramago. Ao longo desse percurso interpretativo, iremos interrogando o texto na tentativa de seguir modos inteligentes de ler, para os quais o ensino, isto é, o interrogar do Professor nos despertou.

O percurso de leitura que propomos inscrever-se-à, assim, basicamente, no quadro metodológico consignado na área da Linguística de Texto/Análise de Discurso e seguirá de perto trabalhos desenvolvidos por Joaquim Fonseca.

Tomando a totalidade de sentido do texto como o complexo integrado de “dimensões enunciativas – representação de estados de coisas – configuração de uma orientação discursiva global”,¹ procuraremos captar o sistema de referências instituído pelo discurso, bem como o sistema de avaliações construído pelo autor, com o intuito de compreender a intencionalidade que marca esta produção.

¹ Ver Fonseca, J. 1998: 334.

Constituirá nosso objecto de análise um texto de José Saramago publicado no número comemorativo do 10º aniversário da revista *Visão*. Importa referir que este texto, a que José Saramago deu o título de «Democracia e Universidade», foi escrito com base na sua alocação ao ser doutorado «honoris causa» na Universidade Carlos III de Madrid².

A situação enunciativa dominante gira em torno das coordenadas EU-VÓS/AQUI/AGORA, sendo que este «AGORA», corresponde à data de publicação, 8 de Maio de 2003, e assinala o tempo de enunciação – o T0.

Não sendo possível deduzir a partir do título uma tipologia discursiva precisa, também não é possível encontrar nele uma linha interpretativa inequívoca. Efectivamente, pela vasta enciclopédia que activa, este título pode projectar-se em hipóteses interpretativas plurais e até divergentes. Seja qual for a validação que uma leitura atenta confira a essas hipóteses, a verdade é que este título configura um agregado de sentido nuclear no qual se fundará todo o programa discursivo. Porém, a orientação desse programa só se torna perceptível à luz da situação enunciativa acima descrita pois é ela que permite tomar o texto como um discurso polémico de natureza fortemente argumentativa, no qual o autor realiza, como orientação central, um macroacto expressivo de censura, accionalmente dimensionado para a exortação.

Sobressaem no discurso – a nível local, sequencial e global – dois eixos agregadores: o das contraposições e o da polifonia.

No eixo das contraposições, poderemos, esquematicamente, salientar:

- a contraposição entre valores que, metaforicamente apresentados, reenviam para universos éticos e morais representativos do Bem e do Mal, da Vida e da Morte;³
- a contraposição entre atitudes e comportamentos que, decorrentes da aceitação ou da rejeição dos referidos valores, se congregam na relação dicotómica dos pólos reflexão/entorpecimento das consciências e acção/imobilidade;
- a contraposição entre vectores axiológicos, traduzidos sobretudo por actos de elogio/censura;

² O texto em análise aparece reproduzido no Anexo I. No Anexo II transcreve-se o mesmo texto com a identificação dos parágrafos e dos enunciados em que o dividimos para efeitos de tratamento.

³ A disseminação destas metáforas ao longo do texto tece uma forte rede isotópica que vai constituir-se como o maior garante da coesão textual.

- a contraposição entre atitudes modais de afastamento/adesão relativamente aos estados de coisas descritos.

No eixo da polifonia, particularmente notória e diferenciada, sucedem-se, em movimentos de carácter também opositivo, as vozes que contracenam no discurso: Locutor/Outros.

Atravessará, assim, o texto uma marcada tensão comunicativa determinada pela polifonia que ele integra e que se fará ouvir, de modo mais ou menos ostensivo e polémico, em diferenciadas enunciações, em diferentes vozes.

Texto que nasceu para ser dito, este artigo torna-se efectivamente audível desde a primeira leitura, de tal modo é habitado pela presença dominante da voz ou, melhor dizendo, da pluralidade de vozes que nele contracenam.

Inaugura-o um certo tom de oratória, perceptível no ritmo majestoso e ondulante das primeiras frases (veja-se todo o parágrafo A) e perdurável na marcação dos jogos estratégicos com que o orador (que passaremos a designar também por locutor) ora se oculta, ora se revela, para interagir eficazmente com os diferentes destinatários que vai pondo em cena.

Sabe-se que, a este locutor, enquanto “ser do mundo”⁴ é conferido um elevado grau de credibilidade. O auditório reconhece-lhe uma autoridade simbólica, conferida pelo seu duplo estatuto de escritor galardoado e de cidadão interventivo, defensor em praça pública dos direitos cívicos. Embora tal autoridade pudesse conceder ao orador o direito de fazer ouvir a singularidade da sua voz, ele não fará assentar o texto na unicidade nem tão pouco o apresentará como o produto de um locutor homónimo, responsável único pela configuração significativa que se desenha no discurso⁵. Com efeito, assistiremos ao longo do texto à irrupção de outras enunciações, outros discursos, outras vozes que o locutor implícita e explicitamente torna audíveis. Sobre este dialogismo e polifonia discursivos assentará, assim, a construção do discurso e neles se moldarão as estratégias, os reajustamentos e orientações de ordem argumentativa que concorrem para a realização feliz da mensagem.

⁴ Ver Fonseca, J., 1998 a: 79 e 80.

⁵ Como sublinha Fonseca, reforçando as posições de F. Jacques, “a actividade de produção do Locutor é largamente heterónoma pois que o Alocutário nela se inscreve continuamente, partilhando com o Locutor a iniciativa semântica, codeterminando com ele uma boa parte da intenção comunicativa e em geral a configuração da mensagem” (Fonseca, J., 1992: 283).

Quando o pano da palavra se levanta, adivinha-se uma polémica, anunciada pela natureza antagónica e sublinhada pela desproporcionalidade numérica dos actores: por um lado, é a autoridade intelectual representada por “não poucos” (A-1)⁶, “as pessoas bem pensantes” (A-1); por outro lado, é o locutor na sua singularidade, “um sujeito” (A-1) apenas. Para acentuar o antagonismo e a desproporcionalidade, acresce que esse sujeito nunca passou pelos bancos da universidade e se fez pensador por conta própria.

Como pode um não-académico outorgar-se o direito de criticar a universidade? Embora esta instituição consagre nos seus programas o estudo da obra do escritor José Saramago, conferindo-lhe assim um estatuto de mestre, a verdade é que a universidade nunca o acolheu no seu seio como discípulo. Como pode então este cidadão outorgar-se o direito de dar sugestões a essa mesma universidade?

Se é verdade que o locutor como *ser do mundo* dispensa créditos e que a própria universidade também lhe confere creditação, não é menos verdade que o discurso que ele tenciona proferir carece, no presente quadro enunciativo, de fundamentação. O elemento estruturador dessa fundamentação será, em grande medida, como já referimos, a polifonia. O jogo das vozes que se fazem ouvir realiza, intra e interdiscursivamente, uma função legitimadora do estatuto do orador, enquanto sujeito de uma enunciação credível.

Na subtil arquitectura discursiva, percebemos, assim, um locutor que começa por se assumir aos olhos da maioria como “alvo das piores suspeitas” (A-1). É este sujeito, que “nunca se sentou nas aulas de uma universidade” (A-1), que “conserva desde há longos anos inclinações ideológicas e políticas” (A-1) tendentes a reforçar os motivos de suspeição, quem primeiro toma a palavra para logo se subsumir, estrategicamente, no discurso de outrem, fazendo-se eco de uma outra voz. Ao reconhecer tratar-se de um caso em que “o vício se resigna a prestar homenagem à virtude” (A-2), o orador fundamenta a “homenagem” que tenciona prestar à universidade, escudado numa frase clássica que ele se limita a repetir. Com esta estratégia de apagamento, atenua as suspeitas que eventualmente recairão sobre si, ao mesmo tempo que previne e anula eventuais contradiscursos capazes de pôr em causa a base de crédito de que desfruta junto do alocutário.

Para além da voz dos clássicos, concorrem ainda para a validação da postura ética do locutor outras vozes que se identificam como base doutrinal e deontológica, vozes que correspondem a princípios gerais de razoabilidade, vulgo bom senso –

⁶ A identificação dos parágrafos e dos enunciados segue a notação utilizada na transcrição do texto no Anexo II.

“É costume afirmar-se” (B-1). Serão elas a recortar com nitidez os contornos da consciência cívica e dos valores ético-sociais que defendem a pluralidade como um dos pilares da democracia. Serão elas a traçar com rigor e a legitimar o horizonte de expectativas dos «cépticos» face aos «crentes», figurações metafóricas do locutor e dos universitários – “tendo perdido todas as esperanças de entrar no céu, se alguma vez as chegou a alimentar, o céptico chama a si o direito de reclamar dos crentes que, enquanto vivos, se comportem de maneira a merecerem a imensa sorte que lhes foi prometida no paraíso” – (B-2). Enraizadas num universo de saberes e em sistemas axiológicos partilhados pelo locutor e pelo alocutário, essas vozes vão mais facilmente ecoar nas consciências dos destinatários. Num constante jogo de sedução e cumplicidade, a consonância que entre elas se estabelece cria um espaço discursivo onde se auto-legitima e, simultaneamente, se promove o sucesso do discurso.

É assim que, a seguir ao enunciado de abertura e através de um processo de inclusão – “Digamos, então...” (A-2) – se instaura uma enunciação a duas vozes, aparentemente uníssonas. Apressado em fechar uma sequência cujo tema prefigurava uma certa conflitualidade (ver A-1), o que o orador realiza é um movimento discursivo de concessão (note-se o emprego do articulador *então*) com o qual pretende neutralizar o tom polémico que parecia anunciar-se.

Ao mesmo tempo que redirecciona a orientação argumentativa, esta postura negocial do locutor vai legitimar a sua inscrição, de corpo inteiro, num discurso pelo qual passará agora a responsabilizar-se plena e piamente, diríamos – “espero” (A-3), “confesso” (A-3), “rogo” (A-4). Neste discurso, agora de primeira pessoa, realiza-se localmente um acto expressivo de confissão/pedido de desculpas, a lembrar *um acto de contrição* de tonalidades inequivocamente religiosas. É aqui que se anunciam os contornos de um universo moral balizado pela dicotomia Bem/Mal, anteriormente sugerida e aqui claramente traduzida pelos lexemas “vício/virtude” (A-2). Como veremos, tal dicotomia será também, a nível global, um dos vectores semânticos que asseguram a coerência do discurso. É neste segmento que o locutor, procedendo formalmente à *captatio benevolentiae* dos seus auditores, se auto-exclui da esfera do Bem, situando-se num universo moral de sinal negativo. Simultaneamente, reconhecerá ao alocutário o mérito e o direito de ocupar sozinho toda a esfera do referido Bem, aqui representado pela universidade. Com esta estratégia, o locutor *aceita* prestar uma homenagem que formalmente se adequa à situação, respeitando os formatos discursivos exigidos e patenteando as emoções esperadas. Atente-se na escolha dos lexemas “homenagem” (A-2), “gratidão” e “júbilo” (A-3) e na dimensão moral e religiosa da avaliação encarecedora que o semantismo destes termos configura. O orador coloca-se, assim, numa posição calculada de subalternidade invertendo claramente as posições interactivas. Se,

por um lado, esta atitude pode ser tomada como manifestação de cortesia/delicadeza, por outro lado, ela deve ser entendida como uma tentativa de neutralização do tom moralizador e doutrinário do discurso.

Analisado de perto, este suposto acto de humildade e contrição assinala os pilares que, a nível global, irão garantir a coerência da argumentação, bem como uma dinâmica coesa da progressão textual. Efectivamente, é neste cenário de palavras que irão cruzar-se os fios das metáforas que tecem os sentidos e que são, como já referimos, figurações do Bem e do Mal, muitas vezes recortados numa ética religiosa de origem bíblica. Entre os exemplos já citados, saliente-se, a este propósito, o acto de pedido “rogo-vos, portanto” (A-4).⁷

Saramago roga, *portanto*. Com que legitimidade? A de um *viciado* que se “resignou a prestar homenagem à virtude” (A-2).

Prossegue, na sequência da macroestrutura introdutória, a auto-legitimação das expectativas que o locutor alimenta em relação à universidade. Mais uma vez a polifonia é manifesta: ouve-se a voz do senso comum – “é costume afirmar-se” (B-1). A integração da *doxa*, pela força argumentativa que dela se deduz, vai agora sustentar a pertinência e a legitimidade do desiderato do locutor, desiderato esse que corresponde, em resumo, aos temas fulcrais do universo discursivo. Como é sabido e aceite pelo senso comum, o céptico pode exigir dos crentes comportamentos exemplares, consentâneos com a fé que professam.

Analogamente, o locutor, céptico *ab initio*, pode esperar que sejam os conversos à universidade a definir os patamares de exigência compatíveis com a qualidade de que a instituição é motor e garante. A analogia é discursivamente configurada pela conjunção “Ora” (B-3), articulador que estabelece, de modo assertivo, a estreita relação semântica entre a orientação argumentativa local e o cenário metafórico onde, globalmente, ela se desenvolve.

Reforçadas as conotações religiosas das metáforas convocadas para referir a universidade, esta é agora confirmada como o «paraíso», materialização da recompensa suprema conferida aos que escolhem o Bem. Os que a ele aspiram deverão, “por dever de obediência estrita aos preceitos de carácter ético” (B-1), ser exigentes tanto no que diz respeito à sua actuação individual, como às relações interpersoais. Deverão também manifestar exigência no que diz respeito à dinâmica

⁷ É difícil não ouvir aqui a voz de S. Paulo, escrevendo como quem fala, a suplicar aos gentios recém-convertidos autenticidade na vivência cristã: *rogo-vos, pois, irmãos*, repetia S. Paulo nas suas epístolas. Com autoridade inquestionável, vinda da sua experiência, *pois* ele próprio se tinha convertido também.

de formação que determina as interações geradas no seio da instituição. Quem reclama este elevado grau de exigência é o orador, num discurso, onde, pelos ofícios dos pronomes e determinantes de primeira pessoa – “me”, “eu” (B-3), “meu” (B-4) – manifesta a sua vontade e declara as suas intenções pessoais.⁸ A primeira, referenciada ao mundo das coisas existentes, as últimas, ao universo fundado pelas palavras, isto é, ao discurso que vai ser pronunciado.

Claramente explicitada a “motivação primordial” (B-4) do locutor, ou seja, a “exigência formativa” (B-4), estão finalmente criadas as condições para uma recepção cooperativa do discurso, pelo que o orador poderá passar à apresentação dos seus desejos e das suas convicções.

Surgem em primeiro lugar as convicções pessoais sobre a universidade, aqui perspectivada na sua articulação com a sociedade – “não ignoro que a principal incumbência assinada ao ensino em geral, e em especial ao ensino universitário, é precisamente a formação.” (C-1).

O semantismo do verbo de actividade mental *ignorar*, realizado na forma negativa, dá conta de um “diálogo” interior em que o locutor rebate um eventual discurso discordante do alocutário, diálogo que poderíamos reconstituir do seguinte modo:

Objectarão ao que eu digo: “a principal incumbência da universidade é precisamente a formação” (C-1).

A isso eu respondo: é verdade – “não ignoro que...” (C-1). Mas é também verdade que essa formação deveria ser não aquela que preconiza o ensino das “simples matérias disciplinares que constituem um curso” (F-3) mas sim a que integra “um complexo de valores éticos e relacionais [...] tão indispensáveis à vida como [...] a aquisição dos conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício de uma profissão (F-3)”.

As coordenadas co-textuais e contextuais em que a descrição destes estados de coisas se inscreve (ver C-1) permitem que o enunciado seja entendido não apenas na sua dimensão assertiva mas também, e sobretudo, numa dimensão argumentativa. Na verdade, ele equivale a um pré-aviso de contra-argumentação a surgir em fase ulterior do discurso. Essa contra-argumentação só se realizará cabalmente no 6º parágrafo, como acabámos de assinalar ao remeter para expressões da sequência F-3.

⁸ É notório o carácter não só sui-referencial mas também indicial destes deicticos. A este propósito, ver Fonseca, J., 1992: 255 e 256.

Percebem-se, efectivamente, reservas do locutor quanto ao desempenho da função social da instituição.

A estratégia discursiva a que recorre a seguir consiste na sua ocultação discreta por detrás do discurso de outrem, introduzido pela fórmula “diz-se” (C-2). Ao ceder de novo a vez a uma outra voz, o orador desresponsabiliza-se do enunciado, continuando a criar expectativas quanto ao carácter eventualmente controverso das suas futuras posições.

Apesar do tom concessivo (ver C-1) e destas estratégias de ocultação/retardamento, fica a saber-se, e sem qualquer espaço para dúvidas, que o locutor aceita que:

- a incumbência da universidade é tida como sendo a formação para o exercício de uma profissão;
- a escolha da profissão decorre mais das tendências do mercado de trabalho do que das vocações pessoais ou das necessidades da sociedade.

É apresentada a seguir, e como reforço das crenças pessoais do orador, uma visão irrefutável, porque tida como universal, da universidade: ela pode ter boa consciência, pois “cumpriu o papel que lhe foi atribuído” (D-1), o de formar indivíduos para uma profissão. A natureza assertiva desta constatação, que vai ser desdobrada e pormenorizada ao longo da sequência, deduz-se inequivocamente da fórmula que a introduz: “Em qualquer caso” (D-1). A escolha de tal articulador parece abrir efectivamente para um universo de consensualidade que inviabiliza a possibilidade de qualquer polémica, embora ponha de novo na cena discursiva vozes cuja identificação se torna difícil. Quem fala assim assertivamente? Seja quem for o sujeito da enunciação, a consensualidade é, como veremos, apenas aparente. De facto, a orientação da linha argumentativa vai sofrer uma inflexão: a subjectividade do locutor imprimirá ao discurso um movimento de contra-expectativa. Vê-se, assim, anulada a esperada abertura para um amplo espaço de consenso que o conector “Em qualquer caso” (D-1) fazia prever. Em contraste com este clima de consensualidade, o locutor começa a construir a sua argumentação, integrando no discurso tonalidades de índole avaliativa. Sente-se de novo o jogo polifónico ganhar forma lançando subtilmente a dúvida sobre as afirmações avançadas. A formulação de futuro, “terá sempre razões” (D-1), introduz o tom de suspeição e o uso insinuante do advérbio “supostamente” (D-1) denuncia a subjectividade do locutor, cujo posicionamento começa agora a delinear-se. Contra o *discurso da evidência*, ergue-se agora a voz da *incerteza* e da *desconfiança*.

Desencadeada a contra-expectativa, estão criadas as condições para a explicitação de uma tese. O texto parece agora abrir espaço para a revelação do

principal eixo semântico organizador do discurso: “Chegados a esta altura do exposto...” (E-1) “É tempo de tocar o delicado assunto.” (E-3)

Efectivamente, estas duas sequências, respectivamente de abertura e de fecho do 5º parágrafo, delimitam um momento em que o rumo do discurso parece desenhar-se, imaginando-se para breve o aclarar da totalidade de significação que nele se constrói, a revelação do fim para que ele tende.

Note-se, contudo, que o locutor, reconhecendo embora os efeitos que as manobras de retardamento causam quer sobre a dinâmica da progressão discursiva quer sobre as atitudes de recepção do auditório, não se dispõe a fazer essa revelação sem que antes um novo artifício cénico seja textualizado. Com efeito, o acto de tematização anunciado em “É tempo de tocar o delicado assunto” (E-3), será artificialmente precedido de um acto de pergunta assente em premissas irrefutáveis: “se a universidade [como era seu dever] formou, e se a formação contínua tomará à sua conta o resto do trabalho, a pergunta é inevitável: Onde está o problema?” (E-1). A inevitabilidade desta pergunta, cuja resposta implica a referência a um topos identificável como instância de localização do referido problema, leva o discurso a debruçar-se sobre si mesmo, remetendo-nos para uma referência espacial constituída pela própria instância enunciativa. Por outro lado, a configuração sob a forma de pergunta cria no discurso uma instância dialógica, convocando o alocutário a interagir com ele. A resposta, porém, será dada pelo locutor ao assumir perante esse alocutário que o problema está no facto de, até ao momento, ter deixado “provisoriamente de lado” (E-2) a abordagem do “delicado assunto da formação do indivíduo, da pessoa e do cidadão” (E-2). A progressão textual faz-se então a expensas da reformulação da linha argumentativa de que esta estratégia meta-discursiva nos dá conta. Observe-se ainda o recurso (não isento de ironia) a uma referência teológica, na aproximação metafórica que é feita entre o todo constituído pelo *objecto a formar* (indivíduo + pessoa + cidadão) aqui designado por “suprema trindade terrestre” (E-2) e o dogma da santíssima trindade. Deste modo, reforça-se a conexão com o universo de contornos religiosos para que apontam as metáforas convocadas anteriormente em (A) e (B) e leva-se o alocutário a uma tomada de consciência sobre a natureza sagrada do “objecto” de que deve ocupar-se.

Chegou pois o momento de explicitar o conceito de formação, traçando com rigor os seus contornos. Pondo-se uma vez mais ao abrigo de uma eventual refutação, o orador adopta uma postura formal, numa intervenção velada pela tonalidade enciclopédica das «definições» universalmente consagradas: “Qualquer projecto formativo pressupõe...” (F-1). Numa sequência que cumpre globalmente uma função explicativa, surge agora a descrição daquilo que parece ser, irrefutavelmente, a natureza, a condição e a função da universidade. Com as devidas pormenorizações e

exemplos, como convém ao discurso explicativo, valida-se qualquer projecto que saiba articular adequadamente o objecto e os objectivos de formação (ver F-1 a F-3).

Encadeada nesta sequência explicativa, que não deixa antever qualquer conflitualidade, surge, no entanto, a polémica. Em contra-corrente, ao sabor de um *porém* – “a questão, porém, mudará radicalmente de figura” (F-3). Contra a voz corrente, contra a voz da universidade, torna-se claramente audível a voz do locutor, que expressa, pela primeira vez, as suas próprias opiniões. Torna-se agora particularmente visível o movimento de contraposições estruturador de toda a dinâmica discursiva. Evidenciando um ponto de fractura – “a questão mudará radicalmente de figura” (F-3) – irrompem nesta sequência duas concepções radicalmente opostas: a da universidade e a do locutor que mostra assim, em contraponto, essas concepções. Elas defendem respectivamente:

- o ensino de “simples matérias disciplinares que constituem um curso” (F-3);
- a aprendizagem de “um complexo de valores éticos e relacionais que se supõe serem tão indispensáveis à vida como a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos” (F-3).

Uma voz anónima – “que se supõe” (F-3) – integra no discurso a força da *doxa* e prepara desde já a validação da tese a defender, ou seja, a superioridade das competências humanas e cívicas sobre a mera formação literária e científica.

Com as devidas reservas e cautelas (relembre-se a natureza “delicada” do assunto), o locutor procede a uma nova inflexão no percurso argumentativo – “No entanto, formar pessoas não é, por si só, um aval tranquilizador” (F-4). Pressente-se o adensar da carga subjectiva no discurso. A formulação hipotética – “uma educação que propugnasse ou admitisse ideias de superioridade racial ou biológica” (F-5) – introduz um estado de coisas incompatível com uma universidade fundada nos “ideais solidários do respeito humano” (F-5) e nos princípios básicos da democracia. O facto de projectar a realização dos estados de coisas descritos para o âmbito das meras eventualidades – “estaria a perverter a própria noção de valor” – (F-5) permite ao locutor proceder a uma avaliação pouco elogiosa preservando, contudo, a face dos seus auditores. O alerta contra a eventualidade de os ideais solidários do respeito humano virem a ser substituídos pela *xenofobia* e pela *intolerância* reinscreve localmente a argumentação no eixo dicotómico Bem/Mal, estruturador fundamental da textura semântica de toda esta alocução.

Torna-se agora possível e quase inevitável a progressão. Fundando a coesão argumentativa em si próprio, despidas as máscaras, despedidas as vozes emprestadas, Saramago segundo Saramago faz agora ouvir, sem qualquer mediação, a sua própria voz.

Uma articulação de tipo meta-discursivo garante a progressão, encadeando-se o enunciado na própria enunciação. O locutor salvaguarda a coerência pragmático-funcional do discurso, clarificando a sua trajectória e explicitando o seu objectivo: “Aonde pretendo chegar com este já longo arrazoado? À universidade” (G-2). “E também à democracia” (G-3). Pergunta e resposta (desdobrada num binómio claramente explicitado) estão estruturalmente dependentes e a consistência interna que as une torna-se responsável pela progressão coesa do discurso.

Saramago, redundante, quase barroco na nomeação dos seus alvos. O auditório já os deduzira, inequivocamente, mas o orador indica-os, num monólogo-encenação de diálogo e explicita-os claramente: a *universidade* e a *democracia*.

A dimensão meta-discursiva alcançada neste momento reenvia o discurso para a sua própria enunciação, constituindo uma parte nuclear do sentido e funcionando como ponto de apoio para a configuração das dimensões significativas do texto.⁹

Emerge (finalmente) a linha de orientação argumentativa escondida no título.

A escolha intencional da formulação em sequência pergunta-resposta (que acaba por funcionar pragmaticamente como um enunciado declarativo) cumpre tão só o propósito de captar a atenção e o interesse do alocutário. Este novo artifício discursivo, jogo de dramatização em que um verdadeiro diálogo é simulado, condiciona o alocutário na aceitação imediata da resposta para a pergunta com que é confrontado. Fazendo apelo ao co-texto e ao contexto, esta pergunta só poderá ser interpretada retoricamente, podendo ainda ser parafraseada de acordo com a formulação da pergunta de auto-resposta: “Com todo este já longo arrazoado, onde pretendo chegar *senão* à universidade e à democracia?” Mais do que transmitir informação, nesta sequência o locutor procura ratificar dados anteriormente avançados e suscitar a concordância do alocutário.

Tendo obtido essa concordância, o locutor, humilde mas assertivo – “em minha modesta opinião” (G-4) – assume agora uma postura normativa.

As dimensões básicas do semantismo de “em minha modesta opinião” abrem um movimento argumentativo onde se faz a anulação parcial do conjunto de enunciados anteriormente realizados (ver D-1) e que se apresenta nos seguintes termos: *A universidade tem cumprido a sua função social, ao dispensar os conhecimentos necessários ao exercício de uma profissão*. Com notória assertividade e sem deixar de ser cooperativo (veja-se a salvaguarda da face do alocutário no modo como qualifica a sua própria opinião – “modesta”), o locutor passa a enunciar, especificando-os, os argumentos fundamentais da sua tese. Respondendo à

⁹ Ver Fonseca, J., 1992: 293 e seguintes.

argumentatividade que é uma das suas condições, o acto assertivo que se realiza é simultaneamente, por implicação pragmática, um acto de censura redutível a: *A universidade não passa de uma instituição dispensadora de conhecimentos.*

Saliente-se que a intencionalidade crítica a que aludimos é sustentada pelo emprego de um verbo auxiliar que expressa uma modalidade deontica – “deveria ser” (G-4), o que permite antecipar um certo tom exortativo e delimitar o cenário discursivo no qual a tese será desenhada com precisão.

Como contraponto a este acto de censura, é finalmente dada a conhecer a representação abrangente e integradora que o locutor tem do conceito de educação. As dimensões básicas do semantismo deste conceito cumprem-se por inteiro na prescrição de valores orientados por um programa assente na polaridade reflexão/acção. É neste eixo fundamental que se desenvolve toda a actividade humana – *a solidariedade humana, o respeito pela paz, a liberdade, o espírito crítico e o debate responsável das ideias.* A justaposição de termos que domina este segmento anula a dicotomia reflexão/acção na qual assenta a formação tradicionalmente dispensada pela instituição universitária, estabelecendo entre os pólos deste binómio uma relação de complementaridade.

Se para além da dimensão semântica, perspectivarmos agora a configuração discursiva e pragmática desta sequência textual, não poderemos deixar de perceber que nela se confirma a orientação argumentativa esboçada desde o início do discurso (ver C-1). A polemicidade que se deixa antever na oposição entre aquilo que a universidade *é* (instituição dispensadora de conhecimentos) e aquilo que ela *deveria ser* (espaço por excelência de formação para os valores) é o factor que opera a referida confirmação.

Sem negar/cancelar o mérito da instituição universitária e usando mesmo esse mérito como argumento legitimador de uma avaliação positiva, o locutor assume agora uma atitude de maior comprometimento; prefiguram-se enunciados mais polémicos na defesa de pontos de vista tendentes a valorizar a formação assente numa concepção ampla e globalizante da pessoa humana.

Assumindo sem reservas a dimensão polémica das suas afirmações, o orador antecipa mais uma vez um eventual movimento de contra-argumentação para logo o neutralizar. Efectivamente, é o próprio locutor que, numa clara estratégia de economia discursiva, refere a inutilidade de discussão sobre um novo tópico iminente. Pressente-se que a contra-argumentação latente poderia legitimamente trazer à discussão um novo tópico: o da família – “Argumentar-se-á que uma parte importante dessa tarefa pertence à família” (G-5). Com esta estratégia o locutor garante que o discurso continue focalizado na universidade.

Convocada para a apoteose do grande final, a universidade volta à cena, como contraponto não só do “entorpecimento das consciências” (H-1) de que a família é responsável, mas também como contraponto da *xenofobia* e da *intolerância* – “sendo como é lugar privilegiado de pluralidades e encontros” (H-1).

A fórmula definitória “sendo como é” confere à descrição do objecto um valor ontológico generalizadamente aceite, cujos termos são incontestáveis. A instituição universitária aparece, assim, objectivamente descrita. Porém, subjacente a essa descrição, sente-se uma intenção moralizadora. À luz do quadro enunciativo em que emerge, a intencionalidade do locutor desenha-se agora com maior nitidez. À voz corrente que afirma, junta-se a voz do locutor que confirma. Aproveitando esta enunciação polifonicamente concordante, ele deixa entender uma força ilocutória orientada em duas direcções: encarecer e responsabilizar, ou melhor, encarecer para responsabilizar. Orientado para o encarecimento, este acto ilocutório induz uma atitude de aceitação benevolente no destinatário permitindo ao mesmo tempo que o orador vá preparando a peroração. Esta não se fará, porém, antes da realização de dois actos indispensáveis à plena consecução dos propósitos do discurso e à clara satisfação das expectativas dos auditores.

O primeiro acto consiste na exposição de convicções/críticas pessoais que poderiam ser resumidas e escalonadas da seguinte forma:

- a universidade congrega em si as condições para o questionamento da própria democracia (ver H-1);
- os poderes políticos e económicos esvaziaram de conteúdo a democracia (ver H-2).

A metáfora da morte pela qual se faz a denúncia da hipocrisia dos poderes políticos evidencia a *conjugação de vozes*¹⁰ presentes no discurso. A imagem do *cadáver apodrecendo* – “O que chamamos hoje democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver.” (H-4) – convoca mais uma vez o discurso bíblico, perceptível na urdidura moral subjacente à construção dos sentidos.

¹⁰ “As considerações tecidas sobre a *conjugação de vozes* que se dá no discurso tornam claro que as nossas palavras, para além de se aplicarem sobre os seus referentes, se aplicam ao mesmo tempo sobre as palavras dos outros – reais ou virtuais, já produzidas ou antecipadas –, sendo necessariamente que esta aplicação se reveste de fundamental relevância na determinação dos valores referenciais e modais de todas as produções linguísticas.” (Fonseca, J., 1992:82)

O segundo acto é o ponto culminante, realizando-se nele uma exortação que havia sido até aqui habilmente retardada e que se poderá resumir ao postulado: *A democracia tem que ser reinventada.*

Inscrito num quadro de referências morais e fundado num jogo de contraposições que, mais uma vez, evidencia as isotopias da Vida e da Morte, o apelo à reinvenção da democracia é amplificado pela polidestinação para a qual se projecta a voz do locutor.

Presente-se nas nuances imperativas introdutórias da exortação final o desejo de acentuar a urgência de uma tarefa que a todos diz respeito – “há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia” (H-2). Indiscriminados e múltiplos, os destinatários estão implicitamente contidos na formulação impessoal “há que...”, cujo alcance é a totalidade dos implicados. Nesta totalidade, veremos agora incluído o próprio orador que, desta forma, garante o seu comprometimento e a salvaguarda da face do alocutário. Note-se como a instauração de um tom de índole mais coloquial – “Se quereis a minha opinião” (H-3) – institui um quadro comunicativo de interacção face-a-face tendente a criar um clima de aproximação e a desenvolver uma atitude positiva na recepção da mensagem. A advertência contida em “Reinventemos, pois, a democracia” (H-5) é a conclusão lógica da argumentação desenvolvida e co-responsabiliza, a um tempo, a universidade enquanto instituição e, individualmente, todos os que nela intervêm.

A exortação final, agora explicitamente bi-direccionada – “Ela pode, vós podeis” (H-7) – surge como o culminar de uma argumentação irrefutável, de efeitos perlocutórios óbvios. Conscientes do poder de que estão investidos e, sendo como são, agentes privilegiados de mudança, todos são intimados a agir.

Retomando a situação inicial (relembremos a metáfora do paraíso e o modo como, através dela, se operou a sua auto-exclusão da esfera do Bem), o locutor desaparece discretamente e exclui-se de novo do discurso. Os olhares convergem agora para a boca de cena, onde se avolumam, totalmente idênticos e todo-poderosos, os vultos da universidade e dos universitários. Poderosos e, a partir de agora, como se pretendia, para sempre responsabilizados.

A análise que acabamos de propor mostra como o texto “Universidade e Democracia” é marcado por um forte pendor argumentativo. Atravessado pelas avaliações do autor bem como por uma pluralidade de vozes que as sustenta, nele se realiza uma exortação de sinal positivo. O autor orienta o seu discurso para a persuasão e mostra-se otimista quanto à possibilidade de concretização das soluções que prescreve. Fazendo da enunciação o palco onde constantemente se joga a sua revelação/ocultação, o autor investe no discurso produzido a força inegável da sua palavra para, através dela, intervir energicamente na mudança imperiosa da universidade.

*Júlia Cordas
Margarida Mouta*

BIBLIOGRAFIA

- FONSECA, Joaquim (1922), “Heterogeneidade na língua e no discurso” in FONSECA, J. *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, ICALP, 249-292. Também em FONSECA, Joaquim (1994), *Pragmática Linguística. Teoria e Descrição do Português*, Porto, Porto-Editora.
- FONSECA, Joaquim (1998), “O Grau Zero: Discurso, Representações Ideológicas e Construção de Sentido”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto Línguas e Literaturas*, Vol. XV, Porto, 9333-373.
- FONSECA, Joaquim (1998), “Elogio do Sucesso: a força da palavra/o poder do discurso” in FONSECA, J. (org.) – *A Organização e o Funcionamento dos Discursos*. Estudos sobre o Português Tomo III, Porto, Porto-Editora.
- FONSECA, Joaquim (2000), “Carta de Guia de casados de D. Francisco Manuel de Melo”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto Línguas e Literaturas*, II Série Vol. XVII, Porto, 9-135.

Democracia e universidade

Os desejáveis objectivos do ensino, em especial do universitário, nos campos da formação e do civismo



JOSÉ SARAMAGO

“O que chamamos hoje democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde. E que a universidade nos ajude”

A não poucos deverá parecer estranho que venha aqui falar destes temas um sujeito que nunca se sentou nas aulas de uma universidade nem passeou pelas suas alamedas, e que, além do resto, conserva desde há longos anos inclinações ideológicas e políticas que o tornaram, aos olhos das pessoas bem pensantes, em alvo das piores suspeitas. Digamos, então, repetindo a frase clássica, que se trata de um caso em que o vício, talvez por não ter mais nada que perder, se resignou a prestar homenagem à virtude. Espero que os bons propósitos que me animam nesta hora de gratidão e júbilo vos mereçam crédito bastante para que venha a ser-me perdoado algum erro de apreciação, de perspectiva, algum lapso, simplesmente, nascido de um conhecimento insuficiente, que desde já confesso, das matérias em exame. Rogo-vos, portanto, a par da atenção e da simpatia que vos são naturais, a mais extremada benevolência de que sejais capazes.

É costume afirmar-se que ninguém é tão exigente e escrupuloso em questões de religião como um céptico, particularmente aquelas que se relacionarem com o dever de obediência estrita aos preceitos de carácter ético que nela se contêm. Compreende-se que seja assim: tendo perdido todas as esperanças de entrar no céu, se alguma vez as chegou a alimentar, o céptico chama a si o direito de reclamar dos crentes que, enquanto vivos, se comportem de maneira a merecerem a imensa sorte que lhes foi prometida no paraíso... Ora, pela mesma ordem de razões, não me tendo sido nunca abertas, como aluno, as portas do céu universitário, pertence

ao domínio da mais pura lógica compensativa manifestar eu o desejo de que as duas partes em causa, isto é, a instituição que ensina e os estudantes que aprendem, venham a alcançar um ponto perfeito de equilíbrio, quer no grau da exigência mútua quer na intensidade da auto-exigência própria. Exigência no plano da didáctica, naturalmente, mas também, e esta será a motivação primordial do meu discurso, exigência formativa.

Não ignoro que a principal incumbência assinada ao ensino em geral, e em especial ao ensino universitário, é precisamente a formação. A universidade, diz-se, prepara o aluno para a vida, transmite-lhe os saberes adequados ao exercício cabal de uma profissão escolhida entre o conjunto de necessidades manifestadas directa ou indirectamente pela sociedade, escolha essa que se algumas vezes pôde deixar-se guiar pelos imperativos morais de uma vocação, é com mais frequência a resultante quase automática dos diversos progressos tecnológicos e científicos e, também, como sua consequência natural, das demandas empresariais interessadas, quando não de nem sempre explicadas tendências caprichosas do mercado de trabalho que actuam com a força atractiva de irresistíveis tropismos.

Em qualquer caso, a universidade terá sempre razões para considerar que cumpriu o papel que lhe foi atribuído, isto é, entregar à sociedade gente nova supostamente dotada de suficiente preparação para receber e integrar no seu acervo de conhecimentos aquelas lições que ainda lhe faltam, as da experiência, madre de todas as coisas humanas, e, no

futuro, os ensinamentos complementares que lhe serão proporcionados por essa outra mãe moderna e providencial a que demos o nome de «formação contínua», a qual, como é sabido, tem a obrigação de nos manter actualizados na actividade profissional até ao último dia das nossas vidas...

Chegados a esta altura do exposto, se a universidade, como era seu dever, formou, e se a formação contínua tomará à sua conta o resto do trabalho, a pergunta é inevitável: «Onde está o problema?». O problema, o meu problema, não o vosso, reside no facto de até agora me ter limitado a falar da formação necessária ao bom desempenho de uma profissão, deixando provisoriamente de lado a formação do indivíduo, da pessoa, do cidadão, essa suprema trindade terrestre, três em um corpo só. É tempo de tocar o delicado assunto.

Qualquer projecto formativo pressupõe, obviamente, um objecto e um objectivo. O «objecto» é a pessoa a quem se quer formar, o objectivo está na natureza e na finalidade da formação. Uma formação literária, por exemplo, não apresenta mais dúvidas que as que resultarem dos métodos de ensino e da maior ou menor capacidade de recepção ou interesse do educando. A questão, porém, mudará radicalmente de figura sempre que se trate de formar pessoas, isto é, sempre que se pretenda incutir no que designei por «objecto», não as simples matérias disciplinares que constituem um curso, mas um complexo de valores éticos e relacionais que se supõe serem tão indispensáveis à vida como o será a aquisição dos conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício de uma profissão. No entanto, formar pessoas não é, por si só, um aval tranquilizador. Uma educação que propugnasse ou admitisse ideias de superioridade racial ou biológica estaria a perverter a própria noção de valor, colocando o negativo no lugar do positivo, substituindo os ideais solidários do respeito humano pela xenofobia e pela intolerância. Desgraçadamente, não nos faltam exemplos na nossa história antiga e recente.

Aonde pretendo chegar com este já longo arrazoado? A universidade. E também à democracia. A universidade, porque, em minha modesta opinião, ela deveria ser, tanto ou ainda mais que uma instituição dispensadora de conhecimentos, o espaço por excelência da formação do cidadão, da pessoa educada nos valores da solidariedade humana e do respeito pela paz, educada também para a liberdade, educada para o espírito crítico, para o debate responsável das ideias. Argumentar-se-á que uma parte importante dessa tarefa pertence por definição à família, como célula básica da sociedade, porém, demasiado o sabemos, a instituição familiar atravessa uma crise de identidade que a tornou impotente diante das transformações de todo tipo que distinguem o nosso tempo.

A família, salvo dignas mas não numerosas excepções, tende a entorpecer as consciências, ao passo que a universidade, sendo, como é, lugar privilegiado de pluralidades e encontros, congrega todas as condições para suscitar, estimulando-a, uma aprendizagem prática e efectiva dos mais amplos valores democráticos, começando pelo que me parece fundamental: o questionamento da própria democracia. Há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia, de arrancá-la à imobilidade a que foi condenada pela rotina e pelo descrença, bem ajudadas, uma e outra, pelos diversos poderes políticos e económicos a quem convém manter a decorativa fachada do edifício democrático, mas que nos tem impedido de verificar se por trás dela ainda algo existe. Se quereis a minha opinião, o que ainda resta é, quase sempre, usado muito mais para armar de eficácia as mentiras que para defender as verdades. O que chamamos hoje democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde. E que a universidade nos ajude. Ela pode, vós podeis. ■

ESTE TEXTO DO PRÉMIO NOBEL DA LITERATURA E NOSSO COLUMNISTA, TEM COMO BASE A SUA INTERVENÇÃO AO SER DOCTORADO «HONORIS CAUSA» NA UNIVERSIDADE CARLOS III, DE MADRID

“A universidade deveria ser, tanto ou ainda mais que uma instituição dispensadora de conhecimentos, o espaço por excelência da formação do cidadão, da pessoa educada nos valores da solidariedade humana e do respeito pela paz, educada também para a liberdade, educada para o espírito crítico, para o debate responsável das ideias”

DEMOCRACIA E UNIVERSIDADE

José Saramago

A.

(1) Qualquer projecto formativo pressupõe, obviamente, um objecto e um objectivo. O «objecto» é a pessoa a quem se quer formar, o objectivo está na natureza e na finalidade da formação. (2) Uma formação literária, por exemplo, não apresenta mais dúvidas que as que resultarem dos métodos de ensino e da maior ou menor capacidade de recepção ou interesse do educando. (3) A questão, porém, mudará radicalmente de figura sempre que se trate de formar pessoas, isto é, sempre que se pretenda inculcar no que designei por «objecto» não as simples matérias disciplinares que constituem um curso, mas um complexo de valores éticos e relacionais que se supõe serem tão indispensáveis à vida como o será a aquisição dos conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício de uma profissão. (2) No entanto, formar pessoas não é, por si só, um aval tranquilizador. (3) Uma educação que propugnasse ou admitisse ideias de superioridade racial ou biológica estaria a perverter a própria noção de valor, colocando o negativo no lugar do positivo, substituindo os ideais solidários do respeito humano pela xenofobia e pela intolerância. (4) Desgraçadamente, não nos faltam exemplos na nossa história antiga e recente.

B.

(1) Não ignoro que a principal incumbência assinada ao ensino em geral, e em especial ao ensino universitário, é precisamente a formação. (2) A universidade, diz-se, prepara o aluno para a vida, transmite-lhe os saberes adequados ao exercício cabal de uma profissão escolhida entre o conjunto de necessidades manifestadas directa ou indirectamente pela sociedade, escolha essa que se algumas vezes pôde deixar-se guiar pelos imperativos morais de uma vocação, é com mais frequência a resultante quase automática dos diversos progressos tecnológicos e científicos, e, também, como sua consequência natural, das demandas empresariais interessadas, quando não de nem sempre explicadas tendências caprichosas do mercado de trabalho que actuam com a força atractiva de irresistíveis tropismos.

C.

(1) Em qualquer caso, a universidade terá sempre razões para considerar que cumpriu o papel que lhe foi atribuído, isto é, entregar à sociedade gente nova supostamente dotada de suficiente preparação para receber e integrar no seu acervo de conhecimentos aquelas lições que ainda lhe faltam, as da experiência, madre de todas as coisas humanas, e, no futuro, os ensinamentos complementares que lhe serão proporcionados por essa outra madre moderna e providencial a que demos o nome de «formação contínua», a qual, como é sabido, tem a obrigação de nos manter actualizados na actividade profissional até ao último dia das nossas vidas...

D.

(1) É costume afirmar-se que ninguém é tão exigente e escrupuloso em questões de religião como um céptico, particularmente aquelas que se relacionarem com o dever de obediência estrita aos preceitos de carácter ético que nela se contêm. (2) Compreende-se que seja assim: tendo perdido todas as esperanças de entrar no céu, se alguma vez as chegou a alimentar, o céptico chama a si o direito de reclamar dos crentes que, enquanto vivos, se comportem de maneira a merecerem a imensa sorte que lhes foi prometida no paraíso... (3) Ora, pela mesma ordem de razões, não me tendo sido nunca abertas, como aluno, as portas do céu universitário, pertence ao domínio da mais pura lógica compensativa manifestar eu o desejo de que as duas partes em causa, isto é, a instituição que ensina e os estudantes que aprendem, venham a alcançar um ponto perfeito de equilíbrio, quer no grau da exigência mútua quer na intensidade da auto-exigência própria. (4) Exigência no plano da didáctica, naturalmente, mas também, e esta será a motivação primordial do meu discurso, exigência formativa.

E.

(1) Chegados a esta altura do exposto, se a universidade, como era seu dever, formou, e se a formação contínua tomará à sua conta o resto do trabalho, a pergunta é inevitável: «Onde está o problema?». (2) O problema, o meu problema, não o vosso, reside no facto de até agora me ter limitado a falar da formação necessária ao bom desempenho de uma profissão, deixando provisoriamente de lado a formação do indivíduo, da pessoa, do cidadão, essa suprema trindade terrestre, três em um corpo só. (3) É tempo de tocar o delicado assunto.

F.

(1) Aonde pretendo chegar com este já longo arrazoado? (2) À universidade. (3) E também à democracia. (4) À universidade, porque, em minha modesta opinião, ela deveria ser, tanto ou ainda mais que uma instituição dispensadora de conhecimentos, o espaço por excelência da formação do cidadão, da pessoa educada nos valores da solidariedade humana e do respeito pela paz, educada também para a liberdade, educada para o espírito crítico, para o debate responsável das ideias. (5) Argumentar-se-á que uma parte importante dessa tarefa pertence por definição à família, como célula básica da sociedade, porém, demasiado o sabemos, a instituição familiar atravessa uma crise de identidade que a tornou impotente diante das transformações de todo tipo que distinguem o nosso tempo.

G.

(1) A não poucos deverá parecerá estranho que venha aqui falar destes temas um sujeito que nunca se sentou nas aulas de uma universidade nem passeou pelas suas alamedas, e que, além do resto, conserva desde há longos anos inclinações ideológicas e políticas que o tornaram, aos olhos das pessoas bem pensantes, em

alvo das piores suspeitas. (2) Digamos, então, repetindo a frase clássica, que se trata de um caso em que o vício, talvez por não ter mais nada que perder, se resignou a prestar homenagem à virtude. (3) Espero que os bons propósitos que me animam nesta hora de gratidão e júbilo vos mereçam crédito bastante para que venha a ser-me perdoado algum erro de apreciação, de perspectiva, algum lapso, simplesmente, nascido de um conhecimento insuficiente, que desde já confesso, das matérias em exame. (4) Rogo-vos, portanto, a par da atenção e da simpatia que vos são naturais, a mais extremada benevolência de que sejais capazes.

H.

(1) A família, salvo dignas mas não numerosas excepções, tende a entorpecer as consciências, ao passo que a universidade, sendo, como é, lugar privilegiado de pluralidades e encontros, congrega todas as condições para suscitar, estimulando-a, uma aprendizagem prática e efectiva dos mais amplos valores democráticos, começando pelo que me parece fundamental: o questionamento da própria democracia. (2) Há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia, de arrancá-la à imobilidade a que foi condenada pela rotina e pelo descrença, bem ajudadas, uma e outra, pelos diversos, poderes políticos e económicos a quem convém manter a decorativa fachada do edifício democrático, mas que nos tem impedido de verificar se por trás dela ainda algo existe. (3) Se quereis a minha opinião, o que ainda resta é, quase sempre, usado muito mais para armar de eficácia as mentiras que para defender as verdades. (4) O que chamamos hoje democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. (5) Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde. (6) E que a universidade nos ajude. (7) Ela pode, vós podeis.

CONTRIBUTO DA HIPONÍMIA E DA MERONÍMIA PARA A CONFIGURAÇÃO DE RELAÇÕES ANAFÓRICAS*

Considerada como uma estratégia relevante no processamento das relações textuais/discursivas, às quais são consignadas diferentes possibilidades de configuração, a anáfora tem sido estudada numa perspectiva pluridisciplinar, da qual resultaram várias propostas tipológicas para a sua classificação e a formulação de várias teorias sobre o seu funcionamento.

Enquanto fenómeno textual, a anáfora desempenha um papel importante no domínio da progressão referencial, na medida em que constitui uma estratégia linguística que permite ao alocutário manter em posição de foco um elemento específico sobre o qual recaíra anteriormente a sua atenção. Trata-se, por conseguinte, de um processo interpretativo que consiste numa relação de dependência entre dois elementos – o antecedente (explícito ou implícito) e o anafórico –, podendo a distinção entre dois tipos básicos de configuração anafórica – a directa e a indirecta – ser fundada na natureza desta relação.

Assim, enquanto a anáfora directa se caracteriza pela existência de uma dependência interpretativa entre duas entidades linguísticas co-referentes, a anáfora indirecta define-se sobretudo por uma propriedade de não co-referência entre as entidades que preenchem os dois pólos da relação. Daí a necessidade de activação de um conjunto de estratégias inferenciais diversas, capaz de estabelecer os diferentes tipos de relação existentes entre as entidades linguísticas actualizadas.

* Este texto constitui uma versão revista da comunicação “The role of lexical relations in the configuration of anaphoric relations” apresentada na *4th International Conference on Discourse Anaphora and Anaphor Resolution* (DAARC2002), que decorreu na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa entre 18 e 20 de Setembro de 2002.

Partindo dos pressupostos de que os itens lexicais fornecem uma base adequada para o processamento de inferências no domínio pragmático e de que a determinação do sentido lexical é importante na distinção de diferentes tipos de anáfora, procurar-se-á evidenciar a relevância das relações lexicais de hiponímia e meronímia, não só para o processamento anafórico, mas também para a diferenciação entre anáfora directa e indirecta, salientando, no âmbito desta última, a especificidade da anáfora associativa.

1. Hiponímia e meronímia

A definição de hiponímia e de meronímia assenta essencialmente em dois princípios. O primeiro postula que uma relação semântica consiste numa afirmação com sentido entre dois objectos A e B, de tal forma que A tem uma relação X com B. O segundo assevera que esta relação, que pode assumir uma grande variedade de configurações, é representada pelo conceito de dependência, por sua vez estritamente ligado ao de dominação. A esta ligação, que envolve uma relação mono-orientada, dependente de uma relação lógica de inclusão ou implicação, está subjacente uma concepção hierárquica do léxico em que são consideradas pelo menos três relações de índole genérica: inclusão, posse e atribuição (Winston et al., 1987)¹.

Embora tanto a relação de hiponímia como a de meronímia pertençam ao primeiro tipo mencionado e partilhem a característica de serem constituídas por classes ou tipos passíveis de serem destacados ou decompostos, distinguem-se pelo modo como se encontram ligadas à ideia de inclusão.

1.1. Hiponímia

No caso da hiponímia, a orientação decorre geralmente no sentido da inclusão de uma classe mais baixa numa classe hierarquicamente superior e baseia-se na conexão de duas classes lexicais, relacionadas por um traço de similaridade de família.

O exemplo (1) ilustra esta organização lexical:

- (1) O amieiro-negro agrupa-se em formações pouco densas nas matas húmidas e próximo de pegos ou pântanos. Esta planta apresenta semelhanças com o escambroeiro e o álamo. É, todavia, um arbusto fácil de reconhecer pelas suas

¹ WINSTON, E.M.; CHAFFIN, R.; HERRMANN, D. – A Taxonomy of Part-Whole Relations, in *Cognitive Science*, 11, 1987, pp. 417-444

folhas ovaladas, marcadas na página inferior por 8 a 10 pares de nervuras salientes e paralelas².

Na verdade, configura-se uma relação de inclusão entre ‘amieiro-negro’, ‘planta’ e ‘arbusto’, que consiste numa ligação de dependência entre um hipónimo (‘amieiro-negro’, ‘arbusto’), ou um termo lexical subordinado, e o seu hiperónimo (‘planta’), o termo mais genérico. Além desta relação hierárquica básica, pode ainda estabelecer-se uma relação idêntica num nível paralelo, ainda que mais baixo, visto que ‘amieiro-negro’ é um hipónimo de um termo superordenado – ‘arbusto’.

De acordo com a tipologia de grupos conceptuais básicos estabelecida por Eleanor Rosch et al. (1976)³, os termos lexicais referidos em (1) agrupar-se-iam conforme a tabela 1.

Nível	Entidade lexical
superordenado	planta
médio	arbusto
subordinado	amieiro-negro

Tabela 1: Categorias de nível básico

A ordenação da tabela 1 clarifica os principais atributos da relação de hiponímia, ao tornar perceptível a relação semântica existente entre as três entidades lexicais, que pode ser sumariada por um esquema correspondente à hierarquia representada pelo domínio do verbo ‘ser’:

Um X é uma espécie / um tipo de Y
Um X é um Y

Esta paráfrase é sustentada por uma equação que provém do sistema mereológico e traduz as relações de dependência e de dominação que ocorrem entre classes:

Se $A \subset B$ e $B \subset C$, então $A \subset C$

² READER'S DIGEST – *Segredos e Virtudes das Plantas Mediciniais*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1983, p. 36

³ ROSCH, E. et al. – Basic Objects in Natural Categories, in *Cognitive Psychology*, 8, pp. 382-439

Assim:

Se um amieiro-negro é um tipo de arbusto e um arbusto é um tipo de planta,
então um amieiro-negro é uma planta

Daqui se depreende que a hiponímia é uma relação simétrica e transitiva, na qual a inclusão representa uma integração ascendente, podendo seguir dois padrões complementares, mas não sequenciais (Kleiber, Tamba, 1990)⁴:

- uma classe é integrada noutra classe, o que significa a inclusão de uma classe mais baixa, representada pelo nível subordinado, numa classe superior, representada por um nível superordenado (amieiro-negro \subset planta);
- algumas especificações são adicionadas para distinguir indivíduos de uma certa classe de indivíduos pertencentes a outra classe, quando ambos dependem da mesma classe superior (amieiro-negro \subset arbusto).

Um processo idêntico ocorre no exemplo (2):

(2) – Mas por que é que havia de acontecer logo com o nosso macaco? Não é só com o bicho, era também com eles, porque, na verdade, em todos os casos conhecidos de possuidores de chimpanzés, incluindo o Tarzan, eles eram o único casal que...⁵

Neste exemplo, uma categoria de nível médio corresponde ao primeiro hipónimo. Ainda que um hipónimo em primeira menção possa ser preenchido por um nome subordinado, especialmente quando se pretende fazer uma maior especificação, como parece ser o caso no exemplo (1), este papel parece ser frequentemente desempenhado por unidades do nível médio, como se verifica no exemplo (2) através da entidade lexical ‘macaco’.

Em geral, as unidades do nível médio são as mais significativas do ponto de vista informativo⁶, na medida em que possuem um grande número de traços comuns, quer com o nível superordenado, quer com o subordinado, sem, no entanto,

⁴ KLEIBER, G.; TAMBA, I. – L’Hyponymie Révisitée: Inclusion et Hiérarchie, in *Langages*, 98, 1990, pp. 7-32

⁵ CARVALHO, M. – O Nó Estatístico, in *A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho e Outras Histórias*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1997, p. 67

⁶ Por constituir um estrato hierárquico privilegiado, denomina-se o nível médio como nível de base. Neste trabalho, optou-se por uma denominação mais próxima da nomenclatura original, acentuando mais o seu posicionamento na hierarquia do que o seu valor em termos de grau de abstracção conceptual.

Veja-se, a este respeito, THEISSEN, A. – *Le Choix du Nom dans le Discours*, Genève, Librairie Droz, 1997

implicarem uma sobre-especificação (nível subordinado) ou uma subespecificação (nível superordenado). Por ser considerado como o nível mais alto em que uma imagem mental pode representar uma categoria inteira, o nível médio é muito frequente no processo de denominação por hiponímia. Pode, no entanto, atribuir-se aos três níveis referidos um conjunto comum de traços semânticos que garantem as regras de implicação entre eles.

Tal como o exemplo (2), o exemplo (3) confirma este padrão da hiponímia e ilustra a sua ocorrência preferencial:

- (3) – Agora é a tua vez, pobre carvalho! – dizia algum tempo depois. – Muito queria a minha Mãe àquela árvore! Por suas mãos a plantou bem tenra⁷.

1.2. Meronímia

A meronímia é igualmente uma relação lexical caracterizada pelo traço de inclusão. No entanto, ao contrário da hiponímia, consiste numa relação hierárquica em que B é parte de um outro objecto A. Isto significa que frequentemente se trata de uma relação parte-todo, caracterizada dentro da hierarquia tipificada pelo verbo 'ter', cuja paráfrase corresponde às seguintes afirmações:

X é uma parte de Y
Y tem um X

Os exemplos (4) – (6) confirmam estes traços:

- (4) As substâncias activas não se encontram uniformemente distribuídas pelas diferentes partes da planta. As que são utilizadas designam-se por fármacos vegetais. A folha, base de todas as sínteses químicas, é a parte mais utilizada, pois produz os heterósidos e a maior parte dos alcalóides. O caule é apenas uma via de circulação entre as raízes e as folhas, podendo conter activos, especialmente na casca⁸.
- (5) Era dia de orquestra. A orquestra vinha duas vezes por semana de uma praia vizinha. Os músicos eram magros e novos e tinham smokings velhos, ligeiramente esverdeados pelo uso e pela humidade das invernias marítimas⁹.
- (6) 1. Depois de limpar a panela, deite-lhe os alimentos e ingredientes.
2. Coloque a tampa, faça girar horizontalmente o travessão de aço inoxidável...¹⁰

⁷ DINIS, J. – *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Porto Editora, 1977, p. 335

⁸ READER'S DIGEST – *Op. Cit.* nota 2, p. 13

⁹ ANDRESEN, S.M.B. – Praia, in *Contos Exemplares*, Porto, Figueirinhas, 1983, p. 136

¹⁰ Folheto de instruções Silampos

De facto, existe, em todos os exemplos, uma relação entre um todo e as suas partes, que se traduz nas seguintes asserções:

Uma planta tem folhas.

Uma orquestra tem músicos.

Uma panela de pressão tem uma tampa.

Esta relação depende do modo como cada parte individual possível se relaciona com o todo, dado que a relação de dependência varia conforme se trate de um todo composicional ou de um todo funcional. Em qualquer dos casos, ontologicamente, uma parte de um determinado todo caracteriza-se sempre pelo traço ‘espécie’, visto que indica, em simultâneo, o todo com o qual está relacionada e o tipo de coisa de que se trata.

Considerando esta relação como uma relação estrita de ordenação parcial, Winston et al. (1987)¹¹ propõem uma tipologia de seis categorias de merónimos: componente-objecto integral, membro-colecção, porção-massa, material-objecto, elemento-actividade e lugar-área, baseando a sua distinção em elementos de natureza relacional, segundo os quais as partes se classificam com os traços [\pm funcional], [\pm idêntico] e [\pm separável].

Os exemplos (4) – (6) integram-se na primeira classe referida – a de componente-objecto integral. Isto deve-se ao facto de ‘planta’/‘folha’ (4), ‘orquestra’/‘músicos’ (5) e ‘panela de pressão’/‘tampa’ (6) constituírem uma relação em que o todo é considerado como um objecto possuindo uma estrutura ou organização na qual alguns componentes ou partes são destacáveis. Assim, tendem a acumular não só um papel funcional, mas também propriedades de similaridade, ainda que sem identidade, e de distintividade em relação ao significado desse todo¹².

Esta caracterização permite afirmar que a meronímia não implica propriamente um processo de inclusão entre classes, mas antes a conexão entre dois elementos que estão mutuamente implicados, correspondendo essa implicação à paráfrase:

X está implicado no sentido de Y

Há, por esse facto, uma espécie de inclusão entre a entidade que sofre a divisão e o resultado que dela decorre, não estando, no entanto, as propriedades do todo

¹¹ WINSTON, E.M.; CHAFFIN, R.; HERRMANN, D. – *Op. Cit.* nota 1, p. 421

¹² É evidente que, apesar de poderem ser integradas na mesma classe, as entidades lexicais envolvidas na relação de meronímia dos diversos exemplos apresentam diferenças que decorrem de propriedades lexicais às quais não se atenderá, por não serem objecto fulcral deste trabalho.

Veja-se, para a sua caracterização, LANGACKER, R.W. – Nouns and Verbs, in *Language*, 63(1), pp. 53-94

obrigatoriamente incluídas nas suas partes, dado que uma parte não é semanticamente idêntica ao sentido do todo. Por este motivo, a meronímia é assimétrica e frequentemente intransitiva.

Esta questão relaciona-se de forma estreita com a natureza léxico-semântica das entidades que correspondem quer às partes, quer ao todo. Na medida em que existe uma relação de pertença que predica uma parte de um todo, mas nunca o todo como uma totalidade, o todo liga-se às partes mediante uma dependência ontológica na qual se definem as suas partes necessárias ou típicas.

Em função dessa definição, considera-se a existência de dois tipos de merónimos : os canónicos, que correspondem às partes mais salientes de um todo, e os facultativos, que não se encontram inscritos no estereótipo do todo ao qual estão ligados.

Esta distinção torna-se mais facilmente perceptível se considerarmos a divisão do sentido nas suas partes estereotípicas que, de acordo com Wierzbicka (1985)¹³, podem ser parafraseadas da seguinte forma:

- Imaginando coisas deste tipo, as pessoas diriam estas coisas acerca delas;
- Imaginando coisas deste tipo, as pessoas poderiam dizer estas coisas acerca delas.

Ainda que esta distribuição seja efectuada em função dos traços lexicais e semânticos das unidades lexicais envolvidas, a sua mais importante fonte situa-se a um nível empírico, porque a relação lexical é altamente suportada pelo conhecimento enciclopédico de uma comunidade (Vilela, 1999)¹⁴.

Nos exemplos (4) – (6), os merónimos ‘folha’, ‘caule’, ‘músicos’ e ‘tampa’ são canónicos, visto que correspondem a partes salientes do seu todo. Fazem parte de um conhecimento comum, de tal forma que equivalem a coisas que as pessoas diriam de ‘planta’, ‘orquestra’ e ‘panela de pressão’. Ao contrário de ‘folha’, ‘caule’ e ‘tampa’, que existem basicamente como componentes ou parte de outro objecto, o merónimo ‘músicos’ apresenta um grau mais baixo de dependência ontológica em relação ao todo, pois ela circunscreve-se a um dos seus traços típicos – ‘tocar música’¹⁵.

¹³ WIERZBICKA, A. – *Lexicography and Conceptual Analysis*, USA, Karoma Publishers, 1985, pp. 31-32

¹⁴ VILELA, M. – *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 1999, p. 440

¹⁵ Por esta razão, o pressuposto generalizado de que esta relação deve obedecer a uma equação baseada numa afirmação genérica (CRUSE, D.A. – *Lexical Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986) que valide sempre a aceitação da estrutura meronímica deve ser considerado num sentido menos absoluto.

A definição lexicográfica destes termos representa um apoio válido na descrição das suas partes estereotípicas, como demonstra a sua aplicação ao exemplo (5):

Orquestra → s.f. conjunto de músicos (ou instrumentos musicais) que executam uma peça; lugar, no teatro, reservado aos músicos; sons harmoniosos (...) ¹⁶

Músico → s.m. indivíduo que sabe música; membro de uma orquestra, banda ou filarmónica; o que vive de cantar ou tocar (...) ¹⁷

2. Hiponímia, Meronímia e Anáfora

A síntese dos principais elementos envolvidos na descrição da hiponímia e da meronímia permite-nos extrair duas conclusões relevantes. Em primeiro lugar, há um conjunto de características que tornam possível distinguir e aproximar estas duas relações, tal como é explicitado na tabela 2.

Em segundo lugar, esta tabela confirma a ideia de que o léxico possui uma dimensão hierárquica na qual é possível equacionar a existência de algumas relações *a priori*. Este tipo de relação consiste numa ligação convencional, num conhecimento genérico que une as entidades lexicais de uma forma estereotípica ou necessária. Por conhecimento genérico e partilhado deve entender-se a existência de uma informação

Relação semântica	Diferenças	Semelhanças
Hponímia	relação 'uma espécie de' generalização inclusão entre classes	
	similaridade de classes baseada em propriedades intrínsecas	
	simetria	hierarquia vertical
	transitividade	relação mono-orientada
	pertença à hierarquia 'ser'	classes abertas
Meronímia	relação 'uma parte de' agregação	compatibilidade exclusiva
	implicação entre elementos de classes	com entidades nominais
	similaridades baseadas em propriedades mais extrínsecas	inclusão
	assimetria	
	intransitividade	
	pertença à hierarquia 'ter'	

Tabela 2: Relações entre hiponímia e meronímia

¹⁶ COSTA, J.; SAMPAIO E MELO, A. – *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Porto, Porto Editora, p. 1203

¹⁷ COSTA, J.; SAMPAIO E MELO, A. – *Op. Cit.* nota 16, p. 1145

semântica que não depende do referente considerado como uma entidade individual, mas descreve o tipo ou conceito no qual ele deve ser inscrito (Kleiber, 2001)¹⁸.

As regras de implicação atribuídas à meronímia e à hiponímia consideram este tipo de conhecimento e representam um suporte útil na descrição de fenómenos como a anáfora, comumente descrita como uma questão de incompletude semântica que deve ser resolvida através de uma estratégia inferencial, operando simultaneamente com base em ligações semânticas e informação contextual. Isto significa que, apesar de as condições sintácticas influenciarem a forma como esta dependência ocorre, as condições semânticas e pragmáticas devem ser consideradas como as mais importantes para a sua explicação.

2.1. Hiponímia e Anáfora

Os exemplos (1) – (3) integram-se no domínio da anáfora nominal lexical co-referencial. São, por isso, considerados como representativos da anáfora directa, designação que se deve sobretudo às relações semânticas atribuídas às entidades lexicais envolvidas no processo.

Em todos os casos, há uma relação de hiponímia - hiperonímia que opera por meio de implicações lexicais condensadas numa relação de inclusão cuja orientação se processa de um nível inferior para um nível superior. Dado que o hipónimo corresponde usualmente a uma entidade de nível médio, ou a uma entidade subordinada, e o hiperónimo é representado pelo nível mais genérico, esta orientação implica uma perda de informação relativamente ao anafórico.

Isto é possível, porque a conexão entre o antecedente e o anafórico obedece a uma implicação lexical, que se funda na recorrência de traços lexicais, correspondente à junção de um conjunto de propriedades que satisfaz ambas as entidades. Em consequência, só uma entidade é referida neste tipo de anáfora, mesmo quando ocorre um processo de substituição lexical, como acontece nos exemplos (1) – (3). O principal efeito da co-referência é que o segmento anafórico pode referir-se ao seu antecedente mediante a selecção de uma das diferentes implicações inscritas na entidade lexical que tem o papel de antecedente. Além da economia pragmática que esse processo representa, ele torna possível associar ao traço [+ co-referencial] o traço [+ directo], visto que a referência ao antecedente é feita por uma propriedade essencial do anafórico – o traço designador da sua classe – que se

¹⁸ KLEIBER, G. – *L'Anaphore Associative* – Paris, Presses Universitaires de France, 2001, p. 77

encontra incluído no sentido do antecedente. O exemplo (3) confirma esta expectativa lógica através da definição lexicográfica de ‘carvalho’ e ‘árvore’:

Carvalho → (bot.) s.m. árvore ou arbusto da fam. das Fagáceas, comum em Portugal, útil, especialmente pela madeira, pelo fruto tanino que fornece (...) ¹⁹

Árvore → s.f. planta lenhosa, cuja altura não é menor que cinco metros, e que, em regra, não apresenta ramificações na base (...) ²⁰

Por outro lado, os exemplos (1) – (2) evidenciam ainda uma conexão que não pode ser confundida com a existência de uma fase intermédia no processo anafórico, que se localizaria entre os pólos da relação anafórica constituídos pelas entidades lexicais ‘amieiro-negro’ - ‘planta’ e ‘macaco’ - ‘animal’ e seria desempenhada por ‘arbusto’ e ‘chimpanzé’. O que se verifica, de facto, é a valorização de uma equação transitiva entre as três entidades lexicais envolvidas.

Em suma, há duas anáforas co-referenciais com um antecedente comum, mas diferentes consequências no fluxo informativo. Esta estrutura, na qual um nível subordinado está associado a um nível genérico ou médio, compete com uma estrutura que parece ser mais comum, cuja orientação é nível médio → nível genérico.

O exemplo (7), tal como o (3), ilustra este processo:

(7) Meia-dúzia de vacas passeiam pachorrentas no meio da estrada molhada. Ninguém se apressa ou impacienta, mesmo quando um dos animais pára, como que para observar a paisagem ²¹.

A preferência por um ou outro nível depende não só dos traços lexicais que constituem a entidade lexical, mas essencialmente do conhecimento enciclopédico partilhado pelos falantes, que deve ser relacionado com o conhecimento pragmático requerido numa certa situação para permitir a interpretação da anáfora.

2.2. Meronímia e Anáfora

As relações semânticas estabelecidas entre elementos lexicais e fundadas num conhecimento enciclopédico comum são igualmente significativas no que se refere à configuração das relações anafóricas presentes nos exemplos (4) - (6). Elas permitem ainda distinguir os traços considerados no tipo de anáfora precedente

¹⁹ COSTA, J.; SAMPAIO E MELO, A. – *Op. Cit.* nota 16, p. 313

²⁰ COSTA, J.; SAMPAIO E MELO, A. – *Op. Cit.* nota 16, p. 162

²¹ Jornal *PÚBLICO*, 24/05/03

dos traços anafóricos decorrentes destes exemplos, em que a relação anafórica se caracteriza por ser não co-referencial e indirecta.

Estas características resultam de uma relação semântica entre o antecedente e o anafórico, baseada numa regra de implicação, que é determinada a partir de uma estratégia inferencial na qual a expressão anafórica específica e evoca a entidade lexical correspondente ao antecedente. Dado que as entidades lexicais envolvidas nesta relação não permitem a identificação de traços comuns semânticos entre elas, é necessário optar por uma configuração anafórica na qual o anafórico não está explicitamente relacionado com o antecedente, mas pressupõe um *denotatum* implícito inferível a partir do contexto anterior (Koch, 2002)²². Neste sentido, à representação do referente está subjacente uma implicação estrita baseada no conhecimento partilhado do elo estereotípico existente entre o anafórico e o seu antecedente. Em consequência, a relação entre eles corresponde a uma associação que pode ser configurada por intermédio da meronímia, o que se deve ao facto de a parte ser perspectivada como um ingrediente provável do todo, que constitui o principal elemento no estabelecimento da inferência, por corresponder à estrutura global a partir da qual algumas partes podem ser destacadas.

É por isso que este tipo de associação se denomina anáfora associativa, um tipo de anáfora indirecta que se baseia, em grande parte, num conhecimento estereotípico (Kleiber, 2001)²³. Além deste ponto de vista, seguido por Kleiber, Schmedecker e Ducrot, segundo o qual as relações anafóricas têm uma base lexical, previamente inscrita na língua, há uma outra teoria sobre a anáfora associativa, subscrita por Charolles, Berrendonner, Apothéoz, Reichler-Béguelin e Dubois, que defende que a explicitação dessa relação deve ser procurada no contexto.

Independentemente da direcção seguida por cada uma destas teorias, considera-se que são propostas complementares no tratamento da anáfora associativa, visto que, se, por um lado, é evidente que um todo implica geralmente algumas partes e que o contexto fornece indicações para a sua determinação, por outro, a relação de implicação parece basear-se frequentemente num conhecimento lexical preexistente à relação anafórica, o que é fundamental para a configuração deste tipo de anáfora.

Tomando em linha de conta, por exemplo, o excerto (6), verifica-se que a relação anafórica entre ‘panela de pressão’ e ‘tampa’ pode ser configurada através de uma relação lexical de meronímia, que é sustentada pelo conhecimento lexical e pelo conhecimento enciclopédico. De facto, saber que uma ‘tampa’ se caracteriza

²² KOCH, I.V. – *Desvendando os Mistérios do Texto*, São Paulo, Cortez Editora, 2002, p. 113

²³ KLEIBER, G. – *Op. Cit.* nota 18, p. 89

pelo traço funcional ‘servir para tapar alguma coisa’ implica uma inferência dedutiva através da qual se atribui a uma entidade não explícita o papel de foco da relação anafórica. Esta atribuição baseia-se numa dependência interpretativa do anafórico em relação ao seu antecedente, que corresponde à instrução de procurar no contexto a entidade lexical que implica aquela parte. O termo ‘tampa’ aparece, assim, como componente provável de ‘panela de pressão’, visto que esta se caracteriza geralmente por ter ‘alguma coisa para tapá-la’. Como pode ser considerado uma parte saliente do todo ao qual está associado, constitui um merónimo canónico desse todo.

Um traço comum dos exemplos (4) - (6) consiste na orientação desta relação anafórica: de cada todo para as suas partes. Isto significa que os merónimos possuem a informação de serem uma parte do todo, constituindo, por conseguinte, uma pista para procurar o todo.

2.3. Especificadores e Contexto

Ainda que os traços lexicais e semânticos anteriormente apontados sejam relevantes na configuração anafórica, eles devem ser articulados com uma abordagem dos especificadores²⁴ e do contexto, na medida em que estes contribuem para um melhor entendimento da anáfora e confirmam a importância do papel desempenhado por cada uma das relações lexicais referidas na sua configuração.

Nesse domínio, os determinantes repercutem uma forma específica de estabelecer e manter a referência, desempenhando, por isso, uma função relevante no processo de denominação, ao apresentarem o referente denotado pelo grupo nominal ao qual pertencem de uma forma específica. Embora os exemplos propostos não cubram todas as possibilidades de combinações entre o núcleo lexical de um grupo nominal e os especificadores possíveis (tabela 3), atestam a sua importância e permitem reforçar a funcionalidade das relações lexicais na configuração da anáfora.

Relações lexicais	Tipo de anáfora	Especificadores	
		Primeira menção	Segunda menção
Hiponímia	co-referencial	definido	definido
		definido +	indefinido
		possessivo	demonstrativo
		quantificador	demonstrativo
Merónímia	não co-referencial	definido	definido

Tabela 3: Distribuição dos determinantes de acordo com os exemplos (1) - (7)

²⁴ O termo especificador é entendido de acordo com o seu uso em MATEUS, M.H.M.; BRITO, A.M.; DUARTE, I.; FARIA, I.H. – *Gramática da Língua Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 189. Engloba não só os determinantes, mas também os quantificadores.

Da análise da tabela 3 destacam-se duas conclusões. A primeira consiste na constatação de que a anáfora co-referencial apresenta uma maior variedade de determinantes possíveis, enquanto a anáfora não co-referencial parece admitir muito poucos determinantes para actualizar os nomes que compõem o grupo nominal envolvido no processo anafórico. Isto deve-se às propriedades semânticas da relação anafórica em causa, que deve ser relacionada com as consequências de dominância da relação de inclusão ou de implicação nas relações lexicais. Esta distinção observa-se no uso de artigo definido ou de demonstrativo como segunda menção, por exemplo. Enquanto o definido constrói ou recobre uma representação particular do *denotatum* do referente ao qual é atribuído o traço de unidade, o demonstrativo destaca um objecto por oposição a outros objectos da mesma classe.

A segunda fundamenta a necessidade de considerar o contexto em que esses especificadores e os nomes que com eles formam um grupo nominal ocorrem.

De facto, a determinação dos sentidos lexicais baseia-se no léxico e no contexto, já que os traços lexicais encontram a sua plena significação no texto. Isto não implica que se desvalorize a importância das relações lexicais, como fazem, por exemplo, Berrendonner e Charolles em relação à anáfora associativa, mas torna possível uma explicação mais completa do fenómeno.

Na verdade, o contexto tem, claramente, um papel no processamento dos itens lexicais, perceptível a diferentes níveis. Assim, dependendo do tipo de inclusão da representação anafórica numa certa categoria activada pelo contexto, o processo anafórico torna-se mais ou menos fácil. Isto mostra que o contexto tende a ser um indicador útil na predição do que se segue, podendo ainda criar algumas relações originais e justificar outras. Além disso, há casos em que a anáfora pode depender de um merónimo opcional, porque a ligação estabelecida entre a parte e o todo se baseia mais num conhecimento contingente do que numa relação lexical essencial.

Apesar da relevância concedida ao papel do contexto no processamento anafórico, é evidente que não se pode fazer depender dele todas as relações configuradas a esse nível, tornando-se, por conseguinte, fundamental considerar que, em todos estes casos, a semântica e a pragmática estão funcionalmente interligadas nos processos cognitivos subjacentes ao estabelecimento e manutenção da referência discursiva (Marslen-Wilson et al., 1982²⁵; Fonseca, J., 1994²⁶).

²⁵ MARSLEN-WILSON, W.; LEVY, E.; TYLER, L.K. – Producing Interpretable Discourse: The Establishment and Maintenance of Reference, in JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (ed.) – *Speech, Place and Action*, New York, John Wiley & Sons, 1982, pp. 339-377

²⁶ FONSECA, J. – *Pragmática Linguística: Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 102

3. O papel textual da anáfora

De forma genérica, a anáfora representa uma estratégia relevante para a continuidade textual, não só pela relação de coerência que implica num contexto discursivo particular, mas também pelas restrições impostas pela natureza do que é predicado relativamente à referência anafórica (Cornish, 1996)²⁷.

Por esta razão, as relações lexicais que configuram a anáfora actuam, quer ao nível da continuidade textual, quer em relação às inferências a ela subjacentes, porque a semântica do núcleo do grupo nominal é muito importante na orientação do texto.

As duas relações semânticas tratadas podem ser, pela sua funcionalidade ou configuração anafórica, associadas a dois modos distintos de progressão textual.

A anáfora configurada por uma relação lexical de hiponímia - hiperonímia tem basicamente um papel temático e é responsável pela manutenção da referência discursiva. Trata-se, portanto, de uma estratégia de redenominação de uma entidade previamente mencionada, que implica uma generalização em relação à primeira menção e pode ser acompanhada por diferentes tipos de determinantes. Em (3), por exemplo, o termo lexical 'árvore' redenomina o termo lexical com a posição de antecedente, 'carvalho', de tal forma que se verifica uma continuidade discursiva por generalização de sentido com a inclusão de uma classe noutra classe. Contudo, esta generalização não implica uma mudança de direcção na referência, pois há apenas um procedimento de recategorização de uma classe inferior que contém o termo nominal 'carvalho' numa classe superior, 'árvore'.

Ao contrário desta, a anáfora não co-referencial envolve a formulação de novas predicções em relação aos elementos temáticos já introduzidos no texto. Por isso, a anáfora associativa, por exemplo, pode ser considerada como um processo híbrido, visto que predica alguma coisa acerca de um elemento por intermédio de outro elemento, que foi anteriormente apresentado ou sugerido no texto, operando, no que se refere à continuidade textual, não só uma recategorização, mas também uma mudança na direcção da referência.

Este hibridismo da anáfora associativa pode ser ilustrado pelo exemplo (5), onde o termo lexical 'músicos', o segmento anafórico, representa uma nova predicção do antecedente nominal 'orquestra'. Há, neste contexto, um processo remático sem perda de continuidade da referência, porque ambas as entidades convocam conceptualmente o mesmo conceito. Esta continuidade é ainda reforçada pelo uso dos determinantes definidos.

²⁷ CORNISH, F. – Coherence: The Lifeblood of Anaphora, in *Belgian Journal of Linguistics*, 10, 1996, pp. 37-53

Em síntese, enquanto a anáfora co-referencial implica continuidade por redenominação, a anáfora indirecta implica continuidade e progressão ao introduzir novas entidades relacionadas com entidades semanticamente diferentes. As escolhas lexicais, que estão subjacentes a este tratamento, são responsáveis pela orientação semântica e funcional do texto. Embora de forma empírica, a tabela 4 sumaria alguns padrões comuns de interligação entre relações lexicais e anáfora no domínio do texto.

4. Conclusão

A leitura da tabela 4 permite, no termo desta reflexão, reforçar as hipóteses de partida e formular algumas hipóteses de trabalho futuro.

Na verdade, ela evidencia que as relações lexicais têm um papel importante na configuração da anáfora e na forma como o texto progride. Além disso, estas relações confirmam a relevância de uma teoria baseada no léxico para explicitar a anáfora desde que suportada por um esquema cognitivo e pragmático de análise.

Tipo de relação	Tipo de anáfora	Orientação textual	Funções textuais	Configuração formal
Hiponímia	Co-referencial (directa)	Hiponímia → Hiperonímia	Redenominação Recategorização Papel temático Manutenção da direcção da referência	Especificador + termo nominal
Meronímia	Não co-referencial (indirecta → associativa)	Holonímia → Meronímia	Nova predicção Recategorização Papel temático-remático Mudança da direcção da referência	Especificador + termo nominal

Tabela 4: Relações entre hiponímia, meronímia e anáfora no texto

A distinção entre meronímia e hiponímia mostra que, independentemente dos mecanismos envolvidos, há uma clara interdependência entre semântica lexical e pragmática. Esta evidência pode ser encontrada nos sentidos lexicais e no texto, que deve ser entendido como uma actividade de cooperação caracterizada por dois traços: coesão e coerência.

A confirmação da importância destes elementos no domínio da anáfora textual torna pertinente dar continuidade a este campo de estudo, no sentido de aprofundar questões como a implicação destas duas relações no processamento textual, os padrões possíveis da sua ocorrência no texto, a distinção entre a anáfora e outros tipos de estratégias linguísticas nas quais as relações lexicais são relevantes e a exploração da relação que parece existir entre certos tipos de relações lexicais e diferentes tipos de texto.

Fátima Silva

GUARDIÃ E CONFIDENTE: O PAPEL DA MÃE NOS CANTARES DE AMIGO

*O amor espiritualiza o homem e
materializa a mulher.*
Eça de Queirós, *José Matias*

0. INTRODUÇÃO

Como é do conhecimento comum, os primeiros textos literários escritos na língua galego-portuguesa que se conhecem são as poesias trovadorescas de cariz aristocrático de três cancioneiros que sobreviveram, mesmo que incompletos, até aos nossos dias.

As origens desta poesia culta na área galego-portuguesa confundem-se

coas orixes da poesía románica en xeral, ou sexa, son integramente reconducibles á matriz trobadoresca común [nomeadamente, a lírica provençal] que preside o desenvolvemento da poesía lírica en todo o occidente europeo. Tavani 1986:23.

De entre esta poesia culta há um género, a *cantiga de amigo*, que se enquadra no “código medieval da *canción de muller*” (Brea 1998:9) com textos representativos em latim, francês, occitânico, catalão, italiano e castelhano, sendo de um ponto de vista quantitativo (com 500 textos conservados) “o conxunto máis importante de «cancións de muller» medievais chegadas ós nosos días” (*Ibidem*). Apesar desta filiação, de acordo ainda com Brea (1998:14; cf. ainda Brea 1998:216), as cantigas de amigo são, dos três géneros incluídos nos cancioneiros medievais galaico-portugueses, o género que menos referentes provençais tem.

A característica mais saliente das canções de mulher é a existência de um sujeito de enunciação feminino, embora esta suposta perspectiva feminina, que fala de si mesma, dos seus sentimentos e do seu namorado, seja, na realidade e na maior parte dos casos, concretizada por um poeta masculino. De facto, no caso das cantigas de amigo galego-portuguesas, o poeta é sempre masculino, ao contrário do que acontece com as outras canções femininas da lírica românica medieval, que, como refere Brea (1998:12), registam a existência de algumas mulheres trovadoras (as *trobairitz* occitânicas).

É precisamente sobre a *cantiga de amigo*, e, mais especificamente, sobre a *cantiga de amigo*, em que figura a mãe será alvo de atenção do presente trabalho. De notar, logo à partida, que, tal como os outros dois géneros preservados da poesia trovadoresca, as *cantigas de amigo* se inserem numa tradição poética nobiliárquica, cujos compositores, destinatários e personagens intervenientes pertencem a um grupo social privilegiado identificável com o ambiente da corte, quer senhorial, num primeiro momento, quer, sobretudo, régia, num segundo (cf. Costa, 2002:597 e Tavani 1986:48 e 98).

Como Tavani (1986:11-12) indica, o *corpus* poético trovadoresco galego-português que se conhece consta de 1679 textos, produzidos entre os finais do século XII (1196) e meados do século XIV (1350), dos quais cerca de 500 são *cantigas de amigo*, da autoria do maior grupo de autores – cerca de oitenta e oito ou oitenta e nove autores (Brea 1998:27). Dentre estas, o sintagma centrado sobre *madre* funciona como distintivo *no primeiro verso* de sessenta e três cantigas (Tavani 1986:145). Como teremos ocasião de ver, em várias canções em que a mãe é referida ou interveniente, o nome *madre* não é mencionado no primeiro verso. Noutras ainda, o nome *madre* nem sequer figura, pois é a mãe que se dirige à filha. No *corpus* por nós aleatoriamente seleccionado, em que figura a mãe, de 66 textos que se distribuem por diferentes autores e pelos 150 anos de produção, apenas em 27 cantigas é o nome *madre* mencionado no primeiro verso, isto é, em apenas 41% do *corpus* analisado. Daí se poderá depreender o facto de, no *corpus* total, haver umas duzentas cantigas em que a mãe é mencionada ou interveniente.

Ao debruçarmo-nos sobre esta amostra do *corpus*, interessa-nos analisar o papel que a mãe tem perante a situação amorosa da filha — tópico que escolhemos por ser uma temática que ainda não foi sistematicamente tratada — e oferecer uma sugestão de uma possível evolução diacrónica em termos geracionais na representação que os autores masculinos destes textos fazem das atitudes maternas. Neste sentido, procuramos indicar o enquadramento dos vários autores em três gerações que correspondem, *grosso modo*, a primeira, aos introdutores da lírica cortês na Galiza junto dos grandes senhores, como D. Rodrigo Gomes de Trastámara (Osório 1998c:63/65) e os condes de Trava (Brea 1998:28); a segunda, ligada, sobretudo, à corte de Afonso X, o Sábio (1235-1270), mas também a Afonso III de Portugal; uma terceira e última geração, ligada às cortes de Sancho IV de Castela (falecido em 1295) e à de D. Dinis. Não se deve, contudo, perder de vista o facto de que nada se sabe de concreto sobre um grande número de trovadores, excepto o seu nome, e mesmo daqueles de quem mais conhecimento temos, como D. Dinis, nada se sabe sobre as datas de produção das suas composições (cf. Tavani 1986:243, e também Brea 1998:27 e Lopes 2002:17 a este respeito).

As cantigas analisadas foram retiradas, na maioria, das três antologias referenciadas, embora alguns textos, aqui referidos e omissos nas antologias, tenham sido encontrados nos estudos de Brea (1998), Tavani (1986) ou Osório (1998b).

1. OS GÉNEROS TROVADORESÇOS

1.1. Embora não pretendamos comparar exaustivamente as características das cantigas de amigo com as dos outros géneros da produção trovadoresca em língua galaico-portuguesa, não podemos deixar, contudo, de mencionar alguns traços que as aproximam ou afastam, para melhor enquadrar a discussão que se vai seguir.

Em termos temáticos, o amor domina os três géneros. Na *cantiga de amor*, o sujeito de enunciação, masculino, regra geral faz um requerimento de amor à dama, ou lamenta a sua indiferença ou altiva distância. Tavani (1986:106 - *italico meu*) afirma que

o canto de amor, aqui, non se refire a unha muller real [como acontecia na *canção* trovadoresca provençal] para expresar sentimentos reais que son o reverso heterosexual dos sentimentos do vasalo polo señor (admiración, devoción, fidelidade, constancia, petición de admisión á súa intimidade), senón que está adicado a *unha muller abstracta ou extremadamente idealizada*, obxecto de “sentimentos” convertidos em tópicos ou rixidamente fixados en esquemas convencionais. Disto deriva tanto a impresión de incorporeidade da dama na *cantiga d’amor* galego-portuguesa - en contraste coa “carnalidade” concreta, aínda que ás veces tenuemente velada, da dama provençal —, como a ausencia de dimensións espaciais e temporais da primeira con respecto á precisa localización da segunda nun contexto histórico-ambiental a maior parte das veces ben determinado.

O mesmo autor acrescenta, ainda, que na *cantiga de amor* se faz uma imprecisa e totalizante valoração positiva do aspecto físico, juntamente com alusões a outras qualidades não físicas da mulher, mas cortesias, como: “o bem falar”, o “siso”, o “creto”, a “mesura”, a “dozura” (Tavani 1986:110) que têm a ver com a convivibilidade. O homem confessa o seu amor à mulher, sabendo que nunca receberá recompensa e que, pelo contrário, poderá ser desprezado por ela (cf. Tavani 1986:115-6). Assim, as *cantigas de amor* versam a reserva da dama e a dor do poeta por um amor não correspondido, aliados ao panegírico, ou louvor da dama, e ao amor do poeta por ela (Tavani 1986:109).

As *cantigas de amigo* também cantam o amor, mas de uma perspectiva alegadamente feminina – lembremos que o poeta é sempre masculino, fingindo apenas ser uma mulher que expõe a própria mágoa ou alegria amorosa. Ora, se na *cantiga de amor*, o amor do homem é sempre contrariado, fonte de sofrimento e motivo de queixa, na *cantiga de amigo*, embora seja este o argumento mais comum, há a possibilidade do amor ser satisfeito ou pelo menos correspondido. Tavani (1986:139) considera que

Na maior parte dos casos, a *cantiga d'amigo* apresenta-se como o reverso exacto da *cantiga d'amor*: seja por que os mesmos conceitos expresados nesta pelos poetas em primeira pessoa naquela sexan atribuídos à mulher, seja porque esta responde, dum xeito ou doutro, às queixas e ós requerimentos do amante.

Efectivamente, ao compararmos tematicamente as *cantigas de amor* com as *de amigo*, deparamo-nos, nas primeiras, com uma celebração do distanciamento e da espiritualização da mulher por parte do homem que procura um amor que nunca será recompensado, ao passo que nas segundas, as *de amigo*, um género de maior vitalidade e que permite uma maior variedade em termos tanto formais como conceptuais (Brea 1998:36-7), como veremos adiante, encontramos uma maior gama temática que inclui, muitas vezes, a celebração do amor carnal (que é sempre um amor extra-conjugal) por parte da mulher. Como exemplo desse amor carnal referimos a cantiga de amigo de João Bolseiro, “*Sen meu amigo manh'eu senlheira / e sol non dormen estes olhos meus*” que Natália Correia (1998:39) indica como

o testemunho mais incontrovertido da comunhão carnal [...], que é a expressão dolorosa da saudade física do amigo ausente e a invocação dos tempos venturosos em que a jovem dormia com o amante.

Também em contraste com a devoção constante do homem-vassallo da *cantiga de amor*, deparamo-nos, na *cantiga de amigo*, com muitos exemplos, em termos de vinculação vassálica, da infidelidade e da mentira do amigo, que chega a ser um desprezo pela recompensa que a amiga lhe daria de bom grado.

Esta “recompensa” conduz-nos às *cantigas de escárnio e maldizer*. Como aponta Osório (1998), o objecto ridicularizado no código escarminho é, em grande número de composições, a mulher, e o que é ridicularizado parece ser, de um modo geral, o seu apetite, comportamento ou gozo sexual. De temática muito variável, como se sabe, nestas cantigas diz-se mal de alguém, com objectivos quer satíricos, quer meramente ridicularizadores (cf. Osório, 1998:16): nas *de escárnio* de modo velado, através do equívoco; nas *de maldizer*, abertamente. Se é certo que o objecto ridicularizado é variado, também é verdade que, como diz ainda Osório (1998a:19 – itálico meu):

A cantiga de escárnio, movendo-se no seio do mundo cortês e situando-se perante a idealização do sentimento e do comportamento amorosos em atitude de distância acentuada frente à doutrina da lírica erótica, ilumina e completa a visão cortês relativa ao amor, ao mesmo tempo que patenteia como o exercício artístico da palavra e do discurso abrangia, aos olhos desse mundo cortês, todos os domínios que pudessem merecer a entrada «en cas del Rei».

Depreende-se, como vários autores já apontaram, que há uma progressão em termos de concretismo das *cantigas de amor*, as mais abstractas e de estilo mais elevado, para as *de amigo*, glosadas num estilo

médio, e que revelam, na sua temática, um mais acentuado realismo e uma certa dramaticidade, e destas para as *de escárnio e maldizer*, as mais concretas de todas e escritas num estilo baixo (cf., por exemplo, Osório 1998a:23). Esta progressão de concretismo das *cantigas de amor* para as *de amigo*, e destas para as *de escárnio e mal dizer*, faz-se num sentido inverso ao do tom e elevação linguística. Como indica Diogo (1998:xxxiii), a mesma realidade — um ser humano do sexo feminino — é designada por *senhor*, na *cantiga de amor*, por *amiga*, na *cantiga de amigo*, e por *mulher*, na *cantiga de escárnio e mal dizer*. Apesar de Tavani partilhar esta opinião, defende, contudo, que

Non é raro que a maior concreción e o mais acentuado realismo [da *cantiga de amigo*] sexan tales só superficialmente, e revelen, nunha análise atenta, o mesmo esquematismo formulístico da *cantiga d'amor*, e quizais tamén un máis frecuente e difundido recurso ó simbolismo esotérico. (Tavani 1986:135)

Do ponto de vista da efabulação, ao passo que as *cantigas de amor* não têm narração, as *cantigas de amigo* já permitem antever narração, e as *de escárnio e maldizer* têm uma função narrativa bastante acentuada, prevalecendo esta sobretudo na primeira cobra, que geralmente conta o acontecimento que vai ser ridicularizado (cf. Tavani 1986:173).

Do que ficou dito se conclui que a temática do amor, que domina os três géneros trovadorescos galego-portugueses, varia da espiritualização e idealização na *cantiga de amor*, passando por um maior concretismo na *cantiga de amigo*, descendo, por vezes, à obscenidade na *cantiga de escárnio* e na *de maldizer*.

1.2. Dos textos da produção trovadoresca que sobreviveram até aos nossos dias, surge a impressão de que a produção das *cantigas de amigo* não interessou muito os poetas da primeira geração, que privilegiaram o cultivo da *cantiga de amor* (cf. Osório 1998b:45). A *cantiga de amigo* parece ter começado a florescer com a segunda geração, já no terceiro quartel do século XIII, no período final da corte de Afonso X, êxito que continua a ter com a terceira geração, embora de forma alterada (Osório 1998b:46). Com esta segunda geração, que Osório (1998b:65) caracteriza como uma “geração instável [...] que patenteia um apreço evidente pela linguagem da agressividade” também

crece em flecha a produção de cantigas satíricas, com uma presença assinalável da linguagem obscena relativa aos comportamentos sexuais, como se se tratasse de uma espécie de contraponto da linguagem elevada sobre o amor. (Osório 1998:64)

Chegados à terceira geração, a poética cortês, que conta com três quartos de século de existência, começa a revelar sinais de esgotamento que levam a alterações no discurso, não só no domínio da *cantiga de amigo*, mas também na *de amor*, e até na *de escárnio e maldizer*. Estas alterações, que se fazem sentir no plano temático e das estratégias de discurso, resultam numa contaminação entre os diferentes géneros que acabam por esbater, por vezes, as suas fronteiras (Osório 1998b:46).

2. CANTIGA DE AMIGO – CANTIGA ESCARNINHA

Segundo a «arte de trovar» apensa ao Cancioneiro da Biblioteca Nacional, as *cantigas de escárnio e de maldizer* são aquelas em que o trovador diz mal de alguém. As *cantigas de escárnio* dizem mal de uma maneira mais geral, ao passo que as *de maldizer* são mais específicas entrando no domínio do pessoal. Na realidade, a identificação da pessoa visada pelo texto na *cantiga escarninha*, que rompe “frontalmente com uma das regras do código cortês: o silêncio sobre a personagem a quem se endereça o poema”, para usar as palavras de Osório (1998a:20-1), é uma das primeiras (ou mais óbvias) marcas identificadoras do género.

Estas cantigas satíricas, de tom geralmente burlesco, se em muitos casos empregam um léxico explicitamente obsceno, noutros criam o sentido de obscenidade ou de paródia através do equívoco, tropo enaltecido na mencionada «arte de trovar» (cf. Osório 1998a:28).

Dissemos acima que, chegados à terceira geração, se verifica uma progressiva contaminação entre os géneros que resulta num esbater de fronteiras entre eles. Com efeito, com os poetas desta geração, dá-se um decréscimo do recurso à obscenidade na cantiga satírica. Este decréscimo do uso obsceno na cantiga escarminha, coincide com o aumento do uso da ironia, e até do equívoco, na *cantiga de amigo*, uma relação inversa que resulta na aproximação dos dois géneros, pois convergem ambos para o equívoco. Consequentemente surgem textos verdadeiramente escarminhos mas “disfarçados” de *cantigas de amigo*. Com efeito, vários textos com características escarminhas, já que mencionam o visado, aparecem no cancionero no sector correspondente às cantigas de amigo (cf. Brea 1998:254), como é o caso de várias cantigas da autoria de João Garcia de Guilhade, em que ele se auto-denomina. Brea (1998:33) chama a estes textos “escárnios de amigo”. Outros cantares de amigo menos claramente escarminhos, ou porque não identificam a pessoa invectivada, ou porque neles o escárnio é mais subtil, mesmo não sendo escarminhos não deixam de ser textos satíricos, efeito conseguido pelo recurso à ironia e, nalguns casos, ao equívoco.

Esta ironia ridicularizadora pode funcionar intra ou inter-géneros. A cantiga irónica pode entrar em diálogo subversivo com outros textos do mesmo género, com textos de outro género, ou até com o próprio macro texto – isto é, com o código que rege a produção lírica, quer das cantigas de amigo, quer ainda das cantigas de amor —, ao mesmo tempo que se articula com a realidade social. Contudo, interessa apontar que o diálogo inter-textual não se verifica apenas para efeitos irónicos, como teremos oportunidade de ver.

3. POLISSEMIA E EROTISMO

Quer o equívoco, figura por excelência do género satírico, quer a ironia, se nutrem da ambiguidade semântica. Como se pode depreender, da ironia subtil e do equívoco, que se alimentam do duplo sentido, à obscenidade explícita e crua encontramos várias gradações e instrumentos de ridicularização.

A figura utilizada nas *cantigas de amigo* para enunciar a comunhão carnal entre os amantes, o eufemismo, recorre também às possibilidades polissémicas das palavras. Na realidade, as *cantigas de amigo* estão investidas de um vocabulário com uma grande carga simbólica, geralmente de natureza erótica, simbolismo este que formava parte da competência do público coevo, e que imprime ao texto um valor semântico, em muito diferente daquilo que aparentam transmitir se lidas literalmente. O erotismo encobre-se, também, numa série de vocábulos que funcionam como metáforas, entre os quais podemos mencionar *fazer preito*, *fazer-aver ben*/ *fazer prazer* (Brea 1998:102 e 103-7; 142), ou por vezes numa simbologia de raiz folclórica.

Com respeito ao *fazer ben*, Brea (103-5) oferece uma explicação que transcrevemos, pois parece-nos pertinente como pano de fundo para algumas ilações apresentadas mais abaixo:

O *fazer ben* poético era o calco do *fazer ben* feudal, que consistia no deber que tiña a nobreza de protexer todos aqueles situados nun nivel social inferior (...).

Servíndose de tal expresión, os trobadores insistían no papel superior concedido á muller na praxe erótica por eles vehiculada, pero tamén manifestaban o deber da dama de socorre-lo seu vasallo, xa que esse era o papel que lle correspondía naquela relación artificial.

Foi, sem dúvida, o carácter ambivalente do *fazer ben* o que determinou a súa utilidade poética. Por unha banda, presenta un significado que pertence ó ámbito cortés e mediante o que se pon de manifesto que o *ben* é consegui-la mercede da amiga (...).

Os termos teñen un sentido eufemístico que encobre claros valores eróticos. Nestes casos o emprego da expresión acércase ó *emphasis*, xa que o *ben* adquire un significado máis preciso que tem pouco que ver co seu contido habitual.

O “panegírico” e a “paisagem”, dois dos campos semânticos da cantiga de amigo identificados por Tavani (1986:146-7) como veremos adiante, ofrecen, adicionalmente, uma gama de vocábulos de grande carga erótica. Assim, como lemos em Tavani (1986:151) e em Brea (1998:95-172), as referências aos próprios cabelos podem converter-se em metáfora sexual tanto na expressão *em cabelos*, isto é, com a cabeça descoberta, como em expressões alusivas ao banho (*lavar cabelos*), ou no broche de ouro que sujeita os cabelos a um determinado tipo de penteado (*garceta*). O cabelo longo e solto no período medieval era símbolo jurídico da virgindade por oposição ao das casadas e viúvas que o usavam recolhido debaixo de toucas. Sintagmas como *lavar cabelos* ou *lavar camisas* representam o encontro e os prazeres sexuais com o amigo (*Ibidem*).

O campo semântico da paisagem que, segundo Brea (1998:116) “gozou dun maior cultivo a partir da segunda metade do século XIII (especialmente de ca. 1270 em diante)” e que consiste, geralmente, numa evocação de um cenário campestre ou marinho, ou numa alusão às estações do ano (geralmente a Primavera, a estação das flores, ou a época da caça), serve para criar um ambiente de fundo a todo o desenvolvimento do texto, delimitando o ambiente da experiência amorosa. Estes elementos paisagísticos desempenham, muitas vezes, uma função simbólica que pode variar com o contexto (cf. Tavani 1986:143 e Brea 1998:60). Assim, o mar pode servir como espelho do estado de alma da emissora, e o cervo, símbolo da sexualidade masculina, remete para a relação erótica entre os amigos (Tavani 1986:150 e Brea 1998:122). Brea (1998:48; 124-5), explica como o vento tem a mesma carga simbólica em D. Dinis.

Para alguns poetas, a água ou o banho da mulher que antecipam o encontro com o amigo são utilizados como símbolo de fecundidade. Estes elementos têm, em todo o caso, uma forte conotação erótica (*vide* Brea 1998:125-6). A mesma autora (1998:126-7) explica ainda a simbologia, também ela erótica, das grandes ondas na cantiga de Mendinho “*Sedia-m’ eu na ermida de San Simon*”. A fonte, a união de cervas e cervos bravos constituem, assim, uma simbologia da sexualidade feminina e masculina. As aves, dependendo do contexto, podem simbolizar a moça namorada ou ainda o amor enganado, entre outros sentidos emblemáticos. As flores podem ser um símbolo da alegria de amar.

O brial, a peça que as damas nobres vestiam sobre a camisa, por exemplo, quando rasgado dá acesso à intimidade da mulher representada na camisa, e simboliza, numa cantiga de Pero Meogo, abaixo analisada, a perda da virgindade da moça na fonte. Outros elementos que se desatam, quebram ou rompem, como a faixa solta ou o cântaro quebrado, simbolizam, todos eles, a perda de virgindade.

Mesmo outro vocabulário aparentemente isento de simbologia, como o comum *mha senhor*, tem conotações de autoridade e poder, e faz parte de uma gama lexical de tipo jurídico que pode ser empregado metaforicamente (*vide* Brea 1998:102). Até os termos alusivos ao morrer de amor e à loucura de amor podem adquirir, em certos contextos, a conotação de entrega sexual total (cf. Macedo, 1998).

4. O PRIVILEGIAR DA *MIMESIS*

Na *cantiga de amigo*, o discurso directo — aquilo a que Lubbok chamou de *showing* — é o esquema narrativo cultivado com mais frequência, sobretudo na forma de monólogo, a sua estrutura primitiva, o que explica, como nos diz Brea (1998:37), que boa parte da crítica considere o solilóquio da protagonista como traço distintivo do género.

Dentro da variante monologada, segundo Brea (1998:38), os textos podem ser ou puramente monologados, pouco representativos no conjunto do *corpus*, ou terem um narratário, *a persona* ou *a re*, individualizado através de um apóstrofe, que aparece, geralmente, no primeiro ou segundo verso da cantiga e que também serve como elemento identificador de género, como teremos oportunidade de ver. Ainda nas cantigas monologadas, se o emissor inicial é distinto da amiga, esta é sempre o destinatário, que vem evocado pelos termos *filha* ou *amiga*. Se o emissor é a própria amiga, os interlocutores podem ser muito variados: o amigo, a mãe, a irmã, as amigas, ou elementos não humanos como o mar, o rio, as ondas do mar de Vigo, as cervas, as árvores, a fonte, o monte, a ermida, ou os pássaros e o cervo, e até elementos abstractos como o Amor (cf. Tavani 1986:135 e Brea 1998:38). Mas, segundo Brea (1998:38) o destinatário mais comum da cantiga monologada enunciada pela amiga é o amigo.

O discurso directo dialogado, também bastante cultivado, foi uma forma introduzida mais tarde. Brea (1998:41) afirma que o diálogo com o amigo começou a ser usado no segundo quartel do século XIII, sendo Afons' Eanes do Coton um dos seus primeiros cultores, e o diálogo entre mãe e filha, que viria a ser o mais cultivado em todo o *corpus*, surgiu, na mesma época, com Johan Soarez Coelho e Pero da Ponte, trovadores que já estavam activos em 1230. Os diálogos mais tardios são aqueles entre a amiga e a confidente, que aparecem só na segunda metade do século XIII.

Para além destas duas formas miméticas de narrar, isto é, formas de tipo dramatizado, existe um número muito reduzido de cantigas que empregam a narração de tipo *telling* (na perspectiva de Lubbok), ou seja, um tipo de narração em que a presença do narrador é manifestada. De acordo com Brea (1998:48), são apenas duas as cantigas que empregam a narração *telling* pura, ambas ao cuidado de um narrador heterodiegético, nomeadamente, uma de Pero Meogo, *Levou-s'a louçana, levou-s'a velida*, e uma sua imitação por D. Dinis, *Levantou-s'a velida*.

A narração mista, em que se alterna o discurso do narrador homo ou heterodiegético (*telling*) com o discurso directo das personagens (*showing*), e que só foi cultivada a partir da segunda metade do século XIII, aparece apenas em nove cantigas, em nenhuma das quais a mãe intervém no diálogo, e que pela descrição que nos faz delas Brea (1998:48-57; cf. também op.cit. 217-222) também não parece figurar. Encontrámos, porém, uma cantiga tematicamente próxima da cantiga de amigo, que emprega a narrativa mista, de Rodrigu' Eanes de Vasconcelos (segunda geração), "*Preguntei ua dona en como vos direi*", que, como refere Brea (1998:229-230), foi transcrita no sector das cantigas de amor, e na qual a mãe, que é mencionada, tem um papel interessante. Esta cantiga, que analisaremos abaixo, tem um exórdio narrativo que introduz um diálogo em que o trovador fala primeiro¹, embora as respostas da dona ocupem a maior parte de cada uma das estrofes e o tema se adegue melhor à *cantiga de amigo* (reparemos, entre outros aspectos, que a dama não se mostra indiferente ou altivamente distante do amigo).

Dado isto, podemos concluir que as cantigas em que, de um ou de outro modo, a mãe é interveniente, praticamente todas utilizam o discurso directo. Em termos de narratário, dividimos as 65 cantigas classificadas no cancionero como de amigo, e em baixo analisadas, em quatro tipos:

Dialogadas:

- (i) falam mãe e filha (no *corpus* analisado são catorze as cantigas dialogadas);

Monologadas:

- (ii) a mãe dirige-se a filha e esta não fala (no *corpus* analisado são oito as cantigas deste tipo);
- (iii) a filha dirige-se a mãe e esta não fala (as mais numerosas - no *corpus* analisado encontramos trinta cantigas deste tipo);

(iv) a filha fala a outrem *sobre* a mãe, ou fala a outrem, *perante* a mãe (temos treze cantigas destas). O interlocutor pode ser:

- (a) indeterminado (cantiga puramente monologada, com cinco cantigas representadas);
- (b) o amigo (no *corpus* analisado temos apenas duas destas);
- (c) uma amiga (no *corpus* analisado temos também apenas duas);
- (d) várias amigas (no *corpus* analisado temos novamente apenas duas);
- (e) a irmã (com duas cantigas apenas, uma das quais é simultaneamente de tipo (ive) e (iii)).

Este contacto da amiga com um número variado de personagens é uma outra característica da *cantiga de amigo* que a contrapõe à de amor (cf. Tavani 1986:135).

5. A TEMÁTICA DO AMOR

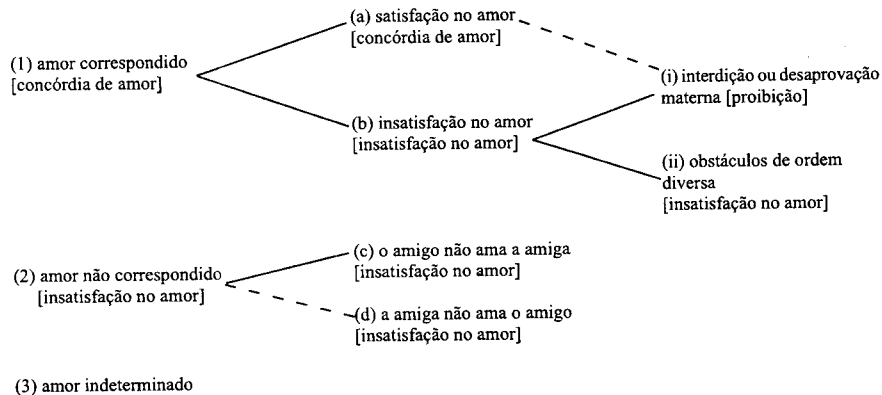
Tavani (1986:146-7) identifica, na cantiga de amigo, cinco campos semânticos, três dos quais têm a ver com a relação amorosa, nomeadamente: a “concordia de amor”, o “amor insatisfeito” e a “proibição do amor”. Os outros dois campos semânticos identificados pelo autor são o “panegírico” e a “paisagem”, embora Tavani considere que a paisagem seja um campo semântico secundário, pois é empregada como pano de fundo da experiência amorosa.

Segundo o mesmo autor (Tavani 1986:147), dos quatro campos semânticos principais, a concordia de amor e o amor insatisfeito são, como é de esperar, co-textualmente incompatíveis. De acordo com o mesmo autor (*Ibidem*), a proibição amorosa, por outro lado, pode combinar-se com a concordia de amor mas não com o amor insatisfeito. O panegírico — que pode ser a consciência que a moça tem da própria beleza, ou o elogio que faz à excelência artística do amigo —, pode entrar em combinação com os três campos semânticos relativos à relação amorosa.²

Uma leitura das cantigas de amigo, permite repartir o tema geral do amor (afinal de contas o tema que atravessa os cinco campos semânticos definidos por Tavani) em dois grandes blocos temáticos, que nos parecem úteis para a análise que nos propomos fazer neste trabalho, e que são: (1) o amor correspondido e (2) o amor não correspondido. Dentro de cada um destes dois grandes blocos encontram-se vários sub temas esquematizados em seguida. Consideramos, ainda, a possibilidade da existência de uma terceira categoria em que não é possível determinar a reciprocidade dos sentimentos, e que colocamos como (3) amor indeterminado. Em parênteses rectos apresentamos a correspondência aos três campos semânticos identificados por Tavani com respeito à relação amorosa:

¹ Daí a classificação como *cantiga de amor*, aliado ao facto de o primeiro verso ter o elemento *dona*, sinónimo de *senhor*, que Tavani (1986:108) aponta como “um verdadeiro e propio distintivo do xénero”.

Figura 1:



O amor correspondido (1) é aquele em que os sentimentos amorosos do par amigo/amiga são recíprocos:

- a satisfação no amor [1(a)] diz respeito à alegria que resulta do entendimento entre os amantes e também da oportunidade que têm de se encontrarem. No caso de separação forçada dos amantes, a amiga pode, ainda, expressar a sua alegria perante a expectativa da reunião que se aproxima;
- a insatisfação no amor correspondido [1(b)] resulta, geralmente, da separação ou da falta de oportunidade de o par se encontrar. A infelicidade apresentada é, geralmente, a da amiga, embora também possa ser a do amigo. Estes obstáculos podem ser:
 - o (i) a mãe, como detentora de autoridade sobre a filha. Embora a proibição materna geralmente resulte em insatisfação no amor, encontramos duas cantigas de Pero Meogo que se poderiam considerar de satisfação no amor apesar da interdição materna. Por vezes a mãe não proíbe os encontros dos dois enamorados, mas expressa claramente a sua desaprovação pelos amores da filha;
 - o (ii) obstáculos de ordem diversa, como a ausência necessária do amante (na corte d'El-Rci, no ferido ou fossado), embora possa haver outros, alguns deles não explicitados e mais raros, como veremos abaixo, em duas cantigas: “- *Filha, de grado queria saber...*” de João Baveca e “*Ai madre, ben vos digo...*” de Pero Garcia Burgalés.

No caso do amor não correspondido (2) uma das partes não ama a outra:

- o caso mais comum do amor não correspondido é aquele em que a moça suspeita que o amigo não a ama (2 (c)). Os motivos deste desentendimento são, geralmente, a falsidade, a infidelidade e a inconstância do amigo, sejam estas reais ou pela moça imaginadas. Convém ressaltar que, se nuns casos as circunstâncias expostas deixam clara a indiferença do amigo para com a amiga, em vários outros deparamo-nos apenas com a suspeita e despeito que a moça sente, pois o amigo faltou ao encontro marcado. Não sabemos as condições que o fazem não cumprir com o prometido, poderiam ter, ou não, a ver com a sua falta de amor

por ela. Por esse motivo, há vários casos em que não é possível saber se a ausência do amigo é voluntária [2 (c)] ou forçada [1 (b)(ii)]. Porém, na perspectiva da moça, trata-se de 2(c), pois se motivos houve que o forçaram a partir, ela ignora-os. A ausência inexplicada do amigo resulta em sofrimento ou zanga, e esta *sanha* pode tornar-se em alegria e arrependimento por parte da moça se vem a saber que o amigo vai regressar ou lhe quer bem, como se vê nalgumas cantigas de João Lopes de Ulhoa (cf. Brea 1998:84). Abaixo analisaremos uma cantiga de Nuno Fernandes Torneol que parece apontar para esta situação: “*Ai, madr’, o meu amigo, que non vi*”.

os casos em que a amiga não ama o amigo (2(d)) parecem adequar-se mais a resumir a temática das *cantigas de amor* do que a das *cantigas de amigo*. Contudo, existem, de facto, algumas cantigas que registam o desdém ou a indiferença da mulher para com o amigo, geralmente produtos de poetas tardios que talvez pretendessem regenerar o género, subvertendo, para isso, o próprio código, função que também parece pertencer ao uso da ironia, que vimos acima. Nas antologias consultadas encontramos apenas uma cantiga que glosa este tema e na qual figura a mãe, pelo que apresentamos aqui outros exemplos mais claros desta temática. A amiga, no poema de Joan Garcia de Guilhade: “*Cada que ven o meu amigu’ aqui/ diz-m’, ai amigas, que perd[e] o sên/ por mi, e diz que morre por meu ben:/ mais eu ben cuido que non est assi,/ ca nunca lh’eu vejo morte prender/ nen o ar vejo nunca ensandecer!*” mostra-se, cingidamente, pouco convencida dos protestos de amor do rapaz. Outra moça enfasiada da presença do amigo, que o convida, por isso, a partir, saiu da pena do inovador rei-poeta D. Dinis: “*Amad’ e meu amigo/ valha Deus!/ vede la fro! do pinho/ e guisade d’andar*” (Osório 1998b:46-7). Um dos exemplos mais óbvios da indiferença feminina perante o amigo é uma cantiga de Gonçal’ Eanes do Vinhal, um dos autores mais antigos, em que a moça satiriza os protestos do morrer de amor do seu amigo, dizendo que morra, então, visto não se ter sabido proteger da morte, indicando que pouco ou nenhum sofrimento lhe causará a sua morte:

*E amores tantas coitas lhi dan
por min, que já a morte mui perto está,
e sei eu d’el que cedo morrerá;
e se morrer con me faz i pesar,
ca se non soube da morte guardar.*

Nas antologias consultadas encontramos apenas dois exemplos de amor indeterminado (3) com a mãe como interveniente, que analisaremos abaixo.

6. A FIGURA DA MÃE: APOIANTE OU Oponente?

Estando o protagonismo sentimental amoroso da cantiga de amigo centrado na amiga, seja ela o sujeito de enunciação, ou não, interessa-nos saber como ela é. Brea (1998:10) diz que, se numas cantigas, a mulher que fala é a moça sincera, namorada, leda ou coitada, em função do comportamento do amigo, em muitas outras esta voz feminina não é a de uma rapariga doce e singela, antes parece ser a dona a quem o trovador dirige as suas súplicas na cantiga de amor, essa dona que sabe que é *senhor* do seu amigo e que pode comportar-se como tal. Tavani (1986:135) acrescenta que esta protagonista:

é case sempre unha rapaza, unha “dona virgo”, simple e inxenua en aparencia mais de feito maliciosamente consciente da súa feminidade, ás veces apaixonada e doida, outras enoxada e resentida, ó mesmo tempo vulnerable e disposta a defende-la súa relación de toda interferencia.

Como será a representação das mães destas moças multifacetadas, é aquilo que tentaremos compreender através da análise abaixo. Sabemos, logo à partida, que à mãe cabe a responsabilidade de educadora e de guardiã de sua filha, guardiã, sobretudo, da sua castidade. Vejamos, então, que atitudes ela toma face a esta responsabilidade.

6.1 *A mãe como oponente (ou A custódia maternal da castidade)*

O que está em causa, geralmente, nas cantigas de amigo em que a mãe figura como obstáculo são os encontros dos namorados. A oposição materna só faz sentido no caso do amor ser correspondido. Por isso, no caso da mãe opositora às entrevistas amorosas, trata-se sempre de **amor correspondido** mas interdito pela mãe. Inesperadamente, a interdição materna pode co-ocorrer com a satisfação amorosa (tipo (1a) na Figura 1), embora o caso mais vulgar de oposição da mãe resulte em insatisfação amorosa do tipo (1bi).

As cantigas que apresentamos aqui são aquelas em que a interdição materna é bastante clara. Existem várias cantigas, sobretudo monologadas pela filha, em que se torna difícil classificar a posição da progenitora face aos amores da moça, embora, por vezes, mesmo nas cantigas em que temos acesso à voz materna seja difícil estabelecer categoricamente a sua posição. Aquelas que oferecem maiores dificuldades de classificação serão incluídas na secção 6.3 abaixo. Do *corpus* analisado, são 25 as cantigas que apresentam a mãe opositora.

6.1.1 Satisfação no amor [1(a)(i)]

Encontrámos quatro cantigas (6% do *corpus* analisado) nas quais, apesar da oposição materna, há satisfação no amor, duas de Pero Meogo, jogral galego do séc. XIII, de quem nada se sabe, mas que possivelmente integrou a *segunda geração* e outras duas de João Airas de Santiago, que esteve activo entre 1230 e 1265 na corte de Fernando III e de Afonso X (também segunda geração):

- Em "*Fostes, filha, eno bailar / e rompestes i o brial*", cantiga monologada (tipo ii), de Pero Meogo, estamos perante um caso de satisfação amorosa apesar da oposição materna. A mãe repreende a filha desobediente e censura-a por ter perdido a sua virgindade, apesar das admoestações e da vontade maternas, como se vê na terceira e quarta cobras: "*E rompestes i o brial / que fezeistes ao meu pesar*" e "*E rompestes i o vestir / que fezeistes apesar de min*".

- Caso semelhante ao anterior encontramos noutra cantiga do mesmo Meogo, esta dialogada (tipo i) e de *leixa-pren*. Nas duas primeiras cobras, a mãe começa por perguntar à filha os motivos do seu atraso na fonte: "*Digades, filha, mia filha velida: / porque tardastes na fontana fria?*". A filha responde-lhe, nas terceira e quarta cobras, que tardou devido aos cervos do monte que volviam a água. A mãe não se deixa convencer, e revela à filha, nas duas últimas cobras, que sabe que ela está a mentir: "*Mentir, mia filha, mentir por amigo; / nunca vi cervo que volvesse o rio*". Dadas as conotações eróticas de cervo e dos encontros na fonte, trata-se aqui, também, de uma moça que perdeu a virgindade. Apesar do tom amistoso entre as duas, estamos perante uma mãe zelosa do comportamento da filha, que parece não aprovar o seu encontro com o namorado: neste sentido, é de notar que a filha não confia à mãe o verdadeiro motivo do seu atraso, antes o tenta encobrir, o que poderá indiciar o seu medo em revelar a verdade à mãe.

- As seguintes duas cantigas de João Airas de Santiago parecem referir-se a uma mesma situação, o que constitui um exemplo da intertextualidade (neste caso intra-autor e intra-género) anteriormente mencionada. Numa, de tipo iv(c), a filha queixa-se a uma amiga da alegria que a mãe sentira aquando da partida do namorado e revela a sua própria satisfação pelo seu regresso: "*Ela foi [mui] leda poi-lo viu*

ir / e eu mui triste, poilo vi partir / de mí, ca nunca máis pudi dormir, / amiga, depois que s'el foi d'aquen, / e ora ja dizen-mi d'el que ven, / e mal grad'aja mia madre por én." (Cobra II). Noutra, de tipo iii, a filha dirige-se à própria mãe para lhe expressar a sua afronta e revolta pelo seu comportamento anterior, ao mesmo tempo que sublinha a sua alegria pelo regresso iminente do amado: "*Par Deus, mia madre', ouvestes gran prazer / quando se foi meu amigo d'aqui, / e ora ven, e praz én muit'a mi, / mais uas novas vos quero dizer: / se vos pesar, sofrede-o mui ben, / c'assi fig'eu, quando s'el foi d'aquen.*" (cobra I) A intertextualidade com a cantiga anteriormente citada torna-se mais clara na segunda estrofe, como se vê pelos versos sublinhados e em negrito: "*Ca fostes vós mui leda do meu mal / quando s'el foi, e querrei-vos eu ja / mal por end', e dizen-mi que verra / mui ced'e quero-vos dizer al: / se vos pesar, sofrede-o mui ben, c'assi fig'eu, quando s'el foi d'aquen.*" As suas palavras não deixam dúvidas da zanga que sente em relação à mãe. Por outro lado, parece sentir-se feliz pelo próximo encontro com o namorado. Embora a mãe se oponha aos amores da filha, parece não impedir que os namorados se encontrem. Puderam despedir-se e parece que nada os impedirá de se encontrarem quando ele chegar.

6.1.2 Insatisfação no amor [1(b)(i)]

Se há oposição materna, a situação mais provável será a de insatisfação no amor, que resulta na coita ou zanga da filha. É esta a situação tratada a seguir, cujas cantigas perfazem um total de vinte e uma cantigas, ou seja 32% do *corpus* analisado.

Primeira geração:

- Na cantiga "*Filha fremeosa, vedes que vos digo*" de Bernaldo de Bonaval (primeira geração), monologada (tipo ii), a única interveniente é a mãe que, apesar de não impedir os amores da filha, a aconselha a não se encontrar a sós com o amigo: "*non faledes ao voss'amigo / sen min, ai filha fremeosa.*" Ao mesmo tempo faz-lhe uma ameaça velada, dizendo-lhe que, se quer ter o seu amor de mãe, que não fale ao amigo sem ser na presença dela: "*E, se vós, filha, meu amor queredes, / rogo-vos eu que nunca lhi faledes / sen min, ai filha fremeosa.*" (cobra II). A cantiga parece atribuir um duplo sentido ao verbo falar (o sentido literal e um sentido erótico) semelhante ao duplo sentido do *fazer ben*. Na última cobra a mãe avisa a filha dos perigos que há no amor e que ela desconhece: "*E al á i de que vos non guardades: / perdedes i de quanto lhi falades / sen min, ai filha fremeosa.*" Embora os seus amores não sejam proibidos, a liberdade dos namorados encontra-se coarctada pela vigilância materna. Daí presumimos que se tratará de amor insatisfeito.

- Na cantiga (tipo iii) de Rui Fernandes (primeira geração) "*Madre, pois amor ei migo, / tal que non posso sofrer*" estamos perante um caso de filha rebelde perante os entraves que a mãe lhe põe a encontrar-se com o amigo. A amiga diz à mãe que se ela não lhe der autorização para se encontrar com o enamorado, de quem tem imensas saudades, irá vê-lo sem permissão: "*Grande coita me faz ousada / de vo-lo assi dizer / e, pois eu vivo coitada, / mandade-mi-o ir veer, / se non irei sen mandado / veel'e sen vosso grado*" (cobra II). Apesar da rebeldia declarada para com a mãe, apela uma última vez ao amor de mãe, na última cobra, para que esta mude de atitude e a deixe ver o amigo: "*E, já que per mi sabedes / o ben que lh'eu sei querer, / por quanto ben mi queredes, / mandade-mi-o ir veer / se non irei sen mandado / veel'e sen vosso grado.*" A repetida ameaça do refrão mantém-se, porém, inalterada.

- Mais um caso de filha revoltada contra a autoridade da mãe que a impedira de se encontrar com o namorado é a cantiga "*Estava meu amig'atenden(d)e chegou / mia madr'e fez-'end'ir tal que mal me pesou; / alá me tornarei e i lo antenderei*", de Fernão Rodrigues de Calheiros (primeira geração). Só a filha fala e não é claro a quem se dirige a moça – cantiga de tipo iv(a). Também esta moça insiste, no refrão, que voltará para se encontrar com o amigo, pese isto embora a sua mãe, como se vê na cobra III: "*Pesar-lh'ia a mia madre quen quer que lh'assi / fezesse, mais direi-vos que farei eu i*" ao mesmo tempo que protesta que "*Nunca madr(e) a filha bon conselho deu*" (II, v.1).

Segunda geração:

- Há uma cantiga de narração mista – referida em 4. acima — de Rodrigu' Eanes de Vasconcelos (segunda geração), "*Preguntei ua dona en como vos direi*", transcrita nos cancioneiros como cantiga de amor, mas que resolvemos incorporar nesta análise. Brea (1998:229-230) considera esta cantiga como afim à cantiga da malmaridada, e chama-lhe, por analogia, *malmonxada*. Em resposta à pergunta dorida do enamorado: "*Senhor, filhastes orden?*", e "*Senhor fremeosa, morrerei con pesar;/ pois vós filhastes orden i vos an de gardar*" (II,2), a mulher responde queixando-se da mãe que a fez tornar-se monja ("*fez-mi-a filha mia madre*" (I,5)), mas rebelde-se dizendo que usará o hábito mas não entregará o coração: "*Trager-lhi eu os panos, mais non o coração*" (I,6) / "*Tragerei eu os panos, mais no coração al*" (II,6) / "*se eu trouxer os panos, non dedes por én ren, /ca terrei o contrario eno coração meu*" (III, 5-6). Estamos aqui perante uma mãe opositora, que coloca como entrave aos amores da filha o hábito que a fez tomar. Esta cantiga reúne em si dois obstáculos: a interdição materna [1(b)(i)] e o convento [1(b)(ii)].

- Numa cantiga (tipo iv(b)) de João Airas de Santiago (segunda geração), "*Amigo, quando me levou / mia madr', [a] meu pesar, d'aqui / non soubestes novas de mi, / e por maravilha tenho / por non saberdes quando vou / nen saberdes quando venho*", encontramos um caso de oposição materna à relação amorosa, que parece ter dado o resultado pretendido pela progenitora, pois parece que o moço se desinteressou da amiga. Com efeito, o propósito da fala da amiga é o de censurar o amigo por este não ter feito qualquer esforço em saber notícias dela. Veja-se a segunda cobra: "*Pero que vos chamades meu, / amigo, non soubestes ren / quando me levaron d'aquen, / e maravilha-me ende / por non saberdes quando vou / nen saberdes quando venho.*"

- "*Meu amigo, vós morredes / por que vos non leixam migo / falar e moir'eu, amigo, / por vós e, fê que devedes, / algun conselh'i ajamos, / ante que assim moiramos*" é a primeira cobra de uma cantiga (também tipo iv(b)), do mesmo autor, João Airas de Santiago (segunda geração), em que a amiga se queixa ao amigo da vigilância cerrada da mãe, que os não deixa falar: "*Ambos morremos, sen falha, / por quanto nos non podemos / falar (...)*" diz a amiga na segunda cobra, e acrescenta na terceira: "*De mia madr'ei gram queixume, / por que nos anda guardando, / e morremos i cuidando*". Na última cobra, um dístico, a amiga sugere ao namorado que se libertem: "*E por que o non guisamos, / pois nós tant' o desejamos?*".

- Numa outra cantiga também do mesmo autor (João Airas de Santiago) "*Mia madre, pois (a)tal é vosso sen, / que eu que(i)ra mal a quem mi quer ben*" a filha dirige-se à mãe (tipo iii) para a censurar pela sua oposição aos seus amores e mostrar como os seus conselhos são insensatos. A filha tenta, efectivamente, mostrar o contra senso que é a mãe não aprovar do amor que a filha tem pelo rapaz, já que o amor é recíproco (cf. cobra III: "*Muito mi será grave de sofrer / d'aver quen mi quer ben mal a querer, / e vós, madre, mandades-mi-o fazer, / mais faço-vos ua pergunta tal: / pois quen mi quer ben ei mal a fazer, / se querrei ben a quen mi quiser mal?*") e afirma, subtilmente, a sua desobediência ao concluir: "*Se assi for, por mi poden dizer / que eu fui a que semeou o sal*". Quer dizer com isto, que seria uma insensatez não amar a quem a ama: seria como semear o sal na relação o que mataria este amor e, metaforicamente, tornaria o solo infértil para qualquer relação.

- Na cantiga de paralelismo literal e *leixa-prem* "*Non poss'eu, madre, ir a Santa Cecilia / ca me guardades a noit'e o dia / do meu amigo*" de Martim de Ginzo (séc.XIII – segunda geração) estamos perante mais um caso de uma filha que protesta directamente à mãe (tipo iii) pela protecção cerrada que ela lhe faz. O propósito da jovem parece ser o de persuadir a progenitora a deixá-la encontrar-se com o amigo, pois, depois de a avisar (um aviso ameaçador), na terceira e quarta cobras, de que morrerá com aquele cuidado ("*Ca ma guardades a noit'e o dia; / morrer-vos ei con aquesta perfia / por meu amigo. / Ca me non leixades fazer mandado; morrer-vos ei con aquest cuidado / por meu amigo.*"), nas duas

últimas cobras faz uma nova tentativa de conseguir o seu objectivo, nomeadamente, encontrar-se com o amigo, dizendo a mãe que, se ela a deixasse encontrar-se com o amigo se curaria: *"Morrer-vos ei con aquesta perfia, / e, se me leixassedes ir, guarria / con meu amigo. / Morrer-vos ei con aqueste cuidado, / e, se quiserdes, irei mui de grado / con meu amigo."*

- Na cantiga de D.Afonso Mendes de Besteiros (segunda geração), *"Mia madre, venho-vos rogar / como roga filh'a senhor"*, monologada (tipo iii), estamos perante uma mãe claramente opositora à relação amorosa da filha. A moça, respeitosamente, num primeiro momento, roga à mãe que a deixe ir ver o amigo (*"leixade-m'ir co(n) el falar"* I,v.4). Na segunda cobra acusa a mãe de *"desmesurada"* em não se condoer do amigo que está à morte por causa do grande amor que tem pela moça (*"quanta coita el sigo ten / sei que toda lhi por mi ven."* - Refrão). Na terceira cobra a filha rebela-se contra a mãe e diz-lhe que o irá ver mesmo contra a vontade da progenitora, pois se não for, passará ela a sofrer do mesmo mal que ele tem. Apesar de só a filha falar, pode-se depreender a postura opositora da mãe pelo crescendo de emoção na filha e pela sua crescente rebeldia.

- Na cantiga de João Nunes Camanês (segunda geração), *"Vistes, filha, noutro dia, / u vos dix'eu que gram prazer / eu havia d'irdes veer / voss' amigo que morria? / Nom vo-lo dix'eu por seu bem, / mais porque mi dissera quem / no viu, que já nom guarria"*, monologada (tipo ii), só a mãe fala. Estamos aqui perante uma mãe que anteriormente encorajara a filha a ir visitar o amigo, mas que sente a necessidade de explicar à filha que o fizera só porque sabia que o amigo estava às portas da morte sem possibilidade de recuperação, e porque sabia que ele, de tão mal que estava, já não *"poderia / falar-vos, nen vos conhecer, / nen de vós gasalhad'aver"* (cobra III). Numa primeira leitura, parece haver aqui perversidade da mãe, que não fez isto nem pela filha, nem pelo amigo — a mãe reconhecia que a filha sofreria com isto, como indicam os versos: *"mandei-vo-lo veer per en, por mal que vos d'el seria."* (II, vv. 6-7) —, mas apenas *"por santa Maria"* (cobra III), ciente de que nada se poderia passar entre os dois amantes. Com estas palavras, a mãe revela o seu zelo em guardar a castidade da filha. Dos sentimentos da filha nada sabemos. Notemos, no entanto, que a cantiga parece repassada de ironia, sugerindo-se como uma paródia da mãe demasiado protectora de sua filha, ao mesmo tempo que poderá ser, também, uma paródia do *"morrer de amor"*. Simultaneamente, a cantiga parece estar relacionada com uma outra do mesmo autor, resumida em 6.2 (*"Se eu, mia filha, for / vosso amigo veer"*), em que a mãe se apresenta como cúmplice dos amores da filha. Tomada em consideração a possível intertextualidade com essa outra cantiga, a presente cantiga adquire um sentido paródico e subversor quer do seu sentido literal, quer ainda, e o que é mais interessante, do próprio sentido paródico acima apontado: tratar-se-ia de uma paródia à mãe demasiado interessada em promover as relações amorosas da filha, mas que tenta dissimular essa atitude.

- A amiga da cantiga monologada (tipo iv(a)) *"Oje quer'eu meu amigo veer: / por que mi diz o que non ousarei / veer mia madre, de pran vee-lo-ei / e quero tod'en ventura meter, / e dés i saia per u Deus quiser."* de D. João Soares Coelho (segunda geração — Afonso III e Sancho II) rebela-se contra a mãe que não a deixa encontrar-se com o amigo e determina que se encontrará com ele (*"ei oj'eu posto, se Deus mi perdon, / que o veja e que lhi faça ben"* — II, vv. 3-4) no sítio combinado, apesar da proibição materna: *"Pero mi-o ela non quer outrogar, / i-lo-ei veer ali u m'el mandou"* (III, vv.1-2).

- Em *"Ora van a San Servando / donas fazer romaria"* de João Servando (segunda geração) temos mais um caso da filha que se queixa a um interlocutor indeterminado (tipo iv(a)) da vigilância extrema da mãe que se opõe a que a filha vá em romaria apesar de ir *"guardada"* (II, v.2) pois iria *"... en tal companhia / de donas ..."*, (II, vv.1-2) — por isso pessoas respeitáveis —, só *"por que ven i [seu] amigo"* (refrão). A filha, revoltada, pretende salientar a injustiça que a mãe lhe faz e jura vingar-se dela: *"Nunca me mia madre veja, / se d'ela non for vingada, / por que oj'a San Servando / non vou e me ten guardada, / por que ven i meu amigo."* (III)

- De João Vasques de Talaveira (segunda geração) analisamos uma cantiga dialogada (tipo i, portanto) em que a mãe tenta persuadir a filha que o amigo não a ama e é um mentiroso, ao que a filha responde sempre, em sua defesa, que a razão pela qual a não vem ver é porque tem medo da mãe, e por isso a evita. Cremos que a mãe pretende semear a discórdia entre os dois enamorados, mas a filha não se deixa convencer. Vejamos a primeira cobra. Fala a mãe: “- *Ai, filha, o que vos ben queria / aqui o jurou noutro dia / e pero non xe vos veo veer.*” Ao que responde a filha: “- *Ai, madre, de vós se temia, / que me soedes por el mal trager.*” Na segunda cobra a mãe informa a filha que “- *O que por vós coitad' andava / ben aqui na vila estava / e pero non xe vos veo veer*” ao que a filha responde que ele se “*catava*” da mãe pelo seu hábito de dominar a filha (de lhe “*mal trager*”) por causa do amigo. Na última cobra a mãe acusa o amigo de “*perjurado*” por não ter vindo ver a filha, mas a filha uma vez mais o defende, chamando a atenção da mãe para o facto de que ele a teme, e que, portanto, a mãe é responsável pelo comportamento do amigo: “- *Madre, por vós não foi ousado.*” Estamos aqui perante a mãe claramente opositora aos amores da filha, que não só a impede de se encontrar com o amigo, como também pretende que a filha o deixe de amar ao criar nela dúvidas sobre os sentimentos do amigo. Tematicamente, esta cantiga lembra a cantiga de João Airas de Santiago “*Mia madre, pois (a)tal é vosso sen, / que eu que(i)ra mal a quem mi quer ben*” analisada em cima.

- Na cantiga dialogada (tipo i) de Pedr' Amigo de Sevilha (segunda geração), “*Dizede, madre, por que me metestes / en tal prison e por que mi tolhestes / que non possa meu amigo veer?*”, estamos claramente perante a filha revoltada com a mãe que a impede de se encontrar com o amigo. À pergunta da filha, a mãe responde: “*Por que, filha, des que o vós conhocestes / nunca punhou erg'en mi vos tolher. // E ssey, filha, que vos trag'enganada / con seus cantares que non valen nada, / que lhi podia quenquer desfazer*” (I, vv. 4-5 e II, vv.1-3). Depois de alegar que o amigo traz a filha enganada com os seus cantares, argumento que a filha refuta, a mãe diz o verdadeiro motivo da sua oposição ao namoro, que tem a ver com uma questão de hierarquia social, dizendo que a filha é “... *de tal linhage / que [o amigo] devia vosso servo seer*”. Temos, novamente, a mãe que procura, em vão, semear a dúvida na mente da filha, quanto aos sentimentos do trovador que lhe dedica cantares de amor, embora a verdadeira razão da oposição materna tenha a ver com uma questão de diferença de classes.

- Na cantiga (tipo iv(a)) “*Oje quer' eu meu amigo veer, / por que mi diz que o non ousarei / veer mia madre, de pram vee-lo-ei / e quero tod'en ventura meter, e des i saia per u Deus quiser.*” (I, 1-5) de João Soares Coelho, vassalo de D.Afonso III (segunda geração), a amiga dispõe-se a *fazer o ben* — lembremos as conotações eróticas desta expressão — e tudo quanto o amigo lhe pedir em desobediência e vingança para com a mãe que a proibiu de se encontrar com ele: “*Por en qual coita mi mia madre ten / que o non veja, no meu coraçon / ei oj'eu posto, se Deus mi perdon, / que o veja e que lhi faça ben, / e des i saia per u Deus quiser.*” (II,1-5); “*Pero mi-o ela non quer outorgar, /i-lo-ei veer ali u m'el mandou*” (III, 1-2). Esta moça é um exemplo claro daquilo que dissemos acima, da rapariga ‘sabida’. Vejamos o que ela diz na *fiúnda*: “*Ca diz o vervo ca non semeou / milho quen passarinhas receou*”.

- Numa cantiga de Nuno Fernandes Torneol (segunda geração), de tipo iii, uma: “*Trist' anda, mia madr(e), o meu amigo / e eu triste por el, ben vo-lo digo, / e, se m'el morrer, morrer-vos-ei eu*” (cobra I) a filha tenta persuadir a mãe a deixá-la encontrar-se com o namorado, através de uma ameaça, pois estão ambos a morrer de amor um pelo outro. A filha ameaça a progenitora de que perderá o seu “*gasalhado*” (II,2) se o amigo que “*tant' é coitado*” (II,1) morrer, pois também ela morrerá: “*e, se m'el morrer, morrer-vos-ei eu*”.

- Numa outra cantiga do mesmo autor, também tipo iii, a filha emprega exactamente os mesmos argumentos ao dirigir-se à mãe, embora esta cantiga tenha um conteúdo narrativo muito mais amplo do que a primeira: “*Foi-s'un dia meu amigo d'aqui / e non me viu, e por que o non vi, / madre, ora morrerei*” (cobra I). A oposição da mãe, que a filha tenta combater, implícita ao longo da cantiga, torna-se mais evidente na terceira e última cobra: “*Foi-s'el d'aquie non m'ousou falar, / nen eu a el, e por en con pesar, / madre, ora morrerei.*”

- Ainda de Nuno Fernandes Torneol, a cantiga dialogada (tipo i, por conseguinte) de *leixa-pren* apresenta-nos uma mãe astuta que, num tom amistoso, provavelmente num espaço público, onde está um grande ajuntamento de pessoas, pede à filha que lhe indique quem é o amigo que lhe pedia: “- *Dizede-m’ora, filha, por santa Maria: / qual é o voss’ amigo que mi vos pedia?*” (I,1-2), ao que a filha responde, com alacridade, no refrão: “- *Madr’, eu amostrar-vo-lo-ei*”. Pelo seu tom cortês (cf., ainda, II,2: “*se mi-o mostrassedes, gracir-vo-lo-ia*”), quer a filha, quer nós, os leitores, somos levados a esperar a complacência da mãe relativamente ao par amoroso, expectativa que é defraudada na última cobra (III,2): “*e direi-vo-l’, eu logo en que s’atrevia*”. É este verso que nos faz considerar a mãe como uma oponente arditosa dos amores da filha.

Terceira geração:

- Existem quatro fases de aproximação entre os amados no código cortês: *fenhedor* (quando o homem apenas suspira e fala da sua coita), *precador* (quando confessa o amor), *entendedor* (quando é clara a correspondência amorosa) e *drudo* (quando há intimidade física). Dentro deste mesmo código, uma senhora não devia corresponder ao amor do homem, mas manter as distâncias (Torres, 1987:93). Numa pequena cantiga dialogada (tipo i) de Estevan Fernandez d’Elvas (terceira geração), que transcrevo a seguir, a mãe ameaça a filha que não a deixará encontrar-se com o amigo, pois a sua relação já está muito adiantada (o amigo já é “*entendedor voss*”). A filha roga respeitosamente à mãe que assim não faça, pois ele sofrerá muito visto estar louco de amor por ela:

*-Farey eu, filha, que vos non veja
voss’ amigo. - Por que, madr’e senhor?
-Ca me dizem que é entendedor
voss’. - Ay, mha madre, por Deus non seja:
eu o dev’a lazerar que o fiz
sandeu e el com sandice o diz.*

- Na cantiga (tipo iii) de Estevão Reimondo (terceira geração) “*Anda [mui] triste [o] meu amigo, / mia madr’, e á de mi gram despeito / por que non pôde falar comigo / e non por al, e faz gram dereito / d’andar [mui] triste o meu amigo, / por que non pôde falar [co]migo*”, a filha dirige-se à mãe que, deduz-se, se opôs aos encontros entre os dois namorados, para lhe falar do grande sofrimento do amigo, sofrimento legítimo (“*faz gram dereito*” I,v.4; “*e non faz gram torto*” II,v.4; “*e faz mui guisado*” III,v.4) mas desnecessário (se ele pudesse falar com ela, não andaria triste). Este monólogo da filha é uma queixa que implicitamente censura a mãe, ao mesmo tempo que a tenta persuadir, também implicitamente, a mudar de atitude.

- Numa cantiga (tipo ii) de Pero de Bardia (terceira geração?), “*Filha, o que queredes bem / partiu-s’ agora d’ aquen / e non vos quisu veer, / e ides vós bem querer / a quen vos non quer veer?*”, a mãe tenta persuadir a filha a deixar de amar o amigo, pois ele não a ama, apontando-lhe a evidência das suas acções: esteve ali e não se interessou em procurar a moça.

Acaba aqui a análise das cantigas em que a mãe se revela como obstáculo aos encontros dos enamorados. Desta amostra, concluímos que, relativamente a todo o *corpus* analisado, a mãe se comporta como oponente dos encontros da filha em aproximadamente 38% dos casos, quer haja satisfação no amor, quer não.

6.2 *A mãe compreensiva*

O caso da mãe compreensiva dos sentimentos, desejos e anseios amorosos da filha é mais complexo do que os que revelam conflito entre mãe e filha, conflito que surge sempre da interdição materna face

aos desejos da filha de se encontrar com o amigo ou da sua desaprovação dos seus sentimentos. O comportamento da mãe benévola atravessa todos os temas apontados na *Figura 1*, tanto o amor correspondido, como não, com excepção, como seria de esperar, da proibição materna [1(b)(i)]. Por isso, o seu papel será necessariamente muito mais variado, já que, por vezes, o que está em causa não é a permissão ou proibição dos encontros amorosos, mas também a sua actuação face às tristezas, zangas e ansiedades da filha no seu relacionamento com o amigo.

Relativamente ao desejo da filha de se encontrar com o amigo, nalgumas destas cantigas, a postura materna é explícita. Noutras, é difícil determiná-la com toda a certeza, já que não manifesta nenhuma opinião, dependendo-se, apenas, pelo tom da fala da filha (*madre velida, mia madre (velida), madr 'e senhor, mia filha, filha fremeosa*, etc.), que a progenitora se mostrará receptiva aos seus rogos, desabafo ou confidências: devemos-nos lembrar que, em várias destas cantigas, nos encontramos perante a filha que tenta, por todos os meios ao seu alcance, persuadir e manobrar a progenitora de modo a que a deixe encontrar-se com o amigo. Daí o tom conciliatório que utiliza ao dirigir-se-lhe, pois os bons modos talvez surtam mais efeito do que a rebeldia e as ameaças que encontramos anteriormente (estas, aliás, já resultarão de uma oposição prévia). Como a cantiga não deixa transparecer nenhuma viragem na atitude da moça, nem nenhuma nota de oposição por parte da mãe, resolvemos considerar que a sua táctica resultou e que a mãe acolheu os seus pedidos.

Com trinta e três cantigas, a mãe compreensiva representa 50% do *corpus* analisado.

6.2.1 Amor correspondido (1)

Temos vinte e cinco cantigas que versam o amor correspondido co-ocorrente com uma mãe compreensiva, o que constitui 38% do *corpus* analisado. Como aconteceu com a mãe oponente, também com a mãe compreensiva o amor correspondido não resulta necessariamente em satisfação amorosa, embora aumente as probabilidades.

6.2.1.1 Satisfação no amor (1 a)

De um modo geral, nas cantigas que representam a satisfação amorosa e em que a mãe é interveniente, encontramos muitas vezes a filha solícita, com o intuito óbvio de levar a mãe a permitir-lhe ver o seu amigo. Uma vez pede directamente a autorização da mãe, outras apresenta-se como filha obediente, disposta a cumprir as suas injunções. No caso das cantigas em que a moça revela alegria, a sua táctica parece ter resultado.

As cantigas que representam uma mãe compreensiva e a satisfação amorosa dos jovens pertencem todas a autores das segunda e terceira gerações. Não encontramos, nas antologias consultadas, nenhuma cantiga monologada de trovadores que se saiba terem pertencido à primeira geração que glose o tema do amor correspondido em que figure a mãe. Dada a escassez do género nesta primeira geração, este facto não é de admirar. É possível, também, que neste primeiro momento, a cantiga de amigo visasse sobretudo o tema do amor não correspondido ou da insatisfação amorosa no amor correspondido.

Analisamos, nesta secção, quinze cantigas que correspondem a 23% do *corpus*.

Segunda geração:

- Numa cantiga dialogada (tipo i) de Airas Carpancho, que não se sabe a que geração pertenceu, mas visto a cantiga ser dialogada terá integrado ou a segunda ou a terceira geração, encontramos a filha a perguntar solícitamente à mãe: "*Que me mandades, ai madre, fazer / ao que sey que nunca ben querer / soub'otra ren?*" (I,1-3), para obter, como resposta final o consentimento materno — não só de ela se

encontrar com o amigo, mas até de dizer a mãe o que pretende fazer, que lhe será permitido —: “*Diga, filha, de quant’ouvier sabor./ E será ben. / E el, que vyv’en gran coita d’amor, / guarrá poren*”. Neste caso, obviamente, a sua tática surtiu o efeito desejado.

- Numa cantiga (tipo iii) de Juião Bolseiro (segunda geração) “*Fui oj’eu madre, veer meu amigo / que enviou muito rogar por en*”, a jovem conta à mãe a visita que fizera ao seu amigo, e fala-lhe da grande alegria que ele teve em vê-la (“*foi el tan ledo que, desque naci, / nunca tan led’ome con molher vi.*” - Refrão). Depreende-se que ela o ama tanto quanto ele a ela, e que também ela está a transbordar de felicidade. Os amigos, neste caso, encontraram-se e a mãe tem conhecimento disto. A mãe desempenha, pois, o papel de confidente da filha.

- “*Nas barcas novas foi-s’o meu amigo daqui, / e vej’eu veir barcas, e tenho que ven i*”, (tipo iii) também de Juião Bolseiro (segunda geração), a amiga, em exaltada expectativa, pede à mãe que vá com ela esperar as barcas que vê chegar, pois supõe que o seu amigo virá nelas (“*ca vejo viir barcas, e tenho que ven i*” - cobra II) já que havia partido nas “*barcas novas*” (v.1). Ao mesmo tempo que se sente excitada com a perspectiva da possível chegada do enamorado, teme, simultaneamente, que esteja enganada em pensar que ele não pode viver sem ela (cobra III), receio que desabafa à mãe. Depreende-se que a filha requer a autorização da mãe para ir com ela esperar o amigo, ao mesmo tempo que quer que ela a conforte e levante os seus receios.

- É esta a cantiga de João Nunes Camanês (segunda geração) que parece estar em contraponto com uma outra do mesmo autor indicada acima. Nesta cantiga dialogada (tipo i), a mãe convida a filha a ir com ela visitar o amigo que morre de amor: “*æ Se eu, mia filha, for / voss’amigo veer, / por que morre d’amor / e non pode viver, / iredes comigu’i?*” Às três cobras, em que a mãe repete o convite à filha, explicando-lhe como ela tem reparado como o amigo a ama tanto e morre de amores por ela, a filha responde sempre, euforicamente, num verso que constitui o refrão da cantiga: “*æ Par Deus, mia madr’, irei.*” Numa leitura superficial, estamos perante uma mãe não só benévola, mas cúmplice e promotora activa dos amores da filha. Como a cantiga parece suscitar uma leitura irónica, estaremos, talvez, perante uma sátira ridicularizadora de tal comportamento materno. Esta interpretação torna-se ainda mais plausível se a cantiga for vista em conjunto com a outra acima referida do mesmo autor: “*Vistes, filha, noutra dia*”.

- Noutra cantiga (tipo iii) de Martim Codax (segunda geração), “*Mandad’ei comigo / ca ven meu amigo: / E irei, madr’, a vigo!*”, a amiga, feliz com o recado que recebeu do amigo dizendo-lhe que vai chegar a Vigo, informa a mãe de que irá lá para se encontrar com ele: o amigo é “*viv’e sano*” e vem “*d’el-rei amigo*”, quer dizer que o rei está satisfeito com o seu desempenho. A amiga não parece pedir autorização à mãe, limitando-se a informá-la das suas intenções, o que faz supor uma mãe compreensiva, que não levanta obstáculos.

- “*Ai, Sant’Iago, padron sabido, / vós mi-adugades o meu amigo! / sobre mar ven quen frores d’amor ten! / mirarei, madre, as torres de Geen.*” é uma cantiga (tipo iii) de Paio Gomes Charinho (segunda geração) em que a moça agradece ao santo padroeiro pelo regresso do seu amado. A moça, alegre, diz à mãe que o amigo vem sobre o mar e diz-lhe que irá vê-lo chegar: “*sobre mar ven quen frores d’amor ten: / mirarei, madre, as torres de Geen.*” Parece estarmos face a um caso semelhante ao anterior.

- Neste panegírico (tipo iii) à própria beleza, “*Fui eu, madre, lavar meus cabelos / a la fonte e paguei-m’eu d’elos / e de mi, louçana*”, de D. João Soares Coelho (segunda geração), a amiga confia a uma mãe compreensiva o seu encontro feliz (notar que esta cantiga tem uma carga erótica muito grande) com o enamorado.

- Do mesmo autor (segunda geração), na cantiga (tipo iv (d)) "*Fremosas, a Deus louvado / con tan muito ben como oj'ei*", a amiga expressa às amigas a sua grande alegria por ter estado com o amigo, e fala-lhes da sua gratidão para com a mãe que a autorizou a falar com ele: "*Agora me foi mia madre melhor / ca me nunca foi, des quando naci; / Nostro Senhor lho gradesca por mi; / e ora é mia madr'e e mia senhor, / ca me mandou que falasse migo / quant'el quisesse o meu amigo.*" (II cobra) Trata-se, pois, claramente, de uma mãe que não levanta obstáculos à filha, embora o possa ter feito no passado. Não se pode, porém, excluir desta cantiga uma leitura irônica que a coloca à beira da sátira. Existe, com efeito, a possibilidade de que a terceira cobra ironize o morrer de amor: "*Sempre lh'eu madr'e senhor chamarei / e puinharei de lhe fazer prazer / por quanto me non quis leixar morrer, / e morrera, mais já non morrerei, / ca ma mandou que falasse migo / quant'el quisesse o meu amigo.*"

- Noutra cantiga de tipo iv(d) de João Soares Coelho (segunda e terceira geração: 1248-1280) "*Amigas, por Nostro Senhor, / andade ledas migo, /ca puj'antre mia madr'amor/ e antr'o meu amigo, / e por aquest'ando leda; gram dereit'ei [d']andar led[a] / e andade migo ledas*" (cobra I) a amiga quer partilhar a sua grande alegria às amigas pela harmonia que vive com a mãe e com o amigo.

- De Nuno Fernandes Torneol há uma cantiga (tipo iii) "*Ai, madr', o meu amigo, que non vi / á gran sazón, dizen-mi que é qui, / madre, per bõa fé, led'and'eu*" (cobra I) em que a filha usa de um tom amistoso para sensibilizar a mãe quanto aos seus sentimentos, talvez uma forma indirecta de lhe pedir permissão para estar com o amigo, que a veio ver: "*E sempr'eu punhei de lhi mal fazer, / mais, pois ora veo por me veer, / madre, per bõa fé, led'and'eu.*" (Cobra II). A jovem sente necessidade de indicar à mãe a sua mudança de atitude para com o amigo, a respeito de quem tinha conjecturado vingança, de que agora se arrepende.

Terceira geração:

- Começaremos esta secção com uma cantiga de *leixa-pren* de João Zorro, monologada (será de tipo ii?), "*El-rei de Portugale / barcas mandou lavrare / e lá irá nas barcas migo, / mia filha, o voss' amigo*", que encontramos em duas versões diferentes em duas antologias. Na antologia de Torres (1987), a cantiga tem como sujeito de enunciação o pai, como vemos pelo refrão que diz: "*e lá irá nas barcas migo, / mia filha, o voss' amigo*". Parece pouco provável que a mãe fosse viajar nas novas barcas do rei de Portugal, ao passo que seria muito provável que o pai o fizesse. Nesta cantiga o pai informa a filha (- é este o narratário explícito -) de que o seu amigo se irá ausentar nas mesmas barcas, provavelmente, portanto, numa mesma expedição, que ele. A cantiga não permite determinar com qualquer certeza a atitude do pai para com os amores da filha mas, pelo tom amistoso, parece tratar-se de um amor consentido.

Esta enunciação masculina não se enquadra nas personagens acima enumeradas de acordo com a classificação geral da «arte de trovar» das cantigas de amigo no que respeita a voz de enunciação. Com efeito, como lemos em Tavani (1986: 134), nas cantigas monologadas, a diferença mais imediatamente perceptível entre as cantigas de amor e as de amigo, é aquela indicada na poética fragmentária do Cancioneiro da Biblioteca Nacional, que diz que, nos textos monologados, quando o poeta fala na primeira pessoa estamos perante a cantiga de amor, e quando o poeta finge que é a mulher a falar, perante a cantiga de amigo. De acordo ainda com a mesma *Arte de Trovar* do referido Cancioneiro, no caso das cantigas dialogadas, a pertença a um ou outro género é determinada pelo primeiro interlocutor (*Ibidem*): se fala primeiro ele, a cantiga é de amor; se fala primeiro ela, a cantiga é de amigo. Esta cantiga de João Zorro não é dialogada. É um monólogo aparentemente falado pelo pai, um narrador masculino e homodiegético, pelo que a cantiga não se conforma com a formulação da poética.

Diogo (1998) transcreve a mesma cantiga mas com um refrão dispar, lendo-se: "*E lá iram nas barcas migo / Mia filha e noss' amigo*", o que permitiria que a mãe fosse o sujeito de enunciação. Neste caso, já não se trataria de uma expedição militar, mas sim de uma celebração ou inauguração das novas

barcas. Sendo a mãe o sujeito de enunciação, e sendo este o refrão, estaríamos perante um amor consentido e uma mãe conivente dos amores da filha.

- Um caso de mãe compreensiva, que não impede os amores da filha, mas cautelosa e conselheira, é a cantiga dialogada (tipo i) de Pero Meogo “*æ Tal vai o meu amigo / con amor que lh’eu dei / come cervo ferido / de monteiro del-rei*”. A filha, feliz, confia à mãe a grande paixão que o amigo tem por ela, e compara-o a um “*cervo ferido*”, dizendo mesmo que ele morrerá de amor se ela não pensar nele (“*E, se el vai ferido, / irá morrer al mar; / si fará meu amigo, / se eu d’el non pensar.*” - III). A mãe aconselha-a a acautelar-se (“*guardade-vos filha*”), e conta-lhe que teve uma experiência de um homem que se fingira de muito apaixonado, apenas para tirar partido dela.

- Na pequena cantiga (tipo iii) de Airas Nunes de Santiago “*A Santiagu’ en romaria ven/ el-rei, madr’, e praz-me de coraçõ / por duas cousas, se Deus me perdon, / en que tenho que me faz Deus gran ben: / ca vere’i el-rei que nunca vi / e meu amigo, que ven con el*” a filha confia à mãe a sua alegria pela vinda a Santiago do rei e do namorado que, depreende-se, está ao serviço do monarca Pinheiro Torres (1987: 445) sugere que a satisfação da moça se deva unicamente à circunstância de poder ver o amigo, mas que “possivelmente receosa de confessar à mãe que é só esse o motivo da sua alegria, disfarça um pouco os seus sentimentos justificando o excesso da exuberância pela «falsa» razão de o Rei também vir”. Se assim for, estamos novamente perante uma mãe compreensiva mas ao mesmo tempo zelosa do comportamento da filha. O objectivo da confiança é o de obter permissão da mãe para ir a Santiago.

- Na cantiga tipo iii de D. Dinis “*Vi-vos, madre, com meu amigo aqui / oje falar, e ouv’em gram prazer, porque o vi de cabo vós erger / led’, e tenho que mi faz Deus bem i: / ca pois que s’el ledo partiu d’aquem, / nom pôde seer se nom por meu bem*” (Cobra I), a moça expressa à mãe a sua grande alegria por ter visto a harmonia que existe entre a mãe e o amigo o que augura bem para a sua relação com o amigo.

- À primeira vista, a cantiga de tipo iii de D. Dinis (terceira geração), “*Ma madre velida / vou-m’a la bailia / do amor. // Ma madre loada / vou-m’a la bailada / do amor*” (Cobras I e II) parece tratar da temática da satisfação amorosa. A moça parece partir do princípio de que tem autorização da mãe para sair e expressa-lhe a sua grande alegria em ir ao baile. O fim da cantiga cria uma certa opacidade de interpretação, devido ao uso do pretérito imperfeito nos verbos *queria* e *amava*, e ao emprego do termo *per-jurada*: “*Vou-m’a la bailia, / que fazen en vila, / do amor. (Vou-m’a la bailada que fazen en casa do amor. // Que fazen en vila / do que ben queria / do amor. // Que fazen en casa/ do que eu muit’ amava / do amor. // Do que eu ben queria, / chamar-m’an garrida / do amor. / Do que eu muit’ amava, / chamar-m’an per-jurada / do amor.*” Teria a moça a dado momento rompido com o amigo mas reconhece agora o quanto o ama, e alegra-se na expectativa de o tornar a ver?

6.2.1.2 Insatisfação no amor devido a diferentes obstáculos (1 b ii)

O amor correspondido co-ocorrente com a insatisfação no amor e uma mãe compreensiva é sempre devido a outros obstáculos, que são geralmente, como vimos acima, a ausência forçada do namorado, embora possa haver outros obstáculos, por vezes enigmáticos. São 10 as cantigas que pertencem a esta categoria no corpus analisado, isto é 15% dos casos.

Primeira geração:

- Encontramos um interessante exemplo de amor correspondido mas infeliz na cantiga tipo iii de Fernão Rodrigues de Calheiros (talvez primeira geração), “*Madre, passou per aqui un cavaleiro / e*

leixou-me namorad' e com marteiro". A moça queixa-se à mãe que se apaixonou por um cavaleiro (cobra 1) "*filho d'algo*" (cobra 2), que também se apaixonou por ela "*ai, madre, os seus amores ei; / se me los ei, ca mi-os busquei, / outros me lhe dei; / ai, madre, os seus amores ei.*" (Refrão - o sublinhado é meu) e lamenta que assim tenha sido, sem revelar porque motivo: "*Madre, passou per aqui quen non passasse / e leixou-m' assi penada, mais leixasse*" (cobra 3). A mãe não fala a cantiga é monologada a mas depreende-se, do tom da filha, que a mãe acate benevolmente o seu lamento: estamos aqui perante uma mãe confidente. Convém notar, também, que neste caso a confiança da filha não se destina a obter um favor da mãe, como acontece nalgumas cantigas, incluindo a que se segue, em que parece que o propósito da filha ao dirigir-se à mãe é o de a persuadir a deixá-la encontrar-se com o amigo, de um modo ou de outro.

Segunda geração:

- Na cantiga dialogada (tipo i) de Rui Fernandes (primeira geração/ segunda geração) "*æ Madre, quer 'oj' eu ir veer / meu amigo que se quer ir / a Sevilha el-rei servir; / ai madre, ir-lo-ei veer.*" a filha, entristecida pela partida iminente do enamorado, que vai servir el-rei, expressa a mãe o seu desejo de se ir despedir dele, e diz-lhe da sua dor pela separação ("*æ Nen o sabe Nostro Senho / que me pesa, pois que s' ir quer*" Cobra 2, v. 1 e 2). A mãe, compreensiva, encoraja a filha a ir e oferece-se a acompanhá-la. A filha agradece a mãe. O refrão consiste neste diálogo entre as duas: "*æ Filha, ide; eu vosqu' irei. / æ Faredes-me atan prazer! / ca non sei quando mi-o verei.*"

- Na cantiga de tipo iii "*Madre velida, meu amigo vi, / non lhe falei e con el me perdi: / e moir' agora, querendo-lhi ben; non lhi falei, ca o tiv' en desden; / moiro eu, madre, querendo-lhi ben.*" de Airas Corpancho (talvez segunda geração), a amiga receia que o amigo a deixe de amar porque ela não lhe falou quando o viu, e pede a mãe que interceda por ela junto ao enamorado e lhe peça que a venha ver: "*Madre velida, ide-lhe dizer / que faça ben e me venha veer*" (cobra 3). Pressupõe-se que a mãe é sensível aos rogos da filha, em cujo caso nos encontramos perante a mãe intercessora.

- A cantiga dialogada (tipo i) de João Baveca (segunda geração), "*æ Filha, de grado queria saber / de voss' amigu' e de vós ua ren*", versa o amor correspondido ("*quero-lh' eu ben e que-lo el a mi*", v.5). Porém, apesar disto, e dos dois enamorados se poderem ver, estão infelizes. A mãe, preocupada, dirige-se à filha para lhe perguntar o que se passa, pois ve os dois amantes chorar sempre que falam ("*mais vejo-vos sempre con el falar / e vejo-vos chorar e el chorar*" v.8-9). A filha nega-se a dar qualquer explicação à mãe, e limita-se a dizer-lhe, repetidamente, que os dois jovens se amam mutuamente e que "*non á mais i.*" A mãe lastima que a filha não lhe conte toda a verdade ("*æ Se mi-o negardes, filha, pesar-mi-á*" v.13) pois para a poder aconselhar devidamente precisa de saber o que se passa ("*ca, se mais á i feit', a como quer, / outro conselh' avemos i mester.*" v.14). Estamos aqui perante uma mãe preocupada com a felicidade quer da filha, quer do seu amigo (vide as duas primeiras cobras).

- Na cantiga (tipo iii) de Pero Garcia Buralês (segunda geração), "*Ai madre, ben vos digo: / mentiu-mi-o meu amigo: / sanhuda lh' and' eu.*" vemos abordado um caso interessante de amor correspondido, mas insatisfeito, já que o obstáculo à harmonia amorosa é a zanga da própria protagonista: "*Non é de mi partido, / mais por que mi á mentido, / sanhuda lh' and' eu*". Tipicamente, o amigo não foi ao encontro como havia prometido ("*Non foi u ir avia*" - 3a cobra), e por isso "*des aquel' dia*" a moça está zangada com ele. É este o desabafo que faz à mãe.

- Na cantiga de Lopo, dialogada, (tipo i) "*æ Filha, se gradoedes / dizede que avedes*" estamos perante mais um caso de uma mãe preocupada com o estado deprimido da filha, e de uma filha que se recusa a explicar a mãe o que se passa. A sua única resposta é sempre: "*æ Non mi dan amores vagar*" (Refrão) Partimos do princípio que se trata de amor correspondido mas insatisfeito devido a obstáculos desconhecidos, talvez a ausência do enamorado no fossado, por que a jovem usa o termo "*amorès*", e

por que a mãe, na última cobra, coloca na boca da filha a possível explicação dos seus choros: “*cuidand'en meu amigo*”.

- Outra cantiga (tipo iii) de Lopo que versa a insatisfação no amor é “*Assanhou-se, madr', o que mi quer gran ben*”. Embora os dois jovens se amem mutuamente, como revela o fim do primeiro verso atrás transcrito, o amigo zangou-se com a amiga, não sabe ela porque (“*e, se soubess'eu, madre, ca mi sanhud'ia, / desassanhá-lo-ia.*” - Refrão), nem acha que o mereça: “*Sabe-o San Leuter, a que o eu roguei / que o non mereçi, pero o sanhud'ei*” (cobra 2). Ela desabafa com a mãe a sua tristeza e surpresa (“*quando mi-o disseron, non o quis creer*” - (cobra 3) pela zanga do amigo, e explica que se soubesse a razão faria com que ele deixasse de estar zangado com ela. Mais um caso da mãe confidente.

- “*Mia madre, pois se foi d'aqui / o meu amigu'e o non vi, / nunca fui leda, nen dormi, / ben vo-lo juro, des enton: / madre, el por mi outrosi; / tan coitad' é seu coraçõ!*” é a primeira estrofe de uma cantiga (tipo iii) de Pero da Ponte (segunda geração) em que a amiga se queixa à mãe da grande saudade que tem do amigo que foi servir “*en cas del-rei*” (v.3, estrofe 2) e que tanto se demora a vir. Estão os dois apaixonados, como se vê pelo refrão, e a cantiga acaba com uma estrofe de 3 versos em que a moça diz a mãe o que lhes vai acontecer: “*E direi-vos que nos aven: / eu perco por el(e) o sen / e el por mi o coraçõ*”. Estamos perante mais um caso da mãe confidente que parece ouvir silenciosa mas complacentemente o queixume da filha.

- Numa cantiga dialogada (tipo i) do mesmo autor, “*Vistes, madr', o escudeyro / que m'ouver'a levar sigo?*” a filha, apaixonada, fala nas duas primeiras estrofes, queixando-se a mãe de que o amigo se foi embora zangado (“*sanhudo*”) com ela porque ela lhe mentiu, e desabafa, no refrão: “*Madre, namorada me leixou, / madre, namorada mh'á leixada, / madre, namorada me leixou*”. Censura, também, a mãe pois fora ela que lhe aconselhara a mentir: “*Madre, vos que me mandastes / que mentiss'a meu amigo, que conselho mi daredes / ora, poi-lo non ey migo?*” (estrofe 2). Nas duas últimas estrofes a mãe aconselha-a a que, quando o vir, faça tudo para lhe agradecer, e que em tudo lhe obedeça, já que não pode viver sem ele. Estamos aqui perante uma mãe, conselheira e confidente, que promove activamente os amores da filha.

- O tom conciliatório da mãe na cantiga de *leixa-pren* (tipo ii) de Nuno Fernandes Torneol, (provavelmente segunda geração) “*Aqui vej' eu, filha, o voss' amigo, / o por que vós baralhades migo, / delgada*”, e as suas palavras na terceira e quarta cobras (“*(O) por que vós baralhades migo / quero-lh'eu ben, pois é voss' amigo, / delgada (III) // ... / quero-lh'eu ben, poi-lo vós amades /...*” (IV,2)) apontam-nos para um momento anterior de oposição materna aos amores dos namorados. A mãe reconsidera a sua atitude anterior e quer mostrar à filha que gosta do amigo. Esta viragem da mãe promoverá a fortuna amorosa dos jovens.

Terceira geração:

Não encontramos nas antologias consultadas nenhuma cantiga que verse este tema por autores que se saiba terem pertencido à terceira geração.

6.2.2 Amor não correspondido (2)

Na generalidade dos casos, o amor não correspondido na cantiga de amigo remete-nos para a mulher que sofre devido àquilo que ela pensa, ou constata, ser a mentira, falsidade ou infidelidade do homem, ao passo que o homem sofredor de amor não correspondido é pertença da cantiga de amor. Existem, porém, algumas cantigas de amigo, que nos oferecem, pela perspectiva feminina, a mulher enfatiada do amigo, com vimos em 5. Se não há amor entre os namorados, não haverá necessidade de

oposição materna. Por isso, nestas cantigas, quando protagonizadas pela mãe, esta é sempre a confidente benévola dos desabafos da filha: do seu ciúme, desilusão, zanga, ou dor, e dos seus planos de vingança.

Encontrámos seis cantigas que versam o amor não correspondido, o que equivale a 9% do *corpus* analisado.

6.2.2.1 O amigo não ama a amiga (2c)

Começaremos por ver o papel da mãe nas cantigas que versam os sentimentos da amiga perante um amigo que a não ama, ou, pelo menos, que ela *desconfia* que a não ama, já que, nalguns casos estamos apenas perante as suspeitas femininas, não confirmadas, ou até infundadas, da deslealdade masculina. Nenhuma das cantigas analisadas pertence à primeira geração. Com cinco cantigas, o amigo desleal constitui praticamente todos os casos de amor não correspondido.

Segunda geração:

- Na cantiga (tipo iii) de D. João Peres de Aboim, "*Vistes, madre, quando meu amigo/ pos que verria falar comigo?*", a mãe escuta, depreende-se que com compreensão, o desabafo da filha sobre o seu amor frustrado. No primeiro verso de cada cobra a filha invoca a mãe como testemunha das falsas juras do amigo, e no refrão insiste em perguntar-lhe "*oje dia cuidades que venha?*", numa pergunta que adquire um tom retórico, que quer dizer que é claro que ele não vem pois é um mentiroso.

- "*Ai madre, nunca mal senti(u) / nen soube que x'era pesar*", de Juiao Bolseiro, é uma *chanson de change* (tipo iii) na qual a moça enciumada e desiludida por ter visto o seu amigo falar com outra mulher, desabafa com a mãe a sua grande dor ("*con outra; mais poi-lo eu vi, / con pesar ouvi a morrer i*" - Refrão)

- "*Non me digades, madre, mal, (s)e irei / vee-lo sen verdade que namorei / na ermida do Soveral / u m'el fez muitas vezes coitad'estar, na ermida do Soveral.*" É esta a primeira estrofe de uma cantiga (tipo iii) de Martim de Ginzo, onde a amiga, apaixonada por o amigo que tantas vezes faltou aos encontros, pede a mãe que a não critique se ela for mais uma vez ao local de encontro com o seu amigo "*mentidor*" (cobra 2) (veja-se o refrão: "*na ermida do Soveral / u m'el fez muitas vezes coitad'estar / na ermida do Soveral*"). Apesar de desconfiar que ele faltará uma vez mais ao compromisso ("*Se el non ven i, madre, sei que farei*" - Cobla 3) ainda tem uma réstia de esperança de o encontrar, apesar de lhe chamar *traedor*: "*Rogu'eu Santa Cecilia e Nostro Senhor / que ach'oj'eu i, madr', o meu traedor /...*" (cobra 4). Estamos aqui perante uma mãe que, para além de confidente da filha, não a impede de sair de casa sozinha para se encontrar com o namorado.

- Na cantiga monologada, tipo ii, de João Airas de Santiago "*O que soia, mia filha, morrer / por vós dizen que já non marr'assi*" só a mãe fala, lamentando-se à filha por ter dado ouvidos ao amigo que, vem agora a descobrir, já não morre de amores pela filha (a cantiga versa, pois, a inconstância do amigo), e recomenda-lhe que se o quiser tornar a atrair que diga que há um outro homem apaixonado por ela, como se vê pelo refrão: "*dizede que morre por vós alguen / e veredes ome morrer por en*". Quer dizer que a mãe induz a filha a excitar a cobiça do namorado, fazendo-lhe ciúmes. Estamos aqui perante uma mãe que promove activamente a realização amorosa da filha.

Terceira geração:

- Na cantiga (tipo iii) de D. Dinis "*Non chegou, madr', o meu amigo / e oj'est' o prazo saido*", estamos perante mais um caso do amigo *perjurado* que falta ao encontro marcado. Uma vez mais, a filha, apaixonadíssima (cf. o refrão "*Ai, madre, moiro d'amor*") desabafa com a mãe a sua desilusão.

6.2.2.2 A amiga não ama o amigo (2d)

Como dissemos anteriormente (*vide 5* acima), estas cantigas são raras, sobretudo aquelas em que a mãe é interveniente, e parecem ter sido, todas elas, produção tardia da terceira e última geração trovadoresca, aquela que mais inovações demonstrou face a um género que já revelava desgaste. Na realidade, o único exemplo por nós encontrado, e este um pouco ambíguo, é uma cantiga tipo iii de D. Dinis, *ateúda (ata finda)*, “*Meu amigo vem oj’ aqui / e diz que quer migo falar, / e sab’ el que mi faz pesar, / madre, pois que lh’ eu defendi / que non fosse per nulha rem / per u eu foss’; e ora vem*”, em que a filha se queixa à mãe do comportamento do rapaz, que não cumpriu com o que ela lhe pediu, e diz que por isso “*perde [o seu] amor*” (cobra 3, v. 3). Na finda, a moça resume que, dado tudo o que expôs, é correcto que ele perca o seu bem: “*Aqui, madr’, e pois fez mal sem, / dereit’ é que perca meu bem*”. É bem possível que a moça se esteja simplesmente a desculpar perante a mãe da visita do moço, e que de facto o ame.

6.2.3 Amor indeterminado

Em duas cantigas, é difícil determinar se o amor é correspondido ou não: na primeira, a dúvida fica quanto aos sentimentos femininos; na segunda, quanto aos sentimentos masculinos.

Terceira geração

- Numa cantiga dialogada (tipo i) de João Zorro, de duas estrofes apenas:

*ai Cabelos, los meus cabelos,
El-rei m’enviou por elos;
madre, que lhis farei?
e Filha, dade-os a El-rei.*

*ai Garcetas, las mias garcetas,
El-rei m’enviou por elas;
madre, que lhis farei?
ai Filha, dade-as a El-rei.*

Estamos perante uma situação em que não é possível determinar se o amor é correspondido ou não. O Rei deseja a jovem, mas não se sabe se ela o ama. Quanto à permissão que a mãe lhe concede de se entregar ao rei (os cabelos são uma sinédoque que representa a moça), trata-se de um apoio aos desejos do monarca e não necessariamente aos desejos da filha. Ao dirigir-se à mãe, a filha coloca a questão a quem de direito, ou seja, à representante da linhagem. Talvez nem filha nem mãe se sentissem com autoridade para recusar os desejos do rei. Por outro lado, haverá interesse em satisfazer o soberano ao conceder autorização à filha para ir para a sua corte.

- Na bailada (uma cantiga dialogada, por isso de tipo i) de Airas Nunes “- *Bailade, oje, ai filla, que prazer vejades, / ant’o voss’amgio, que vós moit’amades. / - Bailarei eu, madre, pois me vós mandades*” (I, 1-3) estamos, uma vez mais, perante a mãe que provoca a sedução ao instigar a filha a excitar o desejo do namorado, desta vez bailando diante dele, para lhe mostrar como é bela. Não sabemos se o amigo a ama ou não: pode ser que sim, ou pode ser que não, a cantiga não o indica, mas é possível que se esteja a tornar indiferente. Quanto aos sentimentos da moça, também eles são ambíguos, pois parece existir uma nota de desinteresse na sua fala. Vejamos a sua resposta na segunda cobra: “- *Bailarei eu, madre, pois mi-o vós dicesdes, / mais pero entendo de vós ua ren:/ de viver el pouco gran sabor avedes, / pois que me mandades que baile ant’el ben.*” (II, 3-6) Nesta cantiga, a filha solteira obedece ao imperativo do sistema linhagístico; nas cantigas de escárneo há exemplos de desobediência.

6.3 Posição indeterminada da mãe

Dissemos em 6.2 que, apesar de que em certas cantigas monologadas pela filha é difícil determinar com toda a certeza a posição da mãe face aos amores da filha, que considerariamos a mãe como adjuvante, desde que não se notasse nenhuma viragem na atitude da moça ou no tom como se dirige à mãe. Mesmo utilizando este critério, há certos casos em que se torna praticamente impossível optar por uma atitude por parte da mãe. Com sete exemplos, este tipo de situação corresponde a 10% do *corpus*.

Nas cantigas a seguir - trata-se em todos os casos de *amor correspondido* – as moças desejam encontrar-se com os amigos pelo que apelam às mães que lhes concedam permissão. Não se pode determinar se haverá satisfação no amor ou não, pois esta será condicional à permissão materna.

Segunda geração:

- Em "*Preguntar-vos que 'eu madre, / que mi digades verdade: / se ousará meu amigo / antes vós falar comigo*" de Pero Meogo, antevemos uma pequena narrativa. Sabemos que num primeiro momento, esboçado na segunda cobra, o amigo mandara recado à moça para saber se poderia namorar com ela na presença da mãe. A filha coloca a questão à mãe (a cantiga é do tipo iii) e, na última cobra, diz-lhe que ir-se-á encontrar com ele "*a la fonte / u van os cervos do monte*", o que se pode ler como uma ameaça implícita: se a mãe não os deixar encontrarem-se na sua presença, não resta à filha outra solução senão encontrar-se com o amigo na fonte, o que poderá resultar em maiores intimidades (veja-se a alusão aos cervos). Face a isto, talvez a mãe se sinta indecisa quanto a obstar ao encontro dos namorados na sua presença.

- A cantiga de tipo iii de Martim de Ginzo (talvez segunda geração), "*Como vivo coitada, madre, por meu amigo, / ca m'enviou mandado que se vai no ferido: / e por el vivo coitada!*", apresenta uma oposição materna subtil. A ida do bem amado para o "*ferido / fossado*" é a razão da infelicidade da amiga. Nas duas primeiras cobras a filha desabafa com a mãe a sua dor e preocupação pela partida iminente do namorado na expedição guerreira e perigosa. Nas duas últimas cobras dirige-se a Santa Cecília, invocando, provavelmente, a sua protecção para o moço. Notemos que o amigo não lhe deu o recado da sua partida de viva voz, mas lhe "*enviou mandado*", (1,v2) o que pode sugerir uma mãe zelosa dos seus deveres protectores, que não deixa a filha encontrar-se com o enamorado. Sob esta óptica, poderíamos, talvez, considerar a mãe como obstáculo ao encontro dos enamorados. Para além de desabafar a sua dor, talvez o principal objectivo da filha seja o de mover a mãe a deixá-la encontrar-se com o namorado antes da partida deste.

- "*Mia irmana fremosa, treides comigo / a la igreja de Vig', u é o mar salido*" é uma cantiga, simultaneamente de tipo iv(e) e de tipo iii, de Martim Codax (segunda geração), de paralelismo literal e *leixa-pren*, em que a amiga se dirige à irmã nas duas primeiras cobras, e em seguida à mãe nas duas últimas. A amiga pergunta à irmã se irá com ela à igreja de Vigo. Depreende-se que lhe faz este convite diante da mãe para persuadir a progenitora a deixá-las ir. Se ela não for sozinha, mas acompanhada pela irmã æ é de notar que a filha não pede à mãe que a acompanhe a Vigo æ, talvez a mãe não lhe levante obstáculos a que vá, e a que veja o amigo. Na terceira e quarta cobras a filha diz à mãe que o seu amigo também irá a Vigo: "*e verrá i, mia madr', o meu amigo*", "*e verrá i, mia madr', o meu amado*". A afirmação do refrão: "*E miraremos las ondas!*", deixa em aberto quem irá mirar as ondas, se os dois amados, ou se a amiga com a irmã e o amado. Parece claro que a moça prefere ir com a irmã a Vigo, a ir com a mãe, pois terá mais liberdade de acção. Esta, subentende-se, coarctar-lhe-ia os movimentos em demasia. Estamos, aqui, perante um caso de amor correspondido, e uma filha que tenta persuadir a mãe deixá-la encontrar-se com o amado, de preferência acompanhada apenas da irmã.

- Na cantiga "*De fazer romaria pug'en meu coração / e Sant'lag'un dia, por fazer oraçon / e por veer meu amigo logui'i*" de Airas Corpancho (segunda geração), estamos face a mais uma cantiga de

tipo iv(a) em que é difícil determinar a posição da mãe, relativamente aos encontros da filha com o namorada. A filha está decidida que irá em romaria a Santiago: é isto que declara. O que não é certo ainda é se a mãe a acompanhará ou não: “*E, se fezer (bon) tempo e mia madre non fôr, / querrei andar mui leda e parecer melhor / e por veer meu amigo logu’i*” (II). Depreende-se daqui que a filha preferiria que a progenitora não a acompanhasse. Contudo, quer a mãe vá, quer não, parece certo que os dois enamorados se irão encontrar. Pouca escolha resta à mãe senão acompanhar a filha.

- A cantiga “*A San Servand’, u ora van todas orar, / madre velida, por Deus vin vo-lo roguar / que me leixedes alá ir, / a San Servand’, e se o meu amigo vir, / leda serei, por non mentir*”, de João Servando (segunda geração), de tipo iii, parece remeter para a mesma situação de uma cantiga anteriormente tratada do mesmo autor, em que a mãe se opusera a ida da filha em romaria acompanhada de “*donas*”. Assim sendo, estamos aqui perante a mãe em princípio opositora do encontro da filha com o amigo. A filha opta por se dirigir à mãe, com bons modos, a fim de a persuadir a deixá-la ir. Não encobre à mãe que o amigo também lá irá e que lhe dará muita alegria vê-lo, sobretudo sabendo que o pode ver sem nada ter encoberto à mãe. Esta confissão deve abonar a seu favor, pois mostra à mãe que pode confiar nela, pois ela diz-lhe a verdade: “*Pois mi dizen do meu amigo ca i ven, / madre velida e senhor, faredes ben / que me leixedes alá ir, / a San Servand’, e, se o meu amigo vir, / leda serei, por non mentir.*” (II) Na terceira cobra, alega, também, que não irá sozinha (“*Pois todas i van de grado oraçon fazer / madre velida, por Deus venho-vo-lo dizer / que me leixedes alá ir, / a San Servand’, e se o meu amigo vir / leda serei, por non mentir.*”). Este último argumento é, talvez, o mais forte. Com tanta companhia, não haverá perigo nenhum em ela também ir. A mãe não fala, por isso não é possível determinar se os rogos da filha a moveram a deixá-la ir em romaria.

- Há uma cantiga de Pero de Viviaes (segunda geração?), “*Pois nossas madres van a San Simon / de Val de Prados candeas queimar*”, em que a moça convida as amigas - tipo iv(c) – a bailar no adro da ermida enquanto as mães queimam velas, já que as mães vão em peregrinação, e as filhas as terão de acompanhar. A intenção da amiga é a de aproveitarem a ocasião para ela e as amigas se exibirem, bailando, perante os amigos que lá estarão: “*Nossos amigos todos lá iran / por nos veer e andaremos nós / bailand’ant’ eles, fremosas, en cós*” (cobra 2, v.1-3). A devoção é deixada para as mães: “*e nossas madres, pois que alá van / queimen candeas por nós e por si / e nós, meninas, bailaremos i*” (cobra 2, v.4 e refrão). A atitude das mães não é revelada, mas esta será uma oportunidade única para as moças.

Terceira geração:

- Numa interessante cantiga de Martin de Caldas (tipo iv(e)), a moça desabafa à irmã que o seu maior desejo seria poder agradecer tanto ao amigo como à mãe. Para ela, a felicidade total seria, pois, estar em harmonia com ambos, e é isto que ela espera que Deus lhe conceda: “*Vedes qual preit’eu querria trager, / irmã, se eu o podesse guisar: / que fezez’ a meu amigo prazer / e non fezez’ a mia madre pesar, / e, se mi Deus esto guisar, ben sei / de mi que logu’eu mui leda serei*” (I). A filha preferiria não ter de contrariar a mãe para ser feliz com o amigo.

6.4 Inversão de papéis

Há uma cantiga tipo ii de Juião Bolseiro (segunda geração) que convém mencionar pela inversão de papéis que representa. Nessa cantiga, “*Mal me tragedes, ai filha / porque quer’aver amigo / e pois eu com vosso medo / non o ei, nen é comigo, non ajade-la mia graça / e de-vos Deus, asi mia filha, / filha que vos assi faça, / filha que vos assi faça*”, é a filha que impede a felicidade amorosa da mãe. A mãe diz que “*sen amigo / nunca foi mulher viçosa*” (II cobra), e acusa a filha de a ter feito perder por ciúmes, pois a mãe é mais bonita que a filha: “*e pois que mi-o vós tolhestes / e melhor ca vós paresco*” (III cobra). Haveria nesta cantiga uma intenção escarminha contra a mulher mais velha, possivelmente viúva,

que, de acordo com as normas da época, deveria optar pela castidade e pela mortificação da carne (cf. Casagrande 1993:130) e ser ela a guardiã de sua filha e que afinal precisava ela de ser guardada? Se levarmos em linha de conta o ambiente social que se construía em torno da mulher, sobretudo aristocrata, durante a época medieval, tal interpretação torna-se plausível.

Com efeito, o comportamento da mulher estava, nesta época, extremamente regulamentado, regras estas que assentavam numa visão da mulher como um ser incapaz de governar as paixões, um ser irrequieto, inconstante, irracional e passional (Casagrande 1993:119), incapaz de se guardar sozinha, e que precisa, por isso, de ser guardada pelos homens (op.cit.120), sejam eles pais, maridos, irmãos, pregadores ou directores espirituais (op.cit.122).

7. “A MULHER SOB CUSTÓDIA”

É este o título de um capítulo da autoria de Carla Casagrande, acima referenciado, que vem inserido numa obra sobre a *História das Mulheres*. De entre os muitos textos redigidos na Europa, sempre por homens, ao longo dos séculos, para regulamentar o comportamento feminino, Casagrande (1993:100-1) destaca e sintetiza aqueles redigidos entre o final do século XII aos primeiros anos do século XIV, pois estes são anos em que

na tentativa de construir um modelo ético adaptado às mulheres de uma sociedade que se estava a tornar mais complexa e a assentar em formas novas e diferenciadas, foram lançadas as bases de uma pastoral e de uma pedagogia no feminino destinadas a perdurarem. (Casagrande 1993:100, sublinhado meu)

Este período coincide, em larga medida, com o período trovadoresco galaico-português. Com efeito, neste período aumenta o número de textos que elaboram “valores e modelos de comportamento para as mulheres” (Casagrande 1993:99), regras muito repressivas que coarctam fortemente toda a actuação da mulher. De acordo ainda com esta autora (op.cit: 99-141), e também com Ana R. Oliveira (2001:131-147) e Irene Tomé (2001:117-132), os valores enaltecidos nestes tratados são a castidade, a devoção, a discrição, a sisudez, a prudência, a humildade, a timidez, a sobriedade na alimentação, todos eles destinados a apagar a individualidade feminina e a negar à mulher qualquer forma de prazer. As mulheres são consideradas como sendo inerentemente mentirosas, maledicentes, tagarelas, e desprovidas de racionalidade (Casagrande 1993:133). Nestes tratados condena-se o cuidado feminino com a aparência — adornos, cosmética, roupas elegantes —, e prescreve-se-lhe todo o comportamento de acordo com a tradição cristã: a mulher não dever rir, mas sorrir apenas, sem mostrar os dentes; deve manter os olhos baixos; não deve gesticular; não deve mover demasiado a cabeça. não deve sair à rua a não ser acompanhada. Por outro lado, deve estar permanentemente ocupada: fiar, tecer, coser, bordar, remendar, para manter as mãos e os pensamentos ocupados. É todo um processo destinado a desvalorizar o externo, quer em termos pessoais (o corpo), quer sociais (afastamento da vida pública e da comunidade), e a valorizar o interno, novamente em termos pessoais (a interioridade da alma) e sociais (o lar). A única via para o contacto público, reservada a mulher, é a caridade, mesmo esta parcial, cautelosa e vigiada. Dadas as características femininas acima apontadas, estes moralistas consideram que os conselhos das mulheres “devem ser apreciados com muita cautela quando se trate de decidir coisas importantes e duradouras” (*Ibidem* 137). Caso as mulheres sigam as regras ditadas pela *taciturnitas*, podem dar conselhos e avisos, no lar, aos maridos e aos filhos, mas sobretudo às filhas (*Ibidem* 136), pois alguns autores reconhecem nelas uma capacidade para o conforto e persuasão.

Embora as

Rainhas, princesas, damas da corte e aristocráticas de vária linhagem [sejam] frequentemente as principais interlocutoras dos discursos pastorais e pedagógicos (Casagrande 1993:108)

Na realidade, estas regras eram escritas para todas as mulheres. E, não obstante o facto de que à medida que se desce na escala social se destemperem os valores, se diluam as normas, afrouxe a disciplina,

para todas as mulheres permanece uma contínua tensão para olhar para o alto, para aquela mulher de educação perfeita que só a rainha sabe ser plenamente. (*Ibidem* 110)

Para estes autores, “*as virgens* e as rainhas representam as figuras femininas que encarnam de um modo mais completo e mais perfeito os valores morais que todas as mulheres devem tentar conseguir” (op.cit.113, itálico meu).

Se durante estes séculos, precisamente o período correspondente ao da produção lírica trovadoresca galaico-portuguesa, “O amor associado ao prazer era fortemente contestado e recusado pela moral cristã” (Tomé, 2001:124), sendo motivo escarminho nas cantigas de escárnio e maldizer, e a castidade era apresentada como a principal virtude (Casagrande 1993:110) que poderemos concluir do mundo apresentado nas cantigas de amigo, um universo literário que se centra no desejo feminino, sobretudo quando elas são protagonizadas por mulheres da nobreza?

Ao colocarmos esta questão estamos cientes dos perigos que há em utilizar textos poéticos como testemunhos sociais, embora, por outro lado, não possamos esquecer a relação de todo o texto literário com o seu tempo histórico, quer em termos de produção, quer em termos de recepção. Ao lermos estes textos, surge, sem dúvida, a tentação de levantar algumas hipóteses de interpretação de teor social, embora cientes de que, sem acesso a fontes que nos esclareçam sobre a questão, não poderemos nunca reconstruir, com qualquer certeza, nem o modo como estes textos eram recebidos pelo seu público ouvinte, nem as intenções que levavam os seus autores a escrevê-los, nem a história se destina, em rigor, a isso.

Contudo, e com relação a estas regras de comportamento feminino, poderíamos dizer, que a cantiga de amor representa o ideal valorizado pelos autores dessas normas, nomeadamente a mulher virtuosa e irrepreensível, ao passo que a cantiga escarminha remete, sem ambiguidades, para a imagem da mulher pecaminosa, os dois pólos opostos da permanente dualidade da santa/pecadora, a única marca que parece distinguir a mulher no discurso cronístico coetâneo (cf. Oliveira 2001:140-141). Dentro deste modelo dual, a mulher enamorada que surge na cantiga de amigo seria, também, a “mulher luxuriosa, sujeito e objecto de pecado”, para usar as palavras de Casagrande noutro contexto (1993:102).

No entanto, dado o tom geralmente não ofensivo da cantiga, não obstante a sua forte carga erótica, parece-nos possível que, nalguns autores, a cantiga de amigo, ao invés de criticar a mulher “luxuriosa” — a “velida”, “louçana”, “bem talhada” amiga — e apaixonada, a valorize, ao mesmo tempo que subverte o modelo da mulher ideal que as regras (e o *cantar de amor*) tentam eleger e construir. Nesta perspectiva, o diálogo entre a mãe apoiante e sua filha acolhe esta subversão.

A este respeito, acho pertinente a seguinte afirmação de Brea (1998:35), que sublinha a tensão que haveria entre o tipo de comportamento que os moralistas tentavam impor, e o comportamento que as pessoas persistiam em escolher:

A canción amorosa feminina, o conecido pola crítica como *Frauenlied*, é un macrotexto antigo e universal presente nas máis variadas culturas (...). Probablemente moitos dos textos integrados neste código literario facían parte do repertorio daqueles *cantica diabolica, amatoria et turpia*, interpretados a miúdo por *choreis femineis* e censurados polas autoridades eclesiásticas en sermóns, sinodais, actas de concilios e capitulares. A lexislación civil e canónica revélase neste punto moi interesante, porque dá conta da pervivencia da cantos tradicionais entre a poboación a pesar dos esforzos da institución eclesiástica. a Igrexa condenada seguramente aquelas interpretacións por consideralas unha continuación da cultura

pagá, claramente connotada coa corporeidade e a sensualidade que incitaban o home a *luxuria* e a *pecado*.

Tendo esta citação em mente, talvez valha a pena lembrar que a cantiga de amigo é a modalidade mais cultivada por jograis e clérigos. Brea (op. cit. 35-6) lembra também uma proibição por parte do Imperador Carlos Magno, do ano de 789, que decretava que não se escrevessem *winileodas* nos mosteiros. Esta proibição revela a existência de uma tradição escrita de canções amorosas femininas, o que faz pensar, precisamente, na persistência de certas práticas e crenças, apesar da condenação e das imposições da Igreja, que vêm reflectidas nas cantigas de amigo (cf. ainda Brea op.cit. 117-8). Seguindo este tipo de raciocínio parece lícito sugerir que estas cantigas reflectiriam uma realidade que teimava em sobreviver e que não era necessariamente condenada pelo ambiente cortês, malgrado todas as proibições dos moralistas. Haveria, pois, uma grande tensão entre o ideal que os moralistas procuravam construir, e a realidade que persistia em sobreviver. Lembremos, por exemplo, que era prática comum que os reis tivessem várias relações extra-conjugais que resultavam em filhos bastardos de diferentes mulheres, sem esquecer, contudo, que para os moralistas a luxúria do homem era considerada como sendo culpa da mulher que, não se resguardando, acendia nele o desejo.

Não esqueçamos, também, que o universo da cantiga de amigo é um universo *artificialmente* feminino, e que estas cantigas são, na realidade, “um género «patriarcal», feito por homens”, como afirma Diogo (1998:xxiv), que nos dará mais acesso à mente masculina do que a uma possível mentalidade feminina. Neste sentido, ainda Américo Diogo (1998:xxxiii) afirma que

No conjunto dos géneros, a cantiga de amigo compensa o homem trovador, por isso que *elas* são representadas a dizer-se apaixonadas por *eles*; e é óbvio que o género permite designar por amiga o mesmo objecto que na cantiga de amor seria designado por *senhor*, sem atender a obrigação de uma referência exacta ao “estado civil”. O *amor* desigual é trazido assim a um plano de amizade. Na mesma ordem de ideias, cantigas que se ocupam com a identidade sexual das mocinhas (as vezes, em colectivo), construindo-a na continuidade de rituais antro-po-sociais com a natureza, são apropriações “poéticas” de mecanismos básicos de produção da *mulher*, sem consideração realista pela apropriação que já foi delas feita pela ordem de linhagem.

Se nos voltarmos mais especificamente para a figura da mulher enquanto mãe, e se considerarmos a imagem que nos é apresentada pela pena dos moralistas quanto ao comportamento ideal da mulher enquanto mãe, filha e esposa, participe de responsabilidades linhagísticas, a mãe que se opusesse aos desejos da filha de sair de casa para se encontrar com o amigo estaria a cumprir devidamente o seu papel e o seu dever enquanto guardiã das filhas, o que seria um comportamento a louvar. Em contrapartida, a mãe indulgente e, sobretudo, a mãe que se mostrasse conivente com os amores da filha não estaria a cumprir o seu papel correctamente e merecia ser criticada.

No entanto, é possível que pelo menos alguns dos trovadores preferissem a mãe benévola e que achassem que a liberdade glosada nalgumas cantigas de amigo era algo que merecia celebração. Sem leituras mais alargadas, é impossível determinar com qualquer aproximação da certeza a intenção dos autores destas cantigas, como será impossível saber qual seria a interpretação coeva destes textos (o seu impacto nas pessoas que as ouviam), dada a grande complexidade do assunto e das próprias cantigas, complexidade que é ainda acrescentada pela ironia que atravessa tantas delas. É bem possível que crítica e celebração convivessem lado a lado, quer em termos de intenção na produção, quer em termos de recepção por parte do público ouvinte.

Sem procurarmos dar resposta a estas reflexões, passemos a uma síntese daquilo que caracteriza o comportamento materno face aos amores da filha nas cantigas analisadas.

8. CONCLUSÃO

Pelo que foi exposto, podemos concluir que, de acordo com as normas sociais que os moralistas pretendiam impor, a mãe deveria ser sempre a guardiã da filha. De facto, é este o seu papel na maioria das cantigas analisadas, embora se verifiquem desvios a esta situação. Vimos, por exemplo, uma cantiga de um trovador da segunda geração que, ironicamente, inverte esta situação (6.4 *Inversão de papéis*), já que é a filha que impede os amores da mãe, situação de que se queixa a progenitora.

Dentro da situação canónica da mãe enquanto detentora de autoridade sobre a filha, a sua atitude perante os amores da moça pode variar da oposição extrema, em que a mãe praticamente aprisiona a filha — é disto que algumas filhas se queixam — indo ao ponto de a fechar num mosteiro, à cumplicidade e à promoção activa dos amores da filha, ensinando-a a instigar o ciúme do amigo.

Verificámos que, no *corpus* analisado, a mãe revela oposição em 38% dos casos (isto é, em 25 das 66 cantigas), ao passo que se mostra compreensiva em 50% dos casos (em 33 das 66 cantigas). Em 86% das cantigas (57) o amor é correspondido, embora traga sofrimento (ou insatisfação amorosa) em 48% dos casos (32 cantigas). Quando o amor não é correspondido (6 cantigas = 9%) o resultado, obviamente, é sempre a insatisfação amorosa.

Como vimos, a *oposição materna* (6.1) co-ocorre com o amor correspondido e resulta, geralmente, em *insatisfação amorosa* (6.1.2), o que acontece em 21 cantigas analisadas. Destas, quatro são dialogadas entre mãe e filha; três são monologadas pela mãe; uma, de narração mista, é dialogada entre a moça e o amigo; e as treze restantes são monologadas pela filha, em sete das quais a mãe é a interlocutora. A perspectiva da filha é, pois, privilegiada, pois é ela quem tem a palavra na maior parte dos casos. No caso de oposição materna que estamos a considerar, na maior parte dos casos a filha censura a mãe, quer directamente, quer a terceiros (em dois casos, ao amigo). Quando se dirige a mãe é para expressar zanga e revolta, e as suas intenções de rebeldia e desobediência. Pode, também, expressar a sua dor e os seus desejos, e tentar, ainda, persuadir a mãe a deixá-la encontrar-se com o namorado através das suas ameaças de desobediência ou de morte. Por vezes, tenta interceder pelo amigo junto da mãe, apontando-lhe o seu grande sofrimento.

Dada a focalização privilegiada da moça, a atitude da mãe chega-nos, na maior parte dos casos, filtrada pela perspectiva da filha. Como tivemos oportunidade de ver, a sua oposição aos encontros dos jovens não é nem uniforme, nem estereotipada ao longo de todas as cantigas, embora, em todos os casos, pretenda preservar a castidade da filha: a mãe opositora pode alegrar-se com a partida do namorado, o que geralmente ofende a filha; ou tenta semear a discórdia entre os jovens, procurando convencer a filha a deixar de amar o rapaz; pode ainda proibir o encontro dos jovens. Porém, a mãe opositora pode ser a conselheira que não permite que os jovens se encontrem a sós, mas que lhes permite o encontro na sua presença.

Em quatro das cantigas analisadas, encontramos *satisfação amorosa* (6.1.1), apesar da aparente oposição materna. Numa delas, monologada pela mãe, verificamos que tal satisfação foi conseguida pela desobediência. Noutra, dialogada, a filha tenta esconder da mãe que perdeu a sua virgindade e é censurada por estar a mentir. Em duas outras, faladas pela filha, a oposição materna não é garante de impedimento dos encontros dos amados. A mãe limita-se a sentir alegria quando o amigo tem de partir, o que cria revolta na filha que se queixa disso.

No caso da *mãe compreensiva* (6.2), mais complexo do que o da mãe opositora, é também o mais representado, com 33 cantigas. No que respeita à relação entre os jovens, tanto se pode tratar de amor correspondido, como de amor não correspondido.

O *amor correspondido* (6.2.1) é glosado em 25 das 33 cantigas (isto é, em 75% dos casos é co-ocorrente com uma mãe compreensiva). Esta correspondência amorosa tanto pode resultar em satisfação, como em insatisfação amorosa. Nos casos de *insatisfação amorosa* (6.2.1.2), (com 10 cantigas analisadas) o papel da mãe apoiante varia muito, sendo difícil catalogá-lo sob uma rubrica apenas. Cinco destas cantigas são monologadas pela filha que se dirige sempre e apenas a mãe. Em proporção, esta é a situação que permite um maior acesso à perspectiva materna, pois quatro das cantigas são dialogadas entre mãe e filha e uma é monologada pela mãe, o que quer dizer que temos acesso a voz da mãe em 50% das cantigas que versam este tema. Esta mãe mostra-se solícita e preocupada com a infelicidade da filha; oferece-se a acompanhá-la para se despedir do namorado que parte; aconselha a filha a fazer tudo o que o namorado lhe pedir para o apaziguar; reconsidera a sua atitude de oposição aos amores da filha. Nas cantigas monologadas pela filha, esta desabafa com a mãe a sua infelicidade e sofrimento amoroso, seja este devido à saudade que tem do amigo ausente ou a outro motivo; ou fala-lhe da sua zanga para com o amigo que lhe mentiu, apesar de não se terem separado; pede ainda à mãe que interceda por ela junto ao amigo. Em todas elas, o tom com que a filha se dirige a mãe deixa antever uma mãe benigna e indulgente.

Nos casos de *satisfação amorosa* (6.2.1.1), (15 cantigas versam este tema) encontramos, como foi o caso da mãe opositora, o privilegiar do ponto de vista da moça. Apenas três destas cantigas são dialogadas, o que nos permite 'observar' a actuação materna: numa delas, ouve com interesse a confidência feliz da filha, mas aconselha-a a acautelar-se; noutra, convida a filha a ir com ela ver o amigo da jovem moça que morre de amor. Doze das quinze cantigas são monologadas pela filha. Em todas elas deparamo-nos com a moça feliz que expressa a sua alegria por motivos variados. Em duas, a moça dirige-se às amigas para partilhar com elas a sua grande alegria, pois a mãe aprova dos seus amores. Em dez, ela dirige-se directamente à mãe: numa, para confidenciar do seu feliz encontro amoroso; em seis, para pedir autorização à mãe, directa ou indirectamente, para se encontrar com o amigo que regressa em breve; noutras, ainda, para informar a mãe de que o amigo chegou e se vai encontrar com ele. Numa das cantigas, a filha dirige-se à mãe para lhe expressar a sua alegria por ver que há harmonia entre a mãe e o amigo. Como não temos acesso à voz da mãe, resta-nos, uma vez mais, depreender a atitude materna a partir das palavras e atitudes filiais. Quando a cantiga não deixa transparecer nenhuma viragem na atitude da moça, nem nenhuma nota de oposição por parte da mãe, resolvemos considerar a mãe como tento acedido ao pedido da filha.

Há, porém, sete cantigas, todas elas monologadas pela filha, em que não é possível identificar a atitude materna, se será de apoiante ou de oponente, mesmo utilizando este critério, o que nos levou a considerar a posição materna, neste caso, como sendo *indeterminada* (6.3). Em seis destas cantigas, a filha deseja ver o amigo e pretende sensibilizar a mãe quanto ao amor que sente por ele: o seu objectivo parece ser o de conseguir ver o amigo sem antagonizar a mãe. Numa delas, porém, como as mães vão em romaria, as filhas, ao acompanharem-nas, têm uma oportunidade única para se exibirem perante os amigos sem terem de recorrer à autoridade materna.

Encontrámos, também, duas cantigas dialogadas, entre mãe e filha, ambas de autores da terceira geração, em que não foi possível determinar se o amor é correspondido ou não e que tratámos em 6.2.3 *Amor indeterminado*. Há de facto, vários casos de *amor não correspondido*, que vimos em 6.2.2. Na maioria dos casos, é o amigo que não ama a amiga, com cinco cantigas analisadas (6.2.2.1): quatro monologadas pela filha que se queixa a mãe da deslealdade do amigo; uma monologada pela mãe que se queixa a filha de que o amigo já a não ama (à filha) e, por outro lado, lhe recomenda que lhe faça ciúmes para ver se o consegue atrair de novo. Encontrámos um caso (6.2.2.2), um pouco ambíguo, em que será a moça que perde o interesse pelo amigo.

Bra (1998: 41-2) afirma que

Ainda que non faltan textos [dialogados] nos que // o discurso ten un ton conciliador e nos que a nai funciona como conselleira da moza, na maior parte dos casos a cantiga pon de manifesto as desavizas que se producen entre as dúas forzas actanciais por causa do amigo.

O *corpus* por nós analisado non corrobora esta afirmación, pois das catorze cantigas dialogadas, só cinco revelan antagonismo entre mãe e filha. Contudo, como sabemos, este *corpus* non está completo e poderá, portanto, non reflectir a realidade. Este comentário aplica-se, também, ao resumo que se segue, sobre possíveis tendências geracionais.

Na amostra do *corpus* analisada, a primeira geração glosa apenas a insatisfação amorosa no amor correspondido. Das quatro cantigas analisadas (três monologadas pela filha e uma monologada pela mãe), desta primeira geração - lembremos que esta geração não cultivou muito a cantiga de amigo como dissemos em 1.2 acima - em três a insatisfação amorosa deve-se a oposição materna.

A segunda geração, com quarenta e nove cantigas, glosa todos os tipos apresentados, com excepção da amiga que não ama o amigo, e do amor indeterminado, cujos exemplos achados são todos de autores da terceira geração. Contudo, a inovadora (e escarminha?) inversão de papéis é de um autor desta geração. Trinta e três destas cantigas são monologadas pela filha, sendo a mãe a interlocutora em vinte e duas delas. Quatro são monologadas pela mãe e dez são um diálogo entre mãe e filha. Das quarenta e nove, salientamos que dezasseis versam a mãe opositora; só nove glosam a satisfação amorosa co-ocorrente com uma mãe compreensiva; e quatro versam o amigo que não ama a amiga. Em termos de atitude materna, a mãe é apoiante em 30 das 49 cantigas.

Da terceira geração encontramos treze cantigas: só três glosam a oposição materna que resulta em insatisfação amorosa; quatro glosam a satisfação amorosa co-ocorrente com uma mãe compreensiva; numa o progenitor, apoiante, parece ser o pai; duas versam o amor não correspondido; duas, o amor indeterminado; e numa a posição da mãe é indeterminada. Proporcionalmente, os monólogos da filha são aqui menos comuns, com sete cantigas; quatro são diálogos entre mãe e filha; e duas são monólogos da mãe.

Numa análise posterior, que incorpore todo o *corpus* em que figura a mãe, conviria, talvez, separar as cantigas que “levam a sério” os moldes do género, daquelas que os ironizam, roçando, pois, a paródia arquitectual. Nessa altura, talvez fosse interessante comparar a figura da mãe em todas as cantigas: escarminhas, de amigo e de amor, ao mesmo tempo que se procurasse ver uma possível evolução diacrónica na representação desta figura.

Fernanda Jones

TRABALHOS DE ALUNOS

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Antologias

CORREIA, Natália (1998) *Cantares dos Trovadores Galego-Portugueses*. Lisboa: Editorial Estampa.

DIOGO, Américo A. Lindeza (1998) *Lírica Galego-Portuguesa. Antologia*. Braga: Angelus Novus.

TORRES, Alexandre Pinheiro (1987) *Antologia da Poesia Trovadoresca Galego-Portuguesa*. Porto: Lello & Irmão.

Estudos

AUGUSTO, Carla (2001) — “Por Outras Histórias: apontamentos sobre a natureza da História das Mulheres”. *Máthesis* (10) 2001:191-214.

BREA, Mercedes; LORENZO GRADÍN, Pilar — *A cantiga de amigo*, Vigo, Ed. Xerais, 1998.

CASAGRANDE, Carla (1993) — “A mulher sob custódia” in DUBY, Georges & PERROT, Michelle (Dirs.) *História das Mulheres. Vol. 2 - A Idade Média*. (sob a direcção de Christiane Klapish-Zuber), pp.99 a 141. Porto: Edições Afrontamento.

COSTA, João Pedro da, 2002, — “O desejo tomado poema” in *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. XIX, Porto, 595-610.

MACEDO, Helder (1998) — “Three faces of Eve: Images of the Feminine in Medieval Galician-Portuguese Poetry” in *One Man’s Canon: Five Essays on Medieval Poetry for Stephen Reckert*. Ed. by Alan

Diamond. *Papers on Medieval Hispanic Research. Seminar 16*. Department of Hispanic Studies. Queen Mary and Westfield College. London.

MIRANDA, José Carlos — “O cantar de amigo galego-português. Notas sobre um estudo recente”, *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. XVII, Porto, 2000, p. 459.

OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues (2001) — “A imagem da mulher nas crónicas medievais” in *Faces de Eva*, Nº5, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa (2001):131-147.

OSÓRIO, Jorge Alves (1998a) — “«Cantiga de Escarnho» Galego-Portuguesa: Sociologia ou Poética?” in OSÓRIO, Jorge Alves — *Da Cítola ao Prelo. Estudos sobre Literatura. Séculos XII-XIV*. Porto: Granito Editores, pp.5-38.

OSÓRIO, Jorge Alves (1998b) — “D. Dinis: o Rei, a Língua e o Reino” in OSÓRIO, Jorge Alves, *Da Cítola ao Prelo. Estudos sobre Literatura. Séculos XII-XIV*. Porto: Granito Editores, pp.39-56.

OSÓRIO, Jorge Alves (1998c) — “Trovador e Poeta do Séc. XIII ao Séc. XV: Algumas Considerações” in OSÓRIO, Jorge Alves — *Da Cítola ao Prelo. Estudos sobre Literatura. Séculos XII-XIV*. Porto: Granito Editores, pp. 57-70.

TAVANI, Giuseppe — *A poesia lírica galego-portuguesa*, Lisboa, Ed. Comunicação, 1990.

TOMÉ, Irene (2001) — “Representações Femininas nas Ordenações Afonsinas” in *Faces de Eva*, Nº 5, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa (2001):117-132.

TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA ENTRE *DONA FLOR E SEUS DOIS MARIDOS*, DE JORGE AMADO, E O FILME HOMÓNIMO DE BRUNO BARRETO

— UMA POÉTICA DA SUBJECTIVIDADE

Dez anos após a publicação de *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, num século dominado, no plano artístico, por noções de paródia e de diálogo interartes, como foi o século XX, Bruno Barreto estreia, em 1976, uma adaptação homónima do romance de Jorge Amado. Parece-me pertinente analisar este filme à luz da tradução intersemiótica, isto é, tradução entre dois sistemas de signos¹, na medida em que o considero uma transposição fiel do texto de partida. Esta fidelidade processa-se em relação ao dito no texto de Jorge Amado – refira-se, a título de exemplo, a coincidência de episódios, a reprodução textual de falas – mas principalmente ao não-dito, ou seja, «os invisíveis do texto», na expressão de João Barrento, que qualquer tradução deve ter em mira acima de tudo². Sob esta perspectiva, note-se que até a transposição o mais literal possível de elementos explícitos no texto original é uma forma de conservar intactas as ausências e silêncios que os envolvem correlativamente. Na impossibilidade de achar equivalências entre sistemas semióticos de base diferente³, cujas relações são regidas, de acordo com a lição de Benveniste, por um princípio de não-redundância, procurarei mostrar como a retórica cinematográfica de Bruno Barreto homologa alguns aspectos da enunciação de Jorge Amado, sem ser necessário que as cenas do filme onde reconheço essa homologia⁴ correspondam diegeticamente às passagens homologadas.

Uma das particularidades do filme *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, que interpreto como um tributo à narração do romance em que se baseia, é o que pode ser descrito como a recriação de uma

¹ Para uma definição mais desenvolvida do conceito de tradução intersemiótica, vide JAKOBSON, Roman – «On linguistic aspects of translation», in VENUCCI, Lawrence – *The Translation Studies Reader*, London and New York, Routledge, 2000, pp. 113-118.

² «Na tradução do texto literário, a 'fidelidade' refere-se, assim, sobretudo ao respeito dessas instâncias instáveis e ocultas.» *O Poço de Babel – Para uma Poética da Tradução Literária*, citado por COELHO, Eduardo Prado – *Fragmentos de uma Língua Maior*, in «Público», Lisboa, 29 de Março de 2003.

³ «Adapter un roman à l'écran ce n'est pas établir une équivalence entre l'écrit et le film. (...) Il n'y a pas davantage d'équivalence, en dépit de la persistance de cette idée, entre le plan et le mot, la séquence et le paragraphe, le panoramique ou le travelling et tel passage descriptif.» GARDIES, André – *Le Récit Filmique*, Paris, Hachette, 1993.

⁴ Sobre o princípio da não-redundância e as relações de homologia, vide BENVENISTE, Émile – «Sémiologie de la langue», in *Problèmes de Linguistique Générale*, vol. II, Paris, Gallimard, 1974.

instância tipicamente literária, o narrador, que transita para a tela de Bruno Barreto acompanhado das mesmas idiossincrasias que apresenta nas páginas de Jorge Amado. Este “ser de papel”, para utilizar a expressão barthiana que outorga estatuto ontológico à instância narrativa, ao mesmo tempo que confina a sua existência à esfera da textualidade, metamorfoseia-se num ser de celulóide que, identificando-se com a câmara, torna a sua presença tão visível quanto a do intrusivo narrador amadiano, através da peculiaridade dos ângulos que escolhe. Matizando a ilusão de objectividade própria do cinema, arte do *showing*, a figura de um narrador filmico, posta em relevo pelas singulares localizações da câmara, incute no discurso do filme uma consciência de mediação que o aproxima do *telling*, princípio basilar do género romanesco⁵ e modo de representação privilegiado por Jorge Amado no romance em causa. Com efeito, uma câmara voyeurística como a de Bruno Barreto, que espia o cadáver de Vadinho por entre as pernas de um folião, ou que, a fim de revelar o dorso nu de Sónia Braga, se recusa a acompanhar a deslocação da protagonista, privando o espectador do que ela vê quando, na manhã da noite de núpcias, espreita pela porta do quarto, é uma câmara que evidencia a preponderância da perspectiva subjectiva na configuração de uma história, uma inevitabilidade decorrente do carácter mediato de qualquer narrativa. Ora o narrador do romance levanta por diversas vezes esta questão, ao relativizar os seus juízos a respeito das personagens:

«(...) quando se narra a história de dona Flor e de seus dois maridos, na qual Vadinho é personagem importante, herói situado em primeiro plano. Herói? Ou será ele o vilão, o bandido responsável pelos sofrimentos da mocinha, no caso dona Flor, esposa dedicada e fiel? Esse já é outro problema, (...) e ficará a vosso cargo dar-lhe resposta, se obstinada paciência vos conduzir até ao fim destas modestas páginas.»⁶

Um narrador que rectifica as suas expressões valorativas, não avançando certezas morais em relação ao universo diegético, é, no fundo, um narrador ciente de que espreita apenas por uma das janelas da casa da ficção, para recuperar a consagrada metáfora jamesiana que vincula cada artista a uma única janela das múltiplas que se abrem sobre a vasta paisagem humana, que consequentemente não é apreendida da mesma maneira por todos os que nela procuram o seu universo ficcional («He and his neighbours are watching the same show, but (...) one seeing coarse where the other sees fine»⁷).

Limitado por uma janela mediadora a que está irremediavelmente consignado, o narrador filmico de *Dona Flor e Seus Dois Maridos* parece também exibir a consciência da relatividade da sua perspectiva sobre a história, tanto mais que esta já lhe chega subjectivada pela pena de Jorge Amado. É sintomático que o primeiro plano do filme seja uma panorâmica, como se o giro da câmara sobre si própria prefigurasse um enunciador arreigado ao seu posto de observação, e a parcimónia do espaço abarcado por uma câmara que dá apenas meia volta simbolizasse o conhecimento parcelar que o narrador tem do universo diegético. São várias as ocasiões em que a câmara priva o espectador de informação diegética pela limitação do seu campo de visão. Na cena em que Flor, preparando-se para deixar Vadinho, se precipita de uma divisão da casa para outra secundada por um séquito de vizinhas bisbilhoteiras, a peculiar localização da câmara determina a ocultação das personagens durante a travessia do corredor; é novamente devido à recusa da câmara em continuar a acompanhar as personagens e à sua obstinação em permanecer

⁵ Jeremy Hawthorn chama a atenção para o facto de toda a narrativa ser um *telling* independentemente da distância narrativa: «The novel is a *narrative*: in other words it is in some sense a ‘telling’ rather than an ‘enacting’ (...); (...) everything we read in a novel comes to us via some sort of ‘telling’. We are told what happens in a novel; no matter how successful the novelist is in making the scene seem dramatic it is never dramatic in the way that a play or a film is.» *Studying the Novel*, London, Edward Arnold, 1985, 2001, p. 10; p. 66.

⁶ AMADO, Jorge – *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, Rio de Janeiro, Record, 1966, 2002, pp. 24-25.

⁷ JAMES, Henry – *The Art of the Novel*, New York, Charles Scribner’s Sons, 1907, 1962, p. 46.

no posto de observação escolhido que o espectador é brindado com uma porta que Vadinho, carregando Flor para casa após uma reconciliação, fecha na cara da câmara. Numa arte vocacionada, pela sua natureza figurativa, para a definição de contornos, estas ocultações catapultam para primeiro plano a imaginação do receptor, devolvendo-lhe o protagonismo que esta assume perante uma obra literária. Estabelecem por isso uma relação de homologia com as paralipses confessas do texto em análise, onde o narrador onisciente se exime a precisar traços, apelando à subjectividade do narratário:

«Resolveu-se assim um problema, como prometido fora. Outro, porém surge e se impõe, e quem sabe scrá possível encontrar-lhe solução? À vossa perspicácia fica elc entregue, esse mistério de Vadinho.

Quem era Vadinho? Qual sua verdadeira fisionomia? Quais suas exatas proporções? Era banhada de sol ou coberta de sombra sua face de homem?»⁸

A univocalidade do texto de Jorge Amado, onde uma única voz autoral segura firmemente as rédeas da narração, parece repercutir-se, a nível do enunciado fílmico, numa ostensiva relutância em mudar de plano. Narrativas polifónicas exigem geralmente uma montagem frenética que justaponha os pontos de vista expressos pelas várias vozes. Veja-se que um diálogo, situação em que se confrontam duas vozes, é normalmente filmado através de uma técnica de plano / contra-plano, que obriga a sucessivos cortes. Ora a consistência da voz narrativa no romance de Jorge Amado obriga Bruno Barreto a movimentar-se no espaço focalizado com o mínimo de cortes, através de *travellings*, como o que se processa em torno do círculo de maldizentes no velório de Vadinho. O *travelling* é a técnica por excelência do filme de Bruno Barreto, onde uma câmara nómada, evitando a interrupção do plano, se movimenta no espaço com a mesma flexibilidade com que a lente de Jorge Amado se movimenta no tempo, em passagens igualmente contínuas:

«Não quis Vadinho ouvir a promessa, estava possesso de ira e de vexame, fora ludibriado. Sem levar em conta a proximidade dos cornos do comerciante, agarrou a madame pelos cabelos longos e oxigenados, aplicou-lhe uns tabefes na cara, gritou-lhe nomes, num esbregue de tamanhas proporções a ponto de reunir, em animada assistência, não apenas o esposo e os criados, mas também os vizinhos do elegante Largo da Graça. Segundo o testemunho ulterior de Vadinho, naquele dia se fizera homem, e homem para sempre escarmentado.»⁹

A continuidade ilocutória do filme acarreta consequências para o plano da elocução, onde a sintaxe fílmica refractária à montagem se apresenta como um correlato da sintaxe amadiana, cuja respiração é dada pela frase de grande fôlego, alongada por vírgulas, de que o segundo período da citação anterior pode constituir exemplo.

Não passará despercebida ao espectador atento a frequência com que a câmara atravessa a janela de casa de Flor, em planos ininterruptos que transportam a acção de dentro para fora ou de fora para dentro, expondo a dissonância ou a sintonia entre o espaço interior e exterior. Um *zoom out* desde o interior da casa até ao espaço público permite mostrar, no mesmo plano, como a cena de amor desbragado que decorre entre Vadinho e Flor contraria a repressiva moral pública, simbolizada pelas freiras que passam e pela igreja que se ergue frente à casa. A mesma técnica revela como a pacatez da vida matrimonial de Teodoro e Flor se concerta com a monotonia árida da rua quase deserta, onde apenas são

⁸ AMADO, Jorge – *Op. cit.*, p. 31.

⁹ *Ibid.*, p. 86.

visíveis duas figuras em tarefas rotineiras. A trajectória fora-dentro é assegurada pela técnica do *travelling* conjugada com um *zoom in* que por mais de uma vez invade o espaço entremuros com a mesma facilidade com que o narrador omnisciente do romance perscruta as suas personagens.

A aceitar-se esta assimilação do mundo interior de Flor pelo ambiente doméstico, consentânea, aliás, com o perfil de uma personagem que se projecta de forma intimista nas suas realizações culinárias, o jogo *indoors / outdoors* simboliza o dilaceramento da protagonista entre um desejo íntimo de plenitude passional, só alcançada com Vadinho, e uma necessidade de pacificação com a moral ortodoxa, que condiciona o seu comportamento social. Vadinho é a única personagem cujas pulsões interiores se reflectem linearmente na imagem pública, daí que um *close-up* baste para fazer a sua focalização interna.

Já a focalização interna de Flor exige, em virtude da opacidade da personagem, o recurso à linguagem articulada como sistema interpretante da linguagem filmica¹⁰. Ao encetarem com o discurso filmico relações de interpretância, elementos extradieгéticos verbais como a canção-tema de Chico Buarque de Hollanda, que se projecta em abismo no enunciado cinematográfico, e a voz *off*-meio pelo qual Flor verbaliza tensões internas que a sua pudicícia torna impronunciáveis – exponenciam as virtualidades metafóricas de um discurso fundamentalmente analógico como o filmico¹¹. O filme de Bruno Barreto contrai, de facto, uma dívida para com a palavra, que, não se vergando a um estatuto funcional na estrutura narrativa, subalterno ao da imagem, é explorada enquanto fonte de uma polissemia inalcançável pela linguagem icónica. Ao entrançar fios poéticos no tecido filmico, o realizador abre a sua obra a uma subjectividade análoga à engendrada pelo texto de Jorge Amado, pela sua qualidade de objecto literário e pela sua especificidade narrativa.

De facto, as opções de narração de Jorge Amado impregnam o romance de uma subjectividade que, gerada no pólo artístico da obra, inevitavelmente alastrará para o pólo estético, onde a subjectividade do leitor é convocada enquanto única forma de receber uma narrativa que consiste numa teia de subjectividades («Assim o disseram, pelo menos; acredite quem quiser.»¹²). Dado que desabsolutiza, como vimos, o seu conhecimento e a sua avaliação do universo dieгético, o narrador vê-se obrigado a recorrer a fontes intradieгéticas em termos cognitivos («O próprio Vadinho, segundo consta, participara (...)»¹³) e até discursivos («Sem perder tempo, transportou-se para a Bahia numa quarta-feira de cinzas, um dia parecido com ela, a acreditar-se em outro genro seu, Antônio Moraes: *Aquilo não é uma mulher, é uma quarta-feira de cinzas, termina com a alegria de qualquer um.*»¹⁴). Esta peculiar omnisciência que afecta paralipses e pede empréstimos verbais às personagens rompe com a tradição realista de matriz balzaquiana em favor de um realismo mágico cuja amplitude do conceito de real (refira-se o regresso de Vadinho depois de morto, a sua retirada em função de um feitiço, o combate de orixás que antecede o desfecho) se articula com uma diversidade a nível de perspectiva. Renunciando à tradicional posição de transcendência em relação à narrativa, o narrador transmuta-se nas personagens ao fazer delas entidades focalizadoras. A alternância entre focalizações diferentes permite tecer uma rede polifónica de perspectivas, não raro contrastantes, como acontece na discussão entre Vadinho e Flor que ocupa o capítulo 18, Parte I.

¹⁰ «(...) la langue est l'interprétant de tous les autres systèmes, linguistiques et non-linguistiques.» BENVENISTE, Émile – *op. cit.*, p. 60.

¹¹ «Ora esta linguagem articulada é um código, ele utiliza um sistema de signos não analógicos (...); inversamente, o cinema apresenta-se, à primeira vista, como uma expressão analógica da realidade (...)» BARTHES, Roland – «Sobre o cinema» (1963), in *O Grão da Voz*, Lisboa, Edições 70, 1982, p. 19.

¹² AMADO, Jorge – *Op. cit.*, p. 146.

¹³ *Ibid.*, p. 25.

¹⁴ *Ibid.*, p. 36.

Também o narrador do filme, indistinto da câmara, exhibe a mesma capacidade proteica ao representar, através dos movimentos de câmara, a atitude valorativa de uma personagem, vinculando deste modo a cena à sua focalização. Assim, quando Flor chora Vadinho doente em seu regaço, a lentidão do *zoom in* reproduz o sofrimento da protagonista. Embora o campo de visão não seja exactamente o de Flor, visto ela própria surgir no plano, este é sem dúvida uma ilustração do seu campo de consciência, pelo que me parece licito falar de focalização interna¹⁵. A rapidez do *zoom in* em Vadinho frente à mesa de jogo metaforiza, por sua vez, a disposição acelerada e cúpida da personagem, que reclama a focalização da parcela do discurso fílmico que modaliza. Se se pensar na focalização enquanto modo como é percebido o narrado, recordando a classificação de Genette, compreende-se a tradução desta categoria narrativa essencialmente pelos movimentos de câmara.

No romance, esta estratégia de focalização que obriga o narrador a inscrever a voz da personagem na sua própria voz é assistida por ferramentas elocutórias que implicam a (con) fusão das duas vozes, nomeadamente o discurso indirecto livre, largamente utilizado, e uma subespécie desta técnica que Jeremy Hawthorn classifica de “discurso colorido”, ou seja, a inserção, no discurso do narrador, de sintagmas característicos da expressão de uma personagem¹⁶. Senão vejamos:

«O facto de estarem fantasiados de baiana não deve levar a maliciar-se sobre os cinco rapazes, todos eles de macheza comprovada. Vestiam-se de baiana para melhor brincar, por farsa e molecagem, e não por tendência ao efeminado, a suspeiças esquisitices. Não havia xibungo entre eles, benza Deus.»¹⁷

A última frase, divergente do registo global do narrador pelo calão, pela superstição religiosa, é uma clara manifestação dos hábitos verbais das personagens descritas.

Este narrador camaleónico, capaz de se desdobrar intelectual e verbalmente para dar voz a todas as personagens, chega a fazer inversões bruscas num discurso que se polariza em função dos vários pontos de vista. Atente-se em como, embrenhado na focalização de Flor, se retracta para defender a posição de Vadinho em relação ao jogo:

«Distribuíu-se Vadinho no correr da tarde em busca de fundos para as apostas, vinha ou não jantar, carinhoso ou brusco, e, com a noite, novamente rumava para seu torvo destino.

Torvo? Não se aplicavam à natureza de Vadinho nem cabiam em sua realidade adjetivos assim tão solenes e lúgubres. (...)

Era um destino tenso e rude, um destino de macho, isso certamente. Nenhum frouxo aguentaria aquela batalha a cada noite e a cada instante da noite (...).»¹⁸

Tal desdobramento por parte do narrador é secundado pelo comportamento quase esquizofrénico da câmara de Bruno Barreto, capaz de se debruçar sucessivamente sobre três personagens, instaurando no plano a mesma heterogeneidade e desnorteamento que reinam nas passagens do romance cindidas pela focalização e modalização de duas personagens. Refira-se o jogo de escondidas com que a câmara desorienta o espectador no plano em que começa por acompanhar D. Fernando, descartando-o

¹⁵ Observam Gaudreault e Jost a propósito de focalização interna no cinema: «Cette restriction des événements au savoir d'un personnage n'implique pas en revanche que nous partageons toujours son regard, comme le postulait la théorie littéraire. Bien au contraire.» *Le Récit Cinématographique*, Condé sur Noireau, Éditions Nathan, 1990, 2000, p. 138.

¹⁶ *Studying the Novel*, London, Edward Arnold, 1985, 2001, pp. 85-86.

¹⁷ AMADO, Jorge – *Op. cit.*, p. 6.

¹⁸ AMADO, Jorge – *Op. cit.*, p. 111.

bruscamente para se deter em Vadinho, aquando do cruzamento entre os dois; sentado no parapeito da janela, o herói revela, por sua vez, Flor no interior da casa, ao desvelar uma cortina. Para lá dos aspectos técnicos, esta cena tem um valor simbólico evidente, pois coloca Vadinho literalmente entre a rua e a casa. Confortavelmente instalado no limiar do espaço público e privado, a personagem funde os dois lugares heterotópicos no seu campo de visão e de consciência, dirigindo palavras de cortesia ao clérigo ao mesmo tempo que enceta um diálogo amoroso com Flor.

No final do romance e do filme, Flor vence a opressão da moral objectiva, que repassa o filme em imagens recorrentes de pessoas em círculo, pela assunção da sua necessidade subjectiva de bigamia, derrubando também ela as barreiras entre espaço público e privado que a câmara vai dissolvendo no seu movimento pendular. Dir-se-ia que a subjectividade do narrador amadiano contagia as suas personagens e se propaga para Bruno Barreto, que pela invenção de soluções filmicas originais capazes de estabelecer conexões funcionais com o texto de partida, cria um filme com o mesmo grau de performatividade e *poiesis* que o livro, sem prejuízo da fidelidade.

*Helena Lopes**

* Aluna do 3.º ano de Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Ingleses.

TRABALHOS DE ALUNOS

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

AMADO, Jorge
Dona Flor e Seus Dois Maridos, Rio de Janeiro, Record, 1966, 2002

BARRETO, Bruno
Dona Flor e Seus Dois Maridos, (versão norte-americana), 1978

FONTES SECUNDÁRIAS

BENVENISTE, Émile
«Sémiologie de la langue», in *Problèmes de Linguistique Générale*, vol. II, Gallimard, 1974

BARTHES, Roland
«Sobre o cinema» (1963); «Semiologia e cinema» (1964), in *O Grão da Voz*, Lisboa, Edições 70, 1982

CERQUEIRA, Dorine Daisy de
Neo-realismo: A montagem cinematográfica no romance, Rio de Janeiro, Associação Fulminense de Educação, 1980

CLERC, Jeanne-Marie
Littérature et Cinéma, France, Éditions Nathan, 1993, 1998

COELHO, Eduardo Prado
«Fragmentos de uma Língua Maior», in *Público*, Lisboa, 29 de Março de 2003

GARDIES, André
Le Récit Filmique, Paris, Hachette, 1993

GAUDREAU, André; JOST, François
Le Récit Cinématographique, Condé sur Noireau, Éditions Nathan, 1990, 2000

HAWTHORN, Jeremy
Studying the Novel, London, Edward Arnold, 1985, 2001

JAKOBSON, Roman
«On linguistic aspects of translation», in VENUTI, Lawrence – *The Translation Studies Reader*, London and New York, Routledge, 2000

JAMES, Henry
The House of Fiction, London, Mercury Books, 1957, 1962

JAMES, Henry
The Art of the Novel, New York, Charles Scribner's Sons, 1907, 1962

LOPES, Alexandra Dulce Gonçalves
Das Fronteiras da Arte e do Mundo: O Jardim sem Limites de Lídia Jorge, dissertação de mestrado; Porto, FLUP, 2000

LOTMAN, Yuri
Estética e Semiótica do Cinema, Lisboa, Editorial Estampa, 1973, 1978

HELENA LOPES

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina
Dicionário de Narratologia, Coimbra, Almedina, 1990

SENA, Jorge de
Sobre Cinema, Lisboa, Cinemateca Portuguesa, 1988

VELOSO, Manuela
«A tradução intersemiótica em *Lolita* de Vladimir Nabokov e de Stanley Kubrick», in *Polissema – Revista de Letras do ISCAP*, n.º 1, Porto, 2001

VILA MAIOR, Dionísio
Literatura em Discurso(s) – Saramago, Pessoa, Cinema e Identidade, Coimbra, Pé de Página Editores, 2001

IMAGENS DO OUTRO NOS TEXTOS DE VIAGENS — EXEMPLOS SOBRE MARROCOS*

Introdução

Pretendemos com este trabalho abordar a *Imagem* do Outro, no sentido comparatista do termo, presente em textos de viagens de intelectuais portugueses do século XX que visitaram Marrocos. O objecto deste artigo é pois o olhar sobre o Outro no duplo processo de (auto)reconhecimento do estrangeiro, em narrativas diversificadas.

Concordamos plenamente com Fernando Cristóvão quando afirma que «Pensar em Literatura de Viagens é, antes de mais, admitir que há um conjunto de textos que à viagem foram buscar temas, motivos e formas que, na sua globalidade, se identificam como um conjunto autónomo, distinto de outros conjuntos textuais» (Cristóvão: 2002, p. 15). Nesse sentido, este conjunto de textos demarca-se daqueles que, ligados «à História ou à Antropologia estritamente consideradas», não revelam «uma qualidade literária aceitável» (*ibid.*) porque apresentam resultados científicos que pretendem, pelo menos, ser objectivos e rigorosos.

Sabemos que a Literatura de Viagens, como subgénero literário, teve um reconhecimento tardio (*ibid.*, p. 16), o que fica a dever-se, por um lado, à ambiguidade em torno do tema da viagem na literatura e às interrogações, distinções e confusões daí advindas, e, por outro, à «natureza compósita e interdisciplinar» de textos cruzados pela Literatura, História e Antropologia.

Seguindo ainda de perto o pensamento de Fernando Cristóvão, podemos resumir a questão do seguinte modo: um texto pode pertencer à Literatura de Viagens sem relatar qualquer viagem e outro que as relate pode não se incluir nesta classificação pelas «características semiológicas, históricas, de edição e de recepção que são próprias da Literatura de Viagens» (*ibid.*, p. 16). Face ao *corpus* de análise escolhido, optámos pela designação de “textos de viagens”, dada a variedade de estilos, de linguagem, de estruturas e de subgéneros literários.

1. Uma visão tradicional

1.1. Um olhar neutro?

Da antologia *Relatos Portugueses de Viagens (1870-1996) – A imagem de Marrocos*, organizada pelo professor Abdelmouneim Bounou, consta um capítulo intitulado «A grande porta do Magreb», que pertence à obra *Passeio em Marrocos*, de Urbano Rodrigues, publicada em 1935, a propósito de uma viagem oficial deste escritor a Marrocos.

* Trabalho elaborado no âmbito da cadeira de Língua e Cultura Árabe I, ministrada pelo Dr. Abdelilah Suisse. Fico grata ao Doutor Francisco Topa pelo incentivo para publicar na revista da minha Faculdade. A ele e também ao Dr. Abdelilah Suisse agradeço a revisão do trabalho.

Nesse texto, toda a “miragem do Outro” (Pageaux: 2002, p. 139) assenta numa perspectiva sobretudo descritiva, que, se à partida parece neutra, apresenta, na verdade, uma imagem que espelha nitidamente a situação política e sociocultural do Portugal da época.

É frequente a associação entre a cultura europeia e a marroquina. Na verdade, numa leitura mais profunda, o mais correcto seria afirmar que está subjacente uma dicotomia entre Ocidente e «Oriente», culturalmente falando, visto que Marrocos está geograficamente mais a ocidente do que grande parte da Europa.

De facto, as comparações são várias. Podemos referir a comparação entre Marrocos e Sevilha: «Deixando o *socco* e a famosa rua *Ès Seghine*, tortuosa e sem trânsito de carros como a *calle Sierpes*, de Sevilha, igualmente cheia de estabelecimentos ricos, apetece-nos uma volta pela cidade portuguesa» (in Bounou: 1998, p. 160); entre as mulheres árabes, «paramentadas como estrelas do *boulevard*» (*ibid.*: p. 158), e as francesas. Aliás, está presente com frequência a comparação entre a França – país dito civilizado, com progresso económico, raça de génio e virtudes – e Marrocos – país cuja beleza é comprometida pela falta de táxis em algumas cidades.

O olhar sobre o Outro procura inconscientemente referências do seu mundo para uma mais profunda identificação e até melhor proveito por parte do leitor. Ou haverá uma certa necessidade de encontrar no espaço estrangeiro marcas do próprio espaço do autor?

A verdade é que os vestígios da presença portuguesa em Marrocos proporcionam um sentimento misto de saudade, nostalgia e orgulho ferido¹. Em dado momento do seu relato, o autor/narrador² diz que sente «um pouco da nossa alma ligada àqueles arcos, àquelas muralhas, àquelas ruas que foram levantadas com tanto esforço e tanto orgulho, à custa de tanto sangue bom!», não surpreendendo o remate final: «(Marrocos) ainda hoje poderia ser nossa!» (*ibid.*: p. 160).

Assim, observamos também que, por um lado, o olhar sobre o Outro poderia erroneamente parecer imparcial quando o autor/narrador descreve o que se passa nas ruas da “medina”³: o barulho e o colorido nos becos e vielas; o frenesim do mercado; a multidão de pessoas na mesquita que circula por todo o lado; as diferentes línguas que se ouvem; enfim, o movimento da cidade.

Contudo, uma leitura mais atenta revela que se o representante português é pessoa da «maior dignidade e competência» e merece «provas de apreço e consideração» (*ibid.*: p. 156), já o sultão poderoso não escapa ao tom irónico do autor/narrador, por possuir um harém «reduzido a noventa mulheres» (*ibid.*: p. 158).

A mesma crítica se observa quanto ao posicionamento do autor em relação à importância de Tânger. Por um lado, Urbano Rodrigues considera que a cidade tem uma «posição invejável», uma vida «cosmopolita» e sente «que alguma coisa se passa», mas esclarece logo a seguir: «Mas passa-se longe dali. Os governos interessados conversam: mas é em Madrid, em Roma, em Paris, principalmente em Londres» (*ibid.*: p. 156-157).

Como seria de esperar, a noite acorda a imaginação do autor/narrador. É então neste momento que Tânger se transforma através do olhar mitificado do viajante. O autor/narrador tem uma visão de dois cavaleiros – D. Sebastião e Lyautey –, não escapando ao exagero: «os maiores que pisaram em todos os tempos a terra de Marrocos» (*ibid.*: p. 162). O passado reveste-se de afectividade e subjectivismo.

¹ A problemática da saudade é complexa. Interessa aqui reter, segundo Eduardo Lourenço (1999, p. 93), que a «maneira espontânea do povo português se voltar para o passado (...) é simplesmente *saudosa*, enraizada como uma intensidade no que ama, isto é, no que é, que um olhar para o passado (...) é mais da ordem do sonho que do real».

² Sabendo-se que são distintos os conceitos de autor e narrador, ocorrem, em alguns casos, marcas do ideário sócio-cultural do primeiro no segundo. Cf. Reis, C. e Lopes, A. C. M.: 1996, p. 41.

³ O termo “medina” significa “cidade” em árabe, podendo também designar apenas a sua parte antiga, como acontece neste caso.

Todavia, estes aspectos não invalidam que consideremos o texto de Urbano Rodrigues um relato sobretudo descritivo. É um olhar distante, de fora, que não penetra na realidade complexa do Outro. Não há uma posição de diálogo cultural, uma curiosidade em conhecer hábitos ou costumes do Outro, mas sim a observação supostamente neutra da cidade durante o dia. A nosso ver, o autor/narrador revela uma atitude intercultural de *mania* face à não reciprocidade com o Outro (Pageaux: 2002, p. 139). O estrangeiro é visto como superior, mas o outro não é visto como inferior, porque a representação é, como já afirmámos, fundamentalmente objectiva e demasiado distante do Outro (Mendes: 2000, p. 98).

1.2. Estranhos costumes...

Outro excerto publicado na mesma antologia, da autoria de Urbano Tavares Rodrigues, intitula-se «Às portas do Magreb» (in *Jornadas na Europa*, 1958). Relativamente ao texto anterior, este relato aproxima-se dele em alguns aspectos e afasta-se noutros. Contudo, em traços gerais, ambos apresentam uma visão tradicional do Outro, em oposição aos textos que analisaremos mais à frente.

Em termos de semelhanças, poderemos apontar a referência ao «pitoresco (...) espectáculo dos ‘soccos’» (in Bounou: 1998, p. 206). Para o autor/narrador, o mercado também se enche de vida: «Sim, tudo isto é vivo, policromo, excitante». Mas, neste caso, tem um «poder de feitiço» (*ibid.*: p. 208). Enquanto no relato de Urbano Rodrigues a descrição do real procurava ser objectiva, aqui entramos numa dimensão mais subjectiva, ou seja, o Eu assimila algo mais do Outro, aproximando-se dele, embora com algum vocabulário estereotipado (“feitiço”), como é aliás usual nestas circunstâncias.

Aflora no texto a mesma comparação (implícita), em termos político-sociais e económicos, entre árabes e europeus: «Marrocos, em boa hora independente, necessita (...) de seguir, nos campos cultural e económico, a par da França (...) da França progressiva, da França democrática» (*ibid.*: p. 214). A contradição, quase irónica, é visível. Marrocos, ainda que independente, deve seguir os passos da França. Mas os passos da França, “democrática!”, que só aboliu a pena de morte em 1981? Para o autor, a França continua a ser, decorridos mais de 20 anos, o modelo a “imitar”, inclusive em termos culturais.

Desta feita, a Europa, em geral, e a França, em particular, são os horizontes procurados por estes dois autores. Procuram no espaço do Outro os seus horizontes políticos, socioculturais e económicos.

O autor/narrador sente-se atraído pela «Idade Média africana» e pela «dramática ignorância» daquele povo (*ibid.*: p. 204). Mais à frente, refere-se ainda à «simpatia profunda que hoje inspira esta gente primitiva» (*ibid.*: p. 205).

Segundo a terminologia proposta por Jean Marc-Moura, estamos perante uma imagem ideológica em que a representação do Outro é redutora porque corresponde ao estereótipo ou cliché (citado por Mendes: 2000, p. 96-97). De facto, o autor/narrador afirma que o Ramadão é «por todos cumprido» (in Bounou: 1998, p. 204). Contudo, sabemos que estão excluídos da prática do jejum, no mês do Ramadão, crianças, mulheres grávidas ou todos aqueles que por motivos de saúde não o possam fazer (sejam homens, mulheres ou jovens), além de que outros podem não cumpri-lo por razões diversas.

Quanto aos aspectos em que se afasta de Urbano Rodrigues, notamos neste relato que o universo do Outro não se restringe à descrição objectiva do que se passa nas ruas do mercado.

Há um ouvido atento aos tocadores de cítaras, ao «canto melancólico de uma dupla flauta de cana» (*ibid.*: p. 207), ao alaúde, ao grito dos camelos. Igualmente a frescura, diríamos até leveza, da arquitectura em estilo árabe, nomeadamente os azulejos, os repuxos, suscita o entusiasmo do autor/narrador. Chega mesmo a dizer: «palpei amorosamente as dezasseis colunas de mármore do Bit el Mal» (*ibid.*: p. 206). A par desta proximidade, há o despertar de um outro sentido – o olfacto. O cheiro a hortelã no interior da “medina”, o perfume a limão vindo de um palácio, são apenas alguns exemplos. Em suma, é toda uma atmosfera que faz o autor sentir-se «feliz, renascido, purificado» (*ibid.*: p. 205), salientando-se aqui uma certa evolução para um sentimento quase místico. A própria montanha provoca um estado de êxtase e pacificação interior. O olhar sobre a realidade circundante encanta o autor/narrador.

Sentimento diferente desperta a situação da mulher árabe. Urbano Tavares Rodrigues sente frustração e não se convence com a ideia de “resguardo” da mulher em relação ao homem. Seria contudo

possível pôr em paralelo a alegada situação humilhante e desumana da mulher na cultura islâmica com a submissão da mulher portuguesa face ao homem no seio da família.

Assim, temos, por um lado, um olhar mais íntimo da realidade, no sentido de a “miragem sobre o Outro” focar aspectos constituintes da identidade e cultura islâmicas. Veja-se inclusive a abundância de palavras árabes, em contraposição com as expressões francesas utilizadas por Urbano Rodrigues. Há como que uma atmosfera carregada de exotismo.

Por outro lado, essa aproximação não significa assimilação, isto é, reciprocidade. O olhar “próximo” sobre o Outro não implica uma relação paralela e de igualdade. Na verdade, o olhar de Urbano Rodrigues é mais “de fora”, continuando a abundar dados referentes a si próprio, ao seu espaço. Daí a falta de reciprocidade desta imagem ideológica que «como lógica de investimento simbólico» (Mendes: 2000, p. 98) constitui uma atitude intercultural de *fobia* (o estrangeiro é visto como inferior). O contacto com o Outro agudiza o sentimento de superioridade do Ocidente em relação ao Oriente, face ao dito “atraso civilizacional” dos árabes.

Deste modo, podemos concluir que, nos dois relatos de viagens, a viagem propriamente dita desloca-se não raro para uma viagem interior, fazendo emergir no texto a imagem que o viajante tem de si, isto é, da sua identidade cultural, já que em vários momentos a observação do espaço estrangeiro leva à tal recordação do seu mundo, senão mesmo à comparação, como vimos atrás.

Portanto, o viajante encontra-se afectivamente mais perto do seu país, mesmo pisando solo estrangeiro. Daí que o processo de representação do Outro seja uma viagem com retorno, em função do Eu, dos seus interesses, em vez de uma abertura para um possível diálogo cultural.

Por mais que seja uma perspectiva reflexiva, o país de origem do autor/narrador sobrepõe-se de forma clara e a representação do Outro reduz-se à superficialidade. Temos frequentemente a sensação de que o contacto com o Outro, além de fascínio, admiração, perplexidade até, conduz, antes de mais, ao sublinhar da excepcionalidade dos europeus, senão mesmo da cultura portuguesa, transformando a visão do Outro numa perspectiva redutora.

2. Uma visão moderna

2.1. Fascínio e admiração

Uma visão moderna surge na crónica (ou história de viagem) «Emboscada em Marráquexe»⁴, de Miguel Sousa Tavares. Pelo facto de se tratar de uma crónica, ou seja, de um texto entre o registo literário e o jornalístico, há vários elementos a ter em conta. Sabemos, desde logo, que o autor/narrador toma em consideração o público leitor. Aliás, podemos notar isso mesmo quando o viajante exorta o destinatário a desfrutar calmamente da beleza de Marráquexe. Há um tom quase de aconselhamento ao leitor: o narrador sugere ao viajante (futuro) que aproveite e se deixe “apanhar” pelo encanto daquela terra.

Ao contrário dos relatos de viagens, que descrevem o percurso fornecendo dados da viagem propriamente dita (horas de partida, de chegada, meio de transporte...), a crónica tem um estilo mais solto e, por não haver uma preocupação tão afincada em fornecer esses dados, o autor/narrador consegue um texto de grande variedade temática e estilística, aproximando-se do registo literário.

O estilo do cronista abre o texto para essa dimensão diferente. Implicamente há uma interpelação do sujeito viajante aos seus leitores. É certo que na crónica de viagem, tal como nos relatos de viagens, está igualmente presente o desejo de informar os leitores acerca do Outro, mas, no primeiro caso, nota-se um contacto mais próximo com o destinatário, no sentido de entender este último como possível viajante.

⁴ Miguel Sousa Tavares acentua o topónimo.

Não esqueçamos que são bem distintas as condições de produção, edição e recepção destes textos. Se os relatos de viagens de Urbano Rodrigues e Urbano Tavares Rodrigues pertencem a publicações em livro, já a crónica de Miguel Sousa Tavares, embora recolhida em livro, em 1998, saíra anteriormente na revista *Grande Reportagem*.

Contudo, existem elementos comuns aos dois tipos de textos de viagens. Os principais tópicos abordados por Miguel Sousa Tavares apareciam-nos nos relatos de viagens anteriores, embora nesta crónica sejam objecto de um tratamento diferente. A agitação, a vida e o movimento do mercado, por exemplo, merecem referência: «De repente (...) fomos envolvidos por uma multidão esfuziante de peões, bicicletas, motoretas, carroças, burros, camelos, ovelhas, todo o *souk* que transbordava de agitação» (Tavares: 2001, p. 68). Também a arquitectura árabe, nomeadamente na habitação – os terraços, as fontes, a frescura dos pátios interiores, os azulejos, os palácios –, chama a atenção do autor/narrador. E, claro, a cítara berbere «que parece uma coisa familiar e íntima e todavia é tão diferente de tudo o que já ouvimos» (*ibid.*: 2001, p. 73).

Ao nível da percepção olfactiva, note-se o cheiro a hortelã, a rosas, a buganvílias, por exemplo, contrastando com o clima seco e árido do deserto.

Em termos de linguagem, encontramos, de igual modo, o uso do superlativo relativo de superioridade que acentua a intensidade do encantamento do viajante: «a mais bela cidade do deserto» (*ibid.*: p. 65), «a mais mágica das cidades do deserto» (*ibid.*: p. 68), «vou ler o jornal com o nome mais bonito do mundo» (*ibid.*: p. 69). Assinale-se o efeito rítmico e melódico proporcionado pela repetição da mesma estrutura, ainda que ela se encontre dispersa no texto.

Desta feita, embora estejam presentes os mesmos tópicos – dado que eles são próprios do espaço do Outro –, há uma diferença substancial: os elementos da cultura e identidade deste país árabe não provocam qualquer tipo de espanto, mas antes fascínio e admiração, visível também na não utilização do substantivo “mouros”, abundante nos autores anteriores. Aos olhos de Miguel Sousa Tavares, a separação de árabes e franceses, nos tempos do Protectorado, foi o que salvou as “medinas” porque ficaram «tal qual estavam e os marroquinos entregues a si mesmos» (*ibid.*: 2001, p. 71) conservando, assim, a sua identidade islâmica, com toda a sua tradição e originalidade.

Este excerto, que pode passar despercebido ao leitor “distraído”, é fundamental para percebermos a imagem que o autor/narrador tem do Outro. A seu ver, o espaço do Outro manteve-se genuíno e intocável, justamente porque não se deixou corromper pelas “cidades europeias” de «avenidas largas e rasgadas» (*ibid.*: p. 71). Ora, há aqui uma perspectiva totalmente diferente das outras, sobretudo em relação ao texto de Urbano Tavares Rodrigues, em que a França era apresentada como um exemplo a seguir por Marrocos.

O jornalista acaba mesmo por dizer que «se é verdade que foi fora de muralhas e na ‘zona europeia’ que os milionários e as estrelas de cinema construíram as suas sumptuosas e deslumbrantes *villas* do palmeiral de Marráquexe, não é menos verdade que os verdadeiros amantes da cidade optaram pelos *riads*, em pleno *souk*, no coração secular de Marráquexe» (*ibid.*: p. 72).

Estamos, portanto, perante uma imagem utópica, «na medida em que [estas] questionam e se distanciam do imaginário social em que se integram, apresentando o estrangeiro (...) como uma realidade alternativa» (Mendes: 2000, p. 97). Não está presente a necessidade de, através do Outro, o autor/narrador se conhecer a si próprio. Claro que a viagem, graças ao contacto com o Outro, enriquece sempre o sujeito viajante, mas aqui há admiração pelo Outro, há uma imagem positiva do Outro.

2.2. Inventar Marrocos: (re)criação e sonho

De cariz marcadamente literário é o texto do escritor Vergílio Alberto Vieira, *O Caminho da Serpente*, que também figura na antologia do professor Abdelmouneim Bounou. Contudo, a configuração original das prosas poéticas não é respeitada. Aquilo que na antologia aparece seguido, na edição original são 30 segmentos textuais, um em cada página. Não raro decorre daqui uma leitura enganadora e confusa. Na antologia, trechos que estão separados por um espaço, dando a ideia de que não estão

relacionados, podem na edição original pertencer ao mesmo trecho. Este texto demarca-se claramente dos outros ao nível da linguagem, da estrutura e da imagem sobre o Outro e por isso o deixamos para último lugar.

Desde logo através do título, vemos que o texto se abre para uma dimensão simbólica, precisamente nas palavras “caminho” e “serpente”. “Caminho” será a viagem – itinerário e percurso interior – que contribui para o enriquecimento do sujeito. “Serpente” leva-nos para uma simbologia interminável. Podemos pensar, de acordo com o texto, em serpente como vida (no sentido de força vital); como força de oposição ao Homem; como sabedoria; «dialéctica material da vida e da morte, da morte que surge da vida e da vida que surge da morte»; e, finalmente, como imagem de círculo⁵. É precisamente neste sentido que “serpente” se relaciona com “caminho”. O círculo à volta do Eu é não mais do que o caminho à volta do conhecimento, da sabedoria ou do afã de o alcançar através do contacto com o Outro.

Cada trecho constitui o desenvolvimento de ideias. Por outras palavras, o texto não só tematiza os elementos característicos da cultura árabe, em geral, como também de Marrocos, em particular. Temos a referência a “Ksar-al-Kebir”, a Meknès, Tânger, Fes, Rabat, cidades por onde provavelmente o sujeito viajante terá passado. Na verdade, não há no texto dados do Eu sobre o Eu, por exemplo sobre a viagem em si mesma, como acontecia nos textos anteriores. Os topónimos estão no texto. Mas o viajante terá realmente passado por estas cidades ou viajou com a sua imaginação? Outros constituintes da cultura islâmica são, citando apenas alguns exemplos, a situação da mulher árabe – «o Sultão a quem 500 mulheres abriram as pernas/ para deixar uma descendência de 800 filhos» (Vieira: 1992, p. 15); o Alcorão – «O Livro Sagrado a que dão o nome de Kitâb/ é, acima de tudo, um *discernimento*» (*ibid.*: p. 18); a animação e a variedade que se pode encontrar no mercado, uma vez mais – «Cheiros, carga, carne, lã, metais, pregões, /ruídos, pragas, água, panos, pão, excrementos/ sombra, fios, filhos, sedas, facas, frutas, cobres» (*ibid.*: p. 29); a cor do islão – «Só esta cor de um verde-azul mortal hoje me/ impede de lhe comprar, por um dirahm, /o que os seus olhos fixos de rapaz lhe deram à /nascença: a transparência do mar» (*ibid.*: p. 36) e ainda a cítara, o silêncio do deserto e das terras do Sul.

Nestas prosas poéticas, a palavra sofre uma transformação. Neste sentido, temos de entender a palavra como um conceito, uma ideia, um sentido e, até, um sentimento que dá corpo ao texto. A palavra funciona, assim, como transfiguração do real. A linguagem, extremamente elíptica e sintética, é profundamente subjectiva. O Outro, cuja presença se adivinha pelos temas presentes nos segmentos textuais, é responsável pelo despertar dos sentidos do viajante, que através da palavra mostra a assimilação do Outro. A palavra – inaugural – (con)funde-se com o mistério provocado pelo contacto com o Outro. As palavras são como blocos: «Pelos campos de Sais, a terra eleva-se à natureza da própria divindade. / O pão, a terra: o amor, o sol» (*ibid.*: p. 16); «A palavra difunde a presença divina. / Em Fes, eu escutei a palavra. E, Fes, a das / muralhas cegas» (*ibid.*: p. 19); «Pelos arredores de Tânger, sob a folhagem / seca das poeiras, eles escrevem o Nome. / E ninguém sabe, ó vã Cidade, que outro / chorado rosto...» (*ibid.*: p. 38).

A *secura* da palavra parece assim corresponder à *secura* do deserto. O sujeito viajante, através da assimilação do universo do Outro, transporta o real para um discurso do sublime, criando um universo transfigurado. A invocação do real, carregado de misticismo e simbolismo, define a sua escrita – alimentada pelo mito e pela procura do Outro, que se converte numa procura do Eu. Assim, a essencialidade da palavra (que lembra António Ramos Rosa), do texto, corresponde ao instante mítico procurado pelo sujeito. Frequentemente, tal como nos textos anteriores, há um instante simbólico – a noite: «Explode no mar esta primeira noite de Tânger» (*ibid.*: p. 9); «Por lugares perdidos, a terra alonga-se, em/ direcção ao mar. Eu fico. / Colhido pela noite como o mendigo cego, às / Portas de Rabat» (*ibid.*: p. 23).

⁵ A propósito desta questão, veja-se o verbete «Serpente», in Chevalier, J. e Gheerbrant, A. 1994, pp. 594-602.

Ao mover-se no espaço do Outro, a palavra surge como *clarivisão*. Há uma profunda mitificação do Outro que conduz a uma mitificação do Eu. Haverá desejo de conhecer o Outro ou através do Outro (haverá) o desejo de se conhecer a si próprio? Na verdade, os segmentos reflexivos dão-nos conta, acima de tudo, de um percurso interior, ou seja, de uma panóplia de vivências, sonhadas ou desejadas. O desejo de conhecer o Outro pode ser encarado como necessidade do Eu se encontrar no seu mundo. A viagem geográfica, ao converter-se numa (re)criação do Eu, mostra que o sujeito viajante esteve aberto à assimilação do Outro, ainda que mitificado e em função de si próprio. Em suma, consideramos que a imagem do Outro aqui presente oscila entre uma imagem ideológica, ao remeter para o símbolo e para o mito, e utópica, ao «sc distanciar do imaginário social em que se integra» (Mendes: 2000, p. 97).

Conclusão

Na narrativa de viagens do século XIX, a estruturação era feita, em grande parte, em função do destinatário, pelo facto de a crónica de viagem servir também, por exemplo, para dar a conhecer a esse público leitor o que por outras vias não chegava a Portugal. Não havendo nestes textos de viagens essa necessidade ou preocupação, é como se o verdadeiro destinatário fosse o próprio sujeito viajante.

Como vimos, há temas recorrentes em todos os textos. Os tópicos abordados no texto, como elementos caracterizadores da cultura do Outro, repetem-se. Abundam também, em diferente grau, em todos os textos, referências a monumentos, topónimos e personagens históricas, com o intuito de situar melhor o leitor no espaço do Outro, dando-lhe a conhecer um pouco do país. A este respeito, repare-se nos títulos, que dão informações sobre a viagem, sobre o conteúdo dos textos e despertam o interesse para a leitura. Este aspecto é particularmente visível no caso de «Emboscada em Marráquex», sem dúvida um título mais apelativo do que os outros. E, claro, a viagem enquanto expectativa e mudança também os une. Daí ainda a presença de peripécias narradas, ou seja, de situações vivenciadas pelo viajante, que dão maior verosimilhança ao texto e aproximam o leitor do espaço do Outro. A viagem em si, materialmente falando, abre novas perspectivas, transformando-se em viagem do conhecimento.

Nos dois primeiros textos, em relação às diferentes viagens empreendidas pelo sujeito, o percurso funciona como desejo de (re)conhecimento da sua cultura. O Outro complementa a identidade do Eu, ainda que através de um diálogo unilateral, ou seja, por causa do preconceito em relação à cultura do Outro, o sujeito viajante sublinha a excelência dos europeus. Nos dois últimos textos, o percurso complementa a identidade do Eu, no caso do último, *O caminho da serpente*, ainda que através de uma fuga no espaço estrangeiro ou do sonho, enquanto mitificação da identidade islâmica, que se traduz numa imaginação criativa do sujeito.

Todavia, a diferença de tratamento – mais ou menos literário – destes tópicos comuns a todos os textos depende, a nosso ver, da maior ou menor assimilação que o Eu fez do Outro. Apesar de uma certa unidade, como vimos, há claramente heterogeneidade a nível de linguagem, de estrutura, de motivações, de resultados.

Está subjacente nestes textos de viagens o conhecimento acumulado do sujeito em relação ao seu mundo, que graças à mudança proporcionada pela viagem, sofre uma alteração. Essa mudança ora se traduz somente num percurso interior do sujeito, num *dialogismo consigo próprio*, que o leva a repensar a sua identidade cultural, ainda que através da imagem do Outro, como no caso de Urbano Rodrigues e Urbano Tavares Rodrigues; ora conduz a um sujeito refeito, se quisermos, cuja influência, que brotou do confronto implícito da sua identidade cultural com a do Outro, o fascinou, levando-o a (re)criar-se.

Rómina de Mello Laranjeira

OBRAS CITADAS

- BOUNOU, Abdelmouneim
(1998) *Relatos Portugueses de Viagens (1870-1996) – A imagem de Marrocos*, Fez, Faculdade de Letras e Ciências Humanas Dhar El mahraz – Fez, Leitorado de Língua e Cultura Portugueses
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain
(1994) *Dicionário de Símbolos*, Lisboa, Teorema
- CRISTOVÃO, Fernando (coord.)
(2002) *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagem: Estudos e bibliografias*, Coimbra / Lisboa, Almedina / Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa
- LOURENÇO, Eduardo
(1999) *Portugal como Destino; seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva
- MENDES, Ana Paula Coutinho
(2000) *Representação do outro e identidade: Um estudo de imagens na narrativa de viagem – I. Imagologia literária: Contornos históricos e princípios metodológicos*, in «Cadernos de Literatura Comparada», I, n.º 1, Porto, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da FLUP / Granito
- PAGEAUX, Daniel-Henry
(2002) *Sobre la noción de imaginario. Elementos para una teoría en literatura comparada*, in «Anthropos. Huellas del Conocimiento», n.º 196, Barcelona
- REIS, Carlos e Ana Cristina M. Lopes
(1996⁵) *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina
- TAVARES, Miguel Sousa
(2001⁸) *Sul – Viagens*, Lisboa, Relógio d'Água
- VIEIRA, Vergílio Alberto
(1992) *O Caminho da Serpente*, Braga, Fim de Século

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BASSNETT, Susan
(1993) *Comparative Literature – A critical introduction*, Oxford, Blackwell
- LABORINHO, Ana Paula, SEIXO, Maria Alzira e VIEIRA, Maria José (org.)
(1999) *A Vertigem do Oriente – Modalidades discursivas no encontro de culturas*, Lisboa / Macau, Cosmos / Instituto Português do Oriente
- SEIXO, Maria Alzira (coord.)
(1998) *Poéticas da Viagem na Literatura*, Lisboa, Cosmos

RECENSÕES

MÁRIO VILELA, *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra, Almedina, 2002, 408 pp.

Metáforas do Nosso Tempo, de Mário Vilela, recentemente publicado, é uma obra onde o A. compendia alguns dos seus trabalhos e agora republica com diversas actualizações.

O denominador comum destes catorze estudos é o mundo da estereotipia: os estereótipos de pensamento (provérbios, máximas...), os estereótipos de língua (formas congeladas, locuções...).

Pelos títulos dos estudos insertos na obra, que cito pela ordem por que aparecem, adivinham-se os objectos transversais de reflexão: “Semântica do «lugar comum»”; “Limites e «performances» da semântica cognitiva”; “A metáfora na instauração da linguagem: teoria e prática”; “Ter metáforas à flor da pele ou outra forma de ter nervos”; “A metáfora ou a força categorizadora da língua”; “Do «campo lexical» à explicação cognitiva: Risco e Perigo”; “As expressões idiomáticas na língua e no discurso”; “Estereótipo e os esteriótipos na língua portuguesa actual”; “O seguro morreu de velho e Dona Prudência foi-lhe ao enterro: contributo para uma abordagem cognitiva”; “Corrupção, clientelismo, cabritismo, boy(ismo) ou alguns estereótipos do nosso tempo”; “O ensino da língua na encruzilhada das normas”; “Dicionário e ensino da língua materna: língua e texto”; “A tradução como mediadora dos estereótipos”; “A tradução da multiculturalidade”.

A obra abre com “Palavras Introdutórias” (p. 7), onde o A. procura sintetizar cada um dos trabalhos. Destaca em cada um deles as suas linhas essenciais, apresentando os objectos onde recai a sua reflexão. Verifica o leitor que noções como *metáfora*, *metonímia*, *estereótipo*, *análise semântica*, *mudança semântica*, *expressão idiomática*, *provérbio* e outras são noções recorrentes em todos os estudos.

Apoiado em teorias explicativas como sejam a teoria estrutural e a cognitiva (“A explicação da linguística cognitiva e da linguística estrutural não se opõem: completam-se (...)” p. 123) e em disciplinas como a semântica, a morfossintaxe lexical, e informado em vasta bibliografia (como se pode verificar pelas referências bibliográficas no fim de cada artigo), o A. faz um trabalho rigoroso de investigação, aplicação e sistematização dos segmentos estereotipados em termos de representação pessoal e de crenças colectivas. Obra dirigida a estudiosos da língua, mas também a professores de todos os graus de ensino, sejam eles de língua materna, segunda ou estrangeira, a jornalistas, a todos aqueles que trabalham com a palavra, e ao público em geral, que também a pode ler com proveito e sabor, passa o A. em revista as diferentes noções, na perspectiva das várias teorias e disciplinas em confronto.

A estereotipia, tradicionalmente considerada de forma estática nos seus conteúdos e formas, e destacada apenas nos seus traços de banalidade, tem-se, de há anos a esta parte, estudado estas formas de lexias em termos da sua função construtiva e produtiva. O objectivo é chamar a atenção para a forma como o indivíduo na sociedade e a própria sociedade se apropriam destas formas linguísticas e como é que as gerem numa dinâmica das relações sociais de uns com os outros e cognitivas do indivíduo consigo próprio.

Integrando-se nesta via, o A. percorre um vasto corpus de provérbios, de fraseologias, de expressões idiomáticas, recolhidos em textos autênticos (sobretudo da imprensa escrita e oral) dos mais diversos campos, desde a “economia” à “corrupção” e a outros sectores. São detectados as tendências e os traços comuns destas expressões de que os mais salientes são a “repetição” e a “metaforização”.

No que diz respeito à “repetição” afirma o A. na p. 37: “o denominador comum – o mecanismo que subjaz a todos estes conceitos (...) é o factor «repetição». O valor positivo ou negativo que se atribui ao traço «repetição», na gradação da pejoração ou majoração, distingue os vários termos.”

De facto, pelo menos teoricamente, toda a expressão acabada deveria ser uma ocorrência única, reflectindo uma opinião, uma necessidade ou uma intenção do locutor aquando do acto de locução. Ora, um grande número de unidades de discurso que o usuário da língua actualiza não são criações pessoais, mas antes unidades de extensão variável veiculando ideias estereotipadas em termos congelados. Como esta obra profusamente o demonstra, estes micro-enunciados constituem um fundo lexical no qual o locutor encontra sequências gramaticais acabadas e muitas vezes autónomas do ponto de vista semântico, susceptíveis de esclarecer o contexto ou de fornecer representações estandardizadas a circunstâncias percebidas como típicas. Esta tipicidade alarga-se especularmente a todos os campos: do conhecimento aos sentimentos e às experiências humanas. Como o A. afirma na p. 111: “Uma cultura consiste numa rede de sistemas de significado, concepções e esquemas interpretativos que se geram, aprendem, activam, constroem e se mobilizam em práticas sociais, normas impostas por instituições, incluindo as **linguísticas** [sublinhado meu]”.

São também estas “normas linguísticas” codificadas pelo uso que vão proporcionar, segundo o A., a intercompreensão entre os falantes. Adquiridas pelo locutor nativo ao mesmo tempo que os outros elementos do vocabulário, umas formas estereotipadas (fórmulas de delicadeza, fórmulas comunicativas, frases rituais e de circuntância, lugares comuns) adquirem-se no decurso da aprendizagem das convenções sociais; outras (como as máximas, os aforismos) vão-se acumulando no decurso dos estudos, proporcionalmente ao grau de instrução. Uma e outras vão-se infiltrando insidiosamente na consciência colectiva, codificando “esquemáticamente – com conceitos básicos e derivados, cenários típicos e guiões pré-fabricados –“ (p.111-112), imprimindo crenças e convicções de tal forma que o locutor só muito dificilmente distingue e destrinça a parte estereotípica (colectiva) da parte opinativa (individual).

De qualquer forma, mesmo que todos os locutores de uma determinada língua partilhem este património de saber comum pelo viés da estereotipia, há variações (de classe social, de espaço, de estilo) oriundas do uso que cada locutor faz de uma determinada categoria de estereótipos. Como afirma com propriedade o A. na p. 121 “numa língua há um **diassistema** onde funcionam três dimensões: a espacial ou variação diatópica, a social ou variação diastrática, a estilística ou variação diafásica”. De acordo com a dimensão, assim se projecta o estereótipo. A par das expressões congeladas que denunciam as variações diatópicas, de acordo com o espaço (*Para lá do Marão mandam os que lá estão; Ver Braga por um canudo*) e diastráticas, de acordo com o contexto soacial (*Perder o juízo; Ficar com os pirolitos*), há os casos das citações proverbializadas de origem bíblica, literária, histórica ou filosófica, dos adágios (normalmente de origem jurídica), dos apotgemas (alusões) que, de facto, reflectem o grau de cultura e o gosto individual pelo culturalmente “bem visto”.

Nesta perspectiva, o traço “repetição” é também a base a partir da qual se podem aquilatar as variações de uso dos estereótipos que, apesar disso, continuam a sê-lo. À força de serem repetidos, penetram na bagagem cultural comum dos locutores duma língua: alterada a situação de uso, o estereótipo adequa-se e actualiza-se.

Identificada a relação de variabilidade do estereótipo com as dimensões do diassistema, e reconhecida a sua existência como “necessidade de categorizar o mundo e a necessidade de organizar e simplificar o meio em que vivemos” (p. 251), vai o A., numa perspectiva transversal através de diferentes campos de estudos, de que os fundamentais são as ciências cognitivas e as ciências da linguagem, reter a sua atenção no modo como o indivíduo e o grupo se apropriam destes elementos numa dinâmica consigo próprio (representação cognitiva) e com os outros (crenças colectivas).

Um exemplo, entre muitos outros, deste labor investigativo dos elementos estereotípicos através das componentes discursivas, é a abordagem que o A. faz de exemplares típicos a partir do termo “seguro” no estudo “O seguro morreu de velho e Dona Prudência foi-lhe ao enterro: contributo para uma abordagem cognitiva” (p. 249). Neste estudo, o A. apresenta uma quantidade considerável de exemplos do protótipo “seguro” em textos de divulgação, na forma de fraseologias e em formas

proverbiais e mostra que não se pode cortar o estudo da língua das suas actualizações discursivas. Senão como detectar os traços metafóricos que sempre se desencadeiam quando há a inclusão do enunciado na enunciação?

E se “não há metáfora sem contexto” (p. 69) também não há língua sem metáforas. Neste sentido, e partindo de noções fundamentais como a do “nosso sistema conceptual [ser] essencialmente metafórico” (p.73) e “A metáfora [servir] assim como um potencial criativo e significativo” (p. 68), o A. faz um percurso reflexivo acerca de estereótipos designados de “metáforas estruturadas”, de “metáforas orientacionais”, de “metáforas ontológicas” e vai concluindo que nem sempre o indivíduo tem a escolha de se exprimir de forma metafórica ou “literalmente”. Numerosos saberes, sobretudo quando não são objectos concretos, não podem ser expressos de outro modo que metaforicamente.

Assim, mostra o A. que a denominação metafórica está enraizada na experiência física, mas também nas experiências culturais e nas relações sociais. Do ponto de vista cognitivo, a metáfora acaba por constituir uma espécie de conceito “metaforicamente estruturado em termos de outro conceito” (p. 75). Esta sobreposição de dois domínios ou experiências permite ao segmento estereotípico metafórico fornecer esquemas que organizam a interacção do indivíduo com o mundo. Longe de depender de um livre arbítrio do locutor, é preciso considerar a metáfora como um meio de conceptualizar o mundo. Pois, mesmo sendo muitas vezes o resultado de focalizações ou de pontos de vista, nenhuma metáfora é tão completa ou objectiva que não permita “instaurar-se como uma alteração contextual do significado” (p. 69) e delimitar o seu objecto segundo determinadas opções.

Sabendo que uma metáfora só por si não explica nada e partindo do princípio que o nosso sistema conceptual tem um carácter metafórico, e que a metáfora se apresenta como “capital para a explicação da análise semântica” (p. 137), vai o A. demonstrar que só revelando os contextos nos quais a metáfora é utilizada e as intenções às quais ela corresponde é que se pode clarificar o seu papel no raciocínio e na comunicação. E é nesta perspectiva da consideração da noção de metáfora como processo e menos como resultado que o A. vai fazer incidir a análise do vastíssimo corpus de “metáforas à flor da pele”, de “metáforas na linguagem da economia” e outras.

A partir desta concepção de língua através das metáforas, deduz o leitor que numerosos processos de metaforização pertencem tanto à ontogénese (desenvolvimento individual) dos saberes sobre a língua como à filogénese (evolução colectiva) do pensamento linguístico.

Sobre esta ideia geral reflecte o A., mais concretamente, em dois estudos: “O ensino da língua na encruzilhada das normas”; “Dicionário e ensino da língua materna: léxico e texto”. No primeiro a reflexão recai em formas estereotipadas como as expressões idiomáticas, as fraseologias, as colocações e todas as formas do “nosso linguajar quotidiano” (p. 317) num confronto das normas do Brasil e de Portugal e em outras estruturas ligadas à gramática e aos estrangeirismos. Feito este percurso interroga-se o A. sobre o modo como a escola ensina a língua, concretamente o léxico, quer a nível do seu ensino-aprendizagem quer a nível dos manuais de consulta, especificamente gramáticas e dicionários.

De facto, reflectir sobre as línguas e a linguística implica quase inevitavelmente o recurso a processos de metaforização. Estudar estes processos na mestria do léxico impõe-se hoje às didácticas das línguas. Embora a compreensão das metáforas seja um problema grande na aprendizagem das línguas, dado o seu reconhecimento necessitar de um trabalho explícito em redor da polissemia. Só descrevendo precisamente os diferentes polissemas que se agregam ao uso de termos correntes é que se detectam os procedimentos de metaforização que estão na base dos diferentes sentidos dos estereótipos. Isto é, só identificando os semas de “enfrentar” e “barra”, por exemplo, é que se apreende o sentido do estereótipo “enfrentar a barra”. Como esta operação escapa muitas vezes aos alunos, a descrição dos polissemas deve ser o meio a privilegiar para permitir aos alunos sair do impasse da monosemia ou da pseudo explicação binária em termos de “sentido próprio” e “sentido figurado”.

O interesse da reflexão sobre as conceptualizações metafóricas é que elas tornam disponíveis realidades abstractas e fornecem esquemas conceptuais para estruturar “e categorizar o mundo” (p. 333). Neste sentido, compete ao linguista, em geral, descrever e captar os traços subjacentes para que estas metáforas possam funcionar em toda a consciência e compete ao didáctico, em particular, trabalhar estas formas em contexto para que os alunos interiorizem o léxico como um sistema central e organizado

segundo um feixe combinatório de sistemas e de domínios.

Esta capacidade de o léxico se poder combinar em pacotes estandardizados na forma de estruturas idiomáticas, de provérbios e de outras unidades fixas, por um processo de translação e, logo, de metaforização, é ditada por uma dimensão sociocultural impossível de prever. A característica de não “predizibilidade” indica que a sua função corresponde a categorias cognitivas particulares (à excepção da grande parte dos provérbios) e logo não universais. Sendo dado o seu carácter idiosincrático, quase arbitrário, estas formas tornam-se quase intraduzíveis numa outra língua. Esta questão aborda-a o A. nos últimos dois estudos quando reflecte sobre a estereotopia para concluir que nas estereotopias mais marcadas “As divergências podem ir da diferente ordenação dos elementos a um distanciamento formal quase total e com equivalência apenas pragmática” (p. 368). De facto, mesmo na redacção de um dicionário bilingue, estas construções colocam um real problema de tradução. A maior parte dos lexicógrafos e tradutores, mesmo tendo uma boa competência numa língua estrangeira experimentam uma grande dificuldade em adivinhar o significado profundo destas expressões. Sendo dado que se trata muitas vezes duma língua viva, é preciso ter-se contactado muito de perto com o país onde se fala esta língua para que tais formas façam parte da competência produtiva ou receptiva com o conhecimento de todos os matizes semânticos. Porque para um locutor não nativo não se torna fácil distinguir as locuções convencionais das criativas.

Após a leitura transversal dos estudos que compõem *Metáforas do Nosso Tempo*, verifica o leitor que há uma linha selectiva da qual emerge um denominador comum: a estereotopia como representação colectiva ligada à construção da identidade e cognição sociais.

Fundados estes estudos em preocupações tão diversas, como as que vão da morfossintaxe lexical até à semântica, da compreensão à expressão, do texto ao discurso, compreende-se que a estereotopia apareça como um objecto da reflexão contemporânea nas ciências humanas e sociais, incluindo estas as ciências cognitivas, as neurociências, a antropologia, a sociologia, a linguística, a psicologia e mesmo a economia e a ciência política, como de forma vasta o A. deu conta.

Metáforas do Nosso Tempo, por tudo o que foi dito, constitui-se como uma obra fundamental e única.

Fundamental porque, ao advertir para a presença massiva dos esterótipos no discurso e para a sua frequência em todas as dimensões (espaciais, sociais, estilísticas), privilegia uma grande diversidade de leitores: dirige-se tanto àqueles que têm a língua como objecto de reflexão e estudo como àqueles que a utilizam somente como instrumento de uso.

Única porque, ao trabalhar de forma singular uma quantidade de segmentos codificados, revela que estas formas de expressão estão sempre omnipresentes e que o seu conhecimento é indispensável na vida intelectual e social quotidianas.

Esta capacidade em interrogar os estereótipos e outros segmentos congelados no seu funcionamento discursivo é bem a ilustração do casamento entre vocabulário e discurso.

Como diz expressivamente Meschonnic (1991: 9) (1) “On cherche des mots, on trouve des discours. On cherche du discours, on trouve des mots”.

Ou como diz apropriadamente Mário Vilela (pp. 38, 39) “A existência no léxico das associações estereotípicas é um reflexo das nossas próprias representações. E as associações criadas pelo discurso são ainda derivações de relações pré-existentes também no léxico”

Olivia Maria Figueiredo

LEDA BISOL; CLÁUDIA BRESCANCINI (ORGS.), *Fonologia e Variação. Recortes do Português Brasileiro*, Porto Alegre – RS, EDIPUCRS, 1ª ed., 2002, 312 pp.

1 – Este livro reúne, ao longo dos 9 capítulos que constituem a sua componente central, um conjunto de estudos que se ocupam do tema da variação fonológica, analisando-o relativamente a alguns aspectos específicos da fonologia de determinadas variedades do português brasileiro (PB) falado nos estados do Sul do Brasil. Como nos é explicado numa das badanas desta edição, os estudos aqui coligidos foram apresentados originalmente em reuniões quinzenais de um projecto de investigação sobre a variação fonológica desses dialectos (“VARISUL”) com sede na Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUCRS), sendo agora, por este meio, colocados à disposição de um público mais vasto.

2 – A abrir o livro, encontramos um prefácio assinado por Dermeval da Hora, da Universidade Federal da Paraíba (pp. 7-9), a que se segue uma introdução, intitulada “A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S” (pp. 11-75), da autoria de Cláudia Regina Brescancini (estudante de doutoramento da PUCRS que, juntamente com Leda Bisol, é co-responsável pela organização do volume em apreço). Os primeiros cinco estudos sobre aspectos específicos são dedicados à variação vocálica, sendo por essa razão agrupados numa Parte I precisamente intitulada “Variação no sistema vocálico”: “A síncope e seus efeitos em latim e em português arcaico” (Laura Rosane Quednau, pp. 79-97); “A síncope em proparoxítonas: Uma regra variável” (Marisa Porto do Amaral, pp. 99-126); “As vogais médias postônicas: Uma análise variacionista” (Maria José Blaskovski Vieira, pp. 127-159); “A regra variável de harmonização vocálica no RS” (Luiz Carlos Schwindt, pp. 161-182); “A redução dos ditongos nasais átonos” (Elisa Battisti, pp. 183-202). A esta primeira parte, sucede a Parte II do livro, intitulada “Variação na sílaba” e, como tal, dedicada aos fenómenos de variação que afectam as estruturas silábicas das variedades do PB sob análise. Integram este módulo do livro os capítulos “A epêntese vocálica no português do Sul do Brasil” (Gisela Collischonn, pp. 205-230) e “A degeminação e a elisão no VARISUL” (Leda Bisol, pp. 231-250). Finalmente, uma terceira secção do livro é dedicada ao estudo da variação consonântica (“Parte III – Variação no sistema consonantal”), nela cabendo os capítulos “A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre” (Valéria N. Oliveira Monaretto, pp. 253-268) e “Variação e mudança do segmento lateral na coda silábica” (Maria Tasca, pp. 269-302). Encerrando o volume, Leda Bisol subscreve o respectivo “Epílogo” (pp. 303-312). A bibliografia citada por cada um destes estudos encontra-se reunida no final do capítulo respectivo, não havendo, por esse motivo, uma lista final de referências bibliográficas comum a todos os textos incluídos.

3 – A principal assunção teórica de que, em conjunto, partem todos os autores participantes deste volume é o de que uma língua não é rigidamente dotada de uma gramática teórica perfeitamente homogénea e invariavelmente partilhada por todos os seus falantes. Pelo contrário, postula-se a existência de pontos mais ou menos determinados dentro da gramática da língua que contemplam uma importante *possibilidade de escolha* dos falantes. Esta possibilidade de escolha – na qual intervêm variáveis linguísticas (como, p. ex., os contextos fónicos que propiciam ou inibem diversos fenómenos fonológicos ou realizações fonéticas) e extralinguísticas (como, p. ex., certas características demográficas dos sujeitos,

como a sua origem geográfica, grau de escolaridade, sexo, etc.) – manifesta-se através de duas modalidades básicas¹:

- considerando globalmente o universo dos falantes de uma língua, admite-se que essa possibilidade de escolha consiste na preferência, partilhada por uma subcomunidade definida de falantes, por uma das opções contempladas pelo leque de escolhas, diversa das opções perfilhadas pelas restantes subcomunidades (sendo estas delimitadas, p. ex., por variáveis de ordem geográfica);
- considerando individualmente cada falante isolado, admite-se ainda que essa opcionalidade consiste na possibilidade de cada falante escolher, em cada momento, uma configuração precisa da gramática da língua, diferente de outras escolhas efectuadas noutros momentos.

Estes pontos de vista – que, no seu conjunto, dão corpo à denominada “perspectiva *variacionista*” – são aqui explicitamente assumidos, de forma sistematizada, nos textos iniciais do volume (nomeadamente no prefácio de Dermeval da Hora, pp. 7 e ss., e no texto introdutório de Cláudia Brescancini, pp. 13 e ss.), como se depreende, p. ex., da seguinte citação desta última autora²:

“É fato facilmente observado em qualquer língua ou dialeto que os falantes realizam certos tipos específicos de *escolha* entre dois ou mais sons, palavras ou estruturas. (...)

Também se nota, talvez com um pouco mais de atenção, que a opção de escolha pode não ser sempre a mesma até quando se considera um único falante. No português brasileiro, isto significa dizer, por exemplo, que é perfeitamente comum um mesmo indivíduo alternar produções como *m[e]nino* e *m[i]nino* ou *ho[mẽ]*, *ho[mĩ]* e *ho[m]*.”

BRESCANCINI, Cláudia Regina – *A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S*, p. 13³

Elegendo a fonologia como o módulo da gramática do PB que, dentro desta perspectiva teórica, decidem estudar e caracterizar, os autores dos textos deste volume empreendem então as pesquisas que encontramos aqui recolhidas, procurando ver, como já foi referido, de que forma um conjunto seleccionado de dialectos da língua se oferece, em interacção com algumas variáveis demográficas, a

¹ Para uma exposição mais alargada dos fundamentos teóricos desta perspectiva – “perspectiva *variacionista*” – e uma aplicação dos mesmos a pesquisas concretas em diversas línguas, cf. a obra de HINSKENS, Frans; VAN HOUT, Roeland; WETZELS, W. Leo (eds.) – *Variation, Change and Phonological Theory*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1997, referida por alguns dos estudos inseridos no volume colectivo aqui recenseado. De entre os estudos incluídos no volume organizado por Hinskens *et al.*, refira-se neste momento GUY, Gregory R. – *Competence, Performance, and the Generative Grammar of Variation*, in HINSKENS; VAN HOUT; WETZELS (eds.) – *op. cit.*, pp. 125-143, que expressamente se refere aos pontos da gramática de uma língua que admitem a mencionada possibilidade de escolha designando-os por “*choice points*” (p. 129).

² Como é posto em evidência por estes dois textos introdutórios, a perspectiva *variacionista* contradiz alguns pressupostos essenciais das formulações “clássicas” da teoria generativista, adequas de uma homogeneidade muito rígida ao nível da estrutura da gramática de cada língua (cf., p. ex.: CHOMSKY, Noam – *Language and Problems of Knowledge. The Managua Lectures*, Cambridge (Mass.)/London, The MIT Press, 1988, pp. 9-10; PINKER, Steven – *The Language Instinct*, London, Penguin Books, 1995 (1ª ed.: 1994), p. 18; CRAIG, Stephen; LILLO-MARTIN, Diane – *An Introduction to Linguistic Theory and Language Acquisition*, Malden (Mass.)/Oxford, Blackwell, 1999, pp. 3-4) e idealizadas sempre em torno do “falante-ouvinte ideal” referido por CHOMSKY, Noam – *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1965 (12.ª reprint, 1980), p. 3.

³ BRESCANCINI, Cláudia Regina – *A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S*, in BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (orgs.) – *Fonologia e Variação. Recortes do Português Brasileiro*, Porto Alegre – RS, EDIPUCRS, 1ª ed., pp. 11-75 (p. 13).

tal tipo de análise variacionista. Os tópicos concretos explorados pelos estudos constantes do livro – que certamente não esgotam, em toda a sua amplitude, o assunto a versar – percorrem, como se infere a partir dos respectivos títulos (transcritos no ponto 2 destas notas de leitura), uma série de pontos em que a fonologia dessas variantes do PB exemplifica de forma muito nítida os pressupostos teóricos já mencionados, sendo de sublinhar neste momento a profundidade de todos os tratamentos efectuados e a pertinência das interpretações teóricas daí resultantes.

Não nos deteremos, naturalmente, sobre o conteúdo específico de cada um dos 9 capítulos do volume; no entanto, não podemos deixar de aqui realçar a detalhada, útil e esclarecedora apresentação do pacote informático “VARBRUL 2S”, utilizado para a análise criteriosa dos dados realizada, que nos é oferecida pelo texto de C. Brescancini (pp. 11-75). Dessa forma, ficamos a conhecer em pormenor as características e as potencialidades de um conjunto articulado de aplicações informáticas que torna possível a recolha, o armazenamento, a organização, a etiquetagem e o tratamento estatístico de grandes amostras de fala, permitindo o isolamento e o controle de fenómenos de variação linguística e relacionando-os com uma quantidade considerável de variáveis independentes (linguísticas e extralinguísticas). Este programa, pelo que nos é dado saber através do texto a que nos referimos, ilustra de forma rigorosa e exemplar um postulado fundamental dos defensores das análises variacionistas, o qual consiste em não se aceitar a construção das teorias fonológicas fora do quadro de uma observação atenta e criteriosa dos dados reais⁴.

4 – O resultado das pesquisas que deram origem a este livro, bem como a própria publicação do volume, revestem-se, quanto a nós, do maior interesse.

Não resistimos, antes de mais, a saudar este hábito, muito corrente no Brasil, de publicar, sob a forma de livro, resultados de pesquisas parcelares e mesmo em curso sobre temas actuais e pertinentes, facilitando-se assim o acesso de um público especializado a dados, informações, reflexões e resultados que, de outra forma, permaneceriam remotamente ignorados senão mesmo inacessíveis. Optando muitas vezes por edições que, do ponto de vista tipográfico, se caracterizam por soluções simples e pouco sofisticadas (evitando, consequentemente, encarecer e atrasar em demasia o processo editorial), os linguistas brasileiros prestam assim um valioso contributo a todos quantos, lendo o português, se empenham no progresso do conhecimento na área dos estudos linguísticos e, num plano mais concreto, na exploração de temas especificamente relacionados com a investigação acerca desta língua.

Outro motivo de interesse inerente a esta publicação, especialmente relevante, segundo pensamos, para os linguistas portugueses – mais concentrados, nos estudos que empreendem e por razões que nos parece fácil divisar, nas variedades do português que nos estão geograficamente mais próximas –, reside no facto de edições como a presente nos familiarizarem com variedades da língua porventura menos conhecidas. Este contacto com tais variedades, para além do interesse intrínseco que transporta, permite, potenciando a comparação com as variedades mais conhecidas (brasileiras, europeias ou outras), o aprofundamento da compreensão das estruturas fonológicas da língua.

Adicionalmente, o contacto com estudos como os que ficam ao nosso alcance a partir de publicações como a de que aqui tratamos constitui, em nosso entender, um forte estímulo para que as investigações relatadas sejam replicadas, dentro do mesmo quadro teórico e metodológico, relativamente às variedades europeias da língua, parecendo-nos nomeadamente muito interessante a hipótese de, num futuro próximo, se proceder a uma adaptação do VARBRUL 2S ao estudo de fenómenos de variação fonológica de algumas variedades do português europeu.

⁴ Cf. HINSKENS, FRANS; VAN HOUT, Roeland; WETZELS, W. Leo – *Balancing Data and Theory in the Study of Phonological Variation and Change*, in HINSKENS; VAN HOUT; WETZELS (eds.) – *op. cit.*, pp. 1-33 (pp. 3 e ss., 14 e ss., 19 e ss., 21 e ss., 24-25 e ss.); LLORET, Maria-Rosa – *When does Variability become Relevant to Formal Linguistic Theory?*, in *id.*, pp. 181-206 (pp. 182, 201).

Finalmente, realçaremos o grande alcance *teórico* deste tipo de abordagens. Além de se situarem num quadro teórico-metodológico que, pelas razões já expostas, nos parece extremamente produtivo – referimo-nos designadamente ao propósito de submeter a teorização fonológica a uma comprovação empírica sólida e rigorosa –, estas pesquisas, em nosso entender, adquirem um forte poder explicativo em resultado de não se cingirem a um quadro epistemológico só, buscando, em vez dessa visão “sectária” dos fenómenos a estudar, dados e argumentações em diversos autores provenientes de diferentes orientações teóricas. Isto é: não renegando a inspiração generativista, os trabalhos deste volume não temem, por um lado, enriquecer essa inspiração com pontos de vista (como o “variacionismo”) que procuram simplesmente reformular (e não propriamente rejeitar em absoluto) certos aspectos localizados das teorias generativistas clássicas. Por outro lado, os seus autores não se isentam de encontrar nos estudos realizados fora de um quadro de pensamento generativista informações, dados e argumentos que aceitam como válidos para a compreensão/explicação de certos fenómenos, sendo bastante ilustrativa desta afirmação a forma como, recorrentemente, a profundidade e o pioneirismo dos estudos fonológicos (estruturalistas) de Joaquim Mattoso Câmara Jr. relativos à fonologia do PB são tidos em consideração ao longo do livro.

Por todas as razões expostas, parece-nos de louvar o contributo recebido desta obra, de cuja consulta, em suma, beneficiarão todos aqueles interessados em acompanhar alguns desenvolvimentos recentes da teoria fonológica e, simultaneamente, conhecer aspectos fundamentais da sua aplicação ao estudo da língua portuguesa.

João Veloso

SUMMARIES

JORGE A. OSÓRIO, **Discurso e Articulações interfrásicas nos primeiros Commentarii de Damião de Góis (1539)** (*Discourse and Interphrasal Articulations in the First Commentarii by Damião de Góis*[1539])

This article discusses the volume printed in Louvain in 1539 with the Latin account of the events which took place in Diu during the siege by the Turks in 1583. Besides Damião de Góis' text, the edition also includes a defence of the Portuguese view points on the commerce of spices, and a laudatory poem by Pedro Nânio, all in Latin. The article notes the disposition of these texts in the Louvain edition and concentrates on the way in which the narrative sentences are initiated, thereby observing not only the similarity with Caesar's *Bellum Gallicum*, but also and above all the anaphora at the beginning of sentences as a means of strengthening the cohesion of the exposition.

MÁRIO VILELA, **Os estereótipos da metáfora animal: «comer gato por lebre»** (*Stereotypes of Animal Metaphors*)

Stereotype is understood as a group of meanings which a word, expression or construction of a given language admits, in its multiplicity of uses, in the interior of a given linguistic community. The author's starting point is that there are certain conceptual fields which are very fertile for the production of phaseological units: these presuppose iconic mechanisms which generate idiomatic expressions. This article analyses the metaphors produced from within the iconic model relating to animals.

MARIA DA GRAÇA L. CASTRO PINTO, **A dislexia: um tema a várias vozes** (*Dyslexia: a Theme with Various Voices*)

In this text the author attempts to demonstrate the phenomenon of dyslexia from different perspectives closely dependent on the specialists who have dedicated their attention to the subject (from areas such as psycho-pedagogy, clinical psychology, psycho-linguistics, cognitive neuro-psychology [of language]). This article attempts a better understanding of dyslexia by suggesting a sufficiently wide approach to the phenomenon, particularly as a result of the grapho-centric society in which we live.

MARIA DA GRAÇA L. CASTRO PINTO, **As Universidades da Terceira Idade em Portugal: das origens aos novos desafios do futuro** (*The Universities of the Third Age in Portugal: From their origins to the new challenges in future*)

This text gives an overview of the main characteristics of the Universities of the Third Age in Portugal and points to the similarity between them and the first and second generations of institutions in charge of the third age "teaching". As for the third generation of this kind of institutions, a relationship is established between their goals and those of the university programmes for senior citizens. Finally, attention is called to the role that the traditional universities are expected to play in the creation of the university programmes for senior citizens.

FERNANDA IRENE FONSECA, Vergílio Ferreira, **Escrever o título inevitável** (Vergílio Ferreira, *Escrever: an inevitable title*)

Escrever, the title of Vergílio Ferreira's last book, published after his death, was chosen by the editor among several possible titles registered in the manuscripts. This article attempts to emphasize the accuracy of this editorial choice and to support it on the basis of (i) the stylistic analysis of all Vergílio

Ferreira's titles and (ii) the consideration of "writing" as a central and relevant subject in the whole of his works, both as a fictional experience and as a philosophical exegesis.

ANA MARIA BRITO, Os possessivos em Português numa perspectiva de Sintaxe Comparada (*Portuguese Possessives in a Comparative Syntax Perspective*)

The goal of this paper is to reconsider some aspects of the syntax of pre-nominal and post-nominal possessives in Portuguese: the relation with personal pronouns, the weak / strong nature, the position, the sensibility to definite / indefinite contexts. It will be proposed that both in pre- and post-nominal position possessives are Ds, or as head of the higher DP (as in the dominant grammar of Brazilian Portuguese and other languages with weak forms - Spanish, French, English, German, among others) or as head of DPs in different positions of the whole construction - European Portuguese, Italian. In this second group of grammars, possessives are "personal adjectives", defined with some common features to personal pronouns and with some specific features. From this perspective, no parameter related to the different category of possessives is necessary and the variation between grammars is related to the nature and features of D and of the possessives, in connection to the computational procedures instantiated.

FÁTIMA OLIVEIRA, O Tempo dos Indivíduos (*The Time of the Individuals*)

In this article the contrast between the Present tense and the "Imperfeito" is discussed as these tenses can trigger - or not - a lifetime effect of the individual denoted by the noun phrase in subject position. This effect can occur with individual level predicates but it is impossible with stage level predicates. Based on the distinction between the "Imperfeito" and the "Pretérito Perfeito" on this matter, we propose that there is an interaction between type of predicate, tense and a presupposition of existence of the individual.

ISABEL MARGARIDA DUARTE, O discurso das personagens em os Maias: polifonia, modernidade (*The Discourse of the Characters in Os Maias: Modernity, Polyphony*)

This article represents a very brief presentation of the different techniques of relating discourse of characters in the dialogues in *Os Maias*, demonstrating the extent to which, in this novel, the traditional grammatical tri-partition of direct speech, indirect speech and reported speech is readjusted. The original variety of ways of relating words in *Os Maias* efficiently provokes the sensation that we are understanding "audible vocal marks" and is in keeping with the characterization of the figures made on the basis of what they say and the way they say what they say.

OLÍVIA MARIA FIGUEIREDO, Cadeias de referência do discurso. A designação no romance Que farei quando tudo arde? (*Chains of Reference in Discourse. Designation in the novel Que farei quando tudo arde?*)

The system and the forms of designation of the characters in the novel to be analysed confirm that the choice of designation is a logico-semantic process which reverts to the questions of meaning and reference. By use of proper names and identifying descriptions, the reader becomes conscious of the different characters, in particular of Carlos-Soraia.

ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO, El Liber de octo partium orationis constructione (Medina del Campo, 1600), de Bartolomé Bravo, S. I., y sus comentadores durante los siglos XVII y XVIII (*The Liber de octo partium orationis constructione [Medina del Campo, 1600], by Bartolomé Bravo, S. I. and its Commentators in the 17th and 18th Centuries*)

This article attempts an analysis of the structure and the sources of the *Liber de octo partium orationis constructione* (Medina del Campo, 1600) by the Jesuit Bartolomé Bravo (Martín Muñoz, ca. 1554 - Medina del Campo, 1606), and consequentially, the relationship between the work and the most relevant grammatical treatise on the Iberian Peninsula at the beginning of the 17th century. The works written in the following years are also studied with the objective of explaining, in Spanish, Father Bravo's syntax, and of enlarging the grammatical theory which is contained in it.

FÁTIMA BRAGA E ROSA BIZARRO, **Metáforas e Representações de Professores Principiantes: do estudo de caso aos desafios de Bolonha. Contributos para o repensar da Formação Inicial de Professores de Línguas na FLUP** (*Metaphors and Representations of Initial Teachers: From a Case Study to the Challenges of Bologna. Thoughts on a Reconsideration of Initial Language Teacher Training at the University of Porto*)

The starting point for this text is a diagnosis of the necessities of initial training of Porto University graduate teachers in French as a Foreign Language; considering the action programme expressed in the Bologna Declaration, the authors go on to suggest the structure of a new model for foreign language teacher training at this institution.

MARGARIDA MOUTA E JÚLIA CORDAS, **A Reinvenção da democracia ou a Universidade segundo Saramago** (*The Reinvention of Democracy or the University According to Saramago*)

In this article the authors attempt a linguistic analysis of a discourse of opinion, a text by José Saramago, entitled “Democracia e Universidade (Democracy and University)”. The analysis is made from an enunciative-pragmatic view point, the way in which the construction of meaning takes place, thereby paying particular attention both to the argumentative movements which are found in discourse, and to the polyphonic game by means of which the strategies of persuasion, which traverse it, are mobilized.

FÁTIMA SILVA, **Contributo da hiponímia e meronímia para a configuração de relações anafóricas** (*The role of meronymy and hyponymy in the configuration of anaphoric relations*)

Meronymy and hyponymy play an important role in the configuration and distinction of different types of anaphora. They are widely implicated on the morphological, syntactic and textual properties of anaphoric relations, due not only to stereotypical pre-existent relations, but also to the relations validated by context. Therefore, these lexical relations confirm the validity of a lexical based theory of anaphora as long as it is supported by cognitive and pragmatic features.

FERNANDA L. ANTUNES JONES, **Guardiã e Confidente: O papel da mãe nos cantares de amigo** (*Guardian and Confident: The role of the mother in the “cantares de amigo”*)

This article examines the role of the mother in the Medieval Galician-Portuguese “cantares de amigo”. The analysis of sixty-six texts reveals that, since it is very varied, the mother’s role as guardian of her daughter’s chastity escapes stereotyping. In addition, this analysis also reveals two possible inversions of this role: in some “cantigas” the mother incites her daughter to seduce her beloved; in at least one other, it is the daughter who acts as guardian of her mother’s chastity, preventing her from meeting her lover.

HELENA LOPES, **Tradução intersemiótica entre Dona Flor e Seus Dois Maridos, de Jorge Amado, e o filme homónimo de Bruno Barreto — Uma poética da subjectividade** (*Intersemiotic Translation of Jorge Amado’s Dona Flor e Seus Dois Maridos into the Film of the same Name by Bruno Barreto*)

In this article the author analyses the inter-semiotic translation of Jorge Amado’s *Dona Flor and her Two Husbands* into Bruno Barreto’s film with the same title. Bearing in mind Benveniste’s claim of homology, the article explores the extent to which the rhetoric of Bruno Barreto’s film establishes a connection with the narrative technique of the novel. Recognizing in both works a consciousness of mediation which engenders subjectivity, the author focuses mainly on the questions of the narrator and focalization.

RÓMINA DE MELLO LARANJEIRA, **Imagens do Outro nos textos de viagens – Exemplos sobre Marrocos** (*Images of the Other in Travel Texts: Examples on Morocco*)

From a comparative perspective, this article looks into the question of the Image of the Other in travel texts (description, chronicle, poetic prose) on Morocco by Portuguese writers of the 20th Century. The traditional view of the Other by Urbano Rodrigues and Urbano Tavares Rodrigues is seen in

SUMMARIES

contrast to the modern vision of Miguel Sousa Tavares and Vergílio Alberto Vieira. This article thus presents four different intercultural attitudes, emphasizing their homogeneity in regard to themes and their heterogeneity in regard to textual structure and language: taken together, it is a result of a lesser or greater assimilation of the Other.